

REVISTA DO MUSEU
DE
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Nº 9



1999

REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Comissão Editorial

Maria Beatriz Borba Florenzano
Maria Christina de Souza Lima Rizzi
Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
Maria Isabel D'Agostino Fleming
Paulo De Blasis

Editora Responsável

Maria Isabel D'Agostino Fleming

Conselho Editorial

Ana Mae Tavares Barbosa	Lux Vidal
Antonio Porro	Maria Luiza Corassin
Augusto Titarelli	Maria Manuela Carneiro da Cunha
Aziz N. Ab'Saber	Maria Margareth Lopes
Carlos Serrano	Niède Guidon
Fábio Leite	Noberto Luiz Guarinello
Felipe Tirado Segura	Oscar Landmann
Gabriela Martin D'Ávila	Pedro Ignácio Schmitz
Igor Chmyz	Pedro Paulo Abreu Funari
Jacyntho Lins Brandão	Roberto Cardoso de Oliveira
José Antonio Dabdab Trabulsi	Rudolf Winkes
Kabengele Munanga	Solange Godoy

Pede-se permuta
We ask for exchange



Av. Prof. Almeida Prado, 1.466
Cidade Universitária – São Paulo, SP
CEP 05508-900 – FAX 3818-5042 – 3818-4888

ISSN 0103-9709

REVISTA DO MUSEU
DE
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

publicação anual

Nº 9

1999

SÃO PAULO, BRASIL

APRESENTAÇÃO

A Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, em seu nono ano de vida, apresenta mais uma etapa da busca constante de aprimoramento. Sua boa divulgação na Europa e Estados Unidos, aliada à sua periodicidade regular, fazem com que seja sempre mais procurada por especialistas do Brasil e da América Latina, além da participação permanente de pesquisadores de centros de Arqueologia Clássica, consolidando-se como veículo de informações científicas. Esses e outros aspectos que a caracterizam a vêm transformando num fórum de discussões, um de nossos objetivos maiores. Tornaram-se mais freqüentes também as contribuições de pesquisas de documentação e conservação refletindo não só o desenvolvimento dessas áreas de curadoria no Museu, como uma maior conscientização do papel de instituições do Brasil e do exterior que mantêm acervos e que vêm na Revista um espaço apropriado para debater essas questões.

O leitor não encontrará a partir deste número a Crônica do Museu. Com o aparecimento dos novos meios de comunicação associados à *Internet*, deixa de caber à Revista o papel de relatá-la. É agora publicada no *site* do Museu de Arqueologia e Etnologia www.mae.usp.br, ganhando maior visibilidade e, principalmente, a possibilidade de ser constantemente atualizada.

Maria Isabel D'Agostino Fleming
Editora

Sumário

ARTIGOS

- 3 José Luiz de Morais – A Arqueologia e o fator geo
- 23 Thomas P. Myers – La cerámica manao y el papel de los Manao en la Amazonía
- 43 Rita Scheel-Ybert – Paleoambiente e paleoetnologia de populações sambaqueiras do sudeste do Estado do Rio de Janeiro
- 61 Camila Storto
Sabine Eggers
Marta Mirazón Lahr – Estudo preliminar das paleopatologias da população do sambaqui Jaboticabeira II, Jaguaruna, SC
- 73 Gilson Rodolfo Martins
Emília Mariko Kashimoto
Sonia Hatsue Tatumi – Datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul
- 95 Johnni Langer – As origens da Arqueologia Clássica
- 111 Maria Cristina Nicolau Kormikiari – O cavalo nas moedas púnicas: um ensaio de interpretação
- 127 Lucia Cutro – Fontes materiais e fontes escritas: estudo de caso da *História de Roma* de Tito Lívio
- 143 Pedro Paulo A. Funari – Dressel 20 stamps from the Verulamium Museum
- 163 Marta Heloísa (Lisy) Leuba Salum – Por que são de madeira essas mulheres d'água?
- 195 Mona Birgit Suhrbier – Dos Tempos da Onça: sobre a significação de objetos dos Kamayurá (Alto Xingu)

ESTUDOS DE CURADORIA

- 207 Walter Fagundes Morales – Os cachimbos cerâmicos do MAE/USP: apresentação de uma coleção
- 223 Marisa Coutinho Afonso
Silvia Cristina M. Piedade
José Luiz de Morais – Organização e gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro no MAE/USP: o projeto CAB
- 239 Aristóteles Barcelos Neto – Coleções etnográficas do Alto Xingu: 1884-1998

ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS

- 259 Gordon Brotherston – Jurupary articula o espaço dos tária e a ciência da América tropical

- 269 Edithe Pereira – Bibliografia sobre registros rupestres da Amazônia brasileira
- 278 Francisco Silva Noelli – Resenha: COOK, Noble David. *Born to die. Disease and New World conquest, 1492-1650*. Cambridge University Press, Cambridge, 1998. xii + 248 pp., ilustrações, índices.
- 280 Pedro Paulo A. Funari – Resenha: SMALL, D. (Ed.) *Methods in the Mediterranean, Historical and Archaeological views on Texts and Archaeology*. Leiden, E.J. Brill, 1995, 292 pp.
- 282 Vagner Carneiro Porto – A Grécia Antiga em revista
Resenha: MARTIN, R.T. *Breve História da Grécia Clássica: da Pré-História à Época Helenística*. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1998, 382p. Il. e mapa
- 288 Airton B. Pollini Jr. – Resenha: JONES, S. *The Archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. Londres, Routledge, 1997, 180 pp.
- 292 Judith Mader Elazari – Resenha: HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999, 65 pp.

NOTAS

- 297 Rita Scheel-Ybert – Considerações sobre o método de datação pelo Carbono-14 e alguns comentários sobre a datação de sambaquis
- 302 Haiganuch Sarian – Nota complementar ao artigo “Ártemis e Hécate em Delos: apontamentos de iconografia religiosa”
- 303 Orlando Sampaio Silva – O senso estético na produção de exemplares artísticos de alguns povos indígenas: projeto de estudo
- 305 Gilson Rambelli – Arqueologia subaquática – uma caça ao tesouro?: reflexões de George F. Bass
- 308 Judith Mader Elazari – Ação educativa junto à exposição temporária “A Escrita no Mundo Antigo”
- 312 Robson A. Rodrigues Solange Nunes de Oliveira – Arqueologia e Educação: O “passado excluído” do Brasil

Contents

ARTICLES

- 3 José Luiz de Morais – Archaeology and geo component
- 23 Thomas P. Myers – Manao ceramics and the role of the Manao in the Amazonia
- 43 Rita Scheel-Ybert – Palaeoenvironment and palaeoethnology of *sambaqui* inhabitants in Southeastern Rio de Janeiro State
- 61 Camila Storto
Sabine Eggers
Marta Mirazón Lahr – Preliminary palaeopathology study in the Jabotica-beira II shellmound population, Jaguaruna, SC
- 73 Gilson Rodolfo Martins
Emília Mariko Kashimoto
Sonia Hatsue Tatumi – Archaeological dating at the State of Mato Grosso do Sul
- 95 Johnni Langer – The origins of Classical Archaeology
- 111 Maria Cristina Nicolau Kormikiari – The horse in Punic coins: an essay of interpretation
- 127 Lucia Cutro – Material sources and written sources: case study of Livy's *Roman History*
- 143 Pedro Paulo A. Funari – Dressel 20 stamps from the Verulamium Museum
- 163 Marta Heloísa (Lisy) Leuba Salum – Why are they wooden these water women?
- 195 Mona Birgit Suhrbier – From the Times of the Onça: on the meaning of the Kamayurá (Alto Xingu) objects

CURATORSHIP STUDIES

- 207 Walter Fagundes Morales – Ceramic pipes of MAE/USP: presentation of a collection
- 223 Marisa Coutinho Afonso
Silvia Cristina M. Piedade
José Luiz de Morais – Organization and Management of Brazilian prehistoric collections from the Museu de Arqueologia e Etnologia / Universidade de São Paulo: the CAB project
- 239 Aristóteles Barcelos Neto – Ethnographic collections from the Upper Xingu river: 1884-1998

BIBLIOGRAPHICAL STUDIES

- 259 Gordon Brotherston – Jurupary articulates the Taria space and the science of tropical America

- 269 Edithe Pereira – Bibliography on rock art from the Brazilian Amazonia
- 278 Francisco Silva Noelli – Review: COOK, Noble David. *Born to die. Disease and New World conquest, 1492-1650*. Cambridge University Press, Cambridge, 1998. xii + 248 pp., ilustrations, indexes.
- 280 Pedro Paulo A. Funari – Review: SMALL, D. (Ed.) *Methods in the Mediterranean, Historical and Archaeological views on Texts and Archaeology*. Leiden, E.J. Brill, 1995, 292 pp.
- 282 Vagner Carvalheiro Porto – The Ancient Greece in review
Review: MARTIN, R.T. *Breve História da Grécia Clássica: da Pré-História à Época Helenística*. Translation by Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1998, 382p. Il. and map
- 288 Airton B. Pollini Jr. – Review: JONES, S. *The Archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London, Routledge, 1997, 180 pp.
- 292 Judith Mader Elazari – Review: HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999, 65 pp.

NOTES

- 297 Rita Scheel-Ybert – Considerations on the Carbon-14 datation method and some comments on the datation of shellmounds
- 302 Haiganuch Sarian – Complementary note to the article “Artemis and Hecate in Delos: notes on religious iconography”
- 303 Orlando Sampaio Silva – The aesthetic sense in the production of artistic objects of some Indigenous peoples: study project
- 305 Gilson Rambelli – Underwater archaeology – a treasure hunt?: Reflections of George F. Bass
- 308 Judith Mader Elazari – Educative action in the temporary exhibit “Writing in the Ancient World”
- 312 Robson A. Rodrigues Solange Nunes de Oliveira – Archaeology and education: the “excluded past” of Brazil

Artigos

A ARQUEOLOGIA E O FATOR GEO

José Luiz de Morais*

The “geo” component concentrates upon the landscape, defined in the broadest sense to include the intricately related aspects of surface form and morphogenetic systems. (Bruce G. Gladfelter 1977).

MORAIS, J.L. A Arqueologia e o fator geo. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 3-22, 1999.

RESUMO: Neste artigo são enfatizadas as relações entre a Arqueologia, a Geografia, a Geomorfologia e a Geologia, definidas como “fator geo”. As investigações arqueológicas realizadas na bacia do Rio Paranapanema (Projeto Paranapanema), Estado de São Paulo, reforçam esta abordagem interdisciplinar como um modelo em Arqueologia de ambiente tropical.

UNITERMOS: Arqueologia Brasileira – Geoarqueologia – Arqueologia da Paisagem – Projeto Paranapanema.

Neste artigo¹ ressaltamos o grau de significância das possibilidades de relações disciplinares entre a Arqueologia, a Geografia, a Geomorfologia e a Geologia, a partir da definição de uma entidade denominada *fator “geo”* tendo como enfoque as pesquisas arqueológicas realizadas no trecho paulista da bacia do Rio Paranapanema, no âmbito do PROJPAR — PROJETO PARANAPANEMA.

A propósito do fator “geo” e conceitos correlatos

Como ponto de partida adotaremos a definição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira pa-

ra a expressão “*fator*”: *fator é aquilo que concorre para um resultado*. Dizemos, então, que as contribuições da (*Geo*)grafia, da (*Geo*)morfologia e da (*Geo*)logia para a Arqueologia constituem o *fator “geo”*. Esta contribuição será sempre entendida em dupla mão-de-direção, caracterizando uma verdadeira interdisciplinaridade. O *fator “geo”* integra o uso das *geotecnologias*, aqui expressos o sistema de posicionamento global (GPS), o sistema de informações geográficas (SIG), o sistema de sensoriamento remoto (SSR), a modelagem digital de terreno (MDT) e os softwares do sistema CAD (*computer aided design*) e CAM (*computer aided mapping*).

Assim, dentre outras possibilidades, o *fator geo* marca sua importância no conteúdo da disciplina arqueológica e seu planejamento: sua aplicação é direta na prática da arqueologia rotineira, no resgate arqueológico e nos esquemas de gestão do patrimônio das comunidades, incluindo o segmento arqueológico.

Isto posto, convém expressarmos alguns conceitos úteis para o prosseguimento do texto. De

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(1) As idéias expressas neste artigo foram extraídas do Capítulo I da tese de livre-docência intitulada “*Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista*”, defendida em agosto de 1999 no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

imediatamente, colocamos o significado de *sítio arqueológico*, definição válida considerando os propósitos deste artigo. Em 1958, Willey & Phillips definiram o sítio arqueológico como sendo a menor unidade do espaço a ser trabalhada pelo arqueólogo, podendo ir do pequeno acampamento à grande cidade. Para Deetz, final dos 70, a possibilidade de investigar é a determinante do sítio arqueológico. Plog & Hill consideram sítio qualquer localização de artefatos, mesmo que se trate de um, apenas. Mazurowski (citado por Victor Dias, no *Cyberarqueólogo Português*) “acrescentou às anteriores definições, a importância que tem a localização dos objectos por se poder teoricamente discernir através desta, o carácter intencional ou não dos achados.”

O fato é que não existe uma única definição de *sítio arqueológico*. Qualquer uma é válida, desde que se ajuste a determinado escopo, para a solução de certo problema. Assim, consideraremos aspectos particulares das definições acima propostas, adicionando a idéia do “*local de interesse arqueológico*” De fato, sítio arqueológico poderia ser definido à maneira das idéias de Willey & Phillips – “a menor unidade do espaço” – complementada por Deetz – “passível de investigação” – por Plog & Hill – “contendo objetos culturais” – e por Mazurowski – “portanto intencionais” Para os efeitos exclusivos da problemática e dos objetivos definidos neste trabalho, sítio arqueológico será “a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado.”

Plog & Hill dão a base do que chamaremos *local de interesse arqueológico*: a descoberta isolada. Por conta da proposta em tela, à descoberta isolada adicionaremos outros componentes físicos da paisagem: uma cascalheira de litologia diversificada, um dique de arenito silicificado, um pavimento detritico (matérias-primas de boa fratura conchoidal), um barreiro (o barro bom para a cerâmica), um compartimento topomorfológico adequado a determinado tipo de assentamento etc.. Todos esses elementos compoem o que propomos serem os *parâmetros do modelo locacional*, de carácter preditivo, tão úteis para os reconhecimentos de área e os levantamentos extensivos. Tais parâmetros permitem-nos o mapeamento de locais potencialmente favoráveis ao encontro de sítios e locais de interesse arqueológico.

Outro conceito essencial prende-se aos *núcleos de solo antropogênico* presentes com especial ênfase no registro arqueológico de horticultores da *Tradição Guarani*. Conhecidos também por “manchas de terra-preta” correspondem aos remanescentes dos solos de habitação e seu cinturão envoltório. No caso do Paranapanema, foram primeiramente observadas por Luciana Pallestrini, quando das escavações do Sítio Fonseca, no Município de Itapeva, e do Sítio Jango Luís, Município de Campina do Monte Alegre, no final dos anos 60. O conjunto de núcleos de solo antropogênico, entendidos como remanescentes de uma aldeia, forma um único sítio arqueológico. À época, tal postura foi de extrema importância contrariando os ditames do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), que postulavam para cada núcleo de solo antropogênico o estatuto de um *sítio-habitação*.

Outro assunto de utilidade seria a qualificação das *intervenções no registro arqueológico*. Consideraremos intervenções no registro arqueológico quaisquer atitudes que proporcionem o desmonte do sítio: coletas comprobatórias; abertura de sondagens, trincheiras ou cortes; tradagens; decapagens; retificação de barrancos. Enfim, qualquer ação de responsabilidade de um profissional que provoque alteração física no registro (as ações executadas por não profissionais, casuais ou intencionais, são consideradas fatores de destruição do registro). Inserções no sistema de posicionamento global, levantamentos plani-altimétricos e registros fotográficos não constituem, no nosso entender, intervenções no registro arqueológico.

Finalmente, resta colocarmos algo sobre o *Projeto Paranapanema* enquanto instrumento de planejamento e gestão. O PROJPAR é um programa interdisciplinar e interinstitucional, cujo propósito é identificar e analisar os cenários das ocupações humanas e seu meio ambiente. Foi criado por Luciana Pallestrini, em 1968. A partir de 1993, com redirecionamento dos seus propósitos, consolidaram-se os enfoques interdisciplinares referentes ao tema território, desenvolvimento & meio ambiente. Passaram a ser caracterizados cenários sócio-econômicos e culturais cronologicamente delimitados. As ações do PROJPAR, preferencialmente embasadas nas evidências materiais da cultura, passaram a abranger momentos que vão da pré-história à atualidade, englobando

assuntos tais como as estratégias de sobrevivência das populações indígenas ou as formas de urbanização. Os subprogramas assumem como principal objeto de enfoque as coisas relativas ao patrimônio natural e cultural da bacia do Rio Paranapanema, englobando o patrimônio arqueológico, o patrimônio arquitetônico e urbanístico e o patrimônio ambiental e paisagístico. Assim, o PROJPAR, hoje, pretende estudar generalidades e particularidades do meio ambiente físico-biótico e do meio ambiente sócio-econômico das comunidades locais e regionais, de forma interligada, em intervalos de tempo previamente definidos. Resumindo, o PROJPAR atua por meio de um *plano diretor de pesquisa* que congrega um conjunto de ações com o propósito de definir, analisar e propor a síntese dos cenários da ocupação humana da Bacia do Rio Paranapanema, nos respectivos contextos ambientais.

O fator geo na arqueologia brasileira

A literatura estrangeira, principalmente a de língua inglesa, tem nos proporcionado ótimos enfoques relativos ao *fator geo* na Arqueologia, realizados em diversas partes do mundo, desde o território metropolitano dos Estados Unidos, até os países da África intertropical. No Brasil, todavia, a situação é bem diferente: há pouco o que dizer sobre o estado d'arte das linhas de pesquisa arqueológica que trabalham com o *fator geo* – Geoarqueologia e Arqueologia da Paisagem – no país.

A literatura arqueológica brasileira é paupérrima em comunicações onde o *fator geo* se revela como o enfoque principal. Tal situação decorre da manutenção de vários lapsos, relativos à prática da interdisciplinaridade no ambiente acadêmico. As vozes têm sido sempre bem altas e contundentes: *"a interdisciplinaridade é imprescindível ... a Arqueologia é um campo interdisciplinar por excelência ... uma equipe de Arqueologia deve ser constituída por arqueólogos (!), geógrafos, botânicos, geomorfólogos, zoólogos, etc ..."* Tão falada, mas tão mal exercida, a interdisciplinaridade com as *geociências*, vem caminhando tropegamente no bojo de muitos projetos, aumentando desnecessariamente o número de páginas de relatórios, artigos, dissertações e teses acadêmicas, com capítulos relativos ao *"Meio*

Ambiente da Área Estudada" *"Geologia e Geomorfologia da Região Pesquisada"* etc..

Comentou certa vez um geólogo, na condição de membro de uma comissão examinadora, algo parecido com: *"numa tese de Arqueologia, é absolutamente desnecessário ao arqueólogo preocupar-se tanto com o item 'Geologia da Área Pesquisada' quando tratado de maneira isolada pois, além de ele não servir como subsídio para a pesquisa do qual faz parte, nunca será referência para os próprios geólogos"* Esta frase, dita há mais de quinze anos, ainda espelha a situação corriqueira no meio científico da arqueologia brasileira. De fato, a produção científica é escassa: há poucos artigos publicados, além de alguns relatórios técnico-científicos. Ao que parece, o forte são os trabalhos acadêmicos (mestrados e doutorados), principalmente aqueles vinculados a projetos de resgate do patrimônio arqueológico, a maioria concentrados da USP (Afonso 1988, 1995; Kashimoto 1992, 1997; Faccio 1992, 1998; Mello Araújo 1994; Beltrão 1998; Martins 1999).

O fator geo como plataforma de estudos arqueológicos

Investigações científicas têm a função de estabelecer, dentre outros, alinhamentos direcionais que subsidiem a implementação de todos os procedimentos relativos às interfaces possíveis entre a práxis arqueológica e as ciências da terra, com ênfase especial na Geografia, Geomorfologia e Geologia. O uso das chamadas geotecnologias, pela natureza dos seus procedimentos, também se insere neste quadro.

O *fator geo* se distribui no âmbito de, pelo menos, dois subcampos bem consolidados da Arqueologia: a *Geoarqueologia* e a *Arqueologia da Paisagem*. No caso da Geoarqueologia, percebemos uma identidade bem marcada, enquanto abordagem interdisciplinar. A Arqueologia da Paisagem, tem se desdobrado em, pelo menos, dois enfoques: um de inspiração norte-americana, ligado à pesquisa de antigos jardins, e outro, de inspiração européia, que se fundamenta exatamente na interface Arqueologia / Geografia.

Na busca da otimização de uma postura interdisciplinar, reiteramos o postulado de que os antigos cenários de ocupação humana são reviven-

ciados pelo concurso das várias disciplinas inseridas no contexto das ciências humanas e sociais (especialmente a Arqueologia, a História, a Geografia Humana, a Etnologia, a Antropologia e a Sociologia), das ciências naturais (principalmente a Geografia Física, Geologia, Geomorfologia, Biologia e Botânica) e das ciências exatas e tecnológicas (Física, Química, Matemática, Informática).

Na arqueologia brasileira (e em algumas outras, também), a construção da interdisciplinaridade – entendida como o máximo aproveitamento das potencialidades de intercomunicação entre duas ou mais disciplinas, no encaixe de objetivos comuns – tem sido encaminhada (com importantes exceções) de modo canhestro. Mormente faz parte de uma arqueografia *per se* ou no ensejo de um rótulo “*sistêmico*” apenas no nível do discurso (atitude igualmente claudicante pois desprovida daquela salutar plataforma proporcionada pela arqueografia classificatória e historicista).

Assim, no mais das vezes, a literatura arqueológica nacional tem contado apenas com exaustivas descrições morfológicas, seguidas de infundadas e desconexas afirmações funcionais, corroboradas por complexos exercícios estatísticos, tudo isso introduzido (como afirmado anteriormente) por desnecessários capítulos rotulados de “*Aspectos Geográficos da Área Investigada*” ou “*Geologia e Geomorfologia da Região*” ou, ainda (acompanhando jargões mais atuais), “*Aspectos Ambientais da Região Pesquisada*” Isso contribuiu muito pouco para as reflexões concernentes às fontes de recursos culturais (no caso, o registro arqueológico), sem dizer aos importantes aspectos sociais das comunidades responsáveis por esse registro.

Todavia, muitas das assertivas consagradas por qualquer linha de pensamento que direciona o exercício da disciplina são ainda válidas e convém revisita-las. *Grosso modo*, a Arqueologia é a disciplina que tem por finalidade o estudo dos modos de vida de comunidades antigas que deixaram suas marcas em ambientes específicos, identificados como sítios arqueológicos. Se o propósito final é o estudo dos diferentes aspectos sociais, econômicos e culturais das comunidades, considerando suas formas, funções e mudanças, os meios para analisá-los são os objetos produzidos por elas, tais como permanecem no registro arqueológico. Tais objetos foram importantes na criação e recriação do universo social, devendo ser entendi-

dos como meio de comunicação e expressão (Bezerra de Meneses 1988).

Mormente, o registro arqueológico está contido em pacotes sedimentares, formando camadas antropogênicas identificáveis na estratificação natural dos depósitos. Muitas vezes, porém, o registro arqueológico pode estar presente em pisos e paredes rupestres ou ser constituído por estruturas edificadas (no caso brasileiro, trata-se da Arqueologia Histórica). Os arranjos espaciais são, muitas vezes, detectados por evidências latentes ou intangíveis. A técnica arqueológica, concretizada nos modos de intervenção no registro arqueológico, incumbe-se de proporcionar os meios necessários para a recuperação, a notificação, a leitura, a descrição e a classificação dos materiais arqueológicos em seus respectivos contextos (não há de se ignorar, porém, que a Arqueologia da Paisagem, enquanto subcampo da Arqueologia, postula, em boa parte dos seus procedimentos, a não intervenção no registro arqueológico).

De modo geral, o registro arqueológico dos ambientes tropicais é pobre em termos de remanescentes orgânicos e as permanências concretas acabam ficando por conta dos materiais inorgânicos, portanto de suporte mineral. Neste caso, incluem-se os *artefatos de pedra* (abrangendo eles próprios e os detritos decorrentes da sua fabricação, entendidos em determinados contextos espaciais) e os *utensílios de cerâmica*, obtidos por meio da apropriação de certas formas, a partir da plasticidade das argilas. Desse modo, tais tipos de evidências concretas, que se traduzem em aspectos materiais da cultura, assumem importância capital no reconhecimento dos modos de vida e das estratégias de interação entre o homem e o meio, considerando-se o universo das comunidades pretéritas.

À vista desta postura, a interdisciplinaridade assume, de fato, importância estratégica na verificação do *design* dos antigos cenários das ocupações de caçadores-coletores e de horticultores pré-coloniais. Assim, o imbricado campo da interseção dos procedimentos interdisciplinares direcionam as possibilidades potenciais de interpretação dos aspectos sócio-econômicos e culturais dos grupos responsáveis pela produção do registro arqueológico (Sotchava 1977, Neustupný 1993).

Mencionamos anteriormente que o registro arqueológico está contido em pacotes sedimentares sujeitos aos processos erosivos e posicionais

comandados enfaticamente pelas variações climáticas. Mencionamos também que a maior parte do registro arqueológico compõe-se de evidências inorgânicas processadas a partir das reservas minerais. Assim, reconhecemos a importância dos fatores naturais na ordem econômica e social dos grupos humanos, principalmente no que toca àquelas populações mais antigas. Tais fatos, dentre outros, reiteram vitalidade crucial das possíveis interfaces entre a Arqueologia, a Geografia, a Geomorfologia e a Geologia – isto é, o *fator geo* – na parte que lhes compete, relativamente ao levantamento dos cenários das ocupações humanas do passado.

A eficácia de um estudo de Arqueologia Regional (Johnson 1977, Clarke 1977, Fish & Kowalewski 1990, Cameron & Tomka 1996) se registra na medida que sua estrutura bem focaliza, dentre outros, o *fator geo*. Assim, esta estrutura contemplará itens relativos ao contexto da abordagem e aos objetivos específicos do trabalho arqueológico, além de uma síntese metodológica relativa aos procedimentos da interface com o *fator geo*. Discrimina, no seu desenvolvimento, o *modus faciendi* dos aportes interdisciplinares, especialmente com a Geografia, a Geomorfologia e a Geologia. Permeia pela aquisição da documentação visual da paisagem e pelo mapeamento automatizado, armazenado em ambiente magnético. Inclui um corpo final com conclusões e perspectivas de encaminhamento futuro, incluindo as mídias ligadas ao potencial de informatização do processo, com o uso das geotecnologias.

No caso das investigações realizadas no âmbito do PROJPAR, o *fator geo*, juntamente com os demais processos interdisciplinares apontam, tentativamente, para amplas possibilidades de interpretação no nível da demarcação territorial das comunidades do passado, procedimento que apenas tem sido entendido com o aporte dos demais subcampos, como a *cadeia operatória* da tecnologia lítica e cerâmica.

O fator geo e a problemática arqueológica

Bem afirmou Colin Renfrew “... because archaeology recovers almost all of its basic data by excavation, every archaeological problem starts as a problem in geoarchaeology.” Assim, a partir da verificação do contexto do PROJPAR em suas vertentes logístico-administrativa, teó-

rico-metodológica e regional, a formulação de planos de investigação científica tem se preocupado em definir algumas questões preliminares a serem respondidas com o apoio vital do *fator geo* no contexto da Arqueologia *in totum*. “Como?” “qual?” “quando?” e “por que?” são perguntas aplicáveis tanto ao universo da Arqueologia (entenda-se a prática da disciplina arqueológica), como ao universo da pré-história (entenda-se o momento pretérito, à época do assentamento). Sem prejuízo de indagações resultantes de outros desdobramentos, têm sido elencadas algumas perguntas relativas aos antigos cenários das ocupações humanas pré-coloniais e de contato do Parapanema paulista, a saber:

– Como as populações indígenas, enquanto comunidades, integravam-se no meio ambiente e com ele interagem?

– Como as populações indígenas adequavam as estratégias de captação de recursos da fauna e da flora em função dos vários nichos ecológicos regionais?

– Por que as comunidades indígenas preferiam certos locais em detrimento de outros e em que medida fatores de ordem ambiental determinavam (ou influenciavam) a escolha?

– Quando ocorreram e quais os limites temporais das sucessivas ocupações indígenas marcadas no registro arqueológico?

– A relação de dependência homem / meio foi mais intensa nas sociedades de caçadores-coletores, por causa da constante busca de matérias-primas aptas para o lascamento (atividade minerária)?

– Como definir e localizar áreas de ocorrências litológicas favoráveis à obtenção de matérias-primas de uso potencial pelas sociedades indígenas?

– Quais foram os agentes responsáveis pelos processos erosivos e deposicionais que atuaram no sítio arqueológico a partir do seu abandono definitivo ou temporário?

– Como os fatores de ordem geográfica, principalmente parâmetros definidos no subcampo da geografia humana, podem contribuir para a localização de sítios arqueológicos?

– Como a implementação das técnicas próprias das geociências podem corroborar os níveis interpretativos da disciplina arqueológica?

– De que forma os estudos laboratoriais de amostras de sedimentos (ou de solos) podem consubstanciar as tentativas de reconstrução do paleoambiente à época de uma ocupação específica?

Para respondermos (sem o conseguir, muitas vezes) estas e outras perguntas são necessários aportes interdisciplinares corretos no contexto do *fator geo*. A natureza do questionamento não permite assumirmos uma simples multidisciplinaridade com sínteses geográficas, geológicas e geomorfológicas a suportar respostas genéricas. Há de se permear os caminhos da parceria, com dupla mão de direção no complexo campo interdisciplinar.

Comentando objetivos implícitos

A leitura das questões elencadas permite vislumbrar objetivos implícitos no seu conjunto. Convém fazermos uma tentativa de explicitá-los neste ponto, não sem antes inseri-los no contexto ambiental do Projeto Paranapanema. Este é caracterizado pela bacia do Rio Paranapanema, em suas vertentes paulistas, parcialmente integradas no Planalto Atlântico (trecho da secção superior) e no Planalto Meridional. Rochas mais antigas servem de substrato aos pacotes sedimentares recentes – alúvios e colúvios – que eventualmente incluem os restos de ocupações humanas indígenas pré-coloniais e de contato.

A transição entre os climas tropicais (com características continentais, no oeste, e atlânticas, no leste) e subtropicais, associadas às condições pedológicas, permitiu o surgimento e a manutenção de uma massa florestal (floresta estacional semi-decidual, floresta ombrófila densa e floresta ombrófila mista), com alguns trechos de vegetação arbustiva do tipo savana, mais conhecida por “cerrado”

Tais condições ambientais parecem ter sido bastante favoráveis ao estabelecimento das populações indígenas do passado, até a invasão dos posseiros (meados do século XIX) e dos cafezais (primeira década deste século), afirmação corroborada pela densidade de sítios arqueológicos nos vários compartimentos ambientais.

Relembrado o contexto ambiental e com base no corpo de questões aventado anteriormente, acabam por se explicitar os objetivos ligados ao

fator geo em determinado estudo arqueológico realizado no âmbito do PROJPAR:

Promover abordagens de caráter ambiental, com o propósito de subsidiar a tentativa de identificação das estratégias de sobrevivência das comunidades indígenas do passado.

Este objetivo tem sentido bastante genérico, permeado pelas possíveis interfaces entre as especialidades que concorrem para as abordagens ambientais. Trata-se, por exemplo, de verificar (em associação com a botânica) a possibilidade de identificação dos possíveis manejos da flora, representada pela floresta tropical ou pelas manchas de cerrado. A recorrência de certas espécies de uso medicinal ou para alimentação, associada aos encontros fortuitos de implementos líticos, comprovadamente associados ao trabalho agrícola (eventualmente descartados), pode diagnosticar o manejo da floresta. Certamente, no presente estágio da investigação, esta afirmação tem caráter altamente especulativo e depende dos estudos realizados nos raros remanescentes de floresta primária.

Organizar o quadro de parâmetros locais relativos aos assentamentos indígenas, com o propósito de subsidiar um modelo locacional de caráter preditivo que direcione os levantamentos arqueológicos sistemáticos.

Este propósito foi plenamente alcançado, com a definição de parâmetros locais de assentamentos indígenas pré-coloniais (Elbert 1988, Kipnis 1996).

Determinar e avaliar os processos erosivos e deposicionais naturais e artificialmente induzidos, responsáveis pela degradação ou agradação dos pacotes sedimentares que contêm o registro arqueológico, colaborando para a determinação do estado de conservação dos sítios e encaminhando, se for o caso, a verificação dos graus de bioturbação.

A implementação de técnicas específicas dos campos da Geomorfologia e da Geologia tem permitido a aquisição de dados interessantes a respeito desta abordagem. Verificações pontuais alimentaram sínteses regionais considerando, principalmente, o grande eixo fluvial que é o Paranapanema: isto permitiu diagnosticar diferenças marcantes entre secções longitudinais e transversais do vale, no que toca à gênese, à situação

topomorfológica e à degradação de colinas e terraços cujos sedimentos mascaram importantes dados do registro arqueológico. No caso da bioturbação, os procedimentos estão sendo encaminhados a partir da necessária coleta de dados (Mello Araujo, 1994).

Identificar as fontes de matéria-prima utilizadas pelas comunidades pré-coloniais, colaborando para o mapeamento dos possíveis marcos e fronteiras dos territórios de captação de recursos, no que concerne às atividades minerárias, englobando minerais e rochas de boa fratura conchoidal (líticos) e argilas (cerâmicas).

Colaborar nos procedimentos de leitura dos objetos e conjuntos líticos e cerâmicos enquanto documentos arqueológicos, recompondo a seqüência de gestos técnicos utilizada no processamento da matéria-prima.

Estes dois objetivos se prendem às *cadeias operatórias* relativas ao processamento dos implementos líticos e cerâmicos pelas comunidades pré-coloniais e, possivelmente, de contato com as frentes de colonização ibérica e brasileira. Esta cadeia, em síntese, envolve a *busca da matéria-prima* (a pedra lascável ou o barro bom), as *técnicas de processamento* (muito particulares em cada caso), o *uso do instrumental* (que acaba por tipificar as funções do assentamento ou de setores dos assentamentos) e o seu *descarte*. Tanto na análise dos materiais líticos, como dos cerâmicos, tem sido crucial o aporte do *fator geo* na qualificação das fontes de matérias-primas ou na interpretação da sua distribuição pela área de pesquisa (Vilhena-Vialou 1980; Caldarelli 1983; Moraes 1983, 1988; Afonso 1995).

Contribuir para o desenvolvimento de aspectos teóricos, metodológicos e técnicos dos subcampos Geoarqueologia e Arqueologia da Paisagem.

Contribuir para a definição dos cenários de ocupação indígena da bacia do Paranapanema paulista, adicionando dados à memória regional e nacional.

Os dois objetivos podem ser comentados conjuntamente, na medida que tratam dos possíveis avanços em várias vertentes, decorrentes da aplicação dos procedimentos do *fator geo*. E, neste caso, o comentário é remetido ao conteúdo global deste artigo. Generalidades e, quando for o caso, especificidades decorrentes do questionamento proposto serão retomadas durante o texto.

A partir daqui serão pontuados separadamente discursos relativos à metodologia dos subcampos que alavancam o *fator geo*, ou seja a Geoarqueologia e a Arqueologia da Paisagem.

Geoarqueologia

Geoarqueologia é um termo relativamente recente na literatura arqueológica. *Grosso modo*, refere-se às possibilidades de relação disciplinar entre a Arqueologia e as chamadas geociências. Bastante consolidada, principalmente nas investigações de origem ou de inspiração anglo-americana, a Geoarqueologia deverá ser considerada subcampo da Arqueologia *in totum*. Ela não existe enquanto disciplina autônoma, posto que constitui parte da disciplina arqueológica (Hassan 1979, Gladfelter 1981, Butzer 1982, Wagstaff 1987, Leach 1992, Waters 1992, Rapp & Hill 1998).

Assim, a figura do *geoarqueólogo* jamais se confundirá com a do geólogo ou do geomorfólogo enquanto profissionais agregados a um programa de Arqueologia, em caráter transitório. Do *geoarqueólogo* (que rotineiramente tem seu nascedouro acadêmico na Geografia ou na Geologia) exigimos, antes de tudo, formação específica em Arqueologia, o que inclui sólida base teórica, metodológica e técnica. Do geólogo e do geomorfólogo (o último sempre originário de um curso de Geografia) exigimos, antes de tudo, *feeling* para as coisas da Arqueologia, qualidade corroborada na formação específica nas respectivas áreas. Entendemos, porém, que a Geoarqueologia só será possível com o concurso dos três profissionais.

A Geoarqueologia atua exatamente na intersecção disciplinar, respondendo às questões formuladas pela Arqueologia. Certamente a recíproca pode se tornar verdadeira quando, além dos avanços obtidos pela própria Arqueologia, existirem respostas plausíveis para os campos das geociências envolvidos no conjunto. É o que acontece, com certa freqüência, nos estudos geológicos e geomorfológicos relativos ao Quaternário, quando a presença do registro arqueológico pode indicar cronologias seqüenciais concernentes à gênese e ao desenvolvimento dos pacotes sedimentares.

O termo Geoarqueologia foi introduzido por Butzer já no início dos anos 70. Em um de seus

textos, este autor dá uma conotação ecológica ao termo: “*Geo-archaeology contributes far more than stratigraphic informations. In the ideal case it is basic for the identification of micro-environments (...) When the practitioner is sufficiently attuned to and allowed to participate in excavation strategy and implementation, geo-archaeology can resolve further aspects at the research interface; burial, preservation, and contextual factors critical to the recognition of primary, semi-primary or secondary sites. It can further be argued that a functional classification of Stone Age sites into categories such as quarry/workshop, kill/butchery, or camp/living can only be properly made with the close collaboration of a geo-archaeologist. Finally, the geo-archaeologist can probably contribute significant information on the availability and limitation of environmental resources, or help generate higher-level interpretations such as cultural adaptations of adaptive radiation.*” (Butzer 1982).

Renfrew vai mais adiante, chegando a considerar a Geoarqueologia uma verdadeira disciplina: “*This discipline employs the skills of the geological scientist, using his concern for soils, sediments, and landforms to focus these upon the archaeological ‘site’, and to investigate the circumstances which governed its location, its formation as a deposit and its subsequent preservation and life history. This new discipline of geoarchaeology is primarily concerned with the context in which archaeological remains are found. And since archaeology, or at least prehistoric archaeology, recovers almost all its basic data by excavation, every archaeological problem starts as a problem in geoarchaeology.*” (Renfrew 1976).

A propósito do termo Geoarqueologia, Bruce G. Gladfelter comenta: “*The contributions of the earth sciences, particularly geomorphology and sedimentary petrography, to the interpretation and environmental reconstruction of archaeological contexts is called ‘geoarchaeology’ (...) For the archaeologist, prone to focus narrowly on human adaptations to environment, evaluation of prehistoric behavior must also include reconstruction of the ‘physical’ surroundings, by implementing contributions from the earth sciences and other disciplines. Such an approach to man’s past that focuses*

upon the geomorphological context of artifacts is what is mean by ‘geoarchaeology’ This designation by itself implies a need to integrate data from many, often diverse, fields and to emphasize that both the ‘man’ and the ‘land’ elements as well as their interrelationships are important for understanding prehistoric activity and associations. The ‘geo’ component concentrates upon the landscape, defined in the broadest sense to include the intricately related aspects of surface form and morphogenetic systems.” (Gladfelter 1977).

Outro autor, Fekri Hassan, define o termo da seguinte maneira: “*Geoarchaeology is the contribution from earth sciences to the resolution of geology-related problems in archaeology.*” (Hassan 1979).

Além do comentário transcrito, este último autor enfatiza que a esfera de ação da Geoarqueologia é extensa, abrangendo:

A localização de sítios arqueológicos por meio de diversas técnicas específicas do campo das geociências.

A avaliação das paleopaisagens em termos das possibilidades de assentamento.

Os estudos da estratigrafia regional e da microestratigrafia local.

A análise de sedimentos para a compreensão dos processos de formação dos sítios arqueológicos.

As análises paleoambientais envolvem estudos geomorfológicos, estratigráficos e sedimentares com o estudo dos solos, dos remanescentes da flora e da fauna e dos pólenes.

O estudo tecnológico dos artefatos com o propósito de se determinar práticas de manufatura associadas às fontes de matérias-primas.

A avaliação da dinâmica das relações entre as atividades humanas e a paisagem.

A conservação e a preservação de sítios arqueológicos.

A geocronologia e a arqueometria (Lambert 1997).

Gladfelter (1981) também afirma que, para o gearqueólogo, o contexto ambiental se estende dos fatores locais específicos de cada sítio, até as implicações zonais mais amplas, sendo que o contexto físico pode ser identificado em várias escalas. Por exemplo, um sítio arqueológico

situado junto a um antigo canal fluvial será analisado sob os seguintes aspectos:

O ambiente geomórfico imediato ou micro-ambiente deposicional, quer seja um banco de cascalhos ou de areia, um terraço ou uma planície de inundação abandonada.

A paisagem circundante (ou entorno de ambientação), quer seja uma extensa planície aluvial ou um vale encaixado.

O ambiente morfogenético regional em macro-escala.

Mais recentemente, Leach afirmou que: "*Archaeologists work in a geologic medium. Their interests lie in a particular subset of the geologic realm – the surficial subset – directly affecting and affected by human actions. The archaeologist's initial extraction of information from the medium is by geologic means, although the information itself may be nongeological. Therefore, in this restricted sense of the respective sciences, that is, in terms of its techniques, archaeology may be considered as a subset of geology. The archaeological subfield of geoarchaeology explicitly claim ties with both geology and archaeology, and claims itself to be the intermeshing of the two fields.*" (Leach 1992). De fato, esta arqueóloga de Minnesota tenta, no seu texto, definir objetivos de significância antropológica para este subcampo, relacionados, primeiramente, com a cultura material (o objeto resulta de um suporte geológico – por exemplo, a pedra), com as atitudes culturais (o caso do estatuto simbólico do ocre), com os padrões de subsistência (o papel da Geografia no desenvolvimento sustentável, o manejo dos solos, etc.) e, finalmente, com os padrões de assentamento (a correlação do estabelecimento de caçadores-coletores com as fontes de matéria-prima lítica, por exemplo).

Arqueologia da Paisagem

"*Não há necessidade de repetir que sob o termo 'arqueologia da paisagem' nós entendemos basicamente a união de duas ciências: Geografia e Arqueologia.*" Com estas palavras, Gennadii Afanasiev, da Academia de Ciências da Rússia, abriu a sessão por ele dirigida no âmbito do *Primeiro Encontro Anual da Associação Européia de Arqueólogos*, realizada entre 20 e 24

de setembro de 1995, em Santiago de Compostela, Espanha.²

De fato, uma afirmação feliz, que satisfaz não apenas aos arqueólogos com formação em Geografia (ou com algum *feeling* para esta disciplina), bem como diagnóstica de forma simples, mas com profundidade, o elevado teor interdisciplinar desta linha de pesquisa em Arqueologia, pois é verdade que ambas – Geografia e Arqueologia – são interdisciplinares na sua essência.

Nascida britânica, a Arqueologia da Paisagem – *landscape archaeology* – milita na intersecção de vários ramos de núcleos disciplinares, recorrendo aos dados da Biogeografia, Geocartografia, Geografia Humana e Econômica, Geopolítica, Geoarqueologia, Zooarqueologia, Arqueobotânica, bem como aos de outras disciplinas, tais como História, Antropologia, Sociologia, Arquitetura, Urbanismo e Ecologia. Entender a Geografia e o meio ambiente de uma determinada área é, assim, um importante aspecto da pesquisa arqueológica. Permite, outrossim, que um olhar isolado no passado possa ser inserido em um contexto amplo e melhor compreensível.

Em uma perspectiva mais recente, a Arqueologia da Paisagem aproxima-se bastante do contexto do Desenho Ambiental. A expressão *Desenho Ambiental* corresponde ao termo inglês *environmental design* ou *conservation design*. Trata-se de uma ação integradora de conhecimento e experiência, não apenas junto às áreas de Planejamento e Arquitetura, mas também de uma atividade de comunicação e diálogo entre aquelas e as demais áreas do conhecimento, envolvendo o meio cultural em que vivemos. De fato, o desenho ambiental não envolve apenas a idéia do projeto mas também (e principalmente) a idéia de um processo. Para isso, o desenho ambiental pressupõe o conceito ecossistêmico em que a ação antrópica esteja incluída.

(2) A maior parte da literatura concernente à Arqueologia da Paisagem está disponível na Rede Mundial de Computadores. Em centenas de *home pages*, a *Internet* oferece farto material de apoio ao desenvolvimento do tema. Assim, em seguida à bibliografia, apresentaremos várias *URLs* ou *e-mails*, destacando-se a produção da Universidade de Santiago de Compostela, que mantém várias páginas com os *papers* do *First Annual Meeting* da *European Association of Archaeologists*. Na ausência de referência bibliográfica, remetemos o leitor às fontes eletrônicas arroladas ao término da bibliografia.

Inevitáveis também são as ligações da Arqueologia da Paisagem com as coisas do patrimônio, considerando seus vários componentes (arqueológico, ambiental e paisagístico, arquitetônico e urbanístico). “*Os resultados das investigações no arcaçouço da Arqueologia da Paisagem introduzem uma extraordinária contribuição ao problema de organização da preservação da herança arqueológica européia*” continua Afanasiev, no seu discurso de introdução. De fato, eles permitem perceber melhor os problemas ligados com a organização e o gerenciamento da herança arqueológica.

Por outro lado, com o advento e a crescente consolidação da legislação brasileira de proteção ao meio ambiente, a Arqueologia da Paisagem vem à tona mais uma vez. Haja vista a sua inserção temática nos estudos e relatórios de impacto ambiental relativos às obras e empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente.

Andrew Fleming, da University of Wales, Reino Unido, permeia pelo conceito de Arqueologia da Paisagem: “*Landscape Archaeology is a term once used to describe a narrowly-defined set of field methods, such a field-walking, air photo interpretation or the identification and recording of earthworks – essentially the Field Archaeology of O.G.S.Crawford (1953). These methods retain their validity, but finding ‘sites’, reconstructing ‘settlement patterns’ and exploring a site’s surroundings are now seen to represent a rather limited agenda. Archaeologists are beginning to discuss the meanings of past landscapes, and to think about the choices which they face in landscape interpretation. They are starting to explore the recursive relationships between the cultural landscape (at varying scales), social action and perceptions of the world. This perspective in turn stimulates new approaches, often originating within other disciplines. A cynic might argue that the use of the term ‘landscape’ by archaeologists is now so broad and diffuse that it has become meaningless, but it could also be argued that is precisely the breadth of the concept which gives the value, bringing together many of our current theoretical preoccupations...*”

Martin Kuna, da Academia de Ciências de Praga, República Tcheca, afirma que “*a distribuição espacial de sítios arqueológicos pertence aos níveis cruciais da explanação em arqueologia*

logia, particularmente neste ramo da disciplina chamado ‘Arqueologia da Paisagem.’”

Um outro ramo da Arqueologia se avizinha bastante da Arqueologia da Paisagem. Trata-se da Arqueologia Ambiental – *environmental archaeology* – definida pela Associação de Arqueologia Ambiental como “*o campo geral de aplicação das ciências naturais à arqueologia*” Este ramo, de certa forma, é abrangido pela Arqueologia da Paisagem, posto que a Geografia, enquanto parceira da Arqueologia, costuma tratar com competência o meio ambiente físico-biótico.

Pela natureza de sua metodologia e técnicas aplicáveis – que perpassam pelo uso quase abusivo das *geotecnologias* – a Arqueologia da Paisagem é uma arqueologia “não destrutiva” A propósito, explica *Martin Gojda*, ao relatar o desenvolvimento de um extenso projeto de levantamento na Boêmia, República Tcheca: “*Acredita-se que uma das coisas mais importantes a ser feita neste período de atividades de construção em larga escala, é o levantamento da paisagem histórica da Boêmia de modo a identificar a quantidade e a distribuição espacial dos sítios arqueológicos. É a combinação de dois ‘approaches’ não destrutivos dos assentamentos antigos – o reconhecimento aéreo e a prospecção por terra (‘plough-walking’) que nós aplicamos em áreas cuidadosamente selecionadas (‘landscape transects’).*”

Assim, a Arqueologia da Paisagem, sem desmerecer a atividade de escavação, faz justiça ao levantamento arqueológico (*Schiffer et al.* 1978, *Dunnell & Dancey* 1983). A obrigatoriedade de se definir graus de significância aplicáveis aos sítios a serem escavados tem consolidado a idéia dos “levantamentos de área”, fato corroborado pelos recentes avanços no campo das geotecnologias. E a fidelidade do levantamento arqueológico tem mexido com o próprio conceito de sítio arqueológico, como foi discutido na introdução deste trabalho.

A boa qualidade da pesquisa no campo da Arqueologia da Paisagem depende do uso das geotecnologias, técnicas modernas para estabelecer, registrar e gerenciar paisagens e seus componentes. O uso do GPS (*global positioning system*), do SIG (sistema de informação geográfica), dos SGBDs (sistemas de gerenciamento de banco de dados), dos SSRs (sistemas de sensoriamento remoto), dos *softwares* do sistema CAD

(*computer aided design*) e CAM (*computer aided mapping*), maximiza os resultados pretendidos pelo profissional que escolhe percorrer esse caminho. Estes instrumentos digitais de levantamento, ligados ao esboço e à modelagem de relevo, permitem-nos a produção de alta qualidade com economia.

A política de prestação de serviços da Unidade Arqueológica da Universidade de Lancaster, Reino Unido tem por base o seguinte pressuposto: "*Our historically important landscapes are more than just a collection of archaeological sites, they are a living historical documentary that provide a sense of place to local communities. The recognition and analysis of such landscapes is a requirement of any development which is likely to lead to widespread environmental and habitat change. Historic landscape recording and analysis is a prerequisite of any plan to conserve landscape qualities and manage change within a landscape.*"

Assim, entendermos o *entorno de ambientação* onde se insere um sítio arqueológico, construído e reconstruído em função do uso e da ocupação do solo, ajuda-nos na tarefa de entender a vida pregressa e a cultura.

Robin Boast, da Cambridge University, Reino Unido, levanta uma crítica bastante pertinente, ao enfoque puramente "natural" das paisagens que, na realidade, são produtos de algumas relações importantes, como homem/meio ou homem/homem: "*Landscape studies have long focused on the location and function of activities over space and time, focusing on sites, their catchments and economies. In other words, landscape archeology has had very little to do with landscapes – with landscapes as social space ... The landscape does not exist passively as a platform on which social functions take place nor simply as a resource to be exploited, rather the built landscape is socially constructed.*"

Pouco praticada em terras brasileiras, a Arqueologia da Paisagem começa a despontar timidamente no âmbito do universo acadêmico e na iniciativa privada (arqueologia por contrato). No primeiro caso, cumpre destacar as idéias de Tânia Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que vem alardeando a possibilidade de novas abordagens em arqueologia brasileira, incluindo aí a Arqueologia da Paisagem. Por outro lado,

a arqueóloga Solange Caldarelli, da empresa Scientia Consultoria Científica, em caráter pioneiro, propôs recentemente o tema "*registro arqueológico da paisagem*" como um dos programas de mitigação dos impactos ambientais aos sítios arqueológicos na área de influência da Usina Piraju, no Rio Paranapanema.

Adentrando questões ligadas aos aspectos metodológicos, o primeiro a ser ressaltado é a tentativa de adoção da *perspectiva holística* no desenvolvimento das investigações arqueológicas do Paranapanema, sob a ótica da Arqueologia da Paisagem, partilhando da crescente iniciativa de uma corrente científica que, baseada nos preceitos da *Declaração de Veneza* (1986), enfatiza a premissa "*a unidade do universo, famosa visão holística, é, definitivamente, a que associa ciência e tradição*" (Randon 1991). Esta postura vem consolidando o enfoque patrimonial da Arqueologia. De fato, o conhecimento científico chegou aos seus confins e, por isso, é hora de ele começar a dialogar com outras formas de conhecimento. Assim, reconhecendo as diferenças fundamentais entre ciência e tradição, pode-se frisar não a sua oposição mas, sim, a sua complementaridade. E a ótica patrimonial – o patrimônio da comunidade como bem de uso comum do povo – acaba por ganhar sentido.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que têm orientado a investigação no Paranapanema são, em si, uma aplicação holística, pois refletem a intenção de construir pontes sobre as fronteiras disciplinares, bem como entre as disciplinas e a tradição. Neste caso, convém notar que transdisciplinaridade, de acordo com Basarab Nicolescu (citado por Ribeiro Franco 1987), significa "*o encontro da ciência moderna com a tradição (esta última entendida como transmissão da sabedoria)*. A *transdisciplinaridade vai além da inter, pluri e multidisciplinaridade, as quais apenas integram as várias disciplinas do ramo do conhecimento. Transdisciplinaridade significa união entre os ramos da ciência com os caminhos vivos da espiritualidade, a qual não prescinde da interação hemisférica do cérebro humano.*"

A mesma Declaração de Veneza anteriormente citada continua afirmando que: "*De certa forma, essa abordagem transdisciplinar está escrita em nosso próprio cérebro através da interação dinâmica entre seus dois hemisférios. O estudo conjunto*

da natureza e do imaginário, do universo e do homem poderia, assim, aproximar-se melhor do real e permitir-nos enfrentar melhor os diferentes desafios de nossa época ... Recomendamos a urgência da pesquisa de novos métodos de educação, capazes de levar em conta os avanços da ciência que agora se harmonizam com as grandes tradições culturais, cuja preservação e cujo estudo mais profundo parecem fundamentais.”

O paradigma holístico está vinculado à concepção sistêmica, entendida como a maneira de ver todos os fenômenos ou eventos de um todo coordenados entre si, de modo que funcionem como uma estrutura organizada. “*Em resposta à crise global da consciência humana, surge uma nova cosmovisão baseada numa holoeistemologia (holos, do grego totalidade), que integra e vai além da epistemologia cartesiana e da concepção dialética clássica. O novo paradigma holístico que desponta desenvolveu-se a partir de uma concepção sistêmica na qual a abordagem dos fenômenos e eventos se dá de maneira inter-relacionada e interdependente.*” (Ribeiro Franco 1997).

Tal postura acompanha a abordagem sistêmica do mundo no qual todos os elementos, inclusive as sociedades humanas, interagem em uma imensa rede de relações. Num sentido metafórico, trata-se de uma gigantesca “*wide world web*” da Rede Mundial de Computadores. Assim, natureza e sociedade fundem-se em uma totalidade organizada. Visão ecossistêmica e holística se integram e interagem na medida que tratam de relações e de totalidade. Em uma abordagem ambiental, concluímos que os recursos da Terra não são inesgotáveis e que, portanto, é mais que desejável a união das sociedades humanas entre si e com a natureza, em sistema de cooperação e não de competição. “*A visão evolutiva da dinâmica entre os pólos da competição e da cooperação nasceu da Teoria dos Ecossistemas e se transforma agora, na década de 1990, numa teoria transdisciplinar conhecida como a busca da ‘Qualidade Total’ a qual está sendo testada por vários sistemas organizacionais no mundo, desde pequenas empresas, até empresas multinacionais. No campo da arquitetura, nota-se hoje, especialmente nos EUA e no Japão, uma tendência na busca da integração das disciplinas, tais como o planejamento territorial, urbanismo, paisagismo e o próprio desenho do*

edifício numa forma de trabalho cooperativo que se chama ‘Arquitetura Total’. Essa tendência faz parte das transformações conceituais derivadas da visão ecossistêmica e da Hipótese de Gaia e pode ser considerada como vertente holística no processo de criação arquitetônica.” (Ribeiro Franco 1997).

Mais especificamente, explicações sobre métodos e técnicas em Arqueologia da Paisagem passam, necessariamente, pelos conceitos de sítio arqueológico, local de interesse arqueológico e levantamento arqueológico (assunto já ventilado na introdução deste artigo).

Se bem que nunca formalmente explicitado, o conceito de sítio sempre esteve muito preso ao ato de escavar (Clark 1996). Todavia, vários fatores, especialmente de ordem econômica (a escavação é onerosa), técnica (há instrumentos modernos que rastreiam os assentamentos, sem tocá-los) e preservacionista (a escavação desmonta o sítio), vêm colaborando para que se firme a idéia da “fidelidade” do levantamento (ou da prospecção, como entendem alguns). A Arqueologia da Paisagem pouco intervém no registro arqueológico, esforçando-se para mostrar que é possível reconstituir concretamente a maneira como as populações organizaram o seu espaço.

A abordagem da paisagem (Dollfus 1982; Santos 1985, 1996; Santos & Souza 1986; Santos *et al.* 1994) ou dos entornos de ambientação de sítios e locais de interesse arqueológico vem se firmando cada vez mais com o uso dos modernos instrumentos hoje disponíveis: sistemas de sensoriamento remoto (imagens de satélites e a “velha” foto aérea), SIGs, GPSs (incluindo as *total stations*), SGBDs etc.. E assim, o conceito de sítio, sempre em mudança, vem se alargando cada vez mais (sobre o conceito de sítio arqueológico, relembramos definição anteriormente exposta).

Talvez a melhor proposta metodológica da Arqueologia da Paisagem seja a do *staff* da Lancaster University Archaeological Unit, que se inspira em três níveis de registro da paisagem.

Nível 1 – Levantamentos Estimativos

Corresponde à fase inicial do projeto, sendo a mais elementar forma de levantamento. Objetiva localizar e promover um levantamento básico estimativo de sítios e locais de interesse arqueológico anteriormente identificados, sob a ótica

da Arqueologia da Paisagem; cobre áreas extensas. O ponto central e vários outros pontos dos sítios são registrados com o auxílio de *total stations*. Descrições sumárias para a base de dados serão elaboradas. Este levantamento proporciona subsídios para o estabelecimento de esquemas preliminares e genéricos de manejo, proporcionando a elaboração de MDTs (*modelagens digitais de terreno*) de pequena escala. Fotografias aéreas e imagens de satélite são utilizadas nesta fase.

Nível 2 – Levantamentos Avaliatórios

Correspondem à *fase de identificação*. Os levantamentos avaliatórios definem a extensão e a forma dos sítios e dos locais de interesse arqueológico individualmente, relacionando-os com a topomorfologia, considerando os parâmetros do modelo locacional. Proporciona registros mais detalhados para análises acadêmicas do desenvolvimento da paisagem; cobre áreas menores. Atividades específicas de Geoarqueologia deverão ser encaminhadas. O levantamento avaliatório deve ser projetado para gradativamente alcançar o nível 3, promovendo a aquisição de pontos e dados adicionais. Neste nível é possível registrar cenas e paisagens notáveis, demonstrando o desenvolvimento e o crescimento de atividades e ações humanas em determinados locais. MDTs mais pontuais poderão ser elaboradas (entornos de ambientação).

Nível 3 — Levantamentos Mitigatórios

Correspondem à *fase de manejo ou gerenciamento*. Representam o registro paisagístico mais compreensivo de um sítio ou um local de interesse arqueológico, quando as geotecnologias são usadas em sua maior profundidade. A geração de modelagens digitais de terreno é em escala grande. O produto é o mapeamento na forma de construções isométricas do terreno, o mapeamento bidimensional de detalhe ou a construção de maquetes. A fase 3 provê um arcabouço que permite ativar o gerenciamento detalhado dos registros arqueológicos identificados nos levantamentos. Nesta fase decide-se, por exemplo, se o sítio será preservado *in situ* ou se a sua preservação far-se-á por meio do registro de suas estruturas. A preservação *in situ* é preferível em função

da natureza finita dos bens arqueológicos enquanto recurso cultural. Resta, então, trabalhar a comunidade detentora do patrimônio arqueológico em tela para que esta herança seja preservada.

Corroborando as iniciativas ligadas à Arqueologia da Paisagem, deverão ser ativados procedimentos próprios da Arqueometria, especialmente as datações. Justificamos tal incremento em função da necessidade de se obter referências cronológicas mais apuradas, com o propósito de esclarecer o quadro das migrações humanas em períodos pré-coloniais e históricos.

No caso da pasta de cerâmica, podem ser utilizados métodos nucleares não destrutivos. Segundo Appoloni *et al.* (1997), as análises densitométricas determinam parâmetros de tecnologia cerâmica como homogeneidade, presença de cacos moídos ou outros antiplásticos. Além disso, a composição da pasta de cerâmica pode identificar a região onde a argila foi coletada por meio da investigação de depósitos próximos aos sítios arqueológicos.

O fator geo no Paranapanema

O *fator geo* estará presente em todos os momentos da vida do planejamento de investigação arqueológica inserido no PROJPAR. Neste caso, os pesquisadores têm se valido das seguintes possibilidades de interface (Hassan 1979, Gladfelter 1981, Goudie 1987):

Organização territorial da área a ser pesquisada, adotando-se como ponto de partida a delimitação das microbacias hidrográficas. Opcionalmente, poderão ser definidos e delimitados módulos de levantamento arqueológico, a partir da fixação de coordenadas planas de referência (coordenadas do Sistema UTM).

Estudos litoestratigráficos regionais, abrangendo o cinturão envoltório dos conjuntos de sítios arqueológicos. Esta medida é bastante útil no sentido de se localizar e mapear fontes de matérias-primas enquanto locais para o desenvolvimento de atividades mineratórias (Andrefsky 1994).

Registro e análise das evidências arqueológicas de atividades de extração (minerais, vegetais e animais) e de produção (agricultura) (Higgs & Vita-Finzi 1972, Holliday 1992).

Análises petrográficas de matérias-primas (por exemplo, cerâmicas e líticos), com o propósito de se elucidar a cadeia de gestos técnicos necessários para a obtenção de artefatos, as possibilidades de comércio e rede de troca, bem como os limites das áreas de captação de recursos litológicos (Higgs & VitaFinzi 1972; Hayden 1979; Morais, 1981/82; 1983; 1987; Caldarelli 1983; Kelly 1988; Afonso 1995).

Estudos geomorfológicos, climáticos e hidrológicos regionais, de grande importância para a compreensão dos processos que determinaram o enterramento do registro arqueológico (Ab'Sáber 1969a, 1969b, 1989; Rick 1976; Schiffer 1987; Dunnel 1988; Larson 1992; Kuehn 1993; Will & Clark 1996; Waters 1998; Camilli 1988).

Conservação do registro arqueológico *in situ*, a partir da seleção e adoção de medidas mitigatórias que minimizem os impactos naturais e antrópicos sobre ele (Rick 1976, Stafford *et al.* 1992, Shelley 1993, McFaul *et alii* 1994, Pärssinen *et alii* 1996, Waters & Kuehn 1996, Walker *et alii* 1997, Guccione *et al.* 1998).

Análises sedimentológicas dos depósitos arqueológicos, que colaborarão nos procedimentos de reconstrução dos paleoambientes e de algumas características das atividades humanas (verificação de resíduos microscópicos, por exemplo) (Bertrand 1972).

Verificação das relações possíveis homem / meio, de crucial importância no tratamento da articulação dos sistemas culturais com o meio ambiente circundante (Delpoux 1974, Shackley 1981, Butzer 1982, Mooers & Dobbs 1993).

Identificação de parâmetros locais como base para a definição de um modelo locacional de caráter preditivo, de absoluta utilidade na fase de levantamento arqueológico (Chorley, Haggett 1974, 1975a, 1975b; Redman 1973; Board 1975; Hodder 1976; Ambler 1984; Gorenflo & Gale 1990; Kipnis 1996).

Registro das mudanças nos padrões de estabelecimento locais e a amplitude de seus reflexos em termos ambientais regionais (Chang 1972, Carr 1984, Roberts 1987).

Análise das relações entre os padrões de assentamento e detalhes das formas de uso da terra, bem como das evidências de degradação da paisagem e erosão do solo (Cremens *et al.* 1998).

Deteção da qualidade e intensidade do uso da terra, sugeridas pela presença de itens da cultura material nos registros arqueológicos (Gallay 1986, Camilli 1988, Holliday 1992).

Verificação da "produção de paisagens" por populações indígenas pré-coloniais e de contato (Johnson 1977, Galicia 1990, Rougerie & Beroutchachvili 1991, Rossignol & Wandsnider 1992).

Estudo dos primórdios da urbanização: desenho urbano e ciclos econômicos da apropriação do espaço, em termos de Arqueologia Histórica (Wagstaff 1987, Funari 1997).

Estudo da implantação e do desenvolvimento de rotas (sistemas locais e interregionais) e suas relações com as mudanças de padrões de povoamento pré-coloniais e coloniais (Hodder 1991, Rochefort 1998).

MORAIS, J.L. de. Archaeology and geo component. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 3-22, 1999.

ABSTRACT: Relations among archaeology, geography, geomorphology and geology, defined as "geo component", are emphasized in this article. Archaeological investigations in Paranapanema River Basin (Paranapanema Project), São Paulo State, reinforces this interdisciplinary approach as a model in tropical archaeology.

UNITERMS: Brazilian Archaeology – Geoarchaeology – Landscape Archaeology – Paranapanema Project.

Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, A.N.
1969a Formações quaternárias em áreas de reverso de cuesta em São Paulo. *Geomorfologia*, São Paulo, IG-USP, 16.
1969b Os baixos chapadões do oeste paulista. *Geomorfologia*, São Paulo, IG-USP, 17.
1989 Páleo-Climas Quaternários e Pré-História da América Tropical. *Dédalo*, São Paulo, publicação avulsa: 9-25.
- AFONSO, M.C.
1988 *A ocupação pré-histórica na região de Serra Azul e São Simão: um estudo geoarqueológico*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
1995 *Caçadores-coletores pré-históricos: estudo geoarqueológico da bacia do Ribeirão do Queimador (médio Tietê, SP)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- AMBLER, J.R.
1984 The Use and Abuse of Predictive Modeling in Cultural Resource Management. *American Antiquity*, 4 (2): 140-146.
- ANDREFSKY, Jr., W.
1994 The Geological Occurrence of Lithic Material and Stone Tool Production Strategies. *Geoarchaeology: An International Journal*, 9 (5): 375-391.
- APPOLONI, C.R.
1997 Estudo de cerâmica arqueológica do Paraná por técnicas nucleares não destrutivas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Supl., 2: 135-149.
- BERTRAND, G.
1972 Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. Caderno de Ciências da Terra do IG-USP, 13.
- BEZERRA DE MENESES, U.T.
1988 *Arqueologia de Salvamento no Brasil: uma avaliação crítica*. Conferência apresentada no Seminário sobre Salvamento Arqueológico. Rio de Janeiro, SPHAN.
- BOARD, C.
1975 Os mapas como modelos. R.J. Chorley; P. Haggett (Eds.) *Modelos sócio-econômicos em geografia*. São Paulo, Edusp: 139-184.
- BUTZER, K.W.
1982 *Archaeology as Human Ecology* Cambridge: Cambridge University Press.
- CALDARELLI, S.B.
1983 *Lições da Pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no médio vale do Rio Tietê*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- CAMERON, C.M; TOMKA, S.A. (Eds.)
1996 *Abandonment of Settlements and Regions. Ethnoarchaeological and Archaeological Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CAMILLI, E.L.
1988 Interpreting Long-Term Land-Use Patterns from Archeological Landscapes. *American Archeology*, 7 (1): 57-65.
- CARR, Ch.
1984 The Nature of Organization of Intrasite Archeological Records and Spatial Analytic Approaches to their Investigation. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7 New York, Academic Press: 103-222.
- CHANG, K.C.
1972 Settlements Patterns in Archaeology. *Addison-Wesley Module in Anthropology*, 24.
- CHORLEY, R.J.; P. HAGGETT
1974 *Modelos integrados em geografia*. São Paulo: Edusp.
1975a *Modelos sócio-econômicos em geografia*. São Paulo: Edusp.
1975b *Modelos físicos e de informação em geografia*. São Paulo: Edusp.
- CLARK, A.
1996 *Seeing Beneath the Soil. Prospecting Methods in Archaeology*. London: B.T. Batisford Ltd.
- CLARKE, D.L.
1977 *Spatial Archaeology*. London: Academic Press.
- CREMEENS, D.L.; HART, J.P.; DARMODY, R.G.
1998 Complex Pedostratigraphy of a Terrace Fragment at the Memorial Park Site, Central Pennsylvania. *Geoarchaeology: An International Journal*, 13 (4): 339-359.
- DELPOUX, M.
1974 Ecossistema e Paisagem. *Métodos em Questão*, São Paulo, IG-USP, 7.
- DOLLFUS, O.
1982 *O Espaço Geográfico*. São Paulo: Difel.
- DUNNEL, R.C.
1988 Low-Density Archeological Records from Plowed Surfaces: Some Preliminary Considerations. *American Archeology*, 7 (1): 29-37.
- DUNNEL, R.C.; W.S. DANCEY
1983 The Siteless Survey: A Regional Scale Data Collection Strategy. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 6: 267-285.
- ELBERT, J.I.
1988 Modeling Human Systems and "Predicting" the Archeological Record: The Unavoidable Relationship of Theory and Method. *American Archeology*, 7 (1): 3-7.
- FÁCCIO, N.B.
1992 *Estudo do Sítio Alvim no contexto do Projeto Paranapanema*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
1998 *Arqueologia dos Cenários da Ocupações Horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- FISH, S.K.; KOWALEWSKI, S.A. (Eds.)
1990 *The Archaeology of Regions. A Case for Full-*

- Coverage Survey. Washington: Smithsonian Institution Press.
- GALICIA, X. de
1990 Arqueología del Paisaje. El área Bocelo-Furelos entre los tiempos paleolíticos y medievales. Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, La Coruña.
- GALLAY, A.
1986 *L'Archéologie Demain*. Paris: Belfond.
- GLADFELTER, B.G.
1977 Geoaerchaeology: The Geomorphologist and Archaeology. *American Antiquity*, 42 (4): 519-538.
1981 Developments and Directions in Geoaerchaeology. M.B. Schiffer (Ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, 4. New York, Academic Press: 343-364.
- GORENFLO, L.J.; GALE, N.
1990 Mapping Regional Settlement in Information Space. *Journal of Anthropolical Archaeology*, 9: 240-274.
- GOUDIE, A.S.
1987 Geography and Archaeology: the growth of a relationship. J.M. Wagstaff (Ed.) *Landscape & Culture. Geographical & Archaeological Perspectives*. New York, Basil Blackwel: 11-25.
- GUCCIONE, M.J.; SIERZCHULA, M.C.; LAFFERTY III, R.H.
1998 Site Preservation along an Active Meandering and Avulsing River: The Red River, Arkansas. *Geoarchaeology: An International Journal*, 13 (5): 475-500.
- HASSAN, F.A.
1979 Geoarchaeology: the Geologist and Archaeology. *American Antiquity*, 44 (2): 267-270.
- HAYDEN, B. (Ed.)
1979 *Lithic Use-Wear Analysis*. New York: Academic Press.
- HIGGS, E.S.; VITA-FINZI, C.
1972 Prehistoric economies: a territorial approach. E.S. Higgs (Ed.) *Papers in Economic Prehistory*. Cambridge, Cambridge University Press: 27-36.
- HODDER, I.
1976 *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
1991 *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOLLIDAY, V.T. (Ed.)
1992 *Soils in Archaeology. Landscape Evolution and Human Occupation*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- JOHNSON, G.A.
1977 Aspects of Regional Analysis in Archaeology. *Annual Review of Anthropology*, 6: 479-508.
- KASHIMOTO, E.M.
1992 *Geoarqueologia do Baixo Paranapanema: uma perspectiva geográfica de estabelecimentos humanos pré-históricos*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
1998 *Variáveis ambientais e arqueologia do Alto Paraná*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- KELLY, R.L.
1988 Hunter-Gatherer Land Use and Regional Geomorphology: Implications for Archeological Survey. *American Archeology*, 7 (1): 49-56.
- KIPNIS, R.
1996 O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia, UCG: 34-40.
- KUEHN, D.D.
1993 Landforms and Archeological Site Location in the Little Missouri Badlands: A New Look at Some Well-Established Patterns. *Geoarchaeology: An International Journal*, 8 (4): 313-332.
- LAMBERT, J.B.
1997 *Traces of the Past. Unraveling the Secrets of Archaeology through Chemistry*. Reading, Massachusetts: Helix Books.
- LARSON, M.L.
1992 Site Formation Processes in the Cody and Early Plains Archaic Levels at the Ladie Creek Site, Wyoming. *Geoarchaeology: An International Journal*, 7 (2): 103-120.
- LEACH, E.K.
1992 On the Definition of Geoarchaeology. *Geoarchaeology: An International Journal*, 7 (5): 405-417.
- MARTINS, D.C.
1999 *Arqueologia da Serra da Mesa: Planejamento, Gestão e Resultados de um Projeto de Salvamento Arqueológico*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- McFAUL, M.; TRAUGH, K.L.; SMITH, G.D.; DOERING, W.; ZIER, C.J.
1994 Geoarchaeologic Analysis of South Platte River Terraces: Kersey, Colorado. *Geoarchaeology: An International Journal*, 9 (5): 345-374.
- MELLO ARAUJO, A.G.
1994 *Levantamento arqueológico da área do alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- MOOERS, H.D.; DOBBS, C.A.
1993 Holocene Landscape Evolution and Development of Models for Human Interaction with the Environment: An Example from the Mississipi Headwaters Region. *Geoarchaeology: An International Journal*, 8 (6): 475-492.
- MORAIS, J.L.
1981/1982 Os artefatos em sílex de Santa Bárbara d'Oeste, SP. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 28: 101-114.
1983 A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima. *Coleção Museu Paulista, Arqueologia*, São Paulo, volume 7.

- 1987 A propósito do estudo das indústrias líticas. *Revista do Museu Paulista, São Paulo*, 32: 155-184.
- NEUSTUPNÝ, E.
1993 *Archaeological Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PÄRSSINEN, M.H.; SALO J.S.; RÄSÄNEN, M.E.
1996 River Floodplain Relocations and the Abandonment of Aborigine Settlements in the Upper Amazon Basin: A Historical Case Study of San Miguel de Cunibos at the Middle Ucayali River. *Geoarchaeology: An International Journal*, 11 (4): 345-359.
- RANDON, M.
1991 A ciência face aos confins do conhecimento. Brandão & Crema (Eds.) *O novo paradigma holístico*. São Paulo, Summus Ed.: 39-47.
- RAPP, G., Jr.; HILL, Ch.L.
1998 *Geoarchaeology. The Earth-Science Approach to Archaeological Interpretation*. New Haven: Yale University Press.
- REDMAN, Ch.L.
1973 Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. *American Antiquity*, 38 (1) 61-79.
- RENFREW, C.
1976 Introduction. Archaeology and the Earth Sciences. D.A. Davidson; M.L. Shackley (Eds.) *Geoarchaeology. Earth Science and the Past*. London, Duckworth: xxxxxxxxxxxx.
- RIBEIRO FRANCO, M.A.
1997 *Desenho Ambiental. Uma Introdução à Arquitetura da Paisagem com o Paradigma Ecológico*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- RICK, J.W.
1976 Dowslope movement and archaeological intrasite spatial analysis. *American Antiquity*, 41 (2): 133-144.
- ROBERTS, B.K.
1987 Landscape Archaeology. Wagstaff, J.M. (Ed.) *Landscape & Culture. Geographical & Archaeological Perspectives*. New York, Basil Blackwell: 77-95.
- ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L.A. (Eds.)
1992 *Space, Time, and Archaeological Landscapes*. New York: Plenum Press.
- ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N.
1991 *Géosystèmes et Paysages. Bilan et Methode*. Paris: Armand Colin.
- SANTOS, M.
1985 *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel.
1996 *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M.; SOUZA, M.A. (Orgs.)
1986 *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.)
1994 *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.
- SCHIFFER, M.B.
1987 *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- SHACKLEY, M.
1981 *Environmental Archaeology*. London: George Allen & Unwin.
- SHELLEY, Ph.H.
1993 A Geoarchaeological Approach to the Analysis of Secondary Lithic Deposits. *Geoarchaeology: An International Journal*, 8 (1): 59-72.
- SOTCHAVA, V.B.
1977 O Estudo de Geossistemas. *Métodos em Questão*, São Paulo, IG-USP, 16.
- STAFFORD, C.R.; LEIGH, D.S.; ASCH, D.L.
1992 Prehistoric Settlement and Landscape Change on Alluvial Fans in the Upper Mississippi River Valley. *Geoarchaeology: An International Journal*, 7 (4): 287-314.
- VILHENA-VIALOU, A.
1980 *Tecnopológia das indústrias líticas do Sítio Almeida no seu quadro natural, arqueológico e regional*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- WAGSTAFF, J.M. (Ed.)
1987 *Landscape & Culture. Geographical & Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell.
1987 The New Archaeology and Geography. J.M. Wagstaff (Ed.) *Landscape & Culture. Geographical & Archaeological Perspectives*. New York, Basil Blackwell: 26-36.
- WALKER, I.J.; DESLOGES, J.R.; CRAWFORD, G.W.; SMITH, D.G.
1997 Floodplain Formation Processes and Archaeological Implications at the Grand Banks Site, Lower Grand River, Southern, Ontario. *Geoarchaeology: An International Journal*, 12 (8): 865-887.
- WATERS, M.R.
1992 *Principles of Geoarchaeology. A North American Perspective*. Tucson: The University of Arizona Press.
1998 The Effect of Landscape and Hydrologic Variables on the Prehistoric Salado: Geoarchaeological Investigations in the Tonto Basin, Arizona. *Geoarchaeology: An International Journal*, 13 (2): 105-160.
- WATERS, M.R.; KUEHN, D.D.
1996 The Geoarchaeology of Place: The Effect of Geological Processes on The Preservation and Interpretation of the Archaeological Record. *American Antiquity*, 61 (3): 483-497.
- WILL, R.T.; CLARK, J.A.
1996 Stone Artifact Movement on Impoundment Shorelines: A Case Study from Maine. *American Antiquity*, 61 (3): 499-519.

Fontes eletrônicas

LUAU – LANCASTER UNIVERSITY ARCHAEOLOGICAL UNIT

<http://www.lanc.ac.uk>

Landscape Archaeology (last modified on 1996)

Landscape Survey (last modified on 1996)

The North West Wetlands Survey (NWS) (last modified on 1996)

r.newman@lancaster.ac.uk; i.quartermaine@lancaster.ac.uk

Landscape Archaeology – Survey Levels (last modified on 1996)

Palaeobotanic Research (last modified on 1996)

j.dodds@lancaster.ac.uk

Buildings Archaeology (last modified on 1996)

j.i.wood@lancaster.ac.uk

UNIVERSITY OF DUNDEE

<http://www.dundee.ac.uk>

Understanding People through the Human Sciences – Overview

<http://www-phil.philengl.dundee.ac.uk/staff/ray/uphs/>

Holism in Social Science

<http://www-phil.philengl.dundee.ac.uk/magen/uphs/holism.htm>

US ARMY – US ARMY CORPS OF ENGINEERS

<http://www.wex.army.mil>

Cultural Resource Management Support to Military Installations (projects 1-25) (last modified on ?)

INTERNET ARCHAEOLOGY OFFICE – UNIVERSITY OF YORK

<http://ads.ahds.ac.uk>

Archaeologists Using GIS (last modified on 1996)

apm9@york.ac.uk

ian.johnson@antiquity.su.edu.au

GILLINGS, M.; GOODRICK, G. *Sensous and Reflexive GIS Exploring Visualisation and VRML*, text search, 1996

UNIVERSITY OF TEXAS

<http://www.utexas.edu/depts/grg>

GIS in Archaeology (last modified on ?)

idig@utxvmx.cc.utexas.edu

CORNELL UNIVERSITY

<http://www.cornell.edu>

Laboratory in Landscape Archaeology (1997-98 course descriptions)

Urban Archaeology (1997-98 course descriptions)

ESRI CONSERVATION PROGRAM RESOURCES: ARCHAEOLOGY & ANTHROPOLOGY

<http://www.esri.com/base/users/conservation>

Sites of Interest for Mapping / GIS (last modified on 1997)

UNIVERSITY OF CHICAGO, ORIENTAL INSTITUTE

<http://www.oi.uchicago.edu>

Upper Mesopotamia Landscape Project, 1992-93 Annual Report (revised: 1997)

KVAMME, K.L.

<http://web.bu.edu/archaeology/www/faculty/kvamme/sieber.html>

Landscape Archaeology in Western Colorado (1988-94)

UNIVERSITY OF NEWCASTLE

<http://ncl.ac.uk/~narchae/>

Tyne-Solway Ancient Landscapes Initiative (Publications): "Landscape Archaeology in Tynedale", 102 pp, by Christopher Tolan-Smith. 1996.

chris.tolan-smith@ncl.ac.uk

BIRNBAUM, CH. A.

<http://www.oldhousejournal.com/notebook/npsbriefs/brief36.asp>

Protecting Cultural Landscapes: Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes (brief)

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

<http://www-gtarpa.usc.es>

Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje

Grupo de Inventario y Prospección

Grupo de Tecnologías de la Información

phiblan@usc.es

Resúmenes de las Comunicaciones del "First Annual Meeting de la European Association of Archaeologists":

1 – Landscape Archaeology Through Europe: Problems, Methods and Techniques

(GENNADII E. AFANASIEV, chairman)

KOVALEVSKAYA, V.B. *Landscape Archaeology of Central Ciscaucasia (6th-12th Century A.D.)* (Institute of Archaeology RAN, Moscow, Russia).

GOJDA, M. *The Combination of Aerial and Ground Survey in Bohemian Landscapes Studies* (Institute of Archaeology, Prague, Czech Republic).

CONTRERAS, F.; RODRIGUEZ, I.; MOLINA, F.; ESQUIVEL, J.A.; PEÑA, J.A. *Site, Territory and Archeological Information Systems* (Universidad de Granada, Spain).

MCADAM, R. *The Oxford-Aarhus Analytical Database Project: Trying to Publish Landscapes* (Oxford Archaeological Unity, U.K.).

2 – New Approaches In Landscape Archaeology

(ANDREW FLEMING, chairman)

KUNA, M. *Why Are Archaeological Sites Where They Are?* (Institute of Archaeology, Prague, Czech Republic).

MACLADE, J.; PICAZO, M. *Timing Space: temporalities and social reproduction in the archaeology of settlement* (McDonald Institute for Archaeological Research, University of Cambridge, U.K.; Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Spain).

GRAMSCH, A. *Landscape: of making and seeing* (Institut für Ur und Frühgeschichte, Berlin, Germany).

LANDIN, D.C.; ROURA, F.I. *Take a Walk on the Wild Side: patterns of movements to explain patterns of hunting site locations* (Universidade de Santiago de Compostela; Servicios Técnicos de Arqueología, Consellería de Cultura, Spain).

ENAMORADO, V.M. *About Some Tugur on the Occidental Border (Tagr Al-Adnè) of Granada: space and population* (Universidad de Málaga, Spain).

ARTEAGA, O. *Natural Process and Historical Process: Andalusian Coasts and Archaeology* (Universidad de Sevilla, Spain).

3 – Environmental Archaeology

(PILAR LÓPEZ, chairman)

DRESLEROVÁ, D. *Climatic Change and Human Response* (Czech Academy of Sciences, Prague, Czech Republic).

JAGER, K.D. *Archaeological Evidence of Holocene Climatic Oscillations in Central Europe* (Martin Luther Universität, Halle, Germany).

BAKELS, C. *Growing Grain for Others: how to detect surplus production* (University of Leiden, The Netherlands).

LEBEDEVA, E. *Ancient Agriculture in the Eastern Europe: the problems of the investigation* (Russian Academy of Sciences, Moscow, Russia).

ANTIPANA, Y.Y.; MASLOV, S.P. *The Plains of Crimea in the Border Ancient and Middle Ages: man, environment, economy* (Russian Academy of Sciences; Moscow State University, Russia)

MORALES, A.; HERNÁNDEZ, F.; ROSELLÓ, E. *The Changing Faunal Exploitation Fallacy: a case study from Cueva de Nerja (S. Spain; 14,000 – 5,000 B.P.)* (Universidad Autónoma de Madrid, Spain).

4 – Archaeology and the Changing of Rural Landscapes

(PETER FOWLER, chairman)

MERCER, R.J. *The Revolution of Rural Landscape in Scotland and an Archaeological Response to Current Developments* (Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland, U.K.).

DARVILL, T.; FULTON, A.; KING, N. *The Monuments at Risk Survey in England* (Bournemouth University, U.K.).

FAIRCLOUGH, G. *Through the Hedge Backwards: heritage management and shaping the English Rural Landscape* (English Heritage, U.K.).

GONZALO, M.A.; CERRILLO y MARTIN de CÁCERES, E.; BRIAS, J.M. *Rural Landscape in the Ambroz Valley (Cáceres) from a Diachronic Perspective of its Archaeological Heritage. Analysis of the problem of its management and conservation* (Universidad de Extremadura, Cáceres, Spain).

KOVALEV, A. *Russian Reforms and the Fate of Archaeological Monuments* (Russian Institute for Cultural and Natural Heritage, St. Petersburg, Russia).

De La TORRE, N.Z.; MATA, F.H.; LOPEZ, M.C. *The Manor of Otiñar, Jaén (1834-1975): a hereditary vindication of recent past* (Delegación Provincial de Cultura, Jaén, Spain).

KALAND, S.H.H. *Heathlands – The Atlantic Landscape of Europe: an exemple from Norway* (University of Bergen, Norway).

5 – Building Landscapes: Spatial Regularities in Material Culture

(ROBIN BOAST, chairman)

HOLTORF, C. *Megaliths and their Receptions in the Landscape* (University of Wales, Lampeter, U.K.).

BOYD, B. *Breaking Down the Nature – Culture Dichotomy in Prehistory: a view from the Levant* (Corpus Christ College, Cambridge, U.K.).

BUJEDO, N.T.; VARGAS, M.J.L. *Cogotas I Excise Ceramic and its Environmental Context* (Spain).

FERNANDES, I.C.; MARTÍNEZ, P.P. *From the Landscape to Potery: spatial regularities in material culture* (Universidad de Santiago, Spain).

BERGH, S. *To Be Seen or not To Be Seen. That is the Difference: a regional study of monuments, visibility and landscape in Cöil Irra, Co. Sligo, Ireland* (Riksantikvarieambetet, Stockholm, Sweden).

6 – The Archaeology of Wealth, Prestige and Value: Landscape and Material Culture

(ALASDAIR WHITTLE, chairman)

CHAPMAN, J. *The Significance of Time-Value and Place-Value in European Prehistory* (University of Newcastle, U.K.).

MÜLLER, J. *The Accumulation of Prestige in a Late Neolithic Landscape: Central Germany and the adaptation of ritual and technological innovations* (Freie Universität, Berlin, Germany).

PYDYN, A. *The Universal and Relative Character of Social, Economic and Symbolic Value: examples from the study of cross-cultural exchange in Central Europe in the transition from the Late Bronze Age to the Early Iron Age* (Oxford University, U.K.).

PALAVESTRA, A. *Princely Tombs as Landmarks in the Central Balkans Iron Age* (Institute for Balkans Studies, Belgrade, Yugoslavia).

MORILLO, S.R. *The Bow and the Arrow in Greece During the Late Bronze Age and the Early Iron Age* (Universidade de Vigo, Ourense, Spain).

LAPATIN, K.D.S. *Faith, Renewal and Power: Chryselephantine Statuary in Classical Greece* (Boston University, U.S.A.).

RIECKHOFF, S. *Jewellery, Wealth, Power: social structures in Early Bronze Age cemeteries in South Germany* (Universität Leipzig, Germany).

7 – Urban Archaeology

(VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA, chairman)

NIXON, T.J.P. *Evaluating London* (Museum of London, Archaeology Service, UK).

ONORATO, A.M. *The Urban Archaeological Project in Grenade* (Universidad de Granada, Spain).

MIRAJ, L. *Urban Archaeology in Albania: the case of Durrës as a particular one* (Museum of Dyrrah, Albania).

MARTINS, M.; DELGADO, M. *Discovering Bracara Augusta: an urban archaeological project* (University of Braga, Portugal).

KRAUSE, G. *Problems and Chances of Urban Archaeology in Germany* (Kultur-Und Stadthistorisches Museum, Duisburg, Germany).

TALLÓN-NIETO, M.J.; PUENTES E.R. *Minimising Risks in Urban Archaeology: urban planing and archaeological practice* (Dirección Xeral de Patrimonio Histórico, Consellería de Cultura, Santiago, Spain).

AVNI, G. *Developing Jerusalem – Rescue Excavations, Conservation, and Preservation of Archaeological Sites to the Public* (Israel Antiquities Authority, Jerusalem, Israel).

Recebido para publicação em 20 de setembro de 1999

LA CERÁMICA MANAO Y EL PAPEL DE LOS MANAO EN LA AMAZONÍA

*Thomas P. Myers**

MYERS, T.P. La cerámica manao y el papel de los Manao en la Amazonía. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, S. Paulo, 9 : 23-41, 1999*

RESUMO: Este artigo descreve a cerâmica Manao coletada por Johann Natterer em 1830 ou 1831. Este conjunto de peças cerâmicas está formado por jarras e tigelas decoradas com incisões largas e pintura aplicada após a cocção. Comparações com a cerâmica contemporânea do rio Negro e da Amazônia superior indicam que as formas deste vasilhame têm relações estreitas com a cerâmica baniwa do rio Içana, mesmo que a pintura desta última seja aplicada antes da cocção. Uma jarra baniwa também coletada por Natterer demonstra que as duas tradições indígenas eram já diferentes nesta época. Tudo indica que os antecedentes comuns das cerâmicas manao e baniwa podem ser encontrados na tradição araquinoide do rio Orinoco.

UNITERMOS: Cerâmica indígena – Arqueologia amazônica – Grupos arauaque – Arqueologia do baixo rio Negro e Orinoco.

Introducción

Los Manao eran el pueblo dominante del río Negro desde los medios del siglo dieciséis hasta los primeros años del siglo dieciocho (fig. 1). Durante este época ocupaban una posición estratégica entre los holandeses de Guiana y los portugueses del bajo río Amazonas. Guiados por Ajuricaba, su jefe principal, los Manao contraponían holandeses y portugueses. Derrotados en 1728, los Manao y sus aliados indígenas se rebelaron en 1757 antes de ser sujetos finalmente por los portugueses en el mismo año (Hemming 1978: 441-443; Southey 1969iii: 710-714; Whitehead 1988: 168-9). Miembros de la tribu continuaban a vivir en las misiones y villas ribereñas del río Negro hasta el siglo diecinueve

cuando Johann Natterer recogió la única colección de cerámica manao hasta ahora en existencia (Kann 1981). Seguramente sus descendientes se encuentran entre los mismos pueblos hasta el presente.

Este trabajo enfoca la cerámica manao recogida por Johann Natterer en 1830 que puede ser la cerámica etnográfica más temprana de la Amazonía. Esta cerámica es importante porque los Manao jugaban un papel de suma importancia durante las primeras décadas de la conquista portuguesa. Debemos encontrar evidencia de su presencia no solamente en su hogar en el río Negro sino también en el río Amazonas central adonde llevaron su trueque en productos indígenas de la Amazonía noroeste así como de las Guianas. Nuestra habilidad de encontrar tal evidencia es una medida de nuestra capacidad como arqueólogos de identificar relaciones interétnicas en la prehistoria.

(*) Museo de la Universidad de Nebraska.

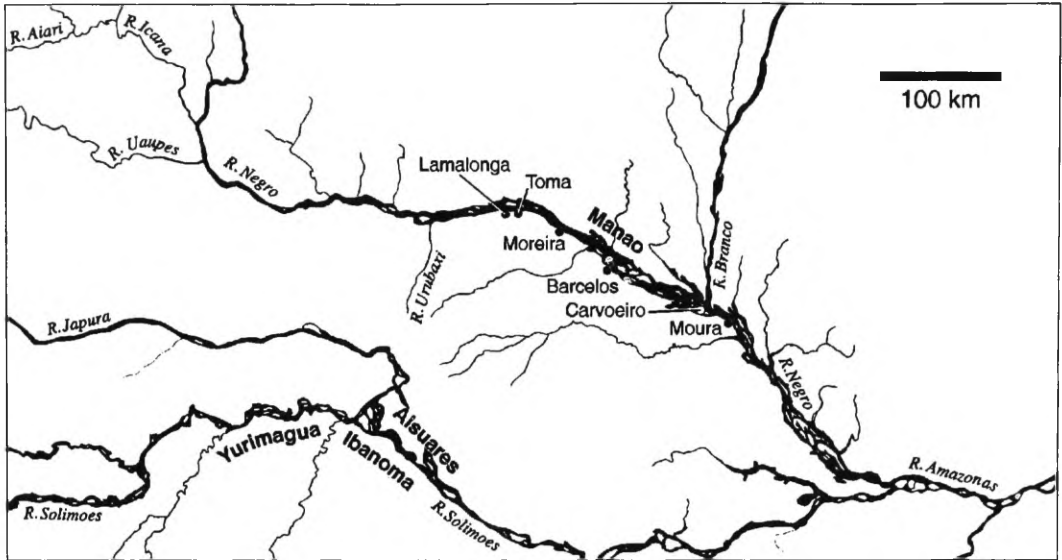


Fig. 1 – Pueblos manao en el siglo dieciséis.

Los Manao

La primera noticia de los habitantes del río Negro viene de alrededor del año 1553 cuando unos 13.000 Tupinambá ascendían el río Amazonas en busca de un territorio nuevo. Se desviaron aguas arriba del río Negro por unos cuatro días hasta que llegaron a una laguna grande donde los naturales vivían en las riberas altas. Se defendieron con armas de fuego de fortalezas hechas de madera y barro y proveídas con torres. La batalla naval resultó en el fracaso de los Tupinambá quienes huyeron río abajo. Llegando al río Amazonas, voltearon de nuevo al oeste, llegando a Cajamarca en 1555. Continuaron en dirección de Lima donde el Marqués de Cañete, virrey del Perú, los recibió (Ortiguera 1909: 308-9). Cuentos de este viaje circularon en el Perú, creando un ambiente propicio para hacerse la entrada de Pedro de Orsua y su maestro de campo, el traidor Lope de Aguirre.

Cuando encontramos los Manao por la segunda vez, eran mercaderes del norte que traían bienes a los cacicazgos de la Amazonía central. En el año 1639, Fr. Acuña avisó que los Managús habían traído oro a los pueblos ocupando la ribera meridional (1986: 78), cerca de Tefé, donde el río corre contra las riberas altas de tierra firme. Cincuenta años después, en el mes de julio 1689, al pico de la inundación anual,

Pde. Fritz observó la llegada de los Manao llevando oro, bermejo, raspadores de mandioca, hamacas, macanas, y escudos para cambiar con los Aisuares, Ibanomas y Yurimaguas que vivían en el mismo lugar por los fines del siglo (Fritz 1922: 62-3). Este tráfico de los Manao puede explicar la presencia de armas europeas que encontró Orellana en el bajo Amazonas por los años de 1540 (Myers 1981, 1983; 1992a; Porro 1985; Sweet 1974).

El Padre Samuel Fritz, que conoció la región mejor que cualquier otro europeo de su época, notó que los Manao vivían en el río Jurubetts, o Urupaxi, un afluente del río Negro. Llegaron al Amazonas por medio del Japurá (Edmundson 1922: 62). Acuña también indicó los ríos Yuruá y Yurupazí como la ruta a las minas de oro (1986: 78-9). Según un documento de 1.768, la boca del Urupaxi es estrecha pero río arriba se amplía para formar lagunas grandes por las cuales se comunica con el río Japurá (Edmundson 1922: 41). Entre los afluentes del río Negro, el Urupaxi fue notable por la abundancia de sus lagunas por las cuales se comunicaba con el Japurá (Rodríguez Ferreira nd: 70, 612). Estas lagunas no son identificables en los mapas del RADAMBRASIL (1978: vol. 18). Por eso es probable que sean lagunas efímeras formadas a base de las lluvias del invierno, parecidas a las que forman a las cabeceras del río

Branco durante el invierno (Sternberg 1975: 44).

Por los fines del siglo dieciocho, creían que anteriormente los Manao habían vivido en ambas las margenes del río Negro y sus afluentes principales entre el río Ararirá, que entra el Negro entre Moeira y Thomar, y el río Tea [Xiuara], incluyendo el río Urubaxi (Rodrigues Ferreirand: 617). Esta afirmación está de acuerdo con la opinión de Fritz, en el siglo diecisiete, según la cual los Manao habitaban el río Urubaxi. Si esto es cierto, los moradores del río Negro encontrados por los Tupinambá no eran Manao sino otro grupo de nombre y afiliación desconocida. Sitios arqueológicos en esta zona pertenecen a la sub-tradición Guarita con fechas radiocarbónicas entre 825 y 1550 d.C. (Simões y Kalkmann 1987). Como se demuestra adelante, esta cerámica es bien distinta de la cerámica manao recogida por Natterer.

Parece que los Manao quedaron fuera del control de los holandeses o de los portugueses hasta los medios del siglo dieciocho. Antes de esta fecha, los Manao traficaban con ambos, por medio de un intermediario indígena con los holandeses y directamente con los portugueses. De los holandeses obtuvieron armas de fuego y otros bienes europeos en cambio de esclavos capturados de otras tribus nativas. En 1716, los Manao tenían tantas armas de fuego que los oficiales de Belém intentaron comprar armas de los indígenas. Pocos años después, los jesuitas fundaron las primeras misiones en el río Negro. Por toda la Amazonía, los portugueses lanzaban muchas expediciones para capturar esclavos aunque rescates oficiales no empezaron hasta 1723. Por estos años los Manao no pacificados se removieron río arriba de la boca del río Branco. De este refugio atacaban con frecuencia las misiones para capturar esclavos que cambiaban con los holandeses (Acuña 1986: 83-4; Sweet 1974:527-8; Whitehead 1988: 168-9).

Por los años de 1730, unos seis pueblos importantes de Manao se establecieron en el medio río Negro. La mayoría estaba constituida por pueblos Manao donde se habían establecido misiones carmelitas: Castanheiro, Avidá [Auacihidá], Cumarú,

Tabla I

Pueblos Manao, 1740-1986			
Ca. 1740*	1785**	Ca. 1800***	1978****
	Barra [Manaus] Moura Carvoeiro	Barra[Manaus] Moura Carvoeiro [Aracary]	Manaus Moura Carvoeiro
Cumarú	Poiars	Poiars [Camaru]	Cumarú
Marivá	Barcellos Moeira	Barcellos [Mariua] Moreira [Cabuquena]	Barcelos Moreira
Bararoá	Thomar	Thomar [Bararua]	Tomar
Dary [Lamalonga?]	Lamalonga Santa Isabel Castanheiro	Lamalonga	Santa Isabel Castanheiro
Castanheiro Avidá[Auacihidá]			

*Sweet 1974: 596-7; **Rodrigues nd; ***Southey 1969iii: 709-718; ****RADAMBRASIL 1978.

Dary, Marivá y Bararoá (Sweet 1974: 596-7). Varios son identificables hasta nuestros días (Tabla I). En 1786, estos pueblos eran multiculturales incluyendo indios, blancos y esclavos negros, los indios siempre en la mayoría (Tabla II). En cada pueblo, habían indios de varias tribus (Tabla III). La población indígena de Moreira, por ejemplo, incluía indios Manao, Bares, Carajahis, Japiúas, Baniúas, Jaruna y otros. De estos, solamente los Manao y Baniúas fueron incluidos dentro de las tribus naturales del río Negro. En Santa Isabel se encontraban Uaupés, Juris, Passés, Uerequenas y Baniúas y más unos pocos Baiana, Maquiritari y Macu (Rodrigues Ferreira nd: 62, 110, 616-7, 718). Es probable que los Manao eran el pueblo dominante entre todos los pueblos, mientras que los demás eran esclavos de los Manao.

Tabla II

Habitantes de los principales pueblos del río Negro en 1786

Villa	Indios	Moradores	Esclavos	Total
Poiars	366	23	15	404
Barra	243	47	11	301
Moura	729	66	19	814
Barcellos	756	230	167	1153
Moreira	184	63	29	276
Thomar	524	63	7	594
Lamalonga	196	7	8	211
Castanheiro	108	6	0	114
Total	3106	505	256	3867

Según Rodrigues Ferreira nd: 65, 84, 100, 214, 461, 491, 542, 585.

Todos los pueblos Manao estaban ubicados en la tierra firme. Los suelos eran de uso limitado por técnicas de cultivación tradicionales pero aún superiores a los suelos aluviales del río Negro mismo (RADAMBRASIL 1978, mapas). Se confirma el bajo potencial de estos suelos por el hecho que hasta nuestros días, la yuca es el cultivo principal del municipio de Barcelos donde estos tipos de suelos son dominantes, mientras que otros municipios de la región producen cantidades importantes de maíz, plátanos y frutas además de la yuca que es predominante (RADAMBRASIL 1978: 569). En fin, los suelos del territorio Manao son pobres en comparación con los suelos del río Amazonas central que son considerados "buenos" para las técnicas de agricultura tradicionales.

Las circunstancias de los Manao en una tierra de poca fertilidad es parecida a las circunstancias de varias gentes mercaderes de Nueva Guinea incluyendo los Langalanga de Malaita y los habitantes de las islas de Tami y Siassi (Harding 1967). Sahlins epitoma su situación como sigue:

"Los mercaderes mismos son marginales no obstante el fato de que estean en posición central ... Su modo técnico de producción y cambio son importados así como los artículos principales de cambio. No obstante, en general, los comerciantes son el pueblo más rico de la zona. Esta prosperidad es el producto del comercio obtenido de varios pueblos y islas circundantes que son mejor dotados por la naturaleza, pero interesados a cambiar con los Siassi por razones de utilidad marginal" (Sahlins 1972: 282-4).

Estas circunstancias se aplican perfectamente a los Manao quienes trajeron armas y joyas así como bienes de casa de los pueblos del norte a los cacicazgos de la Amazonía central en el siglo diecisiete. El descubrimiento de armas europeas en el bajo Amazonas en el tiempo de Orellana demuestra que los Manao traficaban con productos europeos por los medios del siglo dieciséis. Por los primeros años del siglo dieciocho, los Manao fueron capturando esclavos del río Amazonas para cambi-

Tabla III

Habitantes indígenas de los pueblos principales del río Negro alrededor de 1800

Pueblo	Tribus representadas
Barra [Manao]	
Moura	Juma, Cocuana, Manao, Carayai
Carvoeiro [Aracary]	Manao, Parauinas, Maranacoacenas
Poyares [Camaru]	Manao, Baré, Passé
Barcellos [Mariua]	Manao, Baré, Bayana, Uariquena, Passé
Moreira [Cabuquena]	Manao, Baré
Thomar [Bararua]	Manao, Baré, Passé, Uayuana
Lamalonga	Manao, Baré, Baniba

Según Southey 1969: 710-717.

Tabla IV

Medidas de cerámica manao en el *Museum für Völkerkunde*, Viena

# Catálogo	Forma	Altura	Diámetro máximo	Diámetro basal
2341	Jarra	18.0cm	14.0 cm	10.0cm
2343	Jarra	15.5	13.0	8.5
2345	Jarra	18.5	16.5	11.0
2346	Jarra	17.0	16.5	9.5
2348	Jarra	17.5	13.5	10.5
2349	Jarra	15.0	13.0	10.5
2350	Jarra	14.0	12.5	9.0
2351*	Jarra	17.5	14.6	Sin datos
12084	Jarra	17.7	13.5	10.0
2353	Cuenco restringido	13.5	23.0	11.0
2354	Cuenco abierto	14.0	31.5	9.0
2355*	Cuenco abierto	13.0	31.0	Sin datos
2586	Cuenco abierto	14.5	34.5	11.5
2587	Cuenco abierto	15.0	34.5	11.0
2589	Cuenco ancho	11.0	34.2	10.5

* Artefacto en exhibición. Medidas de Becker-Donner, Feest, y Kann 1971

ar con los holandeses de Guiana con quienes se comunicaban por medio del Río Branco. Aún bajo la dominación portuguesa, Lamalonga tenía una población de más de mil hombres, que habían sido guerreros en generaciones anteriores (Southey 1969iii: 70, 711).

Cerámica manao

Las colecciones de museos son un recurso valioso que se puede consultar una y otra vez para fines no imaginados por los colectores. Cuando Natterer recogió esta colección de cerámica manao en 1.830 o 1.831, prestó poca atención a las maneras de usarla para fines científicos. La recogió de la misma manera como recogería un espécimen botánico, para fines clasificatorios. Pero, diferentemente de las colecciones botánicas, la clasificación científica de la cerámica amazónica no ha fundamentado estudios más sofisticados ni ha servido como base para el mejor entendimiento de la vida humana y del desarrollo cultural en la Amazonía.

La colección de cerámica manao recogida por Johann Natterer puede ser la única colección de cerámica manao existente. Es parte de una colección etnográfica mayor hecha por Natterer que está depositada en el *Museum für Völkerkunde* de Viena (Kann 1981). La amplitud de la colección es parecida a la colección de Spix y Martius en el *Museum für Völkerkunde* en Munich (Zerries 1980), pero la documentación es superior. La cerámica manao ha sido descrita en breve por Etta Becker-Donner (1970), y unas pocas piezas han sido ilustradas en un catálogo de exhibición (Becker-Donner, Feest y Kann 1971:61-63, Bildteil II, 20). Además de la cerámica misma, existe una descripción de la loza hecha por las indias de Barcelos en 1786 (Rodrigues Ferreira 1974:33-4). No añade mucho a lo que podemos aprender de la cerámica misma, pero lo confirma. Aunque Rodrigues mencione que mandó unos ejemplares de esta cerámica a Europa (Galvão y Moreira Neto 1974: 11 12), el depósito es desconocido.

La colección Natterer incluye veintidós piezas de cerámica recogidas en Barcelos en 1830 o 1831. Nueve de estas estaban en exhibición y por eso no estaban disponibles para un estudio detallado. Las otras trece piezas las encontramos en el depósito. Todas son muy parecidas y de acuerdo con Natterer es posible que hayan sido hechas por una sola

ceramista. Ninguna tiene indicación de uso. Es probable que no representan el rango completo de formas de vasija y, si no fueron hechas para ser vendidas a Natterer, es probable que su tamaño sea chico dentro de su clase. No obstante, parece que son los únicos ejemplos de cerámica manao que sobrevivieron hasta nuestros días. La excelencia de forma y decoración sugiere que la tradición de cerámica quedó una tradición viva hasta los medios del siglo diecinueve.

Las vasijas llevan antiplástico de caraipé y fueron completadas por un baño de copal caliente por adentro. Esto implica que fueron destinadas a contener un líquido fresco como el masato. Por afuera son decoradas con líneas incisas rectilíneas y las zonas entre las líneas fueron llenadas con pintura post-cocción. Por lo usual, los bordes son planos o biselados aunque pueden ser redondeados por parte de su arco. Rodrigues Ferreira dice que la cerámica era hecha de rollos de barro, sin arena, mezclada con ceniza del árbol caraipé, género Cariápa. Después de la cocción los interiores de las vasijas fueron cubiertos con resina de jutaicaica. Las pinturas son *tauá* (ocre de fierro), *curi* (un engobe hecho de ocre de fierro ya quemado), *urucu* y *carajuru* (Rodrigues Ferreira 1974: 33).

Formas de vasijas

Se puede identificar cuatro formas de vasijas entre la cerámica manao en la colección Natterer. Entre estas no hay ni una olla para cocinar. Estas omisiones indican que el vocabulario de formas no es completo. No obstante, el material recogido por Natterer provee una base fundamental para el conocimiento de la cerámica manao.

1. Jarra. Una jarra baja con cuello vertical y paredes superiores ligeramente redondeadas. El hombro es angular, las paredes inferiores son estrechas y la base plana. A veces existe un reborde pequeño en el hombro entre la pared superior y la pared inferior. Asas verticales se extienden del hombro a un punto alto en la pared superior (fig. 2a, b).

Dimensiones. Las jarras tienen una altura de 14.0 a 18.0 cm; un diámetro máximo de 12.5 a 16.5 cm; y un diámetro de base de 8.5 a 11.0 cm (tabla IV).

Zonas de decoración. Se limita la decoración pintada de las jarras a la pared superior. Los cuellos y las paredes inferiores llevan un engobe rojo-moreno.

1a. Tapa. Una tapa de forma discoidal se asocia con las jarras. Un ejemplo tiene una asa central de forma esférica; otra con la forma de faja.

Dimensiones. Los diámetros de las tapas conforman con los diámetros de las bocas de las jarras.

Zonas de decoración. Ausente.

2. **Cuenco restringido.** Un cuenco con boca cerrada, borde evertido, y paredes superiores ligeramente redondeadas. La pared inferior es casi recta y tiene una base plana. Hay un asa vertical en la pared superior (fig. 2c).

Dimensiones. El ejemplo único de un cuenco restringido tiene una altura de 13.5 cm; un diámetro máximo de 23.0 cm; y un diámetro basal de 11.0 cm (tabla IV).

Zonas de decoración. Se limita la decoración de los cuencos restringidos a la pared superior. El borde evertido y las paredes inferiores llevan un engobe rojo-moreno.

3. **Cuenco abierto.** Un cuenco abierto con paredes superiores e inferiores rectas, un hombro angular y una base plana. Un reborde marca el ángulo entre las paredes inferiores y superiores. Hay un asa vertical en la pared superior (fig. 2d, e).

Dimensiones. Las alturas de los cuencos abiertos varían entre 13.0 y 15.0 cm; el diámetro máximo entre 31.0 y 34.5 cm; y un diámetro basal de 9.0 a 11.5 cm (tabla IV).

Zonas de decoración. Se limita la decoración de los cuencos abiertos a la pared superior. Las paredes inferiores llevan un engobe rojo-moreno.

4. **Cuenco ancho.** Cuenco ancho con paredes superiores e inferiores rectas, un hombro angular, y una base plana. Asas verticales corren entre el hombro y el borde (fig. 2f).

Dimensiones. El ejemplo único del cuenco ancho tiene una altura de 11.0 cm; un diámetro máximo de 34.2 cm; y un diámetro basal de 10.5 cm (tabla IV).

Zonas de decoración. Se limita la decoración de los cuencos abiertos a la pared superior. Las paredes inferiores llevan un engobe rojo-moreno.

Decoración

La decoración sobre las vasijas de los Manao se limita a una banda horizontal en la pared superior de la vasija. Asas verticales definen paneles en lados opuestos de la vasija. Los dos paneles, así como los dibujos en su interior, se definen por líneas anchas incisas llenadas con pintura post-cocción de color blanca (silicato de aluminio) o amarilla (ocre). Las zonas rectilíneas así definidas son pintadas con pintura roja o negra post-cocción, ambas son pinturas orgánicas (Becker-Donner 1970). Las porciones de

las vasijas no pintadas llevan un baño de color moreno que puede ser pre-cocción. Parece que este mismo engobe se aplicaba a las zonas decoradas antes de la cocción y que los colores fueron añadidos después. Las bases exteriores de dos de las vasijas llevan una cruz de color moreno. Puede ser la marca de la ceramista.

Hay dos modos distintos de formación de diseños evidentes en la cerámica manao. Según la clasificación de Washburn y Crowe (1988), el más común se crea por una combinación de reflexión vertical y horizontal con el fin de formar una cruz, modelo pmm2 (fig. 2a, e). El otro se construye con reflexión vertical con un volteo medio para formar un meandro, modelo pma2 (fig. 2d).

Cerámica etnográfica de la Amazonía Noroeste

La loza hecha por los Manao es más parecida a la cerámica encontrada entre las tribus de la Amazonía noroeste que a aquella de cualquier otra región geográfica de la Amazonía. Las tribus de esta región son participantes de una grande red de intercambio que incluye tribus de orígenes lingüísticos diversas: a veces es problemático percibir cuales tribus son las productoras y cuales son las recipientes de esta cerámica (Myers 1981). Las que hablan un idioma arahuaco incluyen los Baniwa del río Içana, un afluente del Negro (Koch-Grünberg 1910iii: Abb. 151, 153; Lowie 1910: 309, fig. 26, pl. V; Roth 1924: 306-7, pl. 87); los Kuripako, una sub-tribu de los Baniwa que vive en el río Guainía inmediatamente al norte de los Baniwa (Reichel-Dolmatoff 1978: 23-4, figs. 29-31); los Guayabero del río Guayabero en Colombia (San Diego Museum of Man 1973.9.23a, 25-7, 30); y los Wapisiana que ocupan la parte superior del río Branco en Brasil y Guayana, aislados de otros Arahua dentro de un mar de indios Caribe (Farabee 1918: 25). Hay menos datos sobre la cerámica de las tribus de origen tucano. Conozco solamente unas pocas vasijas atribuibles a los Tucano (Koch-Grünberg 1910 ii: 154a, c; 156), los Barasana (Reichel-Dolmatoff 1978: figs. 26, 45), y los Cubeo (Kg 1910 ii: abb. 149).

La característica común más notable de la cerámica de estos grupos es el uso de asas verticales también utilizadas por los Tucano, Desana, Baniwa y Guayabero. No hay datos de los otros dos. Pintura post-cocción se encuentra entre los Wapisiana y

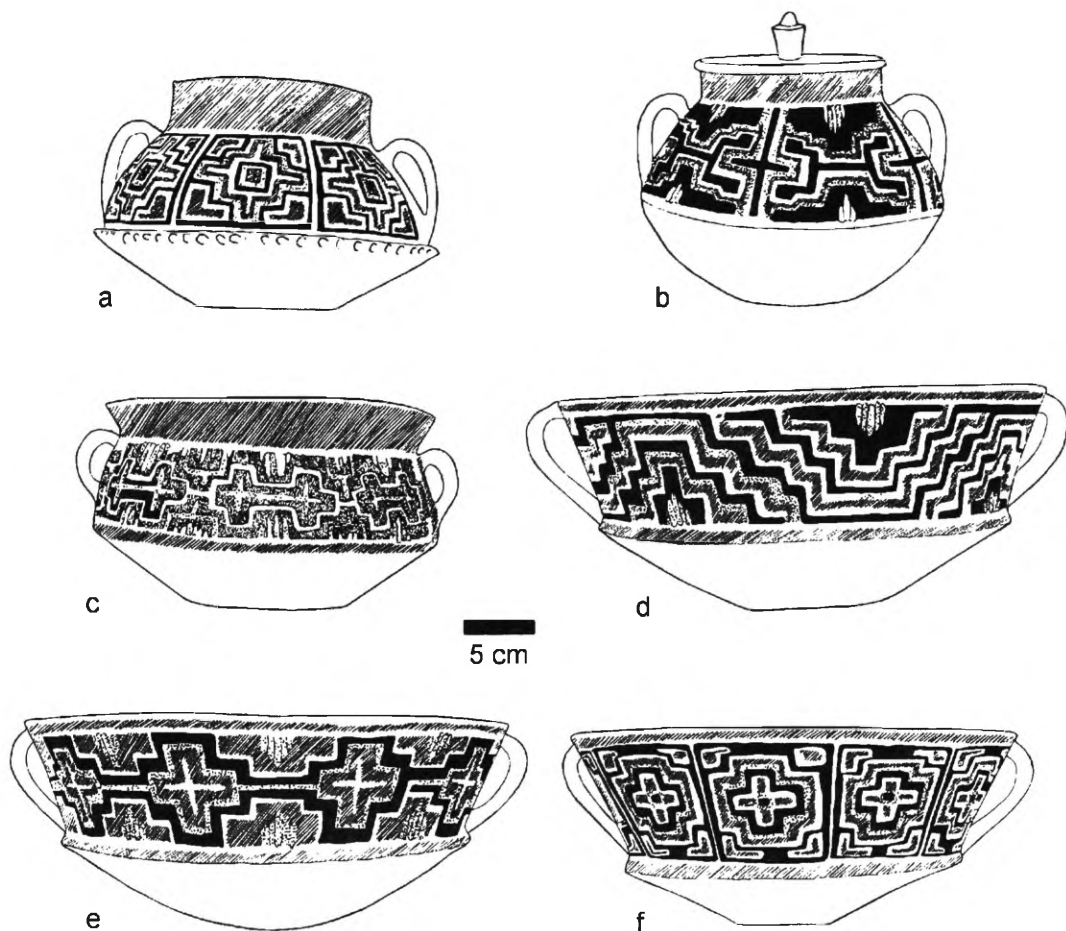


Fig. 2 – Vasijas manao de 1830-1: a, b) jarra (MfV 2348, 12084); c) cuenco restringido (MfV 2353); d, e) cuenco abierto (MfV 2587, 2586); f) cuenco ancho (MfV 2589).

Kuripako, que hablan un idioma arahuaco, así como entre los Barasana que hablan un idioma tucano. Dicen que los Tucano usaban decoraciones incisas en el pasado.

Las jarras y cuencos hechos por los Baniwa, Kuripako y Guayabero tienen un engobe blanco o leonado con decoración pintada morena o negra. Probablemente los arqueólogos lo describan como rojo sobre blanco o negro sobre leonado. Además, hay una jarra de origen desconocida en el *Musée de l'Homme* (93.1.189) que lleva pintura negativa. La atribuyo a los Tucano. Todos usan caraipe como antiplástico (Goldman 1948: 777; Koch-Grünberg 1910ii: Abb. 151, 152; Lowie 1910:309, fig. 26, pl.

V; Ribeiro 1988: 24; Reichel-Dolmatoff 1978: figs. 27-8; Roth 1924: 306-7, pl. 87-9). Dado que Natterer recogió una jarra atribuible a los Baniwa en Barcelos en 1834 (MfV, Viena 2583), es evidente que esta clase de cerámica de la Amazonía noroeste era ya distinta de la cerámica manao por esta fecha.

La cerámica wapisiana puede ser inferior a la baniwa pero a veces lleva pintura post-cocción como la cerámica manao. Farabee explica la calidad de la cerámica por el hecho de que no hay fuentes próximos de arcilla de alta calidad. La cerámica wapisiana es fabricada por rollos de arcilla mezclada con caraipe antes de ser raspada con un fragmento de calabaza y pulida con una piedra. Es quemada en un hueco

cubierto con palma y otras clases de madera. Después de la cocción, se echa jugo de casaba sobre la vasija para hacerla impermeable y se la deja para enfriar. Con frecuencia, se aplica un engobe blanco antes de pintar diseños con una mezcla de una piedra negra y una goma licuada. Se deja para secar un rato, entonces se quema por una segunda vez para licuar la goma de nuevo. Después se cubre con otra clase de goma. A veces se pone pintura roja (bixa orellana) mezclada con la primera goma antes de pintar los diseños con pintura negra en la misma manera como antes. Desgraciadamente, no hay fotografía de la cerámica wapisiana (Farabee 1918: 24-5).

Jarras

Típicamente las jarras de la Amazonía noroeste son vasijas bajas con cuerpo de silueta compuesta y un cuello bajo que varía entre vertical y ligeramente inclinado hacia afuera. Los ángulos entre el cuello y la pared superior, así como entre la pared superior e inferior, varían entre suavemente y abruptamente redondeados. Las vasijas de los Tucano son redondeadas más suavemente que las de los Arahuaico. Las bases son ligeramente aplanadas (figs.3, 4; tabla V). Asas verticales que se extienden desde el cuello hasta la pared inferior son típicas, pero no universales,

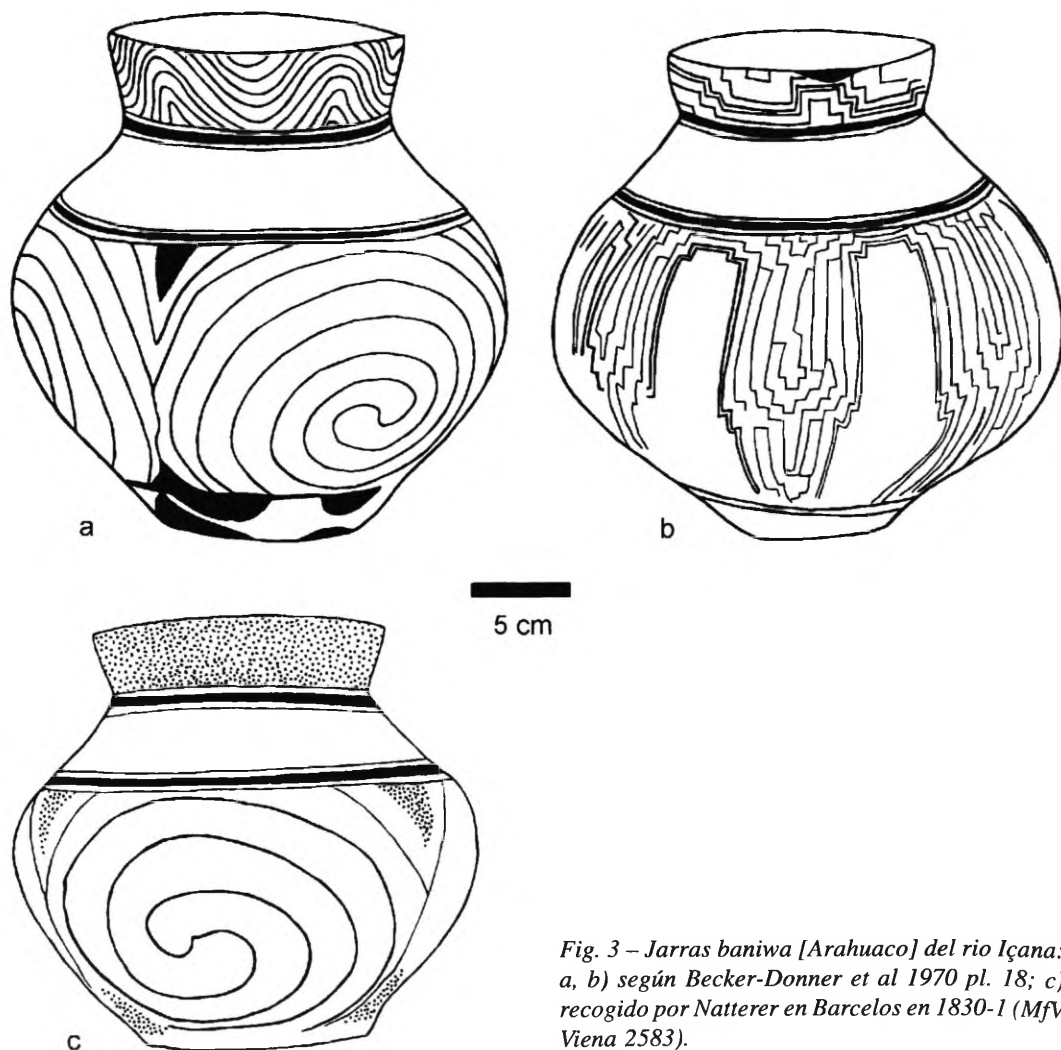


Fig. 3 – Jarras baniwa [Arahuaico] del río Içana: a, b) según Becker-Donner et al 1970 pl. 18; c) recogido por Natterer en Barcelos en 1830-1 (MfV Viena 2583).



Fig. 4 – Jarras arahuaco del rio Içana. Según Koch-Grünberg 1910: abb. 151.

en las jarras baniwa (fig. 4d - f; Lowie 1910: fig.26). A la vez estas asas son encontradas en las jarras de los Tucano, Cubeo y Guayabero (Koch-Grünberg 1910ii: Abb. 154; *San Diego Museum of Man* 1973.9.30).

Decoración. Más por su decoración que por su forma, podemos distinguir las jarras baniwa de las jarras tucano. Las jarras baniwa se caracterizan por una decoración pintada en rojo moreno o negro sobre un engobe blanco (Becker-Donner, Feest, y Kann

1971Taf. 18; Koch-Grünberg 1910ii: Abb. 151, 152; Lowie 1910: 309). En contraste, las jarras tucano tienen una superficie exterior negruzca con pintura post-cocción o negativa (Koch-Grünberg 1910ii: 154). En contraste con todas las demás, una jarra baniwa recogida por Natterer (*MfV*, Viena 1879) lleva pintura post-cocción (Becker-Donner 1971: 7-8, Abb. 6). Con razón, Becker-Donner sugiere que esta se asocia con ceremonias *caapi*.

Los Baniwa definen cuatro zonas horizontales en las jarras: cuello, pared superior, pared inferior, y banda supra basal (fig. 3, 4). Cada una se separa por una o dos líneas circunferenciales. Entre las siete vasijas ilustradas por Koch-Grünberg, cinco veces se limita la decoración al cuello y pared superior; en las otras dos, se decora también la pared inferior. A veces se encuentra la zona de la pared superior dividida en paneles opuestos, separados por las asas.

Cuello. Por lo usual, el diseño en el cuello de jarras baniwa consiste de triángulos descendiendo y ascendiendo a partir de las líneas circunferenciales que definen la zona. En el punto en que estos triángulos se unen en el centro de la zona, crean un filo de diamantes sin pintar. En contraste, los diseños del cuello de las tres vasijas del *MfV*, Viena, son muy distintos. En la vasija recogida por Natterer (fig. 3c), la zona está llenada con pintura roja-morena, parecida a la pintura de una de las jarras manao. El diseño del cuello de la segunda vasija se puede caracterizar como un diseño undulado curvilíneo (fig. 3a); y el diseño en la tercera vasija es un diseño undulado rectilíneo.

Pared superior. A veces las ceramistas que hicieron las vasijas recogidas por Koch-Grünberg trataban la pared superior como una zona decorativa continua. Más frecuentemente, la subdividieron en paneles entre las asas. Los diseños mismos son grecas entrelazadas (fig. 4a, c-f) o espirales curvilíneas (figs. 4b, d). Las tres jarras del *MfV*, Viena, son un poco distintas. En cada una, la zona decorativa en la pared superior es en blanco (fig. 3). En estas mismas vasijas, la decoración se extiende sobre el hombro, casi hasta la base. En contraste, al hombro de las jarras de Koch-Grünberg se encuentra una línea circunferencial, haciendo la pared inferior un campo decorativo distinto. En cada ejemplo, la decoración de la pared inferior contrasta con la decoración de la pared superior. En la vasija recogida por Natterer (fig. 3c), la zona basal está llenada con pintura roja-morena y en una de las vasijas baniwa, hay arcos del mismo color (fig. 3a). A base de las similitudes detalladas entre las dos vasijas baniwa, y la recogida

por Natterer, es probable que la vasija Natterer también haya sido hecha por una ceramista baniwa.

Se distingue la cerámica tucana y desana por razón de que no se encuentran líneas circunferenciales que definan las zonas decorativas. Ceramistas de estas tribus tratan la vasija como una sola zona decorativa, a veces extendiendo la decoración desde el borde hasta la pared inferior.

Cuencos baniwa

Los Baniwa hacían cuencos redondeados abiertos con paredes volviéndose hacia adentro. La base es plana (Becker-Donner, Feest, y Kann 1971: Taf. 15; Koch-Grünberg 1910ii: Abb. 153; Lowie 1910: 309, pl. V; Roth 1924: pl. 87B).

Decoración. Se limita la decoración a la superficie interior de la vasija que se divide en tres zonas: la banda del borde; la zona basal; y una banda intermedia (fig. 5). Por lo usual, se separan a las zonas por una sola línea circunferencial. Si hay dos líneas, a veces ponían puntos de pintura entre las dos.

Varios cuencos llevan triángulos sólidos originando de arriba o de abajo (fig. 5a, c, e, f). Así como las bandas del cuello de las jarras arahuaco, a veces estos triángulos se unen en el centro para formar una banda de diamantes en blanco. En el otro ejemplo (fig. 5e) los triángulos no son opuestos sino alternativos y el espacio entre ellos está llenado por líneas diagonales que forman un diseño tipo banda continua. La banda continua diagonal se encuentra en un contexto variante en dos vasijas (fig. 5a, b). El espacio entre las líneas está llenado con puntos de pintura (fig. 5a, e). En el último cuenco arahuaco, la banda del borde está llenada con una greca rectilínea (fig. 5b), parecida a las encontradas en otros contextos.

En tres de los cuencos arahuaco, se divide la banda intermedia en tableros por medio de pares de líneas verticales (fig. 5b, d, e) o cruzadas (fig. 5e). En los primeros tres, los paneles así definidos son llenados con grecas rectilíneas; y en el cuarto, por grupos de cuatro líneas verticales o horizontales. En uno, las zonas entre los paneles principales son ornamentadas con una figura sólida, posiblemente un ave (fig. 5b). La banda intermedia del quinto cuenco arahuaco (fig. 5d) tiene cuadros opuestos en las partes superiores y inferiores de la zona. Los inferiores son fijados a la línea circunferencial que define la zona. Los cuadros son llenados con hachura diagonal. En el sexto cuenco (fig. 5f), la banda intermedia está llenada con una banda de grecas rectilíneas.

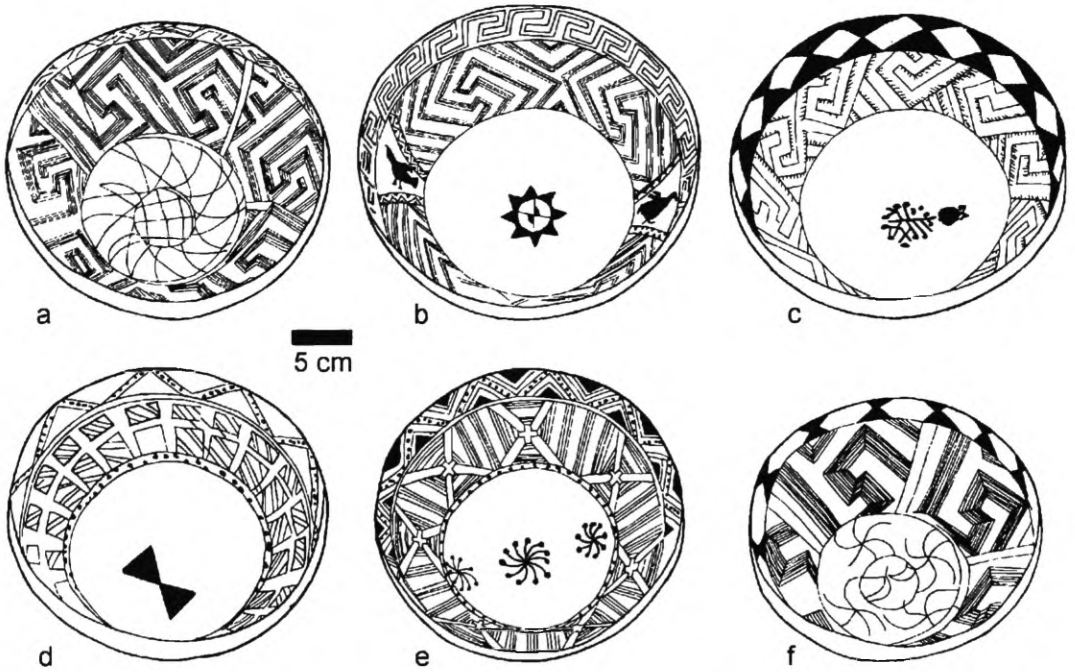


Fig. 5 – Cuencos baniwa [arahuaco] del río Içana. Según Koch-Grünberg 1910: *abb.* 153.

La zona basal siempre lleva una figura radial, a veces extendida por líneas curvilíneas hasta la línea circunferencial que define el campo. En un caso, la zona basal toma la forma de un par de triángulos opuestos. Un cuenco en el *Museum für Völkerkunde*, Viena (Becker-Donner et al 1971: Taf. 15) también lleva un círculo en este campo. Aunque distinto en detalle, en todos los aspectos más importantes, este cuenco es parecido a uno de los cuencos recogidos por Koch-Grünberg. Tiene los triángulos sólidos en la banda del borde, el diseño de grecas entrelazadas en la banda intermedia y el elemento circular en la zona basal.

Cuencos kuripako

En contraste a los cuencos de los Baniwa y de otros Arahua de la Amazonía noroeste, los Kuripako hacen cuencos con paredes superiores rectas, inclinadas hacia afuera. Además, los cuencos kuripako tienen una base más amplia que las bases de cerámica baniwa. Llevan un engobe leonado con decoración pintada en negruzco.

Además, los dibujos en la zona basal son rectilíneos en vez de curvilíneos. No obstante, todos comparten la superficie interior de la vasija en tres zonas decorativas, así como los Baniwa, dividen la zona intermedia por pares de líneas verticales, y usan grecas entrelazadas (Reichel-Dolmatoff 1978: fig. 27,28).

Ollas y comales

Los Arahua de la Amazonía noroeste usan una variedad de formas de ollas y comales para cocinar. Dos de las ollas ilustradas por Koch-Grünberg llevan un par de asas verticales. Son ornamentadas por un filo horizontal de botones aplicados abajo del borde y al hombro. Otra olla tiene asas verticales pero no lleva ninguna forma de decoración. A dos otras faltan asas pero tienen impresiones de dedo en la parte inferior del cuello (1910ii: *Abb.*155).

Los comales de los Baniwa tienen un diámetro de unos 90 cm y paredes de unos 10 cm de altura (Lowie 1910: 309). Por razón de que ollas y comales no son

Tabla V
Medidas de cerámica baniwa de la Amazonía Noroeste

Altura de vasija	Altura del cuello	Altura	Diámetro máximo	Diámetro basal
Jarras				
KG 151a*	25.5cm	5.5 cm	32.0 cm	9.0 cm
KG 151b	28.5	5.0	32.5	10.0
KG 151c	26.0	6.0	36.5	16.0
KG 151d	23.5	3.5	36.5	11.0
KG 151e	22.0	6.5	33.5	10.0
KG 151f	22.0	6.0	31.0	10.0
KG 152a	25.5	6.5	37.5	—
MfV,V 1882	25.5	5.0	27.0	9.0
MfV,V 1883	27.0	3.5	28.0	10.5
MfV,V 2583	20.5	3.0	24.5	11.0
Cuencos pintados				
KG 153a			25.5	
KG 153b			27.5	
KG 153c			26.0	
KG 153d			29.5	
KG 153e			25.0	
KG 153f			28.0	
MfV,V 1880**	14.5		25.5	

* medidas de la cerámica ilustrada por Koch-Grünberg fueron tomadas de las ilustraciones mismas. Por eso son aproximadas.

** Medidas de Becker-Donner, Feest, y Peter Kann 1971.

incluidos en la colección Natterer de cerámica manao, no trataremos aquí con detalles de estas formas.

Comparaciones etnográficas

No ha sido el fin de este informe presentar un análisis detallada de la cerámica de la Amazonía noroeste. De los Kuripako, conocemos solamente los cuencos poco profundos. De los Desana, solamente una jarra. Nos faltan conocimientos de las ollas y comales de los Manao y Baniwa, así como de los Kuripako y Desana. En consecuencia, la falta de cualquier característica comparativa (Tabla VI) no es muy importante si una alternativa no está bien representada.

Los rasgos más notables que unen la cerámica de los Manao con la cerámica de la Amazonía noroeste son la forma de las jarras así como el uso de asas verticales en las jarras. No se encuentran estas características en ninguna otra parte de la Amazonía. Los contrastes más notables son en la decoración. Ceramistas manao usaban líneas incisas para definir los elementos decorativos. Estos elementos fueron pintados con pintura post-cocción. Aún los dibujos son distintos. Mientras que los Manao utilizaban cruces y líneas onduladas como elementos principales, los

Baniwa utilizan grecas entrelazadas o espirales. Una jarra baniwa recogida por Natterer demuestra que las dos clases de decoración fueron contemporáneas y que una distinción cultural existía en esa época. De la evidencia disponible, se encuentra pintura post-cocción solamente en unas jarras caapi de los Barasana.

Es difícil evaluar la importancia del hecho que los Manao tenían cuencos abiertos y cuencos anchos decorados en el mismo estilo como las jarras, mientras que las tribus de la Amazonía noroeste no los tenían. En cada caso las superficies interiores fueron cubiertas con copal—hecho que sugiere que estaban destinados a contener líquidos fríos y que esta superficie no quedaba a la vista. En contraste, los cuencos abiertos de los Baniwa y Kuripako son pintados y cubiertos con resina clara—características que sugieren que estos cuencos eran destinados para beber masato.

Todos los complejos para los cuales tenemos datos definen zonas horizontales decorativas en la superficie exterior de vasijas restringidas. Se puede considerar la práctica baniwa, en las jarras de Viena, de extender uno de los campos de diseño de un punto medio en la pared superior sobre el hombro a la pared inferior. Esta práctica se asocia a la falta de ángulos agudos en su cerámica. El hecho que los Manao, los

Tabla VI

Comparación de la cerámica manao con la cerámica de los pueblos de la Amazonía Noroeste					
Altura de vasija	Manao	Baniwa	Kuripako	Desana	Tucano
Forma de vasija					
Jarra (con asas verticales)	X	X	=	X	X
Jarra (sin asas verticales)	0	X	=	=	=
Cuencos restringidos	0	X	=	X	=
Cuenco abierto	X	X	X	=	=
Cuenco ancho	X	0	=	=	=
Definición de ángulos					
sin definición precisa	0	X	=	X	X
ángulos claramente definidos	X	X	=	=	=
ángulos gruesos	X	0	=	=	=
apliques redondos en ángulo	0	X	=	X	=
Modos decorativos					
incisiones	X	0	0	=	=
pintura pre-cocción	X	0	0	=	?
pintura post-cocción	X	X	X	=	X
engobe blanco	0	X	0	=	=
engobe leonado	0	0	X	=	=
Campos de decoración					
exterior de vasijas cerradas	X	X	=	X	X
exterior de vasijas abiertas	X	0	0	=	=
interior de vasijas abiertas	0	X	X	=	=
Subdivisión de campos de diseño					
zonas horizontales	X	X	X	X	X
zonas verticales	0	0	0	=	=
Subdivisión de zonas decorativas					
no subdivididos	0	X	0	=	=
con líneas verticales	X	0	X	=	=
con líneas diagonales	0	0	0	=	X
Carácter de diseños					
rectilíneo	X	X	X	X	X
curvilíneo	0	X	0	=	=
Elementos de diseño					
cruces	X	0	0	=	=
grecas entrelazadas	0	X	X	=	=
espirales	0	X	X	=	=
líneas onduladas	X	X	0	=	=

X = presente; 0 = ausente; = sin datos

Arahuaco de Koch-Grünberg, y los Kuripako subdividen los campos decorativos horizontales en paneles, mientras que los Baniwa no lo hacen, puede ser una distinción importante. Es cierto que se asocia esta subdivisión hecha en la cerámica manao a la ubicación de las asas en las vasijas, pero no se puede asociar a las otras subdivisiones con este detalle (e.g., fig. 2a, d). En la misma manera, los Arahuaco de Koch-Grünberg subdividen las zonas horizontales al nivel de las asas así como en otras partes de las tinajas. Además,

subdividen las zonas horizontales en los cuencos abiertos aún cuando no hay necesidad estructural para hacerlo. En este pormenor, se distinguen de los Baniwa.

Puede ser que las diferencias en la definición de puntas esquinas no sean tan importantes. Mientras que los Manao son únicos en la práctica de engrosar los hombros, los puntos aplicados por los Baniwa y Cubeo podrían ser una variación de la misma práctica.

Otra característica distintiva de los Manao es que no usan diseños curvilíneos diferentemente de los

Baniwa, pero al igual a los Kuripako. Una muestra más amplia de cerámica Kuripako podría eliminar esta diferencia pero es notable que mientras los Baniwa y los Arahuaico combinan diseños rectilíneos en las paredes con diseños circulares en la zona basal, los Kuripako no utilizan esta práctica sino en un círculo encuadrado en un diseño rectilíneo.

En última instancia, la preferencia manao por elementos cruzados, con barra singular o doble, contrasta con su ausencia en los productos de los pueblos de la Amazonía noroeste. En cambio, los Arahuaico usan grecas entrelazadas y espirales que no son empleados por los Manao. No obstante, los Manao y los Baniwa, pero no los Kuripako, emplean la línea undulada rectilínea como elemento básico del diseño.

En contraste con las interrelaciones generales entre la cerámica de los Manao y los pueblos de la Amazonía noroeste, la cerámica manao es fácilmente distinguible de la cerámica cocama/omagua en las formas de vasijas así como en la decoración. La forma de vasija más común de la cerámica cocama/omagua es una tinaja con cuello estrecho y cuerpo ancho, que fue usada tan temprano como la década de 1860. No hay asas. Además, cuencos abiertos poco profundos, cuencos abiertos profundos y cuencos con bordes anchos evertidos fueron componentes importantes del vocabulario de formas cocama/omagua por los fines del siglo XIX. Típicamente, la decoración tomaba la forma de una banda continua. Diseños rectilíneos derivados de la Tradición Policroma continúan hasta el siglo XX, pero diseños florales definidos por una línea ondulada curvilínea estaban bien establecidos tan temprano como la década de 1850 o 1860 (Dellenbach 1932: pl. III.1; Myers 1990, 1992b; n.d.).

Aunque el diseño de la cruz, tan importante en la decoración de los Manao, podría haber sido adaptado como resultado de los esfuerzos de los misioneros, no es un producto inevitable de la influencia cristiana. La cerámica de los Cocama/Omagua, que estuvieron bajo la influencia misionera desde los fines del siglo diecisiete, no presenta la cruz como forma decorativa. A la vez, los Cocama/Omagua adoptaron diseños florales que no tenían la fuerza simbólica de la cruz pero seguramente indican una influencia europea. En contraste, aunque los Conibo/Shipibo usan la cruz como elemento fundamental en su arte (DeBoer 1990) no es por razón de influencia cristiana. Se encuentra la cruz en la tradición Cumancaya, ancestral a la cerámica conibo/shipibo, hace unos ochocientos años (Raymond, DeBoer y Roe 1975).

Comparaciones arqueológicas

Por razón de su importancia histórica en el río Negro, podríamos suponer que la cerámica manao fuese abundante en sitios prehistóricos tardíos del medio y bajo río Negro. Por eso, es sorprendente que el informe arqueológico preliminar de la región no incluye complejos parecidos a la cerámica manao de los medios del siglo diecinueve. En lugar de este, la mayoría de los sitios pertenece a la sub-tradición Guarita de la Tradición Policroma (Simões y Kalkmann 1987).

Mientras que un análisis arqueológico detallado está fuera de las intenciones de este informe, es cierto que la cerámica manao es muy diferente de los varios subestilos de la Tradición Policroma que dominaba la Amazonía central durante el siglo diecisiete época en que los Manao traficaban con los Yurimaguas y otros habitantes de la zona. La diferencia más obvia es la preferencia por la pintura pre-cocción en la cerámica manao al engobe blanco pre-cocción característico de todas las variaciones de la Tradición Policroma. Esto no quiere decir que no existan semejanzas. La línea undulada rectilínea usada por los Manao (fig. 2f) y por los Baniwa (fig. 3b) es el principal diseño de la cerámica etnográfica de la Tradición Policroma (Myers 1990) así como de los complejos prehistóricos. No obstante, es cierto que la cerámica manao se desarrolló de una tradición cerámica distinta. Los contrastes entre la cerámica manao y la cerámica de los Cocama/Omagua es precisamente lo que debemos esperar de complejos de orígenes distintos. Esta distinción está conforme con el hecho que los Manao fueron hablantes de un idioma arahuaco mientras que los Cocama/Omagua son hablantes de idiomas de la familia Tupi-Guaraní.

Hay varias semejanzas entre la cerámica de los Manao y de los Arahuaico de la Amazonía noroeste por una parte, y por la tradición araquinoide en la otra (Cruxent y Rouse 1958, Rouse y Cruxent 1966). Se caracteriza la fase prehistórica tardía Camoruco III [1000 - 1500 d.C.] del Orinoco medio por el uso de decoración incisa a veces con pintura post-cocción en rojo, amarillo, y blanco (Roosevelt 1980: 216; Vargas 1981: 284). Las jarras de formas 13 y 14, incluso con asa vertical (Vargas 1981: fig. 36), podrían ser antecedentes de las jarras manao. Se encuentran estas mismas características de nuevo en la cerámica Tapajos de Santarém (Palmatary 1960). No obstante estas consideraciones, hay bastante distancia entre el estilo de las cerámicas de tradición araquinoide y manao. Lo más obvio es que las líneas incisas del

estilo araquinoide son estrechas y dispuestas muy cerca las unas de las otras, mientras que las de la cerámica manao son anchas con más espacio entre ellas.

Las tribus de la Amazonía noroeste no utilizan incisión ni pintura post-cocción. No se encuentran las grecas entrelazadas en la cerámica araquinoide. Del otro lado, semejanzas entre la cerámica camoruco III y la cerámica arahuaco de la Amazonía noroeste incluyen el uso de líneas diagonales onduladas como un principio fundamental de diseño, el uso de puntos para llenar zonas y la importancia de bandas rectilíneas en la superficie interior de cuencos abiertos. Además, asas verticales y ángulos engrosados son asociados con unos miembros de la serie araquinoide.

En contraste, ninguna de las fases arqueológicas de la Amazonía central (Hilbert 1968; Simões y Corrêa 1987; Simões y Machado 1987; Simões y Lopes 1987) es parecida a la cerámica manao o la cerámica arahuaco de la Amazonía noroeste. Quizás las vasijas más parecidas sean las de las fases Jaurí, Paredão y Santa Luzia pero, al igual, hay diferencias importantes. No obstante, no es improbable encontrar cerámica manao en algunos sitios de la Amazonía central, aunque solamente por razones de intercambio. Es probable que una reseña de la cerámica ya recogida de estos sitios registre su presencia, aunque este dato no haya sido publicado por no ser típico del sitio.

Conclusiones

Los Manao fueron los agentes de negocios en una red de intercambio que entrelazó la Amazonía central con la Amazonía noroeste y con las Guianas por los fines del siglo diecisiete. Debe ser posible identificar su cerámica distintiva no solamente en sitios arqueológicos del río Negro sino también en la Amazonía central y el Orinoco medio, así como en el río Japurá, el Branco, y el Uaupés. Al contrario, los pueblos grandes tardíos del bajo río Negro, pertenecían a la Tradición Policroma. La falta de cerámica manao indica que los Manao no ocupaban la región abajo de Barcelos. Es probable que sus antepasados vivían al norte de este punto en las tierras que ocupaban históricamente. Si ésto es cierto, los guerreros del bajo río Negro encontrados por los Tupinambás no fueron Manao sino otro grupo, probablemente de idioma Tupí, entre los nombrados

por Acuña, ya extintos o huidos por los fines del siglo diecisiete.

Resumiendo los informes publicados sobre la arqueología del río Amazonas central, no encuentro ninguna evidencia cerámica de la presencia manao. Por eso, no debemos concluir que no existía. Han sido pocas investigaciones arqueológicas en esta zona y los informes publicados fueron preliminares y/o escritos con el objetivo a definir una secuencia cronológica básica para la zona. Además, el método de análisis que enfoca antiplásticos y técnica de decoración, en vez del estilo artístico, puede ser un factor contribuyente. Por razón de que la cerámica policroma es tan conocida entre los arqueólogos amazónicos es posible que estos dieron mayor énfasis en los informes preliminares a lo que conocían mejor que a lo desconocido. Las prácticas de negocio de los Manao puede ser un factor aún más importante. La cerámica policroma de la Amazonía central era un artículo de gran prestigio (Carvajal 1934: 201) entre los bienes de cambio de los Manao. No obstante el hecho de que tenían su propia industria cerámica, por razones de prestigio de la cerámica policroma, es posible que los Manao la utilizaran extensivamente en sus pueblos y traficaban con ella y no con su propia loza.

Entre la cerámica etnográfica las relaciones más cercanas son con la cerámica de la Amazonía noroeste. La similitud es más notable en las formas de las jarras, así como en el uso de las asas. Al contrario, la decoración y, especialmente, el uso de pintura post-cocción, tiene pocos paralelos en la cerámica etnográfica de la Amazonía noroeste. Por razón de que Natterer recogió cerámica baniwa, así como cerámica manao, es evidente que las diferencias claves ya existían por los medios del siglo diecinueve y que estas diferencias no son atribuibles a la fecha de recolección. Además, es cierto que la cerámica manao y la cerámica baniwa mantuvieron su separación aunque vivían en los mismos pueblos por décadas antes de la visita de Natterer. Aunque estos pueblos estuvieron bajo la influencia misionera, parece que, con la excepción de tapas para las jarras y posiblemente el uso del cruz como elemento de decoración, la influencia europea fue mínima. Es cierto que el uso de pintura post-cocción no es atribuible a prácticas europeas, ni a los pueblos de la Amazonía central. A la vez, las formas de vasijas no son europeas aunque unas son parecidas a formas usadas al noroeste.

Aunque la evidencia está lejos de ser completa, parece que estilísticamente, ni la cerámica manao

ni la cerámica arahuaco de la Amazonía noroeste tiene relaciones estrechas con la serie Araquinoide. Parece que esto es cierto no obstante el hecho que los Manao ocupaban las riberas del río Negro, la conexión fluvial principal entre el Orinoco medio y el bajo Amazonas. Investigaciones arqueológicas en el río Negro por Eduardo Neves y sus colegas debe demostrar si esta distancia estilística es atribuible a eventos desde la conquista europea o si tiene sus raíces en la Antigüedad.

Agradecimientos

Tuve la oportunidad de examinar la cerámica de las colecciones del *Museum für Völkerkunde*, Viena por razón de una beca del *National Endowment for the Arts* en 1983. Soy muy obligado al Dr. Peter Kann de este museo que no solamente autorizó acceso a las colecciones sino también tomó un interés activo en el proyecto de estudiar las colecciones etnográficas de la Amazonía superior. Aunque las otras colecciones que he examinado no juegan un papel obvio en este informe, la oportunidad de examinarlas y discutir las con sus curadores contribuyó mucho para mi entendimiento de las relaciones entre la cultura material y otros dominios de la cultura. Por las ilustraciones, agradezco a Mark Marcuson y Angie Fox, artistas científicos del Museo de la Universidad de Nebraska. Eduardo Neves comentó una versión anterior de este manuscrito.

Además, soy obligado a las muchas personas y instituciones que me permitieron estudiar sus colecciones y discutieron varios aspectos de la cultural material conmigo. Entre los muchos que me ayudaron en tantas maneras están Wolfgang Haberland del *Hamburgisches Museum für Völkerkunde*, Hamburg; Corbina Raddatz y Gernot Krause del *Niedersächsisches Landesmuseum*, Hannover; Dieter Heintze y Sabine Bruner del *Übersee Museum*, Bremen; Henning Bischof del *Reiss Museum*, Mannheim; Helmut Schindler del *Staatlichen*

Museums für Völkerkunde, Munich; Gerhard Baer y Annemarie Seiler Baldinger del *Museum für Völkerkunde*, Basel; Peter Kann del *Museum für Völkerkunde*, Viena; Valeria Petrucci, Carlo Nobili, y Donatella Saviola Nobili del *Museo Preistorico Etnografico L. Pigorini*, Roma; Elizabeth Carmichael del *British Museum of Mankind*, Londres; Robert Carneiro y Gertrude Dole del *American Museum of Natural History*; Anna C. Roosevelt del *Museum of the American Indian, Heye Foundation*; Patricia J. Lyon del *Lowie (ahora Hearst) Museum* de la Universidad de California, Berkeley; Ronald L. Weber del *Field Museum of Natural History*, Chicago; Bert Gerow del *Department of Anthropology, Stanford University*; Susan Haskelland y Susan Demb del *Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology, Harvard University*; Lori Benson del *Science Museum of Minnesota*; George Bankes de la *Manchester University*; Lynne; Heidi Stump del *Liverpool Museum*; Kevin Smith del *Buffalo Museum of Science*; Eric Holliner del *Department of Anthropology, University of Illinois*; Laura Johnson-Kelly del *Department of Anthropology, Cornell University*; Bart Dean, *Museum of Anthropology, Kansas University*; Julia Nicholson del *Pitt-Rivers Museum, Oxford University*; David Kennedy del *Museum of Anthropology, University of Michigan*; Felicia Pickering de la *Smithsonian Institution*; Grace Johnson del *San Diego Museum of Man*; y muchos otros, incluyendo el *Royal Ontario Museum*; el *Musée et Institut d'Ethnographie de la Ville de Genève*; *Rijksmuseum voor Volkenkunde*, Leiden; *Tropen Museum*, Amsterdã; Museo Jijón y Caamaño, Quito; Museo de la Cultural Peruana, Lima; Museo de la Historia Natural, Lima; y el Instituto Colombiano de Antropología. Los estudios en museos europeos en 1982 fueron apoyados por un beca del *Research Council* de la Universidad de Nebraska University. Los estudios en Europa en 1984 fueron apoyados por una beca del *National Endowment for the Arts*.

MYERS, T.P. Manao ceramics and the role of the Manao in the Amazonia. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 9: 23-41, 1999

ABSTRACT. This article describes the Manao ceramics collected by Johann Netterer in 1830 or 1831. This set of ceramical pieces is formed by jugs and bowls decorated with large incisions and painting, applied after baking. Comparisons with the contemporary ceramics of the Negro river and of the upper Amazony indicate that the forms of these vessels have close relations with the Baniwa ceramics of the Içana river, even if the painting on the latter is applied prior to baking. A Baniwa jug collected also by Netterer demonstrates that the two indiginous traditions already differed at that epoch. Everything points to the fact that the commom ancestry of Manao and Baniwa ceramics may be found in the araquinoid tradition of the Orinoco river.

UNITERMS: Indigenous ceramics – Amazonic archaeology – Arawak groups, Archaeology of the low Negro and Orinoco.

Bibliografía

- ACUÑA, F. CRISTOVAL de
1986 Nuevo Descubrimiento del Gran Río del Amazonas en el Año 1639 [1641]. *Informes de Jesuitas en el Amazonas, 1660-1684*. Monumenta Amazónica, IIAP-CETA, Iquitos, Peru: 25-107.
- BECKER-DONNER, E.
1970 Geriefte Keramik des Rio-Negro-Gebietes aus den Jahren 1830-1831. *Archiv für Völkerkunde*, 24, Wien: 1-17.
- BECKER-DONNER, E.; FEEST, C.; KANN, P.
1971 *Brasiliens Indianer*. Museum für Völkerkunde, Wien.
- CARVAJAL, FR. G.
1934 Discovery of the Orellana River [1542]. J.T. Medina; H.C. Heaton (Eds.) *The Discovery of the Amazon*. American Geographical Society, New York: 167-235.
- CRUXENT, J.M.; ROUSE, I.
1958 *An Archeological Chronology of Venezuela*, 2vol.; Washington: Pan; American Union, Social Science Monographs, VI.
- DELLENBACH, M.
1932 Céramique des Xeberos. *Journal de la Société des Americanistes*, n.s. XXIV: 221-223.
- DEBOER, W.R.
1990 Interaction, Imitation, and Communication as Expressed in Style: the Ucayali Experience. M. Conkey; C. Hastorf (Eds.) *The Uses of Style in Archaeology*, pp. 82-104. Cambridge, Cambridge University: 82-104.
- EDMUNDSON, REV. DR. G.
1922 *Journal of the Travels and Labors of Father Samuel Fritz in the River of the Amazons between 1686 and 1723*. The Hakluyt Society, 2nd Series, No. 51, London.
- FARABEE, W.C.
1918 *The Central Arawaks*. The University Museum, University of Pennsylvania. Anthropological Publications, vol. IX.
- GALVÃO, E.; MOREIRA NETO, C.A.
1974 Introdução. *Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* [1793] por Alexandre Rodrigues Ferreira. Memórias Antropologia, Conselho Federal de Cultura: 9-20.
- GOLDMAN, I.
1948 Tribes of the Uaupes-Caquetá Region. J. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians* edited by, vol. III. Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: 763-798.
- HARDING, T.G.
1967 *Voyagers of the Vitiaz Strait: A Study of a New Guinea Trade System*. The American Ethnological Society, Monograph 44, Seattle. University of Washington Press.
- HILBERT, P.P.
1968 *Archäologische untersuchungen am mittleren Amazonas: Beiträge zur Vorgeschichte des südamerikanischen Tieflandes*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag.
- HEMMING, J.
1978 *Red Gold*. Cambridge: Harvard University Press.
- KANN, P.
1981 "Von wilden und zahmen Indiern." Johann Natterers Brasilien-Sammlung (1817-1835). *Museum*. Wien, Museum für Völkerkunde: 12-19.

- KOCH-GRÜNBERG, T.
1910 *Zwei Jahre unter den Indianern: Reisen in Nordwest-Brasilien 1903/1905*. Stuttgart: Strecker & Amp; Schröder.
- LOWIE, R.
1910 Notes Concerning New Collections. *Anthropological Papers of the American Museum of Natural History*, 4: 271-329.
- MYERS, T.P.
1981 Aboriginal Trade Networks in Amazonia. P.D. Francis; F.S. Kense; P.G. Duke (Eds.) *Networks of the Past: Regional Interaction in Archaeology*. Proceedings of the Twelfth Annual Conference, The Archaeological Association of the University of Calgary, Alberta: 19-30.
1983 Redes Tempranas de Intercambio en la Hoya Amazónica. *Amazonia Peruana*, IV(8): 61-76.
1990 *Sarayacu: Ethnohistorical and Archeological Investigations of a Nineteenth-century Franciscan Mission in the Peruvian Montaña*. Lincoln: University of Nebraska Studies, n.s. no. 68.
1992a Agricultural Limitations of the Amazon in Theory and Practice. *World Archaeology*, 24(1): 82-97.
1992b The Expansion and Collapse of the Omagua. *Journal of the Steward Anthropological Society*, 20 (1 and 2): 129-52.
N.d. *Ethnographic Pottery of the Upper Amazon* [1997]. Manuscript, in preparation.
- ORTIGUERA, T. de
1909 Jornada del Rio Marañon con todo lo acaecido en ella, y otras cosas notables degnas de ser sabidas, acaecidas en las indias occidentales [1585]. M. Serrano y Sanz (Ed.) *Historiadores de Indias*, Tomo II. Madrid, Bailly, Bailliere e Hijos: 305-422.
- PALMATARY, H.C.
1960 The Archaeology of the lower Tapajós Valley, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society*, n.s. 50 (3). Philadelphia.
- PORRO, A.
1985 Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia. *Revista do Museu Paulista* n.s. XXX: 7-12.
- RADAMBRASIL
1978 Mapa de Aptidão Agrícola. Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional da Produção Mineral, vol. 18.
- RAYMOND, J.S.; WARREN, R. de B; ROE, P.G.
1975 *Cumancaya: A Peruvian Ceramic Tradition*. Department of Anthropology, the University of Calgary, Occasional Papers, No. 2.
- REICHEL-DOLMATOFF, G.
1978 *Beyond the Milky Way: Hallucinatory Imagery of the Tukano Indian*. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications.
- RIBEIRO, B.G.
1988 Dicionário do Artesanato Indígena. São Paulo: EDUSP.
- RODRIGUES FERREIRA, A.
1974 *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá... Memórias Antropologia*[1793]. Rio de Janeiro, Conselho Federal De Cultura.
Nd *Viagem Filosófica ao Rio Negro* [1787]. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ROE, P.G.
1980 Art and Residence among the Shipibo Indians of Peru: a Study in Micro-acculturation. *American Anthropologist*, 82 (1): 42-71.
- ROOSEVELT, A.C.
1980 *Parmana: Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*. New York: Academic Press.
- ROTH, W.E.
1924 An Introductory Study of the Arts, Crafts, and Customs of the Guiana Indians. *38th Annual Report of the Bureau of American Ethnology, 1916-17*. Washington: 25-745.
- ROUSE, I.; CRUXENT, J.M.
1966 *Arqueología Venezolana*. Caracas, Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas.
- SAHLINS, M.
1972 *Stone Age Economics*. Chicago: Aldine-Atherton, Inc.
- SIMÕES, M.F.; CORRÊA, C.
1987 Pesquisas arqueológicas no baixo Uatumá-Jatapu (Amazonas). *Revista de Arqueologia*, Belém, 4 (1): 29-48.
- SIMÕES, M.F.; MACHADO, A.L.
1987 Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (Amazonas). *Revista de Arqueologia*, Belém, 4 (1): 49-82.
- SIMÕES, M.F.; LOPES, D.F.
1987 Pesquisas arqueológicas no baixo/médio Rio Madeira (Amazonas). *Revista de Arqueologia*, Belém, 4 (1): 117-134.
- SIMÕES, M.F.; KALKMANN, A.L.
1987 Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas). *Revista de Arqueologia*, Belém, 4 (1): 83-116.
- SOUTHEY, R.
1961 *History of Brazil*. 3 vol. Second edition [1822]. New York: Greenwood Press.
- STERNBERG, H. O'REILLY
1975 The Amazon River of Brazil. *Geographische Zeitschrift*, Heft 40. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GMBH.
- SWEET, D.
1974 *A Rich Realm of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640-1750*. Unpublished doctoral dissertation, University of Wisconsin. Ann Arbor: University Microfilms.
- VARGAS ARENAS, I.
1981 Investigaciones arqueológicas en Parmana: los sitios de la Grutay Ronquin, Estado Guarico, Venezuela. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia.
- WASHBURN, D.E.; CROWE, D.W.
1988 *Symmetries of Culture: Theory and Practice of*

MYERS, T.P. La cerámica manao y el papel de los Manao en la Amazonía. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 9 : 23-41, 1999

Plane Pattern Analysis. Seattle: University of Washington Press.

WEBER, R.L.

1975 *Caimito: An Analysis of the Late Prehistoric Culture of the Central Ucayali, Eastern Peru*. Ann Arbor: University Microfilms.

WHITEHEAD, N.L.

1988 *Lords of the Tiger Spirit: A History of the Caribs*

in Colonial Venezuela and Guyana, 1498-1820. Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenkunde, Caribbean Series 10. Dordrecht-Holland: Foris Publications.

ZERRIES, O.

1980 *Unter Indianern Brasiliens: Sammlung Spix und Martius 1817-1820*. Innsbruck: Pinguin-Verlag.

Recebido para publicação em 28 de janeiro de 1999

PALEOAMBIENTE E PALEOETNOLOGIA DE POPULAÇÕES SAMBAQUIEIRAS DO SUDESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rita Scheel-Ybert*

SCHEEL-YBERT, R. Paleoambiente e paleoetnologia de populações sambaqueiras do sudeste do Estado do Rio de Janeiro. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 43-59, 1999.

RESUMO: A análise antracológica de sete sambaquis do Estado do Rio de Janeiro permitiu a reconstituição do paleoambiente vegetal e a elucidação de diversas questões paleoetnológicas com respeito à utilização da madeira e à alimentação dos sambaqueiros. A estabilidade do meio ambiente vegetal, apresentando diversos ecossistemas como a restinga, a mata seca, o mangue e a Mata Atlântica, foi provavelmente um fator fundamental na manutenção do sistema sociocultural dos pescadores-coletores-caçadores.

UNITERMOS: Paleoambiente – Paleoetnologia – Antracologia – Sambaquis – Tubérculos – Restinga – Mangue – Floresta – Brasil.

Introdução

O meio ambiente no qual viviam as populações sambaqueiras do litoral brasileiro e sua dieta sempre estiveram entre as principais preocupações dos arqueólogos, mas a má conservação dos restos vegetais nos sambaquis não permitia, até hoje, uma abordagem direta destes aspectos. Ora, o estudo dos fragmentos de carvão presentes nos sedimentos arqueológicos fornece inúmeras informações paleoetnológicas relacionadas à utilização da madeira e à alimentação das populações pré-históricas, além de permitir reconstituições paleoambientais e paleoclimáticas. Este estudo, campo da

antracologia, pode também evidenciar as relações entre o homem e seu meio ambiente e o impacto antrópico exercido (Scheel *et al.* 1996a, 1996b).

A antracologia foi aplicada pela primeira vez à arqueologia brasileira no estudo de sete sambaquis do litoral sudeste do Estado do Rio de Janeiro. Nossos objetivos principais foram: (1) a reconstituição da evolução paleoambiental e paleoclimática da região e a avaliação das interrelações entre ocupação humana e meio ambiente, procurando uma eventual influência antrópica sobre o meio e/ou uma possível influência do ambiente sobre as populações; e (2) a obtenção de informações paleoetnológicas referentes à utilização de vegetais pelos sambaqueiros.

Área de estudo

Os sete sambaquis estudados localizam-se na Região dos Lagos, entre os municípios de

(*) Laboratoire de Paléoenvironnements, Anthracologie et Action de l'Homme (UPRESA 5059), Université Montpellier II. Institut de Botanique, Montpellier, França.

Saquarema e Cabo Frio. Os Sambaquis do Forte, Salinas Peroano, Boca da Barra e do Meio situam-se em Cabo Frio (22°53'S, 42°03'W), às margens do Canal de Itajuru, que liga a Lagoa de Araruama ao mar. O Sambaqui da Ponta da Cabeça, em Arraial do Cabo, localiza-se sobre o Morro do Itirinho (22°57'S, 42°14'W), na extremidade sudoeste da Praia Grande. Os Sambaquis da Beirada e da Pontinha situam-se em Saquarema (22°55'S, 42°33'W), no dorso do cordão interno da restinga que separa a Lagoa de Saquarema do mar (Figura 1). Informações detalhadas sobre clima, geomorfologia e vegetação atual da área de estudo podem ser encontradas em Scheel-Ybert (1998). Informações sobre o contexto arqueológico de cada sambaqui podem ser encontradas na literatura especializada (Kneip 1976, 1977, 1980, 1994; Heredia 1984, 1986, 1987; Kneip *et al.* 1988, 1989, 1991; Kneip & Pallestrini 1990; Scaramella *et al.* 1990; Gaspar 1991; Franco & Gaspar 1992; Gaspar & Scaramella 1992; Tenório *et al.* 1992; Kneip & Machado 1993), e na síntese apresentada por Scheel-Ybert (1998).

Material e métodos

As amostras de carvão foram coletadas em perfis verticais, sempre no interior das trincheiras deixadas pelas escavações arqueológicas feitas previamente. Dois perfis foram estudados nos sambaquis do Forte, Salinas Peroano e Boca da Barra; um único perfil nos sambaquis do Meio, da Beirada e da Pontinha. Níveis artificiais de 10 cm foram decapados em seções de 2 m de largura por 50 cm de profundidade, com o auxílio de um guia de amostragem (Ybert *et al.* 1997). Todo o sedimento foi peneirado a seco no campo e os fragmentos de carvão foram recuperados no laboratório com a utilização de uma célula de flotação (Ybert *et al.* 1997). Tanto a peneiragem a seco como a flotação foram feitas com peneiras de malha de 4 mm.

As amostras do Sambaqui da Ponta da Cabeça foram obtidas durante a escavação arqueológica por peneiragem a seco de todo o sedimento e triadas posteriormente no laboratório.

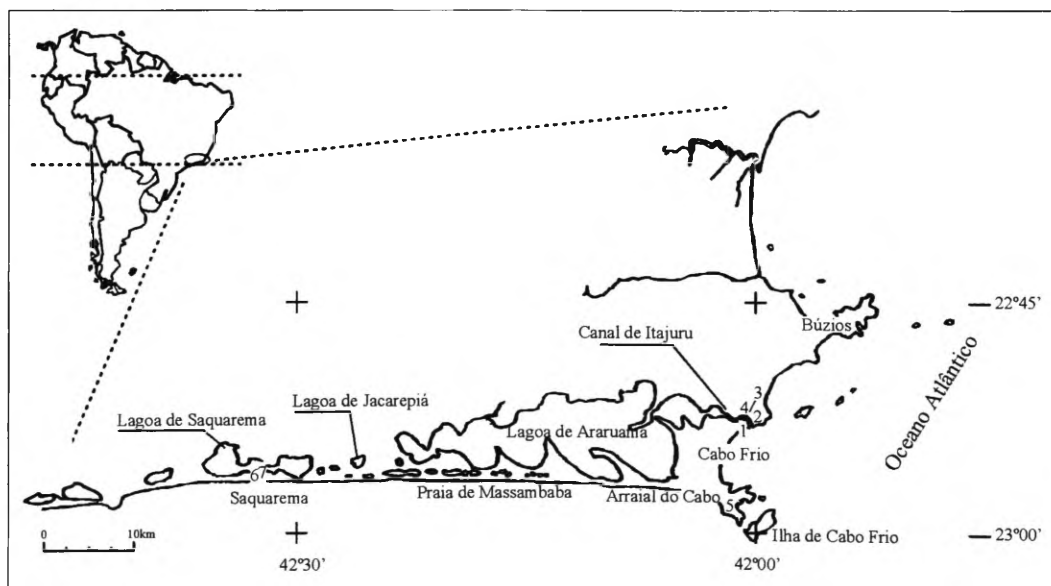


Figura 1 – Localização geográfica dos sítios estudados. (1) Sambaqui do Forte; (2) Sambaqui Boca da Barra; (3) Sambaqui do Meio; (4) Sambaqui Salinas Peroano; (5) Sambaqui da Ponta da Cabeça; (6) Sambaqui da Beirada; (7) Sambaqui da Pontinha.

Todos os fragmentos de carvão com mais de 4 mm de lado foram analisados. Em regiões tropicais, a determinação de fragmentos menores é normalmente impossível, pois em geral eles não apresentam um conjunto de caracteres anatômicos suficientemente amplo que permita sua identificação sequer ao nível de família.

Os fragmentos de carvão foram analisados num microscópio metalográfico de luz refletida a fundo claro/fundo escuro. Cortes transversais, tangenciais longitudinais e tangenciais radiais foram examinados a partir de fraturas recentes feitas a mão. A determinação sistemática foi feita comparando-se a estrutura anatômica com as amostras de uma coleção de referência e com descrições e fotografias de obras de referência (Détienne & Jacquet 1983, Mainieri & Chimelo 1989, Record & Hess 1943 etc.). A anatomia de madeiras tropicais sendo muito pouco conhecida, especialmente no Brasil, revelou-se indispensável a constituição de uma coleção de referência de madeiras carbonizadas. Nossa coleção conta atualmente com cerca de 2000 amostras obtidas a partir de doações de xilotecas e de coletas de campo. A identificação dos carvões foi facilitada pela elaboração de um programa informatizado de determinação especialmente concebido para a antracologia associado a um banco de dados anatômicos de amostras atuais e fósseis (Scheel-Ybert *et al.* 1998).

Resultados e discussões

1. *Paleoambiente*

Os sambaquieiros da Região dos Lagos ocuparam um ambiente caracterizado basicamente pela interface de três associações vegetais: a restinga, o mangue e formações florestais como a mata seca, característica da região de Cabo Frio, e a Mata Atlântica.

Neste artigo, os resultados da análise antracológica são apresentados sob forma de diagramas sintéticos (Figura 2). Os diferentes taxons foram reunidos segundo a formação vegetal onde eles existem. Diagramas antracológicos completos podem ser encontrados em publicações anteriores (Scheel-Ybert 1998, *no prelo*).

Todas as amostras estudadas apresentam uma grande diversidade florística, em geral mais

de 30 taxons por nível artificial. No Sambaqui do Forte, por exemplo, mais de cem taxons foram identificados. Isto indica que os carvões coletados correspondem à amostragem (coleta de lenha) de uma área significativamente grande no entorno do sítio e a uma atividade temporal relativamente longa, critérios essenciais para uma boa interpretação paleoecológica baseada nos carvões arqueológicos (Scheel *et al.* 1996a, 1996b).

Na região de Cabo Frio, onde se situam os Sambaquis do Forte, Salinas Peroano e Boca da Barra, a restinga, o mangue e a mata seca já estavam presentes desde 5500 anos BP (Figura 2. cf. Tabela I). Os sambaquieiros tinham acesso também à Mata Atlântica, situada mais para o interior das terras.

Todos os níveis antracológicos se caracterizam por uma forte predominância de espécies de mirtáceas. Atualmente, esta família tem representantes na maior parte das comunidades vegetais brasileiras, mas ela pode ser considerada como característica do ambiente de restinga. A restinga aberta é melhor representada no Sambaqui do Forte, enquanto nos outros dois sítios predominam a mata seca e a mata de restinga. Isto é uma consequência da localização geográfica de cada sambaqui. O Sambaqui do Forte está localizado na beira da praia, domínio fitossociológico da restinga, enquanto os sambaquis Salinas Peroano e Boca da Barra se situam na margem leste do Canal de Itajuru, sobre pequenas elevações cristalinas dominadas por formações florestais.

No Sambaqui do Meio, somente 9 micro-fragmentos de carvão foram encontrados, no setor A15, entre 50 e 60 cm de profundidade. Destes, apenas quatro puderam ser identificados: dois tipos de mirtáceas e *Condalia* sp (Figura 3). Estes taxons, típicos da restinga, confirmam que esta vegetação existia no entorno do sítio pouco após 5200 anos BP, mas nenhuma reconstituição ambiental mais precisa pode ser feita.

No Sambaqui da Ponta da Cabeça, em Arraial do Cabo, as formações de restinga aberta são predominantes de ca. 3300 até depois de 2000 anos BP (Figura 2). Este resultado também pode ser explicado pela localização geográfica do sítio. Apesar de situado sobre uma colina cristalina, ele está muito próximo da praia e numa região caracterizada por um clima particularmente seco, devido ao fenômeno de ressurgência centrado

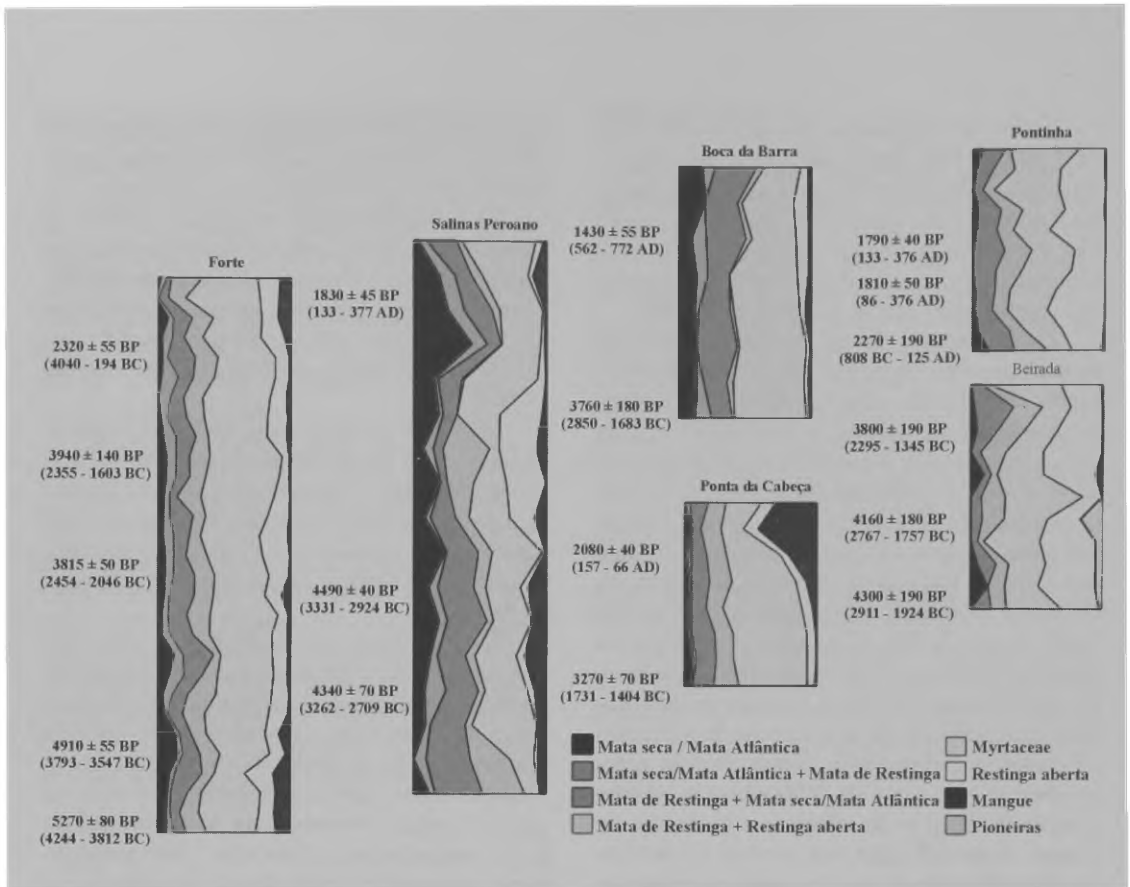


Figura 2 – Diagramas antracológicos sintéticos dos Sambaquis do Forte, Salinas Peroano, Boca da Barra, Ponta da Cabeça, da Beirada e da Pontinha. Sambaqui do Forte Nt: 8097; Nsp: 102. Sambaqui Salinas Peroano - Nt: 2052; Nsp: 59. Sambaqui Boca da Barra Nt: 698; Nsp: 47. Sambaqui Ponta da Cabeça Nt: 1956; Nsp: 58. Sambaqui da Beirada Nt: 519; Nsp: 39. Sambaqui da Pontinha Nt: 1621; Nsp: 54. (Nt: número total de fragmentos estudados; Nsp: número de taxons identificados).

neste ponto da costa.

Formações de restinga aberta também foram predominantes na região de Saquarema durante o período de ocupação dos Sambaquis da Beirada e da Pontinha, entre 4300 e 3800 anos BP e de ca. de 2300 até após 1800 anos BP (Figura 2). As baixas porcentagens de elementos de formações florestais e do mangue nestes sambaquis não indicam necessariamente que estas formações fossem raras naquela época, mas sim que estavam certamente mais longe dos sítios. A vegetação de Mata Atlântica se encontrava provavelmente do lado norte da Lagoa de Saquarema, e o mangue em suas margens.

O pequeno aumento de elementos florestais no nível inferior do Sambaqui da Pontinha, por

volta de 2300 anos BP, é muito discreto para ser considerado como consequência de uma modificação ambiental. As oscilações relativamente importantes nas porcentagens relativas dos diferentes grupos vegetais no Sambaqui da Beirada, assim como em alguns níveis do Sambaqui Salinas Peroano (Figura 2), também não devem ser levadas em consideração. Elas são consequência do número excessivamente baixo de fragmentos de carvão estudados nestes dois casos.

Em consequência, as únicas variações significativas observadas nos diagramas antracológicos concernem à vegetação do mangue (Figura 2). Na região de Cabo Frio, estas variações podem ser atribuídas a oscilações climáticas que provocaram variações na salinidade

da Lagoa de Araruama (Scheel-Ybert 1998, *no prelo*), interpretação que é corroborada pela análise da curva de variação isotópica dos carbonatos no sedimento (Tasayco-Ortega 1996). O clima desta área era mais úmido até aproximadamente 5000 anos BP, tendo havido em seguida um período seco que durou até ca. de 2300 anos BP. Um breve episódio pluvioso entre 2300 e 2000 anos BP foi seguido então por um novo período seco que permaneceu pelo menos até o final da ocupação desta área (Figura 4).

Na região de Arraial do Cabo, duas hipóteses podem ser propostas para explicar o aumento significativo dos elementos de mangue na parte superior do diagrama, pouco antes de 2000 anos BP. Ela pode ser devida a um aumento real deste tipo de vegetação no entorno do sítio, ou pode ser ligada a uma exploração diferencial do meio entre o início e o fim da ocupação. Tenório *et al.* (1992) descrevem os primeiros 90 cm do perfil como “uma grande fogueira que cresce e se agrega a numerosas pequenas fogueiras” O aumen-

Tabela I
Datações radiocarbônicas dos sítios estudados*

Sítio	Nível	Data convencional	Data calibrada	Material	No. labo.
Forte	camada IV ²	5520 ± 120 BP	6180 5630 cal BP	conchas	Bah
	270-320 cm ¹	5270 ± 80 BP	6190 5760 cal BP	carvão	GifA-98348
	240-250 cm ¹	4910 ± 55 BP	5720 5480 cal BP	carvão	Ly-8467
	150-160 cm ¹	3815 ± 50 BP	4340 3980 cal BP	carvão	Ly-8466
	camada III ²	4330 ± 140 BP	4820 4070 cal BP	conchas	Bah
	camada II ²	3940 ± 140 BP	4300 3550 cal BP	conchas	Bah
	40-50 cm ¹	2320 ± 55 BP	2360 2140 cal BP	carvão	Gif-11038
	camada I ²	2240 ± 70 BP	1990 1670 cal BP	conchas	Bah
Meio	0,70 m ³	5180 ± 80 BP	5700 5320 cal BP	conchas	Beta-84809
Salinas Peroano	130-140 cm ⁴	4340 ± 70 BP	5040 4650 cal BP	carvão	Gif-8454
	100-110 cm ¹	4490 ± 40 BP	5280 4870 cal BP	carvão	Gif-11042
	20-30 cm ¹	1830 ± 45 BP	1820 1570 cal BP	carvão	Gif-11041
Boca da Barra	90-100 cm ³	3760 ± 180 BP	4540 3580 cal BP	carvão	Beta-83827
	20-30 cm ¹	1430 ± 55 BP	1380 1180 cal BP	carvão	Gif-11043
Ponta da Cabeça	160-170 cm ⁵	3270 ± 70 BP	3630 3270 cal BP	carvão	Beta-84332
	70-80 cm ¹	2080 ± 40 BP	2110 1880 cal BP	carvão	Gif-11045
Beirada	camada IV ⁶	4520 ± 190 BP	5240 4190 cal BP	conchas	Bah-1651
	camada III ⁶	4300 ± 190 BP	4860 3870 cal BP	conchas	Bah-1647
	camada II ⁶	4160 ± 180 BP	4720 3710 cal BP	conchas	Bah-1646
	camada I ⁶	3800 ± 190 BP	4250 3290 cal BP	conchas	Bah-1765
Pontinha	camada IV ⁶	2270 ± 190 BP	2750 1750 cal BP	carvão	Bah-1764
	camada III ⁶	1810 ± 50 BP	1820 1540 cal BP	carvão	Gif-8683
	camada II ⁶	1790 ± 40 BP	1730 1540 cal BP	carvão	Gif-8682

(*) Datas convencionais e datas calibradas com 2 sigma de intervalo de confiança (95%). ⁽¹⁾ Scheel-Ybert 1998; ⁽²⁾ Kneip 1980; ⁽³⁾ Tenório 1996; ⁽⁴⁾ Franco & Gaspar 1992; ⁽⁵⁾ Tenório, inédito; ⁽⁶⁾ Kneip *et al.* 1991.

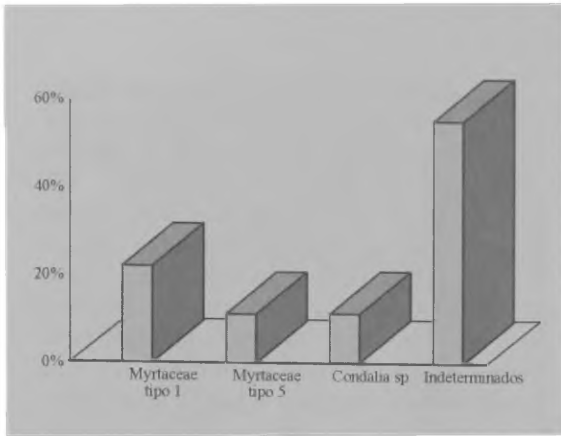


Figura 3 – Sambaqui do Meio, setor A15, 50-60 cm de profundidade. Histograma de frequência dos micro-carvões encontrados.

to dos elementos de manguê é observado nos 30 cm superiores, que apresentam um sedimento rico em conchas de moluscos e são considerados como o apogeu da ocupação. Ora, um aumento populacional poderia induzir, por exemplo, um aumento na área de coleta de lenha. No entanto, somente a análise de um maior número de amostras de carvão e uma melhor compreensão do contexto arqueológico permitirão o esclarecimento desta questão.

De todo modo, a presença de elementos de manguê neste sambaqui é de extrema importância, pois esta formação vegetal não existe mais na região. O manguê se encontra provavelmente nas margens da Lagoa de Araruama.

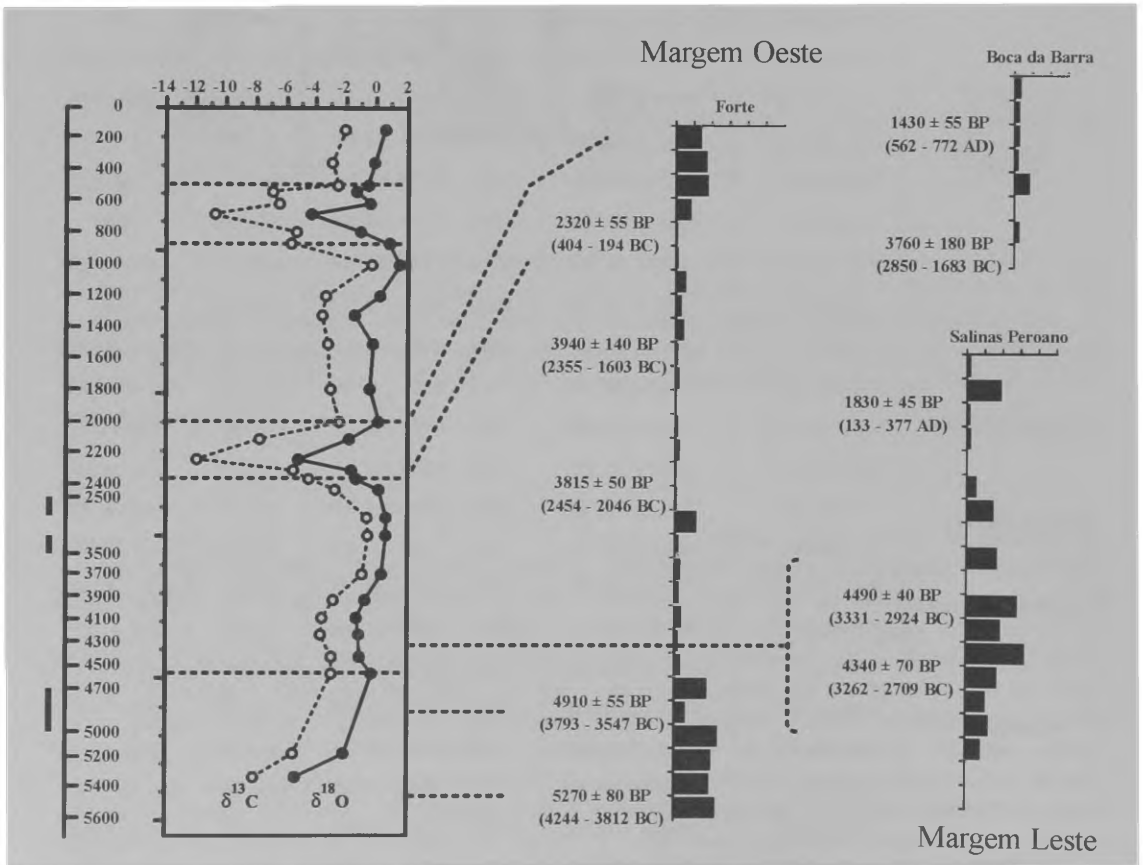


Figura 4 – Comparação dos histogramas de elementos de manguê dos sambaquis da região de Cabo Frio com a curva de variação da composição isotópica dos carbonatos ($\delta^{18}O$ e $\delta^{13}C$) da Lagoa de Araruama (segundo Tasayco-Ortega 1996). Baixos valores de $d^{18}O$ indicam uma influência predominante de águas pluviais; valores mais altos indicam um aumento de salinidade.

Apesar das oscilações da vegetação de mangue, provocadas por variações climáticas pelo menos na região de Cabo Frio, nenhum outro indício de mudança significativa no ecossistema vegetal foi observado neste período em nenhum dos sítios estudados. Normalmente, espera-se que modificações climáticas afetem a vegetação e influenciem o modo de vida das populações pré-históricas. E isto especialmente nos ambientes costeiros, geralmente considerados como mais sensíveis às mudanças climáticas (Senna 1990). O estudo antracológico invalida esta hipótese, pelo menos no que se refere à vegetação costeira de terra firme.

Devemos observar que as formações de restinga são relacionadas ao solo arenoso e à geomorfologia dos cordões litorais, ou seja, trata-se de uma vegetação essencialmente edáfica. Este é também o caso das associações vegetais características dos maciços rochosos da região de Cabo Frio, como a mata seca. Embora esta última apresente igualmente um componente climático importante, o caráter edáfico contribuiu certamente para que ela não tenha sido influenciada pelas oscilações climáticas observadas.

A análise antracológica aqui apresentada mostra que a vegetação de terra firme da região costeira (restinga, mata seca, Mata Atlântica) se manteve de

forma extremamente estável durante pelo menos todo o Holoceno Superior, e nenhuma alteração climática nem antrópica pôde ser verificada ao longo deste período. Estas formações vegetais, que são as mesmas que existem atualmente na região, provavelmente só começaram a sofrer uma alteração significativa a partir do período colonial, em consequência do extrativismo, da ocupação da faixa costeira e também, mais recentemente, do turismo.

A estabilidade ambiental teve certamente consequências muito importantes para as populações pré-históricas. Ela foi provavelmente um fator decisivo na manutenção do sistema sociocultural dos sambaqueiros.

2. *Paleoetnologia*

2.1. *Ocupação do Sambaqui do Forte*

Kneip (1977) considera que o Sambaqui do Forte é composto por dois “sambaquis” separados um do outro por uma camada arenosa estéril. No entanto, diversos argumentos demonstram que esta camada arenosa não é estéril, apesar da ausência de conchas:

(1) Durante a amostragem antracológica foi observado que ela apresenta várias marcas de fogueiras bem delimitadas (Figura 5) e é extre-

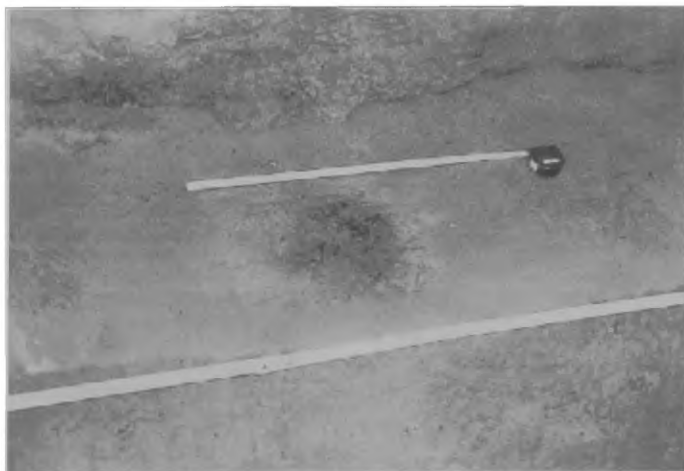


Figura 5 – Marca de fogueira na camada arenosa do Sambaqui do Forte. Perfil Norte, 180 cm de profundidade.

mamente rica em restos de debitage de quartzo e fragmentos de carvão.

(2) O histograma de concentração de carvões neste sambaqui mostra que a massa de carvões é, na maioria dos casos, significativamente maior nos níveis arenosos que nos níveis ricos em conchas (Figura 6). Note-se que a utilização da massa para estimar a quantidade de carvões num nível arqueológico é delicada, pois o peso dos fragmentos pode ser alterado por impregnações calcárias, principalmente nos sambaquis (Scheel-Ybert 1998, *no prelo*). No entanto, estas impregnações são em geral mais importantes justamente nos níveis ricos em

conchas, o que vem finalmente a reforçar nossas observações.

Em consequência, propomos que a ocupação do sítio tenha sido contínua. Esta proposição corrobora a opinião de Gaspar (1991, 1992, 1995/96), que considera que as populações sambaqueiras eram sedentárias.

2.2. Coleta de lenha

A coleta aleatória de madeira morta certamente constituiu a principal fonte de lenha para as populações sambaqueiras (Scheel-Ybert 1998, *aceito*). A utilização de madeira morta é

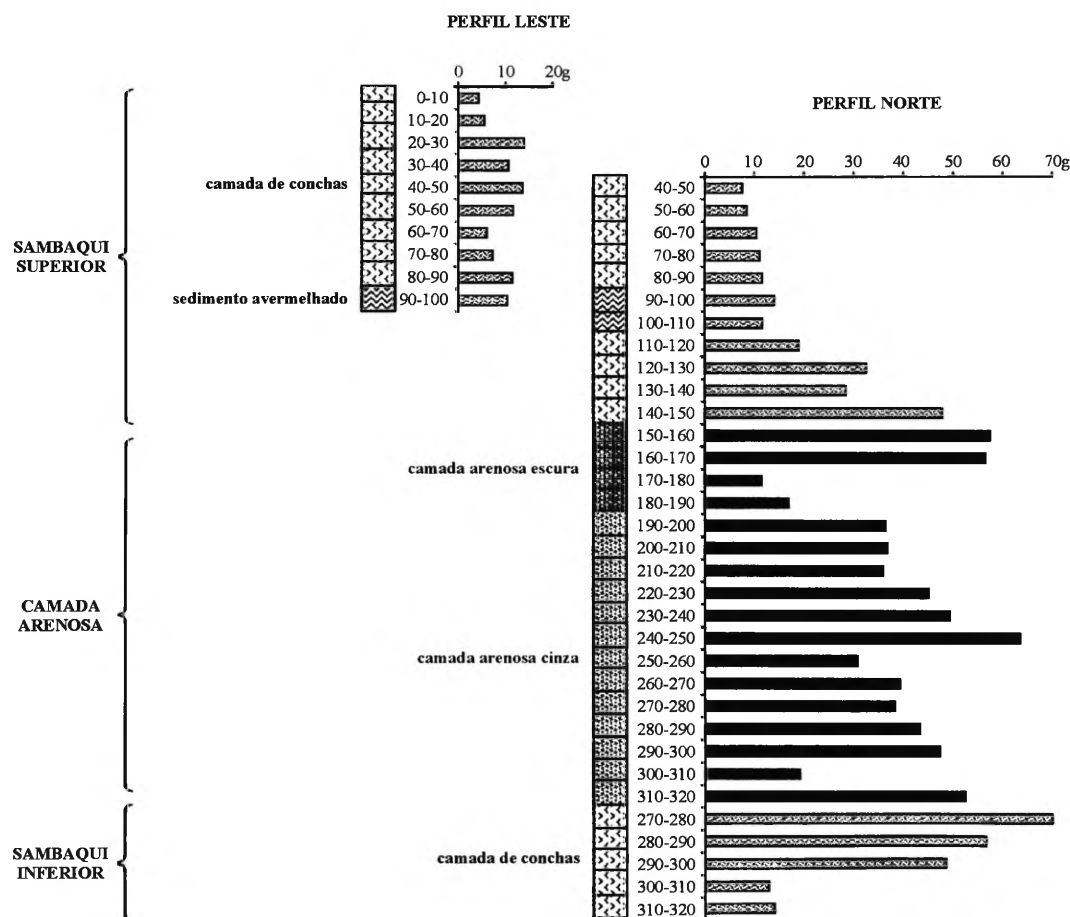


Figura 6 – Concentração de carvão por nível artificial em cada um dos perfis estudados no Sambaqui do Forte (em gramas por 100 kg de sedimento).

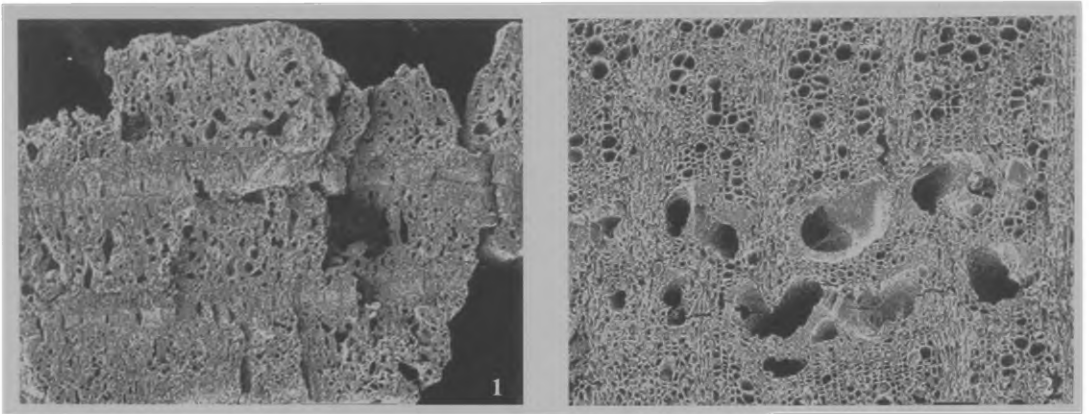


Figura 7 – Fragmentos de carvão apresentando traços de decomposição antes da carbonização: (1) ataque fúngico; (2) ataque por larvas de insetos.

sugerida por numerosos fragmentos de carvão apresentando traços de decomposição, por ataques de fungos ou de larvas de insetos, ocorridos antes da carbonização (Figura 7). A coleta aleatória de lenha é indicada pela grande diversidade do cortejo antracológico, tanto entre os carvões dispersos (ver legenda da Figura 2) quanto nas amostras de carvões concentrados provenientes de fogueiras (Figura 8).

Todavia, as frequências relativamente importantes de *Condalia* sp, principalmente nos sítios da região de Cabo Frio e Arraial do Cabo, são dificilmente explicáveis pela coleta aleatória ou por critérios ambientais (Scheel-Ybert 1998, *no prelo*). Nos diagramas antracológicos, *Condalia* sp é em geral muito abundante. Com exceção das mirtáceas, este é o único taxon representado em todos os sambaquis estudados.

Ora, para que uma espécie seja explorada sistematicamente durante mais de três mil anos, ela deve ser suficientemente freqüente no ambiente, senão verdadeiramente dominante. Este é por exemplo o caso das mirtáceas, que até hoje são dominantes na vegetação de restinga, e a caracterizam. Logo, esta planta era pelo menos mais freqüente na época do que é atualmente. *Condalia buxifolia*, característica da restinga e única espécie deste gênero que ocorre hoje na região, é muito rara (Silva & Oliveira 1989).

Podemos então supor que *Condalia* sp era realmente muito freqüente, ou senão que era es-

pecialmente selecionada por razões culturais. A primeira hipótese deve ser descartada, pois indicaria uma vegetação muito diferente das formações conhecidas atualmente, o que entra em contradição com todos os outros elementos do espectro antracológico. A segunda hipótese, que nos parece a mais provável, pode ser apoiada por diversas características próprias a este taxon: a madeira, muito densa, é considerada como um excelente combustível e permitiria a extração de um pigmento azul; o fruto, uma pequena drupa, é comestível; e a casca das raízes de algumas espécies deste gênero é medicinal e pode ser utilizada como sabão (Record & Hess 1943).

Podemos também aventar a hipótese de uma utilização ritual, cerimonial ou mística desta planta. Heizer (1963) observa que cerimônias ligadas ao fogo são muito freqüentes em sociedades americanas nativas, implicando sempre numa coleta ritualizada das plantas utilizadas. Um argumento que pode apoiar esta hipótese é o fato de que todos os fragmentos de *Condalia* se apresentam vitrificados, o que sugere que esta madeira possa ter sido queimada verde (Scheel-Ybert 1998). Além disso, seu caule é cheio de espinhos, dificultando bastante a coleta da planta.

No entanto, a seleção de espécies concerne somente uma fração limitada das associações vegetais. A maior parte das plantas presentes no ambiente são em geral representadas nos restos

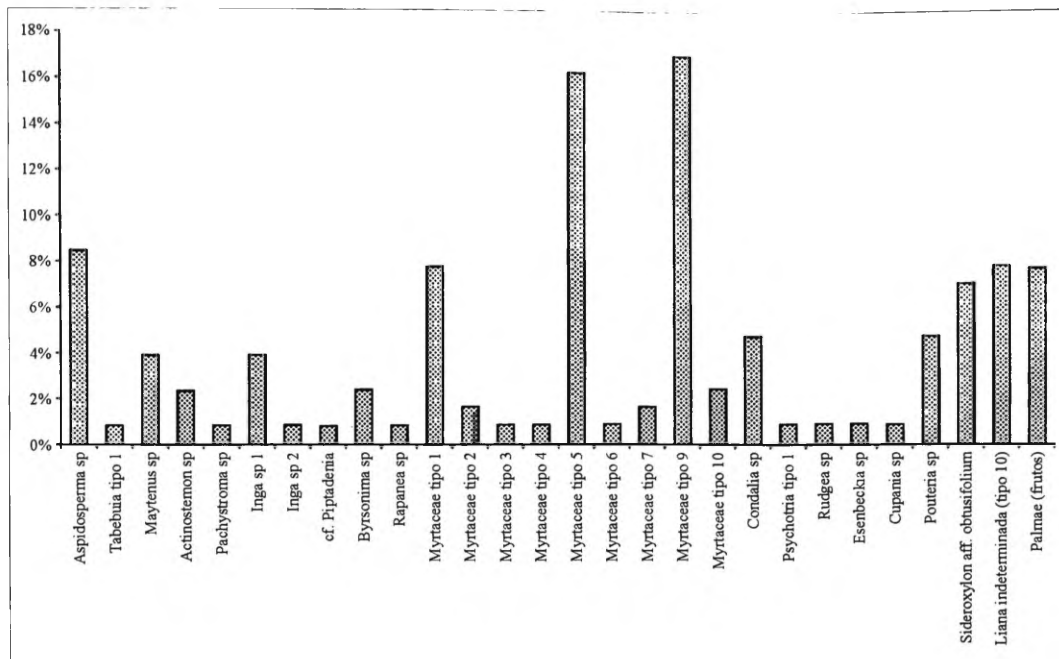


Figura 8 – Sambaqui do Forte. Diagrama antracológico da fogueira 2, nível 160-170 cm. Nt: 159; Nsp: 28.

de carvão, sobretudo se a lenha doméstica é obtida a partir da coleta de madeira morta. Além disso, é provável que as espécies mais abundantes apresentem frequências mais altas. De fato, para que um taxon seja selecionado, deve ser suficientemente freqüente no ambiente: para que uma planta seja escolhida, deve antes existir.

A grande diversidade de taxons encontrada no registro antracológico dos sambaquis indica o caráter pouco seletivo da coleta de lenha pelos sambaqueiros. Isto justifica a utilização dos estudos antracológicos para a reconstituição do paleoambiente vegetal a partir deste material, mesmo que exista seleção de uma ou de algumas espécies para fins particulares.

2.3. Importância dos vegetais na alimentação dos sambaqueiros

Numerosos restos alimentares vegetais carbonizados, presentes em todos os sítios estudados, sugerem que a coleta de vegetais era extremamente importante na dieta dos samba-

queiros. Até hoje, vestígios diretos desta atividade eram raramente encontrados nos sambaquis, nos quais o consumo de vegetais só era verificado pela presença de coquinhos, raras sementes, e objetos líticos que provavelmente serviram à sua preparação (Kneip 1977, 1994; Gaspar 1995; Tenório 1991; Tenório *et al.* 1992 etc.).

As amostras estudadas perfazem mais de 15.500 fragmentos de carvão, dos quais 4 % correspondem a restos alimentares: fragmentos de coquinhos, sementes e resíduos de tecido parenquimático provenientes de tubérculos de monocotiledôneas. A maior parte destes restos ainda não pôde ser determinada com precisão, mas da grande variedade de espécies verificada alguns fragmentos correspondem a tubérculos de Gramineae/Cyperaceae e outros a carás (*Dioscorea* sp). Outros ainda poderiam pertencer a *Typha domingensis*, mas esta hipótese ainda não foi confirmada (Scheel-Ybert 1998, *aceito*).

Os restos alimentares vegetais são mais abundantes nas amostras de sedimentos ricos

em conchas do que nos sedimentos arenosos (Figura 9). Isto sugere que, nos sambaquis, uma maior concentração de restos vegetais carbonizados não indica necessariamente uma intensificação de consumo, mas sim uma zona arqueológica com alta concentração de restos alimentares, tanto animais quanto vegetais (Scheel-Ybert 1998). Os sambaquis apresentam freqüentemente bolsões de sedimentos ricos em conchas de moluscos e ossos. No entanto, somente escavações em superfícies mais amplas e uma melhor compreensão da heterogeneidade dos sítios (cf. Gaspar *et al.* 1994) poderão nos informar se eles correspondem ou não a aumentos populacionais.

Os sambaquieiros foram por muito tempo considerados quase que exclusivamente como “comedores de moluscos”. Mais recentemente, a pesca tem sido reconhecida como mais importante do que a coleta de moluscos em sua dieta (Figuti 1992, 1993, 1996), mesmo quando os restos de conchas são aparentemente predominantes na estratigrafia do sítio. Já a coleta de vegetais, embora implicitamente reconhecida, é freqüentemente vista como uma atividade secundária, e sua contribuição à dieta é considerada como praticamente negligenciável. No entanto, devemos observar que uma alimentação baseada na coleta de moluscos, caça ou pesca deixa muitos vestígios materiais no sítio arqueológico, ao contrário da coleta de vegetais. Não podendo ser *provado*, o consumo de vegetais é geralmente subestimado em favor de dietas que deixam vestígios mais visíveis no sedimento arqueológico.

Ora, a conservação de restos vegetais sob um clima tropical úmido ocorre quase que exclusivamente pela carbonização, e esta depende do material ser ou não exposto ao fogo, intencional ou acidentalmente, visando sua preparação ou consumo. As partes duras dos coquinhos, além de serem muito mais resistentes à degradação, têm uma grande chance de serem queimadas após separação da parte comestível do fruto, podendo mesmo ser recicladas como um combustível adicional. Isto aumenta enormemente a sua probabilidade de preservação nos sítios arqueológicos. Sementes, que são freqüentemente torradas, podem ser acidentalmente conservadas, por exemplo, se algumas delas caem na fogueira. Por outro lado os tubérculos, geralmente consumidos cozidos em água, são dificilmente expostos diretamente ao fogo, da mesma forma que folhas

e frutos, que são consumidos cozidos ou frescos (Munson *et al.* 1971, *apud* Miksicek 1987). Assim sendo, alimentos desta última categoria são raramente preservados por carbonização, e seus restos só são excepcionalmente encontrados em sítios arqueológicos.

Miksicek (1987) considera que a preservação de tubérculos é muito improvável, e, quando por acaso eles são conservados, os fragmentos são frágeis e dificilmente identificáveis. Hather (1993, 1994) confirma que estes vestígios são raramente determinados, mas observa que, apesar de às vezes serem freqüentes, eles são em geral considerados como indetermináveis. De fato, os métodos de determinação de restos alimentares vegetais são ainda muito pouco desenvolvidos. Embora em nosso material os tubérculos sejam pouco abundantes, sua presença foi observada na maior parte dos níveis arqueológicos de todos os sambaquis estudados. Sua conservação atesta que eles eram largamente utilizados pelos sambaquieiros, e que a coleta de vegetais contribuiu de forma importante na dieta destas populações.

Um pequeno inventário dos restos vegetais encontrados em sambaquis do Estado do Rio de Janeiro mostra que os resíduos alimentares de origem vegetal mais freqüentemente citados são fragmentos de coquinhos carbonizados. Estes frutos são em geral pequenos e, embora muito raramente identificados, pertencem provavelmente em sua maioria aos gêneros *Astrocaryum*, *Bactris* e *Syagrus*. No Sambaqui Zé Espinho, por exemplo, fragmentos de coquinhos de *Bactris setosa* são muito abundantes em todas as camadas arqueológicas (Kneip & Pallestrini 1987).

O Sambaqui de Sernambetiba é provavelmente o único sítio onde foi possível recuperar um grande número de restos vegetais não carbonizados, graças a uma excelente conservação dos vestígios devida à sua sedimentação no mangue sobre o qual se situa o sítio. Foram identificadas duas espécies de frutos de palmeiras (*Acrocomia* sp e outra indeterminada), diversos exemplares de frutos de uma mirtácea (cf. *Psidium*), uma bombacácea (*Ceiba* ou *Bombax?*) e uma lecitidácea (provavelmente *Lecythis pisonis*) cujas sementes oleaginosas são muito nutritivas (Heredia & Beltrão 1980).

No sítio Corondó, restos de frutos de mirtáceas (*Psidium* sp, *Eugenia* sp) e de palmei-

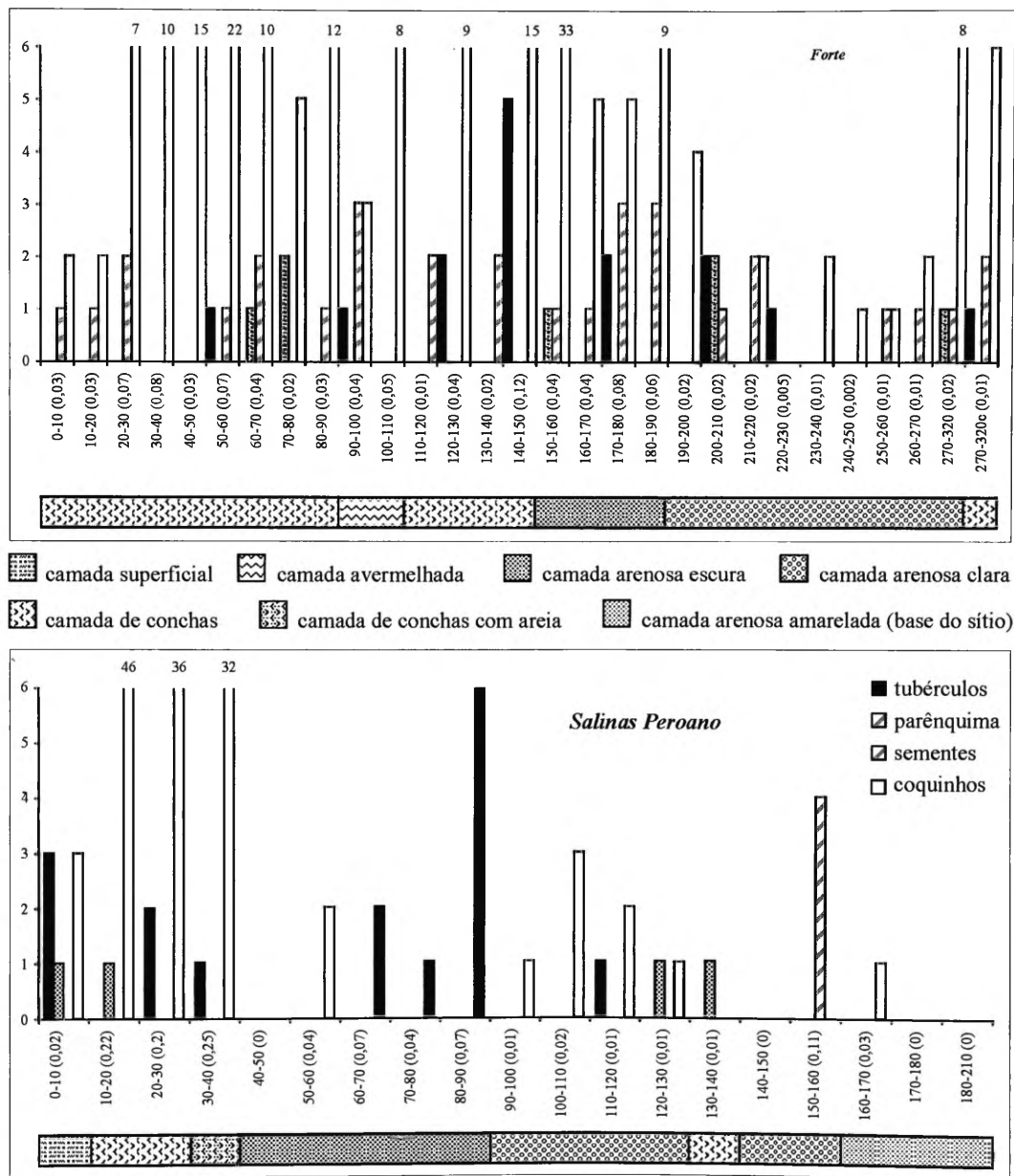


Figura 9 – Histogramas mostrando o número de fragmentos de tubérculos, parênquima não-identificado, sementes e coquinhos em cada nível arqueológico dos Sambaquis do Forte e Salinas Peroano. Após a referência do nível no eixo x é apresentada, entre parênteses, a relação restos alimentares/fragmentos de carvão.

ras (*Astrocaryum* sp, *Bactris* sp) foram encontrados em três das quatro camadas arqueológicas (Carvalho 1984). No Sambaqui da Malhada, onde restos vegetais atribuídos à família Menispermaceae foram identificados em associação a um enterramento, foram encontrados também vestígios de sementes e de raízes (Machado 1992).

Estes exemplos, embora pouco numerosos, demonstram que não somente coquinhos, mas também sementes e frutos faziam parte da alimentação das populações dos sambaquis. Devido à dificuldade de preservação dos restos vegetais em geral, a maior ou menor abundância de cada vestígio não exprime a importância de cada categoria alimentar, mas sim uma conservação diferencial. Em consequência, podemos deduzir que os exemplos mencionados correspondem apenas a uma ínfima porcentagem das espécies realmente utilizadas. Uma grande quantidade e diversidade de produtos vegetais era com certeza consumida pelos sambaquieiros.

Neste sentido, cabe lembrar que o ambiente de restinga é extremamente rico em leguminosas, que possuem freqüentemente sementes comestíveis, e em numerosas espécies frutíferas que produzem flores e frutos durante todo o ano (Maciel 1984). Alguns exemplos destas últimas podem ser selecionados entre as espécies de mirtáceas (gêneros *Eugenia*, *Gomidesia*, *Myrcia*, *Myrciaria*, *Psidium*), anacardiáceas (*Spondias*, *Tapirira*), anonáceas (*Annona*, *Duguetia*), bromeliáceas (*Ananas*, *Bromelia*), cactáceas (*Cereus*), celastráceas (*Maytenus*), crisobalanáceas (*Chrysobalanus*), malpighiáceas (*Byrsonima*), moráceas (*Ficus*), passifloráceas (*Passiflora*) e sapotáceas (*Pouteria*, *Sideroxylon*), entre outras. A maior parte destes taxons está presente no registro antracológico (Scheel-Ybert 1998, *no prelo*).

Um caso interessante é o de *Sideroxylon obtusifolium*, um taxon abundante na maioria dos sítios estudados e que atualmente é muito freqüente nas proximidades dos sambaquis (Araujo, *comunicação pessoal*). Esta associação permite emitir a hipótese de manejo desta espécie, podendo ter começado acidentalmente mas que teria sido incentivado pelos sambaquieiros devido à utilização de seus frutos.

Um aporte considerável de amido era fornecido pelos numerosos tubérculos da restinga. Na restinga aberta e na floresta de restinga, existem várias espécies de carás (*Dioscorea* spp); nas zonas úmidas, *Typha domingensis* e uma grande diversidade de gramíneas e ciperáceas.

No entanto, diversos autores argumentam que a ausência de cáries nas populações sambaquieiras indica uma alimentação pobre em glúcídeos (Machado 1992; Prous 1992; Kneip *et al.* 1995), e portanto baseada exclusivamente na pesca e na coleta de moluscos. A dentição destas populações é caracterizada por uma usura extremamente importante, em geral bastante precoce. Este fato é em geral atribuído à areia consumida junto com os moluscos. Porém, usura dentária não é evidentemente incompatível com uma alimentação rica em fibras vegetais, pelo contrário.

Prous (1992) propõe que os sambaquieiros tinham poucas cáries porque a intensidade da usura era tal que, destruindo rapidamente as cúspides dentárias, ela facilitava a limpeza. Este argumento justificaria a raridade de lesões, mesmo numa alimentação rica em açúcares e amido, que são aliás elementos indispensáveis à nutrição humana.

No Sambaqui do Forte, o único sítio entre os que nós estudamos para o qual existe uma referência às características dentárias da população, os dentes apresentam forte abrasão e cáries em diversos estádios de desenvolvimento (Messias 1977). Esta observação corrobora nossa hipótese de que o consumo de glúcídeos era provavelmente mais importante do que é admitido atualmente.

Apesar disso, pensamos que uma alimentação rica em amido não indica necessariamente a existência de práticas agrícolas. Esta dieta é inteiramente compatível com um modo de vida baseado na pesca e na coleta, devido à grande riqueza do ambiente no qual viviam estas populações, mas é muito provável que existisse manejo, eventualmente de várias espécies produtoras de tubérculos e frutos.

Um maior investimento na pesquisa e no estudo dos restos alimentares vegetais carbonizados é extremamente promissor e fornecerá sem dúvida informações de suma importância quanto aos hábitos alimentares de populações pré-históricas.

Conclusão

A análise antracológica de sete sambaquis do litoral do Estado do Rio de Janeiro permitiu a reconstituição do paleoambiente vegetal nessa região e a avaliação das interrelações entre ocupação humana e meio ambiente.

O paleoambiente regional era caracterizado pelas diversas fisionomias da restinga, pela mata seca dos costões rochosos de Cabo Frio, pelo mangue e, mais para o interior, pela Mata Atlântica. A floresta de restinga era provavelmente muito mais abundante do que atualmente. As populações sambaquieiras que ocuparam a região privilegiaram para sua instalação a interface entre vários ambientes, dos quais a restinga e o mangue foram os principais.

O cortejo taxonômico em todos os sítios estudados é essencialmente o mesmo ao longo de vários séculos de ocupação humana, indicando que a vegetação não sofreu alterações significativas de origem climática nem antrópica.

Apesar das oscilações climáticas que influenciaram a vegetação do mangue, especialmente na região de Cabo Frio, nenhuma outra evidência de mudança paleoambiental foi observada durante toda a segunda metade do Holoceno. Isto é provavelmente devido ao caráter edáfico dos ecossistemas costeiros, em particular a vegetação de terra firme, que apresenta em consequência uma relativa estabilidade às mudanças climáticas.

A estabilidade do meio ambiente vegetal foi sem dúvida um fator fundamental na manutenção do sistema sociocultural dos pescadores-coletores-caçadores, contribuindo para uma possível sedentarização e para a conservação de uma cultura estacionária que se manteve por mais de 6000 anos.

É importante observar que o registro antracológico representa essencialmente a vegetação local. Os nossos resultados validam a utilização da antracologia para reconstituições paleoambientais, mas mostram também que o estudo de sítios isolados fornece somente informações pontuais. Uma reconstituição regional só pode ser obtida pelo estudo de um grande número de sítios distribuídos numa área relativamente ampla.

A análise antracológica evidenciou também uma série de aspectos paleoetnológicos, especialmente em relação à utilização da madeira e à alimentação dos sambaquieiros.

A coleta aleatória de madeira morta fornecia a essas populações a maior parte da lenha utilizada. Contudo, a madeira de *Condalia* sp era particularmente selecionada, por razões culturais ainda não definidas. Estas eram provavelmente relacionadas às qualidades dessa madeira como combustível, como fonte de pigmento ou como medicinal, mas a espécie pode também ter sido objeto de uma utilização ritual. *Condalia* sp, atualmente rara na restinga, era certamente mais freqüente durante o período estudado.

A coleta de produtos vegetais era com certeza muito mais importante para a alimentação dos sambaquieiros do que o considerado atualmente. Todos os sítios analisados apresentaram fragmentos de coquinhos carbonizados, sementes e resíduos de tubérculos de monocotiledôneas (provavelmente gramíneas, ciperáceas e carás – *Dioscorea* sp), estes últimos identificados pela primeira vez em sítios brasileiros. A possibilidade da existência de manejo de vegetais é aventada.

Agradecimentos

Este artigo apresenta os principais resultados da tese de doutorado da autora, desenvolvida com o apoio de uma bolsa de estudos da CAPES e associada ao projeto “Aproveitamento Ambiental das Populações Pré-Históricas do Estado do Rio de Janeiro” (convênio MN/FINEP/FUJB), coordenado por Maria Dulce Gaspar.

Entre as várias pessoas que contribuíram à sua realização, agradecemos especialmente a Jean-Louis Vernet e Maria Dulce Gaspar pela orientação do trabalho; a Lina Kneip, Maria Dulce Gaspar e Maria Cristina Tenório, arqueólogos responsáveis pelos sítios estudados, pelo auxílio no campo e permissão para efetuar este estudo; a Dorothy Sue Dunn de Araujo, Maurice Roux, Michel Servant e Jean-Pierre Ybert pelas discussões sobre vários temas e apoio na interpretação dos resultados ambientais.

SCHEEL-YBERT, R. Palaeoenvironment and palaeoethnology of *sambaqui* inhabitants in Southeastern Rio de Janeiro State. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 43-59, 1999.

ABSTRACT: Charcoal analysis of seven sambaquis from the southeastern Brazilian coast allowed palaeoenvironment reconstruction as well as various palaeoethnological considerations on wood use and on the fishers-gatherers-hunters' diet. Restinga, dry forest, mangrove and Atlantic Forest ecosystems were present. Environmental stability has certainly been a main factor in the maintenance of the fishers-gatherers-hunters sociocultural system.

UNITERMS: Palaeoenvironment – Palaeoethnology – Charcoal analysis – Shellmounds – Tubers – Restinga – Mangrove – Forest – Brazil.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, E.T.
1984 Estudo arqueológico do sítio Corondó. Missão de 1978. *Bol. IAB*, sér. Monografias, 2: 1-243.
- DÉTIENNE, P.; JACQUET, P.
1983 *Atlas d'identification des bois de l'Amazonie et des régions voisines*. Centre Technique Forestier Tropical. 640 p.
- FIGUTI, L.
1992 *Les sambaquis COSIPA (4200 à 1200 ans BP): étude de la subsistance chez les peuples préhistoriques de pêcheurs-ramasseurs de bivalves de la côte centrale de l'État de São Paulo, Brésil*. Tese de Doutorado. MNHN, IPH. Paris. 212 p.
1993 O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 3: 67-80.
1996 Resultados preliminares dos vestígios zoológicos do Sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6: 169-187.
- FRANCO, T.C.B.; GASPAR, M.D.
1992 O sítio arqueológico Salinas Peroano. *Anais da VI Reunião Científica da SAB*, Rio de Janeiro, 1: 162-171.
- GASPAR, M.D.
1991 *Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores: região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. São Paulo, MAE/USP. 362 p.
1992 Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores que ocupou o litoral do Estado do Rio de Janeiro. A.J.G. Araújo; L.F. Ferreira (Coords.) *Paleontologia e Paleoepidemiologia: Estudos Multidisciplinares*. Ensp, Fund. Oswaldo Cruz: 95-109.
1995 O "homem" e o ambiente: um estudo de caso. *III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira. Subsídios a um gerenciamento ambiental*. Acad. Ciênc., São Paulo, 1: 367-370.
1995/ Terrítório de exploração e tipo de ocupação dos pescadores, coletores e caçadores que ocuparam o litoral do Estado do Rio de Janeiro. *CLIO*, sér. Arqueol., 1 (11): 153-174.
1996
- GASPAR, M.D.; SCARAMELLA, N.R.
1992 O sítio do Meio, Canal de Itajuru, Cabo Frio – RJ. *Anais da VI Reunião Científica da SAB*, Rio de Janeiro. 1: 172-179.
- GASPAR M.D.; BARBOSA, D.; BARBOSA, M.
1994 Análise do processo cognitivo de construção do sambaqui da Ilha da Boa Vista I (RJ). *CLIO*, sér. Arqueol., 1 (10): 103-123.
- HATHER, J.G.
1993 *An archaeobotanical guide to root and tuber identification. Volume 1. Europe and South West Asia*. Oxford, Oxbow Monograph 28. 154 p.
1994 The identification of charred root and tuber crops from archaeological sites in the Pacific. J.G. Hather (Ed.) *Tropical Archaeobotany. Applications and new developments*. London, New York, Routledge: 51-64.
- HEIZER, R.F.
1963 Domestic fuel in primitive society. *J. Royal Anthropol. Inst. of Great Britain and Ireland*, 93: 186-194.
- HEREDIA, O.R.
1984 O aproveitamento ambiental das populações pré-históricas no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa, junho 1983/junho 1984. FINEP/MN/FUJB. 120 p.

- 1986 O aproveitamento ambiental das populações pré-históricas no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa, janeiro/agosto 1985. FINEP/MN/FUJB. 126 p.
- 1987 O aproveitamento ambiental das populações pré-históricas no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa, janeiro/junho 1987. FINEP/MN/FUJB. 88 p.
- HEREDIA, O.R.; BELTRÃO, M.C.
- 1980 Mariscadores e pescadores pré-históricos do litoral centro-sul brasileiro. *Pesquisas*, sér. Antropol., 31: 101-119.
- KNEIP, L.M.
- 1976 Sambaqui do Forte. Identificação espacial das atividades humanas e suas implicações (Cabo Frio, RJ, Brasil). *Col. Mus. Paulista*, sér. Arqueol., 2: 81-142.
- 1977 Pescadores e coletores pré-históricos do litoral de Cabo Frio, RJ. *Col. Mus. Paulista*, sér. Arqueol., 5: 7-169.
- 1980 A seqüência cultural do sambaqui do Forte – Cabo Frio, Rio de Janeiro. *Pesquisas*, sér. Antropol., 31: 87-100.
- KNEIP, L.M. (Coord.)
- 1994 Cultura material e subsistência das populações pré-históricas de Saquarema, RJ. *Doc. Trabalho*, sér. Arqueol., 2: 1-120.
- KNEIP, L.M.; MACHADO, L.M.C.
- 1993 Os ritos funerários das populações pré-históricas de Saquarema, RJ: sambaquis da Beirada, Moa e Pontinha. *Doc. Trabalho*, sér. Arqueol., 1: 1-76.
- KNEIP, L.M.; PALLESTRINI, L.
- 1987 Arqueologia: estratigrafia, cronologia e estruturas do Sambaqui Zé Espinho. L.M. Kneip (Ed.) *Coletores e pescadores pré-históricos de Guaratiba, Rio de Janeiro*. Série Livros 5. UFRJ, EDUFF: 89-141.
- 1990 O Sambaqui da Beirada à luz da metodologia por superfícies amplas – Saquarema, Rio de Janeiro. *Dédalo*, São Paulo, 28: 171-193.
- KNEIP, L.M.; CRANCIO, F.; RODRIGUES FRANCISCO, B.H.
- 1988 O Sambaqui da Beirada (Saquarema – Rio de Janeiro): Aspectos culturais e paleoambientais. *Rev. Arqueol.*, 5 (1): 41-54.
- KNEIP, L.M.; MAGALHÃES, R.M.M.; VOGEL, M.A.C.; MELLO, E.M.B.; CORRÊA, M.M.G.
- 1989 O Sambaqui da Beirada (Saquarema – Estado do Rio de Janeiro): Dados culturais, faunísticos e cronológicos. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Paleontologia*. Curitiba: 651-666.
- KNEIP, L.M.; PALLESTRINI, L.; CRANCIO, F.; MACHADO, L.M.C.
- 1991 As estruturas e suas interrelações em sítios de pescadores-coletores pré-históricos do litoral de Saquarema, RJ. *Bol. IAB*, sér. Ensaios, 5: 1-42.
- KNEIP, L.M.; MACHADO, L.C.; CRANCIO, F.
- 1995 Ossos humanos trabalhados e biologia esquelética do Sambaqui de Saquarema, RJ. *Doc. Trabalho*, sér. Arqueol., 3: 13-38.
- MACHADO, L.C.
- 1992 Biologia de grupos indígenas pré-históricos do sudeste do Brasil. As Tradições Itaipu e Una. B.J. Meggers (Ed.) *Prehistoria sudamericana. Nuevas perspectivas*. Washington, Taraxacum: 77-103.
- MACIEL, N.C.
- 1984 A fauna da restinga do Estado do Rio de Janeiro: passado, presente e futuro. Proposta de preservação. L.D. Lacerda; D.S.D. Araújo; R. Cerqueira; B. Turcq (Orgs.) *Restingas: Origem, Estrutura, Processos*. Niterói, CEUFF: 285-304.
- MAINIERI, C.; CHIMELO, J.P.
- 1989 *Fichas de características das madeiras brasileiras*. 2ª ed. São Paulo, IPT. 418 p.
- MESSIAS, T.T.
- 1977 Estudo morfológico da população do Sambaqui do Forte. L.M. Kneip (Ed.) *Pescadores e coletores pré-históricos do litoral de Cabo Frio, RJ, Anexo C. Col. Mus. Paulista*, sér. Arqueol., 5: 165-167.
- MICKSICEK, C.H.
- 1987 Formation processes of the archaeobotanical record. *Adv. Archaeol. Method and Theory*, 10: 211-247.
- PROUS, A.
- 1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília, ed. UnB. 605 p.
- RECORD, S.J.; HESS, R.W.
- 1943 *Timbers of the New World*. New Haven, Yale Univ. Press. 640 p.
- SCARAMELLA, N.R.; SCARAMELLA, G.; BARBOSA, D.R.; GASPAS, M.D.
- 1990 Resultados preliminares da análise do material lítico do Sítio do Meio, Cabo Frio, Rio de Janeiro. *Rev. CEPA*, 17 (20): 175-180.
- SCHEEL, R.; GASPAS, M.D.; YBERT, J.P.
- 1996a A anatomia dos carvões pré-históricos. Arqueologia encontra respostas em restos de fogueiras e incêndios florestais. *Ciência Hoje*, 21 (122): 66-69.
- 1996b Antracologia, uma nova fonte de informações para a arqueologia brasileira. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6: 3-9.
- SCHEEL-YBERT, R.
- 1998 *Stabilité de l'Écosystème sur le Littoral Sud-Est du Brésil à l'Holocène Supérieur (5500 1400 ans BP)*. *Les Pêcheurs-Cueilleurs-Chasseurs et le Milieu Végétal: Apports de l'Anthracologie*. Tese de Doutorado. Univ. Montpellier II. 3 volumes. Texte, 245 p.; Atlas anthracologique, 114 p. + 1 cdrom; Annexes, 161 p.
- (prelo) Vegetation Stability in the Southeastern Bra-

- zilian coastal area from 5500 to 1400 yr BP deduced from charcoal analysis. *Rev. Palaeobot. Palynol.*
- (aceito) Man and vegetation in the Southeastern Brazil during the Upper Holocene. *J. Archaeol. Sci.*
- SCHEEL-YBERT, R.; SCHEEL, M.; YBERT, J.-P.
1998 *Atlas Brasil – Banco de dados antracológicos e chave computadorizada para determinação de carvões* (em Português, Inglês e Francês). Versão 1.8. CD-ROM. 1500 fichas.
- SENNA, C.S.F.
1990 *Condições paleoambientais relacionadas à ocupação da Baía de Guanabara, litoral de Cabo Frio e planície costeira do Rio São João por sociedades pré-históricas: coletores-pescadores do litoral*. Dissertação de Mestrado. Inst. Geociênc., UFRJ. 201 p.
- SILVA, J.G.; OLIVEIRA, A.S.
1989 A vegetação de restinga no município de Maricá, RJ. *Acta Bot. Brasil.*, supl., 3 (2): 253-272.
- TASAYCO-ORTEGA, L.A.
1996 *Variations paléohydrologiques et paléoclimatiques d'une région d'upwelling au cours de l'Holocène: enregistrement dans les lagunes côtières de Cabo Frio (État de Rio de Janeiro, Brésil)*. Tese de Doutorado. Univ. Paris VI. 321 p.
- TENÓRIO, M.C.
1991 *A importância da coleta no advento da agricultura*. Dissertação de Mestrado. IFCS, UFRJ. 234 p + anexos.
1996 A contribuição da arqueologia na compreensão do desenvolvimento do mangue. *Bol. Mus. Paran. Emílio Goeldi*, sér. Ciênc. Terra, 8: 123-136.
- TENÓRIO, M.C.; BARBOSA, M.; PORTELA, T.
1992 Pesquisas arqueológicas no sítio Ponta de Cabeça, Arraial do Cabo, Rio de Janeiro. *Anais da IV Reunião da SAB*, Rio de Janeiro, 2: 279-291.
- YBERT, J.P.; SCHEEL, R.; GASPAR, M.D.
1997 Descrição de alguns instrumentos simples utilizados para a coleta e concentração de elementos fósseis de pequenas dimensões de origem arqueológica ou pedológica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 7: 181-189.

Recebido para publicação em 20 de setembro de 1999.

ESTUDO PRELIMINAR DAS PALEOPATOLOGIAS DA POPULAÇÃO DO SAMBAQUI JABOTICABEIRA II, JAGUARUNA, SC

Camila Storto*
Sabine Eggers*
Marta Mirazón Lahr*

STORTO, C.; EGGERS, S.; LAHR, M.M. Estudo preliminar das paleopatologias da população do sambaqui Jaboticabeira II, Jaguaruna, SC. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 61-71, 1999.

RESUMO: O presente trabalho é um estudo preliminar em paleopatologia da amostra de esqueletos humanos recuperada durante a primeira campanha de pesquisas no sambaqui Jaboticabeira II (SC), em 1997. Padrões metodológicos internacionalmente aceitos foram utilizados para a obtenção de parâmetros de composição demográfica, aspectos de saúde e modo de vida. A ausência de cáries, a grande ocorrência de infecções e a baixa prevalência de artrite foram alguns dos resultados obtidos.

UNITERMOS: Sambaqui – Paleopatologia – Povoamento litorâneo – Brasil – Pré-História.

Introdução

Todo o material encontrado em sítios arqueológicos possui grande significado para os arqueólogos e antropólogos estudiosos da pré-história. Este material é geralmente constituído de artefatos líticos, vestígios de fogueiras, sepultamentos com ossos humanos e de outros animais, e vestígios de habitação – evidências concretas da existência de populações passadas. Os sambaquis são sítios arqueológicos que representam vestígios de populações que exploravam recursos aquáticos, sejam eles marítimos ou fluviais. Geralmente são formados por amontoados de conchas de moluscos (80% deles são bivalves – Garcia 1972), freqüentemente sedimentados em camadas,

dentro das quais encontramos restos de animais que serviram como fonte de alimento para as pessoas, fogueiras, sepultamentos, instrumentos e, em alguns casos, vestígios de habitação. Através da sedimentação das conchas e de datações radiométricas do carvão das fogueiras, é possível obter-se uma cronologia destas camadas (Prous 1991).

Os sambaquis litorâneos se estendem por toda a costa sul e sudeste do Brasil, sendo também encontrados de maneira menos proeminente no norte do país. A maior parte dos sambaquis brasileiros data do período entre 5.000 e 3.000 anos atrás, mas datas tão antigas quanto 8.000 e tão recentes como 500 (Uchôa 1982) já foram registradas. Acredita-se que, antes da chegada dos europeus na América do Sul, estas populações tenham sido submetidas ao domínio Tupi-Guarani (Prous 1991). Acreditava-se que os povos dos sambaquis garantiam a maior parte de sua subsistência através da coleta de moluscos em grande escala, além da pesca de mamíferos marinhos

(*) Laboratório de Antropologia Biológica, Departamento de Biologia. Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo.

e peixes. Mais recentemente, entretanto, a idéia de que os sambaquis representam o resultado de descarte das atividades de subsistência de bandos nômades de coletores de moluscos que evoluíram para pescadores está sendo criticada (Gaspar & De Blasis 1992). Há indícios de que é recorrente a ocupação de determinados sítios durante períodos de 500 a 1.000 anos, e que as ocupações mais longas não ultrapassam 3.500 anos (Gaspar 1995). Estes longos períodos de ocupação sugerem que as populações sambaquieiras tinham uma organização mais complexa do que se supõe habitualmente.

O projeto¹ no qual se insere o presente estudo explora o sambaqui enquanto estrutura intencionalmente construída, partindo da hipótese de que os maiores sambaquis representam um processo de sedentarização, adensamento demográfico e complexidade na organização social (De Blasis *et al* 1998, Gaspar *et al* 1999). De qualquer maneira, os sambaquis, como os “shell mounds” distribuídos ao longo das costas do mundo inteiro, são testemunhas de populações altamente adaptadas ao meio ambiente costeiro (Uchôa 1982). Este ecossistema representa recursos abundantes e predizíveis e assim possibilitou um crescimento demográfico e um certo sedentarismo que diferencia estas populações costeiras daquelas classificadas como caçadores-coletores típicos (Kelley 1995).

O sambaqui Jaboticabeira II encontra-se no litoral de Santa Catarina, fazendo parte de um complexo de sítios arqueológicos centrados na lagoa do Camacho, entre os municípios de Tubarão, Jaguaruna e Laguna. Os perfis deixados pelos exploradores de matéria-prima para a construção civil foram preparados durante a primeira campanha em 1997 para o estudo de 125 metros lineares, abertura de pequenas trincheiras para coleta de carvão para datação radiocarbônica e para análises zooarqueológicas. As datações indicam que o sítio foi construído entre 2.880 e 1.805 anos AP (De Blasis *et al* 1998). O grande número de sepultamentos encontrados indica uma alta

densidade demográfica durante este período de ocupação do local. A porção inferior do sítio consiste em uma seqüência de plataformas e amontoados de conchas e restos alimentares – pequenos sambaquis – recobertos por sedimentos. Esta seqüência organiza-se em função de um grande número de sepultamentos, acompanhados de fogueiras, restos alimentares e artefatos líticos. Uma hipótese levantada pela equipe é a de que este complexo de sepultamentos e material associado, sem evidência de áreas de habitação, esteja relacionado a rituais funerários, o que torna o sambaqui Jaboticabeira II um dos grandes cemitérios pré-históricos do Brasil (De Blasis *et al* 1998).

O material ósseo humano encontrado no sambaqui Jaboticabeira II está sendo estudado com o objetivo de reconstruir aspectos da vida desta população – seu estado de saúde, suas características biológicas, a base de sua subsistência, aspectos de sua demografia e de seus costumes. O presente trabalho consiste num estudo preliminar das condições de saúde da população do sambaqui de Jaboticabeira II, inferidas através de evidências paleopatológicas. O estudo é considerado preliminar porque existirá no futuro maior quantidade de material disponível, já que o projeto de pesquisa continua em andamento. No entanto, as inferências obtidas a partir do material já escavado são importantes para se levantar hipóteses iniciais a serem exploradas com material obtido através de escavações futuras, e assim contribuir para o planejamento das mesmas.

Antes de apresentar e discutir os resultados encontrados, julgamos importante introduzir alguns conceitos básicos de paleopatologia. Amostras de esqueletos ameríndios de sítios arqueológicos pré-conquista apresentam lesões ósseas em aproximadamente 15% dos casos (Verano 1992), resumindo-se principalmente à artrite, doenças infecciosas, em geral crônicas, e traumatismos.

A artrite, que é um processo de desgaste das articulações, pode ocorrer em qualquer parte do esqueleto; é uma patologia decorrente do uso e pressão sobre as articulações e por isso desenvolve-se ao longo da vida, sendo típica de indivíduos mais idosos. No entanto, em populações cujas atividades cotidianas impõem um estresse pronunciado numa dada parte do corpo, as articulações envolvidas podem se desgastar de maneira desigual, podendo aparecer assim em estado grave mesmo em indivíduos jovens. Neste caso, a própria patologia é um indício do tipo de atividade cotidiana desenvolvida por aquela população.

(1) O projeto “Padrão de assentamento e formação de sambaquis: arqueologia e preservação em Santa Catarina” está sob coordenação de Paulo De Blasis (MAE-USP), Suzanne e Paul Fish (Universidade do Arizona) e Maria Dulce Gaspar (MN-UFRJ) e é financiado pela Heinz Foundation, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, FAPESP, CNPq, Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Um aspecto importante da saúde de uma população é a ocorrência de doenças infecciosas. Estas refletem a interação do indivíduo ou da população com agentes infecciosos contagiosos presentes no ambiente. São raras na pré-história, mas comuns após o período Neolítico (Ortner & Putschar 1981, Roberts & Manchester 1994). O motivo desta distribuição temporal é simples – os microorganismos que causam as doenças infecciosas nos seres humanos dependem não só de uma população de hospedeiros relativamente grande para servir de reservatório do vetor, como também necessitam que esta apresente alta densidade demográfica para permitir sua transmissão de indivíduo para indivíduo (Dobson 1992). Por estas razões, os bandos de caçadores-coletores, com alta mobilidade e baixa densidade demográfica, não oferecem condições favoráveis à proliferação de doenças infecciosas. As infecções podem ser decorrentes de processos locais e, portanto, fornecer informações sobre as condições de cuidados medicinais e de higiene de uma população, ou ainda resultar de processos generalizados no organismo, ou doenças específicas como sífilis, tuberculose ou lepra.

O estado nutricional de uma população pré-histórica é notoriamente difícil de diagnosticar. A maioria dos processos físicos que resultam de má nutrição não deixa cicatrizes permanentes no esqueleto, e os que as deixam, podem remodelar ou cicatrizar durante a vida se as condições melhorarem. Entretanto, a altura média de adultos de uma dada população revela aspectos importantes a respeito da adaptação a longo prazo ao seu modo de subsistência e à sua condição de saúde em geral. Além disso, existem algumas lesões ósseas que permitem traçar inferências sobre o estado nutricional que vêm a enriquecer as informações decorrentes das estimativas de altura. *Cribra orbitalia* é uma lesão na parte interna superior das órbitas interpretada como resultante de uma situação de anemia durante a qual o organismo tem que produzir excesso de sangue para suprir suas necessidades (Stuart-Macadam 1992). Informações sobre a dieta auxiliam no entendimento de aspectos da nutrição, e podem ser obtidas através da análise de patologias orais, como cáries, doença periodontal, cálculo, abscessos e desgaste dentário.

Além disso, existem doenças ocasionais causadoras de lesões que, apesar de não fornecerem informação direta sobre a população pelo seu caráter aleatório e individual, devem ser consideradas, podendo ser relacionadas a costumes de uma deter-

minada cultura. Entre estas encontram-se os traumatismos (fraturas e similares), tumores (benignos ou malignos) e deformações (congenitas, decorrentes de traumas ou propositais).

Material e métodos

Ao final da campanha de campo de 1997 no sambaqui Jaboticabeira II, os restos esqueléticos humanos coletados foram enviados ao Laboratório de Antropologia Biológica do Departamento de Biologia, IB-USP. Após curadoria e organização do material, este foi examinado por uma de nós (CS) para se obter os seguintes parâmetros relativos à composição demográfica da amostra, aspectos de saúde e modo de vida segundo padrões internacionais:

1) Contagem do número mínimo de indivíduos (White 1991) – necessária pelo fato de o material se encontrar na sua maior parte fragmentado, apresentando poucos elementos do esqueleto por indivíduo.

2) Determinação de sexo e idade dos indivíduos (Buikstra & Ubelaker 1994). Para a estimativa de sexo foram utilizados parâmetros de dimorfismo sexual funcional da pélvis, quando presente, ou características sexuais secundárias do crânio, quando não. Estas últimas requerem que seja conhecido o padrão de dimorfismo sexual morfológico da população adulta, dificultado neste caso pelo estado incompleto e fragmentado do material. Conseqüentemente, além das crianças e juvenis presentes na amostra, o sexo de um número grande de indivíduos adultos não pôde ser determinado.

3) Estimativa da estatura (Bass 1995). A estatura foi estimada com base no comprimento máximo de ossos adultos, quando completos, e em diferentes fórmulas de regressão existentes para populações de origem Mongolóide. Para os homens, Trotter & Gleser (1958) estipulam que a estatura em cm equivale a:

$$\begin{aligned} &2.68 \text{ úmero} + 83.19 \pm 4.25 \\ &3.54 \text{ rádio} + 82 \pm 4.6 \\ &3.48 \text{ ulna} + 77.45 \pm 4.66 \\ &2.15 \text{ fêmur} + 72.57 \pm 3.8 \\ &2.39 \text{ tíbia} + 81.45 \pm 3.27 \\ &2.4 \text{ fíbula} + 80.56 \pm 3.24 \end{aligned}$$

A fórmula para estimar a estatura das mulheres seguiu os cálculos de Genovés (1966), onde a estatura em cm corresponde a:

$$2.72 \text{ tíbia} + 63.781 \pm 3.513.$$

4) Observação e quantificação das patologias orais e do esqueleto em geral (Brothwell 1981, Mann & Murphy 1990, Ortner & Putschchar 1981). As patologias dentárias e esqueléticas foram registradas de duas maneiras diferentes: 1) qualitativa (verificando-se a ocorrência de marcadores específicos para cada uma das doenças estudadas) e 2) quantitativa (registrando-se o grau de severidade destes marcadores, quando indicado). Para a análise quantitativa das patologias, as escalas padrão foram resumidas em graus leve, médio e grave, por motivos de amostragem.

Deve-se ressaltar que o estado incompleto e fragmentado do material não possibilitou a obtenção de amostras adequadas para análises estatísticas. Portanto, os resultados abaixo apresentados são descritivos. Espera-se que, após as próximas campanhas de campo nesse sítio uma análise estatística seja possível para resultar em inferências mais precisas sobre o modo de vida e o estado de saúde da população de Jaboticabeira II.

Resultados

Número de indivíduos escavados em julho de 1997

Durante a pesquisa de campo foram computados os restos de cinquenta e dois indivíduos. Após análise detalhada do material no laboratório verificou-se que o número de indivíduos escavados correspondia a cinquenta e quatro. Os números de indivíduos não são idênticos devido ao estado precário de completude dos esqueletos, pois grande parte dos indivíduos estava representada por poucos elementos esqueléticos. Além disso, parte do material que durante o campo foi catalogado como oriundo de enterramentos ou indivíduos diferentes, representava, na verdade, elementos de outros indivíduos já contados.

Padrões demográficos da amostra

Dentre os cinquenta e quatro indivíduos cujos restos foram coletados em 1997, encontraram-se 37

adultos e 17 jovens e crianças. Dentre os adultos, 9 foram identificados como do sexo feminino, 10 do sexo masculino e 18 cujo sexo não pôde ser determinado. Apenas onze indivíduos relativamente completos foram recuperados nesta primeira etapa de pesquisas. Destes onze, 4 são esqueletos de homens adultos, 4 de mulheres adultas, e 3 de crianças (e, portanto, de sexo indeterminado). Destas três crianças, uma tinha 9 meses de idade, a segunda 6 anos, enquanto, para a terceira, a idade estimada encontra-se no intervalo entre 3 e 7 anos, porque seu esqueleto se encontra em mau estado de conservação.

Estatura da população adulta

A estatura pôde ser calculada para quatro indivíduos, três homens e uma mulher. A maior estatura estimada para os homens foi de 1,73m e a mais baixa de 1,56m, com uma média de 1,63m. A estatura da mulher corresponde a 1,52m. Estes resultados demonstram uma população aparentemente baixa, mas que não se destaca entre populações Ameríndias atuais (Figura 1) e é comparável à estatura estimada para outras populações sambaqueiras, como por exemplo no sambaqui de Piaçaguera (SP), onde a estatura média para os homens é de 1,61m e para as mulheres é de 1,53m (Mello e Alvim e Uchôa 1976). O sambaqui de Cabeçuda (SC) apresenta médias de 1,58m para os homens e 1,50m para as mulheres (Prous 1991).

Patologias orais

Três descobertas importantes foram feitas em termos de patologias orais: 1) a incidência de cáries é nula; 2) foi observada uma alta incidência de desgaste das coroas dos dentes; e 3) apesar da ausência de cáries, existe uma alta prevalência de duas doenças: doença periodontal e cálculo (Figuras 2 e 3).

O desgaste dentário foi observado em 85% dos indivíduos, sendo, portanto, considerável. O desgaste foi classificado em graus leve, médio e acentuado, sendo que cada categoria está representada em proporções semelhantes. Tipicamente, os indivíduos jovens possuem menor desgaste da dentição, mas o estado fragmentado do material, que não permitiu a atribuição precisa de idade na maior parte dos indivíduos, também não possibilitou estimar se o desgaste ocorre prematuramente nesta população. O padrão de desgaste observado é sempre horizontal. Não foi encontrado nenhum indício do uso dos dentes como ferramenta (como desgaste lingual ou helicoidal) para

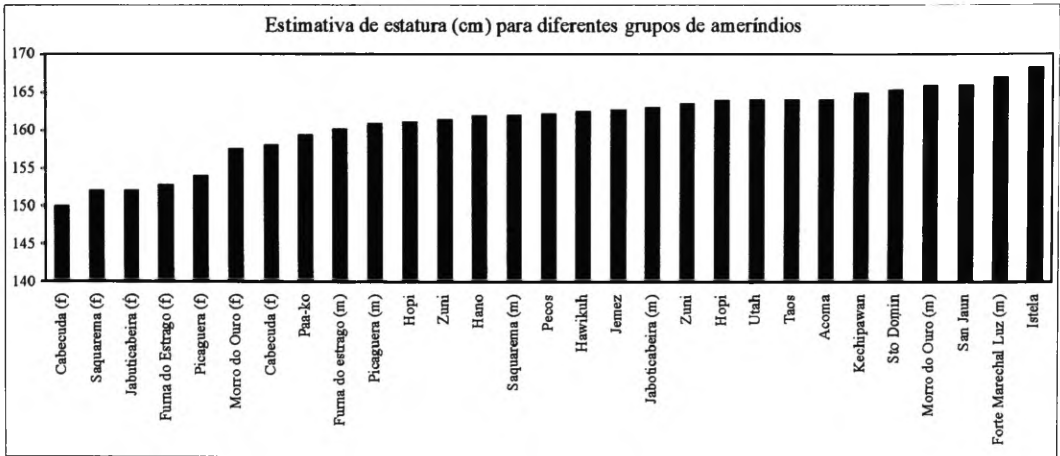


Fig. 1 – Gráfico demonstrando a variabilidade de alturas em diversas populações ameríndias (Eggers, artigo ainda não publicado).

a manufatura de artefatos ou preparação de couros e fibras.

Doença periodontal foi observada em 78% dos alvéolos preservados, sendo que 66% dos indivíduos apresentavam retração leve ou moderada da superfície alveolar. Além disso, constatou-se que 64% dos indivi-

duos com doença periodontal apresentavam um grau de desgaste moderado ou grave. Evidências de cálculo foram encontradas na maioria (70%) dos indivíduos com dentes. Naqueles nos quais foi possível avaliar, a quantidade de cálculo varia de moderada a grande.

Outros aspectos interessantes da dentição são as baixas frequências de perda de dentes durante a vida, observada somente em 8% dos indivíduos, e de abscessos dentários, mesmo perante o alto nível



Fig. 2 – Fotos demonstrando patologias orais na amostra analisada.

a: Maxila com grau acentuado de desgaste dentário e abscessos.

b: Detalhe lateral da arcada dentária – presença de cálculo, desgaste acentuado dos dentes e doença periodontal.

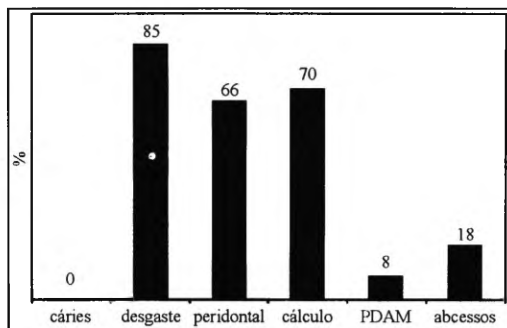


Fig. 3 – Gráfico demonstrando a porcentagem de indivíduos da amostra analisada com as diversas patologias orais.

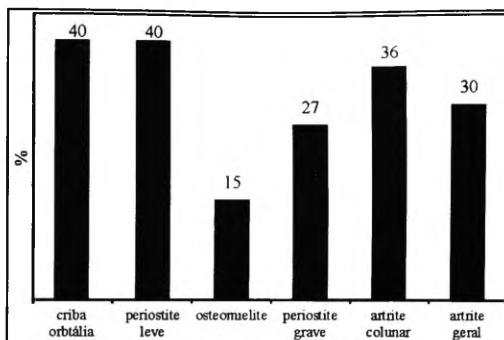


Fig. 4 – Gráfico demonstrando a porcentagem de indivíduos da amostra analisada com as diversas patologias do esqueleto.

de desgaste observado. Abscessos foram observados em apenas 4% dos alvéolos, correspondendo a 18% dos indivíduos (cada um, em geral, com mais de um abscesso). Alguns casos mostram agenesia do terceiro molar.

Patologias gerais do esqueleto (Figura 4)

Artrite da coluna foi observada em 36% dos indivíduos, todos adultos, sendo na maioria dos casos apenas de grau leve. Apesar do estado incompleto dos esqueletos, verifica-se que a severidade da artrite era maior nas vértebras lombares, o que é um processo normal decorrente da distribuição do peso ao longo da coluna dos seres humanos. Artrite em outras articulações do corpo foi observada em 30% dos indivíduos, também todos adultos. No entanto, o estado incompleto e fragmentado dos esqueletos não permite diferenciar entre os dois tipos de artrite.

Periostite, que representa uma infecção e inflamação do perióstio (camada externa dos ossos), foi observada em 40% dos indivíduos em grau leve, e em 27% em grau grave (Figura 4). Osteomielite, que representa uma infecção sistêmica no organismo transmitida pela corrente sanguínea, atacando o osso do canal medular em direção ao perióstio foi observada em 15% dos indivíduos (Figura 5). Foi ainda computado um caso de mastoidite.

Cribra orbitalia foi observada em 40% da amostra de Jaboticabeira II e hiperostose porótica, uma lesão de etiologia semelhante, foi observada em 5% dos indivíduos.

O material de Jaboticabeira II também apresenta casos de doenças ocasionais. Entre estes, foram observados três casos de tumores benignos (dois osteoblastomas e um osteoma), uma fratura envolvendo dois tarsos, e um caso de depressão do crânio que aparenta estar relacionada a atividades cotidianas, como carregar peso sobre a cabeça.

Discussão e conclusões

As populações que construíram os sambaquis da costa brasileira formam um dos grupos pré-históricos mais proeminentes da história da ocupação humana no nosso país. Neste contexto, o sambaqui Jaboticabeira II representa mais uma peça no quebra-cabeça que é tentar reconstituir o estilo de vida dessas pessoas. Jaboticabeira II não é um dos sambaquis maiores que se conhecem, mas faz parte de um complexo de sambaquis concentrados ao redor da Lagoa do Camacho, sugerindo uma dinâmica demográfica e histórica complexa. O estudo do material recuperado em 1997 do sambaqui de Jaboticabeira II se encontra ainda em fases preliminares, e o objeto do presente estudo – um grupo de cinquenta e quatro esqueletos – representa somente uma pequena amostra dos sepultamentos que nele se encontram. No entanto, as observações preliminares aqui apresentadas são importantes não só porque adicionam dados à informação biológica que existe sobre as populações de sambaquis brasileiros, mas também porque levantam várias questões

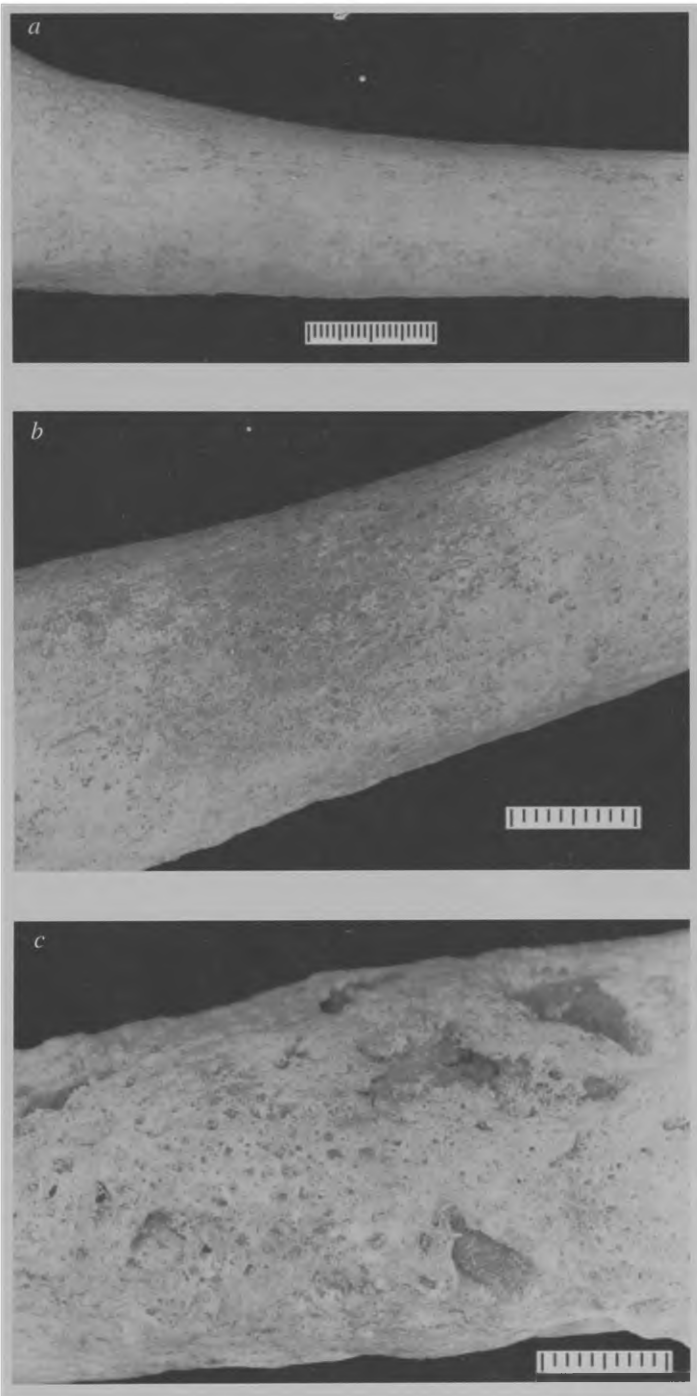


Fig. 5 – Fotos de fragmentos de ossos da amostra analisada com e sem infecções.

- a: estado normal*
- b: com periostite*
- c: com osteomielite*

e hipóteses que podem vir a contribuir no planejamento das pesquisas futuras no sítio.

Um aspecto importante e que influenciou o tipo de análise do presente estudo foi o estado precário dos esqueletos de Jaboticabeira II. A mistura de material esquelético observada entre sepultamentos, a fragmentação e a falta de muitos elementos anatômicos por indivíduo podem ser decorrentes do próprio processo de enterramento, durante o qual, ao se escavar a cova para deposição de corpos, sepultamentos mais antigos podem ter sido molestados. Por outro lado, a campanha de 1997 não teve como objetivo escavar sepultamentos, mas sim preparar o perfil já existente para outros estudos. Desta maneira, era de se esperar que o material esquelético estivesse em condições precárias para análise bio-antropológica, o que, apesar de tudo, acabou revelando importantes características dessa população. Nas etapas de campo subsequentes já implementadas (1998 e 1999), os objetivos incluem o estudo detalhado dos sepultamentos, levando a escavações horizontais que privilegiam a retirada e melhor compreensão dos restos humanos. A análise deste material já está em andamento.

Entre as características mais importantes encontradas na amostra de esqueletos aqui estudada podemos citar:

1– O estudo da idade de óbito dos esqueletos encontrados revela que aproximadamente um terço dos indivíduos era juvenil. Esta alta porcentagem está de acordo com a maioria dos cemitérios pré-históricos em que rituais de enterramento não alteram a composição demográfica da amostra (Waldron 1994). Podemos considerar, portanto, a mortalidade encontrada como representativa da

população como um todo. Isto significa que houve uma alta mortalidade de indivíduos juvenis, fato esperado para populações que careciam de métodos de tratamento de saúde eficientes para o combate à mortalidade.

2 – A ausência de cáries pode ser um indício do tipo de alimentação dessa população. Cáries aparecem no registro arqueológico tipicamente associadas ao consumo em grande escala de carboidratos (Cohen 1991). Portanto, nenhum indício de cáries na amostra do sambaqui Jaboticabeira II é interessante, pois pode vir a indicar que esta população ainda não tinha estabelecido um contato econômico com povos agricultores da região, como observado em outros casos (p.e. Bryan 1993). Esta é uma hipótese que precisa ser investigada mais a fundo. Isso pode ser feito aumentando o número de indivíduos sob estudo, ou então confirmando a presença ou ausência de quaisquer resquícios materiais geralmente associados ao contato com povos agricultores, como a cerâmica.

3 – A grande incidência de desgaste dentário (85% dos casos), por sua vez, é condizente com o tipo de alimentos consumidos por populações litorâneas. Apesar de o alimento em si não ser abrasivo, este contém grande quantidade de grãos de areia ou micro-fragmentos de conchas de moluscos que acabam corroendo a superfície dos dentes. No caso da doença periodontal, sabe-se que a sua incidência está relacionada à exposição da gengiva a agentes infecciosos e, conseqüentemente, uma expressão endêmica como a observada na amostra de Jaboticabeira II pode estar relacionada ao desgaste acentuado da coroa dentária que, por sua vez, expõe a dentina à ação de bactérias bucais.

4 – A distribuição de artrite em um esqueleto pode refletir as atividades físicas intensas, especialmente em populações cuja subsistência depende do forrageio diário de recursos ou atividades de construção intensas. A baixa incidência de artrite pode indicar uma população sem estresse físico cotidiano, mas encontrá-la em Jaboticabeira II é surpreendente, já que tanto a pesca, coleta de moluscos, como a própria construção de conchais de altas dimensões sugerem atividades físicas intensas. Pode-se levantar três hipóteses para explicar o observado:

4.1 – A população realmente teria níveis muito baixos de atividades físicas extenuantes, decorrentes de uma enorme abundância de alimentos no local, e a construção do sambaqui teria sido lenta e paulatina, não afetando a saúde dos sambaquieiros. Esta hipótese seria condizente com a densidade de sambaquis na área e a ausência quase total de traumatismos no material estudado, e poderia ser confirmada através de baixa incidência de artrite e traumatismos também nos restos esqueléticos encontrados nos sambaquis vizinhos contemporâneos.

4.2 – A sobrevida após o início de atividades coletoras e construtoras seria tão baixa que os indivíduos não viviam o tempo necessário para desenvolver um desgaste intenso das articulações. Esta hipótese só pode vir a ser conferida com maior número de indivíduos em melhor estado.

4.3 – Dado o tamanho da amostra e seu estado de preservação, os dados de artrite obtidos não seriam representativos da realidade. Novamente, esta hipótese só pode ser explorada através de maior número de indivíduos em melhor estado de preservação.

5 – Uma outra característica biológica importante encontrada na amostra de esqueletos de Jaboticabeira II diz respeito à ocorrência elevada de infecções. O caso das populações costeiras representa uma situação muito interessante neste contexto. A abundância e previsibilidade dos recursos costeiros parece ter permitido um certo sedentarismo e densidades demográficas não observadas em caçadores-coletores típicos. Condizente com esta situação demográfica, evidências de infecções diversas foram observadas em um número alto de indivíduos. As frequências obtidas (67% dos indivíduos afetados por periostite e 15% por osteomielite), mesmo em um número tão pequeno de indivíduos e em estado tão incompleto, são muito maiores do que se observa em populações de caçadores-coletores (Ortner & Putschar 1981, Cohen 1991). Como já discutido, esta situação está de acordo com dados arqueológicos, que indicam uma população grande vivendo em condições semi-sedentárias e de alta densidade demográfica, em comparação com caçadores-coletores típicos. No entanto, a origem destas infecções pode ser va-

riada, com implicações muito diferentes para a reconstrução das condições de vida da população de Jaboticabeira II. Para poder investigar mais a fundo o problema das infecções nesta população é necessário recuperar esqueletos em bom estado de preservação. Conseqüentemente, não podemos, neste momento, realizar diagnósticos sobre a origem das infecções observadas, apenas ressaltar sua alta incidência.

6 – A estatura é uma característica com um componente plástico importante. Apesar de ter uma determinação poligênica com herdabilidade em torno de 63.5% (Vogel & Motulsky 1982), a estatura é fortemente afetada durante o crescimento pelo estado de nutrição e saúde. A dieta das populações litorâneas, rica em proteínas, deveria resultar num estado nutricional bom. No entanto, sabe-se que muitas populações rurais e costeiras hoje se utilizam principalmente de alimentos vegetais e carboidratos durante o processo de desmame dos bebês, o que geralmente resulta em fases de desnutrição. Além disso, sabe-se que após episódios de doenças infantis, as crianças passam por uma fase de crescimento acelerado (compensatório) para o qual necessitam consumir grande quantidade de alimentos energéticos e recuperar a sua trajetória de crescimento interrompida durante a doença (Ulijaszek 1990). É possível que, para uma população cuja base alimentar era protéica, alimentos de alta energia (carboidratos e açúcares) não estivessem disponíveis para suprir as necessidades das crianças nestas situações, gerando assim um processo de nanismo decorrente também da alta incidência de doenças durante o crescimento. Em síntese, apesar da dieta rica em proteínas, não se pode excluir a ação de fatores nutricionais na determina-

ção da estatura baixa observada nesta amostra de Jaboticabeira II. *Cribra orbitalia* foi observada em 40% da amostra, podendo assim indicar uma deficiência endêmica de ferro na população, que poderia vir a se somar aos dados de baixa estatura, indicando um quadro de desnutrição moderada. Hiperostose porótica foi observada em 5% dos indivíduos. *Cribra orbitalia* e hiperostose porótica podem, assim, sugerir anemias tanto de origem nutricional como decorrentes de parasitas intestinais. Somente estudos com esqueletos mais abundantes e completos, especialmente de crianças, poderão ajudar a resolver este problema.

Estas considerações têm implicações importantes para futuras pesquisas em sítios como Jaboticabeira II. Através das informações contidas nos esqueletos, podemos obter informações sobre a população que ali vivia. O aspecto que gostaríamos de ressaltar é que os restos humanos muitas vezes deixam de ser enfatizados durante pesquisas de campo e, assim, não são recuperados nas condições necessárias para maximizar a informação neles contida. Projetos integrados (como o que gerou os materiais aqui estudados), realizados através da colaboração de diversas equipes de várias especialidades, visam obter tal integração de perspectivas e considerações, e assim promover um maior entendimento das informações obtidas a partir dos vestígios deixados por populações pré-históricas.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos a Verônica Wesolowski por contribuir na curadoria do material esquelético e a Paulo De Blasis pela leitura crítica do manuscrito. Sabine Eggers e Marta Mirazón Lahr recebem apoio financeiro da FAPESP.

STORTO, C.; EGGERS, S.; LAHR, M.M. Preliminary palaeopathology study in the Jaboticabeira II shellmound population: Jaguaruna, SC. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 61-71, 1999.

ABSTRACT: This is a preliminary palaeopathology study of a sample of human skeletal remains from the first research field season at the Jaboticabeira II shellmound, in Santa Catarina, Brazil. Internationally accepted methods were used to obtain information about their demography, health status, and way of life. The absence of caries, high infection rates and low arthritis prevalence were some of our findings.

UNITERMS: Sambaqui – Shell mound – Palaeopathology – Coastal settlement – Brazil – Prehistory.

Referências bibliográficas

- BASS, W.M.
1995 *Human osteology: a laboratory and field manual of the human skeleton*. Missouri Archaeological Society, special publication n° 32.
- BROTHWELL, D.R.
1981 *Digging up bones* (3 ed.). Ithaca, New York: Cornell University Press.
- BRYAN, A.L.
1993 Prehistoric cultural adaptations at Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil. *Brazilian Studies*. Corvallis, Center for the Study of the First Americans, Oregon State University: 15-27.
- BUIKSTRA, J.E.; UBELAKER, D.H. (Eds.)
1994 Standards for data collection from human skeletal remains. *Proceedings of a seminar at the Field Museum of Natural History*. Arkansas archaeological survey research series n° 44: 15-159.
- COHEN, M.N.
1991 *Health and disease in the rise of civilization*. New Haven: Yale University Press.
- DE BLASIS, P.A.D.; AFONSO, M.C.; FIGUTI, L.; FISH, P.; FISH, S.; GASPAS, M.D.; EGGERS, S.; LAHR, M.
1998 Padrões de Assentamento e Formação de Sambaquis em Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 319-321.
- DOBSON, A.
1992 People and disease. R.M. Jones; D. Pilbeam (Eds.) *The Cambridge Encyclopaedia of Human Evolution*. Cambridge, Cambridge University Press: 411-420.
- GARCIA, C.D.R.
1972 *Estudo comparado das fontes de alimentação de duas populações pré-históricas do litoral paulista*. Tese de Doutorado. São Paulo, Instituto de Biociências, USP.
- GASPAS, M.D.
1996 Datações, construção de sambaqui e identidade social dos pescadores coletores e caçadores. *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 1: 377-398.
- GASPAS, M.D.; AFONSO, M.; DE BLASIS, P.; EGGERS, S.; FIGUTI, L.; FISH, P.; FISH, S.; KLOKLER, D.M.; LAHR, M.M.; MORLEY, E.
1999 Uma breve história do projeto de pesquisa "Padrão de assentamento e formação de sambaquis: arqueologia e preservação em Santa Catarina". *Rev. CEPA*, Santa Cruz do Sul, 23:108-117.
- GASPAS, M.D.; DE BLASIS P.A.D.
1992 Construção de sambaquis. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, 2: 811-820.
- GENOVÉS, S.C.
1966 Proportionality of long bones and their relation to stature among Mesoamericans. *American Journal of Physical Anthropology*, 26: 67-78. Também: in W.M. Bass 1995.
- KELLEY, R.L.
1995 *The Foraging Spectrum: diversity in hunter-gatherer lifeways*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- MANN, R.W.; MURPHY, S.P.
1990 *Regional atlas of bone disease: a guide to pathologic and normal variation in the human skeleton*. Springfield: Charles C. Thomas Publisher.
- MELLO e ALVIM, M.C.; UCHÔA, D.P.
1976 *Contribuição ao estudo das populações de sambaquis – os construtores do sambaqui de Piaçaguera*. Série Pesquisas, Instituto de Pré-História, Universidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Cairu.
- ORTNER, D.J.; PUTSCHAR, W.G.J.
1981 Identification of pathological conditions in human skeletal remains. *Smithsonian Contributions*

STORTO, C.; EGGERS, S.; LAHR, M.M. Estudo preliminar das paleopatologias da população do sambaqui Jaboticabeira II, Jaguaruna, SC. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 61-71, 1999.

- tions to Anthropology*, 28. Washington DC, Smithsonian Institution Press: 55-456.
- PROUS, A.
1991 *Arqueologia Brasileira*. Brasília, D.F: Editora Universidade de Brasília.
- ROBERTS, C.; MANCHESTER, K.
1994 *The archaeology of disease*. New York: Cornell University Press, Sutton Publishing Ltd.
- STUART MACADAM, P.
1992 Anemia in Past Human Populations. P.S. MacAdam; S. Kent (Eds.) *Diet, Demography and Disease – Changing perspectives on Anemia*. New York: Aldine de Gruyter.
- TROTTER, M.; GLESER, G.C.
1958 A re-evaluation of estimation based on measurements of stature taken during life and of long bones after death. *American Journal of Physical Anthropology*, 16: 79-123. Também in: W.M. Bass 1995.
- UCHÔA, D.P.
1982 Ocupação do litoral sul-sudeste brasileiro por grupos coletores-pescadores holocênicos. *Arquivo do Museu de História Natural*, volume VI/VII: 133-143.
- ULJASZEK, S.J.
1990 Nutricional Status and susceptibility to infectious disease. G.A. Harrisonand; J.C. Waterlow (Eds.) *Diet and disease in traditional and developing societies*. Cambridge, Cambridge University Press: 137-145.
- VERANO, J.W.
1992 Prehistoric disease and demography in the Andes. J.W. Verano; D.H. Uberlaker (Eds.) *Disease and demography in the Americas*. Washington: Smithsonian Institution Press: 7-11.
- VOGEL, F.; MOTULSKY, A.G.
1982 *Human Genetics. Problems and approaches*. Berlim: Springer-Verlag.
- WALDRON, T.
1994 *Counting the dead*. London: Wiley & Sons Ltd.
- WHITE, T.D.
1991 *Human Osteology*. San Diego: Academic Press.

Recebido para publicação em 30 de abril de 1999.

DATAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM MATO GROSSO DO SUL

Gilson Rodolfo Martins*
Emília Mariko Kashimoto**
Sonia Hatsue Tatumi***

MARTINS, R.G.; KASHIMOTO, M.E.; TATUMI, H.S. Datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 73-93, 1999.

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar os resultados de datações obtidas, até o momento, com a aplicação das técnicas da termoluminescência em amostras cerâmicas e de carbono 14 em fragmentos de carvão, coletadas em sítios arqueológicos no Estado de Mato Grosso do Sul.

UNITERMOS: Datações – Termoluminescência – Carbono 14 – Arqueologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Introdução

Nos últimos dez anos, a pesquisa arqueológica avançou de uma maneira expressiva, em Mato Grosso do Sul. Surgiram, nesse período, vários projetos de envigadura regional, em áreas estaduais, até então desconhecidas pela ciência arqueológica, contribuindo, assim, com o registro e cadastramento de mais de 400 novos sítios arqueológicos. Essas descobertas, na sua maioria, contemplaram realidades arqueológicas que se distribuem por largos períodos no passado pré-colonial, tais como, os contextos formativos e clássicos dos horizontes culturais indígenas e também panoramas pretéritos de caçadores-coletores.

Os trabalhos arqueológicos, em Mato Grosso do Sul, desenvolveram-se por meio de ações científicas executadas por instituições de ensino superior locais, como a UFMS e a UCDB, e também pelo Instituto Anchieta de Pesquisas/Universidade Vale dos Sinos (IAP/UNISINOS), do Rio Grande do Sul. Destacam-se, no conjunto dessas iniciativas científicas, por ordem cronológica, os seguintes projetos e respectivas instituições responsáveis: Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul (parceria entre IAP/UNISINOS e Centro Universitário de Corumbá/UFMS), Schmitz (1993); o projeto “Arqueologia do Planalto Maracaju-Campo Grande”; o “Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS”; o projeto de mitigação do impacto ambiental provocado pela construção do Gasoduto Bolívia-Brasil (*Gasbol*), trecho Terenos-Três Lagoas (LPA/DHI/CEUA/UFMS), respectivamente Martins (1996), Martins & Kashimoto (1995, 1997a, 1997b), sendo o segundo em conjunção com o NPA/MDB/UCDB; e o projeto de mitigação do impacto ambiental provocado pela construção do Gasoduto Bolívia-Brasil (*Gasbol*), trecho Corumbá-Terenos (CentHP LaserJet 5MPro Universitário de Dourados/UFMS), Oliveira & Peixoto (1993).

(*) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do Centro Universitário de Arquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (LPA/DHI/CEUA/UFMS).

(**) Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Museu Dom Bosco/Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande (NPA/MDB/UCDB).

(***) Laboratório de Vidros e Datações da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC).

Sendo a Arqueologia uma ciência que, com ferramental próprio, estuda fenômenos culturais ocorridos no passado, a manipulação de dados cronológicos assume um caráter fundamental para a construção de modelos históricos de explicação dos distintos processos de povoamento em uma determinada contextualidade espacial.

O objetivo deste artigo é tornar disponível para a reflexão daqueles que estudam a problemática arqueológica sul-mato-grossense e também vizinhas, uma listagem, parcial, porém com larga abrangência espaço/temporal, com as datações obtidas, até o momento, no desenvolvimento das seguintes atividades científicas: registros isolados de sítios em Mato Grosso do Sul (projeto 0), Martins (1990, 1991, 1992c), “Projeto Arqueológico Planalto Maracaju-Campo Grande”(projeto 1); “Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS” (projeto 2); “Resgate Arqueológico na área impactada pelo gasoduto Bolívia-Brasil: trecho Terenos-Três Lagoas” (projeto 3).

As datações de amostras de material cerâmico em que foi empregado o método da termoluminescência foram realizadas no Laboratório de Dosimetria do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IF-USP) e no Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), sob a coordenação da Profa. Dra. Sônia H. Tatum. As amostras de carvão, analisadas por meio do método carbono 14 (C14) foram datadas no Laboratoire des Sciences du Climat et de l'Environnement – Laboratoire Mixte CEA-CNRS UMR 1572, em Gif-sur-Yvette, na França (Gif), sob a responsabilidade do Dr. Michel Fontugne.

A listagem, ora apresentada, está organizada utilizando-se como critério de aglutinação de sítios as bacias e sub-bacias hidrográficas estaduais, conforme o que foi estabelecido oficialmente (SEPLAN/CRN, 1993). A ordem dos sítios no interior de uma sub-bacia hidrográfica faz-se por projeto, em seguida por localização e depois cronologicamente, isto é, os sítios mais recentes em primeiro lugar.

Procurou-se também acrescentar, para efeito de melhor compreensão da inserção do sítio na paisagem local, informações sintéticas sobre o perfil locacional de cada sítio. Quando foi possível, forneceu-se, também, a identificação do horizonte arqueológico do grupo que produziu a amostra datada bem como a contextualidade da pesquisa arqueológica em que a amostra foi coletada.

Contextualização sintética, ambiental e arqueológica das áreas enfocadas

As sub-bacias são descritas a seguir, conforme sua caracterização no tocante à vegetação, solos e potencial geoambiental (SEPLAN/FIPLAN/IBGE, 1989), bem como Geologia, Geomorfologia (SEPLAN, 1990). A cobertura vegetal referenciada é aquela anterior à implantação do atual modelo agropecuário em que há o predomínio de pastagem.

Conjugado a esse parâmetro geográfico, serão também acrescentadas, resumidamente, as principais informações, até então acumuladas, sobre a geografia humana pretérita de cada uma dessas sub-bacias.

1. Bacia do rio Paraná

A divisão hidrográfica aqui adotada considera que cada sub-bacia é composta por um tributário de grande porte do rio Paraná, os seus afluentes, a margem do rio Paraná vizinha à foz desse tributário e outros confluente.

A partir dessa delimitação, será efetuada uma descrição sintética das características de dois contextos ambientais distintos: a área abrangida pelos cursos médio e alto dos afluentes do rio Paraná titulares das sub-bacias, predominantemente referenciadas por cotas entre 300 a 700 m, atingindo a porção central do Estado de MS; e a planície do rio Paraná, marcada por cotas entre, aproximadamente, 230 a 260 m, onde se destacam paleocanais, canais ativos da bacia de inundação, lagoas e diques.

1.1. Sub-bacia do rio Iguatemi

Situada no extremo sul do Estado e, ao mesmo tempo, fazendo divisa com o Paraguai, a região integra a zona de transição entre os padrões ambientais típicos do Centro-Oeste brasileiro e a área subtropical do continente.

Originalmente aí predominava a Floresta Estacional Semidecidual assentada sobre solos Podzólicos Vermelho-Escuro oriundos do arenito Caiuá. Essa cobertura vegetal apresentava formações típicas de uma floresta subtropical.

A Etnohistória regional registra a ocupação indígena nessa porção estadual, no período colonial, como sendo associada a tribos guaranis (Kaiowá, Nhandeva, Mbya e, provavelmente, outras parcialidades). Na atualidade, a área caracteriza-se pela presença marcante de índios kaiowás e nhandevas.

1.2. Sub-bacia do rio Ivinhema

Esta sub-bacia, de grande abrangência espacial, tem como integrantes principais os rios Dourados, Brilhante, Vacaria e Ivinhema.

Configurando-se como o limite norte do contexto de transição acima caracterizado, a sub-bacia do rio Ivinhema também insere-se na Região da Floresta Estacional Semidecidual.

No Planalto Arenítico-Basáltico maracajuano, onde se situa a cabeceira dos principais formadores da sub-bacia, predomina o Latossolo Roxo oriundo de substrato basáltico, com Floresta Estacional Semidecidual intercalada por campos sujos (Campos de Vacaria). Alguns abrigos sob rocha, nos relevos escarpados, constituem-se em sítios arqueológicos com inscrições rupestres, como o Maracaju 1.

Na área do médio curso do rio Ivinhema, o arenito Caiuá originou Latossolos Vermelho-Escuro.

Esta sub-bacia diferencia-se da anteriormente citada pelo alargamento da planície do rio Paraná, em mais de 10 km, a qual apresenta grande número de lagoas e níveis de terraço recobertos por formações herbáceas e Floresta Estacional Semidecidual aluvial.

Em termos arqueológicos, registra-se a implantação de sítios da subtradição cerâmica Guarani no rio Samambaia (Chmyz 1974). Na margem esquerda do rio Paraná, caracterizada pela bacia do rio Ivaí/PR, diversos sítios foram estudados (Laming e Emperaire 1959, Blasi 1967, Noelli 1999). No Baixo Paranapanema, o Sítio Alvim apresentou ocupação guarani até cerca de 0,50 m de profundidade, datada entre 906 a 978 A.P. (TL) (Kunzli 1987, Faccio 1992).

No passado colonial, essa região integrava a província jesuíta do Guairá. Muitos índios guaranis ainda hoje vivem em aldeias localizadas nos municípios da cabeceira da bacia. No início deste século, registrou-se a presença de índios ofaié-xavantes nas proximidades dos ribeirões Combate, Três Barras e Samambaia, próximos à margem do rio Paraná.

1.3. Sub-bacia do rio Pardo

Integrando a região de cerrado, a sub-bacia do rio Pardo apresenta a predominância do substrato de arenito Caiuá o qual deu origem a Latossolos Vermelho-Escuro, num relevo de colinas suaves.

Na planície de inundação do rio Paraná, com largura superior a 12 km, sedimentos quaternários, elaborados sob a dinâmica fluvial, originaram solos tipo Areias Quartzosas e *Glei* Húmico ou Pouco

Húmico, recobertos por formações herbáceas ou de Floresta Estacional Semidecidual aluvial. O canal do rio Paraná apresenta, em sentido montante, um maior encaixamento que resulta em margens mais elevadas, superando 10 m de altura, em média, sobre a lâmina d'água, o que motivou um incremento no número de sítios arqueológicos ribeirinhos.

A ocupação Guarani foi registrada, na margem esquerda do rio Paraná, no sítio Lagoa São Paulo (Pallestrini 1984). Um nível pré-cerâmico deste sítio, localizado entre 80 a 110 cm de profundidade, foi datado em $2.500 \pm 70 C_{14}$ (Gif).

Das fontes históricas do século XVI, praticamente nenhuma faz referência aos índios do nordeste sul-mato-grossense. Porém, de acordo com os cronistas dos séculos seguintes e de estudos etnográficos contemporâneos, como por exemplo, o Mapa Etno-Histórico de Nimuendaju, editado em 1944, toda a área banhada pelo alto e médio curso do rio Pardo era, hegemonicamente, habitada por índios kaiapós-meridionais, hoje extintos.

Essa sub-bacia configura de forma nítida a transição ambiental – da floresta ao cerrado – e etnográfica entre os guaranis e os kaiapós (Martins 1992b).

1.4. Sub-bacia do rio Verde

Constituindo-se como seqüência do contexto ambiental acima descrito, a sub-bacia do rio Verde caracteriza-se pela plenitude dos atributos da região de cerrado. Apresenta domínio de Latossolo Vermelho-Escuro oriundo de arenito Caiuá.

Destaca-se uma brusca diminuição na largura da planície de inundação do rio Paraná, coberta por herbáceas e Floresta Estacional Semidecidual aluvial.

No tocante a informações arqueológicas anteriores, pouco se sabia sobre essa realidade. Conforme bibliografia especializada, a região foi palco do assentamento de índios kaiapós-meridionais acima já citados, hoje extintos. No momento, a etnografia registra a presença de um pequeno grupo de índios ofaié-xavantes vivendo em uma área da FUNAI, no município de Brasilândia.

2. Bacia do rio Paraguai

2.1. Sub-bacia do rio Miranda

Tendo como principais rios o Miranda e o Aquidauana, a região caracteriza-se como sendo de

transição entre a paisagem predominante no planalto arenítico-basáltico maracajuano e o Pantanal propriamente dito. Dessa forma, a cobertura vegetal é um complexo misto de espécies dos dois ambientes. O solo, em linhas gerais, de origem detrítica, proveniente do substrato arenítico, é composto por Areias Quartzosas, Latossolo Vermelho-Escuro ou Podzólico Vermelho-Amarelo.

As baixas altitudes aí verificadas inserem a região na planície pantaneira.

Os estudos arqueológicos, em estágio inicial, pouco revelam sobre o passado pré-colonial dessa região. No município de Aquidauana, em um relevo *front de cuesta*, foram registrados alguns abrigos sob rocha com inscrições rupestres ainda não analisadas cientificamente.

O panorama etnográfico atual é marcado pela presença majoritária de índios terenas (Aruak) que habitam em vários municípios da região. No passado colonial a bibliografia e a documentação histórica faz referência a muitas outras tribos não-aruaqs e, inclusive, um grande contingente Guarani que integrou as missões jesuíticas do Itatim.

2.2. Sub-bacia do rio Nabileque

Constituindo-se na porção sul do Pantanal, a sub-bacia do rio Nabileque apresenta vegetação chaquenha e hidromórfica, destacando-se no conjunto expressivas florestas de palmeiras (carandazais). Recobrimo depósitos da Formação Pantanal, originaram-se solos Solonetz Solodizado e Planossolo Solódico na planície do Nabileque.

Pouco se sabe sobre a arqueologia dessa área, porém foram observados vestígios tais como fragmentos de cerâmica, instrumentos líticos e esqueletos humanos em elevações topográficas localmente denominadas “cordilheiras” e “capões de mato”

No passado colonial a região foi *habitat* de tribos indígenas filiadas às famílias linguísticas Guaikuru e Guaná. Atualmente boa parte da área integra a Reserva Indígena dos índios kadiwéus (Guaikuru).

Considerações finais

Observando-se, em uma análise preliminar, o conjunto de datações apresentado, algumas inferências podem ser extraídas com o intuito de construir-se um quadro genérico da cronologia arqueológica estadual.

Os dados cronológicos obtidos referem-se, em termos de periodização, a pelo menos três conjuntos principais:

a) o período pré-cerâmico – evidenciado por amostras de carvão coletadas no contexto do Alto Paraná, nitidamente associadas a uma indústria lítica sobre seixos produzida por caçadores-coletores. Esse segmento temporal é balizado, até o momento, em termos de maior antiguidade pela idade de 3995 ± 50 A.P. (sítio Lagoa Ariranha 2, a 195 cm de profundidade);

b) o período cerâmico pré-colonial – enquadrado por indicativos fornecidos por datações de amostras de cerâmica que resultaram na idade de 1248 ± 100 A.P. (sítio Ilha Água Limpa 1, coleta de superfície) e 500 ± 60 A.P. (sítio Lagoa do Custódio 1, 10 cm de profundidade). Observou-se que este período engloba amostras provenientes de diferentes grupos ceramistas, alguns conhecidos, como é o caso, por exemplo, dos guaranis do sítio Lagoa do Custódio 1, a cerâmica coletada na Reserva Kadiwéu e outras amostras lisas ou decoradas ainda não identificadas dentro dos padrões das tradições arqueológicas ceramistas, até então, definidas pela arqueologia brasileira;

c) o período cerâmico pós-descobrimento – caracterizado por amostras de cerâmica com idades posteriores ao ano de 1500 d.C. e que se referem ao passado indígena nos três primeiros séculos de contato com a cultura européia/brasileira. No caso da margem esquerda do rio Paraná, os dados obtidos testemunham uma hegemonia de índios guaranis ao sul da sub-bacia do rio Verde ao longo da Floresta Estacional Semidecidual aluvial.

Novas datações de amostras, coletadas em diversos sítios e níveis arqueológicos, encontram-se em processamento nos laboratórios especializados e deverão em breve contribuir para o aprofundamento do quadro apresentado neste artigo.

BACIA HIDROGRÁFICA: RIO PARANÁ

Tabela 1

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Iguatemi									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coodenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
0	cerâmica/TL	127.FATEC	Amambai 1	23°57'50"S 55°09'50"W Amambai	margem esquerda do rio Iguatemi	Guarani	coleta de superfície	superfície	540 ± 40
2	cerâmica/TL	196 FATEC	Itaquiraí 1 (MS-PR-98)	23°35'48"S 54°02'30"W Itaquiraí	margem direita do rio Paraná (frontal à Ilha Sete Quedas)	Guarani	coleta de superfície	superfície	480 ± 30

Tabela 2
Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Ivinhema

Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Cordenadas Geogr./UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
1	carvão / C14	Gif 8330	Maracaju 1	21°46'27" S 55°23'22"W Maracaju	abrigo sob rocha		quadricula 20 I	15 a 20 cm	610 ± 50
1	cerâmica/TL	1 IF/USP	Maracaju 1	21°46'27" S 55°23'22"W Maracaju	abrigo sob rocha		coleta de superfície	superfície	830 ± 80
2	cerâmica/TL	117 FATEC	Baía da Onça 1	22°23'52"S 52°55'46"W Anaurilândia	margem oeste da Baía da Onça	Guarani	coleta de superfície	superfície	540 ± 60
2	cerâmica/TL	136 FATEC	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 5)	10 a 20 cm	350 ± 40
2	cerâmica/TL	151 FATEC	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 35)	10 a 20 cm	375 ± 45

Tabela 2 (cont.)

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Ivinhema									
Projeto	Material/Método	Registro da amostra/laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coordenadas Geogr./UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	157 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 42)	0 a 10 cm	420 ± 50
2	cerâmica/TL	183 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	coleta de superfície	superfície	425 ± 25
2	cerâmica/TL	160 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 45)	10 a 20 cm	435 ± 50
2	cerâmica/TL	140 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 11)	20 a 30 cm	445 ± 35
2	cerâmica/TL	137 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 5)	20 a 30 cm	460 ± 55
2	cerâmica/TL	141 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 12)	20 a 30 cm	480 ± 60
2	cerâmica/TL	144 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 18)	0 a 10 cm	490 ± 60
2	cerâmica/TL	143 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 17)	0 a 10 cm	500 ± 60
2	cerâmica/TL	153 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 36)	superfície	505 ± 60
2	cerâmica/TL	159 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 44)	0 a 10 cm	520 ± 60

Tabela 2 (cont.)
Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Ivinhema

Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coodenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	165 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 3 (metro 5)	20 a 30 cm	525 ± 30
2	cerâmica/TL	154 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 38)	0 a 10 cm	545 ± 65
2	cerâmica/TL	90 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 36)	20 a 30 cm	550 ± 50
2	cerâmica/TL	138 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 7)	10 a 20 cm	550 ± 70
2	cerâmica/TL	161 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 45)	20 a 30 cm	590 ± 70
2	cerâmica/TL	145 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 28)	30 a 40 cm	595 ± 70
2	cerâmica/TL	142 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 16)	20 a 30 cm	600 ± 80
2	cerâmica/TL	158 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 43)	20 a 30 cm	605 ± 70
2	cerâmica/TL	91 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 5 (metro 16)	0 a 10 cm	610 ± 54

Tabela 2 (cont.)

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Ivinhema									
Projeto	Material/Método	Registro da amostra/laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	152 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 35)	20 a 30 cm	610 ± 75
2	cerâmica/TL	146 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 29)	20 a 30 cm	625 ± 50
2	cerâmica/TL	149 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 31)	0 a 10 cm	680 ± 80
2	cerâmica/TL	147 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 29)	40 a 50 cm	730 ± 90
2	cerâmica/TL	89 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 2)	0 a 10 cm	750 ± 80
2	cerâmica/TL	150 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 32)	superfície	795 ± 95
2	cerâmica/TL	156 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 41)	10 a 20 cm	795 ± 100
2	cerâmica/TL	139 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 10)	10 a 20 cm	800 ± 100
2	cerâmica/TL	162 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 48)	10 a 20 cm	835 ± 90
2	cerâmica/TL	166 FATEC	Lagoa do Custódio I (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08" W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 3 (metro 4)	40 cm	930 ± 110

Tabela 2 (cont.)

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Ivinhema									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	163 FATEC	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 48)	20 a 30 cm	950 ± 115
2	cerâmica/TL	164 FATEC	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 48)	40 a 50 cm	1170 ± 140
2	cerâmica/TL	148 FATEC	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 30)	40 a 50 cm	1200 ± 150
2	carvão/C14	Gif-11076	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 32)	95 cm	2810 ± 45
2	carvão/C14	Gif-11075	Lagoa do Custódio 1 (MS-IV-08)	22°23'04" S 52°52'08"W Anaurilândia	margem da lagoa do Custódio	Guarani	trincheira 1 (metro 5)	130 cm	3580 ± 50
2	cerâmica/TL	Anaurilândia 2 IF/USP	Anaurilândia 2 (MS-PR-08)	22°18'05"S 52°41'31"W Anaurilândia	margem direita do rio Paraná	Guarani	coleta de superfície	superfície	470
2	cerâmica/TL	95 FATEC	Ribeirão Quiterof 1 (MS-PR-08)	E 332183 S 7543273 Anaurilândia	margem direita do ribeirão Quiterof	Guarani	trincheira 3 (metro 23)	10 a 20 cm	300 ± 50
2	cerâmica/TL	94 FATEC	Ribeirão Quiterof 1 (MS-PR-08)	E 332183 S 7543273 Anaurilândia	margem direita do ribeirão Quiterof	Guarani	trincheira 7 (metro 2)	20 a 30 cm	320 ± 35

Tabela 2 (cont.)

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Ivinhema									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coodenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	96 FATEC	Ribeirão Quiterói 1 (MS-PR-08)	E 332183 S 7543273 Anaurilândia	margem direita do ribeirão Quiterói	Guarani	trincheira 2 (metro 8)	20 a 30 cm	350 ± 30
2	cerâmica/TL	118 FATEC	Ribeirão Quiterói 5 (MS-PR-08)	E 328761 S 7548597 Anaurilândia	margem direita do ribeirão Quiterói		coleta de superfície	superfície	610 ± 60
2	cerâmica/TL	184 FATEC	Ribeirão Quiterói 6 (MS-PR-13)	E 328819 S 7549515 Anaurilândia	margem esquerda do ribeirão Quiterói		coleta de superfície	superfície	239 ± 10
2	cerâmica/TL	106 FATEC	Ribeirão Quiteroizinho 1 (MS-PR-18)	E 346022 S 7553853 Anaurilândia	margem esquerda do ribeirão Quiteroizinho		coleta de superfície	superfície	380 ± 40
2	carvão/C14	Gif-11069	Alto Paraná 5 (MS-PR-20)	22°08'52"S 52°25'27"W Anaurilândia	margem direita do rio Paraná			120 cm	1365 ± 40
2	cerâmica/TL	185 FATEC	Lagoa Ariranha 1 (MS-PR-22)	E 355723 S 7555775 Anaurilândia	margem oeste da lagoa Ariranha				370 ± 20

Tabela 2 (cont.)
Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Ivinhema

Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coodenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	carvão/C14	Gif-11073	Lagoa Ariranha 1 (MS-PR-22)	E 355723 S 7555775 Anaurilândia	margem oeste da lagoa Ariranha		trincheira 2	70 cm	1800 ± 40
2	carvão/C14	Gif-11071	Lagoa Ariranha 2 (MS-PR-23)	E 356192 S 7556324 Anaurilândia	margem oeste da lagoa Ariranha		trincheira 1	195 cm	3995 ± 50
2	cerâmica/TL	123 FATEC	Córrego São Lourenço 1 (MS-PR-26)	E 357880 S 7564492 Bataguçu	terreiro de várzea na margem do cór. São Lourenço	Guarani	trincheira 1 (metro 5)	20 a 30 cm	290 ± 30
2	cerâmica/TL	122 FATEC	Córrego São Lourenço 1 (MS-PR-26)	E 357880 S 7564492 Bataguçu	terreiro de várzea na margem do cór. São Lourenço	Guarani	trincheira 5 (metro 4)	20 a 30 cm	380 ± 40
2	cerâmica/TL	186 FATEC	Córrego São Lourenço 1 (MS-PR-26)	E 357880 S 7564492 Bataguçu	terreiro de várzea na margem do cór. São Lourenço	Guarani	coleta de superfície	superfície	480 ± 30
2	cerâmica/TL	97 FATEC	Alto Paraná 4 (MS-PR-17)	22°13'06"S 52°30'44"W Anaurilândia	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície	superfície	565 ± 60

Tabela 3

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Pardo									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
1	cerâmica/TL	85 FATEC	Córrego Prosa 1	E 752935 S 7736810 Campo Grande	margem direita do córrego Prosa		coleta de superfície	superfície	300 ± 15
1	cerâmica/TL	176 FATEC	Córrego Prosa 1	E 752935 S 7736810 Campo Grande	margem direita do córrego Prosa		coleta de superfície	superfície	635 ± 75
2	cerâmica/TL	116 FATEC	Córrego Caraguatá 2 (MS-PR-28)	E 353200 S 7573095 Bataguçu	margem direita do córrego Caraguatá	Guarani	coleta de superfície	superfície	350 ± 35
2	carvão/C14	Gif-11074	Sta. Rita do Pardo 1 (MS-PD-01)	E 379325 S 7593432 Santa Rita do Pardo	margem esquerda da foz do rio Pardo/margem direita do rio Paraná		trincheira 3	75 cm	1860 ± 45
2	carvão/C14	Gif-11068	Bataguçu 3 (MS-PD-02)	21°43'35"S 52°14'25"W Bataguçu	elevação topográfica na várzea/margem direita do rio Pardo		trincheira 8	95 cm	1550 ± 65
2	carvão/C14	Gif-11067	Bataguçu 3 (MS-PD-02)	21°43'35"S 52°14'25"W Bataguçu	elevação topográfica na várzea/margem direita do rio Pardo			80 cm	2180 ± 45

Tabela 3 (cont.)

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Pardo									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Cordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	carvão/C14	Gif-10037	Bataguçu 3 (MS-PD-02)	21°43'35"S 52°14'25"W Bataguçu	elevação topográfica na várzea/margem direita do rio Pardo				2640 ± 65
2	cerâmica/TL	187 FATEC	Rio Pardo 4 (MS-PD-04)	E 364690 S 7607700 Sta. Rita do Pardo	margem esquerda do rio Pardo		coleta de superfície	superfície	432 ± 30
2	carvão/C14	Gif-10038	Bataguçu 4 (MS-PD-06)	21°42'11"S 52°30'00"W Bataguçu	margem direita da foz cór. Uerê/ margem direita do rio Pardo				240 ± 30
2	cerâmica/TL	188 FATEC	Rio Pardo 7 (MS-PD-07)	21°42'25"S 52°37'17"W Sta. Rita do Pardo	margem esquerda do rio Pardo/ margem direita da foz do córrego Aroeira	Guarani	coleta de superfície	superfície	275 ± 20
2	carvão/C14	Gif-11070	Alto Paraná 7 (MS-PR-34)	21°38'46"S 52°03'11"W Sta. Rita do Pardo	margem direita do rio Paraná		perfil	105 cm	2050 ± 45
2	cerâmica/TL	98 FATEC	Alto Paraná 8 (MS-PR-35)	21°37'55"S 52°03'30"W Sta. Rita do Pardo	margem direita do rio Paraná	Guarani	coleta de superfície	superfície	390 ± 40
2	cerâmica/TL	189 FATEC	Alto Paraná 8 (MS-PR-35)	21°37'55"S 52°03'30"W Sta. Rita do Pardo	margem direita do rio Paraná	Guarani	coleta de superfície	superfície	625 ± 40

Tabela 3 (cont.)
Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Pardo

Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Cordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	190 FATEC	AltoParaná 12 (MS-PR-39)	21°32'28"S 52°06'21"W Brasilândia	terraceo estrutural na margem direita do rio Paraná	Guarani	coleta de superfície	superfície	580 ± 40
2	cerâmica/TL	99 FATEC	AltoParaná 13 (MS-PR-40)	21°30'14"S 52°04'25"W Brasilândia	margem direita do rio Paraná	Guarani	coleta de superfície	superfície	460 ± 50
2	cerâmica/TL	191 FATEC	Córrego Azul 1 (MS-PR-41)	E 389426 S 7623025 / Brasilândia	margem direita do córrego Azul	Guarani	coleta de superfície	superfície	245 ± 15
2	cerâmica/TL	107 FATEC	Ribeirão Taquari 1 (MS-PR-45)	E 393389 S 7627179 Brasilândia	margem direita do ribeirão Taquari		coleta de superfície	superfície	410 ± 40
2	cerâmica/TL	192 FATEC	Ribeirão Taquari 2 (MS-PR-46)	E 394476 S 7630119 Brasilândia	margem direita do ribeirão Taquari		coleta de superfície	superfície	280 ± 15
2	cerâmica/TL	108 FATEC	Ribeirão Taquari 4 (MS-PR-48)	E 394441 S 7631354 Brasilândia	margem esquerda do ribeirão Taquari		coleta de superfície	superfície	380 ± 40

Tabela 4
Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Verde

Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Cordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	193 FATEC	Cabeceira Perdida 1 (MS-PR-55)	E 399263 S 7651159 Brasilândia	margem direita do córrego Cabeceira Perdida		coleta de superfície	superfície	565 ± 32
2	cerâmica/TL	100 FATEC	Alto Paraná 27 (MS-PR-62)	21°07'29"S 51°50'18"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície	superfície	360 ± 40
2	carvão/C14	Gif-10039	Ilha Água Limpa 1 (MS-PR-64)	21°07'05"S 51°49'26"W Três Lagoas	margem oeste da Ilha Água Limpa (rio Paraná)				1015 ± 75
2	cerâmica/TL	194 FATEC	Ilha Água Limpa 1 (MS-PR-64)	21°07'05"S 51°49'26"W Três Lagoas	margem oeste da Ilha Água Limpa (rio Paraná)		coleta de superfície	superfície	1248 ± 100
2	cerâmica/TL	101 FATEC	Alto Paraná 29 (MS-PR-67)	21°06'28"S 51°48'38"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície	superfície	570 ± 60
2	cerâmica/TL	102 FATEC	Alto Paraná 30 (MS-PR-68)	21°06'05"S 51°47'40"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície	superfície	530 ± 50
2	cerâmica/TL	103 FATEC	Alto Paraná 33 (MS-PR-71)	21°00'41"S 51°45'24"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície	superfície	1130 ± 120
2	cerâmica/TL	92 FATEC	Ilha Comprida 6 (MS-PR-83)	20°56'16"S 51°40'18"W Três Lagoas	margem oeste da Ilha Comprida (rio Paraná)		coleta de superfície	superfície	570 ± 60
2	cerâmica/TL	195 FATEC	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	20°55'57"S 51°39'59"W Três Lagoas	margem oeste da Ilha Comprida (rio Paraná)		coleta de superfície	superfície	570 ± 40

Tabela 4 (cont.)

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Verde									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	93 FATEC	Ilha Comprida 7 (MS-PR-85)	20°55'57"S 51°39'59"W Três Lagoas	margem oeste da Ilha Comprida (rio Paraná)		coleta de superfície	superfície	950 ± 100
2	cerâmica/TL	168 FATEC	Ilha Comprida 8 (MS-PR-86)	20°55'53"S 51°37'22"W Três Lagoas	margem leste da Ilha Comprida (rio Paraná)		área de decapagem 1 (qd. B4)	90 a 100 cm	550 ± 70
2	cerâmica/TL	170 FATEC	Ilha Comprida 8 (MS-PR-86)	20°55'53"S 51°37'22"W Três Lagoas	margem leste da Ilha Comprida (rio Paraná)		trincheira 8 (metro 10)	60 a 80 cm	635 ± 75
2	cerâmica/TL	169 FATEC	Ilha Comprida 8 (MS-PR-86)	20°55'53"S 51°37'22"W Três Lagoas	margem leste da Ilha Comprida (rio Paraná)		trincheira 11 (metro 12)	40 a 60 cm	700 ± 150
2	cerâmica/TL	173 FATEC	Ilha Comprida 8 (MS-PR-86)	20°55'53"S 51°37'22"W Três Lagoas	margem leste da Ilha Comprida (rio Paraná)		trincheira 8 (metro 5)	100 a 120 cm	1225 ± 150
2	cerâmica/TL	171 FATEC	Ilha Comprida 8 (MS-PR-86)	20°55'53"S 51°37'22"W Três Lagoas	margem leste da Ilha Comprida (rio Paraná)		trincheira 9 (metro 3)	120 a 130 cm	1250 ± 150
2	cerâmica/TL	167 FATEC	Alto Paraná 40 (MS-PR-90)	20°53'19"S 51°38'22"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná (frontal à Ilha Comprida)		perfil 1	20 cm	870 ± 100

Tabela 4 (cont.)

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Verde									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Cordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
2	cerâmica/TL	197 FATEC	Alto Paraná 40 (MS-PR-90)	20°53'19"S 51°38'22"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná (frontal à Ilha Comprida)		coleta de superfície	superfície	910 ± 80
2	cerâmica/TL	104 FATEC	Alto Paraná 41 (MS-PR-93)	20°52'30"S 51°37'50"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície	superfície	455 ± 50
2	cerâmica/TL	105 FATEC	Alto Paraná 44 (MS-PR-96)	20°50'11"S 51°38'15"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície	superfície	600 ± 60
2	cerâmica/TL	174 FATEC	Alto Paraná 44 (MS-PR-96)	20°50'11"S 51°38'15"W Três Lagoas	margem direita do rio Paraná		coleta de superfície (qd. 21B)	superfície	940 ± 100
3	cerâmica/TL	87 FATEC	Córrego Moeda 1	20°57'42"S 51°46'51"W Três Lagoas	margem direita do córrego Moeda	Guarani	área de decapagem 1 (qd. B4)		350 ± 35
3	cerâmica/TL	86 FATEC	Córrego Moeda 1	20°57'42"S 51°46'51"W Três Lagoas	margem direita do córrego Moeda	Guarani	área de decapagem 1 (qd. B3)		430 ± 64
3	cerâmica/TL	88 FATEC	Córrego Moeda 1	20°57'42"S 51°46'51"W Três Lagoas	margem direita do córrego Moeda	Guarani	área de decapagem 1 (qd. B4)		700 ± 75

BACIA HIDROGRÁFICA: RIO PARAGUAI

Tabela 5

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Miranda									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
0	cerâmica/TL	IF/USP	Aquidauana 3	Fazenda Bonanza Aquidauana	abrigo sob rocha		coleta de superfície	superfície	900 ±
0	cerâmica/TL	FATEC	Santiago de Xerez	Fazenda Buriti Aquidauana	margem direita do rio Aquidauana	século XVII	coleta de superfície	superfície	400 ±
0	cerâmica/TL	177 FATEC	Sítio Campina 1	Bodoquena	caverna calcária		coleta de superfície	superfície	680 ± 80
3	cerâmica/TL	175 FATEC	Córrego Barreiro 1	20°34'52"S 55°02'50"W Terenos	margem esquerda do córrego Barreiro				1135 ± 140

Tabela 6

Sub-Bacia Hidrográfica: Rio Nabileque									
Projeto	Material/ Método	Registro da amostra/ laboratório de datação	Sítio Arqueológico	Coordenadas Geogr./ UTM Município	Implantação	Horizonte Arq.	Intervenção no Sítio	Profundidade	Datação (anos antes do presente)
0	cerâmica/TL	IF/USP	Reserva Kadiwéu	Fazenda 31 de Março Porto Murtinho		Kadiwéu	coleta de superfície	superfície	550 ±

MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M.; TATUMI, S.H. Archaeological dating at the State of Mato Grosso do Sul. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 73-93, 1999.

ABSTRACT: The aim of this article is to show the first results of thermoluminescence and C14 dating, correlating to archaeological sites of the State of Mato Grosso do Sul.

UNITERMS: Archaeological dating – Thermoluminescence – C14 – Archaeology of the State of Mato Grosso do Sul.

Referências bibliográficas

- BLASI, O.
1967 O sítio arqueológico de Estirão Comprido, rio Ivaí – Paraná – Estudos complementares. *Arquivos do Museu Paranaense*, Nova Série, Arqueologia, 3.
- CHMYZ, I.
1974 Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e alto rio Paraná. *PRONAPA – Resultados preliminares do quinto ano – 1969/1970*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Publ. Avulsas, 26: 67-90.
- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – SEPLAN
1990 *Atlas Multirreferencial do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande.
- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – SEPLAN/CRN
1993 *Referencial hidrográfico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande.
- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – SEPLAN/ FIPLAN/IBGE
1989 *Macrozoneamento geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande.
- FACCIO, N.B.
1992 *O estudo do sítio arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- KASHIMOTO, E.M.
1992 *Geoarqueologia no Baixo Paranapanema: uma perspectiva geográfica de estabelecimentos humanos pré-históricos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
1997 *Variáveis ambientais e arqueologia no Alto Paraná*. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- KUNZLI, R.
1987 Arqueologia regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente, SP. *Revista do Museu Paulista*, 32(5): 223-47.
- LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.P.
1989 *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- LAMING, A.; EMPERAIRE, J.
1959 A jazida José Vieira – um sítio guarani e pré-cerâmico do interior do Paraná. *Arqueologia*, 1 (1): 1-142.
- MARTINS, G.R.
1990 Laudo pericial sobre Reserva Kadiwéu. Campo Grande: Justiça Federal de Mato Grosso do Sul. (não publicado)
1991 Relatório de registro do sítio arqueológico Aquidauana-3. *Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 6, Resumos.
1992a Arqueologia regional: o potencial arqueológico da Bacia de Inundação do Reservatório da UHE de Porto Primavera-MS. *Ciências em museus*, 4: 150-151.
1992b *Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande : EdUFMS/FNDE.
1992c Forte Iguatemi: sua construção e importância na definição dos limites territoriais brasileiros – ano 1767. *Arca – revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS*, 3: 38-42.
1996 *Arqueologia do Planalto Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-1 através de análise quantitativa de sua indústria lítica*. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M.
1995 Projeto arqueológico “Porto Primavera, MS”: relatório geral da etapa de levantamento. Campo Grande : FAPEC-UFMS/CESP. (não publicado).
1997a Relatório de prospecção arqueológica na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul – Trecho Terenos/Três Lagoas. Campo Grande: FAPEC/UFMS-PETROBRÁS. (não publicado).
1997b Relatório de resgate arqueológico na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-

- Brasil em Mato Grosso do Sul – Trecho Terenos/Três Lagoas. Campo Grande : FAPEC/UFMS-PETROBRÁS. (não publicado).
- MORAIS, J.L.
1983 A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima. *Coleção Museu Paulista, Arqueologia*, 7.
- NEME, M.
1969 Dados para a história dos índios Caiapó. *Anais do Museu Paulista*, 23: 101-147.
- NIMUENDAJU, C.
1993 *Etnografia e indigenismo sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Editora Unicamp.
- NOELLI, F.
1999 Nota sobre a presença da tradição Umbu no médio-baixo Ivaí, Paraná. *Revista do CEPA*, 22 (27/28): 101-105.
- OLIVEIRA, J.E. de, PEIXOTO, J.L.S.
1993 Diagnóstico de avaliação do impacto do Gasoduto Bolívia-Brasil ao patrimônio arqueológico do Estado de Mato Grosso do Sul: trecho Corumbá-Terenos (km Zero-350). Trabalho de consultoria técnica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Porto Alegre. (não publicado).
- PALLESTRINI, L.
1984 Sítio Arqueológico da Lagoa São Paulo: Presidente Epitácio – SP. *Revista de Pré-História*, 6: 381-410.
- SCHMITZ, P.I.
1993 Programa Arqueológico do MS – Projeto Corumbá. *Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas*, 6: 40-47.
- TATUMI, S.H.
1994 *Estudo das propriedades termoluminescentes e dos centros paramagnéticos da aragonita*. Tese (Doutorado em Física). São Paulo, Instituto de Física da Universidade de São Paulo.
1997 Projeto: datação de materiais arqueológicos pelos métodos da termoluminescência e fotoluminescência / relatório científico. São Paulo: FATEC. (não publicado)
- TATUMI, S. H. *et al.*
1997 Thermoluminescence dating of archaeological ceramics collected from State of Mato Grosso do Sul, Brazil. *Radiation Effects & Defects in Solids*, 146: 297-302.

Recebido para publicação em 7 de junho de 1999.

AS ORIGENS DA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA

Johnni Langer*

“Entre a Arqueologia e a História não existe fronteira definida”

Charles Leonard Wooley, *Digging up the past*, 1954.

LANGER, J. As origens da Arqueologia Clássica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 95-110, 1999.

RESUMO: O presente trabalho pretende recuperar aspectos históricos da ciência arqueológica, demonstrando a interferência de elementos culturais e imaginários em sua constituição.

UNITERMOS: História da Arqueologia – Arqueologia greco-romana – Egíptologia – Mitos arqueológicos.

Em uma serena e quente manhã, sob a base do monte Vesúvio, ecoam repetidos ruídos provocados por insistentes instrumentos de escavação sobre o solo árido da Itália setecentista. Há muitas décadas, nesse mesmo local, haviam sido descobertas várias relíquias romanas, motivo pelo qual o estudioso lograva adquirir novas peças em sua atual pesquisa. Cuidadoso, observa meticulosamente todos os objetos vislumbrados à medida que o nível da escavação aumenta. Seu olhar torna-se mais minucioso à medida que o tempo passa, e eis que um sorriso brota em seu rosto quando descobre algo realmente sensacional. Não são moedas ou objetos de prata e bronze, que teriam feito a alegria de caçadores de tesouros, ou estatuetas e peças exóticas que teriam atraído a atenção dos antiquários. Tratava-se de objetos femininos pessoais, espelhos e caixinhas para cosméticos.

Indubitavelmente, esse escavador faz parte de uma nova geração de acadêmicos, de uma nova

tendência disciplinar e metodológica, inaugurada ao final do setecentos: a *Arqueologia moderna*. Suas raízes, enquanto forma de conhecimento, são muito antigas. Muitos aspectos criados desde a Idade Média ainda se faziam notar ideologicamente, assim como diversos mitos propagados até recentemente. O que diferenciou o arqueólogo após 1770 de seus predecessores, foi a utilização de um *método de investigação*, centralizado na observação sistemática dos restos materiais deixados sobre o solo. Alguns aspectos dessa trajetória são importantes para percebermos com maiores detalhes a própria Arqueologia praticada atualmente.

Ruínas gloriosas e viajantes: a Arqueologia Clássica

A palavra Arqueologia nasceu, efetivamente, com a cultura grega clássica. A etimologia aponta para o conhecimento do passado histórico, mas de maneira muito vaga: *αρχαίος* (*archaios*) – antigo; *λογος* (*logos*) – tratado (*Dic. Enc. Hispano-Americano* 1887: 671).

(*) Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduação em História, Doutorado.

A utilização da palavra pelos gregos era aplicada a qualquer evento distante de sua época, e mesmo a instituições políticas e sociais mais remotas (*Enciclopédia Universal* 1920).

A antigüidade sempre manifestou interesse por seu passado monumental. Historiadores como Dionísio (*Antigüidades Romanas* 29 a.C.), Flávio Josefo (*Antigüidades Judaicas*) e Pausânias (*Itinerário da Grécia* séc. II d.C.) criaram obras que procuraram resgatar os períodos longos de sua história clássica. Mas a palavra arqueologia não tinha um sentido sistemático, mas genérico: designava um período material de uma nação ou país. Dionísio de Alicarnássio, por exemplo, em sua obra *Arqueologia Romana* (20 - 5 a.C.) abrangia um vasto panorama monumental da história de Roma (Daux 1948: 5). Qualquer tratado acerca de monumentos e ruínas, desta maneira, possuía o caráter de arqueologia. Viajantes, historiadores e cronistas de Roma realizaram obras que registravam a cultura material de uma forma curiosa e imitativa (principalmente nos templos gregos): “Avant de devenir une science, l’archéologie est une attitude” (Daux 1948: 18).

Durante a Idade Média, ocorreram da mesma maneira alguns fortuitos estudos e registros arqueológicos, geralmente relacionados com assuntos eclesiásticos. Por exemplo, o cardeal Giordano Orsini (1159-1181) iniciou uma coleção de objetos romanos e Federico II di Svevia (1184-1250), organizou o púlpito do Batistério de Pisa com objetos clássicos (*Enciclopédia Italiana* 1949: 30). Mas a falta de interesse por temas da antigüidade clássica, acabou desfavorecendo maiores preocupações com vestígios arqueológicos, que eram considerados desperdícios – não tinham utilidade nem significado entre os homens (Pomian 1983: 76).

A arqueologia como processo erudito de investigação compreende três períodos distintos: a fase humanista, dos antiquários e dos escavadores modernos.

1. Os humanistas (1300-1600)

A maioria dos especialistas considera o Renascimento como o período em que foram criadas as raízes modernas do método arqueológico. Isso se explica pelo interesse despertado pelos novos estudos clássicos, principalmente na Itália, o berço da civilização mediterrânea. Uma das características dos hu-

manistas,¹ o colecionar de peças artísticas antigas, convivia com o estudo detalhado de certos vestígios relacionados com esses objetos, como a epigrafia e a numismática (Mousse 1978: 294).

Eruditos interessados no restabelecimento da glória clássica, os humanistas tornaram-se colecionadores e escavadores, tendo como guia a literatura e a história. Moedas e lápides com inscrições tiveram um interesse especial, originando estudos comparativos com textos antigos. Dante Alighieri (1265-1321) estudou caracteres de manuscritos antigos, pergaminhos e palimpsestos; Petrarca (1304-1374) analisou com grande interesse moedas greco-romanas; Michelangelo e Rafael examinaram a arquitetura e a epigrafia das ruínas clássicas. Desconheciam-se, no Renascimento, minúcias linguísticas e paleográficas. A língua grega era confundida com o romano e ignorava-se a etrusca: “para ellos Arqueología era el conocimiento de la antigüedad, no de las antigüedades” (*Dic. Hispano Americano* 1887: 674). A cerâmica pintada grega era tomada como etrusca até o séc. XVIII (Levi 1996: 22). Também essa falta de conhecimento e crítica, impossibilitava a autenticidade de muitos objetos arqueológicos, principalmente estátuas greco-romanas. Era comum o complemento físico de esculturas mutiladas, com o fim de usá-las como objeto de adorno. As fronteiras entre o apócrifo e o autêntico ainda eram desconhecidas (*Dic. Hispano Americano* 1887: 347).

Quando os príncipes italianos começaram a financiar as coleções da antigüidade, iniciaram-se grande quantidade de escavações por toda a península. A escavação² humanista estava muito distante do que se realizaria no séc. XIX. Preocupava-se basicamente em resgatar objetos antigos de uma maneira aleatória, sem grandes cuidados com registros ou qualquer vinculação do achado com um contexto histórico. O objeto só possuía valor por sua própria e intrínseca importância material. Mas

(1) Nome dado aos eruditos e literatos que, nos séculos XV e XVI, restabeleceram o prestígio das obras da Antigüidade clássica, traduzindo-as, editando-as e comentando-as (*Grande Larousse* 1998: 3038).

(2) Até o séc. XVIII, as escavações eram aleatórias; após esse período iniciaram-se diversos métodos: o desenterramento de estruturas amplas, a escavação estratigráfica (por níveis artificiais ou naturais), por quadriculas, trincheiras etc. (Souza 1997: 49). A escavação estratigráfica implica que os estratos do sítio sejam retirados, segundo sua colocação e configuração original, no sentido inverso ao que foram depositados (Funari 1988: 80).

a escavação já era percebida enquanto *evocação de uma época*, o resgate atemporal de uma continuidade histórica (Bittencourt 1997: 10). Os objetos encontrados apresentavam-se como se tivessem sido congelados no tempo, no qual o processo histórico teria sido paralisado – é óbvio que a materialidade intrínseca do objeto ainda é fundamental, mas percebem-se representações externas a ele.

Outro detalhe importante do humanismo foi criar a primeira escola de Arqueologia. O poeta e mecenas Lorenzo de Medici (1449-1492) foi quem a instituiu em Florença neste período (*Dic. Hispano-Americano* 1887: 674). A Arqueologia torna-se, assim, instrumento político de revitalização das glórias do passado. O famoso estadista Cola Di Rienzo (1310-1354), com o objetivo de restaurar a grandeza de Roma e unificar a Itália, também dedicou grande atenção para a restauração dos edifícios, esculturas e inscrições latinas (Daux 1948: 21). A Igreja também iniciou diversos financiamentos de coleções, restaurações e aquisições de valiosas peças.

As viagens de exploração arqueológica tornaram-se comuns a partir do humanismo. Um dos mais famosos exemplos, é com Cyriaque D'Ancone (1391-1452). Viajou pela península itálica, Grécia, Egito e a Turquia, sempre com referenciais de uma exótica curiosidade, aliada a um meticuloso registro epigráfico (Daux 1948: 21-22). Ancone foi o primeiro a revelar as riquezas arqueológicas da Grécia, mas as suas sistematizações geográficas a respeito de sítios gregos eram confusas. A identificação de algumas ruínas foi feita de forma errada (Levi 1996: 207). Em uma reprodução de relevo de dançarinas de pedra de Samotrácia (séc. IV a.C.), Ancone demonstra um exemplo da réplica arqueológica com a perspectiva cultural do artista. O original apresenta sete mulheres com longos vestidos e em posições idênticas, todas olhando para a mesma direção. As mãos posicionam-se para o chão e existe uma uniformidade nos gestos e na sua compostura. As dançarinas reproduzidas por Ancone possuem guirlandas de flores na cabeça e algumas portam também fitas, todas inexistentes no original. As vestimentas foram substituídas por vestidos europeus e cada uma recebeu um nome separadamente. O olhar renascentista sempre prevalecia: o explorador-artista, em um mundo pouco sistematizado e conhecido, optou por formas familiares ao seu contexto psicológico: "O familiar será, sempre, o ponto de partida

para a representação do desconhecido" (Gombrich 1995: 72).

A principal motivação das expedições e descrições era a formação de *coleções*: moedas, armas, estatuetas, vasos e outros objetos antigos. O referencial humanista de retomar os clássicos favorecia também uma nova aproximação com os aspectos materiais da história e, por consequência, da própria natureza física – a nascente ciência moderna também reformulou os referenciais materialistas dos gregos, instituindo os primeiros estudos de astronomia e física moderna (séc. XVII).

Locais enigmáticos são visitados na Itália, como as *catacumbas*³ romanas, que em 1568 foram catalogadas por Onofrio Panvinio (Mousse 1978: 294). O peculiar dessas ruínas é que ajudaram a instituir os aspectos *misteriosos da Arqueologia*, presentes no imaginário social, e que se fazem presentes até nossos dias, relacionados a outras representações como as cavernas, a selva e as cidades perdidas.

As *ruínas*⁴ são representações fundamentais presentes no imaginário social, vinculadas à Arqueologia. Signo criativo para as artes plásticas, escultura e arquitetura desde o renascimento, constituem um "testemunho do poder destrutivo do tempo e do triunfo da natureza sobre a cultura, as ruínas conferem todavia à paisagem uma marca humana que as contém, abrindo-a para uma dimensão histórica" (Carena 1983: 129). Os humanistas concebiam as ruínas como uma maneira de evocar os diversos aspectos da antiguidade. Somente no setecentos surgiram as sugestões melancólicas e decadentes para temas ruinísticos (Bittencourt 1997: 14). Os humanistas concebiam as estruturas

(3) As catacumbas (*ka-ta-kon-be* – grego, *kata*, em baixo; *kumbos*, cavidade. *Larousse* 1871: 539) são cemitérios romanos dos séculos I a IV, feitos em galerias subterrâneas, às vezes utilizados pelos cristãos para reuniões ou cultos. Foram descobertos no período renascentista (*Grande Larousse* 1998: 1244).

(4) Latin *ruina* – destruído. Les ruines dont tout l'ancien et tout le nouveau monde sont semés peuvent être considérées à deux points de vue, au point de vue de l'archéologie et au point de vue de la philosophie historique. Les ruines attestent partout la puissance de l'homme dans sa lutte contre la nature, qui reprend, aussitôt que l'homme retire sa main, le domaine qu'il lui avait péniblement arraché; elles attestent aussi, par leur nombre et par leur antérieur, la longue suite de ses efforts, qui ont eu pour théâtre presque toutes les parties de l'univers (*Larousse* 1871: 1513).

da antigüidade como suportes de evocação da época clássica, não importando tanto suas características materiais – o desmantelamento, transporte e reaproveitamento de inúmeros edifícios romanos dessa época são reflexo disso.

A partir do final do séc. XVI, a palavra arqueologia novamente é resgatada no pensamento erudito. O francês Jacques Spon utilizou os termos *archéologie* e *archéographie* (1599); na Inglaterra surge a expressão *archaeology* (1607); Itália *archeologia* (séc. XVII) e Portugal *archeologia* (1789) (Daux 1948: 5, Silva 1789: 200). O caráter material dos estudos arqueológicos, desde então, passa a ser ressaltado freqüentemente. No setecentos, o filólogo Antônio Silva definiu a ciência como “tratado sobre as antigüidades, estudo dos monumentos e costumes antigos” (Silva 1789: 200).

2. Os antiquários (1600-1730)

As preocupações estéticas dos *antiquários*,⁵ basicamente, eram as mesmas dos humanistas, com certas mudanças. Buscavam recuperar a tradição clássica, mas de uma maneira muito mais detalhista, com muito maior devoção e cuidado que seus predecessores. As coleções receberam sistematização acurada, beneficiadas pelo aumento dos estudos de Paleografia e Numismática. E por outro lado, o desenvolvimento do aspecto comercial do antiquário, o colecionador especializado, a serviço dos nobres diletantes.

Os estudos paleográficos continuam a tradição anterior dos humanistas, sempre buscando reunir a maior quantidade possível de inscrições antigas, como em *Inscriptions antiquae totius orbis romani* (1603), de Gruter. Outro filólogo holandês, Jacques Gronovius, com as mesmas intenções, publicou a grande enciclopédia *Thesaurus antiquitatum graecarum* (1702), vasta compilação do mundo grego em treze volumes.

Grupos de antiquários são formados por toda a Europa, com o objetivo de divulgar as coleções

existentes em cada região. A mais antiga dessas agremiações, a Sociedade dos Antiquários de Londres, foi fundada inicialmente em 1572. Sua principal finalidade era a conservação dos monumentos nacionais, mas não tinha caráter oficial. O rei Jacques I dissolveu-a em 1604. No início do setecentos, foi reconstituída diretamente pela monarquia, instalada em um palácio (*Larousse* 1871: 452). Uma das razões do sucesso das sociedades de antiquários foi a direta proteção dos nobres e monarcas. Luis XIV criou a Academia de Inscrições e Belas Letras (1633), que além de reforçar a arte e cultura francesas no período, incentivou o financiamento dos sábios e exploradores. Na Espanha, Felipe V, imitando o rei francês, fundou a Academia de História e financiou a exploração do marquês de Valflores pelas antigüidades de seu país (*Dic. Hispano-Americano* 1887: 674). Esse financiamento para as pesquisas demonstra as primeiras formulações da idéia de nação com um passado arqueológico viável, isto é, pelo qual os resquícios materiais podem ser aplicados diretamente em ideologias políticas, fomentando glorificações geográficas ou correlacionando filiações do presente histórico com o passado esquecido.

No aspecto geo-arqueológico, a península itálica deixa de ser o único grande alvo de interesses, passando agora as desconhecidas regiões da Grécia, Egito, Ásia e África a receber expedições mais pormenorizadas. A busca incessante pelo objeto, pelo documento material torna-se cada vez mais suprema em relação ao documento escrito. As escavações também tornam-se constantes em outras regiões da Europa, como os países nórdicos. O naturalista dinamarquês Olaus Worm empreendeu estudos nos monumentos megalíticos pré-históricos da região e no alfabeto rúnico. Além disso, foi o responsável pela organização de um museu-gabinete de curiosidades (1655), repleto de *artefatos*⁶ anti-

(5) O antiquário é o “sábio que se ocupa dos monumentos e objetos antigos, no mesmo sentido em que se emprega, modernamente, a palavra arqueólogo. O léxico distingue entre o valor das duas palavras, e o antiquário, com o tempo, passou a ser considerado o amador, aquele que, sem possuir estudos especiais, faz coleção de fragmentos, de medalhas, de objetos antigos ou que eles vendem como tal” (Costa 1936: 36).

(6) Todo e qualquer objeto produzido pelo homem, incluindo ferramentas, utensílios, objetos de adorno etc. (Souza 1997: 20). Todo produto do trabalho humano. Possui, necessariamente, duas facetas inseparáveis: uma materialidade física (do que é feito o artefato) e uma atividade humana de transformação. Podem ser divididos em artefatos fixos ou monumentos (muros, colunas etc.) e artefatos móveis (vasos de cerâmica, instrumentos de pedra etc.). Constituem, juntamente com os ecofatos (evidências ambientais) e biofatos (vestígios de plantas e animais), o objeto de estudo direto da Arqueologia (Funari 1988: 78-79).

gos, e um elaborado catálogo do mesmo (Bittencourt 1997: 4-6). Iniciava-se a relação da Arqueologia com o espaço museológico, este último com metodologia e sistemática próprias, mas dependente muitas vezes do acervo de escavações.

Um dos pioneiros franceses da exploração arqueológica, Nicolas Peiresc, visitou grande quantidade de monumentos da Ásia Menor e África. A grande divulgação das antiguidades clássicas pela França, no entanto, dar-se-ia pela obra de Montfaucon e Caylus, dois dos mais célebres arqueólogos do séc. XVIII.

O estudo dos objetos já é realizado no seicentos por um referencial de seriação e classificação, o que leva o estudioso Alain Schnapp a considerar a Arqueologia deste período como: “une science du disparate, de l’accumulation” (Schnapp 1982: 760). Não se considerava suficiente apenas observar e publicar, era necessário também classificar os vestígios encontrados dentro de determinadas corpos de doutrinas e interpretações. A aproximação com a Arqueologia moderna já se efetuava em muitos eruditos. Um deles é especialmente apontado pelos especialistas como um antecipador dos princípios modernos desta ciência: Bernard de Montfaucon.⁷ Sua principal obra, *L’Antiquité expliquée et représentée en figures* (1719) foi composta de extensos 15 volumes. Procurava uma correspondência intrínseca entre o texto e os objetos de investigação: “Ces monuments se divisent en deux classes; celle des livres et celle des statues, bas-reliefs, inscriptions et médailles, deux classes, dis-je, qui se prêtent des secours mutuels” (*apud* Schnapp 1982: 761). Segundo Alain Schnapp, a obra de Montfaucon é eminentemente reflexiva, sendo os objetos arqueológicos um meio de ilustrar a história. A divisão estrutural da obra *L’antiquité expliquée*, baseada em descrições monumentais e explicações de aspectos coletivos, conduz a uma definição de arqueologia desenvolvida por aproximações sucessivas (Schnapp 1982: 761), ou seja, a relação que um objeto possui com o contexto

ao qual ele pertenceu. Deste modo, Montfaucon rompeu com a tradição de simples curiosidade dos monumentos, realizando uma tentativa de reconstruir genericamente o passado.

Durante o século XVIII, as ruínas tornam-se o tema favorito da sensibilidade artística, coincidindo com o imenso interesse pela Arqueologia. Os próprios eruditos e arqueólogos realizavam ilustrações em seus estudos, integrando também as tendências culturais de sua época. Uma das mais famosas ruínas européias, o complexo de *Stonehenge* (Inglaterra), fornece um panorama ímpar das transformações que as imagens de ruínas sofreram desde o humanismo até o séc. XIX.

3. As ruínas de Stonehenge

As mais antigas representações deste sítio megalítico surgiram durante o quatrocentos. Alguns manuscritos ingleses de Cambridge representaram o local de maneira errônea, com os megálitos dispostos em um retângulo, sem os trófitos interiores. Baseada em uma origem mágica do sítio, a uniformidade do desenho garante características divinas a Stonehenge. Em 1574, em um desenho anônimo constante no manuscrito *Summarize of the events of England*, o conjunto torna-se mais próximo do real, com sua forma circular. Um cavaleiro adentra o espaço interno em um cavalo, enquanto uma pessoa toca um dos megálitos. A aura divina desaparece do local, abrindo espaço para a humanização dos vestígios da antiguidade. A falta de detalhes e a inexatidão do volume e altura das pedras é uma característica renascentista, valorizando-se o resgate da época do valor intrínseco do objeto. Em outro desenho anônimo, de 1575, a busca pela antiguidade é ainda mais acentuada. Diversos indivíduos escavam e movimentam-se ao redor do local. Um castelo (imaginário) surge ao fundo do sítio, em uma elevação, sugerindo talvez uma continuidade do período histórico com o resgate promovido pelos escavadores. Em 1600, na quinta edição da *Britanniae descriptio*, de Camden, o local volta a ser retratado de maneira misteriosa. As pedras parecem se contorcer, dando ao conjunto um aspecto simbólico de chamas, ao mesmo tempo que parecem retratar silhuetas humanas. A planta possui muitas incoerências estruturais, e a ordem geral parece ser influenciada por antigas lendas folclóricas. No mesmo local onde anteriormente era retratada uma fortaleza (segundo pla-

(7) (Beneditino da congregação de São Mauro (Castelo de Soulage, Diocese de Narbonne, 1655 – Paris 1741). Foi um dos primeiros eruditos que apoiou o estudo da história não apenas nos textos, mas também no estudo dos edifícios e monumentos relacionados com a época focalizada. Com sua *Paleographie grecque* (1708) – foi quem criou a palavra –, é considerado o fundador dessa ciência (*Grande Larousse* 1998: 4070).

no), surge uma grande cidade. O frontispício do texto, abaixo da ilustração de Stonehenge, é encimado por um nobre, que aponta na direção da cidade. Uma alegoria das ruínas inspirando o presente, criando novas perspectivas.

O primeiro antiquário a ilustrar Stonehenge foi Inigo Jones, em 1621 (publicado em *The most notable antiquity of Great Britain vulgarly called Stone-Henge*, 1655). Trata-se da mais pura evocação renascentista. Os monumentos são ilustrados totalmente restaurados, com regularidade no corte e com o plano geral disposto simetricamente em ordem. Jones evoca claramente uma origem romana ao local, sendo a principal inspiração as construções clássicas da Itália. Outro antiquário, John Aubrey, realizou a primeira planta do sítio, *A iconografia de Stonehenge* (1666). Percebe-se uma maior valorização da ordem exata do conjunto, pela unidade geral das ruínas. Mas na questão da origem de Stonehenge, Aubrey creditou aos druidas a sua autoria, popularizando um mito que sobrevive até nossos dias.

Em 1740, outro antiquário, William Stukeley, reforçou essa teoria em seu *Stonehenge, a temple restored to the British Druids*. O arquiteto John Wood realizou outra planta (*Choir Gaur*, 1747), ainda mais precisa, atribuindo Stonehenge a um templo lunar dos antigos celtas. Por toda a Europa setecentista, as ruínas megalíticas são consideradas obras dos antigos bárbaros celtas, vinculadas objetivamente a mitos nacionalistas ingleses e franceses (Demouille 1982: 744). Em uma pintura de D. Logan deste período, *Stonehenge*, o lugar é retratado de maneira exótica, sendo observado por inúmeros visitantes, cavaleiros, curiosos e até animais. Com dois planos, face norte e sul do sítio, a imponência é destacada pelo contraste de claro-escuro das pedras. Em ambos os desenhos, grossas e negras nuvens pairam acima dos megálitos, dando um aspecto obviamente glorioso e grandioso ao passado francês, também herdeiro dos antigos celtas. O auge do mito celta pode ser vislumbrado com a pintura de Meyrick e Smith, *O festival dos bretões em Stonehenge* (1815). Centenas de pessoas reúnem-se em frente ao imenso reduto pétreo, num amplo festival de cores e entusiasmo. Numa Stonehenge reconstituída, supostamente em sua época de uso, sacerdotes druidas reúnem-se no centro para celebrações rituais. Em volta, indivíduos assistem ao espetáculo sentados. Símbolos tipicamente celtas misturam-se a tradições de ori-

gem oriental, como a Astrologia e Alquimia. A complexidade deste ritual pagão revela toda a unidade dos antigos bárbaros, que deve ser refletida – para o artista – na conjuntura política da época presente.

Com a Arqueologia oitocentista, os megálitos europeus são atribuídos a culturas muito mais antigas que a dos bárbaros, as do neolítico pré-histórico. A representação das ruínas sofre influência do neoclassicismo e do romantismo. Assim, por exemplo, a *Stonehenge* de John Constable (1832) possui ao mesmo tempo conotações gloriosas e sinistras. Os dois visitantes retratados já não contêm a vivacidade e curiosidade das antigas representações, mas, antes, conservam-se um parado frente ao megálito e outro sentado. Melancolia e meditação, traços característicos da ruína romântica, unidas a uma reinterpretação clássica: as rochas britânicas parecem evocar as construções latinas, mas a solidão nórdica triunfa. O todo parece ameaçador e soturno, com uma tempestade ao fundo. As pedras são ainda mais instigantes com fortes detalhes de escuridão, parecendo emergirem do solo, num amplo contraste do sentido religioso da natureza e da história.

4. As ruínas de Pompéia e Herculano

A descoberta de maior impacto cultural no século XVIII, sem sombra de dúvida, foram as ruínas de *Herculano* e *Pompéia*. Influenciaram as artes plásticas, a escultura, a Arquitetura, a Filosofia e a sensibilidade. Revigorando a maneira de se pensar a antiguidade, instituíram o neo-classicismo e renovaram a Arqueologia.

A epopéia arqueológica das duas cidades romanas iniciou-se com seus soterramentos pelo Vesúvio em 79 d.C. Motivo de algum auxílio logo após o ocorrido, foram abandonadas sob o domínio de Trajano e Adriano. Em 196 d.C. o imperador Alexandre Severo interessou-se pelo resgate da região, o que não ocorreu. O local de Herculano, enterrado a 15m de profundidade, começou lentamente a ser repovoado por uma aldeia acima das ruínas, denominada de Resina. Em Pompéia, nunca houve repovoamento efetivo. O nome dessas localidades também foi perdido, sobrevivendo apenas em algumas cartas geográficas romanas e medievais (Corti 1958: 118-127).

Durante o Renascimento, ocorreram algumas referências dispersas. Nicolo Perotto (1488),

Sannazaro (1502) e Leone (1513) mencionam as localidades em seus trabalhos. Em 1607, o historiador Cappacio cita a existência de ruínas antigas na região de Civita (atual Pompéia). Outro historiador italiano, Camillo Pellegrino (1688), faz a surpreendente revelação que a contemporânea Resina está construída acima de Herculano. Operários em trabalho de escavação geológica descobriram fragmentos romanos, que foram interpretados pelo erudito Bianchini (1699) como sendo da cidade de Pompéia, em seu livro *Storia Universale* (Corti 1958: 125-153).

Apesar de todas essas evidências, a conjuntura do período não creditava a descoberta de ruínas e fragmentos antigos como sendo de uma antiga povoação – no caso, das *cidades perdidas*⁸ de Herculano e Pompéia. Os resquícios clássicos não proporcionavam a identificação, pelos pesquisadores, de uma associação histórica com sua origem. Desta maneira, Herculano foi escavada entre 1710 a 1738, sem a suspeita de que se tratava de uma urbe, apenas fragmentos isolados de templos ou pequenas vilas. Sob o financiamento do príncipe d'Elbeuf, diversas estátuas e colunas foram resgatadas do local, até que, em 1738, foi descoberta uma inscrição que continha a frase *Theatrum Herculanensem*, o que possibilitou o reconhecimento da cidade. Em Pompéia, as escavações iniciaram-se a partir de 1748, mas somente em 1763 foi feita a identificação de origem, através de uma inscrição do tribuno Svedius Clemens (Corti 1958: 179).

A técnica das escavações das cidades romanas até 1770 consistia em recuperar jóias, moedas de ouro e prata e qualquer objeto valioso. A noção de tesouro movia os trabalhos de campo: cada área da cidade escavada que não possuía objetivamente alguma riqueza, era abandonada. Fortuitamente, recuperavam-se esculturas soterradas, e, algumas vezes, murais e inscrições. As etapas de escavação não seguiam estratigrafia e nem registros de níveis ou de localização precisa dos objetos na área urbana. O principal diretor dos trabalhos de desenterramento em Herculano, Alcubierre, danificou diversos monumentos e registros (Corti 1958: 154-170).

Uma pintura anônima desta época (*Escavações em Herculano*, 1740-1750), nos mostra a

concepção de arqueologia praticada nas cidades perdidas romanas. No primeiro plano, dois nobres discutem sobre os objetos recuperados, amontoados em profusão. Vasos, estátuas fragmentadas, cântaros, blocos e pedaços de painéis e capitéis misturam-se indiferentemente. A idéia principal da pintura é de um grande *gabinete de curiosidades*, um museu ao ar livre.⁹ No plano intermediário, doze pessoas observam com atenção a imensa galeria aberta sobre o local, de onde são retirados os vestígios romanos. Aqui, o tema da *curiosidade exótica* é capital, determina valores e institui modos de agir. Ao lado, um detalhe de pórtico, totalmente imerso na base de uma montanha e mal distinguido do resto da pintura pelo sombreamento, pressupõe o *caráter misterioso e oculto da Arqueologia*. Identificador de que o local é uma ruína romana, também funciona como símbolo da entrada ao universo misterioso do passado. O pórtico é um dos símbolos principais das cidades perdidas no imaginário social (Langer 1997b: 169). No plano de fundo, trabalhadores transportam os objetos da escavação em carrinhas, subindo uma rampa até o cimo do monte. Neste local, um grupo comanda a operação. O resgate do passado clássico permite a elevação do espírito humano, alcançando a perfeição moral.

Um dos motivos do grande impacto cultural promovido pelas cidades romanas soterradas foi o de permitir a *reconstituição cotidiana* da História. O que antes só se conhecia através da literatura e das ruínas tradicionais, agora era revelado pela descoberta de objetos domésticos no contexto da própria residência antiga. Principalmente em Pompéia, devido às facilidades na

(9) A idéia de museu exposto de Herculano pode ser constatada mais explicitamente ainda na estampa *Antiquities of Herculaneum*, de T. Martin e J. Lettice (1773). O quadro possui seis quadros intercalados na mesma figura. A primeira, e de maior tamanho, ilustra um imenso pórtico com um leão emblemático ao centro, encimado por uma extensa guirlanda. Acima do pórtico, uma pequena pintura paisagística reconstitui o cotidiano da cidade, durante sua gloriosa existência antes da catástrofe. Abaixo da ilustração principal, quatro detalhes artísticos complementam a cena. Duas reconstituições de acrotérios com estátuas mitológicas, e ao centro, detalhes de pinturas murais. A idéia principal da estampa é expor detalhes artísticos recuperados da cidade romana, em uma espécie de mostruário.

(8) As *cidades perdidas* são representações em torno de sítios arqueológicos, reais ou imaginários, dos quais os referenciais históricos e geográficos foram esquecidos pela civilização ocidental (Langer 1997b: 76).

escavação¹⁰ e ao fato de não existirem sobreposições de outra épocas, tudo ficou como estava desde 24 de agosto de 79 d.C.: “a magia do cotidiano interrompido no auge da felicidade” (Carena 1983: 122).

A região de Nápoles tornou-se concorrente da metrópole cultural de Roma, totalmente absoluta no classicismo desde a Renascença. Em Nápoles, o cônsul britânico Sir William Hamilton formou uma grande coleção de vasos, que se tornou referência para os colecionadores (Jones 1985: 33). No frontispício de seu *Catalogue of the collection* (1790), percebemos uma interessante alegoria arqueológica. Na base de um penhasco, uma escavação revela um túmulo antigo, composto por um esqueleto e diversos vasos cerâmicos. Um casal de nobres visita a descoberta, fascinado pelo exame do vasilhame. Na base do túmulo, em primeiro plano ao lado da escavação, repousam uma picareta e uma pá, *símbolos* da ciência material. Percebemos a total inclusão da Arqueologia na cultura erudita do período. Homens de bom gosto, de boa tradição, visitavam e evocavam a antiguidade. Fazer uma viagem de estudos a Roma torna-se parte indispensável para a educação das pessoas bem nascidas. Mais que uma simples curiosidade turística, projeta a idealização de uma sociedade, de um mundo onde os valores clássicos são refletidos como regras de convivência moral. A corte europeia, com isso, torna-se a projeção das sociedades míticas grega e romana, através da pintura, dos detalhes arquitetônicos expostos em palácios, centros culturais (bibliotecas e museus), moda e no comportamento. É o auge do neoclassicismo europeu.

Se por um lado, as cidades soterradas pelo Vesúvio continuam despertando interesse e pesquisas, ao nascer do oitocentos ocorrem algumas mudanças na percepção destas. O arqueólogo François Mazois,¹¹ em seu livro *Ruines de Pompéi* (1813), realizou diversas ilustrações dos frag-

mentos ruínísticos romanos, demonstrando agora influências do romantismo. No quadro *Come si scavava a Pompei*, percebem-se as novas diretrizes das escavações. Ao contrário da referida pintura setecentista de Herculano, ocorre uma organização planejada do resgate, sem espaço para o exotismo e curiosidade dos fragmentos. Sob o atento olhar de um supervisor, a retirada dos entulhos pelos trabalhadores é feita sistematicamente, ao final de uma grande avenida calçada. Como em grande parte da Arqueologia Clássica efetuada durante o oitocentos, o procedimento da escavação segue a técnica do *desenterramento*,¹² a simples retirada dos entulhos acima das estruturas soterradas. Em termos de organização, o desenterramento atua com um responsável, o arqueólogo, e a mão-de-obra braçal (Funari 1988: 49). Em primeiro plano, na extremidade inferior direita, o quadro de Mazois ostenta uma pá e uma picareta, cruzadas e apoiadas em um muro. Principais ferramentas da técnica de desenterramento, as suas posições na ilustração, assim como no frontispício do catálogo de Hamilton (1790), permitem supor o seu uso como alegoria da Arqueologia, neste período. Também utilizadas freqüentemente na arte maçônica setecentista,¹³ a pá e a enxada associam-se a símbolos de modificação da natureza. No quadro de Mazois, possuem um sentido de pesquisa, da entrada para os mistérios do passado, perdido nas profundezas da terra.

Em outras ilustrações de Pompéia, Mazois resalta um fundamento da ruína romântica, a melancolia da decadência. Na *Villa di Diomede, For-*

(10) A área de Pompéia foi soterrada por uma grande quantidade de *lapilli* (pedras vulcânicas) que, misturadas a cinzas, formaram uma camada muito macia e facilmente removível, numa profundidade bem menor que a de Herculano (Ceram 1956: 20).

(11) Arqueólogo e arquiteto francês (1783-1826). Obteve o privilégio de desenhar os monumentos de Pompéia, reservado apenas aos acadêmicos de Nápoles, entre 1809 e 1811. Os resultados dos seus trabalhos foram publicados em 1813, sob o título de *Ruines de Pompéi*. Outros livros: *Palais de Scavrus* (1819); *Ruines de Paestum e Théâtre complet des Latins* (Larousse 1871: 1392).

(12) “As estratégias técnicas básicas de desenterramento são as trincheiras e as sondagens. Aquelas se destinam a descobrir a orientação geral das estruturas fixas a serem desenterradas, facilitando, devido à simetria das plantas, a suposição da localização dos muros e principais estruturas. Em caso de desenterramento limitado, podem-se localizar os lugares mais interessantes (tesouros, depósitos) a serem escavados. As sondagens permitem saber a profundidade do sítio” (Funari 1988: 50).

(13) Isso pode ser constatado no intrigante frontispício da *Flauta Mágica* (1791), de Mozart. No interior de uma catacumba repleta de símbolos egípcios e ocultistas, o primeiro plano, na extremidade inferior direita, é ocupado por uma pá e uma picareta – na mesma posição que o frontispício de Hamilton (1790) e o desenho de Mazois (1813). Ao lado dos instrumentos, repousam fragmentos de capitéis, uma estátua e uma ânfora. Mozart expressou suas idéias da franco-maçonaria, influenciado pelo libretista Schikaneder (Baines & Málek 1996: 223).

no e Mulino e Casa Championnet, surgem pessoas sentadas, em posições reflexivas. Neste último, em especial, o ponto de fuga exato do quadro, no plano inferior, é ocupado por um cabisbaixo e oprimido soldado, junto a colunas derruídas e cobertas de musgos. Os fragmentos ruínísticos são locais propícios para o culto do desamparo: “Sua melancolia reside no fato de ter-se ela tornado um monumento da significação perdida. Sonhar nas ruínas é sentir que nossa existência cessa de nos pertencer e já se une ao imenso esquecimento” (Starobinski 1994: 202). Os vestígios adquirem o sentido da morte e da vida, marcas da tragédia da natureza perante o curso da história, resgastados pela ciência.

Em outra inquietante representação artística, Mazois retrata o caráter misterioso das ruínas. *Il pozzo aperto sulla cavea del teatro* representa o desenterramento parcial de um teatro romano em Pompéia. Em um ambiente escuro e tenebroso – lembra-nos as pinturas de catacumbas, cavernas e cemitérios – os escavadores são diminuídos pela imensidão do local. O gosto romântico pelo horror, manifestado pela literatura, também é percebido na Arqueologia.

5. As ruínas de Piranesi

Giovanni Battista Piranesi foi o grande catalisador do neoclassicismo e da Arqueologia setecentista, no plano artístico. Apesar de ser arquiteto e engenheiro, a principal produção de Piranesi foi a criação de *vedute* (vistas), gravuras de paisagens urbanas clássicas. O estilo de Piranesi era muito forte e denso, por vezes inseguro e paranóico. O frontispício de *Prima parte di Architeture e Prospective* (1743), rompe com a tradição das *vedute* e pinturas de ruínas. Ao contrário dos fragmentos ruínísticos de Pannini,¹⁴ com cores fortes em meio a cortejos e festas – uma visão humanística da Arqueologia –, esse frontispício já nos revela a sua interpretação de um passado com atmosfera fantástica. Nas *Termas de Caracala* (1748), as som-

(14) Um dos pintores de ruínas preferidos na Europa setecentista. Giovanni Paolo Pannini (Piacenza c. 1691 - Roma 1765), foi aluno dos Bibiena, tornou-se, antes de Canaletto, o primeiro dos grandes vedutisti, indo bem além da minúcia topográfica em suas vistas de Roma, suas composições com ruínas imaginárias e suas representações de cortejos e festas (*Grande Larousse* 1998: 4416).

bras tornam-se mais acirradas, alargadas e escurecidas. As figuras humanas são pequeninas frente à imponência dos restos desmornados. Em sua obra mais importante, *Antichità Romane* (1756), vislumbramos toda a concepção da força da antigüidade ressurgida nos tempos modernos. Em especial, uma gravura dessa publicação, *Strada Felice*, conseguiu captar toda a estética e imaginário setecentista acerca da Arqueologia. Duas estradas são ladeadas por uma imensa quantidade de monumentos, empilhados numa grande extravagância. Mais que um modismo, o resgate do remoto arcaico tornou-se *obsessivo*, indo além dos limites do bom senso. Mesmo a idéia do mostruário de curiosidades ao ar livre, transforma-se em um delírio monumental ao extremo, pelo qual o olhar dos minutos transeuntes torna-se totalmente perdido na esmagadora quantidade de objetos. O monumento transmuta-se, na obra de Piranesi, em *signo de um destino* (Starobinski 1994: 201), a submissão do presente (simbolizado pelas figuras humanas) pelo passado (as ruínas).

A segunda metade do séc. XVIII foi caracterizada pela grande quantidade de publicações arqueológicas, sistematizadoras e catalogadoras de vestígios do mundo mediterrâneo,¹⁵ todas dependentes da fórmula erudita máxima da época: observar, registrar e publicar. Influenciadas diretamente pelas pesquisas em Pompéia e Herculano, essas publicações já correspondem a uma nova maneira de realizar interpretações da antigüidade, mas certamente dois nomes canalizaram em suas obras este momento da Arqueologia: Conde de Caylus e Winckelmann.

(15) Entre as principais obras publicadas na segunda metade do setecentos temos: *Traité des pierres gravées*, Mariette (1750); *The ruins of Palmyra*, R. Wood (1753); *L'antichità romana*, Piranesi (1756); *Recueil de peintures antiques*, Bartoli (1757); *The ruins of Baalbek*, Stuart e Revett (1757); *Description des pierres gravées du baron de Stoch*, Winckelmann (1760); *La science des médailles*, Jobert (1760); *Antiquités d'Athènes*, Stuart (1761); *Recueil d'antiquité*, Conde de Caylus (1767); *The Antiquities of Ionia*, Chandler (1769); *Antiquities of Herculaneum*, T. Martin e J. Lettice (1773); *De stylo inscriptionum latinarum*, Morelli (1780); *Bas-reliefs antiques de Rome*, Zoega (1783); *Lexicon universae rei numariae veterum*, Tasche (1785); *Choix de pierres gravées du cabinet impérial*, Eckhel (1788); *Voyage du jeune Anacharsis en Grèce*, Barthélemy (1788); *Archaeologia litteraria*, Ernesti (1790); *Vases antiques peints de la collection de W. Hamilton*, Tischbein (1791); *Doctrina nummorum veterum*, Eckhel (1792).

6. Os sistematizadores (1760-1790)

No plano científico propriamente dito, o erudito Conde de Caylus¹⁶ foi o primeiro a antecipar uma nova definição do método arqueológico. A inovação consistia em uma teoria da *classificação tipológica*,¹⁷ presente em seu livro *Recueil d'Antiquités* (1767): “Les monuments présentés sous ce point de vue se distribuent d’eux-mêmes en quelques classes générales relatives aux pays qui les ont produits et dans chaque ils se rangent dans un ordre relatif au temps qui les a vu naître” (Schnapp 1982: 762). No que pode ser considerado o momento culminante da tradição dos antiquários, o Conde de Caylus reuniu o conhecimento enciclopédico com o estudo do objeto. As evidências arqueológicas passam a ser contextualizadas em uma perspectiva cronológica, e estudadas através de suas estruturas físicas e morfológicas.

Essa nova concepção seria sistematizada pelo alemão Johann Winckelmann,¹⁸ ainda no setecentos. Ao distinguir diferentes períodos artísticos baseando-se nas particularidades do *estilo*, criou a história da arte clássica. Adaptar, por sua vez, o contexto dos artefatos a um antecedente social no mundo antigo, foi uma consequência lógica. Mas que também é uma imagem

idealizada da antigüidade. A estatuária grega toma dimensões apaixonantes e espetaculares com Winckelmann, que nunca chegou a visitar a Grécia, mas concebeu as estátuas helênicas como o exemplo máximo do belo. A sistematização da Arqueologia ocorreu em uma conjuntura totalmente favorável. O século XVIII buscava incessantemente a ordenação do mundo e do pensamento, e por consequência, a classificação dos seres e das formas. Em 1751, apareceu a primeira edição da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert, o projeto máximo do século das Luzes, visando a compilação do conhecimento. Neste momento, todo explorador do mundo buscava a classificação sistemática do seu objeto de estudo, e a Arqueologia apenas acompanhou essa tendência.

Com relação ao método de escavação, Winckelmann já manifestava uma visão crítica, ao visitar Herculano em 1764:

“A direção dos trabalhos foi entregue a um engenheiro espanhol, chamado Roche Joaquim Alcuinierre (...) Esse homem, que entendia tanto de antigüidades quanto a Lua entende de lagostas, deu, por sua inépcia, ensejo a que se perdessem muitas antigüidades (...) Havendo Don Roche, com o tempo, galgado um posto superior, a superintendência e a direção das obras mencionadas foram cometidas a um oficial suíço, chamado Charles Weber, hoje major; e é ao seu bom senso que devemos todas as medidas judiciosas tomadas, a partir de então, no intuito de trazer à luz esse tesouro de antigüidades. A primeira coisa que ele fez foi traçar um mapa exato e completo das galerias subterrâneas e dos edifícios a que elas conduziam. E histórico de todo o descobrimento (...) De ambos os lados de um fosso tornou o mapa ainda mais inteligível, acrescentando-lhe minucioso relato principal, cavado em linha reta, os trabalhadores, alternadamente, esvaziavam câmaras, medem-lhes em palmos o comprimento, a largura e a altura; à maneira que prosseguem, retiram o entulho de cada uma dessas câmaras e levam-no para a câmara fronteira, esvaziando por último” (Winckelmann 1973: 58-62).

A primeira e óbvia diferença levantada pelo sábio alemão, em relação às antigas escavações, foi a questão do registro espacial do sítio, segui-

(16) Anne Claude Philippe de Tubières Grimoard – arqueólogo, colecionador, gravador e escritor francês (Paris 1692 – id. 1765). Visitou a Itália (1714), a Grécia, a Holanda, a Inglaterra e, de volta a Paris, tornou-se amigo de Watteau e de P.-J. Mariette. Publicou em especial um importante *Recueil d'antiquités égyptiennes, étrusques, grecques, romaines et gauloises* (1752-1767) (*Grande Larousse* 1998: 1270).

(17) A tipologia é toda ordenação de um conjunto de artefatos baseada na confrontação sistemática dos seus atributos intrínsecos (matéria-prima, forma etc.) e extrínsecos (contexto arqueológico), visando à obtenção de informações sobre a inter-relação dos artefatos no tempo e no espaço. A tipologia, enquanto operação de classificação por semelhanças e diferenças, pode partir de critérios funcionais (pelos usos), morfológicos (pelas formas) e assim por diante (Funari 1988: 81).

(18) Historiador da arte e arqueólogo alemão. Esteve em Roma, onde foi bibliotecário do Vaticano e dedicou-se a um estudo metódico dos monumentos antigos. Defensor incondicional da arte grega, contribuiu com seus escritos para o desenvolvimento da corrente neoclássica, com em *História da arte na antigüidade*, 1764 (*Grande Larousse* 1998: 6017).

do do acompanhamento de todas as descobertas. A simples busca de preciosidades, os objetos vistos apenas por seu valor material, estavam com os dias contados. O controle das informações obtidas na pesquisa de campo, torna-se imperativo, seja através de descrições textuais ou com auxílio de ilustrações. Na maioria dos casos, ocorreu uma fusão dos dois procedimentos, sendo muitas vezes o arqueólogo também um artista.

As obras de Winckelmann tornaram-se muito populares na Europa. Foi o primeiro a publicar as descobertas de Herculano de uma forma crítica, *Von den herculanischen Entdeckungen* (Dresden, 1762). Era também a primeira obra livre de nomenclaturas e terminologias totalmente eruditas, escrita em linguagem popular, facilitando a compreensão das pesquisas de campo. Em 1764, volta à região de Nápoles e publica *Nachrichten von den neuesten herculanischen Entdeckungen*, baseado em suas visitas às cidades soterradas. O Conde de Caylus traduziu e imprimiu em francês esse memorial, popularizando ainda mais as pesquisas nas cortes européias.

Em Roma surgiu o mais influente e popular livro do erudito germânico, *Monumenti antichi inediti* (1767, com 268 pranchas de cobre e gravuras), baluarte do neoclassicismo e protótipo da Arqueologia moderna: “Winckelmann transcende l’archéologie non seulement par la pertinence de ses analyses, mais par la qualité de son style et l’ambition de son esthétique” (Schnapp 1982: 762).

Coincidindo com a grande quantidade de publicações de arqueologia e com a sua sistematização, temos durante a segunda metade do setecentos a criação dos museus modernos: Museu Britânico (1753), Museu Pio-Clementino (Roma, 1782) e Museu Nacional da França (1793). Herdeiros dos gabinetes de curiosidade, com o objetivo de divulgar a ciência, estas instituições agora “voltam-se para a glorificação do Estado e da História” (Bittencourt 1997: 36). Importantes espaços da contemplação física da nação, onde os tesouros, relíquias e monumentos arqueológicos serão expostos, auxiliando na interpretação para o público do passado histórico da civilização ocidental. A percepção espacial das fronteiras nacionais, muitas vezes também será efetuada com referenciais arqueológicos.

7. A Arqueologia clássica oitocentista (1800 – 1835)

No início do oitocentos, a quantidade de expedições e escavações arqueológicas foi extremamente numerosa. Se por um lado, essas pesquisas já pertencem a uma nova concepção metodológica, dita científica e moderna, estavam totalmente vinculadas aos princípios expansionistas das grandes potências mundiais. É muito difícil separar a Arqueologia clássica deste período do colonialismo europeu: “as ruínas e as obras-primas do passado constituem-se, paralelamente, em importantes elementos ideológicos na manutenção das estruturas de poder, legitimando regimes políticos dos mais variados matizes” (Funari 1988: 51).

Em 1804, o oficial inglês William Leake realizou um levantamento completo das ruínas e sítios gregos. Porém, o interesse central de suas incursões era o estudo geográfico grego, com finalidades militares (Levi 1996: 25).

Se nos séculos anteriores, a retirada por estrangeiros de objetos arqueológicos de sítios gregos e romanos foi comum, agora incluía também fragmentos colossais. Entre 1803 e 1812, Lorde Elgin, ministro britânico na Turquia, retirou imensa quantidade de relíquias gregas¹⁹ do Partenon para o Museu Britânico. Na própria Inglaterra Elgin foi severamente criticado. Durante o mesmo período, outro britânico, Edward Clarke, transportou a gigantesca estátua de Elêusis para Cambridge. Nos dois casos, a população grega mostrou-se severamente contrária às remoções dessas antiguidades (Levi 1996: 210). Outros exemplos da retirada de preciosidades arqueológicas durante o oitocentos, foram o transporte da cabeça de Ramsés II por Belzoni (do Egito para Londres) e o tesouro descoberto por Schliemann (da Turquia para Berlim).

No aspecto operativo, as escavações tornam-se mais coletivas, financiadas diretamente por órgãos culturais ligados a instituições políticas. Criam-se organizações especializadas, como o Instituto do Egito (1798); Museu Nacional de Antiguidades de Copenhage (1818); Instituto di Corrispondenza Archeologica (1829); Instituto Arqueológico

(19) O inventário consistia de esculturas originais atenienses, estátuas, altos e baixos-relevos, capitéis, cornijas, frisos e colunas. Do Partenon foram retirados um capitel, bases da coluna e acanaladuras, tríglifos, mútulos da cornija e telhas de mármore do ambulatório (Memorandum 1811: 46).

de Berlim; Sociedade de Arqueologia Grega (1835); Ecole Française D' Archéologie (1846). Surge outro momento da arqueologia, com método ainda mais ordenado e a estética da arte unida à expedições coletivas, investigando as diversas partes do Mediterrâneo e do mundo. Os periódicos publicados pelos intitutos tornam-se comuns, atendendo aos mais diversos tipos de especialidades e temáticas da antiguidade material.

Em uma outra perspectiva, saindo dos domínios turcos a partir de 1833, a Grécia financia escavações procurando um resgate próprio, sem interferências da Inglaterra ou Alemanha. Mas ainda com o auxílio de especialistas estrangeiros. Assim como o México na mesma época, os nacionalistas gregos recorrem às pesquisas arqueológicas para reforçar a noção de uma consciência nacional, resgatando as antigas glórias esquecidas. Desta maneira, o método científico de investigar o passado tanto serve para legitimar a dominação colonialista quanto para propagar a liberdade nacional.

Pirâmides, hieróglifos e mistério: A Egiptologia (séc. XVII – 1822)

Se durante o setecentos, a erudição foi dominada pelo mundo clássico, advindo das descobertas de Pompéia e Herculano, durante o séc. XIX as viagens de exploração e colonização do mundo ampliaram as fronteiras do conhecimento arqueológico. Ruínas, cidades perdidas, vestígios de antigas civilizações são encontrados na Ásia, África, Polinésia e América. Mas certamente uma das regiões onde houve maior interesse popular e erudito, acerca de temas antigos, foi o Egito. Terra do mistério, suas características peculiares a transformaram num dos grandes marcos do imaginário oitocentista, influenciando a cultura, a ciência e a arte moderna.

O interesse pelo país dos faraós vinha já de muitos séculos. Durante o seiscentos, organizaram-se as primeiras expedições ao Egito, que levaram para a Europa preciosos manuscritos em língua copta, passíveis de serem traduzidos. O primeiro grande estudo do Egito, Athanasius Kircher (1602-1680), utilizou-se desses documentos. Kircher, a exemplo de diversos outros humanistas e antiquários, criou muitas fantasias interpretativas a respeito do passado egípcio, devido ao seu fracasso em traduzir os hieróglifos. Na impossibilidade de compreenderem a cultura do Egito, também os exploradores criaram reproduções carregadas de referenciais europeus. O

quadro *Colonne de Cleopatre*, de Gemelli Careri (*Voyage du tour du monde*, 1729) é um exemplo. Representando o obelisco de Sesóstris I, seus hieróglifos são estilizados e caricaturados, semelhantes aos desenhos alquimistas e medievais. A paisagem de fundo parece evocar as antigas ruínas de Roma. Da mesma maneira, G. Zoega no *Obelisco de Psamético II (De origine et usu obeliscorum*, 1797), apresenta figuras mitológicas realizadas em um estilo distante do egípcio. Desde a Idade Média, os escritos clássicos foram o grande referencial cultural sobre o Egito. Até mesmo a confecção de mapas e plantas, até 1800, era realizada a partir de fontes gregas (Baines & Málek 1996: 22).

O século XVIII conheceu duas importantes obras sobre antiguidades egípcias, escritas por Bernard de Montfaucon e pelo barão de Caylus. Ambos conceberam um importante espaço para a descrição dos objetos e vestígios do Egito, abrindo caminho para a formação de diversas coleções na Europa.

Mas os estudos modernos da egiptologia, foram concebidos após a expedição de Napoleão ao Cairo, em 1798. As modificações que se produziram no clima intelectual da Europa, com seus resultados empíricos, afetaram o próprio transcurso da Arqueologia. A campanha francesa era, ao mesmo tempo, um projeto de conquista militar, somada a intentos naturalistas: levantaram-se dados geológicos, astronômicos, químicos, botânicos, geográficos, arqueológicos, entre outros. Sendo a comissão composta por 165 eruditos, transportando inúmeros aparelhos e instrumentos científicos. As investigações arqueológicas praticamente excluíram escavações, concentrando-se em reproduções e moldagens de estátuas, notas e desenhos de inscrições de sarcófagos. Uma das peças recuperadas, um bloco de basalto com inscrição em três línguas, foi chamada Pedra de Roseta, e constituiu a chave para solucionar a decifração dos hieróglifos. O achado causou grande impacto, noticiado pelo *Le Courier de l'Egypte* (1799). Os resultados das pesquisas francesas no Egito foram publicados entre 1809-1822, na obra *Description de l'Egypte* (10 volumes textuais e 12 de ilustrações), com desenhos de Dominique Vivant Denon.²⁰

(20) Gravador e arqueólogo francês (Givry 1747 Paris 1825). Nomeado diretor-geral dos Museus em 1802, foi o primeiro organizador do Louvre (*Grande Larousse* 1998: 1818).

Denon publicou seu próprio trabalho em 1802, *Voyage dans la Base et la Haute Egypte*. Impresso em Paris, foi um estrondoso sucesso na Europa, tendo 40 edições consecutivas e traduzido para diversas outras línguas. O grande êxito dessa obra assim como a *Description de l'Egypte*, deve-se em parte à inexistência de bibliografia disponível sobre o tema na Europa. As livrarias européias, até 1810, praticamente não tinham nenhum título a oferecer sobre temas egípcios (Ceram 1956: 85). As duas obras ofereciam basicamente descrições e desenhos *reprodutivos*, pois as interpretações de detalhes dos monumentos e períodos históricos eram desconhecidas, basicamente, pela ilegitimidade da escrita.

O livro de Denon reforçou a moda da egiptomania, reinante entre os intelectuais, artistas e populares. A principal característica de suas ilustrações é um encanto evocativo do Egito. Em *O templo de Denderah*, Vivant Denon caracterizou as ruínas sendo percorridas pelos militares e sábios franceses, em seu topo, nas laterais, adentrando-as, medindo e contemplando os monumentos. A idéia da cultura napoleônica dominando o mundo antigo e o atual é eminente. No quadro de *Hieracômpolis*, essa concepção é ainda mais enfatizada. As pequenas ruínas, ocupando o centro, são esboçadas por um francês, de pé na extremidade esquerda da estampa. No outro lado, sentados, dois beduínos observam o trabalho. O contraste entre a civilização erudita e a cultura primitiva serve para ilustrar os propósitos da expedição francesa no Egito: levar as luzes do conhecimento aos singelos povos orientais, descendentes infortunados do glorioso passado arqueológico. Em outra estampa, *Sphinx de Gizeh*, quatro eruditos medem a cabeça da Esfinge, com o auxílio de uma escada. O curioso é que, ao contrário de outras reproduções monumentais egípcias que realizou, Denon criou um desenho totalmente caricatural. A boca da estátua possui delineamento, assim como os olhos e a sobancelha. O rosto foi arredondado, produzindo um efeito contrastante com os outros detalhes da escultura. O resultado final é a reprodução de um mameluco-árabe. Mais uma vez, a oposição contrastante da operação francesa com os habitantes da região torna-se evidente.

Contrastando com essa visão pitoresca e colonialista da terra das pirâmides, também pode ser percebido no texto de sua obra uma admiração grandiosa pela terra redescoberta:

“Ao examinar o conjunto das ruínas, a imaginação se cansa só de pensar em descrevê-las

(...) para ter uma idéia adequada de tanta magnificência, cumpre que o leitor se imagine diante de um sonho, pois o próprio espectador não acredita no que vê (...) A entrada da aldeia de Luxor exhibe surpreendente mescla de indigência e magnificência e me proporciona uma idéia terrível da gradação dos grandes períodos no Egito. Afigura-se-me o grupo mais pitoresco e a mais pasmosa representação da história dos tempos: nunca se sentiram os meus olhos e a minha imaginação tão vividamente impressionados quanto à vista desse monumento. Eu vinha freqüentemente a este lugar meditar: gozar do passado e do presente, cortejar as sucessivas gerações de habitantes pelas respectivas obras, que se estendiam diante dos meus olhos, e armazenar no espírito volumes de materiais para meditações futuras” (Denon 1973: 115-116).

Nesta descrição apaixonada das antigüidades faraônicas, percebe-se o caráter meditativo das ruínas, tipicamente romântico. O avistamento dos vestígios derruídos incita a uma reflexão poética, próxima do onírico, competindo com uma visão metódica da história. Outros exploradores europeus manifestaram essa impressão perante a imensidão monumental do Egito, como Giovanni Belzoni em 1820:

“Sentei-me à sombra de uma das pedras do lado direito, que formam a parte do templo que se erguia diante da pirâmide naquela direção. Os meus olhos fitaram-se na massa enorme, que, durante séculos, desconcertaram as conjeturas de autores antigos e modernos (...) A vista da obra maravilhosa, que avultava à minha frente, deixava-me tão pasmado quanto a total obscuridade em que nos achamos no que respeita à sua origem, ao seu interior, à sua construção” (Belzoni 1973: 118).

Mesmo após a decifração dos hieróglifos, o caráter misterioso do país das pirâmides ainda vai delinear o imaginário ocidental. Belzoni, ao comentar as construções de Gizé, não pôde deixar de mencionar o total desconhecimento acerca desses monumentos, também belos e grandiosos. Do mesmo modo Vivant Denon percebeu o caráter enigmático do Egito, em sua ilustração *A grande galeria de Kéops* (1822). Portando archotes, sábios franceses e guias beduínos penetram pelo corredor estreito e escuro da grande pirâmide. Seus movimentos são controlados, com os olhos visivelmente atenuados, denotando uma perceptível sensação de medo. Um oficial tem as duas

mãos em posição de grande pavor. Mais uma vez, a continuidade do caráter misterioso da Arqueologia prossegue no imaginário ocidental, característica presente desde o Renascimento até a descoberta de ruínas exóticas no oitocentos, cujo passado insiste em mostrar-se de maneira oculta.

Mas esse véu em parte seria desfeito, com a genialidade de François Champollion.²¹ Dominando uma vasta quantidade de línguas arcaicas aos 17 anos, o jovem sábio instalou-se em Paris no ano de 1821. Tendo como base a idéia de que os hieróglifos seriam ao mesmo tempo ideogramáticos e fonéticos e, ainda, analisando a pedra de Roseta, as inscrições do obelisco de Philae, decifrou os nomes de alguns soberanos. Conhecendo os caracteres básicos do alfabeto, conseguiu chegar a dominar todo o idioma. Em 1822, escreveu a famosa *Lettre à M. Dacier*, revelando os segredos de sua descoberta. O trabalho ganhou aos poucos o reconhecimento acadêmico, sendo ele nomeado curador das coleções egípcias do Louvre.

Uma das conseqüências imediatas do sucesso de Champollion, além de reforçar a moda da egiptomania, foi aumentar o interesse dos grandes museus pelos objetos egípcios. Todos queriam conhecer as maravilhas do mundo faraônico. Dezenas de expedições turísticas e de pesquisas foram realizadas por esse período, assim como viagens de aventureiros em busca de riquezas perdidas e o aumento de falsificações. Outro imediato efeito das descobertas do sábio francês, foi a importância que os estudos paleográficos receberam na Arqueologia oitocentista. Formaram o interesse para o estudo da escrita arcaica de outras civilizações (como a dos bárbaros nórdicos e os mesopotâmicos), fornecendo elementos para o imaginário: as inscrições antigas são uma importante marca do

referencial civilizatório, indicadoras do sintoma da evolução de uma sociedade no tempo.

Reflexões finais

Em conclusão, observamos no artigo algumas etapas por que o método arqueológico passou desde a Idade Média. As influências culturais de cada país e sociedade, acrescentando novas formas de concepção do passado. Assim como a interferência de elementos simbólicos e míticos no imaginário, culminando com concepções nacionalistas no período moderno. A Arqueologia foi um importante instrumento na construção idealizada da História, e até hoje é operacionalizada com essas intenções: “a arqueologia não é um estudo passivo das culturas do passado. Assim, dificilmente será neutra e autônoma, pois opera dentro de um contexto sócio-cultural mais amplo e desempenha um papel ativo nos processos de mudanças sociais” (Rodrigues 1991: 193). Abrindo clareiras no ignoto humano, a Arqueologia também instituiu representações nas sociedades, que ainda se fazem presentes até nossos dias, como a imagem do arqueólogo no cinema e na literatura. O próprio papel dos cientistas neste longo processo, iniciado com os antiquários renascentistas, remete à inserção destes em seu tempo. Portanto, os limites entre a ciência da cultura material e a representação do passado são muito tênues: remetem aos mecanismos simbólicos de poder nas sociedades. Afinal, como afirmou Leonard Wooley, as fronteiras entre a Arqueologia e a História não são indefinidas?

(21) Jean-François Champollion, o jovem arqueólogo francês (Figeac 1790 - Paris 1832), apaixonou-se pelo estudo das línguas orientais conhecidas. O exame minucioso da pedra de Roseta lhe forneceu, ao permitir isolar com segurança os nomes próprios das personagens, uma base segura para preparar o deciframento dos hieróglifos. Em 1822 publicou sua *Lettre à Mr. Dacier relative à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques*, carta de fundação da leitura dos hieróglifos, e, em 1824, seu *Précis du système hiéroglyphique*. Tornou-se conservador do departamento egípcio do Louvre em 1826. Entre suas outras obras citam-se: *Monuments de l'Égypte et de la Nubie* (1835-1845), *Grammaire égyptienne* (1835-1841) (*Grande Larousse* 1998: 1328).

LANGER, J. The origins of Classical Archaeology. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 95-110, 1999.

ABSTRACT: The present work intends to recover historical aspects of the archaeological science, demonstrating the interference of cultural and imaginary elements in its constitution.

UNITERMS: History of Archaeology – Graeco-roman Archaeology – Egíptologia – Archaeological myths.

Referências bibliográficas

1. Fontes impressas

BELZONI, Giovanni Battista

- 1973 Narrative of operations and Recent Researches in Egypt and Nubia, 1820. C.W. Ceram (Org.) *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos.

CERAM, C.W. (Org.)

- 1973 *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos.

DENON, Dominique Vivant

- 1973 *Voyage dans la Basse et la Haute Egypte*, 1802. C.W. Ceram (Org.) *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos.

MEMORANDUM

- 1811 on the subject of the earl of Elgin's pursuits in Greece.

WINCKELMANN, Johann Joaquim

- 1973 A critical account of the situation and destruction of Herculaneum and Pompeii, 1771. C.W. Ceram (Org.) *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos.

2. Obras de referência

BEAUCHÊNE, G. de

- 1972 *La préhistoire. L'Anthropologie – Les dictionnaires du savoir moderne*. Paris: Centre d'Étude et de Promotion de le Lectu.

DEZOBRY, Ch.; BACHELET, Tl.

- 1857 *Dictionnaire général de biographie et d'histoire de mythologie, de géographie ancienne et moderne*. Paris: Dezobry Éditeurs.

DICCIONARIO ENCICLOPEDICO HISPANO-AMERICANO DE LITERATURA. CIENCIAS Y ARTES

- 1887 Barcelona: Montener y Simon.

DUVAL, A.

- 1972 *L'archéologie. L'Anthropologie – Les dictionnaires du savoir moderne*. Paris: Centre d'Étude et de Promotion de le Lectu.

ENCICLOPEDIA ITALIANA DE SCIENZE, LETTERE ED ARTI

- 1949 Roma: Instituto dela Enciclopedia Italiana.

ENCICLOPEDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPEA-AMERICANA

- 1920 Madrid: Espasa-Calpe.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA

- 1964 Londres: William Bentos

ENCYCLOPEDIA AMERICANA.

- 1970 New York: Americana Corporation.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL

- 1998 São Paulo: Nova Cultural.

LAROUSSE, P.

- 1871 *Dictionnaire universel du XIX siècle*. Paris.

MOUSE, M.

- 1978 *Archéologie. Dictionnaire encyclopédique d'histoire*. Paris: Jean Pierre.

SILVA, A. de M.

- 1858 *Diccionario da lingua portugueza*, 1789. Lisboa: Typografia Antonio Rocha. 6. edição.

SOUZA, A.M. de

- 1997 *Dicionário de arqueologia*. Rio de Janeiro: Adesa.

3. Obras genéricas

BAINES, J.; MÁLEK, J.

- 1996 *O mundo egípcio*. Madrid: Ediciones del Prado.

BELL, M.

- 1959 *Drúidas, heróis e centauros*. Belo Horizonte: Itatiaia.

BITTENCOURT, J.N.

- 1997 *Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do estado imperial (1808-1889)*. Tese de doutorado – UFF, Niterói.

BRISSAUD, J.-M.

- 1978 *O Egito dos Faraós*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores.

CARENA, C.

- 1983 *Ruínas/Restauo. R. Romano (Dir.) Enciclopédia Einaudi (vol.1)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- CERAM, C.W.
1956 *Deuses, túmulos e sábios*. São Paulo: Melhoramentos.
- CERAM, C.W. (Org.)
1973 *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos.
- CORNELL, T.; MATTHEWS, J.
1996 *Roma: legado de um império*. Madrid: Ediciones Del Prado.
- CORTI, E.C.C.
1958 *Vida, morte e ressurreição de Herculano e Pompeia*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- COSTA, A.
1936 *Archeologia geral*. São Paulo: Editora Nacional.
- CHILDE, G.
1976 *Para uma recuperação do passado: a interpretação dos dados arqueológicos*. São Paulo: Difel.
- DAUX, G.
1948 *Les étapes de L'Archéologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DEMOULLE, J.-P.
1982 La préhistoire et ses mythes. Paris. *Annales*, 37 anée, n.5-6. Sep. p.740-759.
- DEUEL, L. (Org.)
1963 *Os tesouros do tempo*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- FOWLER, D.D.
1987 Uses of the past: archaeology in the service of State. *American Antiquity*, 52 (2): 229-248.
- FROST, F.J.
1993 Voyagers of the Imagination. *Archaeology*, 46 (2): 44-51.
- FUNARI, P.P.A.
1988 *Arqueologia*. São Paulo: Ática.
1995 A hermenêutica das ciências humanas: a história e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 10: 3-9.
- GOMBRICH, E.
1995 *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes.
- JONES, S.
1985 *A arte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LANGER, J.
1996a Mito, história e literatura: as cidades perdidas do Brasil. *História e Perspectivas (UFU)*, Uberlândia, 14: 67-83.
1996b A Esfinge atlante do Paraná: o imaginário de um mito arqueológico. *História, questões e debates (UFPR)*, Curitiba, ano 13, 25: 148-163.
1997a Mitos arqueológicos e poder. *Clio – Série Arqueológica (UFPE)*. Recife, 1 (12): 109-125.
1997b *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná.
1997c O mito do Eldorado. *Revista de História (USP)*. São Paulo, 136: 25-40.
- 1998 Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90 (UFRGS)*, Porto Alegre, 9: 165-185.
- LEAF, M.
1981 *Uma história da antropologia*. São Paulo: Zahar.
- LE GOFF, J.
1983a Documento/monumento. R. Romano (Dir.) *Enciclopédia Einaudi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional.
1983b Memória. R. Romano (Dir.) *Enciclopédia Einaudi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional.
- LEVI, P.
1996 *Grécia: berço do Ocidente*. Madrid: Ediciones Del Prado.
- LIMA, T.A.
1988 Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*, 5 (1): 19-28.
- MAIURI, A.
1959 *Pompei ed Ercolano*. Milano: s.ed.
1994 Pompeii. *Ancient Cities*. Special issue of Scientific American. New York, 15 (1): 78-85.
- MOBERG, C.-A.
1986 *Introdução à arqueologia*. Lisboa: Edições 70.
- NIEL, F.
s.d. *Stonehenge*. São Paulo: Hemus.
- POMIAN, K.
1983 Coleção. R. Romano (Dir.) *Enciclopédia Einaudi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional.
- REYNOLDS, D.
1985 *A arte do século XIX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RODRIGUES, D.
1991 Reflexões sobre a história da arqueologia (colonialista e nacionalista) africana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 1: 191-194.
- SAUNERON, S.
1970 *A egíptologia*. São Paulo: Difel.
- SCHNAPP, A.
1982 Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIII et XIX siècles. Paris, *Annales*, 37 anée, (5-6), sep.: 760-777.
- SCHUCHHARDT, W.-H.
1972 *Arqueologia*. Lisboa: Editora Meridional.
- SOUZA, A.M. de
1991 História da arqueologia brasileira. *Pesquisas*. Instituto anchietano de Pesquisas, 46.
- STAROBINSKI, J.
1994 A melancolia das ruínas. *A invenção da liberdade*. São Paulo: Unesp.
- TRIGGER, B.
1984 Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist. *Man*, 19: 355-370.
- VERCOUTTER, J.
1988 A redescoberta de uma civilização esquecida. *O Correio*, Rio de Janeiro, ano 16, (11), nov.: 811.
- ZAMORA, O.M.F.
1990 A arqueologia como história. *Dédalo*. São Paulo, 28: 39-62.

O CAVALO NAS MOEDAS PÚNICAS: UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO

Maria Cristina Nicolau Kormikiari*

KORMIKIARI, M.C.N. O cavalo nas moedas púnicas: um ensaio de interpretação. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 111-125, 1999.

RESUMO: A imagem do cavalo é uma das principais representações iconográficas estampadas nas moedas emitidas por Cartago durante os três séculos nos quais a capital africana possuiu uma cunhagem própria. Apesar da aparente simplicidade da imagem, uma análise mais acurada e metodologicamente diversa da usualmente utilizada permite novas abordagens explicativas do tipo. No presente trabalho apresentamos uma leitura e uma proposta de interpretação que fogem daquela tradicionalmente utilizada.

UNITERMOS: Iconografia monetária – Cartago – Fenícia – Cavalo.

Introdução

Cartago, colônia tíria no norte da África, fundada no século IX a.C., desenvolveu-se econômica e militarmente de tal maneira que, em menos de três séculos de história, se elevou à categoria de potência comercial marítima, com amplo domínio sobre as já existentes colônias fenícias do Mediterrâneo Ocidental e sobre as suas próprias, posteriormente fundadas.

Todos os traços culturais, religiosos, políticos e outros, que sejam fruto dessa influência e desse domínio, fazem parte da chamada civilização púnica, que teve esse nome derivado da definição e denominação dada pelos autores latinos para os descendentes dos fenícios no Ocidente.¹

Apesar da importância que sua existência teve no desenrolar dos acontecimentos históricos da Antiguidade Clássica, Cartago nos é, ainda hoje, muito mais conhecida através da história de Roma do que da sua própria.

Se formos depender apenas das fontes textuais antigas, teremos uma visão na qual sua história fica inexoravelmente ligada ao destino de Roma, e cujo capítulo, quase que único, seria o referente às chamadas “Guerras Púnicas” (assim batizadas pelos próprios historiadores romanos). A existência desta farta documentação grega e latina aliada à tradição historiográfica e arqueológica, essencialmente europocêntrica, privilegiou durante décadas os estudos gregos e romanos em detrimento de outras civilizações que estiveram presentes e em plena atuação no Mundo Antigo.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação em Arqueologia. Doutorado.

(1) O uso do termo cartaginês fica, então, restrito à documentação saída exclusivamente da própria metrópole, isto é, da própria Cartago, e o termo fenício, aos traços culturais

referentes ao período de colonização fenícia anterior à ascensão cartaginesa, e, posteriormente a essa, aos influxos que, esporadicamente, continuaram a chegar às colônias ocidentais diretamente da área oriental, sem a mediação de Cartago. (Moscati 1988:4).

Deste modo, uma civilização tão profundamente semítica, como foi a púnica, raramente é analisada sob este ponto de vista crucial (Szzyrmer 1991: 546). Privilegiam-se, sobremaneira, as influências estrangeiras. Tal ocorre, sem dúvida, em razão de praticamente não possuímos obras da literatura púnica como fontes diretas, apesar de os textos clássicos mencionarem imensas bibliotecas em Cartago, e de termos fragmentos de textos púnicos, traduzidos para o latim (Szzyrmer 1991:591-592).²

É necessário, no entanto, especificar que o proposto, na análise da civilização púnica, não é uma leitura da documentação material ocidental procurando inseri-la, sem critérios, na documentação oriental. Os estudiosos ligados a essa metodologia têm sempre em mente o grande distanciamento geográfico e o destino histórico diverso que acabam por contrapor e distinguir, em certa medida, Ocidente fenício/púnico e Oriente fenício. Assim, consideramos que traços culturais diferentes podem surgir tomando-se por base núcleos comuns. Duas propostas se fazem presentes no âmbito da irradiação cultural, seja ela do Oriente para o Ocidente, ou o contrário: a) processos de redução e de esaurimento de componentes culturais ao longo da passagem do Oriente para o Ocidente; b) processos de vitalização, de evolução e, no ponto limite, de inovação desses mesmos componentes (Moscati 1974:5).

A historiografia clássica, grega e latina, é duplamente parcial: em relação à escolha das descrições e dos relatos que traz e quando apresenta seus juízos de valores. A grande maioria dos textos que chegaram até nós são francamente favoráveis à visão grega (por exemplo, Diodoro Sículo) ou à visão romana (Políbio). Autores prócartagineses existiram, como o lacedemônio Sosilo, preceptor de Aníbal, ou Sileno e Queréas, mas suas obras não foram recuperadas, e as menções que temos delas em Políbio demonstram a parcialidade deste: “Contra tais relatos, aqueles escritos por Queréas e Sosilos, é melhor nem mencionar, de fato, eles não me parecem ter nenhuma ligação com a história, e não parecem ter um valor ou mérito maior ao que se dá para histórias de barbeiro ou tagarelices de comadres!” (Políbio, livro III, 20.5).³

(2) Como são os exemplos do “Tratado de agricultura de Magon” e da inscrição de Aníbal na Macedônia, selando seu acordo com Filipe V.

(3) Apesar da facultada seriedade deste autor e de sua importância como testemunha ocular de vários dos fatos por ele

No entanto, os dados que os historiadores e autores gregos e latinos nos transmitiram sobre a história externa e interna de Cartago representam praticamente a única fonte textual antiga que possuímos diretamente mencionando a cidade africana. Necessitamos deles, mas sempre tendo em mente que qualquer análise tem que ser feita com o máximo de cuidado e rigor.

As fontes escritas diretas disponíveis são todas de caráter epigráfico. São mais de 6000 inscrições púnicas, gravadas em materiais duros (pedra, metal, marfim, osso e cerâmica). Apesar de serem repetitivas, em virtude do seu caráter majoritariamente religioso, são fonte preciosa de informação, especialmente para a onomástica e com referência à história interna, cotidiana de Cartago e das outras cidades fenício-púnicas.⁴ A elas precisamos aliar o conhecimento apreendido a partir da documentação material, esta sim ricamente distribuída nas diversas categorias da pesquisa histórica em particular e das Ciências Humanas em geral (religião, desenvolvimento sócio-político e econômico, urbanização, artes, etc.) e mais precisamente, como elementos comparativos, precisamos fazer uso do conhecimento que temos sobre a civilização fenícia no Oriente, incluindo Chipre e os semitas do noroeste, a começar por Ugarit.⁵

Dentro desta proposta de análise, a produção monetária púnica nos é particularmente útil. A moeda como documento é um instrumento de conhecimento econômico, político, cultural e religioso.

narrados, não podemos esquecer que ele foi “sempre amigo dos romanos, firmemente persuadido da superioridade deles....., ele não pôde evitar, quando se trata de Cartago e dos púnicos, ser parcial”. (Szzyrmer 1991: 547).

(4) Possuímos, além das inscrições votivas: inscrições funerárias; tarifas sacrificiais, editadas pelos magistrados ligados ao culto; textos relativos a testamentos; outros comemorando uma nova construção religiosa ou uma obra de utilidade pública etc. Todas as inscrições púnicas estão compiladas nos volumes do *Corpus Inscriptionum Semiticarum* (CIS), editado pela Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, a partir de 1881. (Szzyrmer 1991: 548).

(5) Os inúmeros textos em escrita cuneiforme de Ras Shamra, fonte primordial da civilização semítica, e os dados que puderem ser extraídos a respeito da organização sócio-política e cultural das cidades fenícias, em particular Tiro (admitindo-se as informações clássicas que a apontam como cidade-mãe de Cartago), representam, então, modelos comparativos essenciais contra possíveis distorções vindas dos relatos clássicos.

Apesar de ser invenção grega, sua adoção por povos não gregos não significa falta de força e personalidade culturais, e sim, uma adequação sócio-política a uma situação generalizada por toda a Bacia do Mediterrâneo. No caso específico de Cartago, sabemos que o uso de uma cunhagem própria, a partir do final do século V a.C., está relacionado às suas atividades político-militares na Sicília e, dentro de um quadro maior, ao seu processo expansionístico, iniciado na metade do século VII a.C. com a fundação de sua primeira colônia na ilha de Ibiza, na proximidade da costa espanhola (Moscati 1986:13).

Cartago adota a cunhagem menos de um século após as cidades fenícias do Oriente. Até então, o comércio destas cidades-estados havia se desenvolvido sem maiores problemas, baseado em trocas e no uso do metal não cunhado como medida de valor (Jidejian s/d: 12).

Com a moeda temos a adoção de um objeto, e muito mais do que isso, de um modelo de relacionamento político e econômico grego, caracterizado pela padronização e pela abstração final do pensamento econômico; mas temos, também, a adoção de um sistema de promoção e de afirmação políticas, através do uso propagandístico de imagens e legendas específicas no campo do moeda, que, apesar de originado em ambiente helênico e levado à quintessência do desenvolvimento pelos romanos, é utilizado com subsídios culturais e religiosos próprios pelos diferentes povos que adotam uma economia monetarizada ao longo de suas histórias.

Cartago não é exceção a esse quadro. Ou seja, a iconografia monetária púnica, incluindo-se aí imagem e epigrafia, é uma importante fonte de conhecimento sócio-cultural e religioso também. Novamente salientamos, então, a premência de essa análise ser feita tendo-se em perspectiva o que foi exposto acima, isto é, a especificidade de uma civilização que, localizada no ocidente mediterrânico, é fruto de uma cultura oriental, a semítica.⁶

(6) Fazemos nossas as palavras do renomado numismata e arqueólogo Enrico Acquaro (1975: 98-99), em seu artigo "Problematica e prospettive degli studi di numismatica punica", quando salienta o perigo de se procurar encontrar a todo custo representações culturais e religiosas orientais, e mais especificamente fenícias, nas representações de suas colônias ocidentais, sem se seguir os passos traçados acima. Entretanto, de maneira análoga, o inverso também é válido, ou seja, a tentativa de restringir uma cultura de caráter

Dentro deste quadro, nos propomos a apresentar uma análise particular de uma iconografia monetária púnica. A imagística monetária costuma ser extremamente rica. Mais uma vez, Cartago não é exceção à regra. No entanto, sabemos não ser possível analisar de maneira completa um imaginário sócio-político e religioso que se espalha ao longo de mais de 250 anos de História, uma vez que Cartago continuou a emitir moedas até os últimos anos antes de sua destruição em 146 a.C. Assim, escolhemos um modelo imagístico específico, as representações do cavalo na cunhagem púnica emitida em suas oficinas sicilianas, sardas e africanas. Estas representações podem ser consideradas como emblemáticas, dentro do quadro de propaganda política cartaginesa.

Sobre a representação do cavalo no Mundo Grego

Uma pequena pesquisa dentro do universo monetário antigo nos revela que o cavalo foi uma das imagens utilizadas, como tipo monetário, com certa assiduidade por diversas cidades e reinos, tanto do Ocidente quanto do Oriente e ao longo de vários séculos de História.

Entretanto, os exemplos mais comuns referem-se a imagens nas quais o cavalo não é o tipo principal, e sim coadjuvante de uma cena específica, a da corrida de carros,⁷ na qual quadrigas e bigas são comumente utilizadas. As principais cidades e reinos a emitirem moedas com esse tipo foram, ao longo do século V a.C.: Siracusa, Gela, Himera, Selinonte, Catânia, Camarina, Acragas e Tarento. Isto é, todas cidades da Magna Grécia. A maioria, da Sicília, seguiu a iconografia monetária da cidade

oriental, como a púnica, a uma cópia de modelos culturais gregos e, posteriormente, helenísticos, sem uma cuidadosa análise que leve em conta aspectos evolutivos e comparativos, provavelmente é fonte de muitos erros de interpretação.

(7) Para um detalhamento deste tipo iconográfico específico ver: Kormikiari, M.C. "A imagística dos Jogos nas moedas do Mundo Antigo", artigo apresentado no Encontro Acadêmico *Jogos e Espetáculos no Mundo Antigo*, Museu de Arqueologia e Etnologia – USP e Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos 24-26/6/1996. As atas do Encontro estão no prelo.

líder politicamente no período, Siracusa.⁸ Do século IV a.C., temos Filipe II da Macedônia, Cirene, Sídon.⁹

Por outro lado, o cavalo como tipo iconográfico principal aparece em poucos exemplares, como nas seguintes peças: Siracusa, início século IV a.C., cavalo livre, empinando,¹⁰ Nektanebo II, metade do século IV a.C., cavalo galopando;¹¹ Antíoco I, segundo quarto do século III a.C., cabeça de cavalo com chifres;¹² Larissa, início século IV a.C., cavalo com rédeas, livre.¹³

Afora esses exemplos, temos outros nos quais o cavalo aparece como suporte do tipo principal, que são cavaleiros ou divindades, como os Dióscuros, cavalgando. Assim, temos: Gela, século V a.C., cavaleiro com lança; Alexandre I, início do século V a.C., o rei armado com lança, guiando cavalo avançando um passo; Potidaia, século VI a.C., Posidão Hípios cavalgando; Eritréia, final do século V a.C., cavaleiro, cavalo empinando; Filipe II da Macedônia, metade do século IV a.C., jovem cavaleiro sobre cavalo dando passo; Gela, século V a.C., cavaleiro, cavalo dando passo e cavaleiro armado atacando hoplita; Tarento, final do século IV a.C., Dióscuros cavalgando; Tarento, metade do século IV a.C., cavaleiro armado, cavalo sendo atendido por ajudante; Demétrio Poliorcete, início século III a.C., o rei a cavalo,

(8) Do mesmo modo que Cartago irá fazer com suas moedas *rsmlqrt* ("os eleitos de Melqart"), assim denominadas a partir da legenda que trazem. Estas peças foram cunhadas da metade do século IV até c. 305 a.C. em uma oficina siciliota (provavelmente no templo de Melqart na ilha, ainda não localizado) e copiam a iconografia das moedas de Siracusa: cab. de divindade feminina rodeada por golfinhos/quadrige, às vezes, coroada pela Niké. Trata-se da segunda emissão cartaginesa na ilha. Entretanto, não são elas o nosso foco de interesse no momento. Para uma bibliografia sobre esta série ver: Manfredi 1991: 16; Jenkins 1971: 53; Acquaro 1971: 25-30.

(9) As peças em questão foram compiladas da obra em (Jenkins 1972). Filipe da Macedônia, n.232, p.111; Cirene, ns. 310, 312, 314, p.132; Sídon, n.333, p.140; Siracusa, ns. 355, 357, 362, 389, 393, 394, 397, 399, 402, 419, 420, 438, 440, 604, 637, pp.155-156, 163, 165-166, 177, 180, 255, 264; Gela, ns. 372, 436, pp.158, 180; Himera, n.374, p.159; Selinonte, n.378, p.163; Catânia, ns. 382, 422, pp.163 e 178; Camarina, n. 428, p.178; Acragas, n. 435, p.178; Tarento, n. 442, p.189.

(10) Jenkins 1972: n. 352, p.150.

(11) idem: n. 559, p.214.

(12) ibidem: n.572, p.241.

(13) ibidem: n.271, p.121.

galopando; Hierão II de Siracusa, segunda metade do século III a.C., cavaleiro armado; Antíoco VI, segunda metade do século II a.C., Dióscuros cavalgando; Eucrátide, metade do século II a.C., Dióscuros cavalgando.¹⁴

O que pode ser concluído desse rápido levantamento são os seguintes pontos: a) ausência quase que total de representações de cavalos das cidades fenícias, com exceção do exemplar de Sídon; b) pequeno uso do cavalo como tipo principal, isolado, na moeda. Nesses casos, há uma contemporaneidade com o início da cunhagem púnica.

Deste modo, em razão da originalidade do tipo,¹⁵ fato que pode ser confirmado pelos dados apresentados acima, e graças ao seu extenso uso nas moedas púnicas, como demonstraremos a seguir, concluímos que os motivos para a escolha desta imagem específica têm que ser procurados dentro da própria História de Cartago.

Sobre a cunhagem púnica

Atualmente, os numismatas que trabalham com a civilização púnica não costumam entrar em desacordo ao relacionar os motivos iniciais que levaram Cartago a começar a bater moedas. Motivações políticas e econômicas, relacionadas ao processo expansionístico cartaginês na Sicília, estão por trás dos primeiros aspectos iconográficos e ponderais da cunhagem cartaginesa. Assim, ao começar a emitir moedas, na última década do século V a.C., Cartago o faz para custear suas ações militares na Sicília, que é justamente o palco de emissão e de circulação inicial dessas peças.

O início das intervenções militares cartaginesas na Sicília é muito anterior. A primeira ação teria ocorrido, segundo Justino (XVIII; 7; 2 e 7), em c. 555

(14) As referências destas peças são (Jenkins 1972): Gela, n. 144, p.171; Alexandre I, n. 107, p.56; Potidaia, n. 90, p. 53; Eritréia, n. 23, p. 31; Filipe II, n. 279, p. 123; Gela, ns. 344 e 383, pp. 150 e 163; Tarento, ns. 444, 494, 493, pp. 189, 206; Demétrio Poliocerte, n. 519, p.214; Hierão, n. 596, p.249; Antíoco VI, n. 659, p. 275; Eucrátide, n. 621, p. 258.

(15) Os celtas também utilizaram de maneira muito original a imagem do cavalo em suas moedas. No entanto, esta cunhagem é posterior à púnica e situa-se no contexto do Império Romano.

a.C., quando um certo general Malco¹⁶ invade a ilha. A esta seguem-se várias outras, culminando com a grande derrota cartaginesa de 480 a.C., em Himera. Após este fato, somente em torno de 410 a.C., passado mais de meio século da última tentativa, é que a capital africana irá intervir novamente com força total na ilha.¹⁷ Neste momento, os exércitos cartagineses são híbridos, sendo compostos tanto por cidadãos como por mercenários. Não sabemos, nos detalhes, quais as motivações sócio-políticas que levam Cartago a suspender, a partir de 340 a.C., a ida de cidadãos para operações além-mar.¹⁸ O fato é que, deste momento em diante, apenas os comandantes são obrigatoriamente cartagineses, o que vai levar a um extraordinário aumento do uso de tropas mercenárias. Estas tropas, como já mencionamos acima, precisam ser pagas. Assim, Cartago, uma cidade que vivia do comércio há séculos, vai finalmente passar a emitir seu próprio numerário. Quando o faz, como veremos, ela coloca em circulação, primeiramente na Sicília, depois em todas as regiões de seu domínio, incluindo a capital, uma maciça quantidade de dinheiro. Na Sicília, altera o contexto existente até então e dá origem a um novo regime no qual os maiores expoentes são a própria Cartago e Siracusa.

Quando Cartago decide entrar economicamente na ilha, defronta-se com uma circulação monetária evoluída e baseada em uma tradição já consolidada.

A primeira emissão cartaginesa, datada de 410-390 a.C. (Jenkins 1974: 25-26), está constituída por peças de prata que trazem, no anverso, a parte anterior de um cavalo coroadado pela Niké, com legenda *qrthdst* (“cidade nova”); e no reverso, uma palmeira e a legenda *mhnt* ou *mmhnt* (literalmente “o campo” mas entendida como “exército de ocupação” – Mildenberg 1989: 6-8).¹⁹

(16) A respeito da problemática em torno do nome Malco e sobre a veracidade deste tipo de relato, ver Moscati 1986.

(17) O conflito de 416 a.C. entre Segesta e Selinonte fez com que em 410 a.C. Cartago intervenha na Sicília. Esta guerra terminou só em 396 a.C. Cartago precisou pagar seus mercenários e cunhou, então, peças que claramente se referiam à situação militar que as originou.

(18) Os historiadores modernos costumam atribuir essa mudança à terrível derrota cartaginesa na batalha de Crimiso, na qual, segundo as fontes escritas, 3000 jovens da aristocracia cartaginesa teriam morrido. (Acquaro 1987: 55).

(19) Há uma controvérsia quanto à oficina monetária desta série. A favor de Cartago ver Jenkins 1972; a favor da Sicília ver Jenkins & Lewis 1963: 18 e Mildenberg 1989.

Poucos anos após essa série, ao longo da primeira metade do século IV a.C., Cartago já está batendo peças de bronze anepígrafas na Sicília. Estas peças trazem vários exemplos do cavalo, objeto principal de nosso presente estudo: cavalo galopando; empinando; parado em pé, em frente de uma palmeira.²⁰ O anverso destas séries traz sempre a imagem da cabeça feminina rodeada, por vezes, por dois grãos, ou tendo o cabelo enfeitado por um grão de trigo, o que a caracteriza como Coré.²¹

Estas moedas anepígrafas inserem-se em uma tradição grega de cunhagem em bronze que já existia há mais de um século (Manfredi 1991: 23).

Na Sicília, o bronze cunhado é utilizado, desde o início, como meio de troca local, com valor convencional, e não vai ser interrompida a utilização do metal não cunhado nas transações. Este meio de troca (de metal não cunhado) é, por sua conta, muito antigo, anterior, e continuará a ser utilizado como base do comércio indígena nas zonas interioranas da ilha. Entretanto, tanto nas áreas tradicionais de influência cartaginesa (parte ocidental) e de influência siracusana (parte oriental), o bronze cunhado é largamente utilizado nas transações cotidianas.

Até a metade do século IV a.C. (Acquaro 1989: 71, 74-75), Cartago vai emitir tanto em suas oficinas da Sicília quanto de Cartago²² peças com as seguintes imagens: prótomo de cavalo/palmeira; prótomo de cavalo/prótomo de cavalo com arreios; cavalo galopando, coroadado pela Niké, com guirlanda e caduceu/palmeira; e a já consagrada cabeça de Coré rodeada por golfinhos/quadriga coroadada pela Niké, legenda *rsmlqrt* (“eleitos de Melqart”).²³

(20) Para discussões sobre cronologia e localização de oficinas, com apresentação de bibliografia sobre o assunto, ver: Kormikiari 1994: 76-78; 83-84 e 93-95.

(21) A historiografia moderna, baseando-se nas fontes textuais gregas, notadamente Diodoro Sículo, admite para o início do século IV a.C. a adoção dos cultos de Deméter e Coré em Cartago (Picard 1981: 189). A recorrente tentativa de associar esta imagem à deusa Tanit, do panteão púnico, tem esbarrado na falta de iconografia ou de textos diretos relativos ao seu culto. Entretanto, esta assimilação não pode ser descartada, visto que ao contrário do que anteriormente se imaginava, Tanit não está ausente do panteão religioso fenício e, portanto, novas descobertas e pesquisas podem elucidar se temos aqui um caso de vitalização e inovação de um componente já existente.

(22) Mesmo sendo cunhadas em Cartago, o objetivo principal ainda era a paga dos exércitos mercenários na Sicília.

(23) Conforme visto à nota 8.

A partir da metade do século IV a.C. (Acquaro 1989: 39, 77-83), novas emissões de prata entram em circulação na Sicília. Todas têm como tipo principal de anverso a cabeça feminina de Coré. Esta figura aparece eventualmente rodeada por golfinhos (seguindo, assim, a iconografia das moedas de Siracusa) mas, na maioria das vezes, os golfinhos são substituídos por grãos de trigo (como ocorre com as peças de bronze mencionadas acima). Já o reverso traz o cavalo nas mais variadas posições, sempre em frente de uma palmeira: dando passo (com ou sem símbolos e marcas como letras púnicas e o caduceu; por vezes, o cavalo aparece coroado pela Niké); parado, em pé, com um crescente lunar acima do quadril; empinando; trotando; e galopando (ns. 1 e 3).

O período em questão, século V e IV a.C., é aquele em que os estudiosos vêem uma grande modificação histórica em Cartago que irá permitir que ela se torne força dominante no Mediterrâneo Ocidental. Esta modificação está centrada na reorganização política e econômica que a metrópole faz no território africano: utilização mais racional dos recursos africanos e de outros que ali chegavam vindos do resto do Ocidente púnico (Moscati 1986: 30-31). A riqueza que Cartago possui, então, pode ser medida pela produção monetária que apresentamos acima. No entanto, como já mencionamos, essas moedas estavam sendo batidas visando, no

plano econômico, a manutenção de seus exércitos, cada vez mais compostos por mercenários, no exterior. O que não significa que em Cartago propriamente dita moedas não estivessem sendo emitidas. De fato, na metade do século IV a.C., a oficina monetária de Cartago encontra-se funcionando sistematicamente. Ela produz peças em ouro e eletro (Acquaro 1989: 83-84) que também têm como iconografia o cavalo. Assim, temos dois tipos: o primeiro traz no anverso a cabeça de Coré com grão enfeitando o penteado e, no reverso, o cavalo parado em pé e, o segundo, traz no anverso a palmeira e, no reverso, o prótomo de cavalo.

Em 320 a.C. e até o final deste século, novas emissões em prata trazendo o cavalo são batidas na Sicília (Manfredi 1991: 19 e Acquaro 1989: 85, 89-97): cabeça de Coré rodeada por golfinhos, no anverso, e prótomo de cavalo, atrás da crina, palmeira com frutos, embaixo legenda *'mmhnt* ("o povo do campo"), no reverso; o mesmo tipo descrito acima mas com legenda *s' mmhnt* ("pertencente ao povo do campo"); e, por vezes, novamente o mesmo tipo com letra púnica no lugar da legenda (ns. 4 e 7).

Datada de 300 a.C. (Jenkins 1978: 5), uma nova emissão traz uma novidade iconográfica no anverso, a cabeça de Hércules/Melqart coberta pela pele de leão. No reverso repete-se o tipo apresentado acima, mas com legendas diferentes: prótomo de cavalo, atrás da crina, palmeira, embaixo legen-



1 – Tetradracma de prata – Oficina da Sicília – c. 350-340 a.C. – 16,09 g (Acquaro 1989: 39 n.19) (x 2,8).



3 – *Tetradracma de prata – Oficina da Sicília – c. 350-340 a.C. – 17,05 g (Acquaro 1989: 82 n.104) (x 2,7).*

da *mhsbm*²⁴ ou *ˊmhmht* – por vezes com símbolos como o de Tanit; caduceu; maçã, etc. – (Acquaro 1989: 40, 97-105) (n. 9).

Estas peças com Hércules seguem, estilisticamente, a cunhagem de Alexandre o Grande. Foram batidas apenas nas oficinas sicilianas.²⁵ Na área fenício-púnica a figura de Hércules foi associada à divindade Melqart. Este foi o grande deus de Tiro e o patrono de sua expansão marítima. Os templos de Melqart encontram-se espalhados pelas várias áreas colonizadas pelos tírios.²⁶ No panteão fenício-púnico, Melqart, como Hércules, também realiza uma série de feitos legendários, relacionados com suas viagens (Hours-Miédan 1982: 53).

O momento histórico no qual essas moedas se inserem é aquele caracterizado pela volta das hostilidades entre púnicos e gregos. Após a morte de Dião de Siracusa, no poder durante poucos meses, segue-

se um período de anarquia que favorece a hegemonia cartaginesa na ilha. Em 345 a.C., Hécetas, para opor-se a Dionísio II, que havia retomado o poder em Siracusa, pede a ajuda de Corinto, que envia uma frota sob o comando de Timoleonte.

Hécetas, temeroso das conseqüências de seu gesto, pede ajuda a Cartago, que manda para a Sicília o melhor de seu exército, representado no corpo escolhido entre os cidadãos, a famosa “companhia sacra” (Manfredi 1991: 18-20).

Esta intervenção também acaba mal, e um tratado de paz é feito, mas já em 317 a.C. é quebrado. Agátocles, novo tirano de Siracusa, decide desembarcar em território africano, em 310 a.C., mas é derrotado e tem que voltar. Já em 306 a.C., um novo tratado de paz é estipulado (Acquaro 1987: 56).

A cunhagem de uma série militar com a legenda *ˊmmhnt* (o povo do campo) é, portanto, justificada e não parece ser casual que seja contemporânea à oficina de *rsˊmlqrt*. O templo siciliano de Melqart, possível oficina da série *rsˊmlqrt*, cuja comunidade deveria possuir um status não diferente daquele do “povo do campo”²⁷ isto é, autonomia

(24) A leitura da legenda vem sendo interpretada como indicando os magistrados encarregados de pagar as tropas, uma espécie de questores romanos. Uma nova leitura tende a definir o termo como “contadores”, “controladores financeiros” (Manfredi 1991: 22).

(25) Em Cartago, nesse mesmo período continua-se a cunhagem das séries com Coré.

(26) Sobre a importância dos templos na expansão marítima fenícia, ver: Acquaro 1978: 187-189.

(27) Isto é, permissão da metrópole para emitir e, porque não, escolher os tipos iconográficos a serem utilizados. Esta última questão é um ponto que continua em aberto.



4 – Tetradracma de prata – Oficina da Sicília – c. 320-306 a.C. – 17,10 g (Acquaro 1989: 87 n.128) (x 2,7).



7 – Tetradracma de prata – Oficina da Sicília – c. 320-306 a.C. – 17,10 g (Acquaro 1989: 85 n.121) (x 2,6).

para cunhar, deve ter sido também a oficina da série 'mmhnt. Esta comunidade estaria habilitada de forma institucional e organizacional para emitir moedas

em nome de Cartago, em momentos bélicos (Tusa Cutroni 1983: 38).

Por outro lado, a nova iconografia com Hércules/Melqart é interpretada normalmente como uma retomada da tradição tíria, já que, como visto acima, Melqart é a divindade protetora de Tiro. Posteriormente, essa retomada será ligada ao desenrolar político da família Barca (Acquaro 1983-1984: 86-85), cujos membros dominarão o cenário político militar cartaginês durante quase meio século, sendo seu maior expoente o general Aníbal. Os barcidas têm sua trajetória político-militar interpretada por muitos como se tivesse sido uma “revolução gerencial” levada a Cartago, por meio de sua ação na Península Ibérica, que se contrapôs à antiga aristocracia dominante da cidade africana (Szyner 1991: 566-567 e Acquaro 1983-1984: 86-85). No plano numismático, para muitos autores é indicada a consolidação do poder cartaginês na Sicília. De fato, após a morte de Agátocles, a tentativa de Hécetas de atacar os territórios púnicos é veementemente rechaçada (Manfredi 1991: 22).

Deste modo, fica caracterizado que é sempre para esse templo que Cartago se volta nos momentos mais decisivos de suas ações na Sicília. As legendas *rs^vmlqrt* e *r^sv^vmlqrt* caracterizam o investimento em uma instituição extra-cidadã na ilha (as antigas colônias fenícias da Sicília possu-



9 – *Tetradracma* de prata – Oficina da Sicília – c.300 a.C. – 16,90g (Acquaro 1989: 98 n.201) (x 2,5).

íam estruturas administrativas diversas, independentes de Cartago). Já as séries seguintes (*'mmhnt*), dão exemplo da utilização do “povo” cartaginês do exército,²⁸ em uma oficina. Em razão da importância dessas emissões para os eventos político-militares de Cartago, o governo da cidade africana não podia deixar nas mãos de entidades cívicas já existentes na Sicília tal cunhagem, que tinha que ultrapassar seus limites territoriais.

Do início do século III a.C. até o limiar da Iª Guerra Púnica, em 264 a.C., Cartago introduz uma nova série de bronze na Sicília, que traz no anverso a palmeira e, no reverso, o prótomo de cavalo (Acquaro 1989: 40; 105-107). Este tipo será amplamente utilizado nas emissões púnicas da ilha vizinha, a Sardenha, que se iniciam nesse mesmo período mas que avançam até o final da disputa, em 241 a.C. Da Sardenha também, e nesse mesmo período, temos a série cabeça de Coré, no anverso, e o cavalo parado em pé, com letras púnicas como símbolos secundários, no reverso (Acquaro 1989: 41, 43, 107-110, 113-114).

(28) Isto é, os comandantes como representantes desse povo, já que o grosso do exército era composto por mercenários.

Ainda durante o primeiro confronto com os romanos, temos a prova do empenho econômico determinado por Cartago com as emissões em prata e eletro (Acquaro 1989: 44, 116),²⁹ batidas na oficina da capital africana. Novamente temos a cabeça de Coré como tipo principal de anverso e o cavalo como tipo principal de reverso. Nessas peças ele aparece sempre parado, mas com algumas diferenças entre as séries: olhando para trás, com palmeira atrás do quadril, com ou sem estrela no alto; parado (com números diferentes de pequenos glóbulos como marcas de cunhagem); parado em frente de uma palmeira; e parado com estrela de seis raios no alto (Acquaro 1989: 111-113) (ns. 2 e 8).

Continuando a sua produção monetária e apesar de ter perdido o território siciliota e o sardo, Cartago emite, da metade até o final do século II a.C., em sua oficina, peças em bronze, ouro e eletro repetindo a imagística até aqui apresentada. No anverso, temos sempre a cabeça de Coré e, no reverso: cavalo parado, em cima, disco solar com *uraeus cobra*; cavalo parado; cavalo dando passo, olhando para trás, com ou sem letras púnicas embaixo da barriga (Acquaro 1989: 44-45, 114, 117-119) (ns. 5 e 6).

O último século de existência de Cartago vê, como já mencionado, a ascensão do poder barcida na Península Ibérica, que leva a cidade africana à IIª Guerra Púnica e à retomada momentânea de alguns territórios siciliotas. A cunhagem púnica da Península Ibérica não traz o tipo do cavalo, que é o que nos concerne aqui. Entretanto, Aníbal vai bater moedas tanto na Sicília quanto na Itália com o tipo do cavalo. Da oficina dos exércitos púnicos na Itália e na Sicília, no final do século III a.C., temos peças em bronze e em prata (Acquaro 1989: 46, 121-123) que trazem uma miscelânea dos tipos apresentados até agora e também algumas novidades. Para as peças com anverso composto pela cabeça de Coré, temos como reverso: cavalo parado em frente de uma palmeira; prótomo de cavalo; cavalo parado com disco solar com *uraeus cobra* no alto. As novidades figurativas de anverso são a cabeça masculina imberbe, com cavalo galopando, rodeado por coroa de folhas, letra púnica embaixo da barriga, no reverso; e a cabeça feminina velada no anverso,

(29) Algumas dessas peças, como as de prata com cavalo parado em frente a uma palmeira, avançam até 221 a.C.



2 – Didracma de prata – Oficina de Cartago – início do século III a.C. – 7,57 g (Acquaro 1989: 41 n.27) (x 3,4).



8 – Eletro – Oficina de Cartago – c.310-290 a.C. – 7,45 g (Acquaro 1989: 93 n.164) (x 3,7).

peças em bilhão (Acquaro 1989: 124) que trazem mais uma vez a cabeça de Coré no anverso e o cavalo parado, olhando para trás e com a pata dianteira direita levantada no reverso.

Ensaio de interpretação

Como pudemos visualizar pelos dados apresentados acima, o motivo iconográfico do cavalo, juntamente com a palmeira e a cabeça feminina (na maioria das vezes lida como Coré), é a imagem mais utilizada na cunhagem púnica ao longo de toda sua história monetária, isto é, do final do século V a.C., quando inicia sua cunhagem, até a sua destruição final, nas mãos dos romanos, em 146 a.C. Ao contrário da palmeira e da deusa, no entanto, o cavalo aparece sempre como tipo principal do reverso.³⁰

Em uma rápida recapitulação, vimos que ele é representado de variadas formas: por inteiro, onde pode estar parado, galopando, empinando,

com cavalo galopando, ramo de palmeira e letras púnicas embaixo da barriga, no reverso, ou com cavalo galopando com coroa e letras púnicas no alto.

Perdida a IIª Guerra Púnica, Cartago ainda emite, no século II a.C., antes da destruição de 146 a.C.,

(30) Foram excluídos de nossa compilação alguns tipos, como a cabeça feminina velada, que na cunhagem púnica não aparece acompanhada do cavalo no reverso, e sim, do leão, mas que faz parte de emissões pontuais; e também não foi efetuado um maior detalhamento dos tipos secundários, apenas mencionados.



5 – 1 estatér e meio de ouro – Oficina de Cartago – c.270-260 a.C. – 12,48 g (Jenkins 1972: 268 n. 640) (x 2,9).

6 – Estatér de eletro – Oficina de Cartago – c.260-240 a.C. – 10,88 g (Jenkins 1972: 268 n.639) (x 3,2).

com a cabeça voltada para trás e/ou dando um passo com uma das patas dianteiras; e apenas a cabeça/prótomo do animal, neste caso, na maioria das vezes, dentro da mesma concepção estética que rege a representação das cabeças humanas (vide ns. 4 e 7).

De uma maneira geral, e em consequência do problema apontado anteriormente, isto é, da análise de uma documentação com origem oriental sendo feita unicamente baseada em dados greco-latinos (cf. nota 8), a interpretação mais comum desta imagem utiliza, como base de estudo, o relato lendário da fundação de Cartago, que nos foi apresentada pela historiografia greco-latina. Justino (XVIII, V, 15-16) é a fonte textual que registra o relato mais completo: “Ao se cavar, então, nos fala ele, encontramos uma cabeça de boi; foi um presságio de terra fértil, mas de uma cidade trabalhadeira e sem descanso de escravos. Assim, eles levam a cidade para um outro local. Lá, fazemos também uma descoberta, a de uma cabeça de cavalo, significando um povo guerreiro e poderoso: sobre esse auspício a cidade foi fundada”

A partir da idéia de poder e beligerância trazida pela imagem do cavalo que o texto revela, acreditou-se, então, que este animal havia sido es-

colhido como símbolo da cidade e por isso teria sido tão empregado na iconografia monetária (Jenkins & Lewis 1963: 12).

Apesar de esta interpretação ser defendida por pesquisadores tão conceituados quanto Kenneth Jenkins, por muitos anos curador chefe do setor de numismática do Museu Britânico, ela vai contra nossa proposta de análise geral da civilização púnica, apresentada na introdução desse trabalho. Mais uma vez não se trata de, forçosamente, inverter a ordem das coisas, mas sim, de procurar nas fontes, não esquecendo as semíticas, pistas que possam apontar novos caminhos ou confirmar os já traçados e aceitos. O numismata Jean Bayet, em seu artigo “L’Omen du cheval” (Bayet 1941), procura demonstrar o caminho inverso. Isto é, os relatos greco-latinos teriam se inspirado na imagística monetária púnica para incluir na descrição da lenda a cabeça de cavalo significando força guerreira.

Seu estudo é feito a partir da análise iconográfica das moedas púnicas que trazem como figura de reverso o cavalo, que arrolamos acima, e também, com base em um trecho da Eneida, de Virgílio (441-445), no qual uma determinada frase – *caput acris equi* – é interpretada por ele como “cavalo prestes a morder” (Bayet 1941: 176). Bayet faz menção especial

dos desenhos das cabeças de cavalo, que aparecem especialmente em algumas das emissões dos tetradracmas, e que mostram o animal em “movimento”, prestes a morder (ns. 4 e 7). Esta mesma ação é detectada, também, desde os primeiros bronzes púnicos anepígrafos, datados da metade do século IV a.C., que têm como figura de reverso cavalos “livres”, ou seja, empinando ou galopando (n. 3). Por outro lado, as moedas cunhadas nas oficinas de Cartago trazem sempre o cavalo por inteiro (jamais apenas a cabeça) e quase nunca em movimento. No entanto, quando o fazem, novamente vemos o cavalo em posição ameaçadora, como nas peças em que ele, por inteiro, aparece com a cabeça voltada para trás, muitas vezes dando um passo, como se estivesse pronto a atacar (n. 5).

Se analisarmos as oficinas de cunhagem das peças acima mencionadas, veremos que a maioria foi emitida na Sicília, inseridas no contexto de disputa territorial e paga dos mercenários dos exércitos cartagineses. Seria valendo-se delas – primeiras moedas batidas por Cartago – que a figura do cavalo, como tipo monetário púnico, adquire seu significado.

Particularmente os retratos dos cavalos em algumas destas moedas, sempre em 3/4 de perfil e em movimento – arreganhando os dentes –, só tiveram sua execução possível a partir da “evolução” nas técnicas da escultura que ocorre no período helenístico; período de datação destas peças século-púnicas em especial.

Ao incluir em nossa análise as legendas que estes tetradracmas trazem, significando os locais de cunhagem (“campo/exército”) e quem as emite (“as pessoas do acampamento militar/os eleitos de Melqart/os controladores financeiros”),³¹ fica definido o caráter militar e o contexto específico de emissão destas peças. Ao aliarmos o contexto de emissão com a leitura dos textos mencionados acima e com a análise das próprias imagens do cavalo, a idéia de uma intenção, por parte de Cartago, de transmitir simbolicamente seu poder guerreiro, e portanto, sua alta capacidade de se sair vitoriosa nos embates, dificilmente pode ser negada. Em algumas destas representações, os reversos trazem como tipo secundário pequenas Nikés que coram os cavalos (n. 1).

(31) Respectivamente, MHNT e ‘MMHNT e MHSBM. Para maiores informações acerca da epigrafia monetária púnica, ver Acquaro 1974.

Ao lado da palmeira, árvore encontrada no norte da África, o cavalo sempre foi considerado como o tipo monetário representativo de Cartago nas moedas da capital africana, em contraponto à figura da deusa feminina, desenhada com os mesmos traços das moedas gregas de Siracusa. No entanto, baseado apenas nos dados acima, será possível ir além e considerar o cavalo como verdadeiro símbolo de Cartago, de maneira análoga à coruja de Atenas, por exemplo?

De modo geral, esse ponto é assumido pela maioria dos numismatas que tratam do assunto. O interessante da posição de Bayet é a argumentação que ele apresenta: o cavalo foi escolhido como símbolo de Cartago, para passar a imagem de cidade guerreira e vitoriosa no seus contatos com os gregos, e foi uma escolha tão bem sucedida, como pode ser visto pelas imagens da iconografia monetária, que a lenda em torno da fundação de Cartago surgiu tomando-se por base essas imagens, e não o contrário, como normalmente se considera.

Assim, Timeu, que morre em Siracusa em c.260 a.C., e é a fonte de Justino, teria pego o relato local para escrever sua obra. Retomando, a história bélica da cidade africana, o imaginário dos cavalos furiosos nos reversos (tanto apenas a cabeça como também por inteiro) teria levado o mundo greco-romano à concepção greco-latina do cavalo como símbolo de fundação de Cartago, presságio do caráter conquistador da colônia fenícia.

Apesar de partir de um texto latino, a Eneida, Bayet segue a teoria de pesquisa traçada por Szyner, e que apresentamos no início de nosso texto, muito antes de este a ter levantado como necessária para o bom entendimento da história cartaginesa. Assim, ele volta-se para o Oriente, à procura de elementos que possam subsidiar a escolha do cavalo por parte dos cartagineses.³²

Entendendo-se, pois, o cavalo como tipo escolhido para passar uma mensagem específica, de força e beligerância da cidade, algumas hipóteses para as origens do tipo foram levantadas por Bayet.

(32) Nos exércitos cartagineses a habilidade da cavalaria nômada, isto é, de um povo estrangeiro que servia a Cartago, era não só famosa mas também muito temida. No entanto, ele entra em ação apenas a partir da Iª Guerra Púnica. Ou seja, muito após o cavalo ter surgido como tipo monetário principal na cunhagem púnica.

Uma das mais utilizadas (Ferron 1961: 41 e Trell 1984: 121) apresenta o cavalo como elemento essencial de um culto solar, culto este difundido no mundo semítico. A divindade Sêd é identificada como o deus-solar de Tiro e de Cartago. De fato, uma variedade de símbolos solares, de tempos em tempos, entram na composição iconográfica das moedas púnicas. Deste modo, assim como a coruja de Atenas é um dos atributos de Atena, patrona da cidade grega, o cavalo seria um dos atributos de Sêd. Esta teoria seria reforçada pelo uso concomitante, em algumas emissões, dos símbolos do culto solar mencionados acima, já que, à falta de textos que mencionem esta ligação, somente nos resta a própria iconografia monetária emitida por Cartago em suas oficinas. Estas moedas trazem, como vimos, glóbulos radiados por *uraeus cobra* (que são protetores das divindades egípcias) ou um disco solar com longos raios, ou ainda uma pequena estrela ou um crescente lunar em frente ao cavalo, este com a cabeça voltada para trás, ou então, junto à cabeça do cavalo (ns. 2 e 6). A estrela poderia representar a estrela da manhã, em contraposição ao sol, assim, o cavalo seria o símbolo desse sol, representando o deus solar.

No entanto, este tipo de ligação apresenta alguns problemas. Primeiramente, não é a cabeça de Sêd que aparece nos aversos das moedas cartaginesas. A própria identificação desse deus como patrono da cidade, ou mesmo como divindade de relevo, não é confirmada. É verdade que alguns autores, entre eles o renomado Stéphane Gsell, acreditam que Sêd e Baal-Hammon, divindade a quem a imensa maioria das inscrições votivas cartaginesas são dedicadas, são equivalentes (Bayet 1941: 182-183). Entretanto, o próprio Baal-Hammon não pode ser considerado o patrono de Cartago. Nas próprias inscrições em que é nomeado, ele aparece em segundo lugar, após a referência à deusa Tanit Pene Baal, que seria seu par. Assim, apesar de ser uma teoria interessante, os dados arqueológicos e epigráficos de Cartago não a confirmam.

Mantendo-se na análise do Oriente, Bayet apresenta, também, a possibilidade de o cavalo ter sido adotado com base em um conceito de força, ferocidade e rapidez que este animal possui entre os povos orientais (semitas, assírios e filisteus). Através da análise do texto bíblico é possível recuperar a importância do cavalo para as populações semíticas. Ele teria um caráter de força, rapidez e ardor nos combates (Cheyne & Sutherland 1901, *apud* Bayet 1941: 182).

Assim, temos o cavalo de guerra dos assírios e dos filisteus (Livro de Jó, XXXIX, 18, 26 = com os dentes arreganhados e as narinas abertas). Contudo, Bayet afirma preferir uma explicação que busque identificar, em primeira instância, a adoção do tipo do cavalo entre os cartagineses a partir do viés religioso (Bayet 1941: 184).³³

No entanto, a teoria que liga o cavalo à imagem de força guerreira, no meu entender, é a que mais se adequa às questões que foram aqui apresentadas. Portanto, apesar da importância da religião na antiguidade, à falta de dados materiais que comprovem com firmeza uma ligação entre o cavalo e os tipos secundários do sol, estrela etc.,³⁴ este animal, que não aparece comumente na iconografia geral púnica, deve ser visto como uma imagem simbolizante da força de Cartago, e até, podemos aventar a hipótese de ele ter sido escolhido para representar a cidade africana perante os outros povos com os quais manteve contato, na maioria das vezes, belicosos. Assim, é possível supor que tenha ocorrido uma revitalização de um aspecto cultural específico oriental que, em termos evolutivos, alcançou a posição de símbolo de um estado perante os povos greco-romanos.

Desta maneira, apesar de estarmos, quando do início da cunhagem púnica, às portas do período helenístico, e da evolução na escolha dos tipos monetários que irão passar, gradativamente, não mais a representar as *póleis* e sim os indivíduos governantes dos grandes estados que serão formados,³⁵ ainda devemos analisar o tipo do cavalo dentro do contexto do período clássico, quando a iconografia mo-

(33) Ele apresenta, sem demonstrar claramente, outras divindades que poderiam ter o cavalo como um de seus atributos: Posidão e Ártemis. No entanto, estas divindades não foram cultuadas em Cartago, pelo menos não encontramos dados arqueológicos que corroborem tal afirmação.

(34) É mais aceitável a ligação deste símbolos com Tanit, em especial quando eles aparecem juntamente, nas moedas, com o chamado "signo de Tanit" um desenho esquemático da figura humana que aparece, arqueologicamente, em contextos relacionados a essa deusa. Assim, a figura de Coré teria se assimilado a Tanit, em Cartago, e daí o seu uso nas moedas, onde, estilisticamente temos a cabeça feminina de Coré como tipo principal de averso.

(35) Com respeito ao desenvolvimento de uma mentalidade individualista durante o período helenístico ver Pollit 1986: 7-10.

netária foi usada na afirmação política da autonomia da cidade-estado. Por outro lado, não devemos menosprezar a força dessa evolução que se anuncia já no início do século IV a.C., e que os próprios cartagineses vão assimilar ao reproduzirem o tipo monetário com a figura de Hércules que aparece pela primeira vez na cunhagem de Alexandre o Grande, ou ao imprimir as imagens do prótomo de cavalo em 3/4. Ou seja, a sagacidade cartaginesa e o seu pleno entendimento das possibilidades de uso propagandístico da cunhagem não podem ser negados. Eles vão cunhar utilizando-se de imagens gregas (Coré e Hércules) aliadas a outras, orientais e africanas: o próprio cavalo como símbolo cartaginês máximo, mas também a palmeira e os pequenos símbolos religiosos, entre outros. Além disso, temos aliadas a essas imagens legendas em púnico que, mesmo que não inteligíveis para a população grega da Sicília, representam uma marca cultural muito forte, de um povo que se nega a esquecer seu passado oriental.³⁶

dístico da cunhagem não podem ser negados. Eles vão cunhar utilizando-se de imagens gregas (Coré e Hércules) aliadas a outras, orientais e africanas: o próprio cavalo como símbolo cartaginês máximo, mas também a palmeira e os pequenos símbolos religiosos, entre outros. Além disso, temos aliadas a essas imagens legendas em púnico que, mesmo que não inteligíveis para a população grega da Sicília, representam uma marca cultural muito forte, de um povo que se nega a esquecer seu passado oriental.³⁶

KORMIKIARI, M.C.N. The horse in Punic coins: an essay of interpretation. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 111-125, 1999.

ABSTRACT: The image of the horse is one of the main iconographic representations printed in the coins issued by Carthage through the three centuries in which the North-African capital possessed its own coinage. Despite the apparent simplicity of the image, a more accurate analysis, methodologically different from the one usually employed, allows new explicative approaches of the type. In this work we present a reading and an interpretation proposal which escape the ones traditionally used.

UNITERMS: Monetary iconography – Carthage – Phoenicia – Horse.

(36) Pode-se argumentar que as moedas púnicas não entraram ativamente em circulação nas cidades gregas. De fato, a circulação monetária dessas peças na Sicília concentra-se na parte ocidental, isto é, púnica da ilha. No entanto, também são encontradas em cidades siciliotas gregas como Selinonte, Himera, Agrigento, Morgantina e Siracusa, demonstrando que não foram excluídas desse meio.

Referências bibliográficas

- ACQUARO, E.
1971 Sulla lettura di un tipo monetale punico. *Rivista Italiana di Numismatica*, 19: 25-30.
1974 Note di epigrafia monetale punica I. *Rivista Italiana di Numismatica*, 22, série V, LXXVI: 77-82.
1975 Problematica e prospettive degli studi di numismatica punica. *NAC Quaderni Ticinesi*, IV: 97-100.
1983/ Su I 'ritratti barcidi' delle monete puniche. *Rivista Storica dell'Antichità*, XIII-XIV, Bologna: 86-85.
1987 *Cartagine: un impero sul Mediterraneo*. Roma: Club del libro Fratelli Melita, Archeologia, 7, 2ª ed.
1988 Il tempio nella precolonizzazione fenicia. *Momenti precoloniale nel Mediterraneo Antico*. Roma: 187-189.
- ACQUARO, E. (Org.)
1989 *Monete Puniche nelle Collezioni Italiane*, parte I e II, Bollettino di Numismatica. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, Libreria dello Stato, Monografia 6.1.
- BAYET, J.
1941 L'Omen du cheval. *Revue des Études Latines*, XIX: 166-197.
- CHEYNE, T.K.; SUTHERLAND, J.
1901 *Encyclopaedia Biblica*, II, Londres, v. cavalo (apud Bayet, 1941:181)
- FERRON, J.
1961 Le caractère solaire du dieu de Carthage. *Africa*, I.
- HOURS-MIÉDAN, M.
1982 *Carthage*. Paris.
- JENKINS, G. K.
1971 Coins of Punic Sicily. *Revue Suisse de Numismatique*, parte I, 50.
1972 *Ancient Greek Coins*. Londres: Barie & Jenkins.
1974 Coins of Punic Sicily. *Revue Suisse de Numismatique*, parte II, 53.
1978 Coins of Punic Sicily. *Revue Suisse de Numismatique*, parte IV, 57.
- JENKINS, G.K.; LEWIS, R.B.
1963 Carthaginian Gold and Electrum Coins. *Revue Suisse de Numismatique*, publicação especial n.2, Londres.
- JIDEJIAN, N.
s/d Lebanon, its Gods, Legends and Myths. Illustrated by Coins. Lebanon: Imprimerie Catholique sal Araya, Bank Audi-USA.
- KORMIKIARI, M.C.
1994 *Moedas púnicas no Mediterrâneo ocidental: o processo de aculturação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH, USP.
- MANFREDI, L.I. et alii
1991 *Le monete puniche in Italia*. Roma, Libreria dello Stato.
- MILDENBERG, L.
1989 Punic Coinage on the Eve of the First War against Rome. A Reconsideration. *Punic Wars, OLA 33*, Louvain.
- MOSCATI, S.
1974 Interazioni culturali nel mondo fenicio. *Rivista di Studi Fenici*, 2: 1-9.
1988 Fenicio o punico o cartaginese. *Rivista di Studi Fenici*, XVI: 3-13.
- MOSCATI, S.; BONDÌ, S.F.
1986 *Italia Punica*. Milão: Rusconi.
- PICARD, C.
1981 Demeter et Kore à Carthage – Problèmes d'Iconographie. *Kokalos*, 28-29.
- POLÍBIO
1971 *Histoires*, livre III, tradução de Jules de Foucault. Paris: Les Belles Lettres.
- POLLIT, J.J.
1986 *Art in the Hellenistic Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SZNYCER, M.
1991 Carthage et la civilisation punique. C. Nicolet (Org.) *Rome et la conquête méditerranéenne*. Vol. 2. Genèse d'un empire, Nouvelle Clío, l'histoire et ses problèmes, Paris: PUF.
- TRELL, B.
1984 The Coins of the Phoenician World – East and West. *Ancient Coins of the Graeco-Roman World, The Nickle Numismatics Papers*.
- TUSA CUTRONI, A.
1983 Recenti soluzioni e nuovi problemi sulla monetazione punica della Sicilia. *Rivista di Studi Fenici*, XI: 37-42.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 1999.

FONTES MATERIAIS E FONTES ESCRITAS: ESTUDO DE CASO DA *HISTÓRIA DE ROMA* DE TITO LÍVIO*

Lucia Cutro**

CUTRO, L. Fontes materiais e fontes escritas: estudo de caso da *História de Roma* de Tito Lívio. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 9: 127-141, 1999.

RESUMO: O presente artigo traça um paralelo entre a questão da interpretação das fontes materiais e das fontes escritas a partir da análise da *História de Roma* de Tito Lívio, a fim de demonstrar que estas últimas, embora forneçam a impressão de que sua interpretação é menos problemática e mais imediata, apresentam problemas de interpretação em virtude da sua manipulação e deturpação.

UNITERMOS: Fontes – Tito Lívio – História de Roma.

Introdução: relações e problemas entre fontes materiais e fontes escritas

Ao trabalharem com fontes materiais, os arqueólogos deparam com o problema da interpretação. Em contrapartida, o trabalho com fontes escritas pode fornecer-lhes a impressão de que sua interpretação é menos problemática e mais imediata. Veja-se, por exemplo, como ponto de encontro entre fontes textuais e vestígios materiais a epigrafia: apresenta as características de um texto escrito (está grafado sobre um suporte, pode ser lido e copiado, tal como um livro ou manuscrito) e as características arqueológicas (foi encontrado num determinado local, tem forma particular, eventual função arquitetônica e, muitas vezes, é portador

de uma simbologia que pode informar mais que um texto).

Percebe-se que, à primeira vista, as fontes textuais apresentam-se mais homogêneas que as informações arqueológicas, pois, as primeiras, se situam no nível da linguagem, aparentando deixar claro o que querem dizer, ao passo que as segundas contêm informações virtuais que necessitam ser decodificadas e traduzidas para um enunciado verbal. Existem como documentos somente pela formulação, ou seja, “a etapa intermediária de enunciação verbal que intervém no tratamento dos dados arqueológicos para fazê-los existir como documentos cria um deslocamento entre eles e os textos: um e outro não se situam no mesmo grau de abstração” (Bruneau 1974: 34). Além disso, o terreno arqueológico resulta de um jogo conjunto da fabricação humana (atos humanos), instaurador de um sistema técnico, somado aos fatores naturais que destroem tal sistema. É uma estrutura mas não é estruturante, fato que é uma característica essencial da linguagem e, portanto, “informações textuais e vestígios materiais são duplamente heterogêneos: atrelados a níveis diferentes de abstração.

(*) Este artigo é parte do trabalho final do curso de pós-graduação “Arqueologia e Religião: questões de método e estudos de caso”, ministrado pela Profa. Dra. Elaine Farias Veloso Hirata (MAE) no segundo semestre de 1998.

(**) Pós-graduanda em História Social, Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Não são de natureza idêntica e apresentam entre eles somente analogias” segundo Bruneau (1974: 35).

Considerando a questão das fontes escritas, pode-se dizer que a linguagem em que se apresentam é apropriada à narração e à explicação dos motivos e das suas intenções. Os textos têm um papel fundamental: os acontecimentos estão lá relatados, os procedimentos e as necessidades às quais eles respondem estão lá indicados, assim como lá está atestada a existência de objetos materiais percebíveis e, por isso, não apreensível à Arqueologia, mas cuja realidade pode trazer muito à interpretação.

Verifica-se que nas últimas décadas, o desenvolvimento considerável da pesquisa arqueológica sobre um mundo tradicionalmente conhecido através dos textos convida ao exame das relações entre estes dois modos de informação.

A relação entre textos e vestígios arqueológicos pode ser analisada na qualidade de “modelos de informação” Bruneau (1974: 35) expressa sua opinião sobre o papel dos textos com relação à Arqueologia na seguinte afirmação: “os textos não intervêm nas etapas de escavação, classificação e datação do material... intervêm na última etapa da Arqueologia e seu fim último: a interpretação, operação pela qual o arqueólogo abstrai dos vestígios materiais as informações que contribuem para o conhecimento da cultura que está em questão”. portanto, “é na teoria geral da interpretação que se pode reconhecer a contribuição dos textos na pesquisa arqueológica” (1974: 35-36).

No entanto, existem outros posicionamentos: para alguns, a Arqueologia torna-se um substituto da informação textual faltosa ou lacunar. É a concepção que subentende a idéia que a História – definida pelo seu caráter de informação e não pelo seu objeto – começa a partir do momento em que existem textos; antes disso existe apenas a Arqueologia e, daí a sua utilidade. Este é o posicionamento de Finley, para o qual a “contribuição da Arqueologia para a História é, grosso modo, inversamente proporcional à quantidade e qualidade das fontes escritas disponíveis” (1989: 96). Ela presta-se a confirmar o que os historiadores antigos escreveram e, neste ponto, Finley encontra uma finalidade para a Arqueologia: “Se muitas vezes ocorre que a utilidade da Arqueologia para a História cresce com o aumento da documentação, é também verdade que certos tipos de documentação tornam a Arqueologia mais ou menos desnecessária. Se tivéssemos colocado a questão de Acragas para a Idade Média,

teríamos encontrado a resposta nos registros papais e diocesanos” (1989: 104-105), ou seja, quanto mais abundantes as informações textuais, menos útil é a Arqueologia. Para outros, quando os textos são numerosos (caso da História Grega e Romana), a Arqueologia aparece muitas vezes como uma simples ilustração de fatos previamente conhecidos. “Nesta Arqueologia de ilustração os fatos sociológicos saídos dos objetos não têm chance de diferir dos que serviram para interpretá-los. A maior parte dos dados arqueológicos deve ser inserida na problemática histórica limitada àquela que subentende a informação textual; a maior parte está arriscada de aparecer como desprovida de importância histórica ou ligada a atribuir à descoberta arqueológica os *acontecimentos históricos*” (Bruneau 1974: 40), portanto neste caso, a Arqueologia complementa os dados textuais ou retifica-os.

Entretanto, esta hierarquia muitas vezes admitida entre textos e vestígios materiais tende a se modificar à medida que se percebe que os textos expressam uma compreensão incompleta e subjetiva do que está contido nos vestígios arqueológicos. Também no caso de uma contradição entre informação textual e informação arqueológica, a segunda tem toda chance de ser mais digna de crença que a primeira. Detectando nos objetos as informações que escapam à consciência dos usuários, não aparece mais como uma ilustração nem como substituto da informação inexistente ou complemento da informação lacunar.

No estudo da História Antiga é costumeiro o questionamento acerca da autenticidade do material textual disponível. No século XIX e início do século XX, os positivistas, tal como Fustel de Coulanges na sua obra *La Monarchie franque* (1888), compartilhavam do seguinte preceito: “a leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos” (Le Goff 1990: 536). Desta crença desmesurada dos positivistas que preconizavam uma indubitável verdade transmitida pelos documentos textuais, passou-se à hipercrítica dos mesmos que nega a credibilidade em toda a tradição textual e historiográfica antiga. “Ancorada em reconstruções sistemáticas e contraditórias que, conseqüentemente desmoronavam uma atrás da outra, a hipercrítica, diante do fracasso de teorias

amiúde artificiais que provavam ser mais a imaginação de seus autores que fruto natural da investigação histórica” (Heurgon 1982: 279-280), foi sendo muitas vezes derrubada pelas descobertas arqueológicas, tal como demonstraram A. Alföldi em sua obra *Early Rome and the Latins* (1965) ao confirmar o relato liviano sobre o caráter cultural romano e latino e a etruscanização de Roma a partir da Arqueologia e F. Castagnoli em *Topografia romana e tradizione storiografica su Roma Arcaica* que, ao cruzar dados arqueológicos de templos romanos com a narrativa liviana, confirmou as datas fornecidas por Tito Lívio.

Entre estas duas posições opostas (hipocrítica e hiper-crítica, respectivamente) encontrou-se uma via intermediária. Hoje as fontes textuais são analisadas considerando-se que “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado... O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente” (Le Goff 1990: 547-48).

Com base na afirmação de Le Goff, pode-se depreender que em hipótese alguma as fontes textuais apresentam-se imediatas, transparentes e verdadeiras, muito pelo contrário. Elas representam o imaginário da sociedade à qual pertenceram, a mentalidade da época em que foram compostas, são a prova da subjetividade de quem as registrou, são o campo de batalha dos contrastes sociais, estão sempre predispostas a divulgar um preceito e, a cada vez que são reutilizadas, podem ter seu significado deturpado ou simplesmente utilizado em favor de outros interesses. Nesta perspectiva, pode-se enquadrar e analisar a obra de Tito Lívio – *História de Roma* (em especial o Prefácio e os livros VI ao X) – como um estudo de caso dos problemas apresentados pelas fontes textuais.

Estudo de caso da Históriade Roma de Tito Lívio

A escrita histórica no mundo antigo

Antes de se analisarem os métodos historiográficos de um historiador antigo, o propósito da

sua obra e as fontes que utilizou, é preciso considerar a natureza da própria escrita histórica antiga.

A historiografia romana nasceu com dois autores de *Annales* em língua grega, *Fabius Pictor* e *Cincius Alimentus*, cujos fragmentos que chegaram a nossa época demonstram que estes autores se ativeram a questões de cunho político e bélico, além de ter sido conferida uma atenção especial para aspectos da vida religiosa e cotidiana. As suas obras seguiam a base analística, ou seja, registravam os fatos espelhando o esquema cronístico, narrado ano a ano. O pontífice máximo desde tempos muito antigos (supõe-se que do início do século IV a.C. ou talvez da metade do V a.C.) anotava na *tabula dealbata*, ao fim de cada ano, os fatos ocorridos que julgava mais importantes, tais como o início do consulado com o nome dos magistrados, operações militares, leis aprovadas pelos comícios, decretos do Senado, consagração de templos, prodígios e outros fenômenos naturais, como eclipses solares e lunares, e os expunha ao público, seguindo uma prática muito antiga que teria sido encerrada no pontificado de *Publius Mucius Scaevola*, entre os anos de 130-114 a.C.

Os anais dos pontífices (*Annales Maximi*) forneceram o modelo e o material essencial que viria a ser a primeira escrita histórica, não somente eles, mas certamente foram a base. Outro material disponível aos primeiros historiadores era constituído da documentação também proveniente dos arquivos sacerdotais, dos templos, dos arquivos das famílias ilustres, das inscrições, dos elogios fúnebres e dos discursos políticos. Algumas passagens livianas podem dar uma idéia deste estilo (III, 6, 1 e IV, 30, 7). A grande novidade desta escrita na forma de *Annales* é que pela primeira vez traduziram sobre um plano artístico a crônica pontifícia, transformando o documento em obra literária. Para tanto, “os analistas certamente tiveram de reelaborar o material dos *Annales Maximi* a fim de torná-los historicamente inteligíveis, aplicando os princípios da composição retórica na reconstrução da história de Roma” (McDonald 1957: 156).

A historiografia romana nasceu num momento histórico muito significativo – no fim da Segunda Guerra Púnica –, um momento que prenunciava um período novo e que por esse motivo levou a repensar e a recuperar o passado. Foi a consciência do revés histórico representado pela Segunda Guerra Púnica que fez nascer o desejo de uma revisão do passado e, portanto, o nascimento da historiografia

com *Fabius Pictor* e *Cincius Alimentus*. Em seguida, desenvolveu-se em mais três períodos distintos: o segundo que corresponde ao século II a.C., ou seja, à época das conquistas orientais; o terceiro ao final do século II a.C., ou seja, à época gracana e o quarto à primeira metade do século I a.C., podendo ser definido como época silana ou pós-silana. Não é, portanto, casual que a historiografia romana nasce após a Segunda Guerra Púnica. Ela não nasceu exclusivamente devido a um simples objetivo apologético, mas sim devido a uma necessidade de estar ciente, a um desejo de identificar-se, no qual o motivo apologético tem sua importância, mas somente se visto na seguinte perspectiva: a de compreensão do próprio passado e da própria cultura num momento onde se advertem os sintomas da mudança e num momento em que se quer assegurar a identidade e a continuidade, ou seja, serem sempre os mesmos, os romanos filhos de Enéas e de Rômulo, ligados às tradições antigas e ao culto.

Neste aspecto, pode-se falar simultaneamente de uma motivação conservadora e inovadora. A conservação é evidente na própria estrutura das obras analísticas que retomaram o modelo da tábua pontifícia: conservação significa resgate, afirmação da identidade em um momento de passagem. A novidade é a transformação em obra literária das várias tradições documentais: a *tabula*, as inscrições, os tratados, os elogios fúnebres, as orações, os arquivos sacerdotais, em suma, toda a memória de Roma e das famílias mais ilustres. “Um arquivo heterogêneo, malgrado com espaços vazios ou manipulados, uma memória rica e desordenada torna-se obra literária completa” (Sacchetti 1996: 158). Imagina-se que a primeira analística tenha de ter empreendido uma completa operação de reexame e confrontação para chegar a esta síntese, e tal operação foi profundamente inovadora no sentido de que se revolveu o passado com uma postura crítica e criativa, o que não condiz com os críticos da analística romana arcaica que costumam argumentar que esta apresenta uma excessiva “economia” de detalhes. Este argumento caracteriza a historiografia latina desde o seu surgimento, mas a narração, desenvolvida através do esquema anual, não deveria ser assim restrita e privada de espírito crítico. Pelo contrário, a adoção do esquema analítico parece testemunhar uma profunda ligação com a vida política de Roma, com suas dinâmicas internas. Quando muito, o caráter restrito da analística arcaica pode ser verdadeiro no plano estilístico,

mas relativo no plano do conteúdo. Os historiadores antigos escreviam – no viés analítico – sobre diversos fatos, sobretudo escreviam por uma exigência crítica, reflexiva, não pelo gosto vazio de reproduzir as tábuas pontifícias. Portanto, o argumento acerca da “economia” da analística arcaica deve ser reconsiderado e modificado.

A historiografia nasceu por uma necessidade de compreensão do próprio ambiente. Nasceu de um contexto problemático que se propunha interpretar em vista das novidades presentes. Não pôde, portanto, ser uma exposição “econômica” e esquemática pois não nasceu como exercício compilativo de eruditos distantes do mundo, mas sim como reflexão sobre a realidade política da parte de escritores que foram políticos, logo, como indagação aberta, também ideologicamente orientada.

No final do século II a.C., ou seja, a época gracana, momento delicado da vida político-institucional de Roma, a historiografia interpretou a exigência da mudança articulando-se em mais estruturas. Continuou no viés analítico e gerou duas técnicas novas: a monografia (voltada para um só assunto, às vezes referente ao passado) e a *historia* (narração contínua de vários assuntos, tal como a analística e sempre referentes à época mais próxima do autor, como uma espécie de “parte final” mais aprofundada de uma tradicional obra analística).

A historiografia pós-silana representada por *Claudius Quadrigarius*, *Valerius Antias*, *Licinius Macer* e *Aelius Tubero*, após os experimentalismos da geração precedente, dedicou à história contemporânea um espaço maior, mas manteve a estrutura analística. “Nesta postura conservadora, a analística se delineou como a forma republicana por excelência, a forma antiga da boa ordem antiga que se procura manter viva e que, em seguida, em Tito Lívio e sobretudo em Tácito, será evocada com nostalgia. Me parece que no momento mais crítico para a República, a estrutura analística – sua expressão mais direta – assumiu um significado ideológico e sentimental, destinado a caracterizá-la no futuro” (Sacchetti 1996: 166). Ocorreu uma combinação do antigo e do novo (analística e história contemporânea, respectivamente): a narração anual foi integrada, enriquecida, tornou-se uma narrativa mais articulada. É este o experimento em que Tito Lívio se baseará para realizar sua vasta obra: um entrecruzar de vários planos narrativos, de relato analítico e episódico – “epopéia de um povo e galeria de retratos” (Sacchetti 1996: 167).

Os primeiros analistas não dispunham de documentação pontifícia anterior à metade do século V a.C. e isto deixou à margem os séculos VI-V a.C., mas se por um lado o período régio podia ser enriquecido com relatos lendários, o primeiro período republicano, ou seja, o fim do século VI a.C. e a primeira metade do século V a.C. permaneceu descoberto. A partir da metade do século V a.C., a crônica pontifícia talvez existisse, mas no início do século IV a.C. o incêndio do Capitólio durante a ocupação gaulesa determinou a perda da documentação ou pelo menos, seu drástico empobrecimento. Portanto, por todo o período compreendido entre o fim do século VI e início do IV a.C., a documentação que os analistas dispunham era escassa, seja porque a crônica pontifícia não existia, seja porque a primeira parte desta foi destruída. Os acontecimentos deste período provavelmente foram reconstituídos pelos analistas e esta história foi narrada de maneira sintética, resumida.

Se configurou, assim, para as obras históricas mais antigas, um andamento tripartido no qual se sucederam três modos diferentes de narrar: uma primeira parte lendária sobre as origens míticas da cidade, que se estendia à época régia e compreendia os relatos sobre os reis, as lendas sobre as primeiras relações de Roma com os vizinhos etc.; uma seção propriamente mais histórica, que compreendia o período do fim do século VI a.C. até a primeira metade do século IV a.C., embora sintética, desenvolvida de forma contínua e não fracionada em unidades anuais e, finalmente, a própria e verdadeira narrativa analística da segunda metade do século IV a.C., mais extensa e detalhada à medida que se aproximava da época do autor que a compunha. Portanto, o esquema tripartido foi consequência de uma situação documentária, foi um método de composição que, enfim, também se transformou na idéia que os romanos tinham da própria história, como Tito Lívio evidencia no Prefácio:¹ o assunto é exposto primeiramente em um sumário de *primae origines*, a lenda anterior à funda-

ção e à própria fundação; *proxima originibus*, as épocas imediatamente sucessivas, a monarquia; *haec noua*, a época da ascensão de Roma, o percurso histórico de fato.

A analística silana ou pós-silana assumiu, dentre os seus cânones, as influências da monografia e da *historia*: de um lado a necessidade de compreender e isolar episodicamente o passado ao redor de eventos particularmente significativos e figuras importantes, de modo a interpretá-lo e descobrir o significado das vicissitudes precedentes e sucessivas – aquele significado que a trama analística, com todas as suas interrupções e a rigidez da unidade narrativa anual, talvez impedia de colher – do outro lado, a necessidade de analisar o presente, de “imersão” no próprio tempo cuja narrativa analística, com todas as suas minúcias documentárias, com as suas obrigações formais e sua longa segmentação, relegava esta análise à parte conclusiva, talvez deixando-a à sombra, como apêndice, a última entre várias subseqüentes. A monografia é a compreensão do passado e refere-se a um evento concluído; as *historiae* são a busca de uma correspondência com o presente e referem-se a eventos atuais, a uma história aberta. Esta é talvez uma definição apropriada da obra de Tito Lívio. A grande extensão da obra liviana (142 livros) pode ser o resultado desta integração de técnicas, da presença da narrativa monotemática no interior da elencação anual, a qual enriqueceu a obra de episódios e de figuras proeminentes, dilatando-a. Outra impressão é que tal fusão realizada por Tito Lívio, com consciência crítica, tenha sido preparada pela analística silana, uma analística revista e correta à luz dos novos gêneros e, em particular de *Valerius Antias*, o qual escreveu 75 livros e que Lívio utilizou muitíssimo como fonte, não tanto por consideração, visto que contesta seus dados sobre o número de inimigos derrotados, a quantidade de butim etc., mas por uma simpatia para com sua técnica de composição.

A impressão é que da analística arcaica articularam-se, num dado momento, os três gêneros e que a própria historiografia tornou-se, pois, com a consciência crítica de Tito Lívio, a combinação das três estruturas (anais, história e monografia). Lívio realizou a fusão entre a técnica monográfica e o relato contínuo, de ascendência analística. Desta forma, a historiografia arcaica encontrou a sua continuação em Lívio. É ele que “realiza na prática uma síntese completa da obra dos analistas” (Grimal 1994: 70).

(1) Pref. 4: Estou seguro que a maioria dos leitores pouco gostarão do relato das origens e dos acontecimentos que vêm imediatamente depois e terão pressa de chegar à época em que as forças de um povo tentaram se destruir (...*legentium plerisque haud dubito quin primae origines proximaque originibus minus praebitura uoluptatis sint, festinantibus ad haec noua quibus iam pridem praeualentis populi uires se ipsae conficiunt.*).

Plano da obra e época de composição

Tito Lívio nasceu provavelmente em 59 a.C. em Pádua e faleceu em 17 d.C. no mesmo local, vivendo certo tempo em Roma. Foi o primeiro historiador latino que não pertencia à aristocracia senatorial. Escreveu durante grande parte da sua vida, pois compôs uma obra imensa (*Ab Urbe Condita*) de 142 livros que compreendem o período desde a chegada de Enéias à Itália até a morte de Druso, irmão de Tibério, em 9 a.C., mas somente uma parte chegou aos dias atuais (trinta e cinco livros).

Os estudiosos da obra liviana discutem a estruturação da mesma em décadas ou grupos de cinco livros. Para Walsh, Tito Lívio divide sua obra das duas formas. Segundo ele, o princípio da divisão a partir dos livros LI-LX é dado pela política interna do Império Romano, ou seja, “retrata os estágios do colapso moral que Tito Lívio sublinha no Prefácio (§ 9) ... o qual está de acordo com a divisão em décadas” (Walsh 1974: 9).² Segundo Syme (1988), os primeiros cinco livros constituem um grupo definido e distinto devido à presença de um novo prefácio no livro VI (VI, 1, 1-2). Os livros VI ao XV formariam uma década sob o argumento do renascimento de Roma após a catástrofe gálica e a conquista da Itália, portanto, “se Tito Lívio iniciou seu trabalho tendo em mente a subdivisão em décadas, esta rompeu-se sob a pressão do assunto” (Syme 1988: 11).

Para Bayet, “Lívio não faz menção a uma divisão da obra, o que não quer dizer que não teve, sobretudo no começo do seu trabalho, uma preferência para os grupos de cinco ou dez livros... Não somente os grupos, mas os próprios livros são desi-

guais... o número de anos em cada um oscila de quarenta e quatro a quinze anos, depois (a partir das Guerras Púnicas) entre três anos e quatro meses a oito meses” (Bayet 1947: XV-XVI). Segundo Luce, “a unidade estrutural básica de Tito Lívio foi o grupo de cinco livros ... Algumas vezes isso pôde se manter quase que independentemente (livros I-V, por exemplo) e às vezes um par de grupos de cinco livros formavam uma unidade (livros VI-XV e XXI-XXX)” (1993: 6).

Segundo Oakley, Lívio tanto pôde ter observado a divisão por décadas como por grupo de cinco livros, pois “a estrutura interpretativa e a base artística do trabalho de Lívio foi dada pela própria estrutura histórica, isto é, o modo pelo qual os eventos da história de Roma foram moldados dentro dos blocos de livros, cada um com seu próprio tema dominante” (Oakley 1997: 111). Não somente a estruturação da obra foi conduzida pelo assunto mas também o seu estilo, uma vez que Lívio usava de poeticismos e arcaísmos para aproximar seu leitor do clima da época que relatava. Portanto, o que se pode constatar é a presença de um tema central em cada livro e a existência de pontos decisivos para iniciar e encerrar os grupos, sejam eles em décadas ou não.

Ao se considerar o estilo e a organização detalhada do conjunto da narrativa liviana é preciso observar de antemão três aspectos de sua técnica: o caráter moralizante e o desejo de instruir da obra, expresso por intermédio dos *exempla*; a inserção de diálogos cujo interlocutor expressa os *exempla*, revelando na sua conduta as qualidades morais e (em última instância) os atributos da nação romana em contraposição aos adversários e, além disso, o fato de Tito Lívio reportar com regularidade e sutileza as idéias e as emoções dos personagens através do uso de termos abstratos (*gaudium, laetitia, maestria, pauor, terror, timor e trepidatio*) e no retrato que faz das multidões.

Além destes três aspectos, deve-se considerar a estrutura analítica da obra (os eventos são registrados anualmente com base nos colégios consulares); a composição por episódio (o material fornecido pelas fontes é moldado sob a forma de cenas individuais, ou seja, em episódios); os aspectos da sintaxe liviana presentes também no estilo analítico (uso de sentenças breves, participação passiva e uso da subordinação) e no estilo periódico (a narrativa consiste de um mosaico de sentenças de diferentes comprimentos); a narra-

(2) “Não há dúvidas que I-V formam uma unidade; VI-XV são dedicados ao período a partir da crise gálica até o início da Guerra Púnica (com uma subdivisão no fim do livro X que diz respeito à vitória sobre os samnitas); XVI-XX cobre a Primeira Guerra Púnica e suas conseqüências; XXI-XXX a Segunda Guerra Púnica; XXXI-XXXV a Segunda Guerra Macedônica; XXXVI-XL a guerra com Antíoco e XLI-XLV a Terceira Guerra Macedônica (...) Os livros LI-LX tratam dos anos da queda de Cartago à legislação de Caio Graco em 123-122 (Pref. 9 – *labente paulatim disciplina*); LXI-LXX tratam dos trinta anos entre os tribunatos revolucionários de Caio Graco e Lívio Druso (Pref. 9 – *ut mores magis magisque lapsi sint*) e LXXI inicia-se a partir da descrição do final da desintegração da República (Pref. 9 – *tum ire coeperint praecipites*) com o início da guerra social.” (Walsh 1974: 9).

tiva que conduz ao clímax por meio de sentenças curtas; considerar também o uso de vocabulário arcaico e poético a fim de tornar a narrativa mais dinâmica e o lugar ocupado por Tito Lívio na história da sintaxe latina: “a linguagem na qual a história de Tito Lívio é expressa marca uma das grandes inovações estilísticas que teve papel crucial na sustentação da recém e vibrante prosa latina” (Oakley 1997: 151).

Jane E. Phillips (1982), em seu artigo sobre os trabalhos publicados entre 1959-1979, referentes à primeira década, menciona a obra de R. M. Ogilvie intitulada *A commentary on Livy, Books 1-5* (1965), da qual abstrai duas questões que dizem respeito ao viés artístico de Lívio. Segundo ela, “Ogilvie identifica em Tito Lívio dois grandes problemas de teor artístico: criar e manter o interesse dos seus leitores pela época longínqua e impor uma certa unidade ao material incompleto e desarticulado de que dispunha. A solução de Lívio para o primeiro problema, de acordo com Ogilvie, foi fazer uso do seu alto treino retórico para recontar os eventos mais distantes numa linguagem que de um lado refletia a política e os debates da sua época – de modo a conceder relevância contemporânea ao passado distante – e do outro lado ressaltava o colorido, o entusiasmo e o apelo ao épico e ao dramático. A solução do segundo problema foi organizar o material de acordo com os princípios da construção dramática de modo a ilustrar verdades morais” (Phillips 1982: 1036).

Embora Lívio não traga referências precisas a eventos contemporâneos nos livros I-V – fato que resolveria a questão da época do início da composição da obra –, os demais livros solucionam-na. Provavelmente deve ter sido iniciada em 27 a.C., pois menciona o título de Augusto oferecido a Otaviano (IV, 20,7) e o segundo fechamento do Templo de Jano (I, 19, 3). Com relação aos livros VI-X, teriam sido compostos próximo do final de 30-25 a.C., pois faz alusão à conquista final da Espanha, a qual teria ocorrido entre 26-25 a.C. (XXVIII, 12, 2), menciona a paz e a concórdia do regime de Augusto (IX, 19, 17) e declara ter ouvido deste último o relato referente ao caso dos *spolia opima* (IV, 20, 5-11), datável de 28-27 a.C.

Propósito da obra

É interessante notar que a análise acerca do propósito da obra leva ao exame de outras ques-

tões diretamente ligadas a esta primeira, tais como: a concepção de história de Lívio, a natureza e o grau de relação entre ele e Augusto e o efeito disto na obra, a maneira pela qual concebeu sua informação e o seu trabalho de historiador.

Já desde o Prefácio, Tito Lívio explicita o seu conceito de história e o associa ao de memória, ao conceito de verdade e como fornecedora de exemplos. Nele, declara que não se propunha fazer uma crítica histórica acerca dos fatos, mas alcançar um fim de edificação moral ilustrando as virtudes do povo romano a partir de um enfoque recorrente na historiografia latina: relatar a história desde os inícios da cidade (Pref., 1), não a iniciando a partir do ponto que outro autor a encerrou – como fizeram Tucídides e Xenofonte – e com o objetivo de exaltar e justificar a proeminência romana (Pref., 3) manifesta desde as origens – mesmo que lendárias – da cidade (Pref., 4).

Sua concepção de história está atrelada à de memória, ou seja, lembrar aos mais altos feitos do primeiro povo do mundo,³ preocupando-se com a verdade,⁴ embora esta pareça ser relativa, uma vez que não afirma e nem contesta os acontecimentos mais longínquos (Pref., 6). Tito Lívio justifica esta atitude com o fato de que é concedida aos antigos a permissão de imiscuir o divino às ações humanas com a finalidade de tornar a origem da cidade mais venerável (Pref., 7). No entanto, o que realmente importa para justificar a grandeza do império é a vida e os costumes de outrora, os grandes homens e a política interna e externa (Pref., 9), ou seja, Lívio ao mesmo tempo que relata a história de Roma desde as origens, o faz para que os feitos sejam lembrados e para que sirvam de exemplo a

(3) Pref., 3: Seja como for, eu me sentiria feliz em dar minha contribuição para relembrar os mais altos feitos do primeiro povo do mundo (*Ut cumque erit, iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi...*).

(4) Pref., 5: Quanto a mim, uma das recompensas que busco em meu trabalho é encontrar, enquanto estiver escrevendo sobre a antiguidade, um esquecimento dos males que durante tantos anos afligiram nossa época, e não ser obrigado àquelas precauções que costumam desviar o historiador da verdade. (...*ego contra hoc quoque laboris praemium petam, ut me a conspectu malorum quae nostra tot per annos uidit aetas, tantisper certe dum prisca illa tota mente repeto, auertam, omnis expers curae quae scribentis animum, etsi non flectere a uero, sollicitum tamen efficere possit*).

situações posteriores.⁵ De certa forma, Walsh concorda em ser esta a concepção de história adotada por Lívio quando afirma que “ele não estava fundamentalmente interessado na minúcia exata da pesquisa e sequer na evolução do processo histórico impessoal. Para Lívio, a história é o campo de batalha dos costumes, a qual abastece a comunidade e os indivíduos de lições” (Walsh 1974: 34-35).

Na época em que compõe o Prefácio, Lívio critica e fornece indícios do método de trabalho de outros historiadores, embora não os nomeie: uns trazem e atêm-se a uma documentação mais segura, outros repassam com seu talento literário a inépcia de outros historiadores mais antigos (Pref., 2). Levando em consideração esta observação e a época em que a obra é composta, pode-se constatar que as considerações morais de Lívio, ao mesmo tempo que embelezam o passado, criticam o presente,⁶ ou seja, a moral presente na obra é a que vigorava na época em que a iniciou: o contraste entre a Roma virtuosa de outrora e a que a *ambitio* e a *avaritia* arriscavam levá-la à ruína, as quais, preparadas desde o primeiro terço do século II a .C, tomaram força entre o assassinato de César e o estabelecimento definitivo do principado. A alta qualidade do Prefácio também é apontada por M. Ruch na obra *Tite-Live, Histoire Romaine: Points de vue sur la Préface* – citado por Phillips (1982) – segundo a qual “além de o Prefácio enfatizar a combinação da historiografia tradicional e dos cânones da oratória com o sentimento pessoal de Lívio sobre a história e a função da historiografia, enfatiza também a combinação com a sugestão, no Prefácio, que a relutância inicial de Lívio em empreender a tarefa foi superada pelo seu desejo de glória e sua confiança nos efeitos terapêuticos de escrever história” (Phillips 1982: 1002).

(5) Pref., 10-11: O que a história oferece de saudável e fecundo são os exemplos instrutivos de toda espécie que se descobrem à luz da obra. Nela se encontram para teu benefício e de teu país, modelos a seguir... nenhuma outra nação foi maior, nem mais rica em bons exemplos. (*Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in illustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias... aut nulla unquam res publica nec maior nec sanctor nec bonis exemplis ditior fuit*).

(6) Pref., 9: O relaxamento insensível da disciplina acarretou o relaxamento dos costumes, depois sua decadência cada vez mais acentuada levou-os à queda brusca de nossos dias, nos quais a corrupção e seus remédios nos parecem insuportáveis.

Nas alusões que faz ao passado (como em I, 10, 7, por exemplo), insere-se a problemática do grau de relação entre Lívio e Augusto e o efeito disto na obra, uma vez que é notória a época em que foi composta, de acordo com os indícios fornecidos pelo próprio autor (em IV, 20,7 é mencionado o título de Augusto oferecido a Otaviano no ano 27 a. C. e o segundo fechamento do Templo de Jano em I, 19, 3), e a provável data do seu nascimento e morte (59 a.C. – 17 d.C.), ou melhor, viveu o período Augustano enquanto compunha a obra.

A respeito da relação entre Lívio e Augusto e da ideologia do principado, existem duas vertentes: uma faz de Lívio um fiel porta-voz e propagandista do “slogan” ideológico do principado, enquanto a outra o vê como um nostálgico do regime republicano e um secreto opositor do novo regime, inserindo em sua obra polêmicas contra a nova política e contra a supressão da antiga liberdade.

Walsh concorda com esta última, pois enxerga Lívio como um “tradicionalista republicano por excelência” (Walsh 1974: 7), apoiando-se para tal na hipótese de que Tácito (Anais, IV, 34) o classifica como simpático a Pompeu e generoso em louvar Bruto e Cássio, o que demonstraria opinião própria frente ao regime augustano. Syme defende que “Augusto recrutou amigos e aliados dentre os adversários, pois muitos ainda viviam e ocupavam posições importantes, sem o consenso e apoio dos quais não poderia governar, o que tornou possível para Tito Lívio escrever como um *Pompeianus* sem medo de ser repreendido por Augusto” (Syme 1988: 56). Além do argumento já citado, Walsh expõe outros, tais como o fato de o Prefácio ser pessimista quanto ao ressurgimento imediato da moral (Pref., 9), a atitude política de Lívio refletida na avaliação do conflito das ordens sugerir o retorno ao governo senatorial da República (II, 9, 7; II, 11; III, 29, 8 e IV, 20, 5) e o fato de as referências a Augusto serem respeitadas mas não apologéticas e adulatórias. Portanto, segundo Walsh, “Lívio não empresta conscientemente (grifo meu) seu serviço de escritor à consolidação do regime augustano” (Walsh 1974: 6).

Por outro lado, Lasserre afirma, sem maiores explicações, que “na corte de Augusto, Tito Lívio sofre a influência das idéias em voga, idéias que o príncipe encorajava, as quais contribuem para determinar sua vocação e o caráter de sua obra” (Lasserre s.d.: IV). Segundo P. Fedeli – citado

por Hans Aili – isto estaria refletido no uso que Lívio faz de termos poéticos e arcaicos através de todo o seu trabalho, “não meramente devido às tradições estilísticas do gênero literário, mas devido a uma tentativa consciente de fornecer suporte às reformas políticas e morais do programa de Augusto. Como Horácio e Virgílio, principalmente, Lívio desejava relatar a glória da antiga Roma por motivos ideológicos: ‘clara é a sua intenção de demonstrar que os costumes, tradições e instituições antigas representam o fundamento do Império e o pressuposto necessário para o seu desenvolvimento e para a sua sobrevivência’” (Aili 1982: 1129).

Pode-se dizer que, de certa maneira, o moralismo de Tito Lívio se enquadrava no moralismo oficial na medida em que o estabelecimento do principado não representou somente uma mudança na condição civil e política, mas também ética e religiosa. A política oficial de Augusto ateu-se a uma revalorização do passado e à restauração da moral – conspurcada por anos de guerras civis – e da antiga religião tradicional, ingredientes que Tito Lívio tanto admirava e exaltava no passado romano. Neste prisma – que coincide com os primeiros livros –, ainda não era possível para Lívio ver concluída a época da liberdade e, portanto, a restauração de Augusto podia nutrir nele a ilusão de que tal época pudesse prosseguir na nova forma do principado. Entretanto, a ilusão foi breve, pois, já a partir do terceiro livro, não faltam condenações aos tempos modernos (tais como em III, 20, 5 e IV, 6, 12).

Em suma, “Tito Lívio fundamentou sua história sobre o elogio da sobriedade e da dignidade moral, estendendo-se com vagar sobre os períodos que lhe ofereciam os mais belos exemplos” (Bayet 1947: LX). Não se interessava pelos fatos do passado por eles mesmos, mas por causa da exemplaridade moral que possuíam. Também seu método de historiador não é o de procurar os documentos primários, mas de modelar segundo suas próprias exigências o material que encontrava em outro historiador.

Método historiográfico

Muito da documentação que Tito Lívio utilizou não é original, mas sim de segunda mão. Raramente explicita as fontes que decidiu seguir, ao passo que as menções genéricas são mais abun-

dantes.⁷ Isto indica uma certa consciência frente às poucas discrepâncias entre as fontes, o que permite inferir que a tradição usada era relativamente homogênea.

No conjunto total da obra, usou como fonte os poetas, os analistas e Políbio. Este último, principalmente no que diz respeito aos acontecimentos da África, Grécia e Oriente, ou melhor, para compor a terceira, a quarta e a quinta décadas, talvez pelo fato de Lívio ter sido um indivíduo sem experiência em campanhas militares ou um “historiador de gabinete” (Girod 1982: 1198) que pudessem tê-lo levado a conhecer outras regiões, como foi o caso de Políbio, além de ter tido consciência que a partir do momento que a história romana ultrapassou a península, tornando-se mediterrânea e mundial, as fontes analísticas não eram mais suficientes para desenvolver os acontecimentos extra-italicos.

Entretanto, é preciso levar em consideração que era costume na antiguidade retomar o que já fora escrito por outro historiador sem verificar a autenticidade (IV, 23, 1-3 e IV, 13, 7) – outro indício de seu método como historiador. Ao não recorrer aos documentos originais, levava em consideração os seguintes critérios para selecionar suas fontes: dava preferência ao maior número de testemunhos coincidentes entre elas (I, 24, 1; II, 32, 2-3 e VI, 42, 4); preferia os testemunhos mais antigos aos mais recentes (IV, 34, 6; VII, 9, 4; VIII, 30, 7 e XXII, 7, 4) e, em determinados momentos seguia uma única fonte, não usando todas arbitrariamente (VIII, 40, 3-5 e XXIX, 25, 2). Segundo

(7) Livro VI: VI, 1, 1-3; VI, 2, 8; VI, 8,3; VI, 12, 3; VI, 12, 6; VI, 18, 16; VI, 20, 4; VI, 20, 6; VI, 20, 12; VI, 33, 5; VI, 38, 9; VI, 39, 4.

Livro VII: VII, 1, 8; VII, 3, 3; VII, 6, 6; VII, 10, 5; VII, 18, 2; VII, 18, 2; VII, 22, 3; VII, 26, 15; VII, 27, 9; VII, 42, 1-7.

Livro VIII: VIII, 6, 1; VIII, 6, 3; VIII, 6, 9; VIII, 9, 1; VIII, 10, 8; VIII, 11, 1; VIII, 11, 2-4; VIII, 18, 1; VIII, 18, 2; VIII, 18, 11; VIII, 20, 4; VIII, 20, 6; VIII, 23, 17; VIII, 26, 6; VIII, 30, 7; VIII, 37, 3; VIII, 37, 4; VIII, 38, 10; VIII, 40, 1-3.

Livro IX: IX, 3, 9; IX, 12, 5; IX, 15, 8; IX, 15, 9-11; IX, 16, 1; IX, 16, 11; IX, 16, 19; IX, 17, 1-2; IX, 17-19; IX, 23, 5; IX, 27, 14; IX, 28, 5-6; IX, 36, 2; IX, 36, 6; IX, 37, 11; IX, 41, 4; IX, 42, 1-3; IX, 44, 3-4; IX, 44, 7-8; IX, 44, 15.

Livro X: X, 2, 3; X, 3, 4; X, 5, 13; X, 5, 14; X, 6, 7-8; X, 7, 1; X, 7, 3; X, 11, 9; X, 11, 10; X, 17, 11; X, 18, 7; X, 19, 13; X, 19, 17; X, 21, 8; X, 25, 12-13; X, 25, 17; X, 26, 5-6; X, 26, 10; X, 26, 12; X, 30, 5-6; X, 30, 7; X, 38, 5-13; X, 41, 5; X, 42, 6; X, 46, 7.

Luce, “este fato não significa somente que Tito Lívio é um espelho fiel de uma única fonte, mas também – desde que ele não possuía perspicácia crítica para resolver os problemas que eram inerentes à combinação de várias delas – que ele era um espelho fiel das diferenças entre as fontes e, conseqüentemente, também do ponto onde foi efetivada a mudança de uma para a outra” (1993: XXII).

Bayet (1947) e Lasserre (s.d.) concluem com pontos de vistas diferentes o mesmo problema dos métodos historiográficos livianos. Bayet (1947: XLI-XLIII) nota uma evolução à medida que avança a narrativa, pois vê nela uma crítica, de início lenta, às fontes, necessitando citá-las em caso de divergência (X, 5, 14 e X, 26, 5-7), ao passo que para Lasserre (s.d.: XXXIII), o método de Tito Lívio é incerto, uma vez que em certas passagens mostra um espírito crítico e em outras uma indiferente procura pela verdade, principalmente porque quando encontrava indicações divergentes, se contentava em indicá-las, sem escolher uma e nem discuti-las. Para apoiar tal opinião, Lasserre baseia-se nas mesmas passagens usadas por Bayet.

Lívio pôde ter organizado a estrutura básica dos livros a partir do seu próprio conhecimento geral da história de Roma sem a inspeção detalhada de alguma fonte. Entretanto, para a configuração de pequenas porções ou minúcias da narrativa, o conhecimento do trabalho de escritores mais antigos foi necessário.

Fontes utilizadas

Com relação às fontes nomeadas por Lívio nos livros VI ao X, destacam-se *Licinius Macer* (VII, 9, 3-5; IX, 38, 16; IX, 46, 2-3 e X, 9, 10-12), *Claudius Quadrigarius* (VI, 42, 5-6; VIII, 19, 13; IX, 5, 2-5 e X, 37, 13-16), *Fabius Pictor* (VIII, 30, 9 e X, 37, 13-16), *Lucius Calpurnius Piso* (IX, 44, 3 e X, 9, 10-12), *Aelius Tubero* (X, 9, 10-12), *Cincius* (VII, 3, 7) e *Valerius Antias*, nunca citado explicitamente por Tito Lívio nos livros VI-X. Dentre estes, apenas *Cincius* era um antiquário, e os demais, todos pertencentes à chamada tradição analística romana, depreendendo-se que retirava quase inteiramente dali seu material. Devido à natureza fragmentária das obras destes que chegaram até à atualidade, foi possível atribuir duas passagens, não nomeadas por Tito Lívio, a *Claudius Quadrigarius* e *Lucius Calpurnius Piso* (VII, 9, 6-10 e IX, 46, 1-15; respectivamente).

Os fragmentos que possuímos dos analistas é amplo (cerca de 61 fragmentos) e compreendem diversos temas, principalmente aspectos da vida religiosa: celebrações, rituais que às vezes são simplesmente mencionados e às vezes extensos e detalhados; descrições de lugares consagrados, desconsegados ou saqueados; notícias sobre construção de templos e imagens; são relatadas regras da vida cultural, com elencos de prescrições e instruções de colégios. Uma atenção considerável é conferida a alguns episódios particulares: sacrifícios propiciatórios, práticas mágicas que suscitavam ligação direta com a divindade, sonhos, presságios e vários prodígios, sempre atrelados a personagens eminentes ou a momentos cruciais das guerras.

Constatado que Tito Lívio obteve as informações do período entre 389-293 a.C. – o que corresponde aos livros VI ao X – dos antigos analistas, torna-se imprescindível o estudo da tradição analística como pré-requisito para avaliar a confiabilidade em seu trabalho como historiador. A primeira consideração é discutir a maneira pela qual foi preservada (na historiografia) a informação verídica usada pelos analistas, ou seja, identificar nestes as fontes que utilizaram e como estas chegaram a Lívio.

A tradição oral pode ter sido preservada através de *Fabius Pictor*, principalmente com relação às Guerras Púnicas – uma vez que viveu e escreveu sua *História de Roma* (em grego) no século II a. C. – e para os períodos mais recuados, dada a natureza lendária das origens, dos reinados e de muitas instituições romanas.

As Tábuas Pontifícias provavelmente foram o material de base dos analistas pelo fato de proporcionarem-lhes uma estrutura cronológica (anual) e factual – tanto de eventos religiosos como políticos – e por registrarem o nome dos magistrados em exercício. Neste aspecto, Tito Lívio reconhece a importância deste material (VI, 1,1; VIII, 18, 11-12 e XXVII, 8, 8-9). Naturalmente poderiam ter sido adulteradas ou falsificadas, mas é improvável que o tenham sido por anos a fio, portanto, são um material confiável que se acredita estar contido na informação factual da narrativa liviana. Além das Tábuas Pontifícias, nos *libri lintei* (livros de linho) também eram registrados anualmente os magistrados em exercício, porém, estes são citados apenas no livro IV (IV, 7, 11-12; IV, 13, 7; IV, 20, 8 e IV, 23, 1). Talvez foram usados por *Licinius Macer* para o período anterior a 389 a.C. (data do incêndio gaulês em Roma) dada a incerteza das Tábuas Pontifícias para esta época.

Os arquivos familiares podem ter provido os analistas de muitas informações mas trazem o problema da adulteração. A disputa por prestígio e honras políticas entre a elite pode ter levado as famílias mais ilustres a enaltecer um antepassado com o propósito de legitimarem seu prestígio. Entretanto, o fato de Lívio comentar a discordância entre as fontes leva a crer que isto não afetou substancialmente o período considerado (VIII, 40, 4-5 e XXIX, 25, 2). Não se pode perder de vista também o fato de que o primeiro historiador de Roma ser um *Fabius (Pictor)*, uma das mais influentes e importantes *gens (Fabii)* do período Republicano (VIII, 30, 9 e X, 9, 11-13). No entanto, contra este problema, os escritores da época tinham outras fontes que possibilitavam a comparação entre as informações (Tábuas Pontifícias, Fastos Triunfais e inscrições) e, conseqüentemente, o questionamento dos registros familiares. Isto leva a crer que “ainda que haja boas evidências para não confiar nos relatos familiares, não há razão para acreditar que isto destrua totalmente a credibilidade do registro de Tito Lívio para os anos 389-293 a.C.” (Oakley 1997: 33), uma vez que este comenta a discordância entre as fontes (VIII, 40, 4-5).

Quanto às inscrições que datassem do século IV a. C. (período que engloba os livros VI-X), dificilmente os analistas tiveram acesso aos originais devido à destruição causada pelo saque e incêndio gaulês, atendo-se a cópias mais ou menos apuradas (VII, 3, 7). Estátuas, monumentos e localidades foram referências muito usadas pela tradição analítica e por Tito Lívio para confirmarem suas narrativas (VIII, 19, 4), mas também é difícil que tivessem sobrevivido até a época em que os romanos escreveram sobre sua história. O que pode ter ocorrido é que monumentos cujo significado era incerto ou que se referiam a heróis que o tempo tornou lendários, levaram as gerações posteriores a pensar que eram produtos genuínos de épocas mais antigas (VII, 6, 5; VIII, 14, 12 e VIII, 15, 8). “Numa completa subversão dos fatos, estes tornavam-se os documentos que garantiam a historicidade ou a credibilidade das lendas ou das histórias que se arraigavam” (Oakley 1997: 36).

Com relação às fontes gregas, é notório que no século IV a.C. a historiografia grega florescia e que provavelmente os analistas romanos tiveram acesso a crônicas locais, principalmente da Magna Grécia. A influência destas deve ter sido maior para o período da realeza (dada a escassez de ma-

terial) e menor nos livros VI-X, com exceção do episódio do assalto romano a Neápolis em 327-26 a. C. (VIII, 7, 26).

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à análise interna das fontes para, desta forma, avaliar a extensão das mesmas na tradição analítica e demonstrar que as informações sobreviveram com uma certa abundância e, portanto, provar que o perfil da narrativa liviana é bem fundamentado.

É possível perceber que, embora Lívio afirme que suas evidências são mais seguras, a partir do livro VI⁸ a quantidade e a qualidade das informações aumenta conforme a progressão da narrativa. Além disso, é preciso levar em consideração que Tito Lívio era seletivo nas suas informações, reportando o que lhe era útil.

Nada induz mais otimismo que as poucas controvérsias (VII, 18, 10 e VIII, 22, 1) a respeito dos cônsules em exercício para os anos do século IV a.C. A unanimidade das fontes é devida à existência dos registros oficiais (Tábuas Pontifícias, Fastos Triunfais e Fastos Capitolinos). O fato de que muitas vezes seus informados do dia em que os cônsules assumiram (VIII, 20, 3) confirma a hipótese que a informação constava em registros oficiais. O mesmo ocorria com os ditadores, existindo poucas controvérsias (IX, 28, 2-8 e IX, 29, 3). Com relação aos comandantes das cavalaria, constata-se que poucos não obtiveram o consulado ou a ditadura, o que induz a pensar que teria sido um cargo atribuído a determinados indivíduos para enobrecer sua família. Entretanto, segundo Oakley, “a presença de plebeus entre eles é uma garantia da autenticidade da lista dos *magistri equitum*” (1997: 45)

(8) VI, I, 1-3: Em cinco livros expus os feitos realizados pelo povo romano desde a fundação de Roma até sua conquista, história que abrange primeiro o domínio dos reis e, em seguida, o dos cônsules, dos ditadores, dos decênvros e dos tribunos consulares. Relatei as guerras no exterior e as discórdias civis. É uma história demasiado obscura, em parte por sua antigüidade, que a torna semelhante aos objetos difíceis de perceber a grande distância, em parte pela insuficiência e raridade de documentos escritos na época. Única testemunha fiel dos feitos passados, uma vez que até os documentos registrados nos comentários dos pontífices e outros monumentos públicos e privados foram na maior parte destruídos no incêndio da cidade. A partir deste ponto, relatarei com maior clareza e segurança os acontecimentos ocorridos após o ressurgimento da cidade que, por assim dizer, nasceu novamente com mais vigor e fecundidade.

e, quanto a isto, Lívio cita apenas uma controvérsia entre suas fontes (X, 3, 3-8).

Provar a autenticidade dos *interreges* é mais problemático. Na maioria das vezes os *interregna* ocorriam após períodos de anarquia, após prodígios ou quando eram alegadas falhas na tomada dos auspícios pelos magistrados (forçando sua renovação) e nos anos que se seguiam a consulados plebeus (355, 352, 351 e 343 a.C.), constituindo justamente uma manobra para interromper a continuidade destes. No entanto, segundo Oakley, “nada demonstra melhor a autenticidade dos *interregna* que X, 11, 10, ou seja, o fato de a fonte de Tito Lívio não saber porque houve um *interregnum* é uma garantia da sua autenticidade... se as Tábuas Pontifícias e outros registros antigos realmente continham o nome dos magistrados, poderiam conter o nome dos *interreges*” (1997: 47-8).

Outras informações gerais aparecem nas fontes usadas pelos analistas e, portanto, têm maior probabilidade de serem verídicas. São as que dizem respeito às pestes e epidemias – *pestilentiae* (VI, 20, 15-16; VI, 21, 1-6; VII, 1-7-8; VII, 2, 1; VII, 3, 1-4; VII, 27, 1; VIII, 17, 4; VIII 18, 1-2; VIII, 22, 7; IX, 28, 6; X, 31, 8 e X, 47, 6); purificações – *lectisternia*;⁹ – consultas aos livros sibilinos (VII, 27, 1); jogos votivos (VIII, 40, 2); preces – *supplicationes* – (VII, 28, 8; VIII, 33, 20; X, 21, 6; X, 23, 1; X, 45, 1 e X, 45, 7); prodígios (VII, 6, 1-6; VII, 28, 7-8; VIII, 18, 11; X, 23, 1 e X, 31, 8); promessas – *vota* –, construção e consagração – *dedicatio* – de templos (VI, 5, 8; VI, 34, 1-42; VII, 28, 4; IX, 31, 6-16; IX, 43, 25; IX, 46, 6-7; X, 1, 9; X, 19, 17-21; X, 29, 14; X, 31, 9; X, 33, 9; X, 36, 11; X, 37, 15-16; X, 46, 7 e X, 46, 14), todas informações relatadas nas Tábuas Pontifícias.

Pode-se concluir que foram vários os caminhos pelos quais as informações verídicas e confiáveis devem ter sido transmitidas para os analistas e dali para Tito Lívio e que é possível provar que uma parcela substancial da narrativa liviana foi inventada, tal como fizeram os analistas. Por isso, faz-se necessário tentar compreender a natureza deste procedimento.

Os fragmentos que restaram dos analistas permitem demonstrar que nem sempre produziram

narrativas tão longas como a de Tito Lívio e que com o passar do tempo ampliaram a essência do fato em prol de uma historiografia moralizante e pragmática, em prol do crescimento da autoconsciência artística da literatura e devido à influência da retórica.

A ampliação da narrativa foi efetuada por meio do detalhamento, do uso de narrativas que tendiam ao maravilhoso, ao sensacional e ao emocional, influência dos historiadores gregos. Segundo Oakley, “foi somente com Tito Lívio que os cânones literários da historiografia grega foram aplicados com sucesso para a Roma Antiga” (1997: 75).

O detalhamento era um recurso usado para tornar a narrativa e a reconstrução do passado mais plausíveis. Nesta perspectiva, constata-se que o trabalho dos historiadores antigos também pode ser considerado como um criativo trabalho de arte literária dado o embelezamento conferido aos fatos. Neste caso, Tito Lívio tende para o ilegitimamente preciso, ou seja, “alguns historiadores antigos acreditavam que para a narrativa ser satisfatória e envolvente, tinha de parecer particularmente plausível e real, efeito obtido por meio da riqueza de detalhes... Este apreço pelo detalhe não era problema quando uma fonte antiga proporcionava tudo o que necessitavam mas, se não havia informação, ela tinha de ser inventada e inventada com plausibilidade” (1997: 6). A saída era usar a imaginação, mas não de modo aleatório. Assim como os historiadores de hoje fazem inferências plausíveis de suas evidências, também os analistas inferiam do que acreditavam ter acontecido. Entretanto, seu conceito de plausibilidade era modelado pelo treino retórico e literário que possuíam, por exemplo, quando escreviam sobre uma disputa no Senado, criavam uma narrativa baseada no que sabiam ser corriqueiro como procedimento senatorial. Conseqüentemente, isto levou a uma padronização dos eventos, fato que explica a similaridade de inúmeras descrições (tais como em IX, 20, 4 e IX, 20, 7-10 e em X, 3, 2 e X, 13, 1), das quais a mais marcante diz respeito à narrativa das três *deutio* executadas por três membros da família dos Décios – a primeira em VIII, 9, 4-13 (340 a.C.), a segunda em X, 28, 12-18 (295 a.C.) e a terceira nos *Periochae* (resumos dos livros perdidos).

Além destes mecanismos de ampliação da narrativa, os analistas e também Tito Lívio deturparam-na ao cometerem anacronismos topográficos (I, 38, 6 e I, 56, 2) e de terminologia política e

(9) O primeiro ocorreu antes do saque gálico (V, 13, 6), seguido do terceiro (VII, 2, 2). Tito Lívio não faz menção ao segundo.

econômica.¹⁰ Na sua reconstrução imaginária, Tito Lívio e suas fontes parecem não ter tido uma clara compreensão de como a Roma do século V e IV a.C. era diferente da Roma do final da República. Desta forma, transpuseram fatos da história mais recente para estes séculos. Há razões para justificar este erro devido à similaridade de alguns temas políticos durante o início e o fim da República (em ambas as épocas Roma era agrária, existiram conflitos entre ricos e pobres, a aristocracia tentava manter a exclusividade de alguns cargos e os demais grupos tentavam quebrar este monopólio, além de famílias poderosas que mantiveram seu prestígio por gerações – *Aemili*, *Fabii*, *Valerii*, por exemplo –, o que poderia ter feito com que os analistas confundissem as ações dos membros destas famílias em diferentes períodos) e devido ao forte tom moral inerente à tradição historiográfica romana – o desejo de ensinar lições por meio dos *exempla*.

Além disso, outra questão crucial no estudo da tradição analítica é verificar o quão longe os analistas distorceram e perverteram deliberadamente a verdade em prol de intenções nacionais ou político-partidárias. Para tal, faz-se necessária a análise das fontes de Tito Lívio em separado, enfocando os problemas que estas apresentam.

Embora Lívio não tenha citado *Valerius Antias* nos livros VI-X, não significa que não o usou. É mencionado um *Antias* em pleno contexto da Guerra contra Aníbal (XXIII, 34, 9), o que leva a crer que *Valerius Antias* tenha inventado um ancestral para enaltecer sua família. Repetidamente Lívio revela que *Antias* “aumentava” o número de inimigos (III, 5, 12-13; XXXIII, 10, 8; XXXIII, 36, 13; XXXVI, 38, 6 e XXXVII, 60, 6), o número de homens sob o comando de um pretor (XXXIX, 41, 5) e a quantidade de dinheiro de um triunfo (XLV, 40, 1-2 e XLV, 43, 8), mas o exemplo mais ultrajante encontra-se em XXVI, 49, 1-2.¹¹ Inventou batalhas com vi-

tórias romanas (XXX, 19, 11; XXX, 24, 7 e XXXII, 6, 5-8), documentos (os livros de Numa, nos quais dá mais detalhes que seus predecessores), seu sensacionalismo levou-o a inventar rumores da captura de Lívio e Públio Cipião e uma grande derrota romana (XXXVII, 48, 1-7) e, usualmente, exaltou a posição proeminente dos *Valerii* em suas fontes (II, 30, 5; VII, 32, 1-38; VII, 38, 4-42 e VIII, 9, 4). “Ainda que os estudiosos dos primeiros livros de Tito Lívio possam sossegar do fato que este estava ciente das faltas de *Antias*, não podemos estar certos de que ele sempre tomou a devida precaução ao usá-lo. Mas ainda que as cenas de batalhas e as notícias arquivais fossem ambas vulneráveis às mentiras plausíveis de *Antias*, é um consolo que poucas das discordâncias citadas por Lívio tocam o que podemos chamar de ‘alma’ da sua narrativa” (Oakley 1997: 91-2). Quanto a *Licinius Macer*, Lívio está convencido de que inventou uma carreira para *Gneus Flavius* (IX, 46, 3), uma cena eleitoral envolvendo *F. Rullianus* (X, 9, 10) e certamente acentuou as tendências pró-plebeias da família dos *Licinii* (VII, 9, 3-5).

Claudius Quadrigarius foi capaz de superar *Antias* na invenção de dados numéricos e acreditou no historiador grego *Acilius* com relação ao fato de que Cipião falou com Aníbal em Éfeso (XXXV, 14, 5-12). Entretanto, a confrontação com algumas inscrições no Capitólio sugerem, que malgrado sua falha no assunto das altas cifras, a qualidade do seu trabalho era superior ao de *Antias* (XXV, 39, 12-17 e XXXIII, 36, 13).

Fabius Pictor foi o primeiro historiador romano a escrever, por volta de 200 a.C., uma narrativa de forma contínua. Acredita-se que obteve o material para empreender tal tarefa da tradição oral, fato que explicaria a presença de episódios lendários na história romana, principalmente a respeito da origem da cidade, conforme citado anteriormente.

Conclusão

Segundo Oakley, “os estudiosos da obra têm adotado grande variedade de posicionamentos para

(10) Os termos que surgem e dizem respeito a momentos específicos do final da República são os seguintes: *populares* (VI, 11, 7); *optimates* (VI, 39, 6) e *homines novi* (VII, 1, 1; VII, 15, 13; IX, 26, 11).

(11) **XXVI, 49, 1-2:** Cipião convocou então os reféns das cidades da Espanha; quanto a seu número, hesito em escrevê-lo, pois hora encontro que eram trezentos, ora três mil setecentos e vinte e quatro. Também em outros pontos discordam os autores. Afirma um que a guarnição púnica contava dez mil homens, outro sete mil, outro ainda dois mil no máximo: para os prisioneiros, dão as cifras de dez

ou vinte e cinco mil; para os “escorpiões” grandes e pequenos, eu escreveria que se tomaram cerca de sessenta se seguisse o historiador grego Sileno, se seguisse Valério Âncias seis mil grandes e treze mil pequenos. A tal ponto a mentira não conhece limites!

analisar a credibilidade da narrativa liviana, desde a hipercrítica de Beloch à credibilidade em moda atualmente na Itália¹⁴ (Oakley 1997: 100).

Entretanto, não há medida para distinguir o verdadeiro do falso em Tito Lívio. O que se pode apreender desta análise é que o que prevaleceu da analística e da deturpação de muitos dos detalhes narrativos nos Livros VI-X podem ser o resultado de invenções mais ou menos plausíveis. “Feitos não necessariamente verídicos, nem tampouco necessariamente falsos, porém cuja consideração particular revelará seu valor em cada caso” (Heur-

gon 1982: 283-284.) todavia, uma porção substancial de informações verídicas está contida na narrativa liviana. Ou melhor, rotular a narrativa liviana de ser totalmente fantasiosa constitui um erro. Um exame cuidadoso e uma avaliação individualizada dos episódios – em vez de uma teoria geral – é mais útil para decidir a favor ou contra a exatidão do que é relatado.

Este estudo de caso demonstrou que a documentação textual apresenta problemas tal como a documentação material se não mais -, embora sejam problemas de natureza diferente.

CUTRO, L. Material sources and written sources: case study of Livy's *Roman History*. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 127-141, 1999.

ABSTRACT: This article draws a parallel between the question of interpretation of the material sources and that of the written ones, from an analysis of Livy's "*Roman History*" to demonstrate that the latter ones, though seemingly less problematic and more immediate, give rise to interpretation problems due to their manipulation and distortion.

UNITERMS: Sources – Livy – *Roman History*.

Fonte

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction par Jean Bayet et traduction par Gaston Baillet. Paris: Les Belles Lettres, 1947. Tome I, Livre I.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction, traduction et notes par Jean Bayet. Paris: Les Belles Lettres 1966, Tome VI, Livre VI.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction et notes par Jean Bayet. Traduction par Raymond Bloch. Paris: Les Belles Lettres. 1968, Tome VII, Livre VII.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction, traduction et notes par Raymond Bloch et Ch. Guittard. Paris: Les Belles Lettres. 1987, Tome VIII, Livre VIII.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. 1988, Volume primo (Libri I-II).

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. 1989, Volume terzo (Libri V-VII).

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione e repertorio di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. 1989, Volume quarto (Libri VIII- X).

Referências bibliográficas

AILI, H.
1982 Livy's Language. A Critical Survey of Research. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, XXX (2): 1122-1147.

BAYET, J.
1947 *Tite-Live. Histoire Romaine*. Tome I, Livre I. Introduction par Jean Bayet et traduction par Gaston Baillet. Paris: Les Belles Lettres.

- GIROD, M.R.
1982 La géographie de Tite-Live. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, XXX (2): 1190-1229.
- GRIMAL, P.
1994 *La Letteratura Latina*. Roma: Tascabili Economici Newton.
- HEURGON, J.
1969 *Rome et la Méditerranée occidentale jusqu'aux guerres puniques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LASSERRE, E.
s.d. *Tite-Live. Histoire Romaine*. Introduction, traduction et notes par Eugène Lasserre. Paris: Garnier.
- LE GOFF, J.
1990 Documento Monumento. *História e Memória*. Campinas: Unicamp.
- LUCE, T.J.
1993 *Livy: The Composition of His History*. Princeton: Princeton University Press.
- McDONALD, A.H.
1957 The stile of Livy. *Journal of Roman Studies*. London, Society for the Promotion of Roman Studies, XLVII: 155-172.
- OAKLEY, S.P.
1997 *A Commentary on Livy. Books VI-X*. Vol. I. New York: Oxford University Press.
- PHILLIPS, J.E.
1982 Current research in Livy's First Decade: 1959-1979. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, XXX (2): 998-1057.
- SACCHETTI, L.
1996 *Prodigi e cronaca religiosa. Uno studio sulla storiografia Latina arcaica*. Roma: Atti della Accademia Nazionale dei Lincei.
- SYME, R.
1989 *Tito Livio. Storia di Roma*. Volume I (Libri I-II). Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione e repertorio di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli.
- WALSH, P.G.
1974 *Livy. Greece and Rome*, n.15. Oxford: Clarendon Press.

Recebido para publicação em 28 de maio de 1999.

DRESSEL 20 STAMPS FROM THE VERULAMIUM MUSEUM

Pedro Paulo A. Funari*

FUNARI, P.P.A. Dressel 20 Stamps from the Verulamium Museum. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 143-161, 1999.

RESUMO: Este artigo trata dos selos de ânforas Dressel 20 custodiados no Museu de Verulamium (Reino Unido). Após uma introdução às ânforas Dressel 20 e à cidade romana de Verulamium (hoje Saint Albans, Reino Unido), há um catálogo de 39 selos diversos, calcados pelo autor. Cada selo é referido à literatura anterior, às prováveis olarias produtoras béticas e a selos datados contextualmente em outros lugares. Uma análise do tamanho dos selos e de sua cronologia é seguida de um estudo da origem das ânforas na Bética. O artigo conclui por enfatizar a importância de produzir catálogos de coleções de museus.

UNITERMOS: Ânforas romanas – Dressel 20 – Bretanha Romana – Olarias na Bética – Tamanho dos selos – Inscrições latinas.

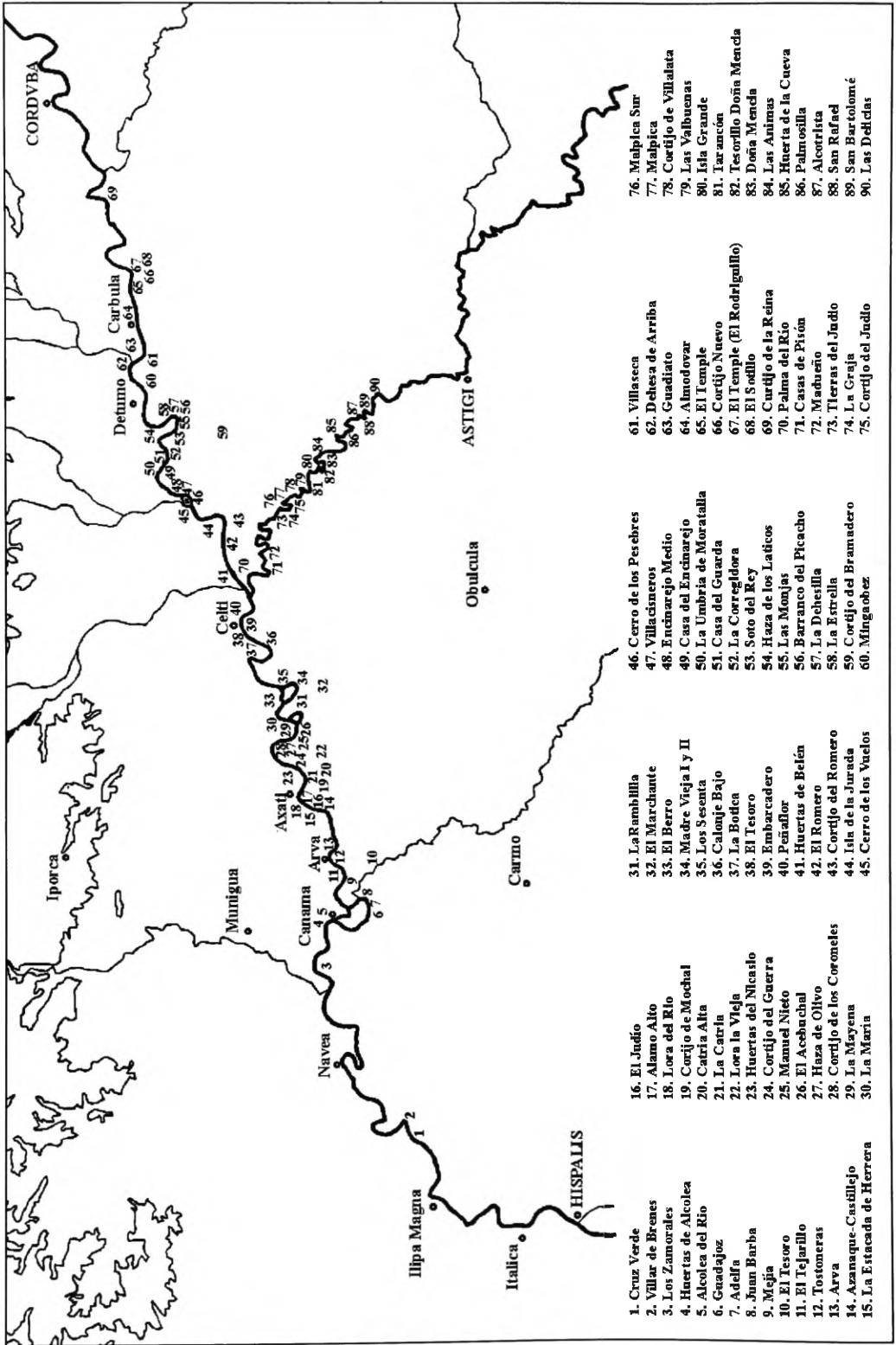
Introduction

Dressel 20 amphorae are a very common find in Romano-British sites. These globular amphorae were used to carry olive oil from the Southern Spanish province of Baetica (Clak-Maxwell 1899; Bonsor 1931; Ponsich 1974, 1979). Its large body with handles and short neck ends in a basal knob. These amphorae, also known as Beltrán V, Ostia I and Callender II (Peacock & Williams 1986: 136-140), are found in almost the whole Roman world. They were produced from the early Principate up to the mid third century AD (cf. map with potteries in Baetica). Dressel 20 amphorae usually bore inscriptions, *tituli picti* and stamps. Painted inscriptions are not easily found because of their difficult conservation in normal archaeological conditions. Stamps, on the other hand, are common-

ly found in British sites. Dressel 20 stamps found in Britain have been published since the *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. VII, in the last century (inscriptions in the number 1331) and M. Callender (1965) was a pioneer in the publication of a comprehensive catalogue of stamps found up to the 1950s. In the last three decades, there were a lot of stamps published in different papers, reports and books. However, there is still a lack of studies of all Dressel 20 stamps from specific sites. St. Albans is a case in point. Thanks to the Director of the Verulamium Museum, Dr. Chris Green, I was able to rub all the 49 Dressel 20 stored in that Museum and to study them in order to understand the consumption of Spanish olive oil in that Roman town.

Verulamium (St. Albans) was not an unimportant early Roman town: at the centre of the Catuvellauni territory, the Roman city developed with only peripheral military activity (Millett 1992: 77) and very soon it became a *municipium ciuim romanorum* (Rivet 1975: 111; cf. Reynolds 1975: 73; Tacitus, Ann., xiv,33). Verulamium was a large

(*) Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.



1998 Dressel 20 producing potteries in Baetica (after Carreras and Funari: 275, fig. 37).

settlement, comparing favourably with such continental sites as Avignon, Orange or Arles. The earliest town developed rapidly gaining a basilica and forum, a theatre, hypocaust, and walls (Collinwood & Myres 1963: 189 *et passim*). Frere (1972, 1983) produced a comprehensive report of the archaeological work at Verulamium as well as an historical account of its development from its inception. Recent critical reappraisals of the evidence (Millett 1992: 69-71) do not change the fact that Verulamium was an important Roman town for the first two centuries of Roman rule in Britain. Verulamium town centre was vibrant and dynamic during the first and second centuries and the adornment of the city continued to the middle of the third century (Millett 1992: 107, 134), exactly the period when Dressel 20 were imported into the city. This explains the number of Dressel 20 stamps from the city (49) held at the Verulamium Museum, one of the largest collections from Britain. The recent publication of monographs on the overall consumption of olive oil in Britain (Funari 1996, Carreras & Funari 1998) opens the way to the study of specific towns and the aim of this paper is thus to collect the stamps stored at a local museum, producing a catalogue of stamps, and to interpret the evidence available in the museum. Besides, the stamps will be studied as an odd evidence on the olive oil consumption at Verulamium both in terms of the importation from different potteries and producing areas in Baetica and in terms of consumption pattern changes in time.

Catalogue of stamps

The following abbreviations are used in the catalogue:

FP= Find Place.

SP= Storage Place.

VM= Verulamium Museum (the letters and numbers that follow the acronym refer to the data written on the sherd).

CD = Contextual date at Verulamium.

OCD = Other Contextual Dates (dates from other sites).

DOC: Dated by Other Criteria (typological ones and others).

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XV,2.

Size = Size of the stamp measured in Roman inches.

Testaccio A,B,C etc = location at the Testaccio, implying specific dates.

Bo. = G. Bonsor, *The archaeological expedition along the Guadalquivir*, New York, 1931. The numbers refer to the catalogue of stamps.

Call. = M. Callender, *Roman Amphorae*. Oxford, 1965. The numbers refer to the catalogue of stamps.

Chic = G. Chic-Garcia, *Epigrafía anfórica de la Bética*. Seville, 1985. The numbers refer to the quoted page.

Kilcher = S. Martin-Kilcher, *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst*. Augst, 1987. The numbers refer to the catalogue of stamps.

Liou = B. Liou, *Inscriptions peintes sur amphores*, *Archaeonautica*, 7: 55-141.

Ostia III = Clementina Panella, *Appunti su un gruppo di anfore di prima, media e tarda età imperiale (secoli I-V d.C.)*, *Studi Miscellanei*, 21, Ostia III: 463-633.

Po. = M. Ponsich, *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*, vol. I, Madrid, 1974; vol. II, Paris, 1979. The numbers refer to volume, page and number in the catalogue of sites.

Port-Vendres II = D. Colls *et al.*, *L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique a l'époque de Claude*. Paris, 1977.

Remesal = J. Remesal, *La annonna militaris y la exportación del aceite bético a Germania*. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1986. The numbers refer to the catalogue of stamps.

Rodriguez-Almeida, Bolli = E. Rodriguez-Almeida, Bolli anforari di Monte Testaccio, *Bolletino Comunale*, 1977: 199-247.

Verulamium I = Frere 1972.

Verulamium II = Frere 1983.

Zevi = F. Zevi, *Scavi ad Ostia, Notizie degli Scavi dell'Antichità... Romana*, 26, 1972: 404-432.

Amphora production centres are located on the map.

The stamps are classified by the Roman *nomen*, usually the second letter of a set of three letters representing the Roman *tria nomina*. The names are considered to refer to estate owners or to owners of the olive oil inside the amphora. There are also the names of potteries, usually explicitly referred to as *figlinae* ("potteries"). After the name of the producing *figlina* there are also the names of the most probable regional centre in Baetica and finally the name of one of the three *conuentus* or "counties" in which the Baetis Valley was administratively divided (*Hispalis* = Seville; *Astigi* = Écija; *Corduba* = Córdoba). These data are studied in the latter part of this paper.

1. LANTSVRI



Published in *Verulamium III*, xiv, no. 5 as *LNI SVIR* and *Call. 901b*

Cf. *Chic 9*.

FP: *Verulamium*.

SP: *VM (87.750)*.

Fabric: *grey*.

Handle: *long*.

Size: *1.8 x 0.6*.

CD: *AD 60-80*.

Figlina: *El Temple 59 (after Chic)*

Almodóvar del Río

Corduba

Reading: *L()ANT()SVRI*

3. ...AC



Unpublished.

FP: *Verulamium*.

SP: *VM (82.155)*.

Fabric: *grey*.

Handle: *long*.

Reading: *...AC*

2. TATILIASI



Unpublished.

Cf. *Remesal 42*, *CIL 2717*, *Call. 1696*, *Po.1, 182*, *191*, nos. *122, 124, 136*.

FP: *Verulamium*.

SP: *VM (79.2591)*.

Fabric: *grey*.

Size: *2.6 x 0.8*.

OCD: *Funari 41a = AD 160-300 (unpublished data)*.

Avenches = AD 50-110.

Kilcher 16 = AD 50-110.

AD 50-130.

DOC: *AD 50-115 (Remesal, Will, Kilcher)*.

Figlinae: *Adelfa 8, Juan Barva 9 & Tostoneras 12*

Arva

Hispalis

Reading: *T()ATILI ASI<atici>*

4. ...C...



Unpublished.

FP: *Verulamium*.

SP: *VM (VAKP 39 IA 82,149)*.

Fabric: *reddish*.

Handle: *round*.

a. C.



Unpublished.

FP: *Verulamium*.

SP: *VM (site A, 1930, ins.I, bld.I, rammed filling north of cellar, 82.189)*.

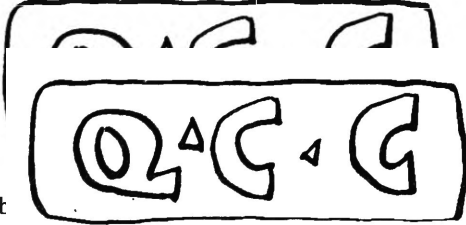
Fabric: *red*.

Handle: *medium*.

Size: *0.7*.



5. Q.C.C



Pub
Cf. Remesal 69, CIL 2763, Call. 1441,
Po.2,62,128.
FP: Verulamium.
SP (VM (87.1965).
Fabric: grey.
Size: 2.4 x 1.9.
CD: AD 310-5 (= cellar filling)
OCD: Avenches = AD 90-120.
Augst = AD 165-200.
Figlina: Las Sesenta 30
Mesa de Lora
Hispalis
Reading: Q()C()C()

6. ICI



Published in Verulamium I, fig. 144, no. 2
Cf. Call. 826.
FP: Verulamium.
SP: VM (87.1968).
Fabric: grey-reddish.
Size: 1.3 x 1.0
CD: AD 130-150
Reading: I()C()I()

7. QCR



a. Q.C.C.I



Unpublished.
FP: Verulamium.
SP: VM (87.1969)
Fabric: grey.
Handle: long.
Size: 2.6 x 0.6.
Reading: Q()C()C()I()

Unpublished.
Cf. Remesal 69, CIL 2763, Call. 1441.
FP: Verulamium.
SP: VM (82.180).
Fabric: grey.
Handle: long.
Size: 1.6 x 0.7.
OCD: Avenches = AD 40-90.
Kilcher 30 = AD 30-70
AD 50-130 minimum: AD 70
AD 70-90
Funari 71 a = AD 60-75 (unpublished data).
DOC: Trajanic (Rodríguez-Almeida, bolli, p. 236).
Reading: Q()C()R()

8. MMCS



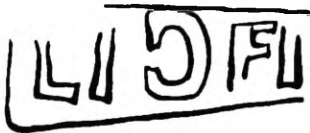
Unpublished.
Cf. CIL 2766, K,L. Call.1049.
Cf. Remesal 71, CIL 2998b, C,G (cf. CIL 4349),
Call. 1139f, Will 44, Po.1,145.
FP: Verulamium.
SP: VM (82.156).
Fabric: grey.
Handle: medium.
Size: 0.7.
OCD: Testaccio, CIL 4349 = AD 161 (M.MCSVR)
Figlina: Tejarillo 5 (if MMCSANTO)
Arva
Hispalis
Reading: MM()C()S(), after Remesal or
M()MA()C()S(), after Dressel

10. QFAT



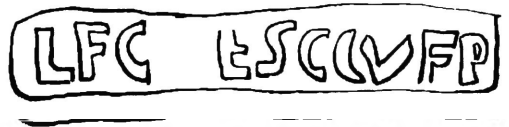
Unpublished.
Cf. Call. 1447, Po.1,160,64.
FP: Verulamium.
SP: VM (87.1971).
Fabric: grey.
Handle: round-medium.
Size: 1.6 x 0.9.
Figlina: Arva 5
Arva
Hispalis
Reading: Q(F)AT()

9. FIGED (retro)



Unpublished.
Cf. Remesal 88 (FIGEDOPP), Po.2,165,38, CIL
2604, Call. 33.
FP: Verulamium.
SP VM (82.151).
Fabric: red.
Handle: round.
Size: 1.2.
DOC: III c. (Remesal, typology).
Figlina: La Corrigidora 47
Posadas/Guadalcazar/Palma
Corduba
Reading: FIG(lina)ED(opinana)

11. LFC ESCCVFP



Unpublished.
Cf. Call. 851, CIL VII, 1331, 48, CIL 2587-94,
Po.2,165,39 (=LFC and CVF).
FP: Verulamium.
SP: VM (82.185).
Size: 4.0 x 0.7.
OCD: CIL 3977-8 = AD 149.
Figlina: La Estrella 53
Palma del Río
Corduba?
Reading: L()F()C()CRESC(entis)CVF(iense)P() or
L()F()C()CRESC()C(larissimus)V(ir)FI(), after
Remesal (1989).

a. ESCCVFP



Unpublished.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.187).

Fabric: grey.

Size: 2.6 x 0.7.

Professor Remesal published in 1989 a study of these stamps, to which I send the reader to a complete analysis. It is based on the identification of a family C(), being active for generations in the region. LFC would thus be identified as Fabius Cilo Septiminus Acilianus Lepidus Fulcianus, *clarissimus uir*, ordinary consul in AD 204, LFCCRESCCVF being another person of the same family (Remesal 1989: 143-5). Dressel found LFCCVFS in forma littera M (= AD 145-161) and LFCCVFS (retro) in forma littera L (= AD 179-180), earlier thus than the proposed identification with Lucius Fabius Cilo (Remesal 1989: 144). Anyway, if C()V() refer to *clarissimus uir* then there is a need to explain CIL 2587, CVFIENSE.

Ostia = Flavian or earlier (cf. Zevi & Pohl 1970: 46).

Figlina: Peñaflor 37

Peñaflor

Hispalis

Reading: Q()F()C()



Published in Verulamium I, fig. 144, n. 7, p. 370.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.1967, Ins. XIV. III. 3b).

Fabric: grey.

Handle: long.

12. Q.FC



Unpublished.

Cf. Remesal 98 (QFC), CIL 2835, B.C.F.M. Call. 1449, Po.2,102,34. Liou (1987: 129-131).

FP: Verulamium.

SP: VM (87.1970, Ins.XIV. A. II. 27, 1958).

Fabric: grey.

Size: 0.7.

OCD: Testaccio B.C.M = AD 145-161.

Testaccio F = AD 161.

Kilcher 50 = AD 90-130.

Liou = AD 120-125.

13. QFV (retro) or QFA<T>



Published in Verulamium III, fig. 117, n.9 as QFATB (?).

Cf. CIL 2873 (QFV retro).

FP: Verulamium.

SP: VM (87.753, Ins. XXVIII, bld.3, 58D XX4).

Fabric: reddish.

Handle: medium.

Size: 1.7 x 0.7.

CD: AD 140-160.

Figlina: if QFAT = Arva 5

Arva

Hispalis

Reading: Q()F()V() or Q()F()A<T>()

14. D.I.A



Unpublished.

Cf. Call. 535, CIL 2918a,B,C,D., Po.2,85,28; 91,57, Remesal 132.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.181).

Size: 1.8 x 0.6 (1.4 x 0.6).

OCD: Testaccio B,C = AD 145-161.

Figlinae: La María 32 and El Berro 33

Lora del Río

Hispalis

Reading: D(I)A()

Fabric: red.

Handle: round.

Size: 2.0 x 0.9.

OCD: Testaccio H = AD 214-222 (LIVNIMELISSI)

Kilcher 69 = AD 210-250

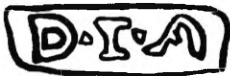
Figlina: Las Delicias 71

Segovia

Astigi

Reading: II IVNI MELISSI ET MELISSE

a. D.I.A (litteris cauis)



Published in Verulamium I, fig. 144, n.1, p. 370.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.1964, T VII14, IIC, room 4).

Fabric: grey.

Size: 1.3 x 0.4.

CD: AD 140-150.

a. II IVN ME



ET MELI

Unpublished.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.186).

Fabric: red.

Handle: round.

Size: 2.11 x 0.8.

15. II IVNI.MELISS



ETMELISSE

Unpublished ?

Cf. Remesal 157, CIL 2967, Call. 878, Bo.80.

FP: Verulamium.

SP: VM (28.1012, GOR 80, 3917-2016).

16. L.I.T



Unpublished.

Cf. Remesal 148, CIL 2947, G,K,L, Po.2,36,71 and 40,73.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.148).

Fabric: red.

Handle: round.

Size: 1.9 x 0.8.

OCD: Testaccio G = AD 160.

Testaccio K,L = AD 179-180.

Kilcher 68 = AD 170-180.

(Minimum: AD 160-179).

Figlina: Alamo Alto 17 & La Catria 19

Mesa de Lora

Hispalis

Reading: L(I)()T()

17. ALFM

Unpublished, unparalleled.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.182).

Fabric: grey.

Handle: long.

Size: 2.0 x 0.5.

Reading: A(L)F(M)

19. NQOCC

Unpublished.

Cf. If POROCODV, Remesal 191, CIL 2736, Call. 1370,18, Po.2,34,67; cf. CIL 3058 (PORODV).

FP: Verulamium.

SP: VM (82.1419, p.24-6a).

Fabric: grey.

Handle: long.

Size: 2.0 x 0.6.

OCD: Kilcher 92 = AD 30-70.

AD 70-100. (Minimum: AD 70)

AD 30-90.

AD 20-90.

Nimega = Flavian-Trajanic (=Remesal 191).

Cologne = Tiberian (= Remesal 191)

Figlina: La Catria 19, Mochales 18, C.del Guerra 13, Olivo 24

Mesa de Lora

Hispalis

Reading: POR(tu)OC()ODV() ?

Although the identification of this stamp is not sure, the OC linked letters suggest that it is a POROCODV or BROCODV stamp.

18

Unpublished; interpreted by Carreras (unpublished data) as an unparalleled stamp MLFN.

Cf. Call. 1130, CIL 2973, K, = MLFCP.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.152).

Fabric: grey.

Handle: long.

Size: 2.3 x 0.8.

OCD: Testaccio K = AD 179-180.

Reading: M(L)F()C()P() or T() or L() (Callender's reading: M(L)F()CL)

20. L.M.A

Published in Verulamium I, fig. 144, n.3, p.370 and quoted in Call. 887; unparalleled.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.1966, Ins. XIV, a, III).

Size: 1.6 x 0.10.

Reading: L(M)A()

21. QMR



Unpublished.
Cf. Remesal 169h, CIL 3010c, C,F, Call.1481.
FP: Verulamium.
SP: VM (83.1446, UCP,b.vi,2s)
Fabric: red.
Handle: round.
Size: 0.7.
OCD: Kilcher 75 = AD 70-210.
Testaccio C,F = AD 145-161.
Reading: Q(M)R()

23. APCO



Published in Verulamium III, fig. 107, n.7.
Cf. CIL 3068, (APECO), Remesal 196 (APC), Call. 96.
FP: Verulamium.
SP: VM (87.755, Ins.XXVIII, 58 V 5).
Fabric: grey reddish.
Handle: long.
Size: 1.8 x 0.6.
CD: AD 220-225.
OCD: in uentre elsewhere = III century.
Figlina: La Catria 19
Mesa de Lora
Hispalis
Reading: A(P)C(O) or A(P)C(O)O()

22. DOMS



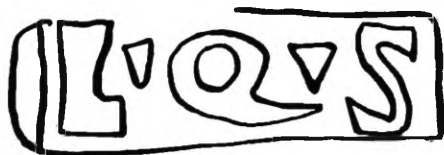
Published in Verulamium I, fig. 117, n.4.
Cf. Remesal 188, CIL 2800, B,C, Call. 552, Po.1,141,45.
FP: Verulamium.
SP: VM (87.748, building xxviii 2).
Fabric: grey.
Size: 2.0 x 0.8.
OCD: Testaccio B,C = AD 145-161.
CIL 3863 = AD 146.
CIL 2800b = AD 154.
Figlina: Alcolea 4
Alcolea
Hispalis
Reading: D(O)M(S) (after Remesal) or DOM(iti)S (after Dressel).

24. AP.I or AP.M



Published in Verulamium III, fig. 117, n.2 as AP.M.
Cf. If APM, CIL 3072, Call. 105, Remesal 198.
FP: Verulamium.
SP: VM (87.756, Ins. XIV,57 V X 12).
Fabric: grey.
Size: 1.9 x 0.6.
CD: AD 130-145.
OCD: Avenches = Trajanic.
Augst = c.AD 50
Reading: A(P)M() or I()

25. L.Q.S



Unpublished.

Cf. Remesal 216, CIL 3109a, K,L, Call. 922, Po.1,141,45;187,125).

FP: Verulamium.

SP: VM (82.147, site A).

Fabric: grey-reddish.

Size: 2.4 x 1.9.

OCD: Testaccio K, L = AD 179-180.

Kilcher 93 = AD 150-250.

AD 130-190.

Cochester in uentre = III century.

Figlinae: Alcolea 4 & Tesoro 10

Canama Arva?

Hispalis

Reading: L(Q)S()

26. GRADOS



Unpublished.

Cf. Remesal 218, CIL 3121,H,L, Po.2,46,84, Rodríguez-Almeida, bolli, p. 236.

FP: Verulamium.

SP: VM (88.515, site A, 1930, ins.II, blg.I, room 2, tessellated floor).

Fabric: red.

Handle: round.

Size: 2.0 x 0.5.

OCD: Testaccio H = AD 214-222.

Testaccio L = AD 179-180 (CIL 3121b, one line stamp).

Zevi (1972: 417) = c. AD 250.

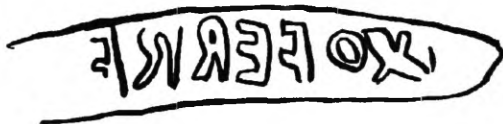
Figlina: Manuel Nieto 25

Mesa de Lora

Hispalis

Reading: G(R)A() <ET> D(O)S() (after Remesal) or G(RA)DOS() (after Dressel).

27. AXOFERRE



Unpublished.

Cf. If SAXOFERR, Remesal 249, CIL 3167g, B,C,F,M, Call. 1573, Po.2,111,117.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.154).

Fabric: red.

Handle: medium.

Size: 0.7.

OCD: CIL 4171 = AD 149 (=SAXOFERR).

Testaccio B,C,M = AD 145-161.

Testaccio B, C = AD 145-161 (SAXOFERR).

Figlina: Huertas del R;o 38

Palma del Río?

Corduba (cf. CIL 4171)

Reading: S>AXOFERR

This *figlina saxoferreo* is also quoted in a *titulus delta* inscription: *r cord ccii/arca iiiii figl (linae) Saxo<ferreo>/Orfito et Prisco* (AD 149).

28. MS<P>



Unpublished.

Cf. CIL 3155, G,K,M, Call. 1180, Po.1,180,120, Remesal 231.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.183).

Fabric: grey.

Size: 1.9 x 0.5.

OCD: Testaccio G = AD 160.

Testaccio M = 145-161.

Testaccio K = AD 179-180.

Figlina: Guadajoz 7

Arva

Hispalis

Reading: M()S()P()

29. FIGLINA.ACIRGI



M.S.MAV<RIANI>

Unpublished.

Cf. CIL XV,2, 2574a, Call. 18a; cf. Remesal 230 (MSM/ACIRGI).

Cf. Remesal 182 (MAVR), CIL 3027, Call.1034; Po.2,51,91, Remesal 44 (ACIRGIF), CIL 2575.

FP: Verulamium.

SP: VM.

Fabric: red.

Handle: round.

Size: 3.0 x 1.0.

DOC: III c.

Figlina : La Catria 19 ?

Mesa de Lora?

Hispalis?

Reading: FIGLINA ACIRGIENSIS / m(s) MAVRI (ani) or

<ex> FIGLIN(is) ACIRG(ianis?) M(S)MAVRI... (after Dressel).

30. SAE NB



Published in Verulamium I, fig. 144, n.8 as SAENIN.B?

Cf. CIL 3304 (SAENIN.B), Call. 1559g; cf. CIL VII, 1331,118.

FP: Verulamium.

SP: VM (80.2640, B I 68, pit7).

Fabric: grey.

Handle: long.

Size: 2.3 x 0.6.

CD: AD 60-75.

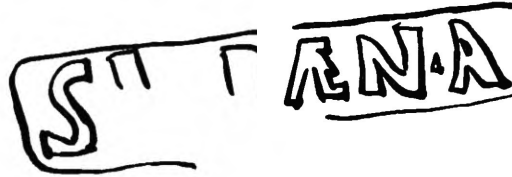
Figlina: Huertas del Río 21

Lora del Río

Hispalis

Reading: SAENI N() B() or SAENIA()B()

a. SA



Unpublished.

FP: Verulamium.

SP: VM (88.523, bld.I,site A,1930,insula II).

Fabric: grey.

Handle: long.

Size: 1.7 x 0.7.

Reading: SAENI

b. AEN.A



Published in Verulamium I, fig. 144, n.9 as SAENE or VENVS.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.1963, B IV 9J, IID, room 43).

Handle: long.

Size: 0.6.

CD: AD 150-155/160.

Reading: SAENIA

c. AEN.



Unpublished.

FP: Verulamium.

SP: VM (84.1449, 1958, ins.xiv).

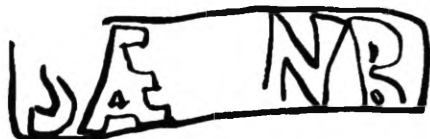
Fabric: grey.

Handle: medium.

Size: 0.6.

Reading: SAENI

31. SNTE



Published in Verulamium I, fig. 144, n.5 as PNSI or PNS; unparalleled.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.1962, ins. XIV).

Fabric: reddish.

Handle: round.

Size: 1.6 x 0.5.

Reading: S(N)(T)(E)?



Unpublished.

Cf. Remesal 242, CIL 3176, Call. 1363.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.179).

Fabric: grey.

Handle: long.

Size: 2.10 x 0.6.

OCD: Port-Vendres II = c. AD 40.

Avenches = AD 50-90.

Kilcher 112 = AD 30-50.

AD 50-110.

AD 0-50.

AD 30-70. Minimum: AD 50

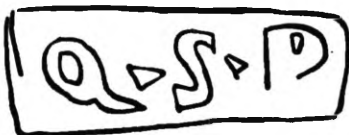
AD 30-130.

AD 10-50.

Sheepen = Pre-Boudiccan = before AD 60.

Reading: C()SEMPRONI> POLYCLITI

32. Q.S.P



Unpublished.

Cf. Remesal 234, CIL 3156, Call. 1504.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.153, b.III,23, central, 28.7.55,t.6).

Fabric: grey.

Handle: long.

Size: 2.0 x 0.8.

OCD: Vindolanda = c. AD 90, before AD 105 (Funari 1991).

Avenches = AD 90-110.

Ostia = c. 90 (= Ostia III, p.124;254).

Kilcher 103 = AD 90-110.

Figlina: Encinarejo Bajo 74

Posadas?

Corduba

Reading: Q(S)P()

a. POLYCLITI



Published in Verulamium III, fig. 117, n. 8 as POST.CVRTI.

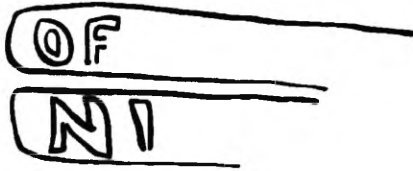
FP: Verulamium.

SP: VM (87.749, Ver.1957, ins. XXVIII, b.l, y, II 23).

Fabric: grey.

Size: 1.8 x 0.7.

34. OF



NI

Unpublished.

Cf. FSCIMINIANI, Remesal 251, CIL 3169a, I,H, Call. 1579, Bo.81-83.

FP: Verulamium.

SP: VM (82.1888)

Fabric: red.

Size: 0.10.

OCD: Testaccio H,I = AD 214-222 (= SCIMINIANO).

Figlina: Las Delicias 71

Astigi

Astigi

Reading: OF(cinia) SCIMINIANO or O (leum?)

F(figlina)

SCIMINIANO

35. STATANIENSA



Published in Verulamium III, fig. 117, no.11, as STAT<I>AN<I>ENSA.

Cf. CIL 3192, Call. 1670b, Po.2,67,139, remesal 253.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.752, ins. XVIII, 61 N).

Fabric: grey.

Size: 0.6.

OCD: Augst = AD 150-250.

Figlina: Tarancón 67

Segovia? Astigi?

Astigi

Reading: STATANIENSA

36. P.TM



Published in Verulamium I, fig.144, n. 4, a P.M...; unparalleled.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.1969, 37.e, Ver. 1958, ins. XIV, B.II, accumulation outside room 19).

Size: 0.6.

Vessel size: rim = 16.5 cm.

neck = 10 cm.

DOC: rim like Port-Vendres II vessels = c. AD 40.

Reading: P(T)M(?)

37. VAL.FAVS



Published in Verulamium, fig. 117, n.12.

Cf. CIL 3217, Call. 1409d.

FP: Verulamium.

SP: VM (87.751, Ver.1957, ins. XVII, 57 K VII H 10).

Fabric: grey.

Handle: medium.

Size: 1.10 x 0.7.

Reading: VAL()FAVS()

38. L.VARIONIS



Published in Verulamium III, fig. 107, n. 6.
 Cf. Call. 974.
 FP: Verulamium.
 SP: VM (87.754, ins. XXI, 59 L VI 5).
 Fabric: grey.
 Handle: medium.
 Size: 2.6 x 0.6.
 OCD: Colchester = before AD 65.
 Reading: L()VARIONIS

Table 1
Stamp Size

Height in Vnciae	Number of stamps	%
0.4	1	2.1%
0.5	4	8.6%
0.6	14	30.4%
0.7	13	28.2%
0.8	7	15.2%
0.9	3	6.5%
0.10	2	4.3%
1	2	4.3%
Total	46	100%

39. V V



Unpublished.
 Cf. CIL 3249 (V.V.I).
 FP: Verulamium.
 SP: VM (Mount Pleasant 1960 well).
 Fabric: red.
 Size: 0.9.
 Reading: V()V()

Stamp size analysis

Dressel 20 stamps usually follow some standard Roman inches sizes, most notably the half an inch or *semuncia* height (c.12.5 mm). More than thirty percent of all stamps from Verulamium follow this standard (Table 1) and it is probable that we should include the 0.7 stamps in this category, considering the lack of sharpness in both ours and ancient rulers. In that case, 58.6% of all stamps measure c. half a Roman inch, almost the same result for 489 Dressel 20 stamps found elsewhere in Britain (57%;

unpublished data collected by the author). Many stamps follow specific standards, like *sesuncia x semuncia* (= 1.8 x 0.6; e.g. Stamp n.1), *sesuncia x digitus* (= 1.6 x 0.9; e.g. Stamp n. 10), *sextans x semuncia* (= 2.0 x 0.6; e.g. Stamp n. 19), *uncia et digitus x semuncia* (= 1.9 x 0.6; e.g. Stamp n. 24), *quadrans x uncia* (=3.0 x 1.0; e.g. Stamp n. 29), *sextans et lycus x semuncia* (= 2.3 x 0.6; e.g. Stamp n. 30) and *sextans et semuncia x semuncia* (= 2.6 x 0.6; e.g. Stamp n. 38; Table 2).

Chronological analysis

Thirty eight stamps from Verulamium are datable (Table 3). Antonine stamps are a plurality (42%), with a good representation of late, Flavian and Flavian-Trajanic samples. The small percentage of Pre-Flavian stamps remains to be explained, considering that at London, for example, 24% of all stamps are early, and at Verulamium only 7.8% (the figures for the third century are quite similar, 15.7% at Verulamium and 15% at London).

Origin of the amphorae in Baetica

Thirty stamps from Verulamium can be assigned to producing potteries in Baetica (Table 4 and 5).

Table 2
Stamp Size, all stamps

1- 1.8 x 0.6	22- 2.0 x 0.8
2- 2.6 x 0.8	23- 1.8 x 0.6
4a- 0.7	24- 1.9 x 0.6
5- 2.4 x 1.9	25- 2.4 x 1.9
5a- 2.6 x 0.6	26- 2.0 x 0.5
6- 1.3 x 1.0	27- 0.7
7- 1.6 x 0.7	28- 1.9 x 0.5
9- 0.7	29- 3.0 x 1.0
10- 1.6 x 0.9	30- 2.3 x 0.6
11- 4.0 x 0.7	30a- 1.7 x 0.7
11a- 2.6 x 0.7	30b- 0.6
12- 0.7	30c- 0.6
13- 1.7 x 0.7	31- 1.6 x 0.5
14- 1.8 x 0.6	32- 2.0 x 0.8
14a- 1.3 x 0.4	33- 2.10 x 0.6
15- 2.0 x 0.9	33a- 1.8 x 0.7
15a- 2.11 x 0.8	34- 0.10
16- 1.9 x 0.8	35- 0.6
17- 2.0 x 0.5	36- 0.6
18- 2.3 x 0.8	37- 1.10 x 0.7
19- 2.0 x 0.6	38- 2.6 x 0.6
20- 1.6 x 0.10	39- 0.9
21- 0.7	

Comparing the percentages of stamps and of potteries located in each of the three *conuentus* exporting olive oil it is clear that the Hispalis region with only half the potteries was able to export two thirds of the stamped amphorae, while Astigi exported less than expected (13.3% for 17.1% of all potteries) and Corduba even less (19.9% for 30.% of all potteries). Comparing these data with those from London, it is possible to suppose

Table 3
Datable Stamps

PR-FL	FL	FL-TR	HAD	C.150	C.180	IIIC.
3 =	6 =	6 =	1 =	13 =	3 =	6 =
7.8%	15.7%	15.7%	2.6%	34.2%	7.8%	15.7%

that Hispalis dominated both markets (66.6% at Verulamium, 70% at London), Corduba was more successful at Verulamium (19.9%) than at London (12.5%) and Astigi more active at London (17%) than at Verulamium (13.3%). If we compare the data from Verulamium, London and six German sites (Nimega, Cologne, Mainz, Saalburg, Zugmantel, Nida) it is interesting to note that almost the same percentage come from La Catria and its region (Verulamium = 50%; London = 53.6%; Germania = 47%), the single largest exporting area to the frontiers.

Considering the twenty eight stamps that can be dated and assigned to a producing pottery in Baetica, 21.3% are Flavian and Flavian-Trajanic, 53.5% are Antonine and 24.9% are third century stamps. Amphorae from La Catria Region decline from 100% in Flavian times through 33.3% in the

Table 4
Figlinae

Conuentus	Stamps	%	Potteries	%
Hispalis	20	66.6	38	49.9
1-2	1	3.3	2	2.6
3-12	6	19.9	10	13.1
13-33	11	36.6	18	23.6
34-37	2	6.6	4	5.2
Astigi	4	13.3	13	17.1
39;62-71	4	13.3	11	14.4
Corduba	6	19.9	25	32.8
38;40-61	5	16.6	23	30.2
Encin.	1	3.3	1	1.3
Total	30	100	76	100

Table 5
Stamps from Regions in Baetica

	Verulamium	London	Germania
Catria	3 = 13.6%	39 = 28.6%	97 = 26%
Catria Region	8 = 36.8%	34 = 24.9%	73 = 20%
Total	11 = 50%	73 = 53.6%	170 = 47%
Arva	1 = 4.5%	9 = 6.6%	19 = 5.6%
Arva Region	4 = 18.1%	16 = 11.7%	43 = 11%
Canama	2 = 9.0%	16 = 11.7%	44 = 12%
Delicias	1 = 4.5%	11 = 8%	29 = 8%
Delicias Region	3 = 13.6%	0 = 0%	2 = 0.5%
Total	22 = 100%	136 = 100%	361 = 100%

Antonine period up to their absence in the third century. This is in contrast to the stable figures in London (24.9%; 27.7%; 20%; 22%; 23.8%) but it is difficult to say if the smaller sample from Verulamium (only 28 stamps) in comparison with London (120 stamps) is not at least a partial explanation for this difference. On the other hand, the material from Corduba is more evenly represented at Verulamium (50%; 24.9%; 28.5%) than at London (3.5%; 37.4%; 5%).

Conclusion

The collection of Dressel 20 stamps from Verulamium adds to our knowledge of olive oil consumption in Roman Britain, particularly in the

civilian area in the South and East of the province. The main conclusions are:

1. Hispalis producers exported to Verulamium at the average level of Britain (Verulamium = 66.6%; Britain = 70.4%), while Corduba exported much more to Verulamium than the average (Verulamium = 19.9%; Britain = 6.5%). In that case, the closest parallel is to be found in London. Astigi producers, as a consequence, exported less than the average (Verulamium = 13.3%; Britain = 22.8%) and the closest parallel is found at Caerleon (13.6%);

2. In chronological terms, Pre-Flavian stamps are underrepresented at Verulamium (7.8%; Britain = 39.5%), as is the third century material (Verulamium 15.7%; Britain = 20.9%). As a consequence, Flavian and Flavian-Trajanic stamps represent 31.4% while for Britain the figure is only 12.7%. Perhaps this could be explained by the development of the city at this period, although it could also be the result of different excavation data.

The detailed study of Dressel 20 stamps from different sites is the only way of enhancing our understanding of the olive oil consumption in Roman Britain (Funari 1991: 71). Moreover, the publication of stamps from museum collections is a way of producing catalogues to be used by other scholars interested in the stored material.

Acknowledgements

I am particularly indebted to Dr. Chris Green and to the Verulamium Museum for the access to the stamps. I owe thanks also to the following colleagues who forward papers (sometimes unpublished ones), exchanged ideas and helped me in different ways: César Carreras, José Remesal and Beth Richardson.

First letter index of stamps

AC (3)	M.L.F (18)
AEN. (30C)	MMCS (8)
AEN.A (30B)	MS<P> (28)
ALFM (17)	NQOCC (19)
AP.I (24)	OF NI (34)
APCO (23)	P.TM (36)
AXOFERRE (27)	POLYCLITI (33)
C (4)	POLYCLITI (33A)
D.I.A (14)	Q.C.C (5)
D.I.A (14A)	Q.C.C.I (5A)
DOMS (22)	Q.FC (12)
ESCCVFP (11A)	Q.SP (32)
FIGED (9)	QCR (7)
FIGLINA.ACIRGI MS MAV (29)	QF.C (12A)
GRADOS (26)	QFAT (10)
ICI (6)	QFV (13)
IIIVN.MEETMELI (15A)	QMR (21)
IIIVNIMELISSETMELISSE (15)	SA (30A)
L.I.T (16)	SAENB (30)
L.M.A (20)	SNTE (31)
L.Q.S (25)	STATANIENSA (35)
L.VARIONIS (38)	TATILASI (2)
LANTSVRI (1)	V.V (39).
LFC ESCCUFP (11)	VAL.FAVS (37)

FUNARI, P.P.A. Dressel 20 stamps from the Verulamium Museum. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 143-161, 1999.

ABSTRACT: The paper deals with Dressel 20 amphora stamps stored at the Verulamium Museum (U.K.). After an introduction to the Dressel 20 amphorae and to the Roman city of Verulamium (nowadays Saint Albans, U.K.), there is a catalogue of 39 different stamps rubbed by the author. Each stamp is referred to earlier literature, to the probable producing potteries and to stamps dated contextually elsewhere. A stamp size and chronological analysis is followed by a study of the origin of the amphorae in Baetica. The paper concludes emphasizing the importance of producing catalogues from museum collections.

UNITERMS: Roman amphorae – Dressel 20 – Roman Britain – Potteries in Baetica – Stamp size – Latin inscriptions.

References

- BONSOR, G.
1931 *The archaeological expedition along the Guadalquivir (1889-1901)*. New York.
- CALLENDER, M.
1965 *Roman amphorae, with an index of stamps*. Oxford: Oxford University Press.
- CARRERAS, C.; FUNARI, P.P.A.
1998 *Britannia y el Mediterraneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- CLARCK-MAXWELL, W.G.
1899 *The Roman towns in the Valley of Baetis between*

- Cordoba and Seville. *Antiquaries Journal*, 56: 245-305.
- COLLINWOOD, R.G.; MYRES, J.N.L.
1963 *Roman Britain and the English Settlements*. Oxford: Clarendon Press.
- FRERE, S.S.
1972 *Verulamium Excavations*, vol.I. The Society of Antiquaries, Oxford.
1983 *Verulamium Excavations*, vol.II. The Society of Antiquaries, Oxford.
- FUNARI, P.P.A.
1991 Dressel 20 amphora inscriptions found at Vindolanda: the reading of the unpublished evidence. V.A. Maxfield; M.J. Dobson (Eds.) *Roman Frontier Studies 1989*. Exeter, University of Exeter Press: 65-72.
1996 *Dressel 20 Inscriptions from Britain and the Consumption of Spanish Olive Oil*. Oxford: Tempus Reparatum.
- MILLETT, M.
1992 *The Romanization of Roman Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEACOCK, D.P.S.; WILLIAMS, D.F.
1986 *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide*. London: Longman.
- PONSICH, M.
1974 *Implantation rurale antique sur le Bas Guadalquivir*, vol. I. Madrid: De Boccard.
1979 *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*, vol. II. De Boccard, Paris.
- REMESAL, J.
1989 Tres nuevos centros productores de ánforas Dressel 20 y 23. Los sellos de Lucius Fabius Cilo. *Ariadna*, 6: 121-153.
- REYNOLDS, J.M.
1975 Legal and constitutional problems. J.S. Wachter (Ed.) *The Civitas Capitals of Roman Britain*. Leicester, Leicester University Press: 70-75.
- RIVET, A.L.F.
1975 Summing up: some historical aspects of the Civitates of Roman Britain. J.S. Wachter (Ed.) *The Civitas Capitals of Roman Britain*. Leicester, Leicester University Press: 101-117.
- ZEVI, F.; POHL, I.
1970 Ostia, saggi di scavo. *Notizie degli Scavi*, 7. 24: 1.

Recebido para publicação em 29 de março de 1999

POR QUE SÃO DE MADEIRA ESSAS MULHERES D'ÁGUA?*

Marta Heloísa (Lisy) Leuba Salum**

SALUM, M.H.L. Por que são de madeira essas mulheres d'água? *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 9 : 163-193, 1999.

RESUMO: Tendo como referência uma estátua fotografada por Pierre Verger em torno de 1950 em Ibadan, na Nigéria, e outra registrada por Leo Frobenius em 1910 em sua viagem ao território dos ioruba, apresentamos aqui uma análise comparativa de quatro estátuas atribuídas a Iemanjá em coleções etnológicas no Brasil. Entre elas, destacam-se a do acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia, em São Paulo, e a do Museu Afro-Brasileiro, em Salvador, que, desde 1995, vêm sendo estudadas pela autora através de uma abordagem histórica e etno-morfológica aplicada em suas pesquisas sobre a estatuária tradicional da África. O estudo apresenta também peças relativas a Xangô existentes no MAE. Do ponto de vista teórico, elas testemunham idéias que orientaram a formação de coleções africanas entre nós, contribuindo na discussão sobre as formas do imaginário no Brasil sobre a África.

UNITERMOS: Arte africana: estilística e tipologia – Arte: Brasil – Cultura afro-brasileira: Antropologia – Madeira: escultura – Mulheres: iconologia – Museus: curadoria e histórico de coleções.

Das que teriam servido de modelo às outras

Pierre Verger chamou a atenção para o fato de que em Ibadan, na Nigéria, onde se encontra seu principal templo, Iemanjá¹ é representada por uma “mulher grávida, símbolo da maternidade” observando que “as mãos estão do lado do ven-

tre e ela tem seios fartos” (Verger 1981: 197 e 1999: 293).

No entanto, ele nos deixa sem saber se essa divindade era materializada na forma de uma figura humana, ou como teria sido sua conformação, anteriormente, em seu antigo templo na cidade de Abeokutá. A essa suposta antecessora, ele se re-

(*) Estudo relativo ao projeto *Tratamento de acervos africanos em museus do Brasil face aos estudos africanistas no país e aos sistemas de catalogação internacional: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/USP*

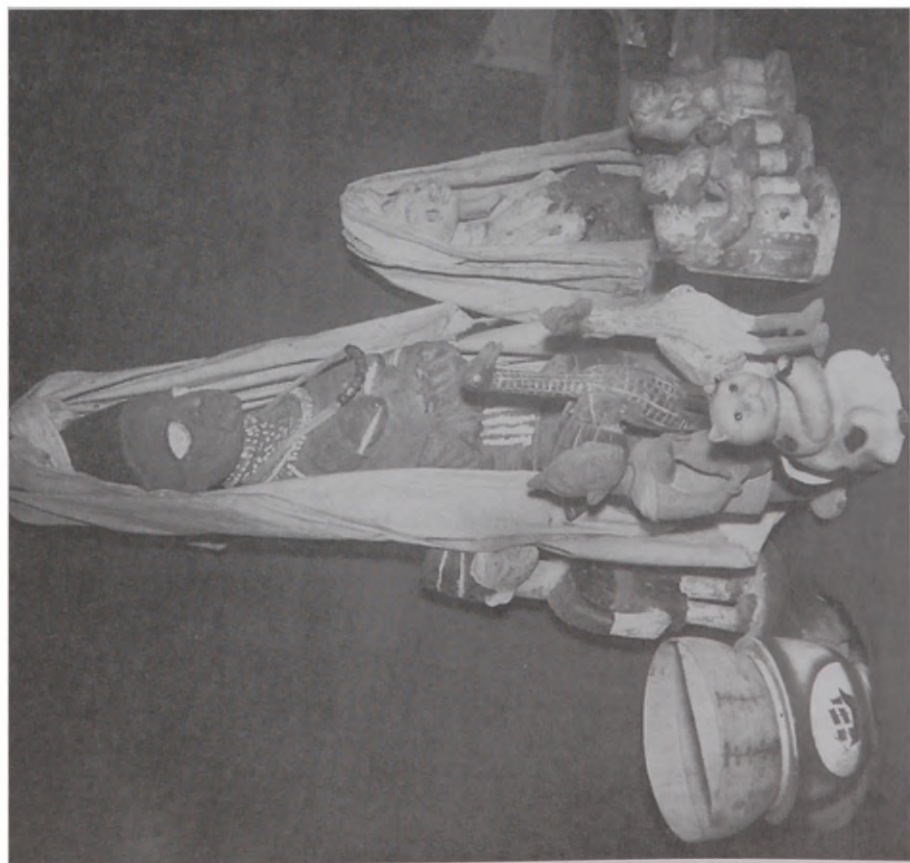
(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(1) *Iemanjá* (do ioruba) é uma palavra que tem uma pronúncia estabelecida e vulgarizada no português, grafada com agudo na oxítone. Na literatura especializada, em inglês, francês e espanhol, aparece com o y das grafias de nomes correspon-

—
dentes – do africano *Yemoja* (cf. nota 6) e do ibero-americano *Yemaya* e suas correlatas. Já *ioruba*, pela ambigüidade da pronúncia entre nós, no Brasil, é uma palavra que vai grafada sem acentuação, e sempre no singular, enquanto *Xangô*, ou *Gueledê*, vão acentuadas e grafadas na forma aportuguesada mais usual. No uso eventual da grafia fonética de palavras, como *iyáàgba*, mantêm-se apenas os acentos usuais entre nós. Quanto ao léxico relativo aos povos da África central aqui citados, ver *Notas de linguagem* em Salum (1996: 8-9).



Pr. 1b – “...é semelhante às imagens existentes na Bahia”
Foto Pierre Verger, s/d, c. 1946-79. Verger® 1981:197



Pr. 1a – “A estátua de Yemoja na África...” Estátua de Ibadan. Foto Pierre Verger, s/d, c. 1949-1955. Verger® 1981:197

fere dizendo apenas: "(...) Era uma mulher que tinha o hábito de sentar-se no lugar onde, atualmente, existe a ponte. É nesse lugar que seus adeptos vão fazer-lhe oferendas (...) No templo antigo, se faltasse água na região, quando Yemoja dormia e, no seu sono, ela se voltava da esquerda para a direita, as fontes jorravam." (Verger 1999: 295).

A fotografia da *estátua de Ibadan*, assim chamada aqui a partir de agora, foi publicada primeiramente em 1957, na primeira edição de *Notas sobre o Culto dos Orixás e Voduns* (...) (Verger 1999), muito antes de ela ter sido contrastada em *Orixás* (Verger 1981: 197) com uma outra, com as seguintes legendas: "A estátua de Iemanjá no seu templo de Ibadan na África..." "... é semelhante às imagens existentes na Bahia" (Pr. I).

Talvez fosse sua intenção selar, com isso, um raro exemplo de semelhança entre a arte africana e brasileira. Talvez não. O que se pode supor é que, ao contrastar essas duas imagens, Pierre Verger tinha em vista sua teoria de fluxo e refluxo cultural entre africanos e brasileiros (Verger 1968).

Mesmo assim, Verger não se referiu a essa segunda estátua como brasileira e sim como *existente na Bahia*. Nem se referiu a ela como *de Iemanjá*. Afinal, ele próprio enfatizou, e ilustrou isto através de um ensaio fotográfico, que, na Bahia, Iemanjá é "latinizada na forma", freqüentemente representada por uma estatueta de sereia com cabelos longos (Verger 1981: 198 e ss.).

Apesar de tudo, é assim, como *de Iemanjá*, que a reconhecemos quando a vimos, integrada por comodato, na antiga exposição do Museu Afro-Brasileiro/MAFRO do Centro de Estudos Afro-Orientais/CEAO da Universidade Federal da Bahia (Fig. 1). Não há dúvida de que se trata da peça da *Coleção Nina Rodrigues* do Museu Estácio de Lima (Museu Técnico de Polícia) do Departamento de Polícia Técnica/Instituto Médico Legal, de Salvador, onde foi registrada como africana.

Essa Iemanjá da Pr. I e Fig. 1, que aqui será chamada de *estátua do IML*, é uma escultura em madeira de 47 cm de altura, que apresenta, como forma, uma mulher em pé segurando uma gamela sob os seios com um volume em platô sobre a cabeça, sendo ao mesmo tempo que uma estátua, um banco.

A ela relacionamos uma outra estátua de mulher ajoelhada de 60 cm. Ela foi publicada primeiramente em 1904, e constitui também um banco "destinado ao sacerdote ou feiticeiro quando pos-



Fig. 1 – Estátua do IML, vista frontal. 47 cm. Foto Lisy Salum, dez 1997.

suído da orixá Iemanjá" (Rodrigues 1982). A esta chamaremos *estátua de Nina Rodrigues* (Fig. 2).

Considerando que um "trono" ou um banco de madeira, e uma gamela sobre o qual é colocada – ou ainda um pilão, que, invertido, de cabeça para baixo, serve de assento, como trono –, sejam, todos eles, formas dos objetos-atributos de Xangô, lembramos da discussão feita por Ladislav Segy (1955), segundo quem a figura de uma mulher ajoelhada na escultura votiva de Xangô na África pode ser a representação de Iemanjá, sua mãe mítica. E Segy desenvolve seu raciocínio referindo-se particularmente à "imagem da deusa Oja", de 52 cm, publicada em Frobenius (1949: 177), através de um desenho de C. Arriens. Ela pertenceu ao autor e data de antes de 1910, quando de sua viagem entre os ioruba. Aqui ela será chamada de *estátua de Frobenius* (Pr. II).



Fig. 2 – Estátua de Nina Rodrigues, vista frontal. 60 cm. Clichê Revista Kosmos, ago 1904.

Além dessas quatro estátuas – de *Ibadan*, do *IML*, de *Nina Rodrigues* e de *Frobenius* – não se tem conhecimento, na África ou no Brasil, de mais do que duas peças associadas a Iemanjá cuja parte essencial, do ponto de vista formal, é uma figura de mulher de madeira. Trata-se da estátua que veio de Benin por intermédio de Pierre Verger para o Museu Afro-Brasileiro-MAFRO/CEAO/UFBA – *estátua do MAFRO*, de 65 cm (Fig. 3) – e da que ele encomendou em Salvador para o Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/USP – *estátua do MAE*, de 64 cm. (Fig. 4).

É preciso que se diga logo que esse tipo de estátua – de formas tradicionais africanas, de valor etnológico e, hoje, com função museográfica – é diferente das *esculturas de Iemanjá* produzidas no Brasil – algumas delas já renomadas. Entre estas, temos, por exemplo, a *Iemanjá* do século

XIX, 19 cm, de madeira pintada, apresentada em Barata (1988: 188),² ou aquela que já foi tida também como *Iansã*,³ 58 cm, também em madeira, esculpida por Agnaldo dos Santos (Ilha de Itaparica-BA, 1926 – Salvador-BA, 1962), ainda que nelas se revelem, cada qual à sua maneira, traços da arte africana. Tanto num caso, como noutro, estamos diante de peças feitas para o mercado religioso ou artístico. Estamos diante das inúmeras e diversificadas formas das artes da África tradicional restauradas no Brasil pela memória coletiva – formas que, externamente ao contexto etnográfico, e vindas tanto das artes ditas “populares” como também das “eruditas” constituem no que temos de mais autêntico na arte brasileira propriamente dita (cf. Salum 2000a).

Isso para esclarecer de início que, embora o tema *Iemanjá* seja corrente na arte de alguns de nossos artistas maiores, trataremos, aqui, em particular, de *estátuas-ícones* que, estando num altar ou num museu, reportam e veiculam, em sua finalidade primordial, crenças na África ou no Brasil.

(2) Desconhecemos a procedência desta estatueta, que se consta apenas pertencer a uma coleção privada, e, ao buscar a edição original do artigo de Mário Barata (1957) para mais dados, verificamos que as ilustrações não correspondem às desta. Esta estatueta é, sem dúvida, um produto de sincretismo religioso. Seus peitos imensos nos levam ao tema fácil da “fertilidade”, que não deixa de ser recorrente nas artes e nas culturas africanas, como bem analisam Munanga, Cerávolo (1987), mas que, sendo pendentes e pesados, conferem a ela – uma “santa” – um caráter ambíguo de aleitamento e virilidade – mais universal e emblemático do que especificamente africano e cultural.

(3) Esta peça, que pertence à coleção CEAB, foi catalogada como *Iemanjá* em *A mão afro-brasileira* (Tenenge, 1988) e em *Arte e religiosidade no Brasil: heranças africanas* (Associação dos Amigos da Pinacoteca, 1997), assim como em *Agnaldo dos Santos: esculturas* (Núcleo das Artes do Desenbanco, 1988), enquanto que em *Afro-Brasilianische Kultur und Zeitgenössische Kunst* (Câmara Brasileira do Livro, 1994) ela está legendada como *Iansã*. Conforme inf. verbal do curador Emanuel Araújo (1998), seu nome correto seria mesmo *Iemanjá*. Ao que parece, essa atribuição se explica pelo par de duas pequenas figuras na base da estátua, tidas como *ibeji* (“gêmeos”, ior.), associados a Iemanjá, muito embora essa iconologia também apareça junto de outras figuras femininas, seja dos ioruba, seja de povos, africanos e não-africanos. Não se consta com precisão se o nome foi dado pelo escultor. Como veremos ao longo do texto, é freqüente a dubiedade da imaginária de Iemanjá, Iansã (Oia) e sobretudo Oxum, possivelmente pela interpenetração dos aspectos do universo feminino que representam. Esta estatueta tem três aspectos que a aproximam, formalmente, das peças deste es-



Pr. II – “Imagem da deusa Oja” Estátua de Frobenius. 52 cm. Desenho C. Arriens, s/d, c. antes 1910. Frobenius® 1949:177.

tudo: a base em disco assentando os pés, o alto do crânio achatado e o recipiente que une, e sustenta, suas mãos. Do ponto de vista estilístico, no entanto, seus traços se assemelham aos da escultura dos povos *bantu*, particularmente dos Balunda e dos Batchokwe, e não dos ioruba, como de nenhum estilo do Golfo do Benin. De fato, Valladares (1983) menciona o impacto que a exposição de peças do Museu do Dundo (Angola), em Salvador, 1959, causou no artista, e isso nos leva a estimar que esta estatueta, sem datação, seja oriunda da fase final da obra de Agnaldo dos Santos (†1962).

De lá, ela nos vem associada aos rios e riachos; aqui, é associada ao mar – entre nós, a *iabá*⁴ mais considerada. Não pretendemos aqui dar conta desta que “é, depois de Xangô, o Ôrixá mais popular da Bahia” como disse Edison Carneiro (1937: 142). Apenas acreditamos que, para analisar essas estátuas, devemos partir do universo das representações coletivas visto sob uma abordagem histórica e comparativa, a começar pelo imaginário artístico sobre Iemanjá no Brasil.

Assim é que nos chamou a atenção o fato de que, há apenas trinta anos passados, os treze artistas brasileiros que ilustraram o livro de Zora Seljan (1967),⁵ se limitaram a *marinhas* e figuras sirênicas. Raramente essas mulheres d'água artísticas seriam, na arte brasileira, transfiguradas em personagens sociais, como na pintura de Abdias do Nascimento (Franca-SP, 1914). Mais do que de ninguém, essas mulheres fluíram cheias de cores pelas mãos de Yedamaria (Salvador-BA, 1940), que, por volta dos anos 1970, já abordava o tema “do problema racial, com a proteção de Iemanjá” – da especial *Iemanjá das águas da Baía de Todos os Santos*, quando a artista começava, então, a refletir sobre sua origem negra e bahiana.

(4) “(...) No plural, nome genérico para designar as ‘senhoras das águas’, ou orixás femininos das águas: Yemanjá – mar (Bras.) e rio Ogun (Áfr.); Oxum – rio Oxum (Áfr.); águas doces (Bras.); Nanã – águas, chuva (Bras.); Iansã – rio Níger (Áfr.); Obá – rio Obá (Áfr.) e Euá – rio Iewa (Áfr.). F. – ior.: ‘iyáágbá’ (mãe adulta) – matrona, *senhora*, avó, mulher velha.” (Cacciatore 1977: verbete *Iabá*). Conforme o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986: verbete *iabá*), “[Do ioruba.] S. f. A principal sacerdotisa dos cultos dos ibejis, a qual dirige todas as cerimônias.” Retomaremos a questão quanto do comentário sobre a associação *Gueledê*, no final.

(5) *Iemanjá e suas lendas* de Zora Seljan é obra pioneira e, até agora, a única que colige estudos e lendas sobre *iemanejã* no Brasil. Trata-se de um ensaio literário, que vai além do romanceiro popular de Jorge Amado (que em *Mar morto* lhe dedica um capítulo), mas que não deixa de ser uma obra de vulgarização. Os trabalhos científicos de que temos conhecimento sobre o assunto são raros, como os artigos de Herbert Unterste (1975) e de Rita Laura Segato (1995). Não tivemos oportunidade de incorporar contribuições da dissertação de mestrado de Armando Vallado sobre Iemanjá nos candomblés e na religiosidade brasileira, apresentada à FFLCH no início deste ano, e a que ainda não tivemos acesso, nem do livro de Jette Bonaventure, lançado pouco antes da última revisão editorial, que possui um capítulo baseado no conto brasileiro “A Mãe d'Água”, que a autora admite poder ser reconhecida como Iemanjá (Bonaventure 2000).



Fig. 3 – Estátua do MAFRO, vista frontal. 65 cm. Cartão postal(recorte), s/d, c. jan 1983. CEAO®/UFBa.

Diante disso, não haveria, pois, mais motivo para dúvida de que Iemanjá, no Brasil, é mulher-peixe e mora no mar, dissimulando sua imagem africana de mulher.

A feitura do feminino à imagem do mito

Odudua e Obatalá tiveram um filho homem, Aganju (“lugar inabitado”) e uma filha mulher,

Iemanjá (“mãe de peixe”),⁶ que por sua vez, geraram Orungan (“alto do céu” ou “ar”). Orungan apaixonou-se pela mãe, perseguiu-a, e na fuga ela caiu: seu corpo inchou e brotaram de seus seios cursos d’água; seu ventre explodiu e dele saiu uma série de personagens, entre eles Xangô e suas três mulheres Oiá, Oxum e Obá.



Fig. 4 – Estátua do MAE, vista frontal. 64 cm. Foto Wagner Souza e Silva, dez 1998/jan1999.

(6) “F. – ior.: ‘yèyé’ – mãe; ‘omon’ (diminutivo para animais); ‘eja’ – peixe (Mãe dos peixinhos). = ‘Yemonja’ (Yemanjá).” (Cacciatore 1977: verbete *Yemanjá*).

Essa lenda é conhecida por esboçar a estrutura de um panteão de deuses na África seguindo o da mitologia grega. É assim que Leo Frobenius registrou seu reconhecimento da arte e da civilização dos ioruba no início do século XX (Frobenius 1949): crendo ter encontrado, no naturalismo e beleza das efígies e cabeças em bronze e terracota de Ifé, os vestígios helênicos da mitológica Atlântida! Essa lenda, ou mito, que reconta a estória de *origem do mundo*, e é um documento da tradição oral, já havia sido publicada, em algumas versões européias, na segunda metade do século XIX, quando apareceu traduzida em português em *Os africanos no Brasil* de Nina Rodrigues (1904: 222-223).

Enquanto que na África de 1950 ela parecia esquecida (Verger 1999), essa estória está viva entre os brasileiros, particularmente entre os bahianos, através da tradição oral dos cultos religiosos, sobretudo na cultura popular. É que, não há dúvida, seria esta a versão do mito que, celebrizando a chegada dos orixás ao mundo, serviu de inspiração ao mural feito pelo artista argentino, mas radicado em Salvador e adepto do candomblé, Caribé (†1997) para o Memorial da América Latina em São Paulo, e a seu *Painel dos Orixás*, para o Banco da Bahia, hoje no MAFRO, em Salvador. Neles, Iemanjá ressurgiu na forma de um peixe ou sereia, de cujo ventre sai uma espécie de procissão de pequenas figuras humanas.

Mas Iemanjá é também idealizada na religiosidade brasileira, como na africana, na forma de uma mulher de grandes tetas. Ora, tetas e curvas são indispensáveis tanto para uma mãe quanto para uma fêmea, além de serem aspectos femininos visíveis, que ajudam a velar o lado obscuro das mulheres em oposição aos homens tão bem assinalado entre as sociedades africanas por Balandier (1977). Muito embora, consideremos: peitos enormes que, de tão grandes, arrastam-se pelo chão, não são sempre sinais de feminilidade apenas, mas de virilidade e truculência também.

Para saber “por que, das mulheres, umas têm os peitos grandes e outras pequenos” ver conto bahiano assim intitulado em Rodrigues (1982: 205-7) que fala de um monstro que se achava no direito de comer “tudo o que se mata”

O conto diz que o monstro era uma mulher de peitos enormes, que de tão grandes caíam no chão e faziam barulho quando ela andava. Furiosa, ela desafiava, enfrentava e afugentava os

homens. Uniram-se, então, as mulheres, munidas de colheres, vasos e panelas, matando-a. Depois apoderaram-se cada qual de um pedaço de seu peito: “as que pegaram um pedaço grande tiveram seus peitos muito grandes e as que só alcançaram um pedacinho ficaram de peito pequeno” E se conclui, como moral da história: “é por isso que as mulheres não têm peitos do mesmo tamanho”

É a própria imagem da inflação, que compensa a “inferioridade” das mulheres frente à “superioridade” dos homens. É o feminino se manifestando em todas as suas grandezas. As qualidades femininas e das mulheres são mesmo universais.

Maternal? Sensual? Poderosa? Mãe, mulher, feiticeira – atributos que se confundem: é muito difícil identificar aquela que, num quadro de sucessivas relações incestuosas, é gerada e geradora. Além disso, por que ela é mãe zoomórfica, de seres antropomórficos, humanizados? – Ela não? Sem sinais de uma literária e pisciforme deusa mitológica,⁷ como diferenciar a imagem de Iemanjá das de outras entidades femininas do panteão *ioruba-nagô*?⁸

Pois, dentre elas, considerada mulher primeira, Iemanjá é a que tem um pouco de cada uma das iabás mais vultuosas, como as esposas de seu filho Xangô. Iemanjá, feita de todos os arquétipos da mulher – dos monstros navais da Antiguidade às nossas senhoras da Cristandade – é enérgica como Ojá, feminina como Oxum, dedicada como Obá.

É por isso que na Exposição Permanente do antigo MAE, impunha-se, como que em vigília, reinando, uma figura de madeira ao lado dos dois painéis dedicados ao “rei divino” e “deus-trovão” dos ioruba, de frente para a vitrine com seu nome: “Xangô e suas mulheres”

Era uma das *estátuas de Iemanjá* do título deste nosso estudo – a *estátua do MAE* da Fig. 4.

Veremos que ela não vem vestida de sereia, nem traço nenhum de peixe tem... ou de rio, tampouco de mar. Tem é um barrado de cauris em baixo-relevo (a concha que se vê na indumentária de Xangô), embora os cauris sejam de domínio de todos os pode-

(7) Cf. em Cascudo 1983, fontes do imaginário sobre peixe-mulher, sereia, gênios aquáticos e “mulheres d'água” no folclore brasileiro.

(8) Relativo aos ioruba tanto da Nigéria como da Rep. Pop. do Benin.

rosos, de todos que promovem a fertilidade, não só entre as crenças dos povos *nagô* (ioruba), ou *jêje* (fon ou ewe), mas dos de origem africana de modo geral, dentro e fora do continente.

Vem vestida só de madeira, pois feita, exclusivamente, desse material.

Apesar de tudo, “Ela é água e nada se pode fazer sem água” – assim se canta para Iemanjá. Não se sabe bem como é que de peixe passou a mulher, como é que sendo d'água, pode ser feita de madeira essa nossa “mãe de tetas chorosas”, com “rins de onde jorram as águas”. como se expressa em outros *orikis*, em sua evocação levantados por Verger (1999).

Algumas dessas evocações descrevem-na rotopiando “quando o vento forte sopra no país”; diz-se que “gira em torno da cidade”. Diz-se também que ela tem “muitos pelos na vagina e que é “mãe que tem os seios úmidos” Nesses *orikis*, podemos observar, mais do que aparência física ou detalhes fisionômicos, destacam-se posições e posturas: “diante do rei ela espera, altivamente sentada”.

É assim a descrição dada por Cabrera (*apud* Verger 1981 e 1999: 297): “Entre as santas, Yemaya distingue-se por seus ares majestosos de rainha. (...) Como Yemaya Achabba, aquela que tem o olhar penetrante e escuta apenas dando as costas ou inclinando-se ligeiramente de perfil.”

– Trata-se de Iemanjá ou de um de seus adeptos? Cabe perguntar de que é feita a *Iemanjá* de que se fala nos *orikis*, pois certamente não se trata de uma como a nossa, que é esculpida – porém não encarnada –, e é de madeira.

Não se conhece nenhuma estátua *de Iemanjá* com as características ditadas pelos *orikis*, nem com as posturais dos “filhos-de-Iemanjá” nos rituais dos *candomblés* (Pr. III).⁹ É isso que nos transpõe das margens da interpretação simbólica, aos contornos da concepção antropomórfica da arte africana.

A arquitetura da figura humana na arte africana

Dizemos que a figura humana na arte africana é sintética para enfatizar sua expressividade

(9) De acordo com Prandi (1995-96: 78): “Segundo o *candomblé*, cada indivíduo pertence a uma divindade específica, que é o senhor de sua cabeça e mente e de quem herda características físicas e de personalidade (...)”

e sua intencionalidade: “uma estátua não representa normalmente um Homem, mas um Ser Humano integral” (Salum 1999b: 14).¹⁰ Em alguns casos, como dos Basonge e dos Bakongo da Rep. Dem. Congo (ex-Zaire), a estatuária é a expressão de uma totalidade, dos estados da matéria, dos reinos naturais, das estações sazonais, dos pontos cardeais, dos fenômenos atmosféricos (Salum 1990a, 1996). É um acúmulo de materiais, nos levando à antítese dos ideais cubistas e kantianos, porque ela não vem do domínio da razão sobre a emoção, nem da forma sobre o conteúdo, caindo por terra tudo o que aprendemos desde o Renascimento italiano sobre o esquema das *Proporções da figura humana* de Da Vinci, não suficientemente compreendido, especialmente se simplificado no calculante *Modulo* do *designer* urbanista moderno, o suíço Le Corbusier (†1965).

E é isto que podemos considerar essencial numa primeira abordagem da estatuária africana: a sua inequívoca materialidade, motivo de seu “primitivismo” no passado e de sua “contemporaneidade” no presente. Essa vocação da estatuária africana, é oportuno que se diga, revive-se em artistas brasileiros inauditos como na escultura e pintura de Mário Cravo Jr. (Salvador-BA, 1923), e na “arte bruta” de figuras humanas gigantes, de grande força poética, de Ramiro Bernabó (Buenos Aires, 1947), que cresceu e vive na Bahia.

Contudo, ainda que desde Nina Rodrigues, as estátuas e estatuetas de origem africana no Brasil sejam consideradas como produto artístico, prevalece a idéia, entre nós, de que as figuras humanas nelas representadas sejam “imagem de um sacerdote” “filho-de-santo” ou “devoto” portando emblemas de suas divindades: na verdade, como “ídolos” Isso passou para

(10) Tende-se a confundir figura humana com retrato, ou com representação gráfica de um indivíduo, de um ser social. É assim que ela nos foi repassada pela história da arte universal. Na visão de mundo africana, contudo, as estátuas não são espelhadas em indivíduos, mas são imagens autônomas, de um universo paralelo ao social. Somente em mudança social, em que os contrastes se tornam visíveis pela desigualdade econômica e pela desvirtuação das bases de poder, é que se poderia admitir haver uma produção estética africana figurativa tendo como referência a conformação biológica ou fenotípica de indivíduos – mesmo assim de concepção estrangeira, muitas vezes indissociável da discriminação, para não dizer do preconceito. Cf. nota 24.



Pr. III – “Iemanjá rodopia” – Babalorixá Armando Akintundê Vallado do Candomblé “Casa das Águas” em seu vigésimo primeiro aniversário de iniciação, 17 junho 2000. Foto de Lisy Salum, jun 2000.

Arthur Ramos (1949: 199), para Edison Carneiro (1967: 96), chegando aos nossos dias através de uma idéia corrente, especialmente no circuito das artes, de que “os orixás não têm forma humana”. Esse argumento, muitas vezes, dá autoridade a alguns artistas em detrimento de outros, resultando, por exemplo, no demérito muitas vezes imposto à obra de Caribé frente à de Mestre Didi (Ilha de Itaparica-BA, 1917). Ora, as duas são de igual, e grandioso, valor estético, e, tanto uma, quanto a outra, legítimas e fundadas, em igual grandeza, no universo afro-brasileiro. Sobre isso, não podemos esquecer de que grande parte das divindades africanas, como os orixás, foram seres humanos, como Xangô, tidô, de um lado, como uma “força” (fenomenal ou atmosférica), e de outro, como um chefe sacralizado – assunto que retomaremos no final.

Tem-se observado, de fato, que a concepção antropomórfica na escultura da África não tem qualquer relação com divindades, normalmente intraduzíveis pela imagem, ou com o ser supremo. Como bem diz Lema Gwete (1982: 78): “o artista, enquanto criatura, nunca se aventuraria em dar forma a seu criador” Através da

reflexão de Jan (1963: 217-218), podemos ir mais longe: “o africano não talha deuses que o dominam, mas imagens que ele domina”

Não vêm tampouco de um modelo humano as formas idealizadas da escultura africana, ainda que baseadas na aparência dos homens. Muito mais que antropomórfica, essa escultura é antropocêntrica – estando aí uma das razões prováveis da riqueza e do vigor visual das figuras esculpidas: mais do que o homem, elas representam a coletividade, e a humanidade não pode ser concebida isolada do universo terrestre e celeste. Pode parecer inadmissível visualizar uma forma de representar o universo ou a humanidade, mas é plenamente possível representar visualmente as noções que emanam de totalidade e plenitude, inteireza e integridade. Pois, na preocupação com a isometria e as proporções – distribuindo massas e desintegrando a unidade do bloco de origem, tratando superfícies e integrando as partes conservadas, os vazios obtidos –, esculpir é construir destruindo com harmonia. Por isso, esculpir não é simplesmente agenciar os “cheios” sempre passíveis de um retoque, mas os espaços que se tornarão vazios. É desse

processo de representação que a estatuária africana tira suas formas constitutivas.

MacGaffey (1977) interpreta as estátuas dos Bakongo como uma “representação metafórica e metonímica do cosmo” e, sob o olhar de Albert Maesen (1960), as estátuas dos Basonge, que como as dos Bakongo são renomadas pelo acúmulo de materiais orgânicos e minerais, são vistas como “superestruturas arquitetônicas” Os dois autores referem-se às estátuas enquanto conglomerados, tal é a quantidade de pregos, fibras e resina com que são adereçadas (cf. Salum 1990a).

Mas só Maesen permite compreender que as estátuas em si são uma construção de formas significantes por si mesmas, antes mesmo que seja acordada como “cultural” a incômoda proporção entre cabeça, tronco e membros, tida como desproporcional em relação às medidas do corpo humano. Raramente há quem se pergunte se aquelas proporções são tiradas de outras medidas.

Não é difícil argumentar que a ênfase de algumas partes do corpo em detrimento de outras é simbólica. O que é difícil é compreender que certas abstrações – percebidas às vezes como “distorções” – vêm mesmo para mostrar que aquela estátua esculpida supera, na excelência de suas linhas e formas puras, o ser humano que lhe serviu de modelo; que, além do mais, aquela figura humana é um produto da interação entre valores humanos tirados da vivência coletiva e individual, física e espiritual. É um produto mental, além de estético e litúrgico (Salum 2000b). Não por acaso que isso é evocado no *Manifesto ainda que tardio* do construtivista Rubem Valentim (cf. Valentim 1976), residindo num ideário, e não em símbolos gráficos isolados, a “africanidade” desse pintor e escultor brasileiro (†1991). E não é por acaso, tampouco, que a pintura fantástica de Niobe Xandó (Campos Novos do Paranapanema-SP, 1915) ou a escultura cenográfica de Ronaldo Rêgo (Rio de Janeiro-RJ, 1935), se apresentam como exercício de construção da identidade e da noção de pessoa, expressadas em linguagem codificada. Pois o que não é a *arte africana* se não isso?

A figuração nas artes africanas não é mais explícita que a abstração. Na verdade, a abstração pode conter mais símbolos universais do que signos culturais específicos. Isso nos leva a observar, também, que a concepção de estátua na arte africana é completamente diferente da helênica ou

renascentista. Em pé, ajoelhada ou acocorada, com as mãos de um lado e outro do corpo, sobre o ventre ou apoiando seios, queixo ou cabeça, a figura humana de madeira integra como que um *projeto de toponímia* das culturas africanas. A madeira de que era feita tradicionalmente uma estátua africana marca seu estilo, e a árvore de que era tirada constitui uma referência de sua origem (cf. Salum 1990b): ela é um emblema do território de um povo a partir do material, antes ser consagrada a seus fundadores (cf. ainda Salum 1996, 1999a).

Pincelamos algo sobre a perspectiva antropocêntrica na construção do significado da figura humana da arte africana, que a torna diferente da sua representação ocidental. Quando, no entanto, atribui-se sexo às estátuas, parece haver uma tendência universal em associar a figuração feminina a fertilidade e fecundidade. O que faz a diferença é que a figura de uma mulher dotada de sinais de gestação não é a única representação plástica figurativa desses dois atributos: na arte africana, estátuas de homens viris ostentam também barriga e seios proeminentes (Salum 1990a).

Isso nos coloca diante de uma inversão de valores. Aliás, desde Olbrechts (1959), vemos formulada uma outra concepção do feminino na escultura africana a partir da produção dos Baluba. Predominantemente feita de mulheres, essa produção escultórica ressalta sua importância no poder político. Francine N'Diaye, citada por Verger (1988), observa que a frequência de mulheres nessa arte deve-se a sua supremacia no poder sucessório. François Neyt observa que na arte dos Baluba a figuração da mulher se origina no desenvolvimento das “realidades escondidas” do mundo. Assim diz ele: “Ao mesmo tempo que mascara, ela revela; ela é aquela que manifesta e, simultaneamente, tem acesso ao indizível. Expondo o mistério da vida, a mulher é a matriz do mundo (...) ela está associada ao discernimento das coisas secretas (...)” (Neyt 1993: 218).

Esses autores referem-se ao fato de que, entre os Baluba, a representação da mulher na escultura em madeira encontra lugar privilegiado. Ela figura em todo o mobiliário comemorativo e nos emblemas de aparato das instituições políticas.

São esculturas do tipo cariátide, isto é: têm um personagem como eixo de sustentação da peça. Dentre elas chamam a atenção, além dos bastões e dos *appui-tête* (“apoiadores de cabeça” protetores de penteados), as *porteuses*

de coupe (“portadoras de tigela”), e os bancos, símbolo máximo de entronização.

Nas primeiras figura uma mulher ajoelhada; a tigela que ela segura com as mãos espalmadas sustentada entre os braços, representa a cabaça mítica do poder político e da adivinhação; às vezes, a dimensão da tigela compete com a da personagem. Nos bancos, a figura humana – que pode ser de uma mulher como de um homem ou, de uma dupla ou de um par – sustenta uma prancha em disco sobre a cabeça, mantida equilibrada com as pontas dos dedos de suas mãos estiradas para o alto.

São estátuas que não se curvaram a sua condição de recipiente ou de sustentáculo.¹¹ Nesse aspecto, são como as *Iemanjá* de madeira do nosso estudo.

A trajetória de três Iemanjás entre África e Brasil: continuidades e descontinuidades estilísticas

1. Trono, orixá ou “feiticeiro”? – a estátua de Nina Rodrigues

Em 1904, Nina Rodrigues publica “um trono ou um banco destinado ao sacerdote ou feiticeiro quando possuído da orixá Iemanjá” (Rodrigues 1982: 64; f. 5, 9 e 10). Em Brazil (1912: 206), ela aparece legendada como “Feiticeiro, quando possuído do Oricha Yomanjá”

Trata-se de uma escultura antropomórfica, uma peça de mobiliário – um banco cariátide, cujo assento é sustentado pela cabeça de um personagem feminino ajoelhado sobre uma base.

Esse personagem, uma mulher, tem crânio esférico. Em seu rosto chato, arredondado e largo, com queixo levemente triangular, destacam-

se grandes olhos ladeando um nariz alongado sobre a boca estreita.

No lugar de cada cavidade ocular, uma superfície côncava parte de cima para baixo, de uma linha semi-circular na altura da sobrancelha não delineada, até alcançar um friso horizontal, suavemente arqueado, mas quase reto e ascendente para dentro, definido por dois sulcos fundos, marcando os limites da pálpebra inferior e seu encontro pela superior de seus olhos fechados. O nariz alongado terminando em “V” tem forma losangular. A boca é feita de dois lábios detalhados de uma massa poupada do desbaste – quadrangular se visto de lado, em meia-lua, se visto de topo. O volume das orelhas é grande e triangular, tendendo à forma de um “C” o que é insuficiente para definir o tipo, sem dados sobre a cavidade auricular, que, pela foto, parece ter elementos característicos. A testa é estreita, coroada por um toucado formado por dois troncos de cone sobrepostos que servem de apoio à grande calota do assento do banco.

Olhando, agora, para a totalidade da peça, o banco, percebemos que o assento e a base têm forma de calotas plenas cujo maior diâmetro corresponde provavelmente ao da seção de madeira original, parecendo ser constituídas – se a peça não fosse extraída de um único bloco, como manda a tradição africana – duas metades de uma mesma esfera achatada. Esculpidos nas extremidades da peça, base e assento formam dois volumes invertidos, opostos simetricamente pela horizontal: a “boca” da base virada para baixo e a do assento para cima, como o contorno de alguns pilões, na forma de uma ampulheta.

Entre eles, uma coluna em que se inscreve a estátua longitudinalmente vela essa simetria vertical: eixo de sua própria figuração e do *design* do banco, *Iemanjá* impõe seus volumes espelhados à esquerda e à direita, pela frente e pelas costas, das rijas e roliças nádegas às mamas cônicas e pendentes, ela é toda dupla e majestosa. Da descrição de Nina Rodrigues: “No largo movimento das mãos abertas, a fim de conter e levantar os volumosos e túrgidos seios da orixá que, para oferecê-los, está de joelhos, o artista expressou a concepção da uberdade, de fundo ctoniano ou maternal, que se atribui a Iemanjá (...)”

Não se tem conhecimento do paradeiro desta que já foi perfilada na nossa apresentação, como sendo a *estátua de Nina Rodrigues* (Fig 2).

(11) No que diz respeito à origem, significado e emprego de *cariátide*, ver Lavedan (1931: verbete *caryatide*). Diz-se que o motivo teria vindo dos arquitetos da época das Guerras Médicas, que acharam inusitada a pose de mulheres gregas, feitas escravas na própria Grécia, carregando fardo pesado sobre os ombros com seus trajes de mulheres livres, que elas se recusaram a abandonar. Ainda que a cariátide tenha sido reconhecida em produções anteriores, parece importante o fato de que, desde a Antiguidade clássica, ela já aparece como ícone da identidade, resistência e insubordinação do universo feminino.

Dela sabe-se apenas que pertenceu a um conjunto de “peças diversas de culto jeje-iorubano dos *orixás* ou *vodus*, tomadas às práticas dessa religião” (Rodrigues 1982: 62) colhidas pelo autor entre 1890 e a data de sua primeira publicação, em 1904. Segundo Carneiro da Cunha (1983), algumas das peças publicadas por Nina Rodrigues na ocasião estariam incorporadas à *Coleção Arthur Ramos* da Universidade Federal do Ceará, mas não parece ser o caso desta, de acordo com as fontes de que dispomos (Lody 1987). Ela também não se encontrava entre as peças da *Coleção Nina Rodrigues* do Museu Estácio de Lima, em transferência para o Museu da Cidade, quando de nossa visita técnica às instituições bahianas em 1998. Resta considerar ainda que essa estátua pertence a um desses acervos, cujo núcleo de constituição se deve à coleta, e sobretudo à apreensão policial em repressão aos cultos afro-brasileiros nas primeiras décadas do século XX¹².

2. Vistas da vitrine – as estátuas do IML e a do MAFRO

Foi inevitável lembrar dessa mulher ajoelhada de curvas generosas quando vimos expostas (cf. Salum 1977) na antiga montagem do Museu Afro-Brasileiro, juntamente com a célebre e já citada foto de Verger, duas estátuas de *Iemanjá* dentro de uma mesma vitrine (Pr. IV).¹³

Afinal são dela os olhos papudos de sobrance-lhas sisudas da *estátua do IML* (cf. Figs. 2a e 1a); seus corpos seguem o mesmo princípio proporcional e seus crânios o mesmo contorno (cf. Figs. 1c e 1d e 2b). Ver o quadro comparativo das figuras.

Enquadrados em um intervalo isométrico correspondente, tiraram-se dela também a forma e o volume dos seios da *estátua do Mafro* (cf. Figs. 2a e 3a). Embora seja um pilão (Fig. 3b), e não um banco, ela conserva a mesma forma de calota

(12) Como o do Museu da Polícia Técnica, no Rio de Janeiro, ou o do Instituto Histórico e Geográfico (Coleção Perseverança), da UFAL, em Maceió, entre outros.

(13) Renovo aqui meu reconhecimento a Jeferson Baccelar, professor de Antropologia da UFBA, que na época era o diretor do CEAO a que pertence o MAFRO. Agradeço também à equipe do MAFRO, em nome de seu coordenador Marcelo Cunha e de sua museóloga Emilia Neves, pelo envio da cópia da documentação original dessas peças, bem como a permissão em publicá-las.

invertida sobre a cabeça da *estátua de Nina Rodrigues*, assim como da *do IML*.

Aparentemente essas estátuas – a *do IML* e a *do MAFRO* – sinalizam uma contigüidade estilística “em garfo”, como dois desdobramentos da *estátua de Nina Rodrigues*.

Desta, elas duas conservam os mesmos olhos e seios, e são todas formadas em sua verticalidade pela mesma distribuição de volumes. E, conforme observa Leroi Gourhan (1970), é diante de uma mesma estruturação de formas e de um mesmo jogo de proporções que se prefigura um estilo.

Mas, se ela houver de fato, esta contigüidade deve ser em outra direção, pois a essas mulheres tiradas da madeira, que se assemelham, duas a duas, pelas massas com que se constroem no espaço, e que se identificam, as três entre si, por detalhes formais comuns, associa-se uma outra: a *estátua do MAE*-Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Fig. 4).

3. Uma *Iemanjá* para São Paulo (ou Da *Iemanjá* destinada à África) – a *estátua do MAE*

Na documentação do MAE, ela encontra-se mencionada pela primeira vez em cartas de Pierre Verger datadas de 28 de março e 15 julho de 1971. E mesmo que lacunar, é através de análise de antigas correspondências e documentos fiscais ali depositados, que, hoje, podemos inferir: a *estátua de Iemanjá* do MAE não é um objeto “autêntico” mas “fabricado”. De fato, essa análise nos permite afirmar que sua aquisição esteve circunstanciada dos três seguintes fatores:

1) a um processo de intercâmbio cultural entre Brasil e Senegal, que se iniciou às vésperas da visita do presidente Senghor ao Brasil em 1970.

2) às iniciativas de formação de um setor permanente relativo à África Negra no então chamado Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo (MAA).

3) às relações científicas entre Marianno Carneiro da Cunha e Pierre Verger.

Depois da Exposição de Arte Africana do IFAN-Instituto Fundamental da África Negra no Brasil em 1969, Ulpiano Bezerra de Menezes



Pr. IV – “Vitrine de Iemanjá” (Sala “O Crer”) – Antiga Exposição Permanente do Museu Afro-Brasileiro-MAFRO do Centro de Estudos Afro-Orientais-CEAO da Universidade Federal da Bahia. Prédio do Memorial da Medicina, Terreiro de Jesus, Salvador. Foto de Lisy Salum, set 1995.

introduziu, junto ao Reitor da Universidade de Dakar a que pertence o IFAN, com apoio do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, um projeto de permuta entre o MAA e o Museu da Universidade de Dakar, em carta datada de 28 de abril de 1970.

Nesta carta, o diretor do MAA oferece uma coleção de “algumas centenas de peças” do Parque do Xingu, em troca da doação e depósito de material arqueológico e etnológico a longo prazo por parte da Universidade senegalesa.

Três meses depois veio a resposta do Reitor, dizendo que, a despeito da importância de uma exposição do Xingu, o Museu de Dakar é consagrado, por vocação, à arte africana.

Desse impasse, surgiu a idéia de oferecer em contrapartida a peças africanas, uma coleção afro-brasileira. Trata disso a carta de 12 de agosto de 1970, do diretor do ICOM, Hugues de Varine-Bohan, para Paul Tessyer, Reitor da Universidade de Dakar, propondo, pelo MAA, em vez de peças do Xingu, “representativas de civilizações indígenas da América” coleções etnográficas “representando populações afro-americanas no Nordeste do Brasil” inspirado na iniciativa de Pierre Verger, quando do projeto de criação do Museu de Ouidah, na Nigéria.

Com resposta positiva da Assembléia da Universidade de Dakar e do Conselho do IFAN, em 14 de janeiro de 1971 foi expedido do Senegal para o MAA e para o ICOM, ofício com minuta do acordo de permuta: 20 objetos de cada parte, de igual valor por um período de 10 anos.

Em uma carta de Pierre Verger datada de 4 de fevereiro de 1971, e escrita em francês, fica subentendido que o diretor do MAA já havia antes disso entrado em contato com ele, incumbindo-o da coleta de peças afro-brasileiras em Salvador, que, na verdade, reduziu-se à encomenda, junto a artesãos locais, de peças candomblé. Dela destacamos o trecho em que Verger diz:

“No que concerne aos objetos de arte afro-brasileira, não há grande coisa que se possa achar, a não ser um Oxê de Xangô que eu poderei mandar fazer por um escultor que conheço e que faz alguns bastante bonitos, e objetos em ferro forjado representando os símbolos de Ogun, Oxossi, Ossaim. A esses poderiam ser somados os objetos levados pelas ‘iaos’ como leques, espadas, xaxarás levados por Omulu e outros objetos. (...). Eu não aconselharia enviar figas que não são de modo algum africanas de origem”

*Fig. 1 – Estátua do IML, 47 cm.
a: vista frontal;
b: vista ¾ superior frontal;
c: det. perfil direito;
d: vista dorsal.
Fotos de Lisy Salum, dez 1997.*

*Fig. 2 – Estátua de Nina Rodrigues, 60 cm.
a: vista frontal;
b: vista ¾ dorsal esquerda. Clichês Revista Kosmos, ago 1904.
Rodrigues^o 1982: f: 9 10.*

*Fig. 3 – Estátua do MAFRO, vista frontal. 65 cm.
a: cartão postal (recorte), s/d, c. jan 1983. CEAO/UFBa^o;
b: vista ¾ superior frontal;
c: perfil direito;
d: vista dorsal.
Fotos de Lisy Salum, fev 1998.*

*Fig. 4 – Estátua do MAE, 64 cm.
a: vista frontal. Foto de Wagner Souza e Silva, dez 1998/jan1999;
b: vista ¾ superior frontal;
c: det. vista ¾ direita;
d: vista dorsal.
Fotos de Lisy Salum, nov 1998.*

QUADRO COMPARATIVO DAS ESTÁTUAS DE IEMANJÁ



A discriminação das peças que viriam da Bahia foi feita na carta de 15 de julho de 1971, em que se mencionam várias “ferramentas” e emblemas de orixás, além da “Iemanjá”. Na carta de 26 de agosto seguinte, que noticia o envio dos últimos itens da lista, Verger observa:

“Todas as peças enviadas são da mão de Carlos Henrique Guimarães que trabalha como mecânico [técnico?] no Museu do Unhão, salvo o oxo de Xango feito por Georges Pflieger, e o xaxara confeccionado por Dioscoredes Santos, filho de fé de minha mãe espiritual, dona Senhora Maria Bibiana do Espírito Santo” Uma breve pausa neste histórico para se rememorar esta, que é a lendária Mãe Senhora do terreiro Axé Opô Afonjá, e lembrar que o artesão Dioscoredes, de então amador e iniciante, é Mestre Didi, feito hoje o mais renomado artista afro-brasileiro do circuito internacional. Eis um dos valores da documentação museológica: às vezes simples dados cadastrais, que dirá os objetos a que se referem!, revelam as dinâmicas da informação e as ideologias que sustentam e fabricam as tradições – seja no das mudanças sociais (Hobsbawn, Ranger 1977), ou no contexto acadêmico ou institucional.

O envio da lista com a descrição das peças seguiu em fevereiro de 1972 e nunca teve resposta das instituições senegalesas, então com novas gestões.

Depois de quatro anos de trâmites e expectativas, a pauta da reunião de 18 de dezembro de 1972 da SAMAE, Sociedade de Amigos do [antigo] MAE (ex-MAA), ainda se centrava sobre o tema da aquisição de peças afro-brasileiras na Bahia para intercâmbio com peças do IFAN.

Outras tentativas de intercâmbio foram feitas. Em 1974, veio do Museu Nacional de Gana uma coleção de objetos dos Akan e Ashanti, mas os onze objetos da lista de Verger, inclusive a *estátua de Iemanjá* destinada à África – mas que da África não parece ter merecido o reconhecimento esperado –, foram no mesmo ano tombados na coleção 74/2 do MAE, onde permanecem até hoje.

4. Dessas três estátuas

– do MAFRO e do IML, e do MAE
– contra a de Nina Rodrigues

A consideração da *estátua do MAE* provoca uma subversão e um novo arranjo das correlações formais entre as duas estátuas expostas no Museu de Salvador e a *estátua de Nina Rodrigues*. É que contra essa *estátua* ajoelhada, juntam-se agora três

figuras femininas em pé, cujos braços flexionados em *L* estendem abaixo dos seios, frente ao ventre, uma gamela com tampa presa entre as duas mãos. Nas três estátuas – na do IML, na do MAFRO e na do MAE – destaca-se também a saia lisa com um barrado decorativo esculpido na forma de uma fieira de cauris, assim como o diadema circular contornado com incisões geométricas no alto da cabeça, perfazendo uma espécie de turbante entre ela e a forma de calota invertida sobre a cabeça.

Essa forma sobre a cabeça na *estátua do MAFRO* é vazada (na forma de pilão – cf. Fig. 3b) enquanto que na *do MAE*, assim como na *do IML*, é de uma calota plena (formando o assento de um banco – cf. Figs. 4b e 1b). Estas duas têm outra coisa em comum, que a *do MAFRO* não tem: as mãos em pinça, com apenas o polegar assinalado. Isto, e o fato de apresentarem, entre si, graus de maior ou menor abstração, ou naturalismo, não minimiza a enorme identidade estilística entre as três; significa apenas que vieram de “mãos” diferentes.

O problema é que vieram de “mãos de artista” de continentes e nacionalidades diferentes, sem contato pessoal entre si. Fontes de inspiração, forma de obtenção dos volumes, cores, às vezes a inclinação por certos materiais e procedimentos técnicos, podem estar no inconsciente coletivo, podem ser veiculados pela memória. Mas o modo com que os elementos de estilo são tratados é que faz a diferença pessoal, é que testemunha a autoria de um indivíduo, ou de um ateliê, mesmo nas más cópias de seus aprendizes. Qual teria sido o modelo usado?

5. Da precedência da *estátua do IML* ou Apontamentos sobre a cronologia dessas Iemanjás

Através da análise da documentação disponível nos museus em que estão conservadas, é possível admitir-se que, na época em que foi feita a encomenda da *estátua de Iemanjá* para o MAE a um artista bahiano, em Salvador, tenha sido encomendada, a um artista africano, em Benin, uma outra *estátua de Iemanjá*, sendo esta para o MAFRO. Mais do que isso, supomos que, em ambos os casos, a encomenda tenha sido feita com base na foto da *estátua do IML* – a que Pierre Verger se referiu como “imagem existente na Bahia” com que, julgava ele, a *estátua de Ibadan* [Pr. I (a)] se assemelhava.

Não temos conhecimento de quando data essa fotografia, mas estimamos que ela tenha sido feita a partir de 1946, depois que Verger se fixou em Salvador, e antes de 1979, quando ele encerra uma sucessão de viagens entre a Bahia e a costa ocidental da África documentada em *Orixás* (cf. Verger 1981: 294, sobre o autor e sua obra). Indo mais além, é possível que essa foto – se usada como referência à estátua do MAE ou à do MAFRO – tenha sido feita no máximo até outubro de 1975, ano em que a correspondência entre Pierre Verger e Ulpiano Bezerra de Menezes, então diretor do antigo MAE, acusa desde os planos comuns sobre campanha de compras para o museu de São Paulo e para o de Salvador, então em organização na Bahia, até os problemas com a expedição de peças confiadas à embaixada do Brasil na Nigéria para o museu de São Paulo. Entre essas peças estaria a *estátua do MAFRO*, trazida de Benin, cujo registro de entrada na instituição data de 23/04/76, como doação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Essa foto nos permite perceber que a *estátua do IML* se apresentava então com manchas semelhantes às deixadas por libações.

Manchas e pátinas são vistas, ainda hoje, em estátuas recolhidas pelos europeus na África desde as antigas expedições até o fim do período colonial, sendo muitas vezes consideradas prova da autenticidade do objeto. Mas, desde há muito tempo que não se deve mais considerar, sem uma análise laboratorial prévia, esses sinais como tal em objetos de proveniência desconhecida, pois eles podem ser o testemunho do contrário: o de sua falsidade.

Mas os sinais na superfície da *estátua do IML* revelados na foto de Verger não devem ser descartados como prova de uso ritual, já que ela foi institucionalizada num *museu de polícia*, entre objetos considerados ilegais, ainda protegida do circuito dos grandes colecionadores, e, segundo consta, há quase meio século atrás, conforme o que se segue.

Em julho de 1986, essa estátua, então emprestada pelo Museu Estácio de Lima para o Museu Afro-Brasileiro, foi inventariada pelo *Levantamento dos acervos museológicos de arte sacra negra em Salvador* (Convênio Pró-Memória / PMS-SEPLAM). Na ficha de inventário observa-se tratar-se de uma “peça rachada na cabeça e na saia”, com *estado de conservação* “regular”; na *descrição física* não se menciona a existência de manchas ou pátina na superfície,

mas que se trata de uma “peça de madeira clara”. Consta também na ficha que a *data de aquisição* – 1955 – “pertence à documentação do Museu Estácio de Lima”.

Isso nos leva a considerar que, entre 1955 e 1986, ela tenha recebido cuidados de restauro, com os rachos preenchidos, e de limpeza, não deixando transparecer ao inventariante as manchas que, na foto de Verger, sugerem corresponder a crostas esbranquiçadas e opacas. Isso pode ser dito com relação à cor da superfície também: em 1995, nove anos depois do inventário, a superfície da estátua, de dentro da vitrine nos parecia de um avermelhado uniforme.

No início de 1998, quando estava em tratamento de restauro, transparecia dentro das fendas da madeira dessa estátua grande quantidade de cera da cor de carmim,¹⁴ aumentando o ar empastado de sua superfície envelhecida (Fig. 1c), ao mesmo tempo que mostrando sua autenticidade em relação à estátua do MAE e do MAFRO.

6. Do estilo “africano” e do estilo “brasileiro” ou Outros apontamentos etno-morfológicos

Pouco depois, no final de 1998, seria vez da *estátua do MAE* ser tratada com uma limpeza cuidadosa para não adulterar seu tratamento de superfície original. Dela foram tirados os pontos de fungo e o material depositado pelo tempo. Com a limpeza, examinada de perto, esta estátua revelou, ao contrário da *do IML*, sua feitura de encomenda, antes mesmo que levantássemos os dados de documentação acima expostos.

Apesar de tudo as *estátuas do MAE e do IML* são análogas, não apenas por serem, ambas, bancos, nem por terem as mãos em pinça (cf. Fig. 4c e

(14) Trata-se provavelmente da “cera utilidade” de uso odontológico, para completar moldeiras ou obliterar bolhas do modelo ou fendas na prótese provisória. De fato, na foto desta peça publicada em Barata (1957:52) revelam-se vazios de deterioração ainda não preenchidos. Em maio de 1998, observamos material semelhante no restauro de peças da Coleção Africana do Museu Paraense Emílio Goeldi, particularmente nas estátuas dos Bakongo. Segundo informação verbal de Gedley Belchior Braga, artista plástico e conservador do MAE-USP, o uso eventual desse material em restauração artística já foi relatado na literatura especializada.

1c). Elas são de formas redondas e maciças como a *estátua de Nina Rodrigues*, também na forma de um banco, apesar de serem figuras em pé, e não ajoelhadas. Poderiam ser relacionadas a formas da estatuária *bantu*, embora tenham traços faciais, como as sobrancelhas sisudas observadas na de Nina Rodrigues em comparação com uma delas (a do IML), características de estátuas dos fon ou dos ewe da República Popular do Benin e do Togo – chamadas de *bochio* ou *botiô* (“defunto”; relativas a *voduns*, entre eles, forças correspondentes aos *orixás* dos ioruba aos *minkisi* da África central – enquices, Bras.) – vistas nas coleções e catálogos, assim como no acervo dos dois Museus – no MAE de São Paulo, e no MAFRO de Salvador.

São diferentes da *estátua do MAFRO*, que é longilínea, em forma de pilão, e não de um banco – sendo a única nessa categoria analisada até o momento –, e que, comprovadamente, veio da África. De acordo com sua ficha de registro, ela deu entrada no Museu em 23/04/76, como já foi dito, e foi esculpida pelo escultor de nome Oju Orobi, de Tori Bossito, da República Popular do Benin, na África.

Ainda assim, e sendo uma Iemanjá dos rios e dos riachos – pois veio da África – essa estátua é legendada num antigo cartão postal do Museu (Fig. 3a)¹⁵ como se fosse brasileira: como “Iemanjá – Divindade do mar, em madeira”.

Mas não nega sua origem, nem pelo estilo, nem pela forma. Por um lado, sua policromia, o contorno do rosto e do crânio pontiagudo, vistos de perfil (Fig. 3c), são traços reconhecidos dos estilos *ioruba*,¹⁶ sob os quais foram idealizadas a *estátua de Ibadan* [Pr. I (a)] bem como a de *Frobenius* (Pr. II). Curiosamente, suas diminutas mãos são as mesmas da *estátua de Nina Rodrigues*, em ambas as estátuas, ejetadas de um pulso anelado, além do que entre as duas já se observou atrás (cf. Fig. 3a, c e 2b). Denuncia, por outro lado, sua proveniência

africana a sua forma de pilão (Fig. 3b). Pois que tradição seria esta – se não a que reconhecemos, entre nós, como “da África” –, de fazer de estátuas femininas recipientes, de vez que são mesmo as mulheres quem na gestação homogeneizam substâncias vitais, como, no almofariz se homogeneizam os grãos que alimentam?

Entre a forma do pilão e a figura cariátide do oxê

1. O caráter emblemático de um pilão de Xangô

Segundo Segy (1955:146), a imagem feminina que se vê na produção escultórica relativa a Xangô pode ser alusão a uma de suas mulheres em particular: sua mãe, Iemanjá.

Essa escultura dita *de Xangô* é constituída de vários tipos de objetos, além do seu bastão ritual e de dança. São pilões, bancos, gamelas. E são essas as três formas principais que concorrem com a da figura humana nas *Iemanjás* examinadas nesse nosso estudo.

A iconografia nas laterais do pilão é tradicionalmente, desde a África, constituída de uma figura cariátide. Essa iconografia se vê presente em pilões feitos no Brasil, seja como produção estritamente estética, assim como para uso ritual.¹⁷ Muitos deles podem ser confundidos com colunas, quando rituais, depositados na obscuridade do interior de templos de baixa altura onde são habitualmente guardados. E o que é uma cariátide se não uma pilastra de sustentação, cuja função original seria arquitetônica, mas que formalmente é atinente à estatuária?

Ocorre que nem sempre essa figura inscrita nas laterais cilíndricas do pilão de Xangô vem de ponta-cabeça, como a inusitada peça da Pr. V (a, b), conservada no MAE.

Um texto sem data, datilografado e revis-

(15) Esse cartão data provavelmente de janeiro de 1983 tendo em vista o que consta na publicação do CEAO, *Afro-Ásia*, 14: xiv, em *Atividades do Museu Afro-Brasileiro – 1981 a 1983*: “07.01.83 - Apresentação dos cartões postais do Museu Afro-Brasileiro; Mostra das novas doações para o acervo do Museu”

(16) Sobre “mãos” e identidade de artistas *ioruba*, confira, entre outros, Willet, Picton (1967); Fagg (1969); Bascom (1973); Thompson (1973); Stoll, Stoll, Klever (1980) e Abiodun, Drewal, Pemberton III (1994).

(17) No Museu do Homem do Nordeste da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, há uma dessas peças importantes, trazida para o acervo em 1982 por Manoel Papai, renomado sacerdote em Pernambuco. Ao longo de seus 54 cm de altura, inscreve-se uma figura humana entalhada e policromada, de braços em ângulo reto com as mãos para o alto, em direção à boca do recipiente.

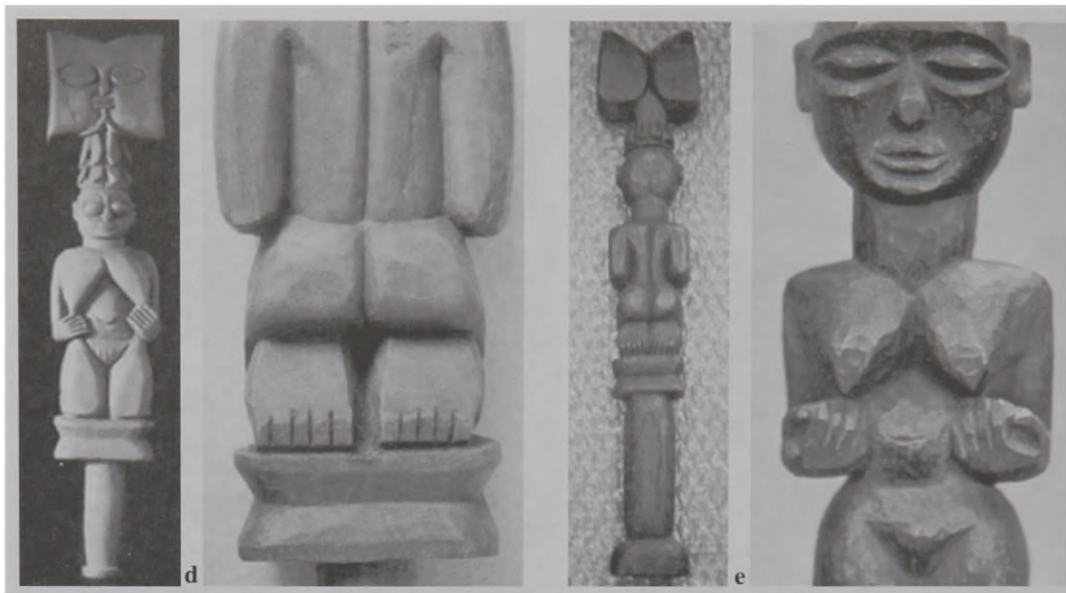


*Pr. Va – “Pilão ritual de Xangô (Odo Shango)”
Vista de topo-frontal (3/4), focando a figura
cariátide – o pilão, de boca para cima. Foto
de Lisy Salum, [recente].*

*Pr. Vb – “Pilão ritual de Xangô (Odo Shango)”
“[Peça] Antiga” Madeira escura. Alt. 31,5 cm,
diâm. 32,5. [África, s/proc.]. Entrada: [até 1977].
Coleção MAE-USP. Vista frontal, focando a fi-
gura cariátide, de boca para baixo, como um “tro-
no” Foto de Lisy Salum, [recente].*



*Pr. Vc – “Pilão ritual para o culto de Xangô
(Odo-Sango) em atitude hierática e de grande
serenidade. Madeira policromada vermelho,
branco e amarelo, azul” Alt. 47,5 cm, diâm.
máx. 29 cm. Nagô, Pobé, Daomé [Rep. Pop. do
Benin]. Entrada: [até 1977]. Coleção MAE-
USP. Foto de Lisy Salum, [recente].*



Pr. Vd – Bastão (Oxê Xangô). Madeira clara. 50,8 cm. Bahia, Brasil. Entrada: 1974. Coleção MAE-USP. Foto de Lisy Salum, [recente].

Pr. Ve – Bastão (Oxê Xangô). Madeira escurecida. 50 cm. Bahia, Brasil. Entrada: 1976. Coleção MAE-USP. Foto de Lisy Salum, [recente].

to a mão de Marianno Carneiro da Cunha (†1980) parece ser a fonte primária dessa peça, em que ela consta como “pilão ritual de Xangô” seguido de “(odo sango)” assim descrita: “Peça de madeira escurecida, inteiriça com pátina de sacrifício (...). Antiga. No registro central, *cena de sacrifício a Xangô*. Sacerdotisa em nudez ritual, ajoelhada, mas com as pernas voltadas para cima formando um ângulo reto com as coxas de modo a que os pés fiquem à altura da região ilíaca. Braços levantados à altura da cabeça; mão direita segurando um crótalo de cabaça, xerê, em mão esquerda brandindo um oxê, machado neolítico, estilizado. (...) À sua direita, uma bolsa ritual (laba-Sango), objeto que figura obrigatoriamente em todos os santuários de Xangô. (...) Note-se que o ‘pilão’ é sempre utilizado emborcado. (...)” (Cunha s/d; grifos nossos).

Aqui, provavelmente por sua sólida formação em assiriologia, e sendo um especialista no estudo da cultura material, Marianno, que era exímio na descrição de objetos, limitou-se, no

entanto, aos aspectos “cenográficos” e decorativos, do pilão. Focou a iconografia (“cena de sacrifício a Xangô”), e os aspectos estritamente morfológicos da figura humana, a que chama, aliás, de “sacerdotisa” – num lapso, talvez por vício herdado da leitura dos africanistas desde Nina Rodrigues.

Teria desconsiderado sua força autônoma enquanto escultura? Ora, “lendo-a” com o olhar, essa figura humana compete com o próprio pilão, de modo a perguntar-se: será que ela está contida nele, ou é ela que, simbolicamente, o contém? Essa mulher ajoelhada transforma, como que por si só, o pilão em banco, ou num “trono” Isto sim, Marianno inferiu: “Note-se que o ‘pilão’ é sempre utilizado emborcado”

Este, que vira banco, e apenas um outro, que de tão raso poderia ser gamela com feito antes de taça que de almofariz [Pr. V (c)], são os dois únicos e impactantes pilões, que o pesquisador trouxe da África para o acervo do antigo MAE (cf. Salum, Cerávolo 1993), planejado por ele como um conjunto de pequenas coleções

temáticas,¹⁸ entre elas a relativa a Xangô, de que evidenciou para si mesmo as principais (Cunha s/d), que são as mais vultuosas também: além desses dois pilões, a fenomenal “tijela ritual de Xangô” de 54 cm de diâmetro, constituída de dois volumes maciços de madeira clara, sendo a monotonia da superfície rompida apenas por dois machados neolíticos estilizados em relevo na calota esférica da tampa.

Sobre este último pilão, observa-se que, de tão figurativo, Marianno, embora tendo-o intitulado como “pilão ritual para o culto de Xangô em atitude hierática e de grande serenidade” começa sua descrição dizendo: “Mulher ajoelhada segurando o recipiente pelas alças (...)” (Cunha s/d). No lugar do pé, da “taça” lá está a mulher ajoelhada – a cariátide das nossas *Iemanjás*.

2. A definição e a desfiguração ou

Da haste, da muleta, da flecha, do machado e do raio

Peça chave do altar, o pilão de Xangô, emborcado, vira um assento onde se deposita a gamela, e, no qual se recosta seu emblema em forma de bastão – o *oxê*.

No verbete “*Oxê* (de Xangô)” de Cacciatore (1977), lê-se: “Pequeno bastão de madeira (...) também chamado ‘moleta de Xangô’ (...). F. – ior.: ‘osé’ (oxê) – haste.” Nele a autora remete o leitor à “*Moleta de Xangô*”, que diz: “Também dito

seta de Xangô. Nome dado, em xangôs pernambucanos,¹⁹ ao machado duplo, símbolo de Xangô, confusão devida a assemelhar-se esse instrumento simbólico a uma muleta. (...)”

Atualmente, nos estudos africanos ou afro-brasileiros, ou quotidianamente, em virtude da difusão da terminologia dos candomblés entre nós, é corrente a idéia de que um *oxê* é, mais do que uma figura, um emblema. É verdade que para uma elite cultural brasileira, essa idéia e o significado do *oxê* foram absorvidos pela repercussão da arte de Rubem Valentim.

Mas aqui tratamos de um caso em que a abstração vence a figuração como estratégia política contra a opressão colonial, da mudança social e da escravidão, e não através de ditames estéticos contemporâneos: há *oxês* muito simples que parecem derivar dos mais complexos, maiores e mais figurativos. Esse enxugamento de formas é o primeiro passo para a codificação de um ideário, colocando em desuso temporário *formas materializadas*, e não um abandono gratuito da memória coletiva como parece simplificado em Bastide (1967). É assim que se explica porque durante certo tempo alguns elementos do panteão *jêje-nagô*²⁰ foram adotados em sincretismo nos cultos de origem *bantu* no Brasil: “Na clandestinidade, descarta-se o envólucro e conserva-se a substância” (cf. *Nkissismos e Bantuísmos* em Salum 1996: 105-110).²¹ Mas, inseparável da matéria bruta que é, e estando arraigadas, na alma a inspiração, e, a técnica no espírito, a forma ressurgue mais cedo ou mais tarde.

(18) Em nossas considerações, ressaltamos que esse acervo foi planejado por Marianno como um conjunto de pequenas coleções temáticas. Isso fica também bem evidenciado em Cunha (1983: 984-989, 999-1017, 1027), em que se apresentam, subjacentemente como foco preliminar de abordagem, “grupos de peças” – destas compradas por ele visando ao acervo. Trata-se, respectivamente, das peças das “fases de fabricação de uma máscara Gueledê” e “etapas da cera perdida”, assim como dos “bronzes” *ogboni*; os *oxês de Xangô*, as estatuetas *ibéji e de exu* e as máscaras *gueledê*; e do conjunto de jóias, entre outros. Essas coleções individualizadas constituem ainda hoje a totalidade do acervo africano em exposição e reserva do atual MAE, boa parte dele pertencente à família Carneiro da Cunha – ali em comodato –, ainda que esse acervo tenha sido engrandecido mais tarde com a incorporação de coleções afins como, respectivamente, a afro-brasileira do Museu Paulista e a de peças de cultos afro-bahianos de Renate Vierterl (professora do Depto. de Antropologia/FFLCH/USP), que, doada recentemente, está ainda em processo de incorporação.

(19) Xangô Pernambucano ou Xangô Alagoano são cultos que integram as religiões afro-brasileiras, junto dos Candomblés (*jêje*, *nagô*, *bantos* e de *caboclo*), do Tambor das Minas (Maranhão), dos Batuques (Rio Grande do Sul e Amazônia).

(20) Relativo às divindades dos candomblés de origem *fon* e *ioruba*.

(21) Isso não exclui a possibilidade da existência de objetos da África no Brasil, entre os escravos e seus descendentes, ainda antes da Abolição. Com relação a sua exata proveniência, há que se verificar, entre outros, rumores de que teria havido, no fim do século XIX, um esquema de contrabando na recepção dessas imagens da África via porto do Rio de Janeiro (em investigação), o que poderia ser, em parte, atestado por Barata (1957: 56), segundo quem, nessa época, algumas esculturas seriam “importadas” da África de fato. Além disso, Etienne Brazil, tendo estudado no início do século XX a documentação e os acervos disponíveis, afirma que os orixás eram figurados “como ídolos” (1912: 205). Cf. nota 33.

Oxê é uma forma dupla centralizada sobre um eixo vertical, em T. É semelhante a um instrumento lítico de lâminas espelhadas, desdobradas e duplicadas simetricamente em relação ao cabo: tem a forma de uma borboleta em vôo, aberta. Isso explica as expressões “machado com asas” de Edison Carneiro e “machado duplo”, comum na literatura sobre o assunto. Essa forma é esculpida em madeira e aparece encimando uma figura humana torneada ao longo do cabo de um bastão de mesmo nome, *oxê*, ou sobre a cabeça de uma estatueta independente que, na produção africana, pode alcançar 60 cm, como é o caso da *estátua de Frobenius*.

Já na produção brasileira, mais que o *oxê*, a figuração de Xangô é tema de mais controvérsia. Raul Lody notou, por exemplo, que nas peças do Xangô Alagoano anteriores a 1912 da Coleção Perseverança há esculturas em madeira similares relativas a orixás diferentes, e ele se pergunta se seria típico dessa modalidade de culto produzir uma imaginária a partir de um “modelo iconológico fundamentado numa representação básica, a de Xangô” (Lody 1985: 20). Ora Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro insistem em dizer que a representação humana em objetos de cultos não é a do orixá em si mesmo, sendo ela normalmente atribuída à influência, por sincretismo, do uso de imagens pela Igreja Católica. Mas, com relação ao Xangô africano, reconsideremos o que diz Lawal (1983: 48): “Talvez a função mais importante das esculturas do altar está no seu uso como um veículo de comunicação. (...) o raio [simbolizado no *oxê*] representa Xangô no altar. Mas é um símbolo muito abstrato (...). São representações humanas no altar que ajudam de certa maneira a sugerir ao devoto a humanidade de Xangô”.

Esse autor refere-se a uma produção tradicional em contexto atual. Assim é que inversamente ao processo de “desmaterialização”, pode existir o do surgimento de uma nova figuração. Edison Carneiro ressalta que os *oxês* não são ídolos, mas sendo mantidos num altar e sob a influência da concepção popular dos santos católicos, “não tardará o dia em que se tornem ídolos” (Carneiro 1967: 96-97).

3. Nota sobre a Oxum de Xangô ou Sobre a essência da feminilidade

Isso nos obriga a ver com outros olhos algumas estatuetas relativas a Xangô de feita brasileira tidas como um “produto artístico mes-

tiço” –, não apenas do ponto de vista do estilo, como foi tratada a “peça do culto de Oxum” por Nina Rodrigues (Rodrigues 1982: 165-66), mas também do ponto de vista da representação.

Essa peça, que foi reapresentada em Brazil (1912: 206) como “Sacerdotiza possuída do *oricha Ochum*”, e que poderia ser chamada simplesmente de *estatueta de Oxum* (Barata 1988: 185 a identifica como “a magnífica Ochum” da coleção Nina Rodrigues”), é uma *forma particular de representar a figura feminina* conhecida em três peças de Xangô de autoria diferentes: vestida apenas com saias plissadas e abaixo dos joelhos; braços arcados ao longo das laterais do corpo emoldurando seios arredondados e desnudos; penteado em cone ou piramidal característico, hachurado como a saia, e limitado na frente e nas têmporas por linhas retas; olhos pequenos e de órbitas brancas, no centro das quais um ponto redondo sinaliza as pupilas de expressão vidrada. Essa é a concepção formal de figura humana usada pelo “parafrênico” do Hospital-Colônia Juliano Moreira, da Paraíba, de quem Gonçalves Fernandes (1937: f. 9) publica um bastão. Ela também aparece em mais dois bastões de Xangô: num bastão da coleção do Instituto de Estudos Brasileiros-IEB/USP e no publicado por Arthur Ramos (1949: f. IV), tido como “Xangô e sua representação escultórica”. A semelhança do “esquema da cabeleira e da saia ‘plissé’” do bastão de Arthur Ramos e da *estatueta de Oxum* de Nina Rodrigues foi observada por Mario Barata (1988: 185).

E a propósito, vale observar também a semelhança das estátuas de *Iemanjá* que vínhamos analisando com esta que, sendo peça referente a uma das mulheres de Xangô, e de um estilo do Xangô Pernambucano, também tem uma gamela – atributo de Xangô – entre as mãos e frente ao ventre.

Mais uma vez entra em jogo a identidade dessa *mulher-eixo* que faz frente a todas as mulheres de Xangô: seja Oxum, identificada nesta estatueta, seja Oiá, identificada na *estátua de Frobenius*. Na literatura consultada, assim como nas coleções conhecidas, não temos nenhuma outra peça, exceto as artísticas, sem valor cultural, que seja autenticamente relativa nem a Iemanjá, nem a Oxum ou Oiá. A quem serviriam essas figuras de mulher?

A constelação do processo criativo, em todas as culturas, deriva da contenção das *imagens* psíquicas

de "tonalidade" feminina²² em qualquer ser, e do trabalho de nossas "mulheres anímicas".²³ E, a partir do que já vimos, isso nos dá uma pista para discutir um aspecto do imaginário *ioruba-nagô* que nos parece ser um dos eixos fundamentais dessa *iconologia de mulheres* a partir da relação entre mitologia e organização social, ou tempo mítico e espaço histórico.²⁴

Embora patrilineares e patrilocais, os *ioruba* têm em Iami Oxorongá, ou nas Iami simplesmente, a figura da gestadora ancestral mítica (cf. Cacciatore 1977: verbete *Iami* e *Iami Oxorongá*). Ela é a primeira mulher que veio ao mundo e representa um universo contrário ao universo masculino. "Ela", portanto, são muitas – portanto, "dobrai o joelho para a mulher, a mulher que nos pôs no mundo",²⁵ pois Iami é sempre defensiva e encolerizada – e temida – e investe contra o seu oposto, um inimigo tido como paciente, ponderado e astucioso, contra a ordem estabelecida (pelos homens) e contra todos.

Esses universos – feminino e masculino – regidos por normas próprias e diferenciadas, resistem um contra o outro, valendo-se de estratégias animadas, nas narrativas mitológicas, por temperamentos psíquicos opostos. Mesmo assim, como explica Marianno Carneiro da Cunha, "o conceito de Iami

como ser primordial e arcaico é algo de completo", e, como "a sociedade funda-se essencialmente na fixação das diferenças, no equilíbrio e complementaridade de posições", Iami é definida como um "pássaro solitário" (Cunha 1984: 3). Pássaros solitários, os temerários abutres são também.²⁶ A ela é rendido um culto de aplacação: o festival da associação Gueledé. Nessa ocasião, como diz Marianno, Iami "socializa-se", e "inibem-se os elementos que a fazem auto-suficiente e solitária e ela *torna-se par de uma divindade masculina* (...). *Isto vale não somente para Iami Oxorongá, mas para todas as divindades femininas, as chamadas Iabá*, que em seus níveis mais arcaicos assumem a forma de Iami Oxorongá" (Cunha 1984: 3, grifos nossos).

Em outras palavras, quando Iami é diferenciada, seu conteúdo se constela nos indivíduos através do rito. Como o culto, ou o festival, é coletivo, Iami *restaura a sua feminilidade, integrando todos os aspectos femininos* (inclusive o *animus*) para o interior do grupo. Podemos, então dizer que ela surgiria transformada pela força do poder feminino, e manifestada através de todos os arquétipos da mulher, Ou seja, Iami manifesta aspectos de Oxum, Obá, Ojá e Iemanjá, que em si simbolizam a feminilidade, legitimando como de Xangô a masculinidade. E, o que se vê grifado na transcrição daquele último trecho de Marianno, além de explicar esse fenômeno, é a chave da resposta à pergunta anteriormente feita: as figuras de mulher na iconologia de Xangô prestar-se-iam a aplacar seu caráter intempestivo, a conter sua *anima*, deixando aflorar sua hegemonia masculina.

4. Marcas honoríficas das "iyáàgbá" nas estátuas de Frobenius e de Ibadan²⁷

Conforme mencionamos na introdução, Ladislav Segy refere-se à *estátua de Frobenius* como exemplo de uma categoria à parte da es-

(22) Esta onírica expressão "tonalidade" vem de Herbert Unterste, em suas considerações sobre "Iemanjá: figura de 'anima'" (Unterste 1975: 121-122), onde retoma as definições de *anima* e *animus* de Emma Jung.

(23) Sobre a natureza e psique da mulher cf. Estés (1994).

(24) Sobre a relação entre história, sociedade, arte e imaginário, lançamos um outro olhar, mais atinente à fenomenologia, menos usual em antropologia. Mesmo assim, não é raro adotar-se nas ciências humanas a imagem junguiana da *Grande Mãe* como referência, destacando-se o trabalho de Teresinha Bernardo (1997), que retoma sua essência como força propulsora da memória nas mulheres do Candomblé, através dos arquétipos de Iemanjá e das *mãe-e-filha* gregas Deméter e Perséfone. Tanto em Bernardo, quanto em Unterste (cf. 1975: 122-3, sobre Iemanjá como "a deusa-mãe de um povo escravizado" – um povo sem herói vencedor), essa relação me parece pensada em uníssono com nosso estudo, bem diferentemente de autores como Etzel (1979 *apud* Chiara 1984: 85), quando, tendo como dado, no Brasil, o sincretismo entre Iemanjá e "N.Sra. da Conceição Aparecida", e tendo em vista a coloração preta na iconografia desta última, crê-se nela haver precipitadamente alusão à mulher negra. Apenas para constar, o autor sugere que a adoção da pátina na imagem dessa santa poderia derivar de "uma política para agrada à numerosa população de cor" depois da Abolição.

(25) Canto às Iami: são as mulheres que controlam o poder: sem elas os seres humanos desapareceriam (cf. mito em que se insere em Verger 1992: 25-28)

(26) Não encontramos ainda uma fonte que determinasse com isenção a espécie do pássaro africano que está na origem do mito, mas apenas informações verbais e secundárias isoladas, relacionando, não apenas uma, mas várias espécies de gêneros diferentes existentes na fauna africana e americana, a essa imagem. Seria precoce apontá-las sem que se esgote o levantamento da questão em outras fontes.

(27) O conteúdo deste item e do anterior foi ampliado em julho e agosto de 2000, durante a revisão final facultada aos autores depois da feita pela editoria, já que o cronograma de produção deste número sofreu alterações, permitindo o acréscimo de reflexões cabíveis sobre dados obtidos e fontes bibliográficas consultadas nestes oito meses que se passaram desde a entrega dos originais para publicação.

cultura em madeira dos ioruba relativa a Xangô. Essa categoria compreenderia esculturas que “representam uma mulher [sempre] ajoelhada com peitos exagerados” (Segy 1955:145-147), cren-do, por isso, tratar-se, daquela de cujos seios brotaram cursos d'água que formaram um lago – a Iemanjá dos mitos resumidos por Verger (1999: 295). É assim que se lê em Segy: “(...) as *tetas* exageradamente *inchadas* [‘peitos dilata-dos, aumentados, pesados’] de *todas* essas *fi-guras femininas* ajoelhadas podem ser repre-sentações de *Yemaja*, e não das *mulheres de Shango*. Entretanto, desde que apresentadas com Shango, podem ser suas mulheres. (...) suas três mulheres o acompanharam. Somente *Oja*, porém, o acompanhou até a morte.” (Segy 1955: 146; grifos nossos).²⁸ É, afinal, Iemanjá ou Oiá? – Fica claro que Segy, dando rodeios, tenta re-tificar Frobenius, apoiando-se sobretudo em as-pectos morfológicos da estátua em questão.

Analisando, agora, a questão do ponto de vista da grafia fônica – e desconsiderando, por um instante, o conteúdo etimológico da nota 6 – lembramos que tanto *Yemaja*, usada por Segy, como as formas *Yemaya* e, mais ainda, *Yemoja* poderiam remeter sons da pronúncia anglo-germânica de *Oja*, ou *Oiá*, conforme as considerações que se seguem. Primeiramente, considera-se dado indiscutível que Frobenius se refere a *Oja* como a *Oiá*, ou seja, como a mulher que ficou com Xangô até a morte, e que foi mulher de Ogum (Frobenius 1949:180-182) – a Iansã brasileira. Mas, em segundo lugar, é

de se convir que a forma *Oja*, empregada por Frobenius referindo-se a *Oiá*, não dista muito do som da partícula final de *Jemodia*, uma das duas grafias que usa para *Iemanjá*, ambas em trechos muito próximos, como: “(...) *Schango* era o mais importante dos personagens postos no mundo em Ifé pela mãe universal *Jemaja* (...). Sua mãe era *Jemodia*” (cf. Frobenius 1949:174; 176; grifos nossos). Não cremos, pois, tratar-se de uma confusão, da parte de Frobenius, entre os atributos de *Jemaja*, ou *Jemodia* (Iemanjá), e de *Oja* (Oiá). Mas pode ocorrer que Frobenius, ou o editor, tenha, na composição do texto para publicação, trocado uma divindade pela outra ao referir-se à está-tua.²⁹ Mas da partícula *Iya*, ou do fonema *ia* dos candomblés e vindo do ior. *iyá* – “mãe // Mulher da mesma geração dos pais” (cf. Cacciatore 1977: verbetes *Iya* e *Iá*), até “ie-adjá” (*Jemaya*) ou “iá-ôdjá” (*Jemoja*), seria um pulo. Não teria havido aqui um problema de transliteração de uma língua noutra, tão comum na literatura européia de palavras africanas? Será que *Oja* não seria *Yemoja*?

Essa *Oja* da *estátua de Frobenius* é uma mulher ajoelhada que sustenta nas costas uma cri-ança; sua cabeça é encimada pela forma geomé-trica característica do *oxê*, emblema de Xangô, que aqui apoia uma serpente; sua cabeça é ladeada por duas faces, como que duas máscaras, meno-res que o rosto, e dispostas de perfil em relação a ele (cf. Pr. II).

Retomando o que observamos a respeito dos estilos dos ioruba, devemos admitir que essa está-tua é feita segundo normas da mesma zona estilística de que procede a *estátua de Ibadan* [Pr. I (a)] fotografada por Pierre Verger, datando de cerca

(28) Do original: “(...) The exaggerated swollen breasts of all these kneeling female figures may be representations of Yemaja, not the wives of Shango. However, since they are shown with Shango, they may be his wives. According to the legend, when Shango left Oyo, his three wives accompanied him. Only Oja, however, accompanied him until his death” Vão os grifos para assinalar aspectos do feminino discutidos no segundo item deste estudo e as formas com que Segy grafa Iemanjá e Oiá, preparando discussão terminológica que se segue. Observa-se, ainda, que aqui Segy cruza dados de Frobenius com a referência de S.S. Farrow, que diz serem “esposas de Xangô” as três figuras de pé “tendo ‘suas mãos com as palmas unidas aos seios’” junto a uma imagem de Xangô citada em sua obra (Farrow 1926: 51 *apud* Segy 1955: 146). Eis aí, provavelmente, a origem do nome dado por Marianno Carneiro da Cunha à vitrine “Xangô e suas mulhe-res” da exposição do antigo MAE que continha as peças do acervo relativas a Iansã, Oxum, Obá, e, também, a Iemanjá.

(29) Existem muitos erros dessa natureza nesta mesma pu-blicação, como na seguinte passagem, com relação à locali-dade do reino de Xangô: “Quando Schango era rei de *Oyo* ele tinha dois Ironsé (que são altos funcionários da corte). Um era Mokwa (ou Mogba) e o outro Timi Agbali-Olofa-no. Schango amava a guerra mais que tudo e ele enviava freqüentemente Mokwa e Timi para fora de seu reino para guerrear em seu lugar destruindo as cidades. Ele era tão guer-reiro que as pessoas de *Oja* se reuniram e disseram: ‘Nosso rei arruina todo o território dos arredores (...)’” (Frobenius 1949:176; grifos nossos). Ora, Xangô era rei de *Oyo* – ou seja, de Oiá –, como principiou o autor, de modo que as pes-soas que, no final, se diz terem se dirigido a ele como “nosso rei” não seriam de *Oja*, mas de Oiá.

de pelo menos meio século antes, quando Leo Frobenius esteve na região.

São de um estilo recente semelhante, e de forte e característica policromia, muitos dos objetos máscaras e estatuetas – difundidos pelo mercado de Pobé, na Nigéria Estes são, na verdade, releituras, nem sempre refinadas, das máscaras *guedê* tradicionais.³⁰ O MAFRO e o MAE possuem alguns bons exemplares dessa procedência comprados na África por Pierre Verger e Marianno Carneiro da Cunha entre 1974 e 1976. Às vezes, essas máscaras, ditas do tipo *guedê*, são confundidas, do ponto de vista formal, com outras, chamadas *ekpa*, além de terem semblantes parecidos, seja com os das estátuas de Frobenius e de Ibadan, seja com outras de origem *ioruba-nagô* carregadas em procissão nas festas dos *ibeji* (“gêmeos”). Cf. foto em, entre outros, Verger 1981: 196.

Talvez porque, embora consagrada à feitiçaria, promovendo, contudo, a fertilidade (cf. Munanga, Cerávolo 1987: 12-14), a associação Guedê tenha um pouco das *Iemanjá* e dos *ibeji*. De fato, Babatunde Lawal (1996: 41-42) mostra que essa relação transparece em uma narrativa de adivinhação em resposta a sua pergunta sobre a máscara:

“As esculturas em madeira carregadas pelas mulheres durante o festival *Yemoja* são as verdadeiras *Gelede*. *Gelede* são espíritos crianças (*Ara'gbo*) para *Yemoja*. *Gelede* é uma associação de filhos de *Yemoja*. Quem quer cultuar *Yemoja*, deve também cultuar *Ara'gbo* (‘espíritos de crianças’)”

Não é por acaso que em peças de Xangô se vêem pares de gêmeos ao lado ou aos pés da figura de mulher que as caracteriza normal-

mente. Se não figurativa, mesmo que às vezes abstrata e codificada geometricamente, essa imagem triforme estará sempre presente nas peças de Xangô: é o que Farrow considerou como suas “esposas” (1926 *apud* Segy 1955; cf. nota 28); é a *estátua de Frobenius* em si mesma, em vigília, capturando o espaço circundante como uma grande angular, com os olhos de suas três faces.

Como uma espécie de Hécate grega (cf. Sarian 1998) – uma divindade tutelar, protetora e defensiva – essa estátua, que seria *Oiá* para Frobenius, aparentemente não poderia ser mesmo *Iemanjá*, exceto se considerada “feiticeira” além de maternal, no papel de Iami Osorongá das *Guedê*. Pois, segundo Lawal (1996:259), para esculpir o adorno de cabeça de *Iya*, “Grande Mãe” – a figura mais sagrada do *corpus* das *Guedê* – os *ioruba*, tiram madeira da árvore *iroko*, cuja base é tida como lugar de *axé* para espíritos de crianças.

Com isto, podemos completar a série de correlações que pretendíamos fazer desde a temática do feminino até o caráter comemorativo das *estátuas de Iemanjá* aqui estudadas. Essas correlações ficaram mais evidenciadas diante da abordagem da escultura cultural de Xangô, rei de Oiô, que solta fogo pela boca, ganancioso, violento e destruidor, como é conhecido através da cultura popular, e nos indicam o que se segue:

São de madeira, porque de madeira são os assentamentos de Xangô!?

Reginaldo Prandi, professor do Depto. de Sociologia/FFLCH/USP, tem observado que Xangô é o único orixá no Brasil cuja cultura material é preponderantemente em madeira.

De fato, a iconografia afro-brasileira de outras divindades é feita de símbolos e materiais diversos, enquanto que, na África tradicional, elas constituíam – particularmente as relativas a Ifá, Exu e Ibeji, que não são propriamente considerados como *orixás* – uma produção escultórica característica em madeira, como é a de Xangô. Na verdade, são muito poucas as peças de madeira do universo cultural *jêje-nagô* que não são atribuídas a essas quatro entidades dos *ioruba* e seus correspondentes entre os fon – Fa, Egba, Hôho, Heviosso, respectivamente.

(30) As máscaras *guedê* pertencem a uma das associações de caráter político-religioso tradicional dos *ioruba* associada a Iami Osorongá como dissemos atrás. Hoje elas figuram, na África, em festivais públicos periódicos, ou em cerimônias excepcionais. No Brasil, a existência dessa associação – vinculada originalmente ao terreiro Engelho Velho (o primordial que deu origem aos outros na Bahia) e à Maria Júlia Figueiredo (reputada como a grande sacerdotisa das *guedê*) – é mencionada em Carneiro (1967: 64), e seu desaparecimento, bem como de suas máscaras, é notado em Cunha (1983: 1017 e 1984: 7, 15) e Verger (1992: 24). Chegamos a ver alguns exemplares sob cuidados de Mestre Didi, em sua coleção particular, que se dizem dessa procedência, resgatados da deterioração e da destruição com posterior tratamento de conservação artística.

Segundo Prandi, um mito pernambucano justifica ser o assentamento de Xangô preferencialmente em gamelas.³¹

O mito diz que Xangô deveria levar Oxalá numa festa, mas o largou pelo caminho, atraído pelo *amalá* que Oiá lhe preparava. Como castigo, Oxalá impôs um castigo a Xangô,³² “que tanto gosta de faltar-se de boa comida”: nada de louça, porcelana ou cerâmica, de que são feitos os alguidares dos outros orixás. E Xangô só pode comer em recipientes de madeira como as gamelas, que são associadas, tanto no mito, como em relatos populares, aos “cochos de pau” onde comiam os escravos no Brasil.

Entre os mitos africanos sobre Xangô destacamos dois, tentando resumir as várias versões da “lenda do deus que morre” relatadas por Frobenius (1949:174-184). Neles veremos que há sempre um castigo projetado na lida com o mundo natural e da matéria bruta, quando transformados em símbolos e objetos.

O primeiro se refere a uma ocasião em que enquanto seu mais alto dignitário, Mokwa, estava na guerra, Xangô mandou o povo de Oió construir um grande *tacho de madeira* de mais de 24 pés de altura no meio da rua, e lá jogar vinho e nozes de palma. Dentro dele, então, Xangô ateou fogo e, quando Mokwa voltou, jogou-o no meio da labaredas até ele virar cinza. Pra espanto de Xangô, Mokwa ressuscitou homem de novo. Xangô disse pra si mesmo: “Aquilo que Mokwa pode, eu devo também poder. Mas eu não voltarei um homem, eu voltarei um Orixá” Pegou *seu avental de couro* e *dezesesseis cauris* e

se enforcou. Xangô tornou-se, então, um orixá, e Mokwa, seu primeiro sacerdote.

Trata-se aqui, entre outros conteúdos, da sacralização e dos símbolos do poder, entre eles o tacho de madeira e os cauris, que figuram, em número aproximado, nas “saias” das três *estátuas de Iemanjá* dos museus de Salvador e São Paulo.

No outro mito, Xangô é denunciado ao povo por Mokwa, cansado de destruir e trair a seu mando. Ameaçado de destronização, orgulhoso e magnânimo, Xangô não receberia ordens: pegou uma corda e se retirou na floresta, ele mesmo, por vontade própria. Lá se enforca numa árvore chamada *Anjo*, sabendo que não morreria de fato: transformar-se-ia num orixá. *Em seu túmulo cresceram dois carvalhos através dos quais subiu ao Céu.*

Não encontramos nas fontes consultadas nenhum nome de árvore, popular, piloto ou científico, correspondente à árvore *Anjo*. Isso não impediria de aventarmos a existência, entre os povos *ioruba-nagô* também, de uma correspondência entre divindades e estátuas de madeira com árvores, como a que vimos anteriormente entre os povos de línguas *bantu* (Salum 1996, 1999a). Pelo menos podemos compreender que o lenho dos carvalhos figura no mito como a trajetória entre a forma humana e a forma divina, que por ser feita de dois, pode ser de duas mãos, permitindo a Xangô se manifestar entre os Homens.

Mais do que isso, devemos lembrar que há, no Brasil, assim como na África, uma árvore *iroko*. Lá ela é uma amoreira (*Chlorophora excelsa*) enquanto que aqui é a figueira *gameleira branca*, uma espécie de *Ficus* “estrangulador” (uma liana que isola, e apoderando-se de outra espécie, pode desenvolver-se como uma árvore) considerada como árvore “de força” na África central.

É justamente da gameleira que se tira, segundo Barros (1993), a madeira dos assentamentos e em

(31) A Reginaldo Prandi, nosso reconhecimento pela cessão dos originais do mito ainda não publicado, colhido e comentado por ele em 1992, e pela leitura cuidadosa que dedicou aos originais deste estudo. Suas observações me ajudaram muito, a tempo de rever, antes desta publicação, meu critério de grafia de termos de origem *ioruba*, abrigando-os e retificando-os conforme o que se considera mais correto na produção acadêmica sobre as religiões afro-brasileiras, bem como a expressar melhor algumas idéias que, na primeira redação, não estivessem talvez bem explicitadas. Dentro das limitações impostas, espero ter correspondido a sua generosa colaboração. A Sérgio Ferreti da UFMA, também, pelo interesse e indicação bibliográfica.

(32) Pierre Verger também nos traz uma narrativa centrada no castigo imposto por um personagem sobre outro e associada aos materiais usados na cultura material e estética. Trata-se do

castigo imposto agora a Oxalá (que acima castigava Xangô), que abusou da bebida, e perdeu para seu irmão rival Odudua, a “sacola” mágica em que estava a Terra antes de ser criada, traindo, com isso, a atribuição que lhe foi delegada por Olodumaré. Olodumaré o proibiu de beber mas lhe concedeu a argila na qual Oxalá pôs-se a modelar o corpo dos homens, mas nunca levando muito a sério a interdição. Assim, nos dias em que se excedia, os homens saíam de suas mãos mal formados e corcundas; se mal cozidos no forno, saíam albinos – como as pessoas que são consagradas a Oxalá.

blemas de Xangô, como as gamelas do mito, que, vale a pena investigar, está na origem popular de seu nome.

Observações finais

Pelo exame direto de coleções ou em catálogos de arte africana, constatamos que a figuração relativa a Iemanjá sob forma de estátua é bastante rara, limitada quase que exclusivamente à *estátua de Ibadan* publicada por Verger (1981, 1999).

Essa raridade não se explica, a nosso ver, pelo abstracionismo e emblematismo das artes africanas, em particular às dos povos *jêje-nagô* (Bastide 1967), mas talvez porque, na África, Iemanjá tome forma na escultura relativa a Xangô, como sugere Segy (1955) ou da associação Gueledê, como sugere Lawal (1996).

Admitimos que, no Brasil, Iemanjá teria sido como que forçada a tomar forma de uma sereia divina, ou mãe virgem, não porque as divindades africanas não tenham forma humana – muitas delas, como Xangô, foram chefes antes de serem sacralizados –, mas porque sua forma de mulher deusa é negada pela ideologia cristã (Salum 2000b).

Antes que as Iemanjás do MAE e do MAFRO sejam consideradas fictícias por terem sido fabricadas para serem expostas é bom lembrar de sua autenticidade como testemunho da influência de teses sócio-antropológicas na formação de nossas coleções.

O que temos de ter em mente é que a percepção de Iemanjá, como de outras forças sagradas – dos africanos e nossas também – nos vem dos sonhos, das histórias de origem, dos contos, fábulas e mitos. Assim são as imagens esculpidas também. E que, muitas vezes, na pesquisa dos fenômenos das culturas africanas e afro-brasileiros, interpretamos as esculturas através dos mitos, imitando, por um processo invertido, a forma como aprendemos a ilustrar os mitos através de imagens visuais. Isto é, às vezes, fabricamos imagens, como se o artista, seu criador, fôssemos nós. Não somos.

Sabemos que não é através de um pensamento linear que se devem explicitar os limites das formas de expressão de um fenômeno religioso como a imagem de Iemanjá incorporada ou esculpida, principalmente porque, do ponto de

vista sócio-antropológico, na dinâmica histórica, elas são inseparáveis. Ao contrário, especialmente no que diz respeito aos fenômenos religiosos, não podemos desvincular a expressão material (artes plásticas) da verbal e sonora (literatura e música), e da corporal e espacial (dança e teatro), pois elas se mesclam em uma única *hierofania*, como concebe Mircea Eliade (1974).

No entanto, é necessário distinguir a manifestação da divindade por uma pessoa, e o que uma estátua significa, seja no contexto ritual, ou no didático, de um museu. Ambos são contextos pedagógicos. Não se espera que estátua alguma encarne uma pessoa, filha- ou filho-de-santo. Nem os próprios africanos nunca pensaram assim. Mas é das tradições da África ter-se em uma estátua, mais do que a representação de uma determinada pessoa ou energia, a sua “presentificação”, como diria Roger Somé (1998).

Melhor dito seria: a função de uma estátua é tornar uma energia, um pensamento presente, perene-mente corporificados, pois que talhada, modelada ou fundida, a matéria-prima sempre sobrevem à forma. Sem pensar-se nisso, corre-se o risco de confundir *figura humana com ser humano, estátua com orixá*. Ou, de repente, aquela que poderia ser documento de uma visão de mundo, de um momento histórico, é absorvida pelos fenômenos sociais como simples ilustração dos discursos acadêmicos.

Embora cheguemos ao final sem poder afirmar com certeza a procedência das estátuas do IML e a de Nina Rodrigues, sabemos agora que elas comportam características da estatuária *bantu*, e principalmente traços de algumas estátuas *fon* – mas pouco têm dos estilos *ioruba-nagô*. A análise etnomorfológica nos mostrou também que as estátuas do MAE e do MAFRO teriam surgido a partir da *estátua do IML* como modelo, se não surgiram também, como esta, a partir da *de Nina Rodrigues*, e não haveremos de estranhar se chegou a vez de elas mesmas terem sido, quem sabe, objeto de modelo a outras figuras. Comparar Prs. V(d) (e) com as Figs. 1 e 4.

Dada a reflexão que orienta o trabalho de Beatriz Góis Dantas (1982), consideramos, finalmente, que o problema central não está em discutir se a finalidade principal dessas estátuas *do MAE e do MAFRO* é a de recriar, ou não, tradições. Entretanto, não se pode desconsiderar que, em sua gênese, essas Iemanjás rememoram uma tradição artística de esculpir estátuas depreciada e tida como

inexistente³³ no Brasil – sufocada pela escravidão, pela repressão, pelo preconceito. Não foi não, resistindo a tudo isso, sendo a primeira delas, a *estátua* primordial de Nina Rodrigues prova disso.

Agradecimentos especiais

À Pâmela pela vigília – iluminação; à Teresinha pela partilha – afetividade; à Elaine pelo cuidado – sabedoria. Da Mabel, serenidade e da Marilena,

impulsividade. Leve Ana, lascívia – redenção. Da cólera. Da Jacira, altiva. No individualismo, na generosidade. Da Maria, humildade e da Beatriz, simplicidade. Ao Djalma pela possibilidade, pelo amor; de sua numinosidade – felicidade. Da alma dos artistas, a obscuridade. Aos artistas de alma – a Nety e a I.N.S. – perenidade. E à Lily, pela cumplicidade; ao Carlos S, pela espiritualidade; à Suzy, pela tenacidade – glamour; à Betty, pela sagacidade – tendresse, poesia; à Cida, pela emotividade – puer. Mutombo, Muana, P. – intuíto.

SALUM, M.H.L. Why are they wooden these water women? *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 9: 163-193, 1999.

ABSTRACT: Having as reference a statue photographed by Pierre Verger sometime around 1950 at Ibadan, Nigeria, and another one registred by Leo Frobenius in 1910 in his trip to the Yoruba territory, we present here a comparative analysis of four statues assigned to Iemanjá in ethnological collections in Brazil. Prominent among them are those of the Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE (São Paulo) and of the Museu Afro-Brasileiro (Salvador) which, since 1995, are being studied by the author through a historical and ethno-morphological approach applied in her researches about the traditional statuary of Africa. The study presents also pieces related to Xango, located at MAE. From the historical viewpoint, they witness ideas which have oriented the formation of African collections among us, contributing to the discussion on the forms of the imaginary, in Brazil, about Africa.

UNITERMS: African arts: stylistic and typology – Art: Brazil – Afro-Brazilian culture: Anthropology – Wood: sculpture – Women: Iconology – Museums: curatorship and collections historic.

(33) Tendo como uma das diretrizes do estudo das artes o mesmo olhar que Georges Balandier dirige às sociedades e grupos em mudança não se pode considerar que essa tradição tenha sido banida. Valores tradicionais não se extinguem, e, portanto, as artes correspondentes, ou ganham novas formas (cf. Merriam 1970), ou restam, quando não visíveis social ou institucionalmente, “esterilizadas”, como diz Kabengele Munanga, professor do Depto. de Antropologia/FFLCH/USP.

Referências bibliográficas

- ABIODUN, R.; DREWAL, H.; PEMBERTON III, J.
1994 *The Yoruba Artists: New Theoretical Perspectives on African Arts*. Washington; London: Smithsonian Institution.
- BALANDIER, G.
1977 Homens e mulheres ou a metade perigosa. *Antropológicas*. São Paulo, Cultrix: 19-66.
- BARATA, M.
1957 A escultura de origem negra no Brasil. *Brasil Arquitetura Contemporânea*, 9: 51-56.
1988 A escultura de origem negra no Brasil. E. Araújo (Coord.) *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo, Tenenge: 183-191. [1ª ed. 1957]
- BARROS, J.P.
1983 *O segredo das folhas: sistema de classificação de vegetais no Candomblé jêje-nagô do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; UERJ.
- BASCOM, W.
1973 A Yoruba Master Carver: Duga of Meko. W. D'Azevedo (Ed.) *The traditional artist in African society*. Bloomington, Indiana University Press: 62-78.
- BASTIDE, R.
1967 *Les Amériques noires: les civilisations africaines dans le nouveau monde*. Paris: Payot. (Bibliothèque Scientifique)
- BERNARDO, T.
1997 Axé: ruptura – continuidade. Revisitando o Brasil [Dossiê]. *Margem*, 6: 105-116.
- BONAVENTURE, J.
2000 *Variações sobre o tema mulher*. São Paulo: Paulus. (Amor e psique)
- BRAZIL, E.
1912 O fetichismo dos negros no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, LXXIV(II): 13-260. [1ª ed. 1911]
- CACCIATORE, O.G.
1977 *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros: com origem das palavras*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; SEEC/Instituto Estadual do Livro.
- CASCUDO, L.C.
1983 Ipupiaras, botos e mães-d'água. *Geografia dos mitos brasileiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP: 122-142. (Reconquista do Brasil; Nova série, 78)
- CARNEIRO, E.
1937 Xangô. G. Freyre (Org.) *Novos estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934, Vol. 2*. Rio de Janeiro, Ariel: 139-145.
1967 *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Estrela de Ouro. (Brasileira de Ouro, 1441). [1ª Ed. 1948]
- CHIARA, V.
1884 O simbolismo da mulher na iconografia profana e sagrada: um ensaio. *Dédalo*, 23: 73-96.
- CUNHA, M.C.
[s/d] *Catálogo*. [esboço monográfico sobre a Coleção MAE-USP]. São Paulo: datilografado inédito. 26 p. [documento depositado no MAE – Universidade de São Paulo]
1983 *Arte afro-brasileira*. W. ZANINI (Coord.) *História Geral da Arte no Brasil*, Vol. 2, Cap. 13. São Paulo, Instituto Walther Moreira Salles: 973-1033.
1984 A feitiçaria entre os Nagô-Yorubá. [transcrição da palestra de Marianno Carneiro da Cunha na Pinacoteca do Estado de São Paulo em 13 de outubro de 1979 gravada pelo Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, IDART-Departamento de Informação e Documentação Artística/SMC-SP]. *Dédalo*, 23: 1-15. [número em homenagem à memória do autor]
- DANTAS, B.
1982 Repensando a pureza nagô. *Religião e Sociedade*, 8: 15-20.
- ELIADE, M.
1974 *Traité d'histoire des religions*. Paris: Payot. (Payothèque).
- ESTÉS, C.P.
1994 *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ETZEL, E.
1979 *Arte sacra popular brasileira: conceito exemplo, evolução*. São Paulo: EDUSP.
- FAGG, W.
1969 The african artist. D. Biebuyck (Ed.) *Tradition and Creativity in Tribal Art*. Berkeley, University of California: 42-57.
- FARROW, S.S.
1926 Faith, Fancies and Fetich. London: [s/ed.]
- FERNANDES, G.
1937 *Xangôs do Nordeste: investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Bibliotheca de Divulgação Científica, XIII)
- FROBENIUS, L.
1949 *Mythologie de l'Atlantide: le "Poseidon" de l'Afrique noire, son culte chez les Yorouba du Bénin*. Paris: Payot.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.)
1977 *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra. (Pensamento crítico, 55)
- JAN, J.
1963 *Muntu: las culturas neoafricanas*. México: Fondo de Cultura Económico. (Tiempo presente, 44)
- LAWAL, B.
1983 A arte pela vida: a vida pela arte. *Afro-Ásia*, 14: 41-59.

- 1996 *The Gelede Spectacle: Art, Gender, and Social Harmony in an African Culture*. Seattle; London: University of Washington Press.
- GWETE, L.
1982 Essai sur la dimension religieuse de l'art négro-africain. *Cahiers des Religions Africaines*, 16 (31/32): 71-101.
- LAVEDAN, P.
1931 *Dictionnaire illustré de la mythologie et des antiquités grecques et romaines*. Paris: Hachette.
- LEROI-GOURHAN, A.
1970 Observations technologiques sur le rythme statuaire. [s/coord.] *Échanges et communications: mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss*. Paris, [s/ed]: 658-676.
- LODY, R.
1985 *Coleção Perseverança: um documento de Xangô alagoano*. [catálogo da Coleção]. Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore.
1987 *Coleção Arthur Ramos*. [catálogo da Coleção]. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore; Fortaleza: UFCe.
- MACGAFFEY, W.
1977 Fetishism revisited: Kongo Nkisi in sociological perspective. *Africa*, 47(2): 172-184.
- MAESEN, A.
1960 *Umbangu: art du Congo au MRAC*. Bruxelles: Cultura. (L'art en Belgique, 3)
- MERRIAM, A.
1974 Change in religion in the arts of a Zairian village. *African Arts*, 7 (4): 46-53.
- MUNANGA, K.; CERÁVOLO, S.
1987 Fertilidade da terra e fecundidade da mulher. *Dédalo*, 25: 7-21.
- NEYT, F. (o.s.b.)
1993 *Luba: aux sources du Zaïre*. Paris: Musée Dapper.
- OLBRECHTS, F.
1959 *Les arts plastiques du Congo Belge*. Bruxelles: Erasme. [1^a ed. 1947]
- PRANDI, R.
1995-96 As religiões negras no Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. *Revista da USP*, 28: 64-83.
- RAMOS, A.
1949 Arte negra no Brasil. *Cultura*, Ministério de Educação e Saúde, 1(2): 189-212.
- RODRIGUES, N.
1982 *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília. (Temas Brasileiros, 40; Brasileira, 9) [1^a ed. 1904]
- SALUM, M.H.L.
1990a *A grande estatuária songe do Zaire*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: FFLCH – Universidade de São Paulo. 326 + x p., gráficos, ilustr., mapas.
1990b Considerações sobre as madeiras que os Basonge escolheram para esculpir algumas de suas estátuas. *Dédalo*, 28: 207-226.
- 1996 *A madeira e seu emprego na arte africana: um exercício de interpretação a partir da estatuária bantu*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: FFLCH – Universidade de São Paulo. 170 + vi p., 26 pr., 2 mapas.
- 1997 Critérios para o tratamento museológico de peças africanas em coleções: uma proposta de museologia aplicada (documentação e exposição) para o Museu Afro-Brasileiro de Salvador. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 7: 71-86.
- 1999a De l'anatomie du bois à l'anthropologie par le biais de la statuaire bantoue. F. MAES; H. BEECKMAN *Wood to survive. Liber Amicorum Roger Dechamps*. Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Centrale: 135-146. (Annales des Sciences Economiques, 25) [entregue para publicação em março de 1996]
- 1999b [texto científico]. *Guia temático para professores: África, culturas e sociedades*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo. (Formas de Humanidade).
- 2000a Cem anos de arte afro-brasileira / One Hundred Years of Afro-Brazilian Art. Aguiar, N. (Org.); Fundação Bienal de São Paulo. *Mostra do Redescobrimto: Arte afro-brasileira*. São Paulo, Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais: 112-121.
- 2000b A formação do olhar – “corpo e alma” [Paragem conceitual]. Cartografias corporais. Rascunhos: mapas temáticos. M.C. Martins (Coord.) *Mapas para viajantes aprendizes de arte*. São Paulo, Ação Educativa/Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais: 29.
- SALUM, M.H.L.; CERÁVOLO, S.
1993 Considerações sobre o perfil da Coleção Africana e Afro-Brasileira no MAE-USP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 3: 167-185.
- SARIAN, H.
1998 Ártemis e Hécate em Delos: apontamentos de iconografia religiosa. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 8: 145-153.
- SEGATO, R.L.
1995 A vida privada de Iemanjá e seus filhos: fragmentos de um discurso político para compreender o Brasil. *Santos e Diamones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal*. Brasília, UnB: 355-418.
- SEGY, L.
1955 Shango Sculptures. *Acta Tropica*, 12(6): 136-173.
- SELJAN, Z.
1967 *Iemanjá e suas lendas*. Rio de Janeiro: Record. (Atlântica, 14)

SOMÉ, R.

- 1998 *Art africain et esthétique occidentale: la statuaire lobi et dagara au Burkina Faso*. Paris; Montréal: L'Harmattan.

STOLL, M.; STOLL, G; KLEVER, U.

- 1980 *Ibeji: Zwillingsfiguren der Yoruba; Twin Figures of the Yoruba*. München: Gert and Mareidi Stoll. THOMPSON, R.F.

- 1973 Yoruba Artistic Criticism. W. D'Azevedo (Ed.) *The traditional artist in African society*. Bloomington, Indiana University Press: 19-61.

UNTERSTE, H.

- 1975 Iemanjá e o complexo-mãe do brasileiro. *Planeta Especial* [Centenário de Jung (1875-1975)]. São Paulo, Ed. Três: 119-126. (Edições de Planeta)

VALENTIM, R.

- 1976 Depoimento. *GAM [Revista Galeria de Arte Moderna, Rio de Janeiro]*, 5: 23-26.

VALLADARES, C.

- 1983 Agnaldo Manoel dos Santos: origem e re-

lação de um escultor primitivo. *Afro-Ásia*, 14: 22-39. [1ª ed. 1963]

VERGER, P.

- 1992 Esplendor e decadência do culto de iyami òsòròngá "minha mãe feiticeira" entre os iorubas. *Artigos / Pierre Verger*. Tomo I. São Paulo, Corrupio: 5-91. (Baianada, 9) [1ª ed. 1965]

- 1968 *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos*. Paris: Mouton.

- 1981 *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio.

- 1988 [texto de apresentação]. *África negra*. [catálogo de exposição]. São Paulo, MASP: 11-16.

- 1999 *Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África*. São Paulo: EDUSP. [1ª ed. 1957]

WILLET, F.; PICTON, J.

- 1967 On identification of individual carvers: a study of ancestor shrine carvings from Owo, Nigeria. *Man*, 2 (1): 62-70, 8 pr.

Recebido para publicação em 17 de novembro 1999.

DOS TEMPOS DA ONÇA. SOBRE A SIGNIFICAÇÃO DE OBJETOS DOS KAMAYURÁ (ALTO XINGU)*

Mona Birgit Suhrbier**

SUHRBIER, M.B. Dos Tempos da Onça: sobre a significação de objetos dos Kamayurá (Alto Xingu). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 195-204, 1999.

RESUMO: O artigo apresenta um método para interpretar objetos da coleção etnográfica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Usando a análise estrutural de mitos e rituais, é explicado o significado de dois objetos (artefatos) da reserva indígena do Xingu, Mato Grosso.

UNITERMOS: Cultura material – Mitos e rituais – Arco e flecha – Rio Xingu, Mato Grosso.

O estudo da cultura material começa com frequência em coleções de museus. Nos acervos de museus de Etnologia encontra-se uma riqueza de coleções antigas e novas, de todas as partes deste mundo. Em muitos casos, porém, se encontram objetos sem nenhuma descrição além da classificação por região. O processo de colecionar objetos de outras culturas, por longo tempo não foi acompanhado de pesquisas sistemáticas. Para investigar a significação da cultura material com as suas próprias formas de expressão ainda não se empregam sistematicamente os métodos próprios e clássicos da Etnologia (como entrevista, observação participante, análise de mitos e rituais, comparação bibliográfica). Atualmente, existem várias orientações científicas na Etnologia que tratam da cultura material: o estudo de objetos como arte, a iconografia, e o estudo de objetos com os métodos lingüísticos e semiológicos. Mesmo assim, nas reflexões teóricas da Etnologia, os objetos ainda não são tidos como relevantes. E, por fim, ainda falta uma dis-

cussão sobre as definições possíveis do objeto da investigação da cultura material (Sturtevant 1969). Com os seus recursos próprios – os objetos – os museus, em especial, podem prestar uma contribuição essencial para o discurso teórico na Antropologia: podem focar objetos como expressão medial de cultura, salientar o significado simbólico destes e desenvolver gradualmente uma teoria etnológica da coisa.

Para preencher este vácuo de conhecimento sobre os objetos de uso, é preciso desenvolver métodos adequados que possam expor uma perspectiva interna e cultural-específica (isto é, específica à cultura em questão) da significação da cultura material. Com alguns objetos dos Kamayurá (região do Alto Xingu) que se encontram no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, quero indicar um método que permite investigar significados de objetos de modo posterior e sem pesquisa de campo. Na mitologia e prática ritual, por exemplo, objetos têm grande importância. Com o método da interpretação estrutural de mitos e rituais serão investigadas as idéias dos índios alto-xinguanos sobre seus objetos e definidas as estruturas especiais desse pensamento. Entendo o mun-

(*) Tradução de Ralf Rickli, São Paulo.

(**) Museum für Völkerkunde Frankfurt am Main.

do dos objetos como um sistema simbólico entre outros, por exemplo língua, música, literatura e poesia, teatro e rituais – um sistema que, dotado de suas condições próprias e bem específicas, produz significação cultural, à medida que uma realidade simbolicamente significativa é produzida e mantida.

O caminho até a Onça: sobre o surgimento dos homens e dos arcos

Para os Kamayurá do Alto Xingu, arcos de madeira preta são objetos que carregam e conservam significação simbólica. No mito de origem dos Kamayurá, o surgimento dos seres humanos e dos arcos é narrado de forma estruturalmente paralela, com o que é estabelecida uma identidade entre homens e arcos. A estreita relação dos arcos com os seres humanos e com a ordem social encontra fundamentação mítica na narrativa “Mavutsini” (Münzel 1973: 15-21), que em Pedro Agostinho aparece com o título “Origem de Kwat e Yaì e do Kwarip” (Agostinho 1974: 161-166). Narra-se aí como foi que, no passado, a figura criadora Mavutsini obteve da Onça a corda do arco, como talhou de madeira as primeiras mulheres como esposas para a Onça, e como da ligação entre a Onça e uma das mulheres de madeira surgiram os gêmeos míticos *Kwat* e *Yay*, ancestrais dos Kamayurá.

“Tinha árvore preta, então Mavutsini(n) estava querendo corda de arco; então foi procurar, disse: ‘Vou tirar corda de arco; quem tem é a Onça’” (Agostinho 1974: 161).

Nas primeiras palavras do mito “Origem de Kwat e Yaì e do Kwarip”, recolhido por Pedro Agostinho (1974: 161-166), as duas matérias-primas do arco são relacionadas cada uma diretamente com uma determinada figura, e, indiretamente, também com dois locais: a madeira preta pertence ao chefe mítico Mavutsini, representante da aldeia mítica Murená; a corda do arco pertence à Onça, representante das florestas distantes (Fig. 1).

Para obter a corda do arco, Mavutsini tem de percorrer um longo caminho selva adentro, até a plantação de cordas da Onça. Uma outra versão da história descreve esse caminho.

“A palmeira de tucum. Tinha muito lá. Essa era a plantação de cordas. Mavutsini foi

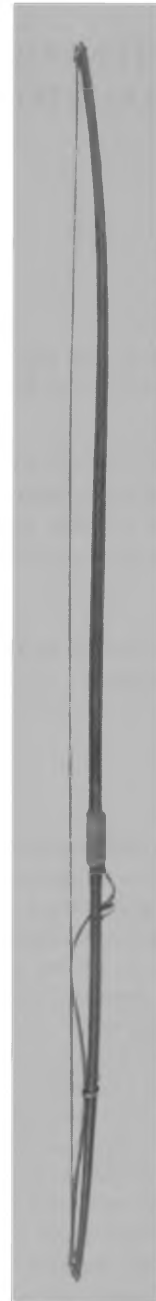


Fig. 1 Arco preto (Waurá). Provavelmente manufaturado pelos Kamayurá e trocado pelos Waurá. Relativa à mitologia, a parte da madeira preta representa o criador da humanidade, Mavutsini. A parte da corda de tucum representa a Onça. Na forma do arco, os mundos da Onça e de Mavutsini são juntados em uma unidade. Foto Wagner Souza e Silva.

lá, tirar cordas da árvore. Ele andou o longo caminho, tchic, tchic, tchic, tchic, tchic, tchic, tchic, tchic, e aí ele estava lá. Ele chegou e começou a tirar as cordas de arco. Nisso ele foi ouvido pelo dono (ou senhor) das cordas (a Onça), que tinha plantado as fibras de tucum.” (Münzel 1973: 15-16).

Mavutsiní quer produzir um arco e obter para isso o material que até esse momento só era acessível à Onça. *O Caminho de Mavutsiní até a Onça* descreve antes de tudo o *caminho até às cordas de arco de fibra de tucum*. Mavutsiní e a Onça representam, cada um de sua parte, um mundo limitado; cada um tem poder apenas sobre um determinado material: o entalhador *Mavutsiní*, que mais tarde talhará de madeira a primeira mulher (Münzel 1973: 17-21; Agostinho 1974: 161-162, 171-172), está em estreita relação com a madeira negra, enquanto a Onça tem relação com as cordas de arco feitas de fibra de tucum. Preparar o arco significa antes de mais nada percorrer um caminho adentro do mundo da Onça, selva perigosa e zona dos espíritos (Münzel 1973: 94).

Como proprietária da corda do arco já pronta, a Onça é, no entanto, neste caso, uma onça civilizada, o que se expressa no fato de que seu tucum não cresce selvagem, sendo, ao contrário, cultivado em plantação (Münzel 1973: 16 e nota 2). Na versão da narrativa por Pedro Agostinho, as diferentes posições das personalidades *Mavutsiní* e Onça são contrastadas em uma frase contendo duas afirmações de igual peso: “Ela tem a corda plantada, ele vem roubar, escondido” (Agostinho 1974: 161). Em contraste com *Mavutsiní*, que quer providenciar secretamente aquilo de que necessita mediante um roubo, a Onça não cultiva apenas o material, mas a própria corda do arco, com intencionalidade; realiza um trabalho específico de cultivo, portanto. Lado a lado, os conceitos “roubar” e “plantada” descrevem a personagem de *Mavutsiní* como “não civilizada”, e o da Onça como “civilizada” (Münzel 1973: 16 e nota 2, 28 e nota 40). O ladrão *Mavutsiní* é quem precisa se civilizar. O modo pelo qual ele finalmente consegue o arco é descrito na narrativa como processo civilizatório, ao fim do qual ele conquista a Onça como aliada.

Inicialmente, o roubo pretendido por Mavutsiní é descoberto, e as onças enfurecidas querem matar o ladrão de cordas de arco com suas flechas *yawarí*. A ira das onças se expressa de maneira dupla: através do rugido, e também através de um

objeto, a flecha *yawarí*, cujo som cantante é considerado expressão da ira das onças (Münzel 1973: nota 4). Flechas *yawarí* em mãos, as onças inimigas formam uma unidade e empreendem a perseguição do ladrão fugitivo *Mavutsiní*. “Todo o povo das onças irrompeu da casa e se deslocou para a mata. Foram se aproximando cuidadosamente do ladrão, e aí o cercaram” (Münzel 1973: 16). A unidade das onças hostis só se rompe quando *Mavutsiní* se apresenta ao chefe das onças como “tio” e põe em vista um casamento com suas filhas.

“Então Mavutsiní olhou para o chefe [das onças] e ficou parado. Chefe: ‘Agora eu te devoro’ ‘Não, você não deve devorar o seu tio. Eu tenho duas filhas, com quem você deve se casar. As filhas estão destinadas justamente a você!’ ‘Mas quem falou de devorar? Eu não, só o meu amigo, uma outra onça, eu não!’, disse o chefe. Porém, ele já estava com uma flecha pronta, que ele queria disparar em Mavutsiní. ‘Quero acertá-lo bem na orelha!’ Então Mavutsiní chamou a outra Onça, Tüwa. ‘Não o mate!’, disse Tüwa. ‘Eu não queria mesmo matá-lo’ disse seu amigo, o outro chefe das onças. Mavutsiní pode ir para casa com a corda de arco” (Münzel 1973: 17).

O “Caminho até a Onça” descreve o “Caminho até as regras ideais do convívio humano” (Münzel 1973: 28, nota 40). O ladrão *Mavutsiní* aprende da Onça as regras da cortesia; aprende a pedir por algo que pertence a outro. No lugar de guerra entra o casamento, e os protagonistas se transformam.

As histórias do surgimento de homens e de arcos, descritas como caminhos análogos, estruturalmente paralelos e baseados nos mesmos princípios, fundamentam a especial relação entre os dois, com base na qual se faz possível considerar arcos e kamayurás quase como idênticos. No mito, a produção do arco é temporalmente anteposta ao surgimento da humanidade. Assim como o arco só podia ser inventado quando fossem reunidos os distintos materiais de Mavutsiní e da Onça, assim também a humanidade só pode surgir quando os distintos mundos de Mavutsiní e da Onça encontram um ao outro em comunidade pacífica. Em uma situação como a dos xinguanos, na qual a qualidade de vida depende do convívio pacífico bem como do mútuo dar e receber entre todos os grupos, a

narrativa também pode ser compreendida como modelo mítico da prática usual dos Kamayurá na época, ou seja, a de participar da comunidade dos xinguanos por meio da permuta pacífica de arcos pretos.

No entender de Pedro Agostinho, a narração do conflito entre Mavutsiní e a Onça, e de sua resolução mediante uma promessa de casamento, pinta um quadro da ambivalência existente entre as relações pacíficas e amigáveis, de um lado, e, de outro, um acentuado e agressivo etnocentrismo, que determina as relações dos grupos do Alto Xingu um com o outro (Agostinho 1974: 16). Agostinho mostra também a ligação entre a aquisição mítica da primeira corda de arco por Mavutsiní e as práticas matrimoniais intertribais usuais no presente entre os xinguanos. Através do casamento, possíveis inimigos são convertidos em aliados mais, ou menos, hostis (Agostinho 1974: 16). A qualidade diferente das relações é evidenciada pelo papel das flechas: a um ladrão a flecha traz a morte, mas contra o futuro genro não se dispara. Na visão de Agostinho, a promessa de casamento de Mavutsiní inverte a situação conflituosa anterior e põe transformações em movimento: “Ao oferecer suas filhas, Mavuitini(n) inverte a situação e consegue que um antagonismo militar se transforme em uma aliança, de início latente, concreta ao final” (Agostinho 1974: 16). Inimigos bélicos viram aliados: sogro e genro. A passagem de um estado a outro é marcada por uma troca de armas: a flecha Yawarí, neste caso uma expressão material da hostilidade mortal das onças, torna-se obsoleta sob as novas relações. Em lugar disso, Mavutsiní consegue um presente da Onça: a corda, que ele juntará com a madeira talhada formando o arco. Através do casamento e das relações de parentesco organizadas se torna possível unir mundos antes separados, e o arco é a imagem dessa união.

No final do *Caminho* até a Onça, percorrido primeiro por Mavutsiní e depois pelas mulheres de madeira esculpidas por Mavutsiní, as quais têm que se civilizar do mesmo modo em seu caminho até a Onça, encontram-se formas de desenvolvimento inteiramente novas, superando as áreas de influência prévias e restritas dos representantes Mavutsiní e Onça: o arco, a humanidade atual e a ordem social. Expresso de outro modo, poder-se-ia dizer: para poder produzir adequadamente um arco era preciso que fossem inventados também o ser humano e as regras do convívio.

Como a humanidade, também o arco é resultado visível e palpável de um processo *civilizatório*.¹ Nos dois casos, porém, o resultado não é simplesmente uma soma de duas propriedades ou materiais. Com o arco e com a humanidade surgiu algo novo, que em sua qualidade total é distinto dos *materiais iniciais*. Tampouco quanto os Kamayurá de hoje são apenas reunião das propriedades contrastantes de Mavutsiní e da Onça, o arco não é meramente a combinação de dois materiais *naturais*. Nos dois casos, da junção de duas partes constituintes algo especificamente novo surgiu: a humanidade, cuja forma de existência é distinta tanto de Mavutsiní quanto da Onça, bem como o arco, um implemento, uma arma, cujas propriedades de uso específicas não podem ser explicadas pela soma dos dois materiais. A imagem da onça que cultiva cordas de arco parece ter sido empregada como recurso estilístico consciente para a definição das estreitas relações entre onça e corda, parte importante de um objeto cultural significativo dos Kamayurá.

O resultado do contato entre os dois mundos é a superação do estranhamento pela transformação e “aparentamento”² Mavutsiní se torna sogro, a Onça se torna noivo, genro e futuro pai; uma das jovens de madeira se torna esposa da Onça e mãe dos heróis culturais, ancestrais dos Kamayurá. O casamento mítico entre Onça e Jovem de Madeira pode ser visto como exemplar, pois até hoje os xinguanos consideram casamentos entre primos como as ligações ideais. O matrimônio entre Onça e Jovem de Madeira pode ser visto como base para a prática ainda hoje usual dos casamentos intertribais, que ligam de modo mais ou menos amigável grupos potencialmente inimigos (Agostinho 1974: 16; Münzel 1973: 17, nota 5).

(1) ... *eines Prozesses der Zivilisierung* – ou seja: civilização enquanto processo em curso, não como resultado (*Zivilisation*). (N.T.)

(2) *Transformação/aparentamento: Verwandlung*, que significa *transformação, metamorfose, mudar-se em algo* – permitindo porém uma conotação adicional por ser um cognato pouco óbvio de *Verwandt*, “parente” (através da etimologia comum dos verbos *wandeln* e *wenden*). Somos tentados aqui a propor o neologismo “transparentamento”, que poderia igualmente estar relacionado a mudança de aparência (= forma) e a parentesco, porém tememos que a tradução resulte pouco transparente, o que não é o caso do original. É bom lembrar ainda que o termo contraposto, *Fremdheit*, cobre o campo das qualidades de *estranho* (*estranheza, estranhamento*) e *estrangeiro*. (N.do T.)

Para a Etnografia do Arco

Na narrativa mítica do surgimento do ser humano e do arco, este é atribuído aos homens adultos, sogros potenciais ou de fato. Isto é confirmado pelo dia-a-dia dos xinguanos, pois apenas homens adultos manejam o arco preto e o produzem. Garotos de cinco a seis anos ganham seus primeiros arco e flechas pequenos, com os quais treinam seus disparos. Vera Coelho descreve vividamente os cuidados dos pais Waurá:

“Para os meninos, são de se destacar o arco e flecha em versão miniatura, sendo a ponta da flecha quase sempre embotada com uma bola de cera. Estas pequenas armas são feitas pelos pais (homens). Uma das cenas mais frequentes na vida doméstica é ver uma criança de olhos ardentes entrar correndo na casa e pedir ao pai para acertar as suas flechas ou a tensão do arco, para em seguida correr para fora de novo, perseguir pequenos animais...” (Coelho 1986: 27).

Mais tarde os jovens irão eles mesmos fazer arcos de madeira clara:

“O arco de cor clara, cuja secção transversal é elíptica, é mais curto e feito por homens jovens. É mais fraco e não tão durável quanto o arco retangular. Arcos pequenos para meninos também são feitos dessa madeira” (Oberg 1953: 31).

O primeiro arco grande, preto, é também ganho pelos jovens, e não feito por eles mesmos:

“O primeiro brinquedo que um menino de 5 ou 6 anos ganha é um pequeno arco e flecha, com os quais brinca, ganhando arcos cada vez maiores à medida em que sua força cresce, até finalmente ganhar o arco grande de homem adulto” (Oberg 1953: 30).

Após a conclusão da educação na puberdade, durante a qual os jovens têm que se submeter a uma série de reclusões e serem ensinados pelo pai e outros homens adultos em diversas habilidades e áreas de conhecimento (Oberg 1953: 65-66; Münzel 1971: 252), o jovem entra na vida adulta, à qual pertence também o casamento (Myazaki 1964: 220). Casando-se, como a onça mítica, com uma prima, transforma-se em marido e futuro pai. Seu pai se torna, como Mavutsiní, um sogro. A esse

processo (transformação / aparentamento) pertence o arco. Em consonância com a narrativa mítica, a preparação do primeiro arco iria reconstituir ativamente a ligação de dois mundos mediante o casamento e as transformações / aparentamentos do indivíduo daí para frente. Ao produzir o arco preto para seu filho, também o pai mostra ativamente para o exterior sua prontidão ou habilidade de unir dois mundos, de tornar-se um sogro que entrará em novas ligações de parentesco com a família da futura nora. O jovem pronto para o casamento troca mais uma vez sua flecha Yawarí, arma dos homens jovens, por um arco; transforma-se de jovem onça enraivecida em um homem e guerreiro adulto. O primeiro arco de um jovem torna-se uma imagem da consumação da transformação bem como da unificação, símbolo do novo todo criado individual e renovadamente.

Com palavras é concedido significado ao arco, ele é posto em relação com as idéias de surgimento, intercâmbio, transformação e união. Essas idéias podem se corporificar em um objeto e encontrar sua expressão na vida cotidiana quando se produz um arco. Analogamente ao mito, que ao ser narrado atualiza acontecimentos de tempos primordiais e com isso esclarece e legitima comportamentos existentes, pode-se dizer que também o processo individual de produção do arco se liga com acontecimentos míticos passados. Quem talha a madeira e junta os materiais para o arco como que reinventa a ordem social, dando-lhe visibilidade e tangibilidade, em um ato criativo individual.

A forma significativa

Como palavra, como parte da estrutura mítica, o arco é associado com diversas imagens narrativas impressivas – com o surgimento dos grupos étnicos (Agostinho 1974: 180-181, Münzel 1973: 148-150), o encontro de Mavutsiní com a Onça, com roubo e agressão, com civilizar-se, formação de aliança e com ordem social. Tema sempre recorrente em diferentes histórias é a notável proximidade entre arco e ser humano. Com a narrativa “Mavutsiní”, o arco ganha uma verdadeira história de origem – sua história, com a qual são estabelecidas sua essência e sua forma. Com tal providência, comumente conferida apenas a pessoas, é concedida uma identidade ao objeto. Seu surgimento vem descrito como resultado de processos: pro-

cessos de civilização, de transformação / aparentamento e de formação de alianças. No final desses processos exterioriza-se uma forma peculiar, a forma dúplice do arco, que surge do encontro de dois heróis: Mavutsiní e Onça, cujas essências e propriedades individuais se expressam nas duas matérias-primas *madeira e fibras de palmeira*, subordinadas a dois domínios do ambiente externo totalmente separados um do outro, e que no arco são reunidas em **uma** forma como expressão *tangível* de idéias míticas. Até hoje a matéria do arco representa os gestos dos ancestrais dos seres humanos atuais.

Enquanto a narrativa mítica é continuamente provida de uma forma poética, de “um começo, um clímax e uma solução de todo o drama mítico” (Langer 1992: 197), com o arco é criada uma unidade única que engloba os fenômenos ou acontecimentos. O Mundo da Onça, situado fora do domínio da vida humana, torna-se uma parte do mundo humano. A forma do arco representa a unidade dos dois domínios. Ela cria uma realidade espiritual na qual ser humano e onça estão ligados um ao outro. O significado simbólico do arco somente é apreensível através das relações entre os elementos dentro da estrutura total do objeto. O arco pode perfeitamente ser visto como símbolo artístico, pois sua forma possui uma significação *implícita*, somente apreensível ou vivenciável **no** objeto (Langer 1992: 256-257).

Os dois domínios descritos no início da narrativa como ainda separados realizam mentalmente a dissolubilidade do arco em suas partes constituintes. Cada nova reunião de seus materiais implica também uma reordenação, uma estruturação também do mundo exterior, uma nova e garantida união do anteriormente separado. Com isso, o arco cumpre os requisitos formulados por Ernst Boesch para um objeto estético, no qual, pelo ato formal da mescla, deslocamento e combinação de materiais, processos internos e externos antes separados são simbolicamente trazidos a uma nova ordem (Boesch 1983: 261). Conjecturo a partir daí que, do mesmo modo como na narrativa antagonismos inicialmente prevalentes são resolvidos, também a confecção do arco significa a superação do ameaçador. A transformação de um material originário de um “contramundo” (*Gegenwelt*) em um objeto (*Gegenstand*) para o uso humano (o arco) neutraliza a oposição ou inimizade (*Gegnerschaft*) do mundo das onças e de seus habitantes, elevando, com isso, a percepção dos próprios recursos ou capacidades.

Fora do arco não é compreensível a junção dos mundos da Onça e de Mavutsiní em uma unidade, a não ser no próprio ser humano, especialmente no homem adulto. O surgimento do objeto e o surgimento dos seres humanos atuais são descritos na narrativa como caminhos que transcorrem paralelamente e se baseiam nos mesmos princípios, e tanto o objeto quanto o ser humano resumem os resultados desses caminhos. Ao objeto como meta dos acontecimentos da narrativa corresponde o ser humano como meta do mesmo modo. Só quando dois materiais se encontram surge o arco, só quando dois mundos se encontram surge o ser humano. O gesto executado por um homem com um arco, mostrado por Nobue Myazaki (Myazaki 1964: fig. 6) deve possivelmente lembrar esse caminho de desenvolvimento. A ilustração mostra K., um rapaz Waurá, no ato de receber um novo nome após a reclusão que se segue à perfuração ritual da orelha. No procedimento de nomeação o irmão mais velho do rapaz, postado de pé atrás deste, segura um arco horizontalmente por sobre a cabeça abaixada do irmão mais jovem.

A forma do arco se mostra como equivalente à do ser humano, surgido paralelamente. Ela estrutura duplamente: tanto o mundo exterior quanto o interior do ser humano – pois aquilo que o mito descreve como mundos exteriores separados, encontrou no arco e no homem uma forma condensada consistente, e começou a viver dentro dessas formas autônomas. O que poderia ser expresso de outro modo: ser humano e arco, ambos tomaram para dentro de si dois distintos domínios míticos da realidade – melhor dito, espirituais –, fazendo deles mundos interiores. Em sua peculiaridade física tanto homem quanto arco representam uma ordem cuja realidade de outro modo escaparia ao alcance humano. O arco não apenas lança a ponte entre dois mundos externos antagônicos (o da Onça e o de Mavutsiní), mas como subjetivador da realidade exterior liga de modo ordenador o externo e o interno (Zur Objektgenese als Prozeß der Subjektivierung äußerer Umwelt [*Quanto à gênese do objeto como processo de subjetivação do ambiente exterior*]: Boesch 1983: 245). A identidade³ entre ser humano e arco descreve um “círculo de identificações” (Boesch 1983: 23), no qual o

(3) Identidade = *Wesensgleichheit*, literalmente *igualdade essencial ou igualdade do ser*.

ser humano utiliza experiências interiores para a compreensão do objeto, e de novo emprega a percepção do objeto em seu próprio ser, à medida que entende as “qualidades de onça” encontráveis no objeto igualmente como qualidades interiores.

Como o surgimento mítico do arco precede necessariamente o do ser humano, cada homem jovem precisa, a fim de tornar-se completo ou perfeito como o arco, trilhar o caminho para o mundo das onças como um dia Mavutsiní o fez: um caminho de desenvolvimento que é caracterizado exteriormente pela série de diferentes flechas e que termina com a flecha *yawarí*, a flecha da onça (Fig. 2). (Zur symbolischen Bedeutung von Pfeilen, Suhrbier 1998: 128-160). No festival *Yawarí* que transcorre por ocasião dos casamentos interétnicos, entram em campo dois times de jovens homens para competições esportivas com flechas *yawarí* (quanto ao festival *Yawarí*, cp. Bastos 1978; Galvão 1950). Diferente do caminho mítico de Mavutsiní, que leva ao mundo externo das onças, aqui o indivíduo percorre um caminho interior – já que traz, como todo ser humano desde então, o mundo das onças dentro de si. Também aqui o mito define, em sua forma peculiar, não apenas acontecimentos primordiais, mas também as vivências interiores de indivíduos. No caminho de desenvolvimento para a condição de adulto com todas as suas exigências representativas da aldeia o jovem fica no diálogo consigo mesmo, com os vizinhos e espíritos que dão conformação à política da aldeia e da reserva e à vida em geral. O uso da flecha *yawarí* no festival marca um ponto extremo do desenvolvimento humano, o estado de alma dos homens jovens nos quais a porção onça se expande, ganha um predomínio transitório e reprime outras partes da personalidade. O estado de onça, expresso no manejo da arma da onça, a flecha *yawarí*, lembra a alma animal que, como conhecida pelos Guarani, impetuosa e tendendo por vezes à violência, complementa a alma humana de resto branda, de origem divina (Nimuendajú 1914: 305). No correr da festa *Yawarí* o arco é apresentado como contraparte da flecha, e a conclusão do desenvolvimento leva à destruição ritual das flechas (Galvão 1950: 362-363) e finalmente à posse do arco pelos homens agora tornados adultos.

Ernst Boesch mostra que o trato com materiais é sempre ligado a idéias, ou seja, forma e conteúdo nunca podem ser separados, e designa por isso a matéria artisticamente trabalhada como “meio de re-

flexão” (Boesch 1983: 262). Os materiais do arco, madeira e fibras de palmeira, surgem como tais meios de reflexão, como espelhamentos do eu em relação ao mundo. Analogamente ao surgimento mítico da humanidade pelo civilizar-se, o processo de civilização das jovens onças que precede a entrada na vida adulta é entendido como um estágio particular no desenvolvimento da vida humana individual. So-



Fig. 2 Flecha *Yawarí* (Kamayurá), usada nas competições esportivas dos jovens durante a festa intertribal *Yawarí*. Relativa à mitologia, a flecha com ponta embotada de resina pertence à onça. As flechas, manufaturadas pelos jovens, marcam o estado de alma especial deles: o estado de onça. Foto Wagner Souza e Silva.

mente com as transformações da puberdade, no curso das quais o jovem manifesta seu lado onça selvagem e incivilizado, expressando-o explicitamente em oposição aos homens mais velhos, é que uma verdadeira integração dos dois mundos humanos interiores tem lugar, Mavutsiní e Onça se encontram em um homem integral e adulto. Somente quando o homem já se tornou adulto chega para ele o momento [de equilíbrio], de confeccionar e manejar ele mesmo o grande arco preto. Esta posição particular do arco no curso de vida de um indivíduo é comprovada também pelas narrativas que enfatizam a intensa fusão emocional de homem e arco.

Como produto final da narrativa, arco e homem representam a conclusão do desenvolvimento mítico e podem ser entendidos em sua forma definitiva como figuras ideais. Em contraste com as flechas, que dinamicamente impulsionam adiante os desenvolvimentos e cujo significado central está na idéia de processo, de contínuo devir (cp. Suhrbier 1998: 128-160), o arco permanece fora de qualquer desenvolvimento. Na sua confecção, a ênfase não recai na vivência de experiências, como é o caso na confecção de flechas como parte da iniciação; a experiência aqui já está feita, o que ela faz é procurar expressão, encontrar sua forma. No ritual, a ênfase tampouco recai, em primeira linha, no surgimento ou na ação, como é o caso das flechas (Suhrbier 1998: 188-198), mas no ser do objeto. O homem se apresenta com o arco; sua entrada simboliza o saber em torno do homem inteiro, como parte constituinte e integrada de um mundo mais abrangente.

A forma do arco surge como resultado de saber, e formula um “estado de É” válido desde os tempos míticos, que não tem mais que ser mudado. No caso dos homens é diferente: as qualidades e valores ideais corporificados no arco referem-se somente ao homem adulto. Correspondentemente, no ciclo de vida individual o arco marca a entrada na idade adulta. O que carece de desenvolvimento é o tempo que precede a vida adulta, marcado pela seqüência das flechas (Suhrbier 1998: 128-160). A forma do arco está representada simbolicamente nas festas de consagração da puberdade, por exemplo, quando se coloca um arco decorativo no pescoço dos rapazes. É um colar desses, um cordão de madrepérolas preso em uma vara redonda de forma correspondente a um arco esticado, onde o semicírculo de plaquinhas de madrepérola substitui a corda do arco, que o menino K., talvez de 12 anos, irmão do chefe M., usa durante um ritual

de puberdade entre os Waurá (Myazaki 1964: fig.2).

Neste ponto, quero conscientemente superinterpretar a identidade de arco e homem repetidamente estabelecida na narrativa citada, bem como a caracterização do arco como pessoa ou personalidade, e ver o arco preto como uma auto-imagem encarnadora do ideal do homem adulto. Foi levada à caracterização do arco como auto-imagem, ou imagem de si, pelas interpretações feitas por Ernst Boesch de auto-retratos de artistas, os quais ele aponta como símbolos da vivência interior, acentuando sua atuação reflexiva. No diálogo do artista consigo mesmo não apenas surge uma obra de arte, mas na lide com aquele objeto em particular a própria pessoa se modifica (Boesch 1983: 275-277). Como uma tal imagem de si pode ser entendido também o já mencionado colar de madrepérola em forma de arco, o qual é confeccionado exclusivamente como jóia ou adorno ritual para membros da família do chefe. Faz-se cordão de madrepérola, por exemplo, como jóia para o pau *Kwarip* preparado para um *morerekwat* (chefe) morto, pau que é uma representação do falecido. A ilustração 11 de Pedro Agostinho (1974) mostra um tal *Kwarip* provido de adorno em forma de arco. Em uma determinada dança do festival *Kwarip* o filho do falecido termina por dançar com esse colar em particular (Agostinho 1974: 145). No festival *Yawarí* observado por Rafael Bastos, o arco é apresentado várias vezes como imagem de pessoas: os competidores com flecha *yawarí* são considerados “titulares do arco” (Bastos 1989: 93), e o festival é dedicado a um falecido designado como “titular do arco” tendo ainda o objetivo de incinerar o arco do mesmo (Bastos 1989: 86, 214-215).

Como, de um lado, representação simbólica de uma pessoa e, de outro, subjetivação de uma porção do ambiente exterior, o arco se torna um emblema da capacidade humana de produzir ordem igualmente no mundo interno e no externo. Com a ajuda do arco, o ser humano busca reduzir a distância entre interno e externo, produzir simbolicamente um equilíbrio entre ambos. O processo de sua confecção, vivenciado como a junção de dois materiais, entrelaça-se com seu significado análogo, a criação do ser humano. Com isso, o arco é não apenas expressão simbólica da aspiração por ordem no mundo externo, mas, como imagem de si, diz respeito à capacidade de plasmar a si mesmo e à vida conforme noções próprias e voluntárias.

Na criação do arco reside todo um potencial de vivência ou experiência, pois essa arma surge como produto final de um longo processo de elaboração de experiências (o tempo, que nos mitos e ritos é caracterizado pelas flechas). Ao confeccionar o arco, seu produtor coloca nele aquilo que ele já sabe a partir dos acontecimentos míticos e da vivência interior, seu saber que integrou com sucesso tradição e experiência individual. No arco como representação de ordem espelha-se sobretudo a capacidade humana de estruturação, classificação e ordenação. Nele, o mundo externo ganha a forma de imagem simbólica do mundo interno e, com isso, a fronteira entre homem e mundo é simbolicamente abolida. O objeto remete, assim, às grandes capacidades criadoras, formadoras e estruturadoras do indivíduo. O que Ernst Boesch formula de modo geral para o autorretrato artístico encontra confirmação no arco dos Kamayurá: a auto-reflexão objetiva-se no arco, torna-se um pedaço de mundo exterior e descortina, assim, novas possibilidades de interação social (Boesch 1983: 276ss.). Da obra faz-se um objeto, do processo uma substância. Desordens míticas, também no que toca aos relacionamentos humanos, podem ser conduzidas até uma contra-ordenação a que o espírito dá forma em caráter definitivo. Idéias sobre o arco como condição para a atuação em sociedade são formuladas também em outras narrativas, como por exemplo “Der schwarze Bogen” [O Arco Preto] (Münzel 1973: 148-150) e “Origem das tribus” (Agostinho 1974: 180-181), nas quais o arco é colocado como início da ordem social hoje vigente (intra e intertribal).

Se consideramos e analisamos o uso das coisas no curso de rituais com o saber ganho a partir da análise de mitos quanto ao significado dos obje-

tos, então também os gestos realizados com esses objetos se preenchem com novo sentido. Analisar este fato em detalhe ultrapassaria o âmbito deste texto. Ainda assim, gostaria de acrescentar o seguinte, que descrevi de modo mais completo em outra oportunidade (Suhrbier 1998: 169-198). Em contraste com o trato com os “símbolos abstratos e dispensados de contexto que são os da fala”⁴ em uma narrativa, o trato com símbolos durante o ritual é “sensorial e direto”⁵ (Lorenzer 1981: 160). O próprio ser humano emerge como representante ou ator, e “o portador do significado é o gesto humano” (Lorenzer 1981: 35). Como o significado das ações durante o ritual é supra-situacional e a introdução de objetos é atrelada a essa forma particular do agir simbólico, expõem-se na realidade particular da “fase liminar” (Turner 1989: 40) menos significados práticos do que simbólicos das coisas. Conteúdos derivados de sua realidade mítica envolvem o fazer do que está em ação em “contextos de experiência supra-situacionais” (Boesch 1983: 126). As representações de coisas desvelam-se no ritual em gestos desempenhados **diretamente com objetos**. Objetos trazem idéias, representações e sentimentos *amarrados juntos* para dentro da vida e do agir dos seres humanos, preenchem ações com significados. Por exemplo, as ações expressivas desempenhadas com armas durante o festival *Yawarí* não são auto-expressão direta nem representação quase fiel de narrativa. Expressivas na forma, sem compulsão interior do momento e desempenhadas de modo reduzido, remetem muito mais a algo que se situa fora ou além do acontecer situacional. Devem com isso ser vistos como legítimos gestos, formas simbólicas, no sentido em que Susanne Langer os descreve (Langer 1992: 154).

(4) *abstrakt-situationsentobenen Symbolen der Sprache.*
(5) *sinnlich-unmittelbar.*

SUHRBIER, M.B. From the Times of the Onça: on the meaning of the Kamayurá (Alto Xingu) objects. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 195-204, 1999.

ABSTRACT: The paper presents a method for interpreting objects of the ethnographic collection of the Museu de Arqueologia e Etnologia of the University of São Paulo. Using the structural analysis of myths and rituals the symbolic significance of two objects (artifacts) from the indian reservation of the Upper Rio Xingu, Mato Grosso, is explained.

UNITERMS: Material Culture – Myths and Rituals – Bow and Arrow – Upper Rio Xingu, Mato Grosso, Brazil.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, P.
1974 *Kwarip: mito e ritual no Alto Xingu*. São Paulo.
- BASTOS, R.J.de M.
1978 *A musicológica Kamayurá: Para uma antropologia da comunicação no Alto Xingu*. Brasília.
- BOESCH, E.E.
1983 *Das Magische und das Schöne: zur Symbolik von Objekten und Handlungen*. (problemata; 97). Stuttgart-Bad Cannstatt.
- CARNEIRO, R.L.
1989 To the village of the jaguars: the Master Myth of the Upper Xingú. *Antropologica*, 72: 3-40.
- GALVÃO E.
1950 O uso do propulsor entre as tribos do Alto Xingu. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, 4: 353-368.
- LANGER, S.K.
1992 *Philosophie auf neuem Wege. Das Symbol im Denken, im Ritus und in der Kunst*. Frankfurt am Main.
- LARAIA, R.de B.
1968 O sol e a lua na mitologia Xinguana. *Actas e Memórias del 37. Congreso Internacional de Americanistas*, Republica Argentina 1966; 3. Buenos Aires: 75-93.
- LORENZER, A.
1981 *Das Konzil der Buchhalter. Die Zerstörung der Sinnlichkeit, eine Religionskritik*. Frankfurt am Main.
- LUKESCH, A.
1976 *Mito e vida dos índios Caiapós*. São Paulo.
- MÜNZEL, M.
1973 Erzählungen der Kamayurá, Alto Xingú – Brasilien. *Studien zur Kulturkunde*, 30. Wiesbaden.
- MYAZAKI, N.
1964 Breves notas sobre a socialização da criança em duas tribos Aruake. *Völkerkundliche Abhandlungen des Niedersächsischen Landesmuseums, Abteilung für Völkerkunde*, Hannover, 1: 209-222.
- NIMUENDAJÚ, C.
1914 Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Welt als Grundlage der Religion der Apapocúva-Guaraní. *Zeitschrift für Ethnologie*, 46(2/3): 284-403.
- OBERG, K.
1953 *Indian tribes of Northern Mato Grosso, Brazil*. (Smithsonian Institution Institute of Social Anthropology, 15). Washington.
- STURVENANT, W.C.
1969 Does Anthropology need museums? *Proceedings of the Biological Society of Washington*, Washington, 82: 619-649.
- TURNER, V.
1989 *Vom Ritual zum Theater: der Ernst des menschlichen Spiels*. Frankfurt am Main und New York.
- VILLAS BOAS, O.; VILLAS BOAS, C.
1974 *Xingu: Os índios, seus mitos*. Rio de Janeiro.
[1970]

Recebido para publicação em 17 de novembro de 1999.

Estudos de Curadoria

OS CACHIMBOS CERÂMICOS DO MAE/USP- APRESENTAÇÃO DE UMA COLEÇÃO

Walter Fagundes Morales*

MORALES, W.F. Os cachimbos cerâmicos do MAE/USP: apresentação de uma coleção.
Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 9: 207-221, 1999.

RESUMO: Este artigo apresenta uma das coleções de cachimbos cerâmicos pertencentes à reserva técnica do MAE/USP, divulgando e facilitando o acesso às informações existentes no acervo desta instituição.

UNITERMOS: Estudos de acervo – Cachimbos arqueológicos e etnográficos.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar uma das coleções de cachimbos cerâmicos existentes no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Assim procedendo, procura-se demonstrar o potencial informativo que o acervo desta instituição possui e contribuir para o conhecimento dos cachimbos, tema de interesse crescente nos estudos de cultura material.

A coleção de cachimbos pesquisada tem origem bastante variada, já que corresponde à reunião de peças provenientes de acervos e coleções menores, que foram sendo formadas ou agregadas ao Museu Paulista ao longo da sua história: como o Acervo Plínio Ayrosa, Coleção Sertaneja, Balbino de Freitas, São Lourenço e Enslén. O conteúdo destas coleções, assim como os registros catalográficos de cada uma delas, estão hoje depositados na reserva técnica e na área de documentação do MAE/USP.¹

Em busca de informações sobre cada um dos exemplares que compõem esta coleção de cachimbos² do MAE/USP, realizou-se uma busca nas fontes documentais das coleções originais, que abrangem desde as fontes primárias, isto é, os documentos onde ocorreram as primeiras anotações, aquelas realizadas no momento das aquisições, até as transcrições posteriores.

Nas fontes primárias estão os manuscritos “Livro de Entradas da Ethnographia e Anthropologia-Archeologia, Catálogo II das Collecções Anthropologia e Ethnographia do Museu Paulista, 5-II-1914”³ também conhecido como “Livro Tombo de 1914” que correspondem aos documentos de registros de peças mais antigos do Museu Paulista; o “Registro Geral Sertanejo” de 1959; e os três livros tomo datilografados na década de 1940 da “Coleção Paixão”, atualmente incorporada ao “Acervo Plínio Ayrosa”

Outras fontes, onde os registros acima citados estão transcritos, também foram pesquisadas, como “Relação das Peças do Museu – Catálogo das

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-graduação, Mestrado.

(1) Em 1989, ocorreu a fusão de vários acervos da USP, quando foram agregados o antigo MAE, o Instituto de Pré-História (IPH) e os setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista (MP).

(2) Existem outras coleções de cachimbos no acervo deste Museu, como a Coleção Tapajônica e a de cachimbos etnográficos de madeira.

(3) Nesta fonte estão inseridos os registros sobre as coleções Balbino de Freitas, São Lourenço e Enslén.

peças etnográficas do Museu de Etnografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP”, o “Registro da Secção de Arqueologia”, e o da “Secção de Etnologia” e o “Registro Geral do Acervo Arqueológico – Museu Paulista”. Entretanto; optou-se, quando possível, por transcrever apenas as fontes primárias citadas no parágrafo anterior, a fim de evitar os erros ou possíveis omissões que as sucessivas transcrições costumam acarretar, como ocorreu com o cachimbo X-571. Esta peça, originariamente anotada nos “Cadernos da coleção Paixão” como “3838 – *Cachimbo. Córrego Grande (afluente da margem direita do Rio São João), que é afluente da margem esquerda do Rio Grande. Município de São Pedro da União, comarca de Guaranésia. Estado de Minas*”, acabou por ser transcrita, quando da sua incorporação ao Acervo Plínio Ayrosa na “Relação das Peças do Museu – Catálogo das peças etnográficas do Museu de Etnografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP”, com a incompleta descrição: “Número de entrada 2061. Número da peça X-571. *Cachimbo. Estado de Minas*”.

Os cachimbos

A leitura das fontes documentais revelou que cada uma destas coleções foi reunida principalmente através de coletas realizadas em sítios arqueológicos e em aldeias indígenas. Outras peças foram adquiridas através da compra ou doação. No entanto, a grande maioria dos cachimbos entrou para as coleções sem que houvesse sequer o registro de sua proveniência.

Em decorrência desta total ausência de informação sobre muitas das peças, optou-se por apresentar neste artigo apenas aquelas com claras indicações de proveniência e/ou pesquisador. Assim, de um total de 96 cachimbos que compõem a coleção, somente 42 foram desenhados e tiveram seus dados transcritos neste texto. Dentre os demais 54 cachimbos que não foram desenhados, 39 estão sem numeração alguma, 9 possuem número marcado na peça, mas não oferecem registro ou a descrição encontrada nos livros tombo está equivocada, 2 estão bastante danificados,⁴ 3 são iguais ao ca-

chimbo desenhado RG 12314 e 1 é igual a um dos 7 registrados com o mesmo número RS 590.

Do total de 42 cachimbos desenhados, 17 peças contêm claramente informações sobre a sua origem etnográfica, existindo, no entanto, amplas variações quanto à procedência, data de coleta e formas de aquisição. Vários foram coletados a partir dos anos 40/50, por pesquisadores como Egon Schaden (7), Harald Schultz (9) e Herbert Baldus (1), outros até antes mesmo dessa data, ainda na primeira década deste século ou mesmo anteriormente, por pessoas vinculadas ao Museu Paulista, como Franz Adam (1) no litoral de São Paulo, e Christian Enslin (1) no Rio Grande do Sul. Entre os cachimbos etnográficos aqui representados, uma parcela significativa foi feita pelos Guarani de Nhandeva⁵ (6), os de Guarita (Mybyá)⁶ (1), ou os Guarani⁷ da “(...) *aldeia de Silveira a 12 km de barra do Una, litoral norte de São Paulo (...)*” (3). Mas, também temos peças trazidas por Boris Malkin dos Urubu⁸ da região do rio Gurupi (2) e até de outros países, como os cachimbos dos índios Sirioná⁹ do rio Beni na Bolívia (1) e o dos Mbuá-Guarani,¹⁰ do Paraguai (1).

Além dessas peças sabidamente coletadas em contexto etnográfico, temos outras, que chamaremos aqui de “arqueológicas” que perfazem um total de pelo menos nove cachimbos que não foram coletados em escavações propriamente ditas, e sim, encontrados em sítios arqueológicos, como o cachimbo X-572 coletado no “... *sambaqui de Pombevá, Mar Pequeno, à distância de meia hora de lancha a motor de Iguape, Estado de São Paulo*” ou o RGA 914, “*Cachimbo encontrado junto com a urna nº 437 – Torres. Coleção Balbino de Freitas, comp. em VI-06 por intermédio do Sr. J.M. Paldaoff, Rio Grande do Sul*” Nesta categoria, estão inseridos quase todos os cachimbos que correspondem às peças da “Coleção Paixão”¹¹ onde também encontramos peças das quais não é possível afirmar a proveniência arqueológica, como o cachimbo X-573 “... *Encontrado a 5 palmos de profundidade, distante 3 quilômetros de Abbadia da Posse e a 30 quilômetros*

(5) RG 6458, 6459, 6460, 6461, 6462, 6463.

(6) RG 6478.

(7) RG 12807, 12810, 12811.

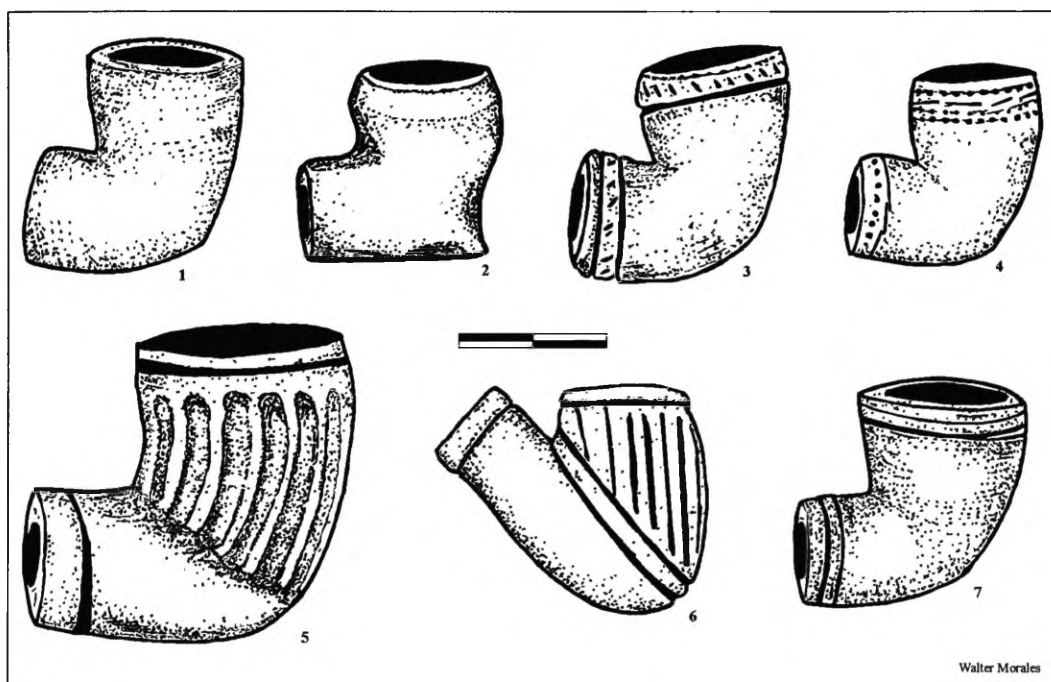
(8) RG 12312 e 12314.

(9) RG 7468.

(10) 92/5.1

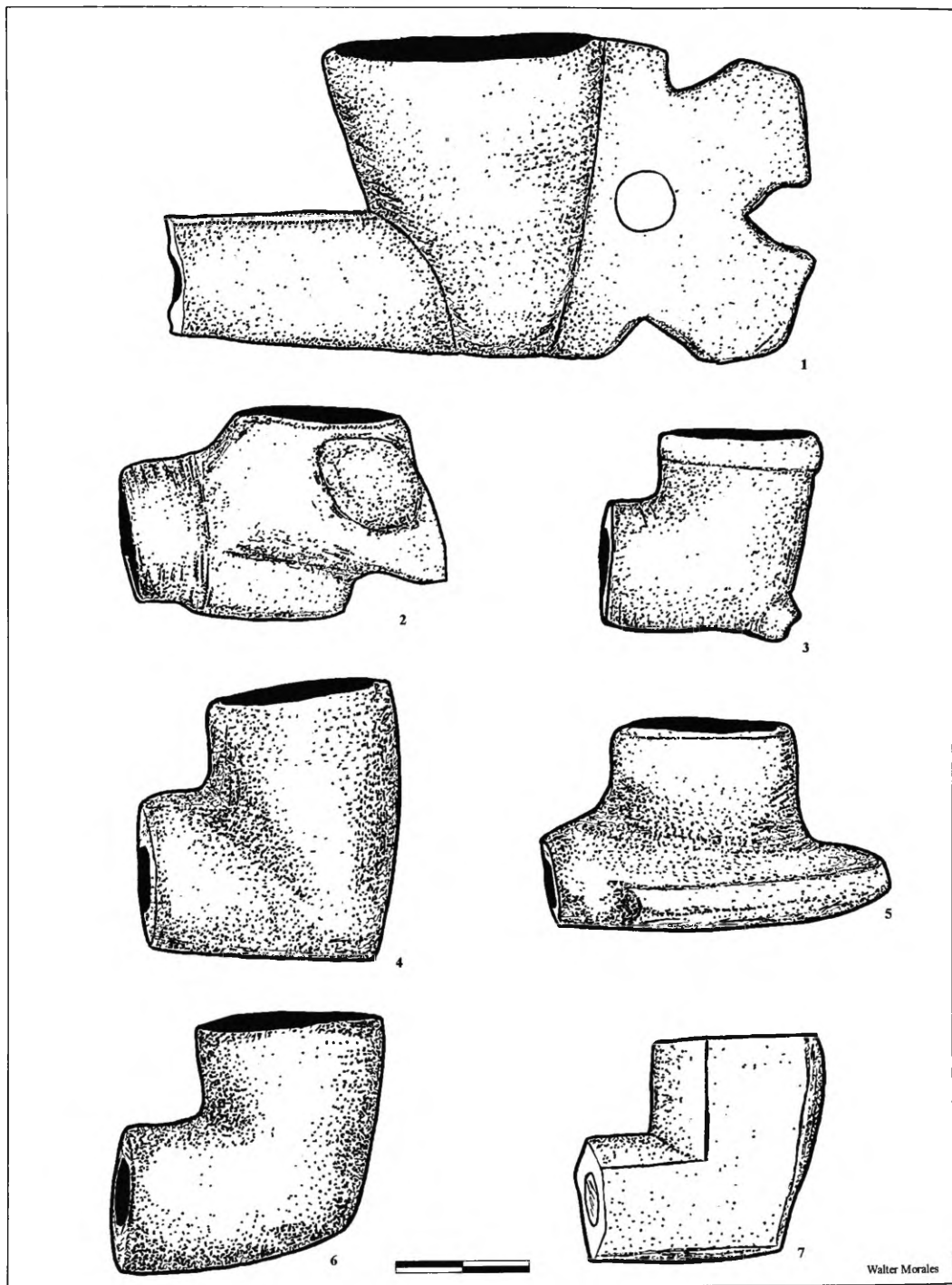
(11) Posteriormente agregadas ao Acervo Plínio Ayrosa.

(4) São os cachimbos RGA – 866 e X – 567.

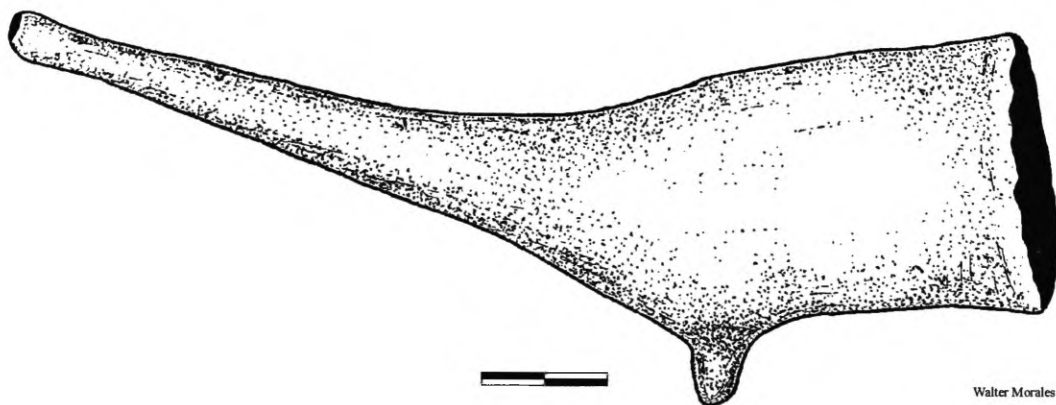


RS – 590

Registro Geral Sertanejo: “Oito cachimbos de barro, tamanho e formatos diversos, Mercado de Santarém, Harald Schultz, 1953”

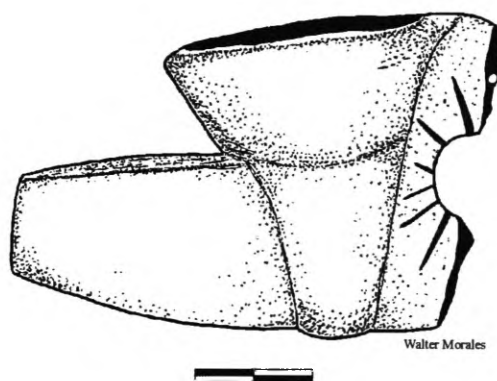


RG - 6458, RG - 6459, RG - 6460, RG - 6461, RG - 6462, RG - 6463, RG - 6464
Registro da Secção de Etnologia: "Entrada 20/6/51, coleta 1947, doação Sr. Prof. Dr. Egon Schaden, Nhandeva-guarani, cachimbo de barro"



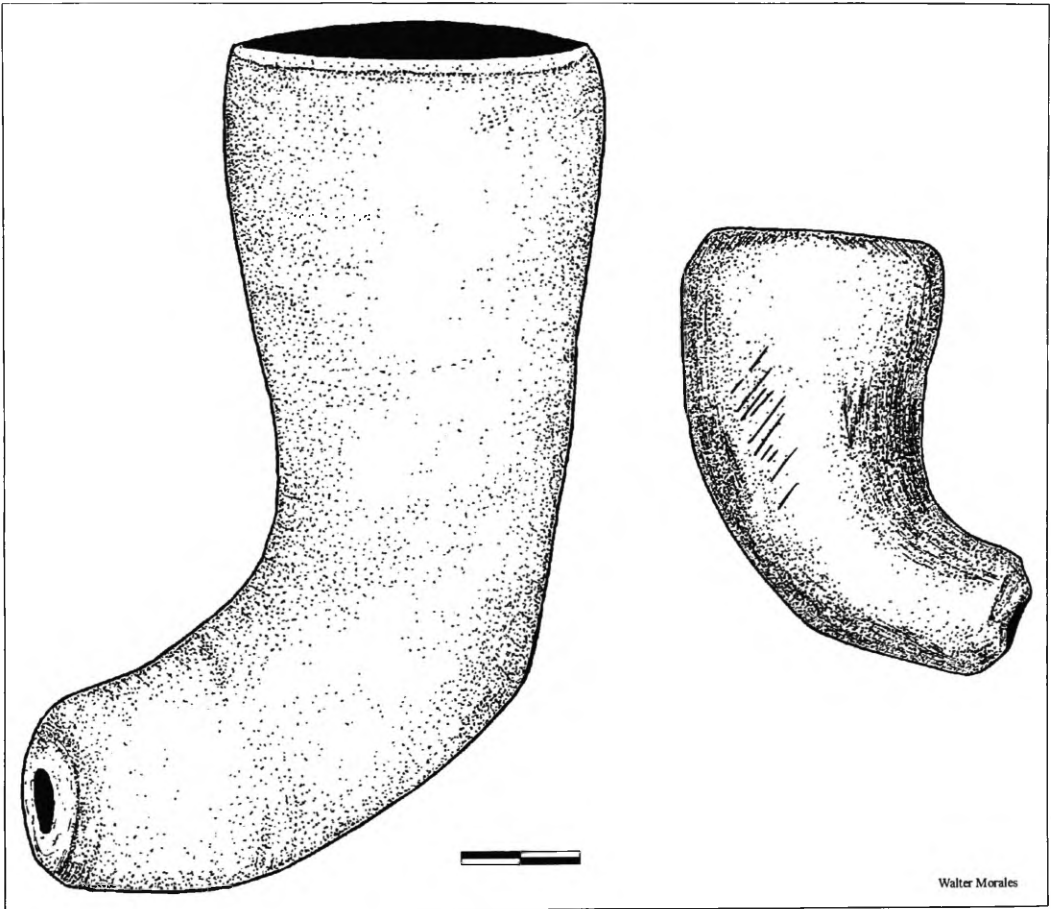
RG – 7468

Registro da Secção de Etnologia “Data 1952, coletor Harald Schultz, índios Sirioná, Eirato r. Beni, Bolívia, cachimbo de Barro”.



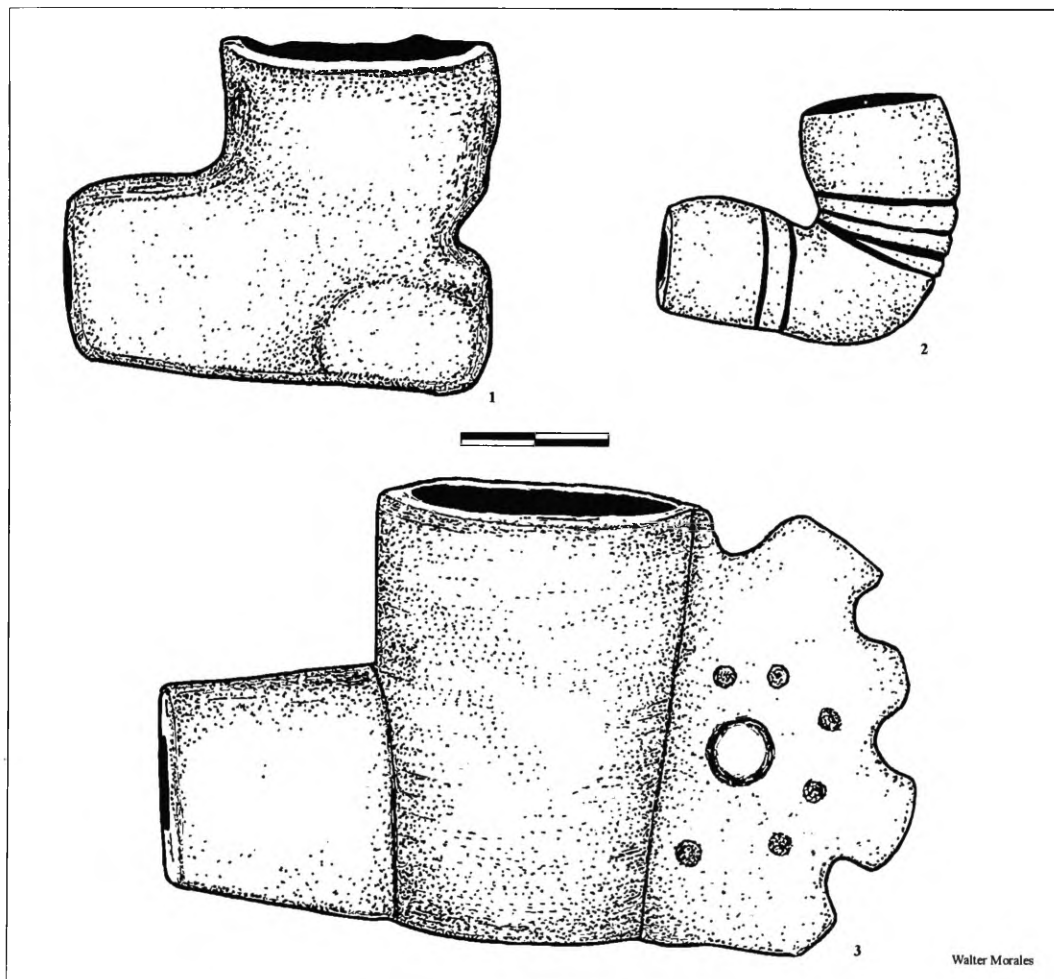
RG – 6478

Registro da Secção de Etnologia “Data 1952, Doação Dr. Baldus, Mbyá-guarani-Guarita, cachimbo de barro”



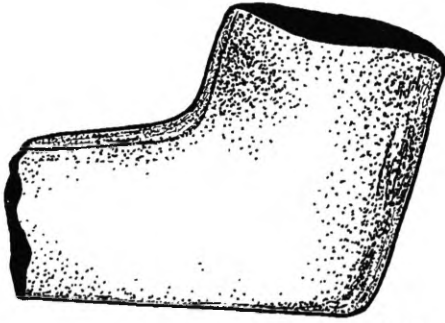
(RG - 12312, RG - 12314)

Registro da Secção de Etnologia: "Coleta 1966, coletor Boris Malkin, Urubu, Rio Gurupi, Est. Maranhão, cachimbo"

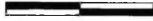


(RG – 12807, RG - 12810, RG – 12811)

Registro da Secção de Etnologia: “Coleta 1/11/1971, Coletor Delvair Montagner, Guarani, aldeia de Silveira a 12 Km de barra do Una, litoral norte de São Paulo, Cachimbo”

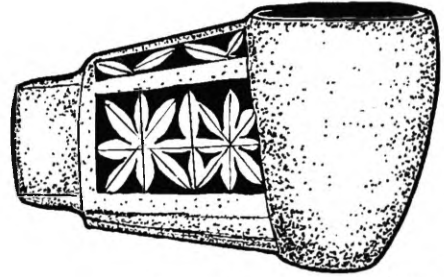


Walter Morales



X – 565

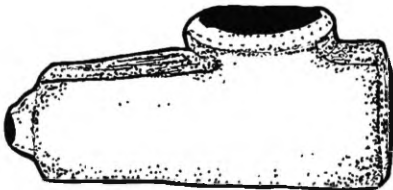
Cadernos da Coleção Paixão: “2053 – Cachimbo de barro encontrado no rio Taquari, Estado do Rio Grande do Sul”



Walter Morales

X – 569

Cadernos da Coleção Paixão: “3426 – Cachimbo encontrado nas areias do rio Pinheiros. Capital do Estado de São Paulo”



Walter Morales



X – 568

Cadernos da Coleção Paixão: “4234 – Cachimbo de barro encontrado a 1 metro de profundidade, na confluência do Rio Bandeirantes com o Rio Ivahy, Estado do Paraná”



Walter Morales



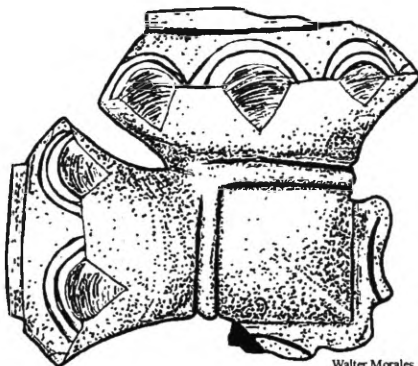
X – 570

Cadernos da Coleção Paixão: “3114 – Cachimbo. São Pedro da União, próximo a Guaxupé. Estado de Minas”



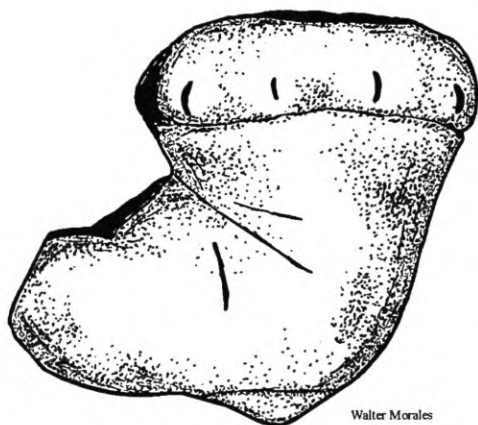
X- 571

Cadernos da Coleção Paixão: “3838 – Cachimbo. Córrego Grande (afluente da margem direita do Rio São João, que é afluente da margem esquerda do Rio Grande. Município de São Pedro da União, comarca de Guaranesia. Estado de Minas. Coleção Paixão”



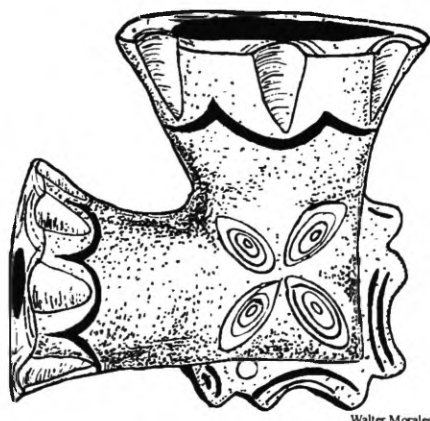
X – 573

Cadernos da Coleção Paixão: “3825 – Cachimbo. Encontrado a 5 palmos de profundidade, distante 3 quilômetros de Abbadia da Posse e a 30 quilômetros da cidade de Anápolis, nas cabeceiras do Rio Capivary (afluente da margem direita do Rio Corumbá). Estado de Goyaz”.



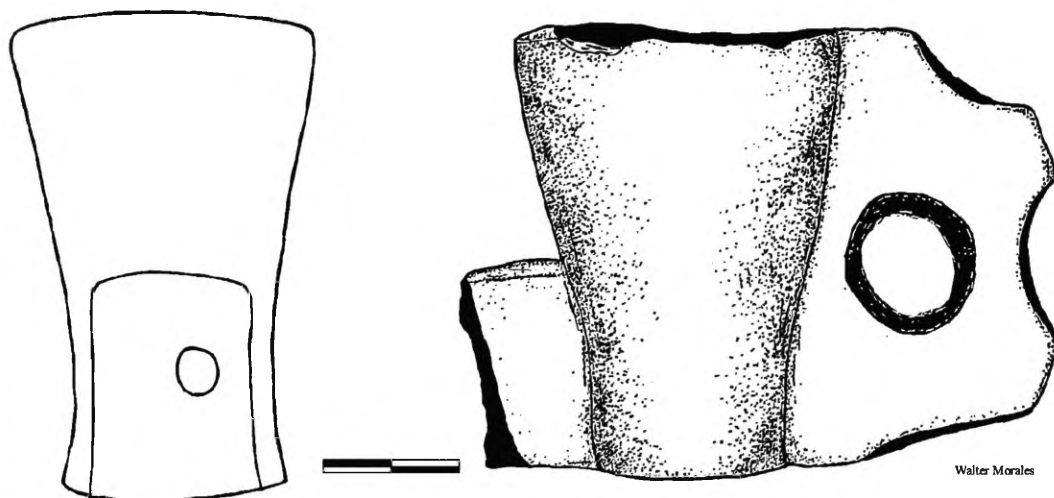
X – 572

Cadernos da Coleção Paixão: “3721 – Cachimbo de barro. Sambaqui de Pombevá. Ilha Comprida, Mar Pequeno, à distância de meia hora de lancha a motor de Iguape. Estado de São Paulo”



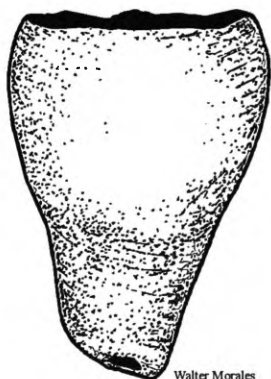
X- 574

Cadernos da Coleção Paixão: “3794 – cachimbo encontrado a 3 metros de profundidade em escavação feita na mina de diamantes de Serrinha. Município de Diamantina. Estado de Minas”



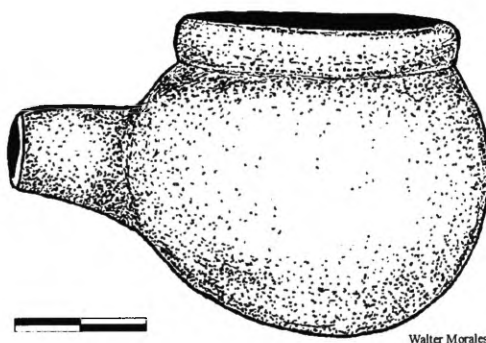
92/5.1 (na peça).

Anotação feita em etiqueta anexada à peça "Potrero blanco, Mbuá – Guarani, Paraguay, 1954, forninho de cachimbo de barro, doação Prof. Dr. Egon Schaden, número de inventário 392"



RGA 395

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo simples dos índios de S. Lourenço, R.G. do Sul. Leg. C. Enslin, 1909"



RGA 2434

Registro Geral de Arqueologia: "Pequena vasilha de cerâmica. Furinho. Ilha de Marajó, Harold Schultz, col. 1950"



Walter Morales



RGA 446

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo. Prov. de S. Sebastião, na Costa da Serra. Collecção de 27 peças Compradas em VIII. 03 aos Srs. Irmãos Barbedo, por intermédio do Sr. João M. Paldaoff. Rio Grande do Sul"

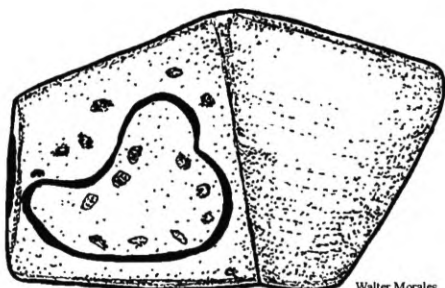


Walter Morales



RGA 843

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo de barro, liso, de orla enfeitada com 2 séries de buraquinhos – Comp. do Sr. Devantier, Col. S. Lourenço, Est. Rio Grande do Sul, 1896"



Walter Morales



RGA 481

Temos no Registro Geral de Arqueologia a anotação "Cachimbo de barro (número antigo 5163)", que não corresponde à descrição dessa peça. Entretanto, no Livro Tombo de 1914, o número da peça 481, apesar de não estar discriminada como cachimbo, corresponde a um lote de material proveniente dos "índios coroados e do rio do Peixe"

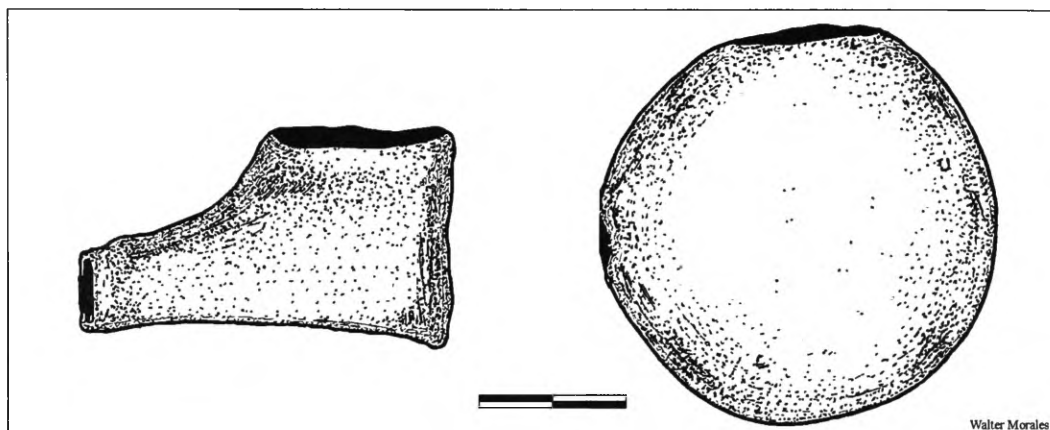


Walter Morales



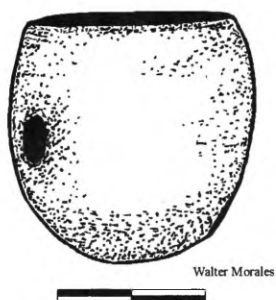
RGA 914

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo encontrado junto com a urna nº 437 Torres. Collecção Balbino de Freitas, comp. em VI-06 por intermédio do Sr. J.M. Paldaoff, Rio Grande do Sul"



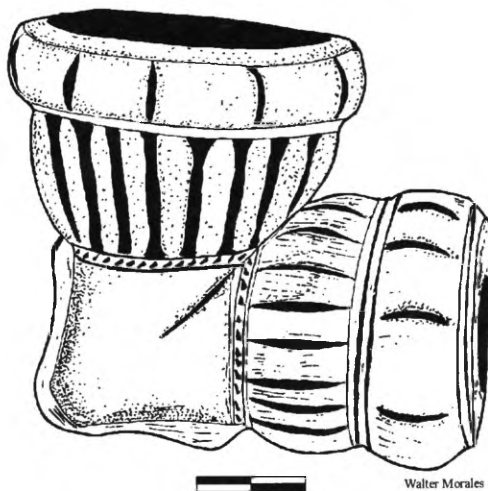
(RGA 846, RGA 845)

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo de barro, liso. Offerta do Sr. Kuhwert, Cahy, Est. Rio Grande do Sul 1906"



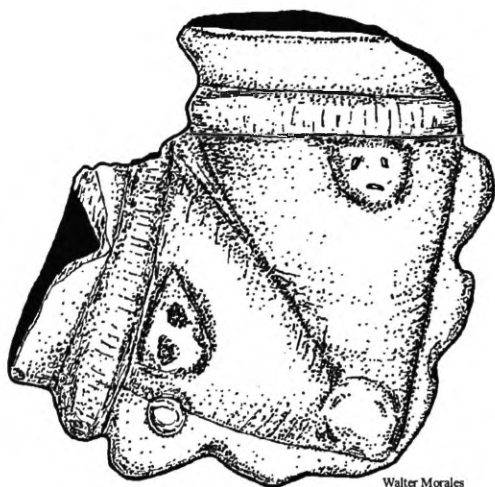
RGA 916

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo que não pertencem aos sambaquis. Collecção Balbino de Freitas, comp. em VI-06 por intermédio do Sr. J.M. Paldaoff, Rio Grande do Sul"



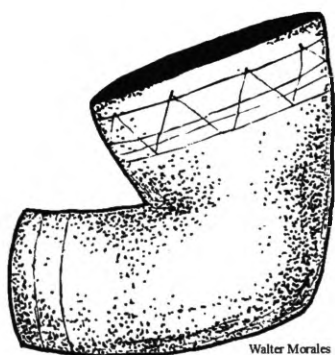
RGA 3890

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo histórico vindo do sertão. Offerta do Sr. Mequel Marcellino, capital, 9.VI.912.



RGA 3902

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo de barro cosido com forma de figura comprado do Sr. Joaquim Araújo Dias, Cabo Verde, Est. Minas, XI, 1912"



RG - 11295

Livro Tombo de 1914: "Cachimbo de barro, coletado por Franz Adam, Guarani, litoral de S. Paulo, 1909"

da cidade de Annapolis, nas cabeceiras do Rio Capivary (afluente da margem direita do Rio Corumbá). Estado de Goyaz"

A seguir, são apresentados os desenhos dos 42 cachimbos e as informações disponíveis sobre eles:

Informações complementares

Buscando oferecer mais informações sobre os cachimbos aqui apresentados, realizou-se uma busca na *Revista do Museu Paulista*. Como seus artigos e "relatórios de atividades" possuem referências sobre coleções adquiridas pelo Museu, destacamos aqui aquelas que, de alguma forma, relacionam-se a alguns dos cachimbos presentes neste texto. No primeiro volume da *Revista do Museu Paulista*, Hermann von Ihering (1895:80), em um artigo síntese sobre a arqueologia na porção meridional do Brasil, comenta sobre algumas peças recebidas da colônia de São Lourenço e do Cahy, que correspondem, exatamente, aos locais de origem de alguns dos cachimbos aqui tratados.¹² Nos volumes posteriores, aparecem novos textos com figuras e comentários sobre peças coletadas no Rio Grande do Sul (Schupp 1904: 489) e Bahia (H. Ihering 1904: 553), havendo, inclusive, o trabalho "Archeologia Rio-Grandense" onde, o autor, João Paldaoff (1900:343), descreve a coleção dos "Irmãos Barbedo", adquirida anos depois pelo Museu Paulista.

Nos "relatórios de atividades"¹³ também encontramos informações que nos permitem ampliar os dados sobre estas peças, como ocorre com o cachimbo RGA 446. Adquirido junto com "... uma riquíssima collecção, composta de 27 peças escolhidas, de objectos archeologicos do Rio Grande do Sul" (R. Ihering 1907:22) do "... Sr. Arnaldo Barbedo por intermedio do dedicado amigo do Museu Paulista, Sr. Dr. J. Maria Paldaoff, a quem a morte atroz tão cedo roubou aos seus amigos e do trabalho scientifico e pratico a que se dedicava

(12) RGA 395, 843, 845, 846.

(13) Publicados periodicamente pelo diretor do Museu, Hermann von Ihering (1904, 1907, 1911), os relatórios de atividades traziam o andamento das atividades desenvolvidas pela instituição e seus custos, como viagens de pesquisas, visitas de pesquisadores estrangeiros, reformas no prédio e aquisição de material.

com ardor e alta compreensão, como director da Estação Agronomica de Porto Alegre” (R. Ihering 1907: 13). Podemos citar também a peça de registro geral (RG) 11295, coletada por Franz Adam durante uma visita pelo Museu Paulista aos índios Guarani de Bananal, “... localizados a 3 legoas de Conceição de Itanhaen, que alias já conhecia e com os quaes mantinha boas relações. De lá nos trouxe uma boa série de objectos ethnographicos, entre os quaes havia algumas peças que faziam falta à nossa coleção” (H. Ihering e R. Ihering 1911: 14). Décadas mais tarde, no relatório da secção de Etnologia escrito por Herbert Baldus, e publicado na *Revista do Museu Paulista* (1953: 419) está o registro da sua viagem ao Rio Grande do Sul, quando “*Continuando minhas pesquisas entre os Kaingang, trabalhei em janeiro e fevereiro nas Reservas Indígenas de Nonoai e Guarita situadas no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo colhido na última algum material dos Mbyá-Guarani. Os estudos foram custeados pelo Serviço de Proteção aos Índios. Devo muitos favores aos funcionários desta repartição federal*” Um pouco mais adiante, na página 428, continua a descrever as atividades de pesquisa do Museu e as viagens à Bolívia, onde coletou 22 peças dos Sirionó, e entre elas o cachimbo RG 7468.

Considerações finais

Ao realizar este pequeno estudo sobre esta coleção de cachimbos do MAE/USP, procurou-se apresentá-la a um número maior de pessoas, ressaltando a importância deste material como fonte de in-

formação. Desta forma, espera-se estar chamando a atenção para a existência dos acervos que os museus abrigam, para que o seu potencial, assim como o da cultura material de modo geral, seja valorizado como fonte de informação, fazendo deles uma “ferramenta a serviço do conhecimento” (Berta Ribeiro e Lucia Verthem 1998: 111). No entanto, isto somente pode ocorrer se os acervos forem devidamente catalogados, conservados e expostos através dos meios de divulgação disponíveis – exposições, catálogos e estudos de curadoria –, facilitando-se o acesso às coleções presentes nos acervos dos museus e construindo-se conhecimento não só através do seu estudo, como também da sua utilização por outros pesquisadores, com interesses e temas os mais diversificados.

É com esta perspectiva de revalorização das antigas coleções como fonte de informação primária, que outros estudos de curadoria vêm sendo desenvolvidos por vários pesquisadores do MAE/USP nos últimos anos, como o estudo dos vasilhames cerâmicos etnográficos dos Kaingáng (Robrahn-González 1997), das peças da “Coleção 030” uma das coleções arqueológicas mais antigas do Museu Paulista (De Blasis e Morales 1997), da coleção Tapajônica (Scatamacchia, Demartini e Bustamante 1996), e os “Artefatos Guarani de 1949” (Hartmann 1993).

Agradecimentos

Ao Prof. Paulo De Blasis e Marilúcia Bottallo pela revisão dos originais e Gedley Belchior Braga e Fátima de Souza pelo auxílio na busca do material arqueológico e documental.

MORALES, W.F. Ceramic pipes of MAE/USP: presentation of a collection. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 207-221, 1999.

ABSTRACT: This article introduces one of the collections of ceramic pipes belonging to the technical reserve of the Museu de Arqueologia e Etnologia of the University of São Paulo (MAE/USP). It intends to popularize and ease the access to information in the reserves of the museum.

UNITERMS: Study of asset – Archaeological and ethnographic pipes.

Referências bibliográficas

- RIBEIRO, B.G.; VERTHEM L.H.
1992 Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP: 103-112.
- DE BLASIS, P.A.; MORALES, W.F.
1997 O potencial dos acervos antigos: recuperando a coleção 030 do Museu Paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 7: 111-131.
- HARTMANN, T.
1993 Artefatos Guarani de 1949. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 3: 187-196.
- IHERING, H.
1895 A Civilização Prehistorica do Brazil Meridional. *Revista do Museu Paulista*, 1: 35-159.
1904 Archeologia comparativa do Brazil. *Revista do Museu Paulista*, VI: 519-580.
- IHERING, H.; IHERING, R.
1911 O Museu Paulista nos annos de 1906 a 1909. *Revista do Museu Paulista*, VIII: 1-22.
- IHERING, R.
1907 O Museu Paulista nos annos de 1903 a 1905. *Revista do Museu Paulista*, VII: 5-30.
- PALDAOFF, J.M.
1900 Archeologia Rio-Grandense. *Revista do Museu Paulista*, IV: 339-347.
- RELATÓRIO DA SECÇÃO DE ETNOLOGIA
1953 *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, VII: 419-428.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.
1997 O acervo etnológico do MAE/USP: estudo do vasilhame cerâmico Kaingáng. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 7: 133-141.
- SCATAMACCHIA, M.C.M.; DEMARTINI, C.M.C.; BUSTAMANTE, A.
1996 O aproveitamento científico de coleções arqueológicas: a coleção Tapajônica do MAE/USP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 317-333.
- SCHUPP, A.
1904 Breve noticias sobre uns objectos interessantes feitos pelos indígenas do Brazil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, VI: 448-449.

Recebido para publicação em 28 de maio de 1999.

ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO BRASILEIRO NO MAE/USP· O PROJETO CAB

Marisa Coutinho Afonso*
Silvia Cristina M. Piedade**
José Luiz de Moraes*

AFONSO, M.C.; PIEDADE, S.C. M.; MORAIS, J. L.; Organização e gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro no MAE/USP: o projeto CAB. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 9: 223-238, 1999.

RESUMO: O projeto “Organização e Gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo” foi realizado com os objetivos de definir uma sistemática de trabalho para este acervo; organizar a documentação primária proveniente das pesquisas de campo e laboratório; possibilitar o controle sobre acervos e documentação correspondente e acondicionar as coleções arqueológicas na Reserva Técnica. Das 170 coleções propostas, 60% foram atingidas pelo projeto, sendo que na sede do MAE/USP foram tratadas 44 coleções e no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme/MAE/USP, em Piraju, 58 coleções, num total de 66.570 peças. O objetivo deste artigo é explicar a metodologia de trabalho empregada e os resultados principais.

UNITERMOS: Arqueologia Brasileira – Museu – Curadoria – Coleção Arqueológica.

Os museus de Arqueologia estão enfrentando atualmente um grande problema, pois a Arqueologia “acadêmica” e a Arqueologia por contrato têm proporcionado o enorme aumento na quantidade de materiais arqueológicos trazidos para os museus, além das informações referentes ao acervo, na forma de diários de campo, fotografias, mapas etc.

Como “*as coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus*” (Bruno 1996), o futuro das instituições museológicas vai depender da definição de políticas de acervo que contemplem as

mudanças ocorridas na Arqueologia e na preservação do patrimônio cultural.

Museus tradicionais têm investido em ampliações das áreas destinadas às **Reservas Técnicas**, no melhor aproveitamento do espaço e do mobiliário para armazenar seus crescentes acervos. Estas Reservas Técnicas foram criadas para guardar as coleções de maneira adequada e controlada, onde as peças que não estão em exposição permanecem em um meio ambiente controlado e adequado às suas características estruturais.

É crescente também o número de arqueólogos preocupados com a grande quantidade de dados provenientes das pesquisas de campo e, segundo Pebbles & Galloway (1981: 226), “...*there are two crucial challenges offered by all these data that have not been*

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(**) Projeto Paranapanema.

met: 1) *appropriate and efficient data management*, and 2) *long-term documentation and adequate curatorial facilities*". Para estes autores, uma das maneiras de evitar o colapso dos sistemas de museus seria produzir os documentos necessários à curadoria durante a escavação, ou seja, apontam para uma mudança no processo do trabalho do arqueólogo, através do gerenciamento dos dados a partir da coleta em campo.

No Congresso da *Society for American Archaeology (SAA)*, ocorrido em março de 1999 (Chicago, EUA), foi realizado o fórum "*The ethics of curation*". organizado pelo *Committee on Ethics and National Association of State Archaeologists*, com a proposta de debater temas como as coleções provenientes dos projetos de Arqueologia por contrato, o que demonstra a preocupação crescente dos arqueólogos com questões éticas e curatoriais.

Os museus, devido ao acúmulo de material, estão discutindo normas sobre métodos de coleta, possibilidades de descarte e "*planejamento por meio da definição de uma política de acervo, traçada a partir do próprio estudo das coleções existentes e dos problemas científicos inspirados pelas mesmas*" (Bruno 1995).

Em alguns países, estão em andamento projetos como os **repositórios** ("*archaeological repositories*") nos Estados Unidos e os **depósitos de pesquisa** ("*dépôts de fouilles*") na França.

Nos Estados Unidos, devido ao crescimento da Arqueologia por contrato, estão sendo criados os repositórios, grandes Reservas Técnicas onde são armazenados os materiais coletados durante as pesquisas de campo. Nestes locais, há especialistas em documentação e conservação/restauro, entre outros, para permitir um tratamento profissional do acervo e do material documental, além do respeito às leis patrimoniais. Tem sido uma das maneiras utilizadas para não sobrecarregar os museus tradicionais. Como exemplos, podem ser citados o "*University of Wyoming Archaeological Repository*" (UWAR), em Laramie, que funciona a partir de uma ação conjunta do Departamento de Antropologia da Universidade de Wyoming e o Office of the Wyoming State Archaeologist/Department of Commerce e reúne mais de um milhão de objetos provenientes de 30.000 sítios arqueológicos, e o da Arizona State University que será criado para tratar coleções do *Roosevelt Archaeology Project*. Em resumo, ou abrangem sítios de uma determinada região do país, como o caso de Wyoming, ou se referem a projetos arqueológicos regionais específicos (maiores informações podem ser obtidas nos seguintes sites: <http://colby.uwyo.edu/owsa/brown.html> e <http://archaeology.la.asu.edu>).

Na França, estão sendo organizados os **depósitos de pesquisa** (Bruno 1996), definidos por Négri (1992) como "*un endroit où sont mis à l'abri des objets découverts dans une ou plusieurs fouilles afin d'être classés, inventoriés et étudiés attendant d'être déposés dans les salles d'exposition ou les réserves du musée*" Existe uma política de criação de uma rede nacional de depósitos arqueológicos desde 1995, locais de tratamento e estudo dos materiais arqueológicos, que provavelmente não teriam lugar nos museus tradicionais. Já existem vários depósitos regionais franceses como os Chamiers (Dordogne) e Canteleu (Seine-Maritime), entre outros, e novos estão sendo criados através da compra de prédios pelo governo, como o situado na cidade francesa de Limoges para acondicionar o material da região.

No Brasil, infelizmente, ainda são poucos os arqueólogos interessados no debate sobre as coleções arqueológicas. Se, por um lado, há uma preocupação maior dos arqueólogos com o registro dos sítios e seus achados, com a utilização de novas tecnologias, por outro, o destino das coleções, após terem sido analisadas e publicadas, parece não interessar à maior parte dos arqueólogos brasileiros. Algumas intuições e profissionais, no entanto, têm demonstrado preocupação neste sentido e trabalhado de forma a organizar melhor os acervos institucionais, como, para citar apenas dois exemplos, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ, Santa Catarina) e o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL, Taquara, Rio Grande do Sul).

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, desde a fusão há dez anos, vem discutindo um sistema de gerenciamento de seu acervo, estimado em 120.000 peças e constituído principalmente de coleções arqueológicas e etnográficas provenientes dos setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista, dos antigos Instituto de Pré-História e Museu de Arqueologia e Etnologia, e do Acervo Plínio Ayrosa (Departamento de Antropologia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

O processo de integração espacial do acervo terminou em 1998, ou seja, nove anos depois da constituição do novo MAE, pois estava disperso em vários prédios da USP, como o dos Departamentos de História e Geografia e o do Departamento de Antropologia (todos da FFLCH) e Museu Paulista. Depois da cessão do espaço ocupado pelo FUNDUSP e Prefeitura Universitária (órgãos da Universidade de São Paulo) e da instalação dos armários deslizantes obtidos com a aprovação do projeto de infraestrutura en-

viado para a FAPESP, a Reserva Técnica tornou-se adequadamente mobiliada.

Com a criação das condições mínimas de infraestrutura, foi possível se iniciar a organização das coleções arqueológicas pré-históricas brasileiras, que representam a maior parte do acervo do MAE. O Museu abriga grande parte do material proveniente das pesquisas arqueológicas do Estado de São Paulo e de outros Estados brasileiros como Amazonas, Mato Grosso, Santa Catarina e Tocantins (projetos em andamento).

A preocupação com a organização e gerenciamento do importante acervo do MAE se intensificou com a fusão. Em 1990, Marisa C. Afonso propôs aos órgãos diretivos do Museu a constituição do Serviço de Curadoria do MAE e tornou-se sua primeira diretora no período de 1991-1992 e diretora suplente de 1992-1994. Houve a reunião das áreas de Documentação, Conservação e Restauro e Laboratório, o que tem proporcionado o melhor direcionamento e entrosamento dos serviços técnicos relacionados ao acervo, antes dispersos.

Paulo De Blasis, diretor do Serviço de Curadoria do MAE no período 1992-1994, apresentou o modelo de um Sistema de Gerenciamento do Acervo para o MAE/USP, enfocando mais as bases conceituais do sistema do que suas características técnicas e computacionais. Segundo De Blasis (1993), qualquer sistema a ser implantado deveria atender a três imperativos: a utilização científica “*associada à produção de documentação e registros que contenham informação gerada a partir desses mesmos objetos, itens de cultura material, e portanto vetores de conteúdo simbólico e de valor no interior de sistemas sociais específicos*”; o uso museológico e pedagógico do acervo, “*... incluindo aqui não apenas as exposições, mas também o uso de “amostras selecionadas” para fins didáticos, aulas, visita de especialistas, etc.*”, além de comportar as atividades cotidianas do Serviço de Curadoria.

Este modelo de sistema de gerenciamento do acervo não chegou a ser implantado porque a instituição não tinha, no ano da sua concepção, espaço, mobiliário e equipamentos (*hardware e software*) adequados, além de ainda estar ocorrendo a transferência de acervo do MAE, principalmente etnográfico, de outras instituições da USP que o estavam sediando.

O Projeto CAB

Em situação bastante diversa, e mais favorável para o MAE, foi elaborado em 1996 o projeto “Or-

ganização e Gerenciamento do Acervo Arqueológico Pré-histórico Brasileiro no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo” - CAB - por Marisa Coutinho Afonso (coordenadora), José Luiz de Moraes (vice-coordenador), Silvia Cristina M. Piedade e Marilúcia Botallo. Este projeto recebeu auxílio financeiro da FAPESP e foi desenvolvido de 1997 a 1999 (Afonso, Botallo, Piedade & Moraes 1997).

Pretendeu, através da implantação de um sistema controlado, unificar a linguagem de acesso às peças da coleção, bem como às informações respectivas, além de conhecer com precisão a quantidade e potencialidade do seu acervo. Esse sistema controlado implicou na definição de critérios de identificação, organização, registro, preservação e recuperação de dados sobre as coleções existentes.

A urgência do trabalho de gerenciamento foi devida a não previsão das especificidades no tratamento das várias coleções, na época da fusão das diferentes instituições. Além disso, houve um aumento considerável – e crescente – do número de peças provenientes das pesquisas de campo.

Diariamente chegam aos laboratórios de Arqueologia materiais de diversas categorias provenientes de pesquisas de campo que, após tratamento de limpeza e identificação, são analisados e enviados para a Reserva Técnica. Neste local, são armazenados e ficam à disposição para o uso em pesquisa, ensino e atividades de extroversão museológica.

A proposta do projeto CAB foi *organizar o acervo arqueológico pré-histórico brasileiro*, depositado na sede do MAE/USP e no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme/MAE, situado em Piraju, e já estudado por arqueólogos, como recorte inicial e necessário, por se tratar da maior parcela do acervo em termos numéricos, a que mais aumenta, e por representar um dos segmentos com maior diversificação interna e as mais variadas formas de documentação primária.

Este acervo nunca havia passado por um processo de documentação de gestão museológica, tendo recebido apenas o tratamento de pesquisa por parte dos próprios arqueólogos. As coleções são provenientes de pesquisas de campo realizadas desde a década de 50 até 1996 (data da elaboração do projeto), no Estado de São Paulo.

O Projeto CAB teve como justificativa a necessidade de controle, preservação e resgate das peças e das informações, sem as quais perdem sentido e significação.

Este projeto foi resultado do conhecimento das reais necessidades de tratamento das coleções arqueológicas pré-históricas brasileiras e baseia-se na experiência dos membros da equipe coordenadora, seja na área de arqueologia (Piedade 1996, Morais & Afonso 1997) como na área de gerenciamento e gestão de informações no âmbito museológico (Bottallo 1996).

Seu suporte científico estava assentado em análises feitas com o material existente, no aproveitamento dos resultados de projetos anteriores e sua avaliação. Além disso, o projeto apresentou-se como uma solução possível para o caso específico do MAE/USP e apoiou-se na bibliografia de nível internacional relativa ao tratamento, gerenciamento e documentação de gestão de coleções arqueológicas abrigadas em espaços museológicos (Novick 1980, King 1980, Wilcox 1980, Hitchcock 1980, Malara 1987, Yang 1989, Pearce 1990, entre outros).

Os projetos desenvolvidos em outros museus também serviram de inspiração, como o *Collections and Research Information System (CRIS)*, do National Museum of Natural History, Smithsonian Institution, descrito como “*an integrated system supporting the documentation, management, analysis, and delivery of collection, research and educational resources held by the Museum*” (<http://nmnhwww.si.edu/cris/>), e o de gerenciamento da informação no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), Santa Catarina. O MASJ, por exemplo, foi apontado por Bruno (1996) como a melhor expressão de musealização de Arqueologia Regional; atua em três frentes: pesquisa, preservação e comunicação e está desenvolvendo um projeto com auxílio financeiro da VITAE de forma a permitir uma melhor articulação nos seus trabalhos, um real gerenciamento informatizado da informação.

Os **objetivos** do projeto CAB foram: 1. Definir uma sistemática de trabalho que atenda às peculiaridades do acervo pré-histórico brasileiro, a fim de preservar e conservar estes vestígios patrimoniais; 2. Organizar a documentação primária proveniente das pesquisas de campo e laboratório (fichas de campo, mapas, fotos, diapositivos, filmes, croquis etc.); 3. Possibilitar o controle sobre acervos e documentação correspondente, no que diz respeito ao resgate dos mesmos, permitindo estudos e processos de extroversão museológica e 4. Acondicionar as coleções arqueológicas na Reserva Técnica.

Considerando a diversidade e a quantidade de materiais envolvidos, o projeto privilegiou as 170 co-

leções provenientes de *pesquisas arqueológicas sistemáticas* realizadas ou em desenvolvimento. Trata-se apenas de uma estratégia de trabalho que visou otimizar a potencialidade de informação de ‘conjuntos’ que já foram submetidos a algum procedimento científico.

O projeto foi proposto em 4 etapas:

1ª Etapa – Levantamento dos projetos de pesquisa desenvolvidos ou em desenvolvimento no MAE/USP;

1.1 – Elaboração de diagnóstico e apresentação das bases de gerenciamento aplicado desta informação, traçando o perfil organizacional da Reserva Técnica, do arquivo e da documentação de gestão museológica. O primeiro resultado desta etapa de trabalho foi a formação e formatação de um Banco de Dados compatível com os sistemas utilizados no MAE e na Universidade de São Paulo.

2ª Etapa – Localização das coleções, levando em consideração os projetos aos quais pertencem e a natureza do material (lítico, cerâmico, ósseo humano, osteodontomalacológico, restos alimentares, sedimentos, amostras para datação etc.). Paralelamente, a documentação primária deveria compor o arquivo de pesquisa do setor, de caráter institucional.

2.1 – Determinação topográfica e resgate das coleções por projetos de pesquisa.

2.2 – Seleção do material a ser depositado na Reserva Técnica e arquivo. No arquivo, seriam abrigados os documentos relativos à pesquisa de campo, basicamente, documentação primária referente às peças, coleções e projetos.

2.3 – Limpeza e tratamento dos artefatos.

2.4 – Inventário controlado e padronizado dos artefatos ou lotes.

2.5 – Embalagem e armazenagem nos locais apropriados.

3ª Etapa – Informatização dos Dados.

4ª Etapa – Avaliação de procedimentos, métodos e elaboração de relatório.

A curadoria das coleções arqueológicas – metodologia

Os trabalhos de curadoria, treinamento da equipe, levantamento e sistematização dos dados e organização do acervo na Reserva Técnica foram desenvolvidos e coordenados por Sílvia Cristina Piedade, especialista em curadoria de acervo arqueológico.

Foram traçados procedimentos gerais para o tratamento e a organização das peças, levando em consideração a natureza, coleção e projeto a que pertencem. Optou-se, inicialmente, pela sua aplicação em uma coleção “piloto”, a de Piaçaguera, visando direcionar de forma segura os trabalhos posteriores com as demais coleções. Esta coleção foi escolhida por apresentar uma grande quantidade de materiais arqueológicos de diversos suportes e ter uma importante documentação associada, disponível para a equipe do projeto CAB.

Com exceção do material faunístico, não foi necessário efetuar limpeza nas peças, uma vez que apenas as embalagens estavam com muita poeira e algumas até com mofo, pois a antiga Reserva Técnica do MAE no Prédio dos Departamentos de História e Geografia/FFLCH/USP sofreu algumas inundações (pela ação da chuva e de canos de água perfurados).

No âmbito do Projeto foram processados artefatos líticos – lascados e polidos – osteodontomalaológicos (ossos, conchas, dentes), cerâmicos e amostras de fauna (Afonso, Piedade, Barreto & Jacob 1999), além do teste de embalagem em um esqueleto do sítio Tenório. Apesar de contar com espaço adequado no laboratório, foi mais produtivo e seguro toda a equipe se concentrar apenas em uma coleção de cada vez (Foto 1). Assim que eram encerrados os trabalhos com uma, imediatamente outra era escolhida, localizada e tratada.

Houve muita dificuldade para reunir o material pertencente a cada coleção, uma vez que se encontrava disperso, freqüentemente sem identificação na parte externa da caixa e muitas vezes de difícil acesso. Este problema foi o maior responsável pelo grande número de peças registradas como “ausentes”. Muitas delas deverão, espera-se, ser localizadas com a continuidade dos trabalhos de organização do acervo.

Em seguida à localização da coleção, solicitava-se ao arqueólogo responsável a documentação primária relativa ao material (listagens, planilhas, caderno de registro, fichas de campo etc.) fundamental para a conferência e resgate de informações que haviam sido perdidas. Inúmeras vezes foram encon-



Foto 1 – Triagem das amostras faunísticas no MAE/USP. Foto: Sílvia Cristina Piedade.

tradas peças com numeração ilegível (ou apagada) e graças à documentação, conseguiu-se, pela descrição, dimensões, dados de localização e data da coleta, recuperar o número perdido e inserir a peça na coleção.

Os artefatos foram inicialmente separados por centenas e, posteriormente ordenados, conferidos com as planilhas/cadernos de registro, relacionadas as ausências e embalados em sacos plásticos e pequenas mantas de polietileno (thermomanta de 2 ou 4mm, cor branca), algumas vezes individualmente, em outras, em grupos de mais ou menos 10 peças, de acordo com a necessidade de proteção do material. As embalagens receberam a identificação com a sigla do sítio e o(s) número(s) das peças que continham. Por sua vez, foram acondicionadas em caixas apropriadas, de plástico, também identificadas com sigla do sítio, categoria do material (lítico, cerâmico etc.) e o intervalo da numeração dos artefatos ali contidos.

Os líticos lascados e os polidos pequenos e médios (até 15cm) e os fragmentos de cerâmica foram

acondicionados em pequenas caixas com tampa (*Marfinitite*, ref.1004 – Foto 2), para evitar que o peso do material impedisse ou dificultasse seu manuseio e transporte. As peças maiores e pesadas foram colocadas em caixas de plástico, mais reforçadas (*Marfinitite*, ref. 1013). Para os artefatos osteodontomalacológicos, foram utilizados pequenos gaveteiros de plástico (*Marfinitite*, suporte n° 60 e duas gavetas n° 61, cor bege – Foto 3).

Foram selecionadas coleções “tipo”, no momento em que o material estava todo sobre a mesa e era possível uma perfeita visibilidade do conjunto. Poderão ser utilizadas para atividades didáticas e/ou expositivas, evitando o manuseio constante de toda a coleção, o que causava problemas de conservação das peças e desordem.

As amostras de fauna tiveram um tratamento diferenciado, causado pelo péssimo estado de acondicionamento (as embalagens foram feitas há 30 anos). Foi necessário triar cada uma delas, limpar, separar ossos, conchas, dentes, otólitos, crustáceos, além de retirar os líticos que estavam misturados. Cada cate-



Foto 2 – Processamento do material lítico: troca de embalagem, triagem por centena, ordenação, conferência e acondicionamento em pequenas caixas de plástico. Foto: Silvia Cristina Piedade.

goria foi embalada separadamente e posteriormente reunida em um saco plástico com lacre (“zipado”), rotulado e identificado com canetas de tinta permanente. Foram acondicionados em engradados Marfinito, identificados com sigla do sítio, natureza do material e número de quadra. Após efetuar a conferência e lista de ausências, o material foi enviado para a Reserva Técnica.

Não foi possível processar o material ósseo humano no âmbito deste projeto, mas foram feitos testes de embalagem por Gedley Belchior Braga (conservador/MAE), Silvia Cristina Piedade e Clementino Virgínio da Silva, além da reformulação da ficha de inventário (Afonso 1999).

Os trabalhos foram implantados e desenvolvidos concomitantemente na sede do MAE/USP e no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme, em Piraju (Foto 4), e as informações estão resumidas em duas tabelas, nas quais foram priorizados o nome da coleção, sigla, município onde se localiza o sítio, número de peças constantes, número de peças ausentes, número de caixas ou gaveteiros que os abrigam e a data em que foram processados no presente proje-

to. Estas tabelas possibilitam a manutenção do controle do andamento dos trabalhos e o mapeamento das coleções tratadas (Tabelas 1 e 2).

Outra ferramenta de muita utilidade foi a listagem de peças ausentes, que proporcionou o controle e direcionamento para a busca do material separado da coleção. Todas as etapas do trabalho foram documentadas fotograficamente.

Na Reserva Técnica, o armário deslizante “Telos”, destinado a armazenar as coleções pré-históricas brasileiras, abrigava originalmente caixas do “arquivo morto” do FUNDUSP (Fundo de Construções da USP), não sendo o ideal para o material arqueológico, porém está sendo bem aproveitado, em função da adequação das embalagens (Foto 5).

Visando ao levantamento das informações relativas às coleções, foram elaborados resumos dos históricos dos sítios, com dados sobre localização, intervenções efetuadas, estado de conservação, datações, além de breve descrição sobre o material arqueológico, sua natureza, quantidade, levantamento dos trabalhos publicados e lançamento dos dados na “tabela resumo”



Foto 3 – Acondicionamento da indústria osteodontomalacológica nos gaveteiros. Foto: Osmar Correa.



Foto 4 – Planilhamento do material lítico no Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas/MAE/USP, em Piraju. Foto: Marisa Coutinho Afonso.

Documentação Museológica

O trabalho de documentação museológica foi realizado por Marilúcia Bottallo, com o apoio de Armando Olivetti Ferreira, consultor em informática e arquivística. As informações apresentadas a seguir baseiam-se em: Bottallo (1998) e Afonso (1998, 1999).

O Projeto CAB teve a oportunidade de apresentar, sob o ponto de vista da Documentação e Gestão Museológica, uma mudança de qualidade, tanto nos aspectos metodológicos e aplicados, como na prestação de serviços no âmbito da instituição, o que conseqüentemente, trará benefícios para o trabalho inter-institucional.

A Documentação Museológica, definida como um sistema de trabalho relacionado ao gerenciamento de museus, é uma das áreas aplicadas da Ciência Museológica e se define por métodos que procuram tratar todo tipo de informação, sobre qualquer suporte, desde que se relacione com coleções de museu ou tratadas sob o aspecto da possibilidade de musealização (Bottallo 1998).

No MAE, a situação que se apresentou como problemática para a Documentação Museológica foi o gerenciamento de um acervo de grande porte com base em sistemas diferentes que refletiam realidades institucionais anteriores a 1989. Os processos de catalogação, organização, recuperação de informações e controle do acervo estavam diretamente vinculados à missão institucional que caracterizava cada um dos componentes do 'novo' MAE (dois museus, um instituto de pesquisa e um acervo científico). Portanto, os princípios metodológicos de abordagem científica, comunicacional e de salvaguarda eram, conseqüentemente, diferentes.

A partir de 1995, uma nova ficha catalográfica, em substituição às outras existentes, foi desenvolvida por Marilúcia Bottallo, visando através dos seus descritores determinar que as coleções poderiam ser tratadas de maneira equivalente tendo em vista exigências de caráter museológico nos níveis da comunicação e da salvaguarda.

Dessa forma, a primeira modificação substancial objetivando uma compreensão real das coleções

Tabela 1

Resumo das coleções trabalhadas - CAB/MAE

Coleção	Sigla	Origem	Nº. de Peças Ausentes	Categoria	Nº. de Peças	Nº. de Caixas/Gavetas	Data
Abrigo das Furnas	AF	Cajuru	lítico	51	03	01	5/98
Alambari	Al	Itapetininga	lítico	4076	34	07	4/98
Areia Branca IA	ABI-A	Guareí	lítico	122	01	01	5/98
Areia Branca II	ABII	Guareí	lítico	725	10	04	5/98
Areia Branca-IB	ABI-B	Guareí	lítico	45	09	01	5/98
Aretusina	Ar	São Simão	lítico	19	06	01	6/98
Belmonte	Be	São Simão/SP	lítico	3452	81	26	2/98
Bicame I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII	Bi	Laranjal Paulista	lítico	354	—	04	6/98
Boa Sorte	BS	Jardinópolis	lítico	333	05	03	5/98
Catanduva	Ca	Guareí	lítico	89	01	01	5/98
Corredeira	Co	Serra Azul	lítico	2584	73	12	2/98
Ferreiras	Fe	Pereiras	lítico	615	02	02	5/98
Fundão	Fu	Pereiras	lítico/cer.	386	04	01	5/98
Gramado	Gr	Brotas	cerâmica	5031	—	30	2/99
Morro do Cruzeiro	Cr	São Simão	lítico	119	03	06	6/98
Nova Esperança I	NE	Pereiras	lítico	1709	27	07	6/98
Nova Esperança II	NE	Pereiras	lítico	814	30	07	6/98
Pau Papudo	PP	Guareí	lítico	17	—	01	6/98
Piaçagüera	Pi	Baixada Santista	osteodontom.	698	09	16 gavetas	10/97
Piaçagüera	Pi	Baixada Santista	lítico	49	04	2	10/97
Piaçaguera	Pi	Baixada Santista	fauna	549 amost.	—	12	8/97
Queimador II	Qu-II	Pereiras	lítico	2109	50	06	5/98
Santa Cruz	SC	Pereiras	lítico	3076	28	03	5/98
Santa Maria I	SM-I	São Simão	lítico	99	02	01	6/98
Santa Maria II	SM-II	São Simão	lítico	36	—	01	6/98
Santa Maria III	SM-III	São Simão	lítico	17	—	01	6/98
Santa Maria IV	SM-IV	São Simão	lítico	13	—	01	6/98
Santo André	An	Porangaba	lítico	279	7	02	6/98
São José	SJ	Porangaba	lítico	210	104	01	5/98
São Pedro	SP	Guareí	lítico	9	01	01	5/98
São Simão	SS	São Simão	lítico	43	06	01	6/98
Sarandi	Sa	Guareí	lítico	5628	59	16	4/98
Serrote	Se	São Simão/SP	lítico	810	11	9C	3/98
Tamanduá I	TA-I	São Simão	lítico	92	03	01	5/98
Tamanduá II	TA-II	São Simão	lítico	40	—	01	5/08
Tamanduá-III	TA-III	São Simão	lítico	11	—	01	7/98
Vista Alegre	VA	Guareí	lítico	264	3	—	5/98
Tenório	Te	Ubatuba	fauna	456 amost.	—	18	9/98
Tenório	Te	Ubatuba	osteodontom. e lítico	3952	146	50 gavetas 21 caixas	11/98
Mar Virado	MV	Ubatuba	osteodontomal.	1226	—		2/99
Mar Virado	MV	Ubatuba	lítico	2517	69	40	2/99

do MAE foi estabelecida através da ficha catalográfica única para todo seu acervo.

Com o Projeto CAB foi possível estabelecer uma

metodologia de abordagem do acervo, por meio de uma setorização que buscou compreender os universos particulares que compõem o complexo acervo do MAE/USP.

Tabela 2
Resumo das coleções trabalhadas -CAB/Piraju

Coleção	Sigla	Origem	Nº. de Peças Ausentes	Categoria	Nº. de Peças	Nº. de Caixas/Gavetas	Data
Águas Virtuosas	AVT	Tejupá	lítico	03	—	01	13/01/98
Almeida	ALM	Tejupá	lítico	6116	284	10	8 e 9/98
Almeida	ALM	Tejupá	cerâmica	2369	13	04	8 e 9/98
Alves	ALV	Piraju	lítico	477	17	03	10/97
Alves	ALV	Piraju	cerâmica	3780	—	09	10/98
Angico	ANG	Cândido Mota	cerâmica	16	—	01	3/98
Angico Branco	ANB	Cândido Mota	cerâmica	31	—	01	3/98
Angico Vermelho	ANV	Cândido Mota	cerâmica	04	—	01	3/98
Araruva	ARR	Palmital	cerâmica	72	02	01	3/98
Baixa Neblina 3	BN3	Piraju	lítico	03	—	01	13/01/98
Baixa Neblina 2	BN2	Piraju	lítico	29	—	01	13/01/98
Barbatimão	BTM	Cândido Mota	lítico	04	—	01	3/98
Barragem	BRG	Piraju	lítico	09	100	01	13/01/98
Beira Rio	BRR	Piraju	lítico	18	—	01	12/01/98
Bela Vista	BLV	Timburí	lítico	03	—	01	12/01/98
Bela Vista 2	BL2	Timburí	lítico	20	—	01	12/01/98
Bica de Pedra	BPD	Piraju	lítico	25	—	01	12/01/98
Bica de Pedra 2	BD2	Piraju	lítico	03	—	01	13/01/98
Bica de Pedra 3	BD3	Piraju	lítico	04	—	01	13/01/98
Bittar	BTR	Cerqueira César	lítico	191	—	01	10/97
Boa Vista	BVT	Sarutaiaí	lítico	180	08	01	12/01/98
Boa Vista 2	BVA	Sarutaiaí	lítico	50	—	01	12/01/98
Boa Vista 2	BV2	Sarutaiaí	cerâmica	16	01	01	13/01/98
Brejaúva	BJV	Cândido Mota	cerâmica	61	—	01	10/98
Cajarana	CJR	Cândido Mota	cerâmica	66	—	01	10/98
Camargo	CMG	Piraju	lítico	2104	149	04	14/15/01
Camargo 2	CM2	Piraju	lítico	128	01	03	10/97
Caraguatá	CRG	Cândido Mota	lítico/cerâmica	249	—	02	3/98
Ceres	CRS	Piraju	lítico	11	—	01	13/01/98
Ceres	CRS	Piraju	cerâmica	01	—	01	14/01/98
Codespaulo	CDP	Piraju	lítico	15	—	01	12/01/98
Colina	CLN	Piraju	cerâmica	19	—	01	14/01/98
Colina	CLN	Piraju	lítico	02	—	01	14/01/98
Cury	CRY	Piraju	lítico	146	—	01	13/01/98
Dourado	DRD	Piraju	lítico	115	—	01	7/98
Duron	DRN	Piraju	lítico	27	—	01	12/01/98
Embauba	EBB	Cândido Mota	lítico	22	—	01	3/98
Fecapi	FCP	Piraju	lítico	328	38	02	10/97
Fecapi 2	FC2	Piraju	lítico	06	—	01	14/01/98
Figueira	FIG	Cândido Mota	cerâmica	144	—	01	3/98
Figueira Branca	FIB	Palmital	lítico	94	—	01	3/98
Fonseca	FSC	Itapeva	cerâmica	5250	—	14	1/99
Foz do Neblina 1	FNB	Piraju	lítico	05	—	01	12/01/98
Golferi	GFR	Piraju	lítico	02	—	01	13/01/98
Guarantã	GRT	Palmital	lítico	18	—	01	3/98
Ipê	IPE	Palmital	cerâmica	35	—	01	3/98
Ipiranga	IPR	Piraju	lítico	465	—	01	12/01/98
Itororó	ITR	Pirapozinho	lítico	56	—	01	13/01/98
Itororó	ITR	Pirapozinho	cerâmica	07	—	01	13/01/98
Itororó	ITR	Pirapozinho	lítico-machado	01	—	01	13/01/98
Jango Luiz	JGL	Angatuba	cerâmica	687	—	02	2/99
Marolo	MAR	Cândido Mota	cerâmica	22	—	01	3/98
Martins	MTN	Campos Novos Pta	lítico	12	—	01	13/01/98
Martins	MTN	Campos Novos Pta	cerâmica	26	—	01	13/01/98
Mirante	MRT	Timburí	lítico	15	—	01	12/01/98
Monte Santo	MST	Piraju	lítico	16	—	01	12/01/98
Motta	MTT	Piraju	lítico	90	—	01	12/01/98
Nunes	NNS	Piraju	cerâmica	27	—	01	13/01/98
Nunes	NNs	Piraju	lítico	03	—	01	13/01/98
Pajeú	PAJ	Cândido Mota	cerâmica	217	—	02	3/98
Pedro Cândido	PDC	Piraju	lítico	40	—	01	12/01/98
Peróba	PER	Cândido Mota	cerâmica	446	—	02	3/98
Salto Grande do Paran.	SGP	Salto Grande	cerâmica	145	—	01	10/98
Salto Grande do Paran.	SGP	Salto Grande	lítico	18	—	01	11/98
Sará	SAR	Palmital	lítico	43	—	01	3/98
Taiuva	TUV	Palmital	cerâmica	159	—	01	3/98
Taquaruçu	TQR	Sandovalina	lítico	74	—	01	14/01/98
Vetrone	VTR	Piraju	lítico	11	—	01	13/01/98



Foto 5 – Reserva Técnica do MAE/USP: embalagens organizadas e identificadas; mobiliário bem aproveitado. Foto: Silvia Cristina Piedade

A ficha catalográfica foi pensada como forma de registro para itens considerados únicos. A solução encontrada na formatação do banco de dados do MAE foi passar a considerar cada coleção como um item, abrindo a possibilidade de *links* que registram e inventariam, também, cada uma das peças individuais que compõem o conjunto de cada coleção. Os diversos inventários foram estabelecidos por uma metodologia de abordagem própria do trabalho com materiais distintos em laboratório. Portanto, sua organização no banco de dados passa por um processo onde primeiro é acessada a ‘ficha-mãe’ (única para a coleção) e, então, é possível conhecer a coleção por meio de sua composição material: artefatos (líticos, cerâmicos e osteodontomalacológicos), fauna não trabalhada e esqueletos humanos.

O trabalho com o material ósseo humano difere um pouco dos outros, mas a organização cadastral se-

gue os mesmos princípios. Para a qualidade de realização desta derivação específica do banco de dados, necessitou-se do acompanhamento de especialistas em Antropologia Biológica, como Silvia Cristina Piedade, Verônica Wesolowski de Aguiar e Santos (arqueóloga, mestre, FFLCH/USP), Sergio Francisco S. Monteiro da Silva (mestrando, MAE/USP) e o apoio da Profa. Dra. Dorath Pinto Uchoa (MAE/USP), para estabelecimento e atualização de nomenclatura, bem como para o teste com o único esqueleto cadastrado (Sítio Tenório / Q 76-77) no âmbito do Projeto. Duas referências bibliográficas foram importantes neste processo: Neves (1988) e Guizzo (1994).

A prática mostrou que o trabalho com esqueletos exige uma sistemática particular, um especialista em identificação e Anatomia Humana, armazenagem diferenciada (na Reserva Técnica do MAE existe um espaço específico destinado à guarda de ossos hu-

manos) e cadastramento, que implica em familiaridade científica com o material.

Segundo M. Botallo, as conseqüências, desejadas, da implantação do Projeto CAB são, entre outras, a necessidade de criação de glossários, levantamento de tipologias e materiais de composição de peças e manuais de preenchimento e instrução. Alguns já foram criados e estão implantados tal como o "manual para preenchimento da ficha catalográfica" que permitiu fornecer dados para o trabalho de adaptação do sistema documental ao processo de informatização. Além disso, a Documentação Museológica vem recebendo colaborações (não sistemáticas) sobre tipologias.

Considera-se esse trabalho iniciado e a sistemática de gerenciamento documental implantada para toda a coleção MAE/USP.

Resultados e avaliação

Foram organizadas 102 coleções compostas por artefatos osteodontomalacológicos, líticos, cerâmicos e amostras de fauna. Perfazem um total de 1.005 amostras e 66.570 peças, das quais 1.404 encontram-se ainda ausentes. Como o acervo do MAE já foi objeto de várias mudanças tanto em São Paulo como em Piraju, há a possibilidade de se encontrar peças de uma coleção junto com outra, como de fato tem acontecido rotineiramente.

Na sede do MAE/USP foram tratadas 44 coleções, num total de 41.719 peças e no Centro Regional/Piraju 58 coleções, num total de 24.851 peças. A porcentagem de ausências atingiu 2,10% do total de peças organizadas (Tabela 3). Do número de coleções a serem trabalhadas, inicialmente propostas no primeiro recorte efetuado no projeto, ou seja, 170 coleções, 60% foram atingidas. Porém, levando-se em consideração os problemas enfrentados, como

falta de equipe permanente, dificuldade de localização do material, as sucessivas reformas pelas quais passaram os laboratórios e a Reserva Técnica (troca de forro, troca de piso, dedetização etc.), com paralisações temporárias das atividades do projeto, deve-se considerar este resultado altamente positivo.

Considera-se, como pontos positivos, mais do que o número de peças organizadas, o pioneirismo do projeto, a implantação de uma sistemática de trabalho, a proposta de uma metodologia testada e aprovada e, acima de tudo, a criação e implantação de um sistema informatizado para o gerenciamento de toda a informação produzida.

Com relação à documentação primária, fonte principal de informações das peças, não foi possível reuni-la na Área de Documentação do Serviço de Curadoria na sua totalidade. Algum material chegou a ser depositado, porém, fotos, mapas e mesmo originais de cadernos de registro e fichas de campo continuam sob os cuidados dos arqueólogos responsáveis pelas coleções. Isto se deve à ausência de uma política de acervo, por parte do MAE, onde estariam claramente definidos os direitos intelectuais dos pesquisadores e seus deveres institucionais. Embora a equipe do projeto CAB tenha tido acesso a toda a documentação primária solicitada, resta desenvolver um mecanismo para se identificar e conhecer toda a documentação correspondente a cada projeto, estando sob a responsabilidade dos arqueólogos ou da instituição. Por outro lado, está sendo organizada a Área da Documentação Museológica para que os pesquisadores sintam-se confiantes em depositar a documentação primária das pesquisas de campo nestes locais. Ou seja, as responsabilidades deverão ser melhor definidas tanto para os arqueólogos como para a área documental do MAE.

Como o acervo arqueológico brasileiro é extremamente volumoso e o espaço destinado a ele é limitado, procurou-se compactar a embalagem e adequá-

Tabela 3
Coleções arqueológicas organizadas pelo projeto CAB

	Coleções	Número de peças	Número de peças ausentes
MAE/USP	44	41719	791
CENTRO REGIONAL	58	24851	613
Total	102	66570	1404

la para aproveitar ao máximo o espaço disponível, sem perder a qualidade do acondicionamento: o resultado foi surpreendente. Foram armazenados em dois módulos (cada módulo é formado por 2 estantes) aproximadamente 40.000 peças. Isto significa que, fazendo uma projeção, em 14 módulos serão armazenadas aproximadamente 280.000 peças, se a continuidade dos trabalhos for nos moldes propostos por este projeto. Cabe lembrar que os armários destinados às coleções arqueológicas brasileiras pertenciam anteriormente à Prefeitura da USP onde eram guardados documentos. Ou seja, enquanto para as coleções etnográficas, o mobiliário foi feito em função das suas características, no caso das arqueológicas brasileiras, houve uma adaptação das embalagens de plástico aos armários pré-destinados.

Não foi possível organizar as coleções esqueléticas por vários motivos: 1. trata-se de um trabalho específico, com metodologia e características completamente diferentes das utilizadas para artefatos e material faunístico; 2. mudança da proposta de embalagem (de papelão para caixa confeccionada com espuma de polietileno expandido – Ethafoam, para evitar a bioinfestação) o que aumentou muito o custo inicialmente previsto, além de precisar de gavetas nos armários Telos que ainda não foram adquiridas; 3. trata-se de acervo em boas condições de conservação. Pelo exposto, optou-se pela continuidade da organização dos artefatos, tendo claro que o trabalho com as coleções ósseas humanas é fundamental e urgente, porém, exige um projeto específico, exclusivo para este segmento do acervo e com pessoal especializado e familiarizado com Anatomia Óssea.

A necessidade de se alterar a embalagem do material esquelético ocorreu porque a Reserva Técnica sofreu um intenso ataque biológico. Como medida mitigatória, todas as caixas de madeira usadas para o acondicionamento do material esquelético foram trocadas por engradados de plástico (*Marfinite, modelo 1011*), em caráter provisório. O material arqueológico brasileiro normalmente não apresenta problemas de conservação, mas como a Reserva Técnica do MAE é única e muitos materiais etnográficos têm suportes orgânicos (madeira, fibras vegetais, penas, etc), as embalagens devem ser escolhidas de forma a não aumentar a biodegradação. Mesmo depois da dedetização do prédio, pode-se observar a infestação de cupins na caixas de madeira, substituídas rapidamente.

No Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme, o processo de trabalho foi o mesmo, comandado de forma competente por João Carlos

Alves, que conhece com muita profundidade os materiais dos sítios arqueológicos do Projeto Parapanema, iniciado há trinta anos. Embora o Centro ainda não tenha mobiliários adequados, as coleções estão sendo organizadas e acondicionadas em caixas plásticas, tornando-se disponíveis para novas atividades de pesquisa, ensino e extroversão museológica.

O projeto não pôde contemplar, embora fosse o desejo de seus coordenadores, a documentação primária referente às pesquisas e o material esquelético, que demandarão projetos específicos. A documentação esteve disponível durante a organização das respectivas coleções, mas depois de concluído o trabalho, voltou a ficar sob a responsabilidade dos arqueólogos responsáveis pelos vários projetos.

O trabalho foi iniciado e a sistemática de gerenciamento documental implantada para toda a coleção MAE/USP. No entanto, também percebe-se uma necessária ampliação do banco de dados para criar interfaces com o Laboratório de Conservação e Restauro, controle do gerenciamento de risco e documentação primária, que atualmente está vinculada por meio de referências na Base de Dados.

As fichas catalográficas continuarão a ser preenchidas e alguns campos terão que ser melhor definidos como o do pesquisador responsável (onde é necessário haver uma hierarquização de informação, do coordenador do projeto aos membros da equipe) e a bibliografia, que necessita de revisão e complementação.

Verifica-se que o número normalmente fornecido institucionalmente como correspondente ao acervo do MAE - 120.000 peças - é um número "mágico", já que não se sabe a quantidade exata. Mas um grande passo foi dado ao se conhecer pelo menos o número parcial de peças organizadas pelo projeto CAB. Se o número institucional estiver correto, o projeto CAB trabalhou com 55,5% do acervo do MAE, demonstrando que o maior volume é o segmento da arqueologia pré-história brasileira, que não pára de crescer, graças ao trabalho dos dez arqueólogos especialistas nesta área, técnicos e estagiários (alunos de graduação e pós-graduação).

Um dos reflexos importantes do projeto é a conscientização de alguns pesquisadores, técnicos e alunos sobre as atividades curatoriais na pesquisa de campo e após esta fase, seja no acondicionamento do acervo segundo a sistemática do projeto CAB, seja na inclusão de verbas destinadas ao tratamento das coleções nos projetos de Arqueologia acadêmica ou por contrato. Se a idéia de organizar o acervo arqueológico

ológico pré-histórico brasileiro do MAE era assustadora inicialmente, pela infinidade de problemas a enfrentar – recursos humanos, financeiros, vontade política – atualmente a situação já se tornou mais fácil, o nó começou a ser desatado.

O projeto contou com a participação de vários estagiários, estudantes de graduação, principalmente, e de pós-graduação, que tiveram a oportunidade de entrar em contato com um acervo valioso e importante para a compreensão da ocupação pré-histórica do território paulista. Neste sentido, o projeto teve um caráter educativo permitindo aos estudantes conhecer o processo curatorial tal como é desenvolvido do MAE.

Para o MAE, é necessária e urgente a definição de política de acervo e a reflexão sobre a formação dos “depósitos de pesquisa”. E quanto aos arqueólogos, para que a questão curatorial não se agrave cada vez mais e por questões éticas, são necessários: a organização do material arqueológico desde a pesquisa de campo, o acompanhamento de todas as etapas do processo curatorial no Museu e um compromisso maior, científico e ético, com o destino e futuro dos materiais coletados.

Equipe

Equipe coordenadora: Profa. Dra. Marisa Coutinho Afonso (Coordenadora, arqueóloga, MAE/USP), Prof. Dr. José Luiz de Moraes (Vice-Coordenador, arqueólogo, MAE/USP, responsável pelo Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mario Neme), Silvia Cristina Piedade (Especialista em Curadoria de Acervo Arqueológico) e Marilúcia Bottallo (Museóloga com especialização em Documentação de Gestão, MAE/USP);

Equipe permanente: Dária Elânia Fernandes Barreto, José Paulo Jacob (Técnicos Especializados em Arqueologia, MAE/USP), João Carlos Alves (Técnico Especializado em Arqueologia, Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas/MAE/USP), Clementino Virgínio da Silva (Auxiliar de Conservação, MAE/USP) e Osmar Correa (Bolsista/ Pró-Reitoria de Cultura/USP de 1997 a 1998).

Consultoria em informática e arquivística: Armando Olivetti Ferreira.

Equipe eventual: Alexandre Enrique Porto (Estagiário, CRPA, Piraju), Cíntia Bendazzoli Simões, Cristian Foeking, Elisângela Regina de Oliveira, Gabrielly Alice da Silva, Gerson Levi da Silva Mendes, Juliana Correia Savelli Graça, Karina Poli Lima

da Cunha, Lucas de Melo Reis Bueno, Maithê Cristina Penna, Marcelo Tupinambá Leandro, Maria Emília Vieira de Abreu, Mildred Janeth Moná Lapeira, Mônica Mantovani Goulart (Estagiários, MAE/USP), Francisco Alexandre do Nascimento (Funcionário, CRPA, Piraju), Paula Nishida Barbosa, Sandra Nami Amenomori (Mestrandas, MAE/USP), Sandra Medina (Projeto Paranapanema).

Agradecimentos

Este projeto começou a nascer de conversas entre a Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno (museóloga, MAE/USP) e Silvia Cristina Piedade, a partir de preocupações semelhantes com relação à curadoria do acervo do MAE.

Os autores agradecem: ao MAE/USP, pelo apoio institucional ao projeto; à FAPESP, pelo apoio financeiro necessário para o desenvolvimento do projeto curatorial (processo n^o 96/11948-8); à Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE/USP) pelas discussões sobre temas museológicos, além do fundamental incentivo para a concepção do projeto; à Dra. Anne-Marie Guimier-Sorbets (Université de Paris X, professora visitante na USP em 1996) que, com seu trabalho sobre sistemas de informação em Arqueologia e discussões enriquecedoras, ajudaram na criação do projeto; a Marilúcia Bottallo, pela execução do trabalho de Documentação Museológica; a Armando Olivetti Ferreira, pelo auxílio fundamental na constituição do Banco de Dados informatizado; a Dária Elânia Fernandes Barreto, José Paulo Jacob, João Carlos Alves e Clementino Virgínio da Silva, pelo competente trabalho, interesse e presença constante no projeto; a Verônica Vesolowski de Aguiar e Santos e Sergio Francisco Monteiro da Silva, pelas sugestões na ficha e no acondicionamento do material esquelético; à Profa. Dra. Elaine Farias Veloso Hirata, ex-Diretora da Divisão Científica do MAE, pelo apoio institucional na época da concepção do projeto; à Profa. Dra. Dorath Pinto Uchôa, pelo acesso a toda a documentação primária referente às pesquisas que coordena no litoral paulista e pelo auxílio na elaboração da ficha do material esquelético; aos Profs. Drs. Silvia Maranca, Eduardo Góes Neves e Paulo De Blasis, pelo apoio ao projeto e pelo incentivo à participação de estagiários nas atividades curatoriais; ao Prof. Dr. Levy Figuti, pelo auxílio na triagem da fauna; à conservadora Cibele E. V.

Aldrovandi, pela elaboração da primeira proposta de acondicionamento do acervo; a Gedley Belchior Braga (MAE/USP), pelo ensaio no acondicionamento do material esquelético e pela assessoria em assuntos ligados à conservação; a Wagner Souza e Silva pela documentação fotográfica do projeto; à equipe da Seção de Processamento de Dados/MAE e, em especial, ao seu responsável Amauri

Pagnose pela aquisição e instalação do equipamento de informática, além da assessoria; a Severino Leonardo de Pontes e Marinho Ribeiro Martins, pelo apoio às atividades de infraestrutura do projeto; aos alunos/estagiários que participaram do projeto.

O artigo é dedicado a toda a equipe do projeto CAB.

AFONSO, M.C.; PIEDADE, S.C.M.; MORAIS, J.L.; Organization and Management of Brazilian prehistoric collections from the Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo: the CAB project. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 9: 223-238, 1999.

ABSTRACT: The aims of the project "Organization and Management of Brazilian prehistoric collections of the Museum of Archaeology and Ethnology/University of São Paulo" were: define a methodology to apply to this kind of collections, organize the field and lab documentation; control the collections and the documentation and organize the collections in the Museum. From the 170 collections chosen at the beginning of the project, it had been possible to organize 44 collections at the Museum/São Paulo and 58 collections at the Regional Center for Archaeological Research Mário Neme/MAE, located at Piraju, completing 66.570 archaeological objects. The aim of this paper is to explain the methodology applied to the project and its results.

UNITERMS: Brazilian Archaeology – Museum – Curatorship – Archaeological Collection.

Referências bibliográficas

- AFONSO, M.C.
1998 Organização e Gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 1º Relatório parcial entregue à FAPESP, São Paulo.
1999 Organização e Gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Relatório final entregue à FAPESP, São Paulo.
- AFONSO, M.C.; BOTTALLO, M.; PIEDADE, S.C.M.; MORAIS, J.L.
1997 Curadoria das coleções arqueológicas pré-históricas brasileiras no MAE/USP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 7: 199-201.
- AFONSO, M.C.; PIEDADE, S.C.M.; BARRETO, D.E.F.; JACOB, J.P.
1999 A formação de profissionais de museus: o papel dos arqueólogos no processo curatorial. *Anais da II Semana dos Museus da Universidade de São Paulo*: 141-144.
- BOTTALLO, M.
1996 A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 287-292
1998 As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de Documentação Museológica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 257-268.
- BRUNO, M.C.O.
1995 *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP.
1996 Museus de Arqueologia: uma história de conquista, abandono e mudança. *Revista do Mu-*

- seu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 293-313.
- DE BLASIS, P.A.D.
1993 Gerenciamento de coleções arqueológicas e etnográficas: um modelo para o MAE-USP. *VII Simpósio Sul-Rio Grandense de Arqueologia*. Taquara, Rio Grande do Sul (inédito).
- GUIZZO, J. (Ed.)
1994 *O Corpo Humano*. Série Atlas Visuais. Editora Ática.
- KING, M.E.
1980 Curators: Ethics and Obligations. *Curator*, 23 (1): 10-18.
- HITHCOCK, A.
1980 Discussion Paper. *Curator*, 23 (1): 71-79..
- MALARO, M.C.
1987 *A Legal primer on managing museum collections*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press.
- MORAIS, J.L.; AFONSO, M.C.
1997 Arqueologia Brasileira no MAE/USP: pesquisa, ensino, extensão e curadoria. *Anais da I Semana dos Museus da Universidade de São Paulo*: 37-43.
- NÉGRI, V.
1986 Les aléas juridiques des dépôts de fouilles. *Musées & Collections Publiques de France*. Revue de l'Association générale des conservateurs des collections publiques de France, 195: 7-18.
- NEVES, W.A.
1988 Uma Proposta pragmática para cura e recuperação de coleções de esqueletos humanos de origem arqueológica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropológica, 4(1): paginação???
- NOVICK, A.L.
1980 The Mangement of Archaeological Documentation. *Curator*, 23 (1): 30-42.
- PEARCE, S. M.
1990 *Archaeological Curatorship*. Leicester Museum Studies Series. Leicester: Leicester University Press.
- PEEBLES, C.S.; GALLOWAY, P.
1981 Notes from Underground: Archaeological Data Management from Excavation to Curation. *Curator*, 24 (4): 225-251.
- PIEADADE, S.C.M.
1996 Coleções de artefatos osteodontomalacológicos: uma experiência no MAE/USP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 396-397.
- WILCOX, U.V.
1980 Collections Mangement with the Computer. *Curator*, 23 (1): 43-54.
- YANG, M.
1989 Manuals for Museum Policy and Procedures. *Curator*, 32 (4): 269-274.

Recebido para publicação em 19 de novembro de 1999.

COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS DO ALTO XINGU: 1884-1998

Aristóteles Barcelos Neto*

BARCELOS NETO, A. Coleções etnográficas do Alto Xingu: 1884-1998. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 239-255, 1999.

RESUMO: O artigo aborda a formação das coleções xinguanas desde o período das primeiras expedições alemãs pontuando alguns problemas atuais relativos à aquisição, conservação, documentação e pesquisa dessas coleções.

UNITERMOS: História do colecionismo – Coleções etnográficas – Política de aquisição – Cultura material – Índios do Alto Xingu.

No panorama etnográfico das terras baixas da América do Sul, o Alto Xingu tem sido, desde fins do século passado, uma região privilegiada para a formação de coleções. Muito disso se deve às contingências históricas da área e ao interesse que a singular cultura material e arte gráfica xingwana despertaram em vários antropólogos e viajantes que percorreram a região. Apesar do considerável volume de material já coletado,¹ esse tipo de documento não vem sendo sistematicamente explorado por especialistas voltados para o conhecimento etnohistórico e etnográfico da região em causa. Os domínios específicos da cultura material e da arte gráfica xingwana ainda aguardam uma merecida visibilidade; nem mesmo suas singularidades etnográficas e sua importância para o melhor entendimento do sistema social xingvano foram pretexto para estudos mais aprofundados. O Alto Xingu nunca foi contemplado com um estudo comparativo de sua cultura material, como foram, por exemplo, outras áreas também proeminentes em ter-

mos da formação de coleções (Verswijver 1987). A contribuição específica dos estudos comparativos de coleções reside no fato de que eles podem elucidar aspectos das relações intra e interétnicas que muitas vezes passam despercebidos em etnografias que tratam exatamente da mesma temática, mas que tomam outros ângulos de análise, que não a cultura material.²

Tendo em vista que muito pouco das coleções etnográficas xinguanas está conhecido e divulgado, procuramos oferecer um panorama cronológico do colecionismo no Alto Xingu – a partir do levantamento das coleções *in loco* (museus e gabinetes particulares) e das raras publicações especializadas – e uma breve reflexão sobre a problemática da formação de coleções etnográficas indígenas no Brasil.

As fontes pertinentes não foram esgotadas, e dificilmente poderão ser, isso devido ao colossal trabalho que seria localizar e identificar todo o volume de objetos coletados entre os povos indígenas do Alto Xingu desde 1884, ano da primeira expedição científica à região. Pensamos, portanto,

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia.

(1) Aproximadamente 4800 peças foram até hoje coletadas em trabalhos de campo sistemáticos por antropólogos no Alto Xingu.

(2) Sobre essa questão vide a contribuição de Thekla Hartmann (1976) sobre os Bororo.

que o mais importante não seria exatamente inventariar todo o material xinguano existente no mundo, e sim atentar para o volumoso material já recolhido aos museus e buscar meios efetivos de garantir a preservação e o estudo dessa singular documentação etnohistórica. Trata-se de uma questão que merece maior pauta, sobretudo num momento em que a maioria dos museus antropológicos no país enfrentam sérias situações de pouco prestígio e de mínimos investimentos.

Os primeiros dezessete anos (1884-1901) da exploração científica na bacia dos formadores do rio Xingu foram marcados pela formação de grandes coleções etnográficas. O legado científico deixado pelo período histórico abrangido pela *Etnografia Alemã* é bastante expressivo. As duas expedições do Dr. Karl von den Steinen ao Alto Xingu, em 1884 e 1887, deixaram um volumoso material que ainda está só parcialmente explorado. Ao lado de sua obra publicada sobre o Alto Xingu (1885a, 1885b, 1885c, 1886, 1892, 1894, 1906), e da de um de seus companheiros expedicionários, o Dr. Paul Ehrenreich (1890), existe um grande volume de material não publicado: cadernos de campo de Oto Clauss (companheiro na primeira expedição), de Wilhelm von den Steinen (companheiro em ambas as expedições), de Peter Vogel (companheiro na segunda expedição), e do próprio Karl von den Steinen; além desses, há os cadernos de desenhos de Wilhelm von den Steinen de ambas as expedições, e as coleções etnográficas no Museu de Etnologia de Berlim, que só foram parcialmente publicadas.

O mesmo pode ser dito para as três expedições seguintes, duas delas dirigidas por Hermann Meyer, em 1896 e 1898-99, e outra por Max Schmidt, em 1901. Sobre as expedições de Meyer veio à luz, em português, apenas um único artigo (1899b), diga-se de passagem, pouco expressivo em face de sua obra publicada (1896, 1897a, 1897b, 1897c, 1897d, 1898, 1899a, 1899b, 1900, 1906) e não publicada sobre o Alto Xingu – documentos recolhidos ao Arquivo de Pesquisa do Museu de Etnologia de Leipzig e as coleções pertencentes aos Museus Etnográficos de Leipzig, Stuttgart, Berlim e São Petersburgo (Krusche 1977). O elenco dos etnólogos alemães é também integrado pelos companheiros das expedições de Meyer: Karl Ranke e Heinrich Dahlen, em 1896, e Alfred Mansfeld, Friedrich Pilger e Theodor Koch-Grünberg, em 1898-99. Sobre a passagem deste

último pelo Alto Xingu disponho da notícia de apenas uma pequena publicação (Koch-Grünberg 1902) e de vários desenhos conservados no Arquivo de Pesquisa do Museu de Etnologia de Leipzig (Krusche 1977). Sobre seus cadernos de campo nunca encontrei referências, e, se não tiverem sido destruídos pelos bombardeios durante a Segunda Guerra Mundial, pode ser que ainda se achem em Leipzig, Stuttgart, Dresden ou Berlim. Valeria a pena tentar localizá-los, e algum dia traduzi-los ao português.

Tendo em vista a riquíssima experiência de pesquisa de Koch-Grünberg no noroeste amazônico e no Orinoco, conjeturo a possibilidade de que tenham sido feitos registros fonográficos durante a sua expedição ao Xingu. As coleções fonográficas de índios da Amazônia ainda são um tipo de documentação pouquíssimo divulgada e que raramente se encontra em arquivos ou museus etnográficos brasileiros. Tem-se os instrumentos, mas não se tem os registros fonográficos, e muito menos as transcrições musicais: as coleções de museus são, em geral, surdas e mudas. Um instrumento de trabalho de grande importância para a pesquisa etnológica e museológica que seria uma *Documenta Fonográfica Xinguana* (ou Amazônica, caso os investimentos humanos e materiais puderem alcançar tal dimensão), na mesma linha em que foi projetada para a iconografia, a bibliografia e a cartografia (Carvalho, Agostinho & Barcelos Neto 1999).

Até o fim da década de 1930, grande parte do vasto material xinguano foi utilizado nas investigações de etnólogos alemães. Alguns estudos especialmente feitos por Fritz Krause (1936a, 1936b, 1937, 1939 e 1942), a partir das publicações, das coleções e dos documentos de arquivos, estão entre as poucas referências sobre peças roubadas ou destruídas durante a Segunda Guerra Mundial.

Mediante tal volume de documentação etnográfica deixado pelos etnólogos alemães, é de se esperar que suas contribuições sejam contempladas com estudos específicos. Ademais, ainda há muito o que se explorar do potencial de pesquisa deixado pelos mesmos, sobretudo no que diz respeito a Etnohistória, Etnoarqueologia, Etnoestética e cultura material comparada.

Coleções etnográficas são documentos etnohistóricos privilegiados por serem praticamente os únicos que refletem os pontos de vista dos nativos. A partir desses *documentos nativos*, pode-se

evidenciar aspectos cognitivos, estéticos, cosmológicos, tecno-econômicos, de identidade étnica e de história cultural que de outra maneira não seriam evidenciados. Ao lidar com artefatos de coleções museológicas é necessário, por outro lado, ter em vista que eles não são meros objetos ilustrativos de uma cultura exótica, de um passado remoto e saudosista, ou espécimes bizarros ou curiosos. Enfoques teóricos, com os quais compartilho, procuram conferir aos objetos de museus o *status* de documento.

As coleções de museus constituem, na atualidade, um dos gêneros de documento menos utilizado pela comunidade científica. Se esta demonstra pouco interesse, o mesmo não pode ser dito a respeito dos índios, que, nos melhores casos, fundam museus a fim de recolher, conservar, documentar e divulgar sua história e cultura. O caso mais célebre é o do Museu *Magüta* dos índios Tikuna do Alto Solimões. O reconhecimento e os prêmios internacionais que este museu recebeu devem-se ao fato de se tratar de uma instituição concretamente voltada para os interesses indígenas, mas ele não é o único no Brasil: em Goiânia, no Rio de Janeiro e em Belém os museus antropológicos são instituições que contam com o apoio dos índios e que também os apoiam através de projetos em diferentes áreas (alfabetização, formação de professores índios, projetos de autosustentabilidade, monitoramento ambiental, venda de artesanato etc.). Durante meu trabalho de campo em 1998, percebi, entre alguns Waurá, genuína curiosidade a respeito das peças que foram levadas por Karl von den Steinen para Berlim, no século XIX. O chefe Waurá demonstrou espontaneamente interesse em criar um museu em Brasília ou Cuiabá, e pediu meu apoio. Os Waurá têm plena consciência da importância de uma coleção e de seus fins num museu.

O interesse dos povos indígenas em construir a história a seu modo é cada vez mais evidente. Em 1997, a vinda de Portugal da coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) levou ao Palácio Rio Negro de Manaus dezenas de grupos indígenas do Amazonas, Pará e Roraima, que discutiram sobre história e etnicidade diante dos testemunhos materiais de sua ancestralidade. Segundo Lux Vidal, essa exposição foi “possivelmente um marco decisivo, pelos múltiplos mundos que ela articula e as múltiplas leituras que nos proporciona” (Vidal 1997a: 3). Transcrevo as impressões da autora sobre a exposição:

“O que mais emocionou os índios, porém, e ao mesmo tempo os incomodou profundamente, foi a presença de objetos que não mais fabricavam, mas que bem conheciam pela tradição oral, especialmente os *pariká* ou bandejas de fumo e um magnífico *Porantim* dos Sateré-Maué. Esses índios, aliás, afirmaram que precisariam que o *Porantim* lhes fosse devolvido para poderem recuperar de forma clara e definitiva a memória de suas divisões clônicas há muito tempo esquecidas. Os próprios índios, finalmente, se convenceram de que o Brasil não teria, por enquanto, condições de preservar esse acervo, tendo em vista o estado lamentável em que se encontram os museus etnográficos no país. Por outro lado, parece ter despertado, em muitos dentre eles, o desejo de construir seus próprios museus regionais como expressão de identidade e afirmação cultural frente à sociedade envolvente”

“O momento mais significativo da exposição foi sem dúvida a visão da imensa ‘vitrine’ aquele ‘outro mundo’ de onde as máscaras dos espíritos do fundo das águas e da mata nos olhavam, com extrema doçura nas suas monstruosas deformações, lembrando-nos ainda com insistente olhar esvaziado a sua antiga ‘humanidade’”

“Uma noite, os Yanomami, fecharam-se no recinto da exposição e, a sós, frente às máscaras, se entenderam com o que apenas eles poderiam lembrar e recriar. Poucos dias depois, as máscaras, que no seu contexto primeiro teriam sido destruídas após o ritual, foram cuidadosamente colocadas em suas embalagens e, como ‘encantados’ que desaparecem de repente da superfície da terra, voltaram para a sua morada do ‘fundo’, Portugal” (Vidal 1997b: 10-11).

O exemplo da exposição da coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira, em Manaus, parece realmente excepcional para se pensar a importância que os documentos indígenas (sob a forma de artefatos) têm para os próprios índios e para sua história do contato com o Ocidente. Nesse sentido, as coleções oitocentistas de índios xinguanos levadas para a Alemanha têm um valor inestimável para esses grupos étnicos, que presumivelmente desconhecem ou poucas notícias dispõem da existência delas.

Entre 1884 e 1927 foram coletados, pelas expedições alemãs, 114 artefatos de cerâmica entre os grupos xinguanos (Hartmann 1986b). As peças, produzidas por índios Waurá e Mehináku, são provenientes de quase todas as aldeias por onde pas-

saram os expedicionários, e há informações de mulheres Waurá fabricando cerâmica inclusive em aldeias Carib (Steinén 1940). Várias peças integrantes das coleções oitocentistas alemãs foram destruídas ou saqueadas durante a Segunda Guerra Mundial, no entanto, ainda estão disponíveis as fichas originais e catálogos que proporcionam informações detalhadas sobre as mesmas.

O período subsequente à *Etnografia Alemã* pouco se interessou pela cultura material. Entre 1927 e 1946 são pouquíssimas as coleções formadas na região da bacia dos formadores do Xingu, sendo nenhuma delas sistemática ou com temática específica. No início da década de 1920, a Comissão Rondon formou uma coleção a partir da troca de bens industrializados com os xinguanos que visitavam o antigo posto indígena Simões Lopes. Na década de 1930, Vincent Petruzzo coletou algumas peças para o University Museum da Filadélfia e o Museu Dom José de Cuiabá adquiriu, ao longo das décadas de 1920 e 1930, na mesma região, diversas classes de artefatos, sobretudo cerâmica. Graças a essas coletas foi possível manter uma seqüência cronológica de artefatos de cerâmica dos Mehináku e dos Waurá, que estavam entre os grupos que freqüentavam o posto indígena Simões Lopes (do extinto Serviço de Proteção aos Índios) para efetuar trocas com os *kajaíba* (denominação nativa para o homem branco) ou com outros índios que serviam de intermediários na troca.

Um novo e profícuo período etnográfico no Alto Xingu só veio a ter início em 1947, com a expedição científica do Museu Nacional, sob a responsabilidade de Eduardo Galvão. A partir desse período, a aldeia Waurá será o *locus* da formação das melhores coleções etnográficas do Alto Xingu, e talvez de toda a Amazônia Meridional.

Em 1947, a aldeia Waurá foi pela primeira vez visitada por um *kajaíba*. O projeto da equipe do Museu Nacional previa, pela primeira vez, um estudo sistemático que recobrisse todas as tribos da bacia dos formadores do Xingu, mas que não foi concretizado. A Pedro Lima foi dada a incumbência de pesquisar entre os Waurá (Lima 1950). De 1947 a 1969, pelo menos seis importantes coleções foram constituídas na região, a saber: a de Pedro Lima e Eduardo Galvão na aldeia Kamayurá, em 1947, e a de Pedro Lima na aldeia Waurá, em 1948, ambas adquiridas para o Museu Nacional; a de Robert Carneiro para o American Museum of Natural History, nos anos de 1953 e 1954, entre

os Kuikúro; a de Gerhard Baer, em 1955, na aldeia Kamayurá, e atualmente recolhida ao Museu de Etnologia de Basiléia; a coleção Waurá de Harald Schultz adquirida em 1964 para o Museu Paulista (hoje integrada ao acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP); e a coleção Kamayurá de Pedro Agostinho formada nos anos de 1966 e 1969 e doada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. A coleção Waurá de Harald Schultz é seguramente uma das melhores e mais completas coleções de cultura material já feita entre um grupo xinguanos; possui numerosos e excelentes exemplares de cerâmica, da parafernália ritual e utensílios diversos, mesmo assim essa valiosa coleção não consegue recobrir todo o sistema de objetos de um grupo xinguanos, como se desejaria.

Nessas últimas três décadas observa-se um franco declínio na formação de coleções xinguanas, especialmente aquelas destinadas aos museus etnográficos. Três exceções podem ser apontadas: as coleções sistemáticas de Günther Hartmann para o Museu de Etnologia de Berlim, em 1983, de Michael Heckenberger para o Carnegie Museum of Natural History de Pittsburg, em 1993, e de Aristóteles Barcelos e Maria Ignez Mello para o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, em 1998.

A partir da década de 1970, um acelerado processo de mudanças político-econômicas no Parque Indígena do Xingu fez com que o destino da produção de artefatos xinguanos tomasse novos rumos. Dessa vez, em direção aos antiquários e coleções particulares. Até esse período, o eixo de circulação transcultural dos artefatos xinguanos se dava através do contato entre índios e etnólogos, sendo os últimos os responsáveis pela transferência do material, originalmente adquirido entre os nativos, aos museus. Atualmente essa circulação está mais intensa, só que praticamente saíram de cena os etnólogos e os museus como os principais interessados pela produção nativa. A transferência de artefatos xinguanos para os centros urbanos tem se dado, sobretudo, a partir de uma comercialização direta entre índios, intermediários e donos de antiquários e lojas de artesanato, além da Artíndia/FUNAI, que representa a principal variante institucional do comércio do artesanato indígena em quase todo o território nacional. O destino final dessa produção artesanal tem atingido sobretudo colecionadores particulares e uma massa difusa de curiosos que rasteiam objetos exóticos.

Mesmo que no futuro algumas coleções particulares sejam doadas aos museus públicos, suas possíveis potencialidades de pesquisa, no que diz respeito às linhas tradicionais, mostram-se limitadas, uma vez que o processo de constituição da maioria dessas coleções é, por assim dizer, o mais esdrúxulo e idiossincrático possível. Informações básicas como a origem étnica dos artefatos nem mesmo estão registradas, muito menos informações contextuais sobre os processos de produção e uso dos mesmos. A rigor, a quase totalidade dos artefatos que saem das aldeias xinguanas atualmente têm um destino programado: o mercado da *tourist art*.

Para determinados interesses etnológicos, esse material, proveniente de um processo informal e particular de colecionismo, é pouco atrativo, uma vez que não proporciona dados específicos e estratégicos dos quais necessitam os pesquisadores. Resguardando raríssimas exceções, várias dentre essas “coleções” nem mesmo podem ser chamadas de coleções, pois não formam mais do que um conjunto de peças reunidas aleatoriamente. Apesar dos problemas evidenciados, as coleções de *tourist art* não devem ser negligenciadas: elas possuem qualidades singulares de um tipo de documento que, sem dúvida, proporciona pistas interessantes para se pensar sobre questões relativas às representações do contato.

Em 1994, tive a oportunidade de observar, em Goiânia, a fragmentação de um conjunto singular de peças composto por bancos zoomorfos – estes representando uma variedade da fauna xinguanas de grande importância mito-cosmológica (gaviões, urubus, onças, jaguatiricas, jacarés e macacos) –, pentes de madeira laboriosamente esculpidos e outras classes de artefatos trazidos por alguns Kuitúro para venda. Em um par de semanas, mais de 50 peças únicas dispersaram-se entre diversos compradores, menos entre museus ou institutos de pesquisa. A coleção original trazida da aldeia representava um conjunto riquíssimo de sub-estilos individuais e suas tensões entre a representação, a estilização, a moda e o início da descoberta dos gostos do mercado emergente. Aspectos dessa natureza merecem urgente investigação, uma vez que o impacto da comercialização de artefatos sobre as categorias artísticas e estéticas xinguanas seguem praticamente desconhecidos. No entanto, sem a aquisição de novas coleções sistemáticas em campo o estudo torna-se quase impossível.

Raramente, conjuntos especiais de artefatos selecionados por artistas índios ou coleções siste-

máticas oriundas de trabalhos de campo têm sido adquiridos pelos museus antropológicos no país.³ Tal situação reflete um pouco do isolamento dos museus e seus acervos em relação à política científica vigente na antropologia brasileira. A pertinência desse patrimônio científico para a disciplina raramente tem estado presente na pauta das discussões, sem contar que pouco ou nenhum resultado tem sido alcançado na direção de se estabelecer uma política patrimonial para os museus antropológicos no Brasil.

O caso dos museus de artes plásticas ilustra um exemplo bastante diverso da situação observada entre os museus de Antropologia. Muitas daquelas instituições têm uma clara política de aquisição de obras recentes — de artistas plásticos jovens ou já consagrados — como uma maneira de dinamizar seus acervos para novos estudos, de construir uma memória artística e de manter um espaço de contínua atração e de entretenimento cultural. Seria legítimo que os museus antropológicos recebessem apoio semelhante e que se preocupassem com uma política patrimonial que correspondesse às mesmas necessidades de salvaguardar documentos singulares para a história indígena, inclusive como uma maneira de prevenir a evasão descontrolada desse patrimônio cultural para outros países. No momento, é preocupante o intenso comércio nacional e internacional de artefatos plumários, sobretudo porque muitas das aves silvestres abatidas para a confecção dos artefatos encontram-se num franco declínio populacional ou em extinção devido às queimadas e desmatamentos, sobretudo.

Os museus antropológicos e seus acervos devem assumir um papel de liderança na criação de um canal aberto entre as comunidades indígenas e seu patrimônio preservado, sendo que o mesmo deverá dialogar cada vez com essas populações e não meramente se adequar aos modelos vigentes de curadoria. Vale ressaltar que alguns grupos indígenas já vêm cobrando essa postura de antropólogos e museólogos. Portanto, seria oportuno que uma política patrimonial para os museus antropo-

(3) Para uma discussão detalhada sobre a formação e o estudo de coleções etnográficas e do trabalho antropológico em museus, remeto o leitor a alguns artigos que contribuíram para minhas reflexões: Ribeiro (1986, 1987, 1989); Ribeiro & Velthem (1992); Sturtevant (1969) e Newton (1987).

lógicos se orientasse para a formação de coleções sistemáticas, mas numa perspectiva teórica que procure torná-las *documentos nativos* com potencial para a história indígena.

A importância de se fazer novas coleções, procurando recobrir, num corte sincrônico, todo o sistema de objetos de uma dada comunidade indígena é crucial, uma vez que artefatos de coleções etnográficas constituem documentos de uma exclusividade ímpar, e que quando devidamente explorados trazem contribuições tão decisivas a um trabalho etnográfico, que sua ausência jamais poderia ser substituída por outro tipo de documento. Na impossibilidade de se constituir esse “tipo ideal” de coleção, pelo menos que se formem coleções temáticas de cerâmica, trançados, adornos plumários, conjuntos tecnológicos específicos etc..

Afora isso, coleções etnográficas desempenham não só um papel enquanto recurso de investigação científica: sabe-se que nos museus essas coleções assumem novos significados e abrem horizontes que estão para além de suas potencialidades mais ou menos imediatas de pesquisa. As coleções permitem um uso social extraordinário: são recursos didático-pedagógicos únicos, que possibilitam, através de exposições e outros programas educativos, uma reflexão sobre alteridade, diversidade cultural, visões de mundo, entre outros assuntos, como mostraram as exposições *Índios no Brasil* (Grupioni 1994) e *Índios do Brasil Central* (Barcelos Neto 1994a).⁴

A cultura material de qualquer grupo étnico merece, por si só, especial atenção. Os artefatos de que uma comunidade faz uso não desempenham apenas o importante papel de sua manutenção física. Para além disso, eles são bens simbólicos e de produção simbólica: desempenham um papel essencial na sobrevivência cultural de populações nativas.⁵ Um olhar mais atento sobre a cultura material talvez despertasse entre as sociedades ame-

ríndias renovadas reflexões sobre como estas poderiam se posicionar diante de seus direitos de propriedade intelectual e de autodeterminação.

Levantamento das coleções etnográficas do Alto Xingu

Como mencionado acima, esse levantamento não pretende chegar à exaustão das fontes. O levantamento abrange coleções etnográficas xinguanas de museus brasileiros, europeus, norte-americanos e algumas coleções particulares de pesquisadores. Por razões de espaço, pequenas coleções assistemáticas de um ou outro colecionador particular ou curioso foram excluídas desta lista. Quanto às coleções arqueológicas, estas necessitam de um levantamento à parte que deveria ser levado a cabo por especialistas dessa área.

O problema central para quem pretende estudar as coleções aqui relacionadas reside no fato de que na formação de muitas, talvez da maioria, esteve ausente qualquer tipo de sistematização científica. O que consta, aliás, é que um número muito reduzido de colecionadores estava preocupado com as posteriores potencialidades de explorar cientificamente o material coletado. A principal evidência desse fato é que nenhuma das coleções etnográficas analisadas possui uma documentação de campo com informações exaustivas, ou, pelo menos, quase exaustivas. Chega-se a situações de coleções inteiras sem documentação, sem contar ainda que vários objetos estão contemplados com informações pouco seguras sobre a origem geográfica e étnica e a data de coleta do material em campo. Cheguei a encontrar genuínos artefatos xinguanos identificados como de origem Karajá, Krahó ou Bororo.

Muitos equívocos foram cometidos pelos próprios colecionadores, que não numeraram seu material em campo, que não elaboraram fichas para cada objeto, que não tomaram nota do nome do autor, das circunstâncias da troca ou compra do artefato, enfim, do contexto de formação das coleções.

(4) Em trabalho recente, destinado a professores de 1º e 2º graus, Vidal & Lopes da Silva (1995: 370; 400-401) valorizam a cultura material, representada ou não, em coleções de museus, enquanto recurso didático-pedagógico que permite “uma compreensão rápida e direta de contextos transculturais, e menos sujeita a preconceito e atitudes estereotipadas frente a povos sobre os quais estudantes e professores podem ter, ainda, relativamente pouco conhecimento” (*ib.*: 370).

(5) Uma contribuição interessante sobre o estudo da linguagem simbólica da cultura material em sociedades

ameríndias encontra-se na etnografia de Lúcia van Velthem (1995) sobre as concepções estéticas Wayana. O mesmo tema também é abordado de maneira fascinante por David Guss (1989) no que diz respeito aos trançados dos índios Yekuana da Venezuela.

Devido à ausência de sistemas documentais – catálogos completos, índices remissivos, classificações, fichas de localização, numerações sistemáticas etc. – e de problemas quanto à conservação e organização das reservas técnicas, alguns artefatos e coleções não puderam ser localizados e identificados, não constando, portanto, nesta lista. Se os levantamentos não são feitos *in loco*, dificilmente se obtêm informações detalhadas sobre as coleções. O ideal seria que cada uma das instituições que abrigam as coleções publicassem catálogos completos. Enquanto a divulgação científica dos acervos não for uma das prioridades dos museus, com muito custo os pesquisadores interessados conhecerão o que está guardado em suas reservas técnicas.

O conjunto dos acervos xinguanos relacionados nesse levantamento apresenta uma heterogeneidade e desproporcionalidade desconcertante: os artefatos de origem Waurá e Kamayurá, por exemplo, somam aproximadamente 70% do que foi coletado, em contrapartida os grupos Karib, os Trumai, os Aweti e os Yawalapiti estão extremamente mal representados nessas coleções.

Ademais, a enorme diversidade do sistema de objetos xinguanos está presente de modo muito desigual e descontínuo nas coleções, isso, ou porque são artefatos de produção restrita, ou porque as coletas privilegiaram algumas produções em detrimento de outras, a cerâmica Waurá, por exemplo. Diversas classes de artefatos xinguanos raramente estão representados nessas coleções, e quando encontrados não passam de um ou dois exemplares. O caso dos trançados e do equipamento de caça e pesca merece menção. Pouquíssimos desses artefatos podem ser encontrados em coleções

museológicas. A título de exemplo, a principal coleção xinguanas do Museu Nacional, formada em 1948, por Pedro Lima, possui apenas três artefatos de trançado dentre o total de 141 peças coletadas. Enquanto o conjunto das coleções recobre de modo parcial o sistema de objetos xinguanos, a literatura etnográfica, por sua vez, traz esparsas referências, e com pouca profundidade.

Por tais razões, dificilmente será possível abordar de modo integral as expressões materiais da cultura xinguanas através de um estudo de coleções. Em compensação, as mesmas oferecem vastas possibilidades para estudos temáticos sobre estética, representações visuais, mudanças históricas na cerâmica e nos estilos de ornamentação gráfica (Barcelos Neto 1999) e análises comparativas de cultura material, que ainda estão por ser elaboradas. Embora possua um estimável potencial, o estudo das coleções de museus só tomará novo fôlego a partir da formação de novas coleções sistemáticas e de estudos mais aprofundados sobre arte e cultura material em campo.

Os procedimentos adotados nesse levantamento correspondem aos mesmos empregados por Sônia Dorta (1992), exceto quanto ao uso de números entre parênteses, que indica a quantidade de peças existentes para cada tipo de artefato e para cada etnia. Para a classificação dos artefatos foi adotada a taxonomia elaborada por Berta Ribeiro (1988): Cerâmica; Trançados; Cordões e tecidos; Adornos plumários; Adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador; Instrumentos musicais e de sinalização; Armas; Utensílios e implementos de madeira e outros materiais; Objetos rituais, mágicos e lúdicos.

1. COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS DO ALTO XINGU NO BRASIL

1.1. MUSEU NACIONAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Total de peças xinguanas: aproximadamente 1000

Total de coleções: 26

COLEÇÃO: Expedição Fontoura – Xingu

ANO DA COLETA: 1914

CONTEÚDO: 62 peças. Adornos plumários, adornos de materiais ecléticos, armas, cerâmica, tecidos e trançados

ETNIAS: Bakairi e Waurá

OBSERVAÇÃO: A coleção inclui peças dos índios Juruna, Kayapó, Karajá e Kayabi. Das 62 peças

apenas 15 possuem identificação étnica

FONTE: Dorta 1992: 510

COLEÇÃO: Ten. Antônio Pyrineus de Souza

ANO DE ENTRADA: 1915

CONTEÚDO: 62 peças. Adornos de materiais ecléticos, utensílios diversos, armas, trançados, tecidos e amostras de vegetais

ETNIA: Bakairi (62)

FONTE: Dorta 1992: 511

COLEÇÃO: Comissão Rondon – Expedição Ronuro
ANO DA COLETA: 1923

CONTEÚDO: 71 peças, do nº 17567 ao nº 17622 e do nº 18189 ao nº 18201. Cerâmica (4), trançados (10), cordões e tecidos (13), adornos plumários (3), adornos de materiais ecléticos e indumentária (5), armas (32) e utensílios de madeira (2)

ETNIAS: Waurá (69), Bakairi (1) e Mehináku (1)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Buell Quain

ANO DA COLETA: 1938

CONTEÚDO: 7 peças, do nº 35082 ao 35087. Saco de lãber, bolsa trançada, pá de beiju, flauta, 2 seixos rolados e fragmento de machado de pedra

ETNIAS: não especificadas, provavelmente toda a coleção seja oriunda dos Trumaí

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Pedro Lima & Eduardo Galvão – Expedição do Museu Nacional com a colaboração da Fundação Brasil Central

ANO DA COLETA: 1947

CONTEÚDO: 140 peças, do nº 35094 ao nº 35233. Cerâmica (37), trançados (5), adornos plumários (9), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (4), instrumentos musicais (3), armas (22), pás de beiju (49), paus de cavar (2) e máscaras (9)

ETNIAS: Kamayurá (100), Waurá (37), Trumaí (2) e Awetĩ (1)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Irmãos Villas Boas, Expedição Roncador – Xingu

ANO DA COLETA: 1947

CONTEÚDO: 6 peças, do nº 35234 ao nº 35239. Cerâmica (6)

ETNIA: Waurá (6)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Pedro Lima

ANO DA COLETA: 1948

CONTEÚDO: 141 peças, do nº 35322 ao nº 35462. Cerâmica (66), trançados (3), cordões e tecidos (3), adornos plumários (1), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (11), instrumentos musicais (3), armas (16), utensílios de madeira (26) e máscaras (9)

ETNIA: Waurá (141)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Pedro Lima – Expedição rio Kuluene

ANO DA COLETA: 1948

CONTEÚDO: 25 peças, do nº 35532 ao nº 35556. Cerâmica (5), trançados (5), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (5), instrumentos musicais (1), armas (4), bancos (3) e remos (2)

ETNIAS: Kalapalo (17), Mehináku (5) e Kuikúro (3)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Pedro Lima – Expedição rio Kuliseu

ANO DA COLETA: 1949

CONTEÚDO: 15 peças, do nº 35557 ao nº 35573. Adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (1), instrumentos musicais (1), armas (10), máscaras (2) e miniatura de Kwarĩp (1)

ETNIAS: Mehináku (6) e Kamayurá (1)

OBSERVAÇÃO: inclui peças dos índios Txikão (8)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Pedro Lima

ANO DA COLETA: 1950

CONTEÚDO: 3 peças, do nº 35706 ao nº 35708. Cerâmica (3)

ETNIA: Waurá (3)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Pedro Lima

ANO DA COLETA: 1951 e 1952

CONTEÚDO: 21 peças, do nº 35772 ao nº 35792. Cerâmica (7), trançados (9), instrumentos musicais (1) e máscaras (4)

ETNIAS: Waurá (16) e Kamayurá (5)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Robert Carneiro & Gertrud Dole

ANO DA COLETA: 1954

CONTEÚDO: 56 peças, do nº 35926 ao nº 35981. Trançados (8), adornos plumários (3), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (4), instrumentos musicais (5), armas (9), utensílios de madeira (11), objetos rituais, mágicos e lúdicos (6) e amostras de matérias-primas (10)

ETNIAS: Kuikúro (55) e Kalapalo (1)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Eduardo Galvão

ANO DA COLETA: 1954 e 1955

CONTEÚDO: 33 peças, do nº 37408 ao nº 37440. Ce-

râmica (3), trançados (4), cordões e tecidos (3), adornos plumários (1), instrumentos musicais (3), armas (4), utensílios de madeira (14) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (1)

ETNIAS: não especificadas

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Maria Heloísa Fénelon Costa

ANO DA COLETA: 1964

CONTEÚDO: 18 peças, nº 38464 e do nº 38466 ao nº 38482. Trançados (2), adornos plumários (2), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (1), instrumentos musicais (2), armas (2), utensílios de madeira (1) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (8)

ETNIA: Mehináku (18)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Patrick Menget

ANO DA COLETA: 1968

CONTEÚDO: 8 peças, do nº 38758 ao 38765. Trançados (2), instrumentos musicais (2), propulsores Kamayurá (2) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (2)

ETNIAS: Kamayurá (2)

OBSERVAÇÃO: inclui peças dos índios Txikão (6)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Maria Heloísa Fénelon Costa

ANO DA COLETA: 1970

CONTEÚDO: 10 peças, do nº 38943 ao nº 38952. Cerâmica (6), trançados (1), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (2) e utensílios de madeira (1)

ETNIA: Mehináku (10)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Maria Helena Dias Monteiro

ANO DA COLETA: 1970

CONTEÚDO: 30 peças, do nº 38953 ao nº 38982. Cerâmica (11), trançados (3), adornos plumários (3), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (4), instrumentos musicais (3), utensílios de madeira (4) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (2)

ETNIAS: Waurá (11) e Yawalapití (19)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Michael Jouin

ANO DA COLETA: 1970

CONTEÚDO: 30 peças, do nº 39052 ao nº 39081. Trançados (6), adornos plumários (2), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (5), ins-

trumentos musicais (2), armas (5), utensílios de madeira (4), objetos rituais, mágicos e lúdicos (1) e amostras biológicas e de matéria-prima

ETNIAS: Kuikúro (19), Yawalapití (3) e Mehináku (1)

OBSERVAÇÃO: inclui peças dos índios Txikão (7)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Manoel Vital Fernandes

ANO DA COLETA: 1971

CONTEÚDO: 32 peças, do nº 39158 ao nº 39191. Cerâmica (4), trançados (4), cordões e tecidos (1), adornos plumários (7), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (4), armas (8), utensílios de madeira (2) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (2)

ETNIAS: Matipú-Nahukwá (26), Waurá (4) e Kalapalo (2)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Maria Helena Dias Monteiro

ANO DA COLETA: 1971

CONTEÚDO: 14 peças, do nº 39205 ao nº 39218. Cerâmica (1), trançados (5), adornos plumários (1), instrumentos musicais (1), armas (5) e utensílios de madeira (1)

ETNIAS: Yawalapití (13) e Waurá (1)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Anthony Seeger

ANO DA COLETA: 1972

CONTEÚDO: 61 peças, numeração descontínua. Trançados (8), cordões e tecidos (1), adornos plumários (7), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (20), utensílios de madeira (10) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (15)

ETNIA: Suyá (61)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Thomas Gregor

ANO DA COLETA: 1974

CONTEÚDO: 44 peças, do nº 39322 ao nº 39325 e do nº 39428 ao nº 39467. Zunidores (23), armas (14) e máscaras (7)

ETNIA: Mehináku (44)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Maria Helena Dias Monteiro

ANO DA COLETA: 1973 e 1974

CONTEÚDO: 72 peças, do nº 39468 ao nº 39539. Cerâmica (10), trançados (12), adornos plumários (11), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (2), instrumentos musicais (1), armas

(26), utensílios de madeira (8) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (2)

ETNIAS: Yawalapítí (60), Waurá (9), Kamayurá (2) e Mehináku (1)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Charlotte Emmerich

ANO DA COLETA: 1974

CONTEÚDO: 15 peças, do nº 39569 ao nº 39583. Miniaturas de bancos (15)

ETNIAS: Waurá (7), Yawalapítí (3) e Kalapalo (5)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Geraldo Pitaguary

ANO DA COLETA: 1981

CONTEÚDO: 7 peças, do nº 40989 ao nº 40998. Ce-

râmica (1), trançados (1), adornos plumários (2), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (2) e instrumentos musicais (1)

ETNIAS: não especificadas (3), Mehináku (2), Waurá (1) e Kamayurá (1)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Emilienne Marie Ireland

ANO DA COLETA: 1983

CONTEÚDO: 26 peças, do nº 41001 ao nº 41026. Cerâmica (11), trançados (4), adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador (1), utensílios de madeira (4) e máscaras (6)

ETNIA: Waurá (26)

FONTE: Levantamento *in loco*

1.2. MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Total de peças xinguanas: aproximadamente 920

Total de coleções: 5

COLEÇÃO: Cândido M.S. Rondon

ANO DE ENTRADA: 1923

CONTEÚDO: 41 peças, numeração descontínua. Cerâmica, armas e trançados

ETNIAS: Bakairi, Mehináku, Nahukwá e Waurá

FONTES: Levantamento preliminar *in loco*; Hartmann & Damy 1986

COLEÇÃO: Museu Dom José – Cuiabá/MT

ANO DE ENTRADA: 1947

CONTEÚDO: 264 peças, sendo 86 de origem xinguanas. Cerâmica, trançados, adornos plumários, indumentária e toucador, adornos de materiais ecléticos e armas

ETNIA: Mehináku (86)

OBSERVAÇÃO: A coleção do antigo Museu Dom José, formada entre 1930 e 1947, foi vendida, em 1947, ao Museu Paulista, sendo posteriormente transferida para o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, no início da década de 1990. Apenas alguns artefatos dessa coleção possuem a data exata da coleta.

FONTES: Levantamento preliminar *in loco*; Hartmann & Damy 1986

COLEÇÃO: E. Glawe

ANO DA COLETA: 1963

CONTEÚDO: 12 peças do nº 13469 ao nº 13480. Cerâmica, adornos, máscara e chocalho

ETNIAS: não especificadas

FONTE: Hartmann & Damy 1986

COLEÇÃO: Harald Schultz

ANO DA COLETA: 1964

CONTEÚDO: 669 peças do nº 11471 a 12140. Cerâmica, adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador, instrumentos musicais, armas, utensílios de madeira e objetos rituais, mágicos e lúdicos

ETNIA: Waurá (669)

FONTES: Levantamento preliminar *in loco*; Hartmann & Damy 1986

COLEÇÃO: M.D. Andreucci

ANO DA COLETA: 1974 e 1976

CONTEÚDO: 96 peças, do nº 13869 ao nº 13964. Cerâmica, cestaria, utensílios diversos, plumária e armas

ETNIAS: não especificadas

FONTE: Hartmann & Damy 1986

1.3. MUSEU DO ÍNDIO FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – RIO DE JANEIRO

Total de peças xinguanas: aproximadamente 470

Total de coleções: 6

COLEÇÃO: Pedro Lima

ANO DA COLETA: 1950 e 1952

CONTEÚDO: aproximadamente 90 peças. Cerâmica, trançados, adornos plumários, adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador, instrumentos musicais, armas, utensílios de madeira e objetos rituais, mágicos e lúdicos

ETNIAS: Waurá e Mehináku

OBSERVAÇÃO: inclui peças dos índios Txikão

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Eduardo Galvão

ANO DA COLETA: 1954

CONTEÚDO: 17 peças. Adornos de materiais ecléticos e plumários, uluris, pá de beiju, propulsor e pássaro esculpido

ETNIAS: não especificadas

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Irmãos Villas Boas

ANO DA COLETA: 1955

CONTEÚDO: 277 peças, do nº 6230 ao nº 6506. Cerâmica, trançados, cordões e tecidos, adornos plumários, adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador, instrumentos musicais, armas, utensílios de madeira e objetos rituais, mágicos e lúdicos

ETNIAS: Waurá, Mehináku, Yawalapíti, Kamayurá,

Awetí, Kalapalo, Kuikúro e Trumaí

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Gerhard Baer

ANO DA COLETA: 1959

CONTEÚDO: 55 peças. Cerâmica, trançados, cordões e tecidos, adornos plumários, adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador, instrumentos musicais, utensílios de madeira e objetos rituais, mágicos e lúdicos

ETNIAS: Kamayurá, Yawalapíti, Waurá, Kuikúro e Matipú

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Marechal Artur da Costa e Silva

ANO DE ENTRADA: 1969

CONTEÚDO: 29 peças, das quais 6 são xinguanas. Cerâmica, adornos plumários e trançados

ETNIA: Waurá (6)

FONTE: Levantamento *in loco*

COLEÇÃO: II Festival Latino Americano dos Povos Indígenas

ANO DE ENTRADA: 1987

CONTEÚDO: 3 peças. Cerâmica (1) e máscaras (2)

ETNIAS: Kuikúro (2) e Waurá (1)

FONTE: Levantamento *in loco*

1.4. MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Total de peças xinguanas: 452

Total de coleções: 3

COLEÇÃO: Mário Simões

ANO DA COLETA: 1963

CONTEÚDO: 216 peças (do nº 10645 ao nº 10859 e nº 11361), das quais 140 de origem xinguanas

ETNIAS: Kamayurá (45), Nahukuá (22), Waurá (20), Awetí (14), Suyá (13), Yawalapíti (7), Mehináku (6), Kalapalo (5), Kuikúro (4) e Trumaí (4)

OBSERVAÇÃO: inclui peças Kayabí (40), Juruna (20), Txukahamãe (15) e Txikão (1)

FONTE: Figueiredo & Rodrigues 1973

CONTEÚDO: 1 peça, nº 11297

ETNIA: Kamayurá (1)

FONTE: Figueiredo & Rodrigues 1973

COLEÇÃO: Eduardo Galvão & Protásio Friel

ANO DA COLETA: 1966 e 1967

CONTEÚDO: 569 peças (do nº 11435 ao nº 11615, do nº 11617 ao nº 11821, do nº 11841 ao nº 12023), das quais 140 de origem xinguanas

ETNIAS: Suyá (153), Kamayurá (118), Trumaí (22), Kalapalo (8), Kuikúro (7), Yawalapíti (2) e Mehináku (1)

COLEÇÃO: E. Fitkau

ANO DA COLETA: 1965

OBSERVAÇÃO: inclui peças dos índios Kayabí (166) Posto Diauarum (2)
Juruna (48), Txukahamãe (36), Txikão (6) e do **FONTE:** Figueiredo & Rodrigues 1973

1.5. GABINETE DE ETNOGRAFIA E ETNOLOGIA DO BRASIL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Total de peças xinguanas: 168
Total de coleções: 1

COLEÇÃO: Eduardo Galvão & Protásio Frikel maí (6), Kuikúro (5), Yawalapíti (3) e Mehináku (1)
ANO DA COLETA: 1966 **OBSERVAÇÃO:** inclui peças dos índios Kayabí (58),
CONTEÚDO: 255 peças, do nº 701 ao nº 946 Txukahamãe (20) e Juruna (9)
ETNIAS: Suyá (74), Kamayurá (71), Kalapalo (8), Tru- **FONTE:** Figueiredo & Rodrigues 1973

1.6. MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Total de peças xinguanas: 449
Total de coleções: 2

COLEÇÃO: Pedro Agostinho da Silva e Mehináku (1)
ANO DA COLETA: 1966 e 1969 **FONTE:** levantamento *in loco*
CONTEÚDO: 169 peças. Cerâmica (18), trançados (25), cordões e tecidos (7), adornos plumários (59), uluri (7), pente (1), “rabo de sucuri” (1), armas (15), flautas (4), zunidores (3), maracá (1), bastão (1), apito (1), utensílios de madeira (17) e objetos rituais, mágicos e lúdicos (9)
ETNIAS: Kamayurá (147), Waurá (17), Yawalapíti (4) **COLEÇÃO:** Aristóteles Barcelos Neto & Maria Ignez Mello
ANO DA COLETA: 1998
CONTEÚDO: 280 peças, coleção sistemática
ETNIAS: Waurá (271), Mehináku (8) e Kuikuru (1)
FONTE: levantamento *in loco*

1.7. MUSEU ANTROPOLÓGICO UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Total de peças xinguanas: aproximadamente 490
Total de coleções: 3

COLEÇÃO: Irmãos Villas Boas **ETNIAS:** Kamayurá e Waurá
ANO DA COLETA: 1969 **OBSERVAÇÃO:** inclui peças dos índios Txikão
CONTEÚDO: 38 peças. Cerâmica, armas e trançados **FONTE:** Levantamento *in loco*
ETNIAS: Waurá, Kuikúro e outras etnias xinguanas não especificadas
FONTE: Levantamento *in loco*
COLEÇÃO: Acary de Passos Oliveira **COLEÇÃO:** Acary de Passos Oliveira
ANO DA COLETA: 1969 **ANO DE ENTRADA:** 1979
CONTEÚDO: 150 peças. Cerâmica, trançados, adornos plumários, adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador, instrumentos musicais, armas, utensílios de madeira e objetos rituais, mágicos e lúdicos
CONTEÚDO: aproximadamente 300 peças xinguanas. Cerâmica, trançados, cordões e tecidos, adornos plumários, adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador, instrumentos musicais, armas, utensílios de madeira e objetos rituais, mágicos e lúdicos

ETNIAS: Kamayurá, Mehináku, Waurá e outras etnias xinguanas não especificadas

OBSERVAÇÕES: a coleção Acary de Passos Oliveira, adquirida pelo Museu Antropológico da UFG em 1979, foi formada ao longo de seu trabalho indigenista no Brasil Central, entre 1947 e 1979. Ape-

nas algumas peças xinguanas da coleção possuem a data precisa da coleta em campo. Um grande volume de peças provenientes de outros grupos indígenas do Brasil Central integra o restante da coleção, que ultrapassa 2000 peças.

FONTE: Levantamento *in loco*

1.8. MUSEU UNIVERSITÁRIO PROF. OSWALDO RODRIGUES CABRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Total de peças xinguanas: 6

Total de coleções: 2

COLEÇÃO: peças adquiridas na Artíndia - FUNAI e na Casa do Amazonas - SP

ANO DE ENTRADA: 1988

CONTEÚDO: 4 peças. Pás de beiju (2), colar (1) e coifa de plumas (1)

ETNIA: Kamayurá (4)

FONTE: levantamento *in loco*

COLEÇÃO: Luiz Philipe

ANO DE COLETA: 1990

CONTEÚDO: 2 peças. Cerâmica zoomorfa (1) e cabaça (1)

ETNIA: Waurá (2)

FONTE: levantamento *in loco*

1.9. COLEÇÕES PARTICULARES

COLEÇÃO: Berta Ribeiro – Rio de Janeiro

ANO DA COLETA: 1976

CONTEÚDO: o total de peças coletado não foi referido pela antropóloga. Existem referências da aquisição de alguns cestos *mayaku* entre os Yawalapíti e os Kamayurá

FONTE: Ribeiro 1979, 1993

COLEÇÃO: Vera Penteadó Coelho – São Paulo

ANO DA COLETA: 1978

CONTEÚDO: aproximadamente 20 peças

ETNIA: Waurá (20)

FONTE: Informação pessoal

COLEÇÃO: Vera Penteadó Coelho – São Paulo

ANO DA COLETA: 1980

CONTEÚDO: 181 peças. Cerâmica, trançados, pás

de beiju, paus de cavar, máscaras, zunidores, bancos, pentes, adornos e armas

ETNIA: Waurá (181)

FONTES: Levantamento *in loco*; Coelho 1993

COLEÇÃO: Rosa Maria Costa – Salvador

ANO DA COLETA: década de 1980

CONTEÚDO: 66 peças. Cerâmica (13), tipóias para carregar criança (2), cesto *tapaka* (1), cesto liso (1), peneiras (2), esteiras *tuavi* (8), arcos (3), flechas (11), banco (1), braçadeira de penas (1), brincos emplumados (3 pares), pentes (4), botoques (2), colares de caramujo (6), colares de tucum e de dente de macaco (4), pulseiras de miçangas (4)

ETNIAS: Suyá (28), Waurá (13), Kamayurá (12), Kalapalo (7), Trumai (4) e Kuikúru (2)

FONTE: ANAÍ – Bahia

2. COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS DO ALTO XINGU EM MUSEUS DA EUROPA

COLEÇÃO: Karl von den Steinen

ANO DA COLETA: 1884

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia de Berlim – Alemanha

CONTEÚDO: Originalmente a coleção contava com 270 peças, das quais restam apenas 87

ETNIAS: Suyá (46), Bakairi (24), Juruna (11) e os seis artefatos restantes são provenientes dos Kustenau, Kamayurá e Trumai

FONTES: Hartmann 1993: 158-159

COLEÇÃO: Karl von den Steinen

ANO DA COLETA: 1887

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia de Berlim – Alemanha

CONTEÚDO: Originalmente a coleção possuía 1235 peças xinguanas, das quais restam atualmente 342. Cerâmica, trançados, cordões e tecidos, adornos plumários, adornos de materiais ecléticos, instrumentária e toucador, instrumentos musicais, armas, utensílios de madeira, objetos rituais, mágicos e lúdicos

ETNIAS: Bakairi (118), Mehináku (87), Awetĩ (59), Kamayurá (48), Trumai (18) e Suyá (12)

FONTES: Hartmann 1993: 159-161

COLEÇÃO: Hermann Meyer

ANO DA COLETA: 1896 e 1898-99

INSTITUIÇÕES: as peças estão distribuídas entre os Museus Etnológicos de Berlim, Stuttgart, Leipzig (Alemanha) e São Petersburgo (Rússia)

CONTEÚDO: originalmente por volta de 1700 peças provenientes de duas expedições ao Alto Xingu

ETNIAS: Kamayurá, Awetĩ, Nahukwá, Trumai, Bakairi

FONTES: Hartmann 1986, 1993 e Schaden 1993

COLEÇÃO: Alfred Mansfeld

ANO DA COLETA: 1898-99

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia de Dresden – Alemanha

CONTEÚDO: 21 peças. Armas, adornos plumários, trançados, rede de dormir e artefatos de usos diversos

ETNIAS: Awetĩ, Kamayurá, Mehináku e Trumai

FONTES: Dorta 1992: 507

COLEÇÃO: Max Schmidt

ANO DA COLETA: 1901 e 1927

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia de Berlim – Alemanha

CONTEÚDO: aproximadamente 200 peças

ETNIAS: Bakairi, Nahukwá, Mehináku, Awetĩ e Waurá

FONTES: Hartmann 1986, 1993

COLEÇÃO: H. Hintermann

ANO DA COLETA: 1924

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia da Universidade de Zurique – Suíça

CONTEÚDO: 233 peças. Cerâmica, instrumentos musicais, adornos, armas, brinquedos, utensílios diversos

ETNIA: Bakairi

OBSERVAÇÃO: a coleção também inclui peças Jívaro, Napo e Tena

FONTES: Dorta 1992: 512

COLEÇÃO: Gerhard Baer

ANO DA COLETA: 1955

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia de Basiléia – Suíça

CONTEÚDO: 331 peças

ETNIAS: Kamayurá, Mehináku, Waurá e Yawalapíti

OBSERVAÇÃO: a coleção também inclui peças Xavante

FONTES: Dorta 1992: 518

COLEÇÃO: Victor e Françoise Bandeira

ANO DA COLETA: 1964-65

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia do Ultramar – Lisboa – Portugal

CONTEÚDO: 65 peças; numeração descontínua. Cerâmica (16), trançados (3), cinto de tecido (1), rede (1), adornos plumários (2), “rabo de sucuri” (2), colar de conchas (1), pentes (2), pás de beiju (3), fuso de fiar (1), cabaças (4), mão-de-pilão (1), pilão de pedra (1), armas (2), flautas “Uruá” (2), zunidores (5) e máscaras (18)

ETNIAS: Kamayurá (39), Waurá (16), Mehináku (6), Yawalapíti (3) e Kuikúro (1)

FONTES: Dias & Oliveira 1966

COLEÇÃO: L. Boglar

ANO DA COLETA: 1980-81

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia de Dresden – Alemanha

CONTEÚDO: 2 máscaras

ETNIA: Kalapalo (2)

FONTE: Kästner, 1990

COLEÇÃO: Günther Hartmann

ANO DA COLETA: 1983

INSTITUIÇÃO: Museu de Etnologia de Berlim – Alemanha

CONTEÚDO: Coleção sistemática

ETNIAS: Kamayurá, Awetí, Mehináku, Waurá, Yawalapíti, Kalapalo, Kuikúro, Matipú-Nahukwá, Trumái e Txikão

FONTE: Hartmann, 1986

3. COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS DO ALTO XINGU EM MUSEUS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

COLEÇÃO: Vincent Petrullo

ANO DA COLETA: 1931

INSTITUIÇÃO: University Museum of Philadelphia

CONTEÚDO: 23 peças. Flechas (16), arco (1), rede (1), brinco (1), colares (2) e vasilhas de cerâmica (2)

ETNIA: Waurá (23)

FONTE: Krause, 1936

INSTITUIÇÃO: National Museum of Natural History – Smithsonian Institution

CONTEÚDO: três conjuntos completos de indumentária ritual, sendo dois da cerimônia de Kwāhāhālu e um da cerimônia de Sapukuyawá. A Coleção inclui material documental de campo constituído por duas fitas cassetes e 57 slides fotográficos.

ETNIA: Waurá

FONTE: Ireland, 1985

COLEÇÃO: Robert Carneiro

ANO DA COLETA: 1953-4

INSTITUIÇÃO: American Museum of Natural History – Nova York

CONTEÚDO: Aproximadamente 220 peças, coleção sistemática

ETNIA: Kuikúro

FONTE: Informação pessoal

COLEÇÃO: Michael Heckenberger

ANO DA COLETA: 1993

INSTITUIÇÃO: Carnegie Museum of Natural History – University of Pittsburg

CONTEÚDO: Aproximadamente 180 peças, coleção sistemática

ETNIAS: Kuikúro e Waurá

FONTE: Informação pessoal

COLEÇÃO: Emilienne Marie Ireland

ANO DA COLETA: 1983

BARCELOS NETO, A. Ethnographic collections from the Upper Xingu river: 1884-1998. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 239-255, 1999.

ABSTRACT: This article approaches the formation of Xingu collections since the first German expeditions. It also points out some present problems concerning the acquisition, conservation, documentation, and research of Xingu collections.

UNITERMS: History of ethnographic collections – Acquisition policy – Material culture – Upper Xingu Indians.

Referências bibliográficas

- BARCELOS NETO, A.
1994a *Índios do Brasil Central, Catálogo de exposição*. Salvador: Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA.
1994b Documentação e pesquisa da coleção etnográfica do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. Relatório anual de pesquisa apresentado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA. Salvador. (digit.)
1995 O grafismo xinguno: seus motivos de composição decorativa. Relatório anual de pesquisa apresentado ao PIBIC/CNPq/UFBA. Salvador. (digit.)
1999 *Arte, Estética e Cosmologia entre os Índios Waurá da Amazônia Meridional*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC.
- CARVALHO, M.R.; AGOSTINHO, P.; BARCELOS NETO, A.
1999 Mitologia, Ritual, Cosmologia e Xamanismo nas Áreas do Alto Xingu Meridional e Juruá-Purus (Amazônia Ocidental). Projeto Integrado de Pesquisa apresentado ao CNPq. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- COELHO, V.P.
1993 Motivos Geométricos na Arte Waurá. V.P. Coelho (Org.) *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo, EDUSP: 591-629.
- DIAS, J.; OLIVEIRA, E.V. de
1966 *Arte do Índio Brasileiro*. Catálogo da exposição promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian sob os auspícios e com a colaboração da Embaixada do Brasil em Lisboa. Lisboa: Sociedade Nacional de Belas Artes.
- DORTA, S.F.
1992 Coleções Etnográficas: 1650-1955. M.C. da Cunha (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras: 501-528.
- EHRENREICH, P.
1890 Mitteilungen über die zweite Xingu-Expedition in Brasilien. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 22.
- FIGUEIREDO, N.; RODRIGUES, I.
1973 As coleções etnográficas em Belém (Pa). *O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário*, publicações avulsas nº 20. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: 143-162.
- GRUPIONI, L.D.B. (Org.)
1994 *Índios no Brasil*. Brasília: MEC.
- GUSS, D.
1989 *To weave and sing: art symbol, and narrative in the South American rain forest*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- HARTMANN, T.
1976 Cultura Material e Etnohistória. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 23: 75-197.
- HARTMANN, T.; DAMY, A.S.
1986 As coleções do Museu Paulista: composição e história. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, N.S., 31: 220-272.
- HARTMANN, G.
1986 *Xingú: Unter Indianern in Zentral-Brasilien. Zur einhundertjährigen Wiederkehr der Erforschung des Rio Xingu durch Karl von den Steinen – Katalog zur Sonderausstellung*. Berlin: Reimer.
1993 As coleções de Karl von den Steinen no Museu Etnológico de Berlin. V.P. Coelho (Org.) *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo, EDUSP:153-179.
- IRELAND, E.M.
1985 Kwähāhalu and Sapukuyawa Cerimonial Masks. Description of artifacts collected in the Waurá village, Xingu National Park, Mato Grosso, Brazil on April 8, 1983. Report submitted to the National Museum of Natural History, Smithsonian Institution. Washington.
- KOCH-GRÜNBERG, Th.
1902 Reise in Mato Grosso. Expedition in das Quellgebiet des Schingu, 1899. *Mitteilungen der KK Geogr. Gesellschaft in Wien*. Wien: 332-35.
- KRAUSE, F.
1936a Die Waurá-Indianer des Schingú-Quellgebietes, Zentral-Brasilien. *Mitteilungsblatt der Gesellschaft für Völkerkunde*, Heft 7, Juni. Leipzig: 14-31.
1936b Die Yarumá- und Arawine-Indianer Zentral-Brasiliens. *Baessler-Archiv*, Berlin, 19: 32-44.
1937 Forschungsaufgaben im Schingú-Quellgebiet, Zentralbrasilien. *Tagungsbericht der Gesellschaft für Völkerkunde, II Tagung 1936 in Leipzig*, Leipzig: 150-172.
1939 Gegenstände der Waurá-Indianer, Schingú Quellgebiet, Zentral-Brasilien. *Mitteilungsblatt der Deutschen Gessellschaft für Völkerkunde*, Leipzig, 9: 25-40.
1942 Grossmasken in Schinguquellgebiet, Zentralbrasilien. *Mitteilungsblatt der Deutschen Gesellschaft für Völkerkunde*, Leipzig, 11: 3-19.
- KRUSCHE, R.
1977 Unpublished Material on the Ethnography of the Upper Xingu Region (Mato Grosso, Brazil). *Jahrbuch des Museum für Völkerkunde zu Leipzig*, 31. Berlin: Akademie Verlag.
- MEYER, H.
1896 *Tagbuch meiner Brasilienreise, 1896*. Heft eins. Leipzig
1897a *Tagbuch meiner Brasilienreise, 1896*. Heft zwei. Leipzig
1897b Über seine Expedition nach Central-Brasilien. *Sonderdruck aus der Verhandlungen der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Berlin, 3.
1897c Im Quellgebiet des Schingu. Landschafts und Völkerbilder aus Centralbrasilien. *Gesellschaft*

- Deutscher naturforscher und Ärzte, Verhandlungen 1897. Allgemeiner Theil.* Leipzig.
- 1897d Meine Reise nach Brasilien. *Deutsche Kolonial-Gesellschaft. Abteilung Berlin- Charlottenburg. Verhandlungen 1896/97.* Heft 5, Berlin.
- 1898 Bows and arrows in Central Brazil. *Rep. Smithsonian Institution*, 20: 549-91. Washington.
- 1899a Über seine zweite Reise in Zentral-Brasilien. *Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, 26: 261-265. Berlin.
- 1899b Nos arredores das fontes do Xingú. Paizagens e povos do Brazil Central. *Revista Brasileira*, v. 5, tomo 17, fasc. 87. Rio de Janeiro: 302-318.
- 1900 Bericht über seine zweite Xingu-Expedition. *Verhandlungen der Gessellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Berlin, 2/3: 112-128.
- 1906 Über die Kunst der Xingú-Indianer. *Internationalen Amerikanisten-Kongress (Vierzehnte Tagung, Stuttgart, 1904)*. Stuttgart: 455-471.
- NEWTON, D.
- 1987 Cultura Material e História Cultural. D. Ribeiro (Ed.); B. Ribeiro (Coord.) *Suma Etnológica Brasileira*, v. 2 – Tecnologia Indígena. Petrópolis, Vozes: 15-25. (2ª edição).
- RIBEIRO, B.
- 1979 *Diário do Xingu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1986 Os estudos de cultura material: propósitos e métodos. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 30: 13-41.
- 1987 Museu do Índio, Brasília. *Cadernos Rio Arte*, Rio de Janeiro, 7.
- 1988 *Dicionário do Artesanato Indígena*. São Paulo: EDUSP
- 1989 Museus e memória: reflexões sobre o colecionamento. *Ciência em Museus*, Belém, 1(2): 109-122.
- 1993 Os Padrões Ornamentais do Trançado e a Arte Decorativa dos Índios do Alto Xingu. V.P. Coelho (Org.) *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP: 563-589.
- 1995 *Os Índios das Águas Pretas. Modo de Produção e Equipamento Produtivo*. São Paulo: EDUSP/ Companhia das Letras.
- RIBEIRO, B.; VELTHEM, L.H. van
- 1992 Coleções Etnográficas: documentos materiais para a História Indígena. M.C. da Cunha (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: 103-112.
- SCHADEN, E.
- 1993 Pioneiros Alemães da Exploração Etnológica do Alto Xingu. V.P. Coelho (Org.) *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP: 109-130.
- SCHMIDT, M.
- 1905 *Indianerstudien in ZentralBrasilien. Erlebnisse und ethnologische Ergebnisse einer reise in den Jahren 1900-1901*. Berlin.
- STEINEN, K. von den
- 1885a Die Schingú-Indianer in Brasilien. *Verhandlungen der Berliner Gessellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*, Berlin.
- 1885b Erforschung des rio Xingu. *Verhandlungen der Berliner Gessellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Berlin, 12: 216-228.
- 1885c Die Sammlung der Schingú-Expedition. *Original-Mitteilungen aus der Ethnologischen Abteilung der Koniglichem Museen zu Berlin*.
- 1886 *Durch Central Brasilien*. Leipzig: Brockhaus.
- 1892 *Die Bakairi-Sprache*. Leipzig: K. F. Koehler's Antiquarium.
- 1894 *Unter den Naturvölkern Central-Brasiliens*. Berlin: Dietrich Reimer.
- 1906 Dr. Max Schmidt: Indianerstudien in Centralbrasilien. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 1-2.
- STURTEVANT, W.C.
- 1969 Does Anthropology Need Museums? *Proceedings of the Biological Society of Washington*, Washington, Smithsonian Institution, 82: 619-650.
- VELTHEM, L.H. van
- 1995 *O Belo é a Fera. A estética da produção e da predação entre os Wayana*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- VERSWIJVER, G.
- 1987 Analyse Comparative de la Parure Nahua: Similitudes et différences. *Bulletin Annuel du Musée d'Ethnographie de Genève*, Genève, 29: 23-67.
- VIDAL, L.
- 1997a *Arte e Seus Múltiplos Mundos*. Comunicação apresentada no Seminário "Cultura, Imagens e Representações", realizado durante a exposição "Memórias da Amazônia: Expressões de Identidade e Afirmação e Étnica", Manaus, Centro Cultural Palácio Rio Negro, 28 de maio a 3 de junho.
- 1997b *A Antropologia Amazônica: A Superação das Dicotomias*. Comunicação apresentada no Seminário "Eduardo Galvão", Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- VIDAL, L.; LOPES DA SILVA, A.
- 1995 O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. A.L. da Silva; L. Grupioni (Orgs.) *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO: 369-402.

Estudos Bibliográficos

JURUPARY ARTICULA O ESPAÇO DOS TÁRIA E A CIÊNCIA DA AMÉRICA TROPICAL

Gordon Brotherston*

Desde a sua publicação em 1890, a 'lenda' do Jurupary na versão italiana de Stradelli tem provocado as reações mais diversas, quando não contraditórias. Por um lado, o texto é reconhecido como uma obra prima cosmogônica, de grande sofisticação literária, comparável com o *Popol vuh* da Mesoamérica. Por outro lado, foi criticado como pretencioso, literário no mau sentido da palavra, e no melhor dos casos como apenas um fator secundário no 'complexo' mítico do Jurupary e das culturas representadas por este personagem.

De toda a forma, a *Leggenda*¹ do Conde Ermanno Stradelli permanece como um dos primeiros textos a oferecer uma versão extensa e bem articulada do gênese amazônico. Ele parte da experiência específica dos tária e de outros grupos assentados nos rios Uçana e Uaupés, na região geral do Rio Negro onde é mais conhecido o Jurupary, para elaborar um verdadeiro esquema das origens, que atinge tanto práticas culturais como os movimentos do cosmos.

Características do texto

Não há dúvida de que a *Leggenda* no italiano de Stradelli resultou da tradução de outro texto prévio coletado pelo indígena da região Max Roberto e escrito por ele na língua geral nheengatu, o qual agora se crê perdido. Também é seguro que a versão nheengatu teria tornado patente a complexidade linguístico-cultural da região, sobretudo com respeito ao tucano falado pelos tária, grupo originariamente arauaco ao qual pertence este relato do Jurupary e com o qual colaborou Max. Outros exemplos do trabalho em nheengatu de Max, sobrinho do tuxaua tária e de um índio manau, lou-

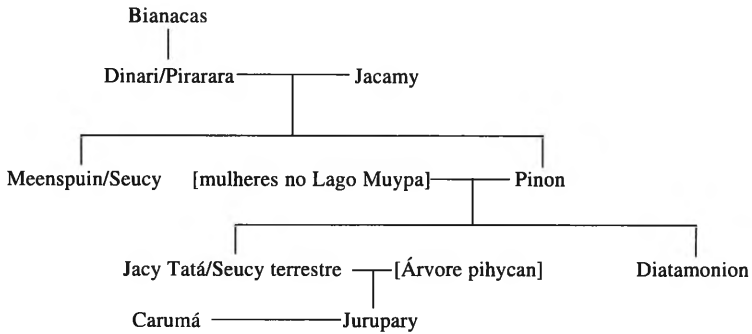
vado por todos os que o conheciam e que trabalharam com ele, sobrevivem em publicações feitas por Barbosa Rodrigues e Brandão de Amorim, e pelo próprio Stradelli, nos seus *Vocabulários* de 1929.

Quaisquer que sejam as interferências literárias feitas pelo Conde Stradelli em nome do 'bom gosto' do século passado, a *Leggenda* publicada por ele tem propriedades-chaves que dificilmente se poderiam atribuir apenas à sua invenção. O texto possui uma assombrosa riqueza léxica, comprovada até mesmo pelos nomes próprios, que apela tanto ao nheengatu de Max como ao tucano, ao arauaco, e às outras falas dessa região intensamente multilíngue. O nome alternativo da primeira Seucy, Meenspuin, remete à sua ascendência cubeua, enquanto que o do seu irmão Pinon é tucano. O nome Ualri, que identifica o personagem encarregado da construção da maloca ocidental do Jurupary no rio Aiary, tem significado precisamente na língua arauaco daquele lugar (o baniwa) e quer dizer tamanduá, animal cujo suposto comportamento libidinoso aponta para o do próprio Ualri. Como para confirmar esta ordem de federalismo linguístico, Jurupary escolhe termos respectivamente de mais de dez falas e dialetos locais ao batizar os vários instrumentos do seu culto (pp. 41-2).

Além disso, o texto tem uma estrutura tão habilmente elaborada que a sua sutileza escapou a mais de um crítico. Técnicas xamânicas permitem a certos personagens (e por isso, ao leitor) saber o que está acontecendo em outra parte, produzindo narrativas paralelas (pp. 27, 45-6). Marcos sucessivos contêm a história central de Pinon e os níveis de tempo nela implícitos (pp. 30-40). Também é usada a técnica da identificação adiada: só com base em pistas ocultas espalhadas pela narrativa pode o leitor reconstruir a verdadeira genealogia de Jurupary e saber que a sua mãe, a Seucy terrestre, filha de uma das mulheres fecundadas no lago Muypa, tem que ser idêntica à Jacy Tatá, filha de Pinon e a estrela matutina (isto é, Vênus):

(*) University of Essex, Inglaterra; Stanford University, EUA.

(1) *Leggenda dell'Jurupary*, Stradelli 1964. A tradução ao português, editada por Sérgio Medeiros, vai aparecer em 2001 pela Editora Perspectiva, São Paulo.



Tais são as indicações que dá Jurupary ao terminar de contar a história de Pinon,² as quais são corroboradas numericamente pelo fato de que as gravidezes da linha genealógica que une a mãe de Pinon (Dinari) à mãe de Jacy Tatá e à mãe de Jurupary são medidas cada uma como dez luas (dieci lune). Esta complexidade vem acompanhada também de uma certa reflexividade, de uma auto-consciência na qual o texto se constrói à medida que constrói o mundo dos tária.

É de suma importância lembrar que foram precisamente estas qualidades literárias do texto que levaram Lévi-Strauss a excluí-lo do seu estudo compreensivo da mitologia oral da América do Sul, *Mythologiques*, e a insinuar que esta ordem de sofisticação poderia ter que ver com a longa e rica tradição arqueológica da região. Mais recentemente, Patrice Bidou (1989: 65-6) cita esta opinião de Lévi-Strauss para fundamentar o seu próprio estudo da complexidade formal da *Leggenda*, enquanto que a arqueologia está provendo datas para a cerâmica do Uaupés que remontam a até 3000 anos.³

A dimensão geo-histórica

O motivo ostensivo da história do Jurupary é bem reconhecido. A sua ressonância social e polí-

tica na região do Içana-Uaupés foi amplamente comentada, sobretudo no sensível e erudito estudo de Hugh-Jones (1979). No caso do texto de Roberto-Stradelli, a vida do herói Jurupary dá validade a certos privilégios masculinos dentro da sociedade tária. A partir de desajustes demográficos entre homens e mulheres, surgem brigas e complicações endógamas que envolvem outras tribos e são finalmente resolvidas graças ao exemplo político do Jurupary e às regras ('leis') que emite, relativas ao comportamento social e à prática especializada da música.⁴ Este é um tema muito generalizado na América indígena, elaborado em textos de povos tão distantes como os navaho de Anasazi e os selknam da Patagônia, e que recebe aqui um tratamento distintivo por parte dos que inventaram o Jurupary, sendo implantado no detalhe geo-histórico daquela região (Hill 1993). Desta forma, ouvimos sobre as serras Tenui (lar dos tária), Canuke, Duba e Marubitena; os lagos Muypa, Cudiary e Micura; os rios Aiary, Içana, Uaupés e Caruma; as cachoeiras Nosque Busca e Jurupary; as terras e malocas dos Nunuiaba, Cudiacury, Bianacas, Ilapay e Naruna.

Por sua parte, Câmara Cascudo explica como o Jurupary serve de fundamento político para a carreira subsequente de Buopé, que lega o seu nome ao rio e ao povo chamado Uaupés no Brasil e Vau-pés na Colômbia. Depois de uma série de atividades militares, este Buopé estabelece os três centros tários em Jauarete, Ipanoré e Taracua, e funda a linha de tuxauas à qual pertence, nove gerações mais

(2) 'Pinon...fu il secondo paié del mondo. L'ultimo giorno ch'egli stette sulla terra, fu quello in cui fecondò le vostri madri, da cui pure discendo' (p.40). A associação entre a sua filha Jacy Tatá ou Vênus e a 'Seucy della Terra', filha do pajé que fecundou as mulheres no lago Muypa, é corroborada pelo fato de que ela chegou 'all'età dei primi amori tanto pura come la stella del mattino' [isto é, Vênus] (p.16).

(3) Neves 1997. Devo a Eduardo Neves vários dados e uma orientação geral com respeito às culturas do Uaupés.

(4) O significado dos instrumentos de Jurupary, notado já por A.R.Wallace no seu *Travels on the Amazon and Rio Negro* (Londres 1853), constitui o tema principal do estudo de Hugh-Jones (1979). Os comentários de Hugh-Jones foram importantes para a preparação do presente artigo.

tarde, Max Roberto. A estratégia e os detalhes precisos correspondem ao que o texto dos vizinhos desana, *Antes o mundo não existia* (Umasin 1995), nos diz dos assentamentos do Uaupés e do papel dos fundadores ‘trovões’ termo equivalente a ‘tária’ Câmara Cascudo também nos ensina a deduzir do texto da *Leggenda* referências ao âmbito maior da história do Jurupary, para localizá-la num território que hoje abarca a Venezuela ao leste e os estados andinos no oeste.

Examinando o texto e lembrando a lógica da sua estrutura, vemos de fato que propõe dois modelos geo-históricos, um em escala local (p. 20) e outro em escala mais ampla (p. 38), que derivam dos elos maternos que caracterizam respectivamente a Jurupary e ao seu ancestral Pinon. No primeiro caso, a mãe de Jurupary, petrificada graças à ação do próprio filho, fica como sinal definitivo do território tária. Com a cara voltada para o leste, estende a mão ‘do coração’ ou esquerda para o norte e o lago Muypa, onde se banhava a constelação das Plêiades e onde foi concebida a própria mãe. Estende a outra mão para o sul e para a árvore da fruta pihycan, onde ela concebeu Jurupary. Modesto mas preciso, este modelo dá um significado muito útil ao espaço da antiga história tária, além de estabelecer uma série de oposições direcionais e lógicas e permitir uma correlação com o segundo modelo, o de Pinon.

Apesar de toda a preocupação de Pinon, sua mãe abandona a família depois de o seu marido Jacamy ser morto pelos próprios filhos (Pinon e Seucy), e viaja para longe, até as montanhas altíssimas do ocidente. Desesperado por não poder encontrá-la, Pinon organiza uma série de expedições que partem do centro mesmo do território, o momento equatorial no curso do Uaupés onde não se tem sombra ao meio-dia. Num desenho feito para este propósito, define as direções que se deveriam seguir, ou seja, as quatro do modelo da mãe de Jurupary, mais outras quatro intermediárias. Cada um dos oito roteiros que saem do centro deve ser seguido por uma equipe de cinco homens casados, e a configuração total é chamada de a dos ‘cepos do mundo’. Mais tarde saem expedições de mulheres, nove no total, sendo todos estes números pertencentes à definição celestial do espaço.

Estes modelos, tão claros na experiência de Jurupary e de Pinon, ajudam a compreender o seu território como intermediário entre montanhas orientais e ocidentais. Jurupary termina seus dias nas

primeiras, quando vai à procura da aurora, e sua companheira Carumá vira lago e rio. Nesta área se levantam as serras de Pacaraima que se estendem até Roraima, a anexa geografia intimamente descrita em *Watunna* (Civrieux 1992), gênese caribe dos makiritare que lembra repetidamente a da história de Jurupary, e que menciona um lago (Akuena) com as qualidades restaurativas do de Carumá. A continuidade cultural do território tária com estas regiões orientais é facilmente comprovável numa comparação entre a *Leggenda* e clássicos de Pacaraima como *Watunna*. Em ambos encontramos a árvore que conectava céu e terra, a lua masculina e incestuosa, a visão privilegiada do pajé ou xamã, metamorfoses incessantes, cachoeiras mágicas, e muito mais.

Chamadas de ‘a serra das pedras brancas’ as montanhas do oeste são tão altas que parecem tocar o céu: é lá que Pinon encontra a passagem ao céu para a sua irmã Meenspuin; e é lá que é transformada em outro lago a sua mãe perdida.⁵ Estudos prévios já detetaram vestígios andinos na história de Jurupary, entre eles a sua atuação como herói patriarcal e solar que anda pela paisagem dispensando leis ao estilo de um Viracocha inca ou um Bochica chibcha, notavelmente na cena depois da ‘orgia’, quando obriga um dos seus a se casar com a mulher que violara. Outros indícios incluem a casa para mulheres que inaugura segundo o modelo do accla huasi inca, e a aguda preocupação que tem Pinon com a virgindade da sua irmã Meenspuin. Num plano americano, esta ordem de protecionismo e supremacia masculinos parece estar intimamente ligada à economia e à ideologia do pastoreio, fenômeno limitado aos Andes antes da chegada de Colombo.

Ainda mais eloqüentes são certos detalhes aritméticos e calendários que dificilmente poderiam ter outra origem. A base numérica usada para contar os anos da busca da mãe de Pinon (1, 2, 10, muitos) é claramente decimal, como era a da aritmética inca e chibcha, diferentemente das bases binária e vigesimal mais características da Amé-

(5) Em termos zoológicos, o âmbito cultural protagonizado por Jurupary corresponde ao habitat da ave que era o seu bisavô, o jacamy ou ‘passaro trombeteiro’ (Psophia; ver abaixo), o qual se estende da Guiana até os Andes, sempre ao norte do Amazonas. Agradeço a David Attenborough a amabilidade de ter compartilhado os seus vivos conhecimentos sobre esta ave.

rica tropical (Closs 1985): entre os caribe de Pacaraima e os maia da Mesoamérica, por exemplo, a palavra para homem é sinônima do vinte dos seus dedos da mão e do pé. Como veremos, o princípio decimal na *Leggenda* até se combina com o contar das fases da lua sideral, outro diagnóstico do calendário inca. Em outro momento, os cinco homens mandados a Aiary (entre eles Ualpi) para construir a maloca de Jurupary cumprem esta tarefa em três dias, o equivalente a quinze dias de trabalho. Assim deixam livres outros quinze dias, período conhecido como o 'meio mês'. Segundo o testemunho de vários textos de Tahuantinsuyu, este mesmo período era diagnóstico do calendário imposto pelos inca. Ao falar da sujeição das tribos da floresta tropical e da função que tiveram nela cálculos feitos nos cordéis do quipu, a peça de teatro quechua *Ollantay* faz exatamente a mesma definição do número calendárico quinze. A partir destes indícios é legítimo ver na *Leggenda* reminiscências andinas do tipo que tão abundantemente aparecem em outros textos da Amazônia ocidental, por exemplo entre os campa, os shipibo-conibo, e até entre os guarani do Paraguai.⁶ Reichel-Dolmatoff (1971: 253) transcreve um relato desana sobre como chegaram ao Uaupés as técnicas andinas da ouriversaria.

Ao relatar o 'mito' de Jurupary e ao constatar a sua importância sincrônica e simbólica, o texto traduzido por Stradelli não deixa por isso de localizá-lo firmemente num espaço que compreende a história mais e menos recente dos tária.

O entendimento das formas vitais

Ninguém soube melhor que Reichel-Dolmatoff pesquisar o meio ambiente que une *Jurupary*, *Watunna*, *Antes o mundo não existia* e vários ou-

tros textos que provêm daquela parte da América tropical (1971, 1989, 1996). É lendária a sua capacidade para revelar as lógicas e epistemologias cifradas em relatos que aparentemente aludem só de passagem às vidas das plantas, dos insetos e dos vertebrados. No caso de Jurupary, ele se sobressai ao expor os profundos elos entre a vida sexual das palmeiras, forma terminal que assumiu Ualpi, e os costumes e a imaginação tárias; fala também de elos ainda mais cósmicos, entre estas mesmas árvores e as Plêiades, matéria que deu título ao livro de Hugh-Jones, *The Palm and the Pleiades*. Ainda que se concentre em versões paralelas da história do Jurupary, para ele mais próximas da imaginação indígena, Reichel-Dolmatoff descobre toda uma série de conexões deste tipo também na *Leggenda* de Stradelli. A própria densidade da sua leitura biológica nos anima agora a continuá-la, respeitando em primeiro lugar o conjunto de referências textuais ao conceito da reprodução dos vertebrados.

No relato do Pinon, cujo marco formal é definido pelo fato de ser contado, num momento dado da *Leggenda*, pelo próprio Jurupary, o enfoque biológico neste sentido é a família nuclear a que pertence este personagem. O pai do Pinon é um dos Jacamy, povo de aves loquazes, altamente domesticáveis, e leais no afeto, que tem os seus próprios costumes e até parlamento: são os jacami da família Psophia, também chamados de agami ou aves trombeteiras. Ao casar com ele, a mãe Dinari ('ave preta') assume também a forma de uma ave jacami, e quando fica grávida eles preparam um ninho para os futuros filhos. Mas ao começar a dar à luz sente dores anormais e readota a forma anterior, explicando que não é anatomicamente capaz de "parir" ovos. Ainda assim, os filhos gêmeos saem como ofídios, o sucuri Pinon e sua irmã Meenspuin, 'fogocobra'. Ao final do episódio a mãe Dinari recebe uma identidade e um nome definitivos, o da 'piraarara' ou peixe-ave (arara), que amplia os termos do mesmo registro zoológico. Porém, este episódio da família de Pinon estabelece relações genéticas entre os que na sucessão evolutiva são os vertebrados peixe, ofídio e ave, e explicitamente toca na distinção entre ovíparos e vivíparos; e a genealogia estabelecida desta maneira continua na história dos mamíferos e humanos protagonizada por Jurupary.

A filha de Pinon é a mãe de Jurupary. Concebe-o quando lhe entra na vagina o suco da fruta pihycan jogada ao chão por alguns macacos, que nas versões paralelas se masturbam para substituir

(6) No contexto cultural estabelecido por Lathrap (1970), a questão dos contatos com os Andes aparece em Brotherston 1997: 450-451, que também toca (p. 259) na imposição do 'meio mês' inca – *chicta quilla* –, segundo a *Nueva corónica* de Guaman Poma (1613) e o Manuscrito de Huaro-chiri (1605). R.T. Zuidema aborda o tema do mês sideral em 'Catachillay: The Role of the Pleiades...in the Calendar of the Incas', Aveni & Urton 1982: 203-230; e em 'Towards a General Andean star calendar in ancient Peru', Aveni & Brotherston 1983: 235-60. Para o caso dos machiguenga, ver Sá 1997. Viajantes do século 18 viram tárias ornamentados de ouro no estilo andino (Orjuela 1983: 33).

o suco pelo próprio esperma (Bidou 1989: 88). Dado o antecedente tão explícito dos ofídios-aves da família de Pinon, não é difícil ver aqui a continuação do relato evolutivo, no qual, concebido graças à partenogênese, Jurupary chega a uma condição superior à dos macacos, para anunciar a história propriamente humana que começa com o primeiro tuxaua Buopé.

Pela sua própria extensão e articulação, a *Leggenda* de Stradelli torna patente um argumento firmemente evolutivo enquanto à ascendência vertebrada dos humanos e dos tuxauas tárias. Ainda mais, se os nascimentos de Pinon e de Jurupary representam cada um novos começos nesta história devidamente pontuados pela estrutura do texto, é possível saber de outros começos anteriores mais antigos, coevos com os princípios mesmos do mundo. Isto ocorre, por exemplo, quando Pinon e a sua irmã, gigantes que também têm a natureza estelar das constelações de Scorpius (o sucuri) e das Plêiades, se deleitam criando e abatendo montanhas inteiras, o que faz com que o povo de Dinari se lembre das grandes catástrofes da primeira terra, quando nasceu o mundo ('era un fatto non ancora visto da che era nato il mondo'; p. 35). Aqui a *Leggenda* adiciona fatores geológicos e astronômicos ao discurso zoológico tipificado pelo sucuri Pinon e, bem estudada, descobre um relato de sucessivos começos que em princípio abarcam desde a formação física da terra até a instituição da política humana.

Este arranjo tem múltiplas ressonâncias na literatura não só do cosmos amazônico (para usar o termo de Reichel-Dolmatoff), mas de toda a América tropical. De fato existe uma assombrosa coincidência com o esquema clássico elaborado nos textos dos Andes e da Mesoamérica onde um conjunto de quatro 'sóis' ou idades do mundo é inerente à nossa época, cada um caracterizado pelo tipo de seres que viviam neles e pelas suas catástrofes terminais. Os paralelos mais dramáticos são com a literatura da Mesoamérica, com os códices (livros pré-hispânicos) e vários textos escritos desde o século XVI nas línguas maia e nahuatl (Brotherston 1995), num contexto já indicado pelas muitas coincidências culturais bem eloquentes, ainda que pouco reconhecidas. A árvore amazônica de frutos diversos que uma vez conectou céu e terra aparece como emblema cósmico no *tonalpoualli* (calendário ritual dos códices) sob o nome 'Tamoanchan'. A narigueira de jade que enobrece e protege Jurupary fez o mesmo para heróis dos anais como Oito Veado, con-

quistador mixteco do século XI; e os claramente definidos tipos de voadores que tira Jurupary da sua resina sagrada (p. 18) ou que atuam como personagens-noturnos, de penas vistosas, de dieta vegetariana, de rapina, comestíveis, domesticáveis, loquazes etc. – correspondem diretamente outra vez aos do *tonalpoualli*. O quartzo adivinhatório, o 'sêmem celeste' amazônico, tem uma definição comparável ao ser reverenciado como força vital no *Popol vuh*, a celebrada 'bíblia americana' dos maia-quiché. O machado que trabalha sozinho e a construção da primeira casa que leva a uma embriaguez de três dias são igualmente temas comuns.

A comparação entre a *Leggenda* e este outro testemunho literário da América tropical nos ajuda a perceber a coerência do argumento que aquele texto propõe sobre os vertebrados e o fato de que isto não é nada fortuito ou isolado. No seu relato de metamorfoses incessantes e de seres proteicos, por alucinante que apareça, é certo que existe um propósito firme e lógico. A afinidade especial que tem a *Leggenda* com o *Popol vuh* maia já foi notada por Orjuela (1983), para ser depois contradita pelo seu compatriota Reichel-Dolmatoff (1987: 97), no que parece ter sido um acesso de mau humor.⁷ Levando em conta o esquema de sóis ou idades tal como fica estabelecido em textos como a Pedra do Sol e os Anais de Cuauhtitlan (Brotherston 1997: 303-334), de fato se pode afirmar esta afinidade mediante a seguinte análise estrutural:

Quando nasceu a terra

1ª e 2ª idades (dilúvio e eclipse; primeiros vertebrados)
catástrofes de primeira ordem
terra sacudida pelo impacto de objetos atirados do céu

Família Jacamy e esposa, mais filhos Pinon e Meenspuin

3ª idade (chuva de fogo; família Sete Papagaio e esposa, mais filhos Cipacna e Cabracan)

(7) Reichel-Dolmatoff continua com a mesma abordagem no seu estudo mais detalhado e póstumo de 1996, que inclui e examina quatro textos tukanos relevantes ao 'foundation myth' do Jurupary. Nas suas referências ao *Popol vuh*, Orjuela (1983) percebe bem a escala cósmica de ambos os textos e sugere paralelos com respeito ao fruto da árvore que engravida (p. 172) e às aventuras épicas dos Gêmeos (p. 151). Mas não chega a tocar nos temas genéticos dos símios e das metamorfoses.

- família nuclear de pais que são aves domesticáveis e loquazes, e dois filhos ofidios/sáurios

- filhos gigantes (sucuri; jacaré) que têm força para poder formar e arrasar montanhas inteiras

- filhos também *torcem* a rocha no estilo da ação vulcânica

- episódio que corresponde à origem das Plêiades; formalmente inserido no relato seguinte

Epopéia do herói Jurupary (e Caryda)

- 4ª idade (vento; epopéia dos heróis Gêmeos).

- nascimento partenogenético a partir da fruta de uma árvore interdita, localizada no sul/em baixo

- diferenciação genética dos 'irmãos mais velhos' macacos

- viagem até o inframundo ('meio da terra'/Xibalba)

- reduzem as sombras danosas e sádicas dos mortos

- sobrevivem graças à capacidade xamânica de se metamorfosear e se comunicar com outras espécies

- sabem da solidariedade e da ajuda mútua; são músicos

- afiliação solar ao ensinar as regras do comportamento social e anunciar a época atual

A maior parte dos detalhes paralelos são patentes, como o é a organização geral. O discurso zoológico sobretudo exhibe em ambos os casos uma coerência que merece mais atenção do que até agora recebeu. Reivindica os parentescos e a verdadeira natureza do tão citado Quetzalcoatl, Gucumatz no *Popol vuh*, o ofídio-ave que, jazendo nas águas primordiais, já contém e prefigura a história evolutiva que elaborou a América muito antes de que Darwin a intuísse. Não só neste caso, é notável o gosto por nomes duplos cujos termos em si supõem todo esse argumento: a peixarara (Pirarara), mãe de Pinon e Meenspuin; a jacaréarara (Cipacyalo), madrastra dos Gêmeos; os homens-peixes (uiniq kar), forma a que revertem os Gêmeos (cf. os tlacamichin dos nahua); o jaguar-veado (Ixbalanke), um dos Gêmeos. O mesmo pode se dizer das metamorfoses múltiplas dos heróis épicos (Jurupary-Caryda/ os Gêmeos) e dos que eles perseguem, as quais ontologicamente recapitulam ao inverso o processo evolutivo, estabelecendo também a linha alternativa

dos insetos (pp. 55-6). A grande afinidade que tem a *Leggenda* com o *Popol vuh* consiste em que em última instância ambos os textos foram escritos por autores 'nobres' indígenas (Roberto; os Cavek) que estão argumentando a favor de uma ascendência específica, fundando direitos políticos contemporâneos numa longuíssima experiência genealógica. Em ambos os casos, como resultado disto é deixado um pouco de lado o extenso relato dos dilúvios e das escuridões das primeiras idades que tanta importância tem em outros textos da Mesoamérica, da Amazônia (*Watunna; Antes o mundo não existia*) e dos Andes (*Manuscrito de Huarochiri*).

Questões matemáticas e astronômicas

Repetidas vezes, a narração de Jurupary conservada por Stradelli oferece dados numéricos e técnicos que, considerados em conjunto, sugerem uma ordem de conhecimento comparável em certos aspectos com a matemática e a astronomia presentes nos textos mesoamericanos e andinos, e que até as iluminam, reciprocamente. O fato de que o texto identifique 5 (trabalhadores no Aiary) com 15 (unidades de trabalho; p.20) lembra a prática xamânica de contar não em série senão cumulativamente, segundo a qual 5 é 15 (1+2+3+4+5). O fato de que Pinon e Meenspuin amadureçam em 18 meses e não anos (p.36) lembra outra prática xamânica americana, a de usar cifras (aqui, duas vezes 9) para mover entre dimensões de tempo. Com respeito à astronomia, os personagens podem ter ou assumir identidades celestiais, como vimos: Pinon e Meenspuin viram as constelações Scorpius e Plêiades, Jurupary atribui a si mesmo qualidades solares, e recebe as suas insígnias de Renstalro, o lua masculino. Ao chegar à sua máxima altura heliacal, o planeta Vênus marca a hora de sair para a expedição ao rio Aiary; em outro momento é identificado com Jacy Tatá, a filha de Pinon que deu à luz Jurupary. São cuidadosamente especificados os momentos significantes no curso destes corpos celestiais, isto é, nos horizontes leste ou oeste e sobretudo no exato meio do céu, modelo típico dos trópicos americanos e categoricamente distinto do das latitudes extratropicais onde nasceu a astronomia polar da Europa.

Definidos pelas suas fases e pela sua presença no zênite e nos horizontes leste e oeste, os períodos sinódicos dos corpos mais brilhantes do céu são confirmados pela aritmética das expedições organizadas

por Pinon e pelo modelo do espaço segundo o qual ele procura a mãe perdida: o dos ‘cepos do mundo’ Cinco grupos de homens casados saem do lugar onde Jurupary não tem sombra (o equador) e vão por oito caminhos, o que lembra o fato de que 5 anos sinódicos de Vênus são iguais a 8 anos sinódicos do sol.⁸ O mesmo roteiro é seguido depois por nove grupos de mulheres, que lembram as 9 luas sinódicas da gravidez, e as 9 gerações de tuxauas estabelecidas por Buopé. As cifras e as fórmulas que reúnem estes três períodos sinódicos, relativos a Vênus, sol e lua, são básicas nos códices e na cultura mesoamericanos. Também os dados de genealogia de Jurupary nos lembram a distinção entre a lua sinódica de 29.54 noites e a lua sideral de 27.33 noites, que é fundamental à astronomia tanto da Mesoamérica como dos Andes. Zuidema nos informa sobre a aritmética decimal dos inca que produz uma gravidez de luas que são 10 (siderais) e não 9 (sinódicas).

É especialmente rica e sugestiva a elaboração das imagens relativas à Via Láctea e às constelações representadas por Meenspuin e Pinon, as Plêiades e Scorpius. Inconfundíveis no céu, cada uma tem a forma que têm respectivamente as estrelas nos corpos de Meenspuin – um cacho na frente – e de Pinon – uma cobra vertical, da frente até o pé. Assim, identificam os momentos onde se entrecruzam os dois grandes circuitos do céu: o zodíaco ou plano do sistema solar (a Eclíptica) por onde viajam os planetas, o sol e a lua; e a Via Láctea, aliás o plano da nossa galáxia, que tem o seu berço nas nuvens estelares de Scorpius e Sagitarius. Estes circuitos e os seus dois cruzamentos são perfeitamente observados e conceitualizados como tais na cultura do Uaupés, que também reconhece a oposição entre uma Plêiade fêmea e um Scorpius macho (Reichel-Dolmatoff 1982; Hugh-Jones 1982).

Já no começo da *Leggenda* se diz que as Plêiades, na personagem que depois descobrimos ser Meenspuin, têm o costume de se banhar no lago

Muyya, que fica ao norte. Isso corresponde à idéia de que essa constelação, que estando na curva norte da Eclíptica passa ao norte do equador, se reflete no lago. De lá, segundo a mesma lógica de reflexões, Meenspuin começa a puxar detrás de si a faixa branca da Via Láctea ao mover-se pelo lago. Esta posição inaugural, perto do cruzamento da Eclíptica com a Via Láctea, é atribuída às Plêiades por toda a Amazônia, fato celebrado por Lévi-Strauss quando categoriza como o seu ‘Mito 1’ as histórias daquela região que narram a origem desta constelação primária. A substância que utiliza Meenspuin para formar a dita faixa branca provém do corpo do pajé em quem depois reconhecemos o seu irmão Pinon. Como a constelação ‘sucuri’ ou Scorpius, este personagem também pertence à Via Láctea, assinalando a área de maior brilho e densidade de nuvens estelares, sinônimos do seu berço e do centro galácteo. Na verdade, complementa perfeitamente a posição inicial da irmã, no sentido em que fica no extremo oposto, perto do outro cruzamento da Via Láctea com a Eclíptica.

Bem específico e reconhecido em outras culturas amazônicas, este modelo de complementaridade entre as Plêiades e Scorpius, Meenspuin e Pinon, implica toda uma filosofia de interação entre céu e terra. Os barasana, por exemplo, utilizam-no para sincronizar a roça e a colheita, e repetindo a identificação de Scorpius com ‘a cobra de Jurupary’ (*he hino*) falam da sua metade do céu noturno como ‘venenosa’, diferente da das Plêiades, que traz as chuvas. Por sua parte, os kogi da costa caribenha também constatam o mesmo modelo, dividindo todo o céu noturno em metades definidas por estas duas constelações-chaves.⁹ As duas constelações reocorrem até mesmo nos códices mesoamericanos, só que agora, firmemente no outro hemisfério, elas trocam de sexo, nas pessoas dos Muitos (as Plêiades que determinaram a

(8) O período sinódico se refere ao movimento de um planeta (sol, lua, Vênus etc.) com relação aos horizontes ou ao zênite; o período sideral se refere ao movimento dos mesmos corpos com relação às estrelas fixas. Cálculos deste tipo aparecem nos códices Dresde e Fëjerváry, como notou Eduard Seler faz mais de um século. No texto do Stradelli, a acumulação de números desta ordem em si indica para a Amazônia tanto uma matemática como uma astronomia mais complexas do que é indicado no estudo básico de Closs (1985). Por sua parte, Bolens (1967) fala da multiplicidade semântica das Plêiades na lenda de Jurupary.

(9) Segundo Hugh-Jones (1982:191), os barasana identificam a constelação, Scorpius, com ‘o sucuri [=Pinon] de Jurupari’. Na sua apresentação no XLV Congresso Internacional de Americanistas, ‘Astronomia de los kogi’ Juan Mayr recorre ao trabalho de K.T. Preuss para confirmar o papel chave, nesta cultura, das Plêiades (Uha) e de Scorpius (Ahu; também conhecido como a cobra Tarvi). Neste caso, como em outros da América do Sul, os paralelos com os códices incluem o fato de se reconhecer uma metade do céu noturno como povoada por bichos venenosos, e de a soma de suas constelações constituir um total de onze (Brotherston 1997: 100-102).

hora do Fogo Novo) e de Citlallicue/Saia de estrelas (as nuvens galácticas de Scorpius que auspicaram a irrigação e as boas colheitas). Neste contexto, é possível aduzir evidências da América do Sul para melhor detectar nos códices divisões análogas do céu noturno em metades mais ou menos venenosas.

Reciprocamente, as fontes mesoamericanas informam sobre o total curiosamente exato – 17 – de mulheres fecundadas por Pinon depois da sua atuação como o sucuri estelar (Scorpius), perto da aldeia de sua mãe. Este mesmo total aparece na grande festa da fecundação Tlaxochimaco, quando as noites do começo de julho são dedicadas ao sexo e à procura de sementes de flores (*xoch-iti*), 17 no total, fazendo a conexão implícita entre estas e as nuvens galácticas de Citlallicue (Scorpius), que dominavam o céu à meia-noite precisamente naquele momento do ano.¹⁰ A natureza estelar do próprio Pinon e a sua identidade com Scorpius se associa com o fato de a sua mãe ter sido fecundada deitada, com a cara olhando para o céu noturno.

Graças ao trabalho de campo de Hugh-Jones, torna-se altamente sugestivo o paralelo entre os relatos tária e barasana da dupla Plêiades-Scorpius, enquanto estes definem metades do ‘caminho’ da Via Láctea. Segundo Hugh-Jones, as metades da Via Láctea barasana correspondentes são conhecidas respectivamente como ‘nova’ (mama ma) e ‘velha’ (buku ma – a metade também ‘venenosa’); e ainda que agora a Plêiades inaugurem a metade ‘nova’ antes não era assim, sendo novo o que agora é velho (‘The Old Path is said to have come into being before the New but today it is the New Path that precedes the Old in the annual cycle’ 1982: 185). Isto lembra precisamente a oposição entre o velho e o novo que se faz com respeito a Pinon e à origem da Via Láctea, no texto de Stradelli. Porque a substância branca que deixa Pinon no lago Muypa, e que Meenspuin puxa atrás de si para formar a Via Láctea, é primeiramente o pó que cobre um corpo de velho, mas acaba sendo sêmem de jovem. Isto é, quando Pinon mergulha no lago depois de Meenspuin, vemos o mesmo tipo de relação cronológica entre as metades da Via Láctea representadas pelas constelações Scorpius

e as Plêiades. Não só isto, senão que o lugar onde ocorre a transição possui uma especificidade geográfica, no norte, posição relativa que agora ocupam as Plêiades mas que antes era ocupada por Scorpius.

Astronomicamente falando, as constelações das Plêiades e de Scorpius nunca deixam de presidir os dramáticos cruzamentos da Eclíptica com a Via Láctea. Mas com o tempo trocam de posição uma em relação à outra, graças ao fenômeno conhecido como a Precessão dos equinócios, que é produzido pela leve diferença entre o ano das estrelas (de 365.256 dias) e o ano do sol ou da agricultura (de 365.242 dias). Agora Meenspuin se banha no lago de Muypa, isto é, as Plêiades são refletidas desde a sua posição mais alta ao norte ao iniciar o ano agrícola, o que entre os barasana é iniciar o ‘caminho novo’. Em outras épocas é Pinon que se banha assim, isto é, no passado Scorpius era refletido desde a sua posição mais alta ao norte, e voltará a ser refletido assim no futuro.¹¹ Em termos da história da cultura humana, o ciclo precessional é longo, e Pinon substitui Meenspuin como iniciador do caminho e do ano só depois de quase 13.000 anos. Sem dúvida será por esta razão (se não por ignorância) que quase nunca se faz menção do ciclo precessional na literatura antropológica e arqueológica sobre o Uaupés. Por outro lado, o seu efeito prático se faz rapidamente sensível num calendário agrícola do tipo que se usa no Uaupés, que engrena dia por dia o ritmo das estações agrícolas com o das estrelas, a palmeira com as Plêiades; que faz (com respeito à lua) uma clara distinção entre o tempo sinódico e o tempo sideral; e que no espaço conceitualiza perfeitamente os circuitos da Eclíptica, da Via Láctea e do equador celeste e terrestre.¹² No tempo da dinastia de Buopé, Meenspuin

(11) Esta oscilação, cada metade do ‘grande ano’ da Precessão, poderia parecer prefigurada no período de 18 meses, isto é, ano e meio, no qual Pinon e Meenspuin ‘amadurecem’ Por sua parte, Reichel-Dolmatoff nota que para os Desana ‘the cycle of fertilizing forces emanating from the sky is punctuated by the shifting of the Milky Way’ aliás duas cobras entrelaçadas; e que o seu ritmo é conscientemente correlacionado com o do Equador celeste, implicando numa noção da Precessão: ‘At these times of the year, and during the nightly shifting of the Milky Way, the Indians transfer the image of the two snakes to that of the intersections of the path of the ecliptic and the celestial equator’ (1982: 171).

(12) A cidade Ipanoré, uma das três fundadas por Buopé, fica perto do cruzamento do Uaupés com o equador; veja também a nota anterior.

(10) Os nomes de cada uma das 17 flores pintadas no Códice Borbônico (p. 28) são dados em nahuatl no Códice Florentino (livro 2), na festa correspondente; a conexão com Citlallicue é sugerida no mesmo Borbônico (pp. 28, 36), e também em Magliabechiano (f. 44) e possivelmente Borgia (p. 31).

avançou talvez meia semana contra as estações; no tempo que vem desde que a fabricação da primeira cerâmica no Uaupés avançou meses inteiros (Reichel-Dolmatoff associa os sambaquis da região, que datam de épocas ainda mais remotas, já com a observação astronômica; 1982: 180). Além disso, no sistema geral das idades do mundo, como se vê representado por exemplo nos códices mesoamericanos, metamorfozes e processos cósmicos do tipo evidente no episódio de Pinon são calculados em períodos multimilenares compatíveis com o ciclo precessional (Brotherston 1997: 373-9).

Como expressão da cultura milenar da região do Uaupés-Içana, a *Leggenda* de Stradelli merece

análise mais detalhada. Tem uma riqueza inesperada de conhecimentos que abarcam desde o meio ambiente imediato até relatos sobre as origens vertebradas da espécie humana e uma astronomia bem elaborada. E articula estes argumentos numa narrativa bem animada, de personagens vivos, ao mesmo tempo que tem uma estrutura altamente sofisticada. Por estas e outras razões merece também comparação com os 'clássicos' da literatura indígena do continente, sobretudo a 'bíblia da América' o *Popol vuh*. É uma prova da dedicação e da sensibilidade de Stradelli que, neste sentido, a sua tradução não deixe de expressar tanto da inteligência dos textos originais.

Referências bibliográficas

- AMORIM, A.B. de.
1928 Lendas em Nheengatú e em Portuguez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 100 (154): 3-475.
- AVENI, A.; BROTHERSTON, G.
1983 *Calendars in Mesoamerica and Peru. Native American Computations of Time*. Oxford: BAR.
- AVENI, A.; URTON, G.
1982 *Ethnoastronomy and Archeoastronomy in the American Tropics*. New York: New York Academy of Sciences.
- BIDOU, P.
1989 Du Mythe à la légende. La naissance de la parole dans le village des Bianacas. *Journal de la Société des Américanistes*, XXV: 63-90.
- BOLENS, J.
1967 Myth de Jurupari: introduction à une analyse. *L'Homme*, 7 (1): 50-66.
- BROTHERSTON, G.
1995 *Painted Books from Mexico*. London: British Museum Press.
1997 *La América indígena en su literatura*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- CÂMARA CASCUDO, L. da
1967 *Em Memória de Stradelli*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas.
- CIVRIEUX, M. de.
1992 *Watunna. Mitología makiritare*. Caracas: Monte Avila.
- CLOSS, M.
1985 *Native American Mathematics*. Austin: Texas University Press.
- HILL, J.
1993 *Keepers of the Sacred Chants*. Tucson: University of Arizona Press.
- HUGH-JONES, S.
1979 *The Palm and the Pleiades*. Cambridge: Cambridge University Press.
1982 The Pleiades and Scorpius in Barasana Cosmology. Em Aveni & Urton: 183-202.
- LATHRAP, D.
1970 *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson.
- LÉVI-STRAUSS, C.
1967/ 1974 *Mythologiques*. Paris: Seuil.
- NEVES, E.
1997 *Paths through Dark Waters: Archaeology and indigenous history in the upper Rio Negro basin and the northwest Amazon*. Bloomington: Ph.D. Thesis, Indiana University.
- ORJUELA, H.H.
1983 *Yurupary: mito, legenda y epopeya del Vaupés*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo (Pub. 64).
- REICHEL-DOLMATOFF, G.
1971 *Amazonian Cosmos*. Chicago: Chicago University Press.
1982 Astronomical Models of Social Behavior among some Indians of Colombia. Em Aveni & Urton: 165-82.
1989 Biological and Social Aspects of the Yurupari Complex of the Colombian Vaupés Territory. *Journal of Latin American Lore*, 15 (1): 95-135.
1996 *Yurupari. Studies of an Amazonian Foundation Myth*. Cambridge: Harvard University Press
- RODRIGUES, J.B.
1890 *Poranduba Amazonense ou Kochyma Uara Porandub: 1872-1887*. Rio de Janeiro: Leuzinger.
- SÁ, L. de
1997 *Reading the Rainforest*. Bloomington: Indiana University.
- STRADELLI, C.E.
1964 *La Leggenda dell'Jurupary e outras lendas amazônicas*. São Paulo: Instituto Cultural Italo-Brasileiro. Caderno 4.
- UMUSIN, P.
1995 *Antes o mundo não existia. Mitologia dos antigos Desana-Kehtripōrā*. São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT/ São Gabriel da Cachoeira: FOIRN.

BIBLIOGRAFIA SOBRE REGISTROS RUPESTRES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Edithe Pereira*

A bibliografia sobre os registros rupestres da Amazônia brasileira, apesar de extensa, apresenta um reduzido número de obras que são fruto de pesquisas arqueológicas sistemáticas. Esta aparente contradição se explica pela inclusão tardia destes vestígios pré-históricos nas pesquisas arqueológicas realizadas na região. Iniciados somente a partir da década 1980, estes estudos ainda constituem uma pequena parcela no quadro geral das publicações sobre arqueologia e pré-história da Amazônia.

Antes desta data, porém, a existência de pinturas e gravuras rupestres na região já era mencionada em um grande e variado número de obras. Tais obras correspondem, na maioria dos casos, a estudos específicos e não relacionados diretamente com arqueologia, como as crônicas de viajantes e naturalistas, os relatórios da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, estudos corográficos, geológicos, espeleológicos, geográficos, etnográficos e botânicos entre outros.

As informações sobre registros rupestres contidas neste tipo de literatura limitam-se, quase sempre, a menções sobre a sua existência em determinados pontos da região, a apresentação de desenhos ou fotos dos grafismos observados e a algumas interpretações sobre sua origem e significado. Este tipo de informação, ainda que fragmentada e pouco precisa, constitui um importante referencial para a construção de um quadro geral das ocorrências deste tipo de vestígio arqueológico na Amazônia. A partir das informações contidas nos dois tipos de literatura – a arqueológica e a não arqueológica – se produz um terceiro tipo de obra, normalmente de caráter compilatório ou de síntese.

Na organização desta bibliografia¹ consideramos estes três tipos de literatura e sua apresentação foi dividida por estados e por obras gerais. Na di-

visão por estados foram incluídos os trabalhos que apresentam informações primárias, ou seja, quando o autor foi o observador direto dos registros rupestres ou quando a informação sobre existência destes vestígios foi dada diretamente a ele por um outro informante. Em obras gerais estão agrupados diversos trabalhos, entre os quais destacam-se as sínteses e as recompilações.

AMAPÁ

CHMYZ, Igor, SGANZERLA, Eliane Maria. Patrimônio Arqueológico da Área da BR 156: Trecho Rio Preto - Laranjal do Jari (Amapá). Relatório Técnico. Curitiba, 1991, p.19-26. il. inédito.

GUEDES, Aureliano Pinto Lima. Relatório sobre uma missão ethnographica e archeológica aos rios Maracá e Anauerá-pucú (Guyana Brasileira), realizada pelo Tenente-Coronel Aureliano Pinto Lima Guedes. Julho a Setembro de 1896. Boletim do Museu de História Natural e Ethnografia. Belém, 1898, t. 2, p. 46.

HILBERT, Klaus, BARRETO, Mauro Vianna. Relatório de viagem do projeto arqueológico de levantamento de sítios pré-cerâmicos no rio Maracá-AP. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988, p. 5, 8. il. inédito.

SIMÕES, Mário Ferreira, ARAÚJO COSTA, Fernanda. Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1978, n° 30, p. 68.

AMAZONAS

BAENA, Antônio. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Belém: Santos & Menor, 1839, p. 29.

(*) Museu Paraense Emílio Goeldi, Departamento de Ciências Humanas.

(1) A bibliografia apresentada segue as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 6023.

- BARBOSA RODRIGUES, João. Exploração nos rios Urubu e Jatapu. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875, p. 14.
- BARBOSA RODRIGUES, João. Rio Jauapery. Pacificação dos Crichanás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 168-170.
- BARBOSA RODRIGUES, João. Antiquidades do Amazonas. Vellosia. Rio de Janeiro, 1892, v.2, p. 10-11.
- BRAJNIKOV Eugénie Miller. De certaines similitudes presentes par les gravures rupestres de l'Amazonie et de la region de l'Amour-Oussouri. Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici. Italia, 1974, v. 11, p. 151-163. il.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE. Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da ELETRO-NORTE; Resultados Preliminares. Brasília, 1992, p. 16, 27, 30. il.
- CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE-Balbina - AM. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994, 187 p. il.
- CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda, SOUZA, Arminda Mendonça. As sinalações rupestres na área do reservatório da UHE-Balbina e seu entorno, Estado do Amazonas, Brasil. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 6. Anais... Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 1992, v. 1, p. 346-356.
- DANIEL, João. Tesouro Descoberto no rio Amazonas. Separata dos Anais do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1976, v. 95, t. 1, p. 61-62.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, t. 1, p. 70. il.
- KOCH-GRÜMBERG, Theodor. Südamerikanische Felszeichnungen. Berlin: Verlegt Bei Ernest Wasmuth. 1907. il.
- LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: UNB; Paralelo 15, 1999. 270 p. p.203, 234. il.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Reconhecimento dos rios Içána, Ayari e Uaupés; Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre, 1927. Journal de la Société des Américanistes. Nouvelle Série, 1950, t. 29, p. 136, 140, 142-143, 151.
- POVOS Indígenas do alto e médio rio Negro; uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia Brasileira. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; São Paulo: ISA, 1998. p. 54-58. il.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930, v. 1, 515 p. il.
- RIBEIRO, Berta G. Introdução: Os índios das águas pretas. In: KUMU, Umúsin Panlôn, KENHIEI, Tolamã. Antes o mundo não existia: a mitologia heróica dos índios Desana. São Paulo: Livraria Cultura, 1980, p.7-48. il.
- RIBEIRO, Berta G. Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo. São Paulo: Companhia das Letras/Editora da Universidade de São Paulo. 1995, p. 88-98. il.
- RODRIGUES, William A. Relatório de viagem de reconhecimento aos rios Uatumã e Urubu. Publicações Avulsas. INPA. Manaus, 1960, v. 20, p.14.
- SCHOMBURGK, Robert Hermann. Journey from Esmerald, on the Orinoco, to San Carlos and Moura on the rio Negro, and thence by Fort San Joaquim to Demerara, in the spring of 1839. Journal Royal Geographic Society of London, 1841, v. 10, p. 261-262.
- SILVA, Alcionilio Brüzzi Alves da, Padre. A civilização indígena do Uaupés. São Paulo: Linográfica Editora, 1962, p. 321, 335. il. (Centro de Pesquisas de Iauareté – Amazonas – Brasil, 1)
- SIMÕES, Mário Ferreira. As pesquisas arqueológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). Acta Amazônica. Manaus, 1981, v. 11, n. 1, p. 159. il. suplemento.
- SIMÕES, Mário Ferreira. Pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira. 1978-1982. Publicações Avulsas do

- Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1983, n. 38, p. 28-29.
- SOUZA, Boanerges Lopes de. Do Rio Negro ao Orenoco (A terra - O homem). Publicação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, 1959, v. 111, p. 58, 68-74. il.
- SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friederich P von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. v. 3. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 231, 240-241, 244, 250, 256-257. il. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 48.)
- SPRUCE, Richard. Notes of a botanist on the Amazon and Andes. v. 2. Londres, 1908, p. 260-261, 323-324, 482-488. il.
- STRADELLI, Ermanno. Iscrizioni indigene della regione dell'Uaupés. Bolletino della Società Geografica Italiana, 1900, Série 4, v. 1, n. 37, p. 457-483. il.
- STRADELLI, Ermanno. O Uaupés e os Uaupés. In: NATURALISTAS italianos no Brasil. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Ícone, 1991. p. 272. il.
- WALLACE, Alfred Russel. Viagem pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 315-317. il. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 50).
- PARÁ**
- AGUIAR, Brás Dias de. Trabalhos da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Primeira Divisão – Nas Fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandeza de 1930 a 1940. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9. Anais ... Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1942. v. 2, p. 309-310.
- AGUIAR, Brás Dias de. Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandeza. Separata dos Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, 9. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943, p. 114-115.
- ALBUQUERQUE, Odorico Rodrigues. Reconhecimentos Geológicos no Valle do Amazonas (campanhas de 1918 e 1919). Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Rio de Janeiro, 1922, n. 3, p. 52, 71. il.
- ARAÚJO COSTA, Fernanda et al. Levantamento Arqueológico na Área da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Relatório de Viabilidade. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1986, p. 5-7. il. inédito.
- ARAÚJO COSTA, Fernanda, CALDARELLI, Solange. Programa de Estudos Arqueológicos na área do reservatório de Kararaô (PA). Relatório de Viabilidade. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988, p. 125-126. il. inédito.
- ATZINGEN, Noé von. Estudo preliminar visando a implantação da área de proteção ambiental Serra das Andorinhas - São Geraldo do Araguaia (Pará). Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 1989, p. 17-31. il. inédito.
- BAENA, Antônio. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Belém: Santos & Menor, 1839, p. 29.
- BARBOSA RODRIGUES, João. O Muiraquitã e os ídolos simbólicos; estudo da origem asiática da civilização amazônica nos tempos pré-históricos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 216-217.
- BORGES, Melchiades. Inscrições Rupestres no Pará. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1933, n. 9, p. 120-121. il.
- BROWN, Charles Barrington, LIDSTONE, William. Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries. London, 1878, p. 217-218.
- CONSENS, Mario. First rock paintings in Amazon basin. Rock Art Research, 1988, v. 5, n. 1, p. 69-72, may. il.
- CONSENS, Mario. Arte rupestre no Pará: análise de alguns sítios de Monte Alegre. Dédalo. São Paulo, 1989, n. 1, p. 265-278. il. número especial.
- CORRÊA, Conceição Gentil. Artes de la Amazonia. In: EL CUARTO continente; el arte precolombino. Barcelona: Centre Cultural de la Fundación La Caixa, 1991, p. 172. il.
- COUDREAU, Henri. Voyage au Tocantins-Araguaia: 31 décembre 1896 23 mai 1897. Paris: A. Lahure, 1897, p. 103-104.
- COUDREAU, Henri. Voyage entre Tocantins et Xingú: 3 avril 1898 – 3 novembre 1898. Paris: A. Lahure, 1899, p. 119-120. il.

- COUDREAU, Henri. Viagem ao Tapajós. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 36, 103, 124-127. il. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 44)
- COUDREAU, Henri. Viagem ao Xingu. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 118, 126-129. il. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 49)
- COUDREAU, O. Voyage au Cuminá: 20 avril 1900 7 septembre 1900. Paris: A. Lahure, 1901, p. 34, 38, 45, 68, 79, 85, 110, 106. il.
- COUDREAU, O. Voyage au Maicuru: 5 juin 1902 -12 janvier 1903. Paris: A. Lahure, 1903. mapa.
- CREVAUX, Jules. Voyages dans l'Amérique du Sud. Paris: Librairie Hachette et C^e 1887, p. 313.
- CRULS, Gastão. A Amazônia que eu vi: Óbidos Tumucumaque. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954, p. 119-120, 124-125, 130, 140. il. (Coleção Brasileira, série 5^a, v. 113).
- DANIEL, João Padre. Tesouro Descoberto no rio Amazonas. Separata dos Anais do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1976, v. 95, t.1, p. 57.
- DERBY, Orville A. O rio Trombetas. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Belém, 1898, t. 2, n. 1-4, p. 371, 379.
- DUBELAAR, C. N. The Petroglyphs in the Guianas and Adjacent Areas of Brazil and Venezuela: An Inventory With a Comprehensive Bibliography of South American and Antillean Petroglyphs. Los Angeles: University of California, 1986. p. 221-237. il. (Monumenta Archaeologica, 12).
- FARABEE, William Curtis. Some South American petroglyphs. In: HOLMES Anniversary volume; Washington, 1916, p. 91. il.
- FARABEE, William Curtis. A pioneer in Amazonia: the narrative of a Journey from Manaus to Georgetown. Bulletin of the Geographical Society of Philadelphia, 1917, v. 15, n. 2, p. 91.
- FERREIRA PENNA, Domingos Soares. Archeologia e Ethnographia no Brasil. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Belém, 1896, t. 1, fasc. 1-4, p. 30-31.
- FRIKEL, Protásio. Paru de Leste - região: Acaí. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1955. inédito.
- FRIKEL, Protásio. Relatório de viagem ao rio Erepecuru e a Serra do Tumucumaque. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1959. inédito
- FRIKEL, Protásio. Ometanímpé, os “transformados”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, nova série, Antropologia. Belém, 1961, n.17, p. 1-16. il.
- FRIKEL, Protásio. Fases culturais e aculturação intertribal no Tumucumaque. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, nova série, Antropologia. Belém, 1961, n. 16, p. 16.
- FRIKEL, Protásio. Tradição tribal e Arqueologia no Tumucumaque. Revista do Museu Paulista, nova série. São Paulo, 1963, v. 14, p. 471-491.
- FRIKEL, Protásio. Tradition und Archaologie im Tumuk-Humak/Nordbrasilien. Zeitschrift fur Ethnologie, 1969, v. 94, n. 1, p. 103-130. il.
- HARTT, Charles Frederich. Brazilian rock inscriptions. American Naturalist, 1871, v. 5, n. 3, p.139-147. il.
- HARTT, Charles Frederich. Inscrições em rochedos do Brasil. Revista do Instituto Archeológico e Histórico Pernambucano. Recife, 1895, n. 47, p. 301-329. il.
- HARTT, Charles Frederich. A Geologia do Pará. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Belém, 1896, t. 1, fasc. 1-4, p. 265, 270.
- HARTT, Charles Frederich. Monte Alegre e Ererê. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Belém, 1898, t. 2, fasc. 1-4, p. 334-335.
- HILBERT, Peter Paul. Pottery from the Cuminá river, Brazil and its Affiliations with the Koriabo Phase of Guyana. Journal of Archaeology and Anthropology, 1982, v. 5, n. 1/2, p. 75. il.
- JOÃO DE S. JOSÉ, Frei. Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1869, t. 9, p. 361-362.
- KATZER, Frederich. Geologia do Estado do Pará. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Belém, 1933, v. 9, p. 103, 115, 209.

- KERN, Dirse C. *et al.* O Potencial Espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia-PA. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, Belém, 1992, v. 8, n. 2, p.177-181. il.
- LAGENEST, H. D. Barruel. MARABÁ: cidade do diamante e da castanha (estudo sociológico). São Paulo: Anhambi, 1958, p. 104. il.
- LE COINTE, Paul. L'Amazonie Brésilienne. Paris, 1922, t. 1, p. 92. il.
- MAIOR, João de Sotto Padre. Diário da jornada que o Padre João de Sotto Mayor fez ao Pacajá em 1656. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1914, t. 77, part. 2, p. 167.
- MAURITY, Clóvis et al. Estudo das cavernas da província espeleológica arenítica de Monte Alegre – PA. Cadernos de Geociências, Rio de Janeiro: IBGE, 1995, n. 15, p. 62.
- MIRANDA, Cristina. Relatório de viagem: Arqueologia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985. inédito.
- MOURA, Ignácio Batista de. De Belém a São João do Araguaia: Valle do Rio Tocantins. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 161-162. (Lendo o Pará, 4)
- NOTA a propósito da interpretação dos lithoglyphos do Outeiro do Cantagallo, no Alto-Tapajós: parecer do Dr. Theodoro Sampaio. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1933, n. 59, p. 45-55.
- OLIVEIRA, Avelino Ignácio de. Reconhecimento Geológico no rio Xingú, Estado do Pará. Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Rio de Janeiro, 1928, n. 29, p. 14, 18. il.
- OLIVEIRA, Avelino Ignácio de. Atravez da Guyana Brasileira pelo rio Erepecuru - Estado do Pará - 1925. Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Rio de Janeiro, 1928, n. 31, p. 30.
- PEREIRA, Edithe. As gravuras e pinturas rupestres no Pará, Maranhão e Tocantins Estado atual do conhecimento e perspectivas. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 6. Anais... Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 1992, v. 1.
- PEREIRA, Edithe. Análise preliminar das pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, Belém, 1992, v. 8, n. 1, p. 5-24. il.
- PEREIRA, Edithe. Arte rupestre na Amazônia - notas sobre um manuscrito. Revista CLIO, série Arqueológica, Recife, 1992, v. 1 n. 8, p. 183-190. il.
- PEREIRA, Edithe. Registros rupestres no Pará - a contribuição de cronistas, viajantes e naturalistas. Revista CLIO, série Arqueológica, Recife, 1993, v.1, n. 9, p. 21-44. il.
- PEREIRA, Edithe. Registros rupestres do noroeste do Pará. Revista de Arqueologia. São Paulo, 1994, v. 8, n. 1, p. 321-335. il.
- PEREIRA, Edithe. L' Art Rupestre de L' Amazonie (Bresil). International Newsletter on Rock Art. Foix, 1995, n. 12, p. 22-25. il.
- PEREIRA, Edithe. As pinturas e gravuras rupestres do noroeste do Pará, Amazônia, Brasil. Revista CLIO, série Arqueológica, Recife, 1997, v. 1, n. 12, p. 87-98. il.
- PEREIRA, Edithe da Silva. As gravuras e pinturas rupestres no Pará. Maranhão e Tocantins - Estado atual do conhecimento e perspectivas. Recife. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. 1990. 2 v. il.
- PEREIRA, Edithe da Silva. Las pinturas y los grabados rupestres del noroeste de Pará - Amazônia - Brasil. Valencia, Tese (Doutorado) Departamento de Arqueologia e Pré-história, Universidade de Valencia, 1996. 2 v. il.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, v. 2, 1939, p. 191-193, 196-215.
- RAUSCHERT, Manfred. Bericht über den Verlauf meiner Pará-Expedition 1954/55. Zeitschrift für Ethnologie, 1956, v. 81, n. 1, p. 111.
- RAUSCHERT, Manfred. Felszeichnungen am unteren Erepecuru. Zeitschrift für Ethnologie, 1959, v. 84, n. 1, p. 110-123. il.

- RODON, Cândido Mariano. Índios do Brasil do Norte do Rio Amazonas. Publicação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, 1953, v. 99, part. 3, p. 50-55. il.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: HISTÓRIA dos Índios do Brasil. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/SMC, 1992, p. 53-86. il.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. Sociedades Pré-históricas do Amazonas Brasileiro. In: BRASIL, nas vésperas do Mundo Moderno. Lisboa, 1992, p. 17-45. il.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. Early pottery in the Amazon. Twenty years of scholarly obscurity. In: THE EMERGENCE of pottery – technology and innovation in ancient societies. Washington: Smithsonian Institution, 1995, p. 115-131.
- ROOSEVELT, A. et al. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. Science, 1996, v. 272, p. 373-384, apr.. il.
- SCHULZ-KAMPFHENKEL, Otto. Hidle of hell's jungle to unexplored primeval forest of the river Amazon. London: Hurst Blackett, 1940, p. 173-174.
- SILVEIRA, Ligia Tobias, PINHEIRO, Roberto Vizeu Lima, PINHEIRO, Sérgio Vizeu Lima. Roteiro Espeleológico das Serras do Ererê e Paytuna (Monte Alegre - Pará), s.n.t. Grupo Espeleológico Paraense – GEP. il. inédito.
- SIMÕES, Mário Ferreira, ARAÚJO COSTA, Fernanda. Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1978, n. 30, p. 85, 87, 111, 113.
- SOUZA, Nicolino José Rodrigues de. Diário das três viagens (1877 1878 1882), do Revmo Padre Nicolino José Rodrigues de Souza ao Cuminá afl. margem esq. do Trombetas do rio Amazonas. Publicação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, 1946, v. 91, p. 19, 21.
- TOCANTINS, Antônio Manoel Gonçalves. Estudos sobre a tribo Mundurucu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1877, t. 40, part. 2, p. 104-106. il.
- VELLARD, Jean. Pétroglyphes de la région de l'Araguaya. Journal de la Société des Américanistes, nouvelle série, 1931, t. 23, fasc. 50, p. 139-147, 149. il.
- VELTHEM, Lúcia Hussak van. O belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wavana. São Paulo: Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. 1995, p. 38. il.
- WALLACE, Alfred Russel. Viagem pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 100-101. il. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 50).
- YDE, Jens. Material culture of the Waiwai. Publication of the Natural Museum Ethnographic. Copenhagen, 1965, v. 10, p. 283-286. il.

RONDÔNIA

- BECKER-DONNER, Etta. Archäologische unde am mittleren Guaporé (Brasilien). Separata Archiv Für Völkerkunde. Stuttgart, 1956, v. 11, p. 219-249. il.
- BECKER-DONNER, Etta. Archäologische Funde vom mittleren Guaporé, Brasilien. IN: INTERNATIONAL CONGRESS OF AMERICANISTS, 32. Proceedings ... Copenhagen, 1958, p. 306-314. il.
- GRABERT, Helmut, SCHOBINGER, Juan. Petroglifos a orillas del río Madeira (N.O. de Brasil). Anales de Arqueologia y Etnologia. Mendoza, 1969/1970, t. 24/25, p. 93-111. il.
- HEATH, Edwin R. The Exploration of the River Beni. Journal of the American Geographical Society of New York, New York, 1882, v. 14, p. 157-164.
- KELLER-LEUSINGER, Franz. The Amazon and Madeira rivers: Sketches and description from the note-book of an explorer. London: Chapman and Hall. 1874; p. 50, 55-57. il.
- MATHEWS, Edward Davis. Up the Amazon and Madeira Rivers. Londres, 1879, p. 25-26, 76-77.
- MILLER, Eurico Theólifo. Adaptação Agrícola Pré-histórica no alto rio Madeira. In: PREHISTÓRIA Sudamericana; Nuevas Perspectivas. Santiago: Taraxacum, 1992, p. 226-227.

- PINTO, Emanuel Pontes. Caiari; Lendas, Proto-história e História. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas. 1986, p. 113-131. il.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1939, v. 2, p. 243-247. il.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1939, v. 2, p. 247-259. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Caçadores-coletores de Roraima. In: Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 135-145. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz et al. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil segunda etapa de campo (1985) Nota prévia. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, 1986, v. 13, n. 16, p. 5-48. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz, GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini, MACHADO, Ana Lúcia. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - primeira etapa de campo (1985). Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, 1987, v. 14, n. 17, p.1-81. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz, RIBEIRO, Catarina Torrano, PINTO, Francisca Cira Bezerra. Levantamentos arqueológicos no Território Federal de Roraima 3ª etapa de campo: 1987. Revista do CEPA. Santa Cruz do Sul, 1989, v. 16, n. 19, p. 5-48. il.
- RIBEIRO, Pedro Mentz et al. Pitture rupestri nel Territorio di Roraima Brasile. Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici, 1996, v. 2, p. 151-157. il.
- SCHOMBURGK, Robert Hermamm. Journey from Fort San Joaquim, on the Rio Branco, to Roraima, and thence by the rivers Parima and Merewari to Esmeralda on the Orinoco, in 1838/39. Journal Royal Geographic Society of London, 1841, v. 10, p. 213.
- RORAIMA**
- AGUIAR, Brás Dias de. Geografia Amazônica: Nas fronteiras do Norte. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1944, v. 6, n. 3, p. 332. il.
- DUBELAAR, Cornelis Nicolaas. The Petroglyphs in the Guianas and Adjacent Areas of Brazil and Venezuela; An Inventory With a Comprehensive Bibliography of South American and Antillean Petroglyphs. Los Angeles: University of California, 1986, p. 237-244. il. (Monumenta Archaeologica, 12).
- HOMET, Marcel F. Os filhos do sol. São Paulo: IBRASA, 1959, 280 p. il.
- KOCH-GRÜMBERG, Theodor. Del Roraima al Orinoco. t. 1. Caracas: Ediciones del Banco Central de Venezuela, 1979, p. 44-45.
- RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. Inscrições e Tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1939, v. 2, p. 247-259. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Caçadores-coletores de Roraima. In: Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 135-145. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz et al. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil segunda etapa de campo (1985) Nota prévia. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, 1986, v. 13, n. 16, p. 5-48. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz, GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini, MACHADO, Ana Lúcia. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - primeira etapa de campo (1985). Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, 1987, v. 14, n. 17, p.1-81. il.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz, RIBEIRO, Catarina Torrano, PINTO, Francisca Cira Bezerra. Levantamentos arqueológicos no Território Federal de Roraima 3ª etapa de campo: 1987. Revista do CEPA. Santa Cruz do Sul, 1989, v. 16, n. 19, p. 5-48. il.
- RIBEIRO, Pedro Mentz et al. Pitture rupestri nel Territorio di Roraima Brasile. Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici, 1996, v. 2, p. 151-157. il.
- SCHOMBURGK, Robert Hermamm. Journey from Fort San Joaquim, on the Rio Branco, to Roraima, and thence by the rivers Parima and Merewari to Esmeralda on the Orinoco, in 1838/39. Journal Royal Geographic Society of London, 1841, v. 10, p. 213.
- TOCANTINS**
- ATZINGEN, Noé von. Estudo preliminar visando a implantação da área de proteção ambiental Serra das Andorinhas - São Geraldo do Araguaia (Pará). Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 1989, p. 17-31. il. inédito.
- ATZINGEN, Noé von, SILVA, Jaconias Medeiros, RODRIGUES, Magnum Costa. O Núcleo Arqueológico de Marabá. In: Boletim Infor-

- mativo da Fundação Casa da Cultura de Marabá. Marabá: Prefeitura Municipal de Marabá, 1999, p. 25-33. il. Edição Comemorativa 15ª aniversário.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. As gravações rupestres do cerrado - o enfoque de seus signos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1994, 235 p. il.
- BAIOCCHI, Mari de Nazaré. Inventário arqueológico do Estado de Goiás. Esboço de pesquisas que continuam.... Goiânia: Museu da Universidade Católica de Goiás. Oriente, 1972. il.
- CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. São Paulo: Editora Nacional, 1949, t. 1, v. 266, p. 323. (Coleção Brasileira, série 5)
- EHRENREICH, Paul. Os Petróglifos da Ilha dos Martírios. In: Contribuições para a Etnologia do Brasil. Revista do Museu Paulista, nova série, São Paulo, 1948, v. 2, p. 89-93. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. O mistério do ouro dos Martírios; desvendado o grande segredo das Bandeiras paulistas. São Paulo: Biblos, 1960, p. 42-43, 135-140, 368-371. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. Expedição aos Martírios. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1973. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. As 17 reproduções em bronze das esculturas rupestres dos Martírios do Rio Araguaia. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1974. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. As bandeiras do Paraupava. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977, p. 80. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. As Itacoatiaras dos Martírios. Revista Paulista de Arqueologia. São Paulo, 1982, n.1. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. O 2º descobrimento do Brasil: o interior relato documentado paulistas “ciclo paraupava” 1586-1618. São Paulo: RG editores, 2000, p. 35-37. il.
- KERN, Dirse C. *et al.* O Potencial Espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia-PA. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, Belém, 1992, v. 8, n. 2, p. 177-181. il.
- MAGALHÃES, Couto de. Viagem ao Araguaia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 221-222. (Coleção Brasileira, v. 28)
- MARINS, F. Expedição aos Martírios. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1977.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyas. Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro, 1875, t. 38, part. 1, p. 142.
- RODRIGUES, Lysias Augusto. Roteiro do Tocantins. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica ed. 1987, p. 94-95.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. A Serra dos Martyrios. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. 1904, t. 17, p. 6-9.
- SIQUEIRA, José Manoel de Rev. Memórias a respeito do descobrimento dos Martyrios pelo Rev. José Manoel de Siqueira. Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. 1886, t. 2, p. 21-22.
- SUL e Sudeste do Pará; hoje. Belém: UNICEF/AMAT, 1998, p. 234-236. il.
- VELLARD, Jean. Péroglyphes de la région de l'Araguaya. Journal de la Société des Américanistes, nouvelle série, 1931, t. 23, fasc. 50, p. 148. il.
- ### OBRAS GERAIS
- ATZINGEN, Noé von. Estudo preliminar visando a implantação da área de proteção ambiental Serra das Andorinhas - São Geraldo do Araguaia (Pará). Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 1989, p. 17-31. il. inédito.
- ATZINGEN, Noé von, SILVA, Jaconias Medeiros, RODRIGUES, Magnum Costa. O Núcleo Arqueológico de Marabá. In: BOLETIM Informativo da Fundação Casa da Cultura de Marabá. Marabá: Prefeitura Municipal de Marabá, 1999, p. 25-33. il. Edição Comemorativa 15ª aniversário.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. As gravações rupestres do cerrado - o enfoque de seus signos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1994, 235 p. il.

- BAÍOCCHI, Mari de Nazaré. Inventário arqueológico do Estado de Goiás. Esboço de pesquisas que continuam Goiânia: Museu da Universidade Católica de Goiás. Oriente, 1972. il.
- CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. São Paulo: Editora Nacional, 1949, t. 1, v. 266, p. 323. (Coleção Brasileira, série 5)
- EHRENREICH, Paul. Os Petróglifos da Ilha dos Martírios. In: Contribuições para a Etnologia do Brasil. Revista do Museu Paulista, nova série, São Paulo, 1948, v. 2, p. 89-93. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. O mistério do ouro dos Martírios; desvendado o grande segredo das Bandeiras paulistas. São Paulo: Biblos, 1960, p. 42-43, 135-140, 368-371. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. Expedição aos Martírios. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1973. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. As 17 reproduções em bronze das esculturas rupestres dos Martírios do Rio Araguaia. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1974. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. As bandeiras do Paraupava. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977, p. 80. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. As Itacoatiaras dos Martírios. Revista Paulista de Arqueologia. São Paulo, 1982, n.1. il.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. O 2º descobrimento do Brasil: o interior relato documentado paulistas “ciclo paraupava” 1586-1618. São Paulo: RG editores, 2000, p. 35-37. il.
- KERN, Dirse C. et al. O Potencial Espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia-PA. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, Belém, 1992, v. 8, n. 2, p. 177-181. il.
- MAGALHÃES, Couto de. Viagem ao Araguaia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 221-222. (Coleção Brasileira, v. 28)
- MARINS, F. Expedição aos Martírios. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1977.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyas. Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro, 1875, t. 38, part. 1, p. 142.
- RODRIGUES, Lysias Augusto. Roteiro do Tocantins. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica ed. 1987, p. 94-95.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. A Serra dos Martyrios. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. 1904, t. 17, p. 6-9.
- SIQUEIRA, José Manoel de Rev. Memórias a respeito do descobrimento dos Martyrios pelo Rev. José Manoel de Siqueira. Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. 1886, t. 2, p. 21-22.
- SUL e Sudeste do Pará: hoje. Belém: UNICEF/AMAT, 1998, p. 234-236. il.
- VELLARD, Jean. Pétroglyphes de la région de l’Araguaya. Journal de la Société des Américanistes. nouvelle série, 1931, t. 23, fasc. 50, p. 148. il.

Recebido para publicação em 25 de outubro de 1999.

COOK, Noble David. *Born to die. Disease and New World conquest, 1492-1650*. Cambridge University Press, Cambridge, 1998. xii + 248 pp., ilustrações, índices.

Francisco Silva Noelli*

A consideração das doenças epidêmicas introduzidas pelos europeus, como o mais poderoso agente depopulador dos povos ameríndios, só passou a ser levada a sério há menos de 30 anos. A *leyenda negra* e as justificativas derivadas da ideia de violência e crueldade dos conquistadores espanhóis e portugueses, vêm sendo paulatinamente suplantadas por estudos regionais que juntam dados pacientemente, documento por documento, revelando de modo não-fundamentalista a ação catastrófica de epidemias em “solos virgens” como o principal “vetor da morte” de incontáveis indígenas. Ao mesmo tempo, desde uma perspectiva local/regional e de encadeamentos territoriais mais amplos, estes estudos vêm contribuindo positivamente para superar as “fantasias aritméticas” e as “estimativas do desconhecido” a respeito do tamanho das demografias ameríndias ao tempo da chegada dos europeus e de seus declínios/extinções/recuperações em todo o continente.

O livro de Noble David Cook, a partir de exemplos pinçados de norte a sul das Américas, contribui positivamente para a consolidação do fato de que a depopulação em escala continental teve como principal agente as doenças. Mais do que guerras, escravidão, genocídio, assimilação e outros fatores sociais, políticos, ecológicos e econômicos, o autor reflete um consenso entre outros pesquisadores da temática: todos estes fatores, em maior ou menor intensidade, estariam diretamente relacionados com as doenças e, na maioria dos casos, as doenças poderiam explicar o domínio de tão poucos europeus sobre tantos indígenas. Cook defende claramente a posição de que presença das epidemias ocupa um lugar central na reinterpretação da História do contato entre o Velho e Novo Mundo, pois parte do princípio que a “leyenda negra” não cobre integralmente a explicação sobre o colapso demográfico. Ele defende a posição de que a construção da retórica em torno da cruel-

dade dos ibéricos, desde Las Casas e seus contemporâneos quinhentistas, especialmente a derivada da abordagem marxista entre os anos 60 e 80, encobriu posteriormente a pesquisa de outros fatores explicativos da depopulação ameríndia.

A importância do livro reside no seu objetivo maior, uma síntese que apresenta um panorama continental da ação das epidemias, desde 1492 a 1650, de Hudson Bay até a Tierra del Fuego. Tal intento foi alcançado, conseguindo realizar a primeira abordagem que encadeia eventos ocorridos em uma enorme área geográfica. Cook usa tanto fontes de época quanto a maioria das publicações acadêmicas sobre a temática na América Latina e Brasil, apresentando uma vasta quantidade de eventos. Simultaneamente apresenta e analisa criticamente as discussões mais relevantes, que vão das pioneiras às mais atualizadas, a partir de um conjunto formado pelos melhores trabalhos existentes. Ao mesmo tempo, de modo parcial, vai resgatando a História das pesquisas sobre as epidemias a partir de John Duffy, dos anos 50 até o presente. No entanto, deixou de tratar de alguns trabalhos pioneiros, a exemplo do de Percy Ashburn nos *The Ranks of Death: A Medical History of the Conquest of America* (1947).

Outro aspecto deste livro bem escrito e com argumentos convincentes, destinado a tradução em espanhol e português, é a evidente contribuição para aperfeiçoar a construção da História do Novo Mundo via abordagem interdisciplinar. Significa que acadêmicos e leitores comuns de vários países terão acesso a uma obra que apresenta uma perspectiva além das abordagens invariavelmente (macro) econômicas ou políticas que dominam a maioria dos manuais e sínteses publicadas até 1998. Este aspecto é relevante para os meios acadêmicos fora dos Estados Unidos, Canadá e México, onde o papel histórico e social das epidemias já alcança razoável espaço em cursos de graduação, projetos de pesquisa, eventos e publicações. Acrescentem-se aí temas de viés ecológico, e exemplo dos introduzidos por livros pioneiros como o de Carl

(*) Universidade Estadual de Maringá.

Sauer ou as mais recentes sínteses de Alfred Crosby e Warren Dean, que ainda necessitam de um desenvolvimento maior em escala local/regional. Nas universidades brasileiras esses estudos e perspectivas ainda são escassos, representados majoritariamente por autores estrangeiros e raramente por nativos. Acontece o mesmo com o mercado editorial que não publicou nesta temática, tanto nas traduções (só os livros de Crosby, *Imperialismo ecológico*, e Dean, *A ferro e fogo*) quanto em pesquisas originais.

O reflexo desta restrição científico/literária latino-americana e, sobretudo, brasileira, aparece na distribuição dos capítulos de *Born to die* e a quantidade/qualidade de informações que eles contêm. O Caribe, América Central, Andes e o Chile aparecem bem representados por diálogos com análises prévias, pois o tema já atrai interesse desde os anos 60, com destaque para Henry Dobyns, Alfred Crosby, Woodrow Borah, Sherburne Cook e Nicolás Sanchez-Albornoz, Kenneth Kiple, Linda Newson, Suzanne Alchon, W. George Lovell, Francisco Guerra, entre outros. O Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai, pouco presentes no livro e basicamente representados por fontes de segunda mão, constituem ainda verdadeiras lacunas de conhecimento, sendo áreas com rica do-

cumentação colonial inteiramente abertas à pesquisa. Na parte sobre o Brasil, Cook analisa poucos cronistas quinhentistas (Léry, Thevet e Schmidel) e baseia sua análise nos raríssimos trabalhos contemporâneos, como o impreciso *Red Gold* de John Hemming, nos artigos de Dauril Alden e Joseph Miller sobre transporte de doenças junto com escravos africanos, bem como duas versões de um artigo de Warren Dean sobre população e mão-de-obra escrava no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro.

No entanto, diante de tantas fontes coloniais, de uma exuberante interpretação, da erudita interdisciplinaridade que está em desenvolvimento a custo de intensos debates críticos levados a cabo nas últimas duas décadas, o livro de Noble David Cook representa um alerta para aqueles que pesquisam sobre os povos indígenas que viveram/vivem no atual território brasileiro: estamos, como sempre, inteiramente defasados e atrasados, não só no estudo de epidemias, mas em demografia histórica, formação da sociedade brasileira, depopulação indígena etc.. Desconhecemos estas perspectivas e suas abordagens sofisticadas, que certamente passarão à margem das efemérides do “quingentésimo aniversário do Brasil” no ano 2.000.

Recebido para publicação em 20 de maio de 1999.

SMALL, D. (Ed.) *Methods in the Mediterranean, Historical and Archaeological views on Texts and Archaeology*. Leiden, E.J. Brill, 1995, 292 pp.

Pedro Paulo A. Funari

O arqueólogo clássico norte-americano David Small reuniu, neste volume, historiadores e arqueólogos estudiosos do Mediterrâneo, a fim de discorrerem sobre as relações entre textos e evidências materiais. O livro divide-se em três grandes partes: estabelecendo o diálogo entre um historiador e um arqueólogo (pp. 25-90), características específicas do Mediterrâneo (pp. 91-176) e visões transculturais (pp. 177-273. Em cada seção, Small reuniu arqueólogos e historiadores e a introdução, escrita pelo organizador, procura dar conta das principais questões abordadas.

O objetivo do volume consistiu, segundo Small, em sua "Introdução" (pp. 1-24), em discutir o papel da Arqueologia e dos textos nos estudos mediterrâneos, com um foco metodológico, congregando tanto arqueólogos como historiadores levados a refletir sobre casos específicos. Stephen Dyson, em seu "Há um texto neste sítio" (pp.25-44), começa constatando que a agenda e o universo interpretativo do arqueólogo clássico foi excessivamente conformado pelos textos escritos, tal como proposto por filólogos e historiadores (p.27). Segundo Dyson, a maioria dos arqueólogos clássicos operam com a visão, consciente ou inconsciente, de uma Grécia de almas nobres e edifícios de mármore, resultando, até recentemente, na criação de um texto arqueológico que negligencia os pobres. Além disso, os relatórios de escavação, entregues a especialistas por categoria de artefatos, fragmenta uma realidade complexa. Dyson conclui que cabe ao arqueólogo produzir textos que, ainda que de forma ousada, tratem de questões relevantes para os estudiosos em geral, não apenas para os especialistas em categorias artefatuais.

Charles W. Hedrick (pp. 45-88, "Tucídides e o início da Arqueologia") propõe que Tucídides seja considerado o primeiro arqueólogo, na medida em que é capaz de imaginar que coisas podem ter um significado que independe do que se diga a respeito delas. Hedrick considera que Tucídides tinha uma concepção "escrevível" (*writerly*) das

coisas, que podem transmitir significados autônomos, condição essencial para a Arqueologia moderna. Josiah Ober (pp. 91-123, "Os *horoi* gregos: textos artefatuais e a contingência do significado") inicia os estudos de caso com os *horoi* gregos, marcadores inscritos de fronteira, concluindo pela necessidade de se incorporar tanto a evidência histórica como arqueológica, pois o uso de apenas uma delas pode ser enganoso.

R. Bruce Hitchner, em seu "Texto histórico e contexto arqueológico no Norte da África Romana: as tabletas Albertini e a prospecção arqueológica de Cillium" (pp. 124-142), constata, de início, que "em parte alguma, a falta de integração entre os registros textual e arqueológicos é mais sentida do que na História rural da África do Norte" (p.125). Encontraram-se evidências substanciais de terraças e de outras formas de irrigação, a indicar uma produção de azeite em larga escala. O autor contrasta os dados do levantamento arqueológico com as tabletas Albertini, nome dado a um conjunto de documentos de arquivo em madeira, datados do século V d.C., constatando amplos paralelos entre os registros arqueológicos no setor I e os *fundi* mencionados na documentação de arquivo. Hitchner conclui que haveria que ampliar a análise da evidência epigráfica à luz dos achados arqueológicos dos últimos anos.

Small, em seu "Monumentos, leis e análise: combinando Arqueologia e texto na Atenas antiga" (pp.143-174), dedica-se ao estudo das lápides funerárias e apresenta uma proposta metodológica inovadora, ao utilizar-se de estratégias analíticas desenvolvidas pela Arqueologia Histórica dos Estados Unidos. Graças a isto, procura demonstrar que o cemitério ateniense, conhecido como *Kerameikos*, oferecia oportunidades para uma constante negociação de *status*. A legislação contra as construções suntuárias não foram, assim, propugnadas pelas não-elites, mas, ao contrário, pelas elites que tentaram manter-se como detentoras dos *mnemata*, monumentos

que lembravam o poder daquelas famílias de bem. Crítica a abordagem de Ian Morris, tão em voga, cujo paradigma submete a evidência material ao discurso dos documentos escritos e Small conclui pela autonomia do discurso a partir da cultura material.

A mesma conclusão reaparece no capítulo seguinte, de Peter Kosso (“Independência epistemológica entre as evidências textual e material” pp.177-196), pois cada uma das duas categorias de evidência deve ser considerada como independente, até mesmo para que possam ser utilizadas de forma complementar (p.194). Brian Hesse, em “Criação de animais, tabus alimentares e ossos do antigo Oriente Próximo: a Zooarqueologia em um mundo pós-processual” (pp.197-232), parte de uma abordagem pós-processual que considera a domesticação de animais como parte da negociação social. Estuda o caso clássico da proibição bíblica do consumo e carne de porco e conclui que a abordagem dominante, processual, não dá conta dos fatores subjetivos envolvidos nos tabus alimentares.

Paula Wapnish (“Estabelecendo uma base conceitual para as categorias animais na Arqueologia”, 233-273) ousa dirigir-se para a ciência popular, constatando que esta se aproxima mais da moderna consciência popular do que da ciência. Estuda um animal marinho, em particular na terminologia das línguas semitas, analisa as evidências arqueológicas e artísticas, para integrar esses dados a partir da taxonomia popular, identificando uma categoria de baleia. Em termos metodológicos, ressalta que apenas a junção da Filologia, Taxonomia popular, Zoorarqueologia e a moderna Zoologia pode dar conta da questão.

O volume representa um esforço do organizador de tratar da relação entre duas disciplinas, a História e a Arqueologia, de forma a não submeter o discurso desta ao daquela, como tem sido, tantas vezes, o caso. Neste sentido, insere-se numa perspectiva que ressalta tanto a importância do diálogo da Arqueologia com outras disciplinas das Ci-

ências Humanas, como no interior da própria Arqueologia. Assim, os diversos estudos demonstram a interpenetração necessária entre documentos escritos, modelos sociológicos e evidência material, entre a análise filológica, a reflexão filosófica e a construção da interpretação arqueológica. Não se trata, pois, de submeter alguma dessas disciplinas às outras, como se uma delas fosse aquela que fornece os parâmetros hermenêuticos universais, mas de explorar as relações necessárias entre essas abordagens e perscrutar sua relevância para o discurso arqueológico. Desta forma, a Arqueologia não é uma extensão da História (p.6), nem de qualquer outra disciplina, mas uma ciência cuja autonomia é imprescindível para que se possa relacionar, como variáveis independentes, textos e artefatos. De outra forma, os artefatos aparecem como confirmação daquilo que já saberíamos pelos textos, perigo tanto maior quanto, no estudo do Mediterrâneo antigo, não raro historiadores incorporam a cultura material para confirmar esquemas interpretativos axiomáticos derivados de uma leitura acrítica dos autores antigos.

Em seguida, mas não menos importante, o volume ressalta a importância do conhecimento das diversas Arqueologias, pois a segmentação da Arqueologia em campos estanques, como a Arqueologia Clássica (do mundo greco-romano), a Arqueologia Histórica (*sensu americano*), como Arqueologia do mundo a partir do século XV ou a Arqueologia Pré-Histórica, tende a limitar os aportes teóricos e metodológicos do estudo da cultura material em qualquer contexto. David Small (p. 17) põe em relevo que “uma séria deficiência, na Arqueologia Mediterrânea, consiste em que, raramente, ela se relaciona com a Arqueologia de outras regiões do mundo”, ainda que se deva admitir que, *mutatis mutandis*, o mesmo se passa com outras Arqueologias especializadas. Pode concluir-se, pois, que a publicação deste volume contribui, de forma original e criativa, para repensar noções correntes e fornece elementos para o amadurecimento de um estudo do Mediterrâneo que transcenda quadros interpretativos habituais e, por isso mesmo, pouco afeitos à reflexão teórica mais ampla.

A GRÉCIA ANTIGA EM REVISTA

MARTIN, R. T. *Breve História da Grécia Clássica: da Pré-História à Época Helenística*. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1998, 382p. Il. e mapa.

Vagner Carvalho Porto*

O título original *Ancient Greece: From Prehistoric to Hellenistic Times*, pode nos dizer melhor qual a dimensão proposta pelo autor ao realizar este trabalho. Dividido em dez capítulos, o livro de T. Martin procura entrelaçar com sutileza todos os períodos históricos da Grécia, de modo que os fatos descritos para cada um destes períodos venha a explicitar os elementos contidos no período posterior, e desta maneira criar um corpo coeso do que foi a história da Grécia, desde suas origens até o início do período helenístico. Na verdade, este livro faz parte de um trabalho anterior “Visão Histórica Geral” incluído nas bases de dados eletrônicas publicadas em *Perseus: Interactive Sources and Studies on Ancient Greece*, Gregory Cane, organizador principal, versões 1.0 e 2.0 (Yale University Press, 1992 e 1996, respectivamente). Percebemos então que, neste sentido abrangente, a obra de T. Martin é um guia tradicional que propõe descrever de maneira sucinta todo o transcorrer da história da Grécia Antiga, dando destaque para discussões importantes como: continuidade cultural e étnica entre a pré-história e a Grécia histórica; a participação da mulher na sociedade grega; a questão da nomenclatura utilizada; a formação da *pólis*; a constituição da democracia; as guerras que emolduraram a história de Atenas; a presença da Filosofia; os desenvolvimentos religiosos e culturais. Sobre vários assuntos e, na medida em que a proposta de manual permite, são introduzidos debates que ainda hoje ocorrem e são destacadas as posições divergentes a respeito de cada ponto.

Ainda que este não seja um texto fundamentado nas informações arqueológicas exclusivamente, o autor vale-se da Arqueologia, não apenas para ilustrar os pontos que discute, como também para propor novas temáticas e abordagens. Logo de início, o autor destaca as características físicas do território grego, planícies e vales separados por montanhas escarpadas e um litoral amplamente recortado, abordando as implicações destas características para a fragmentação política na Grécia. Ainda que o autor procure destacar ser impossível identificar os povos que habitaram a Grécia em época pré-histórica como “gregos”, salienta elementos que apontam para uma continuidade entre a cultura paleolítica e a grega propriamente dita. Assim, faz questão de lembrar que muitos elementos que mais tarde tornar-se-ão características tipicamente gregas já estavam presentes anteriormente: 1º reconheciam a propriedade privada da terra; 2º interesses pelo comércio e contato com outros povos prefiguravam modelos subsequentes de trocas; 3º a exemplo dos paleolíticos, a religião grega tardia fazia dos sacrifícios de animais de grande porte seu mais importante ritual público; 4º ao contrário de outras tribos europeias que possuíam princípios igualitários, os povos que habitavam a Grécia destacavam-se por criar relações hierárquicas. Para mostrar que essa hierarquia já se observava nos primeiros habitantes da Grécia, T. Martin ilustra com o exemplo de Lefkandi, na ilha de Eubéia, século X a.C., onde foram encontrados alguns túmulos ricamente guarnecidos com produtos de luxo. Esses achados arqueológicos nos atestam que seu povo possuía comprovada diferenciação social, ou seja, possuíam relações hierárquicas, pois, os ricos túmulos pertenciam à elite local e os túmulos mais simples aos demais habitantes.

O autor insere no livro a discussão sobre as formas de contato de gregos com o Próximo Oriente. É exposta a teoria da difusão cultural a partir do Oriente, na qual o autor nos mostra como a influência do

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia. Pós-Graduação em Arqueologia, Mestrado.

Oriente Próximo sobre os gregos no período Arcaico acaba por ser refletida nas pinturas cerâmicas, nas construções de grandes templos e na utilização do alfabeto. Contudo, esta teoria é contraposta pela teoria que preconiza que as produções megalíticas e a metalurgia tiveram independência na Europa. Para demonstrar esta autonomia, o autor utiliza-se de exemplos vindos da Arqueologia como as cabeças de machados de cobre fundidas por ferreiros dos Balcãs por volta do IV milênio. Ao final da discussão, o autor procura respeitar as evidências dos vestígios materiais, sem descartar também a influência da difusão cultural.

Segundo Martin, outra influência oriental – a dos indo-europeus – provocará a substituição dos valores matriarcais dos nativos por valores patriarcais. O ponto de vista dos opositores desta idéia, que afirmam não haver provas de perda dos valores sociais e religiosos dos nativos, também é muito discutido. Quanto à opinião do autor, percebe-se que a relação entre gregos e Oriente Próximo pode ser considerada como uma espécie de “antropofagia cultural” ou seja, os gregos recebiam traços do Oriente Próximo e transportavam-nos para a sua realidade, modificando-os.

Este trecho demonstra duas coisas que são evidentes em todo o livro: a preocupação do autor em ser aberto a todas as possibilidades interpretativas (como deve ser em se tratando de ciência), e a abrangência do máximo de temas possíveis dentro do contexto analisado.

Bastante marcante nesta obra é a preocupação do autor em destacar a participação da mulher na vida da Grécia Antiga. Sua presença é relatada a começar pelos valores matriarcais presentes nas tribos nativas habitantes da Grécia, até sua participação na política das cidades helenísticas. No período Clássico, por exemplo, a mulher tinha uma participação muito bem definida na sociedade, com obrigações na vida religiosa e cotidiana, mas também com direitos muito bem definidos, como era o caso das festas em honra a Deméter, as tesmofórias, cuja participação se restringia apenas às mulheres (Aristófanis). T. Martin também apresenta, ao discorrer sobre a filosofia de Platão, como na cidade utópica do filósofo, a mulher possuía plenos direitos governamentais. O autor aponta que esta característica de Platão teria sido provavelmente uma influência da filosofia de Sócrates.

Outro tema tratado por Thomas Martin é o período minóico e micênico, também profundamente

abordado pela obra de Walter Burkert (1993), principalmente no que concerne aos aspectos religiosos. Martin discorre sobre como eram os palácios minóicos e micênicos e, sobre sua arte metalúrgica, atestada especialmente por suas espadas de bronze. Há um debate na obra a respeito das possíveis influências minóicas sobre Micenas. T. Martin procura mostrar alguns exemplos que evidenciam certas disparidades: falavam línguas diferentes; os micênicos queimavam oferendas aos deuses, os minóicos não; os minóicos construíam santuários em grutas, topos de montanhas ou no campo, já os micênicos não construíam fora de seus centros habitacionais; por fim, mostra os micênicos como um povo guerreiro, belicismo este atestado pelos achados de uma armadura completa de bronze micênico descoberta num túmulo do século XIV a.C. em Dendra, cidade que ficava a nordeste do Peloponeso.

Ao tratar do comércio e das relações de troca que se originam em período pré-histórico, e que se estendem para os minóicos e micênicos, o autor faz uma longa discussão sobre a questão da reciprocidade. Tema atual e candente nas discussões das trocas no mundo grego, a reciprocidade é largamente abordada por autores como M. Mauss (1924) e K. Polanyi (1968). Apesar de não fazer citação a esses autores em suas referências bibliográficas, podemos captar na obra de T. Martin toda influência dos estudiosos que tratam deste tema.

Exemplo desta influência, é o tratamento dado ao famoso episódio da *Ilíada* (6.226-229) em que Diomedes e Glauco, antes de se confrontarem, descobrem que suas famílias estavam ligadas tradicionalmente por laços de amizade e hospitalidade. Estes laços os impedem de lutar entre si, pois a *aretê* (excelência) presente em um cidadão os faz cumprir o código de comportamento estabelecido. Este episódio nos demonstra que a questão da reciprocidade envolve muitos elementos, e que entre eles estão os laços de amizade e hospitalidade. Podemos perceber que não prevalece na troca o valor abstrato contido no material, pois Glauco trocou suas armas de ouro no valor de cem bois, contra as armas de bronze no valor de nove bois de Diomedes. Isso mostra que neste período anterior à formação da *pólis*, as coisas possuíam um valor concreto, determinado pela obrigação de dar e retribuir um presente dado. Questão muito tratada mais recentemente por N. Parise (1969).

Também é digna de menção a questão da nomenclatura utilizada pelo autor. Martin utiliza em sua

obra termos como Idade do Bronze, Idade das Trevas, Idade do Ouro, para retratar períodos históricos bem definidos. O emprego de determinadas terminologias, como é o caso da Idade das Trevas ou Idade do Ouro, é passível de discussão uma vez que esses termos se caracterizam por sua unilateralidade de análise do momento histórico abordado, e também porque junto a isso revela uma estrutura tradicional à qual já nos referimos. Entretanto, a Arqueologia tem cuidado muito deste período e muito tem se descoberto nos últimos anos a respeito do funcionamento da sociedade grega nos séculos X – VIII a.C. Consciente deste problema, T. Martin justifica a manutenção da terminologia tradicional para que a ordem cronológica dos fatos possa fazer sentido dentro da estrutura que foi adotada. Assim, ao tratar do período intitulado Idade das Trevas, por exemplo, o autor faz uma séria explanação sobre como viveu o povo grego desde o final do período micênico até o início da Idade Arcaica, e mais importante: mesmo dentro desta abordagem tradicional oferece condições para refletirmos e discutirmos como teria se extinguido o mundo micênico, apresentando possíveis heranças aos posteriores gregos dos períodos arcaico e clássico.

Outro tema importante neste livro é a constituição da *pólis*. Vários são os elementos que surgiram no período Arcaico e que estabeleceram condições para as novas formas políticas que estavam por vir. Em primeiro lugar, o autor mostra que o repovoamento da Grécia depois de 900 a.C. aconteceu graças à produção de cereais, ou vice-versa, ou os dois concomitantemente. Em segundo lugar, o autor apresenta os elementos que compunham a elite: nascimento, riqueza, e um código de comportamento estabelecido pela excelência do indivíduo. Terceiro, o autor nos sugere que a ausência de estados imperiais na Idade das Trevas, assim como as dificuldades físicas da Grécia contribuíram para a formação da cidade-estado grega.

Dentro do contexto da formação da *pólis*, Thomas Martin procura mostrar de que maneira os cidadãos gregos foram adquirindo, a partir do século VII a.C., apesar de suas diferenças econômicas, o direito à participação política, mesmo que a direção da vida pública coubesse à elite. Apresenta a idéia, sugerida por alguns autores, de que foram os hoplitas (soldados) que iniciaram a luta pela extensão dos direitos civis a todos os gregos. Contudo, o autor defende que, primeiro, os chefes precisavam de milícias formadas por pobres, daí estender a eles os direitos à cidadania, e em segundo lugar, os tira-

nos eram “populistas”. ou seja, em troca de apoio era dado aos mais pobres o direito à participação na vida civil da cidade-estado.

Thomas Martin nos remete a uma discussão importante dentro do contexto da constituição da *pólis*: a autocracia grega gerida pela auto-suficiência da *pólis* versus as necessidades de produtos estrangeiros que acabavam por circular pela *ágora* e que demonstravam uma certa fragilidade do sistema político grego que se formava. Ora, se havia uma necessidade em adquirir certos produtos vindos de fora da Grécia, como entender a *pólis* como sistema autônomo? O autor, habilmente incita o leitor ao questionamento e à reflexão; nos apresenta os diversos pontos de vista que discutem esta questão deixando evidente a sua preocupação com a coerência e a veracidade dos fatos.

Um outro grande ponto também levantado por T. Martin dentro da constituição da *pólis* é a discussão de que a maioria das informações que temos atualmente sobre a constituição das cidades-estados dizem respeito a Atenas. O autor nos desperta para o fato de que é tentador ter em Atenas um modelo pré-determinado de *pólis* para estudarmos as demais cidades-estado, por dois motivos básicos: primeiro, porque a história tradicional fez questão de enfatizar a grande Atenas clássica e sua Idade do Ouro; e, em segundo lugar, porque as informações arqueológicas a respeito das demais *póles* são insuficientes para um estudo mais elaborado. Atenas não deve ser vista como um modelo de formação social. As informações que possuímos sobre Atenas não devem ser generalizadas para toda a Grécia e, na medida em que as fontes permitem, devemos respeitar as diferenças das *póles* gregas, pois que cada cidade-estado possuía características próprias, determinadas por suas condições geográficas, políticas, sociais e econômicas.

O autor reserva uma parte importante de sua obra para a questão da colonização grega. Os gregos se fixaram ao longo do mar Egeu, no norte da África, Itália, Sicília, e na costa do mar Negro. Que motivos levaram os gregos a deixar o continente e partir para a colonização de outras terras? Os interesses podiam ser os mais vastos: a procura de outras terras aráveis, o comércio, ou mesmo a explosão demográfica. Outra razão, mencionada pelo autor, é o caso dos filhos da elite que não tinham a sorte de nascerem primogênitos, o que lhes tirava o direito sobre a herança. A melhor solução para estes gregos era partir para começar uma nova vida em

outros locais, lembrando que eram os oráculos que aconselhavam estes homens a buscar os melhores caminhos, os melhores lugares. E isso evidencia todo o caráter religioso que permeava a vida dos gregos como bem nos ensina Vernant (1990).

Dentro do esquema tradicionalmente estabelecido pela historiografia, o autor contrapõe Atenas e Esparta. Faz uma bem caracterizada exposição do cotidiano do povo espartano, evidenciando seu caráter militar. Expõe as principais características dos tiranos que governaram estas cidades: primeiro, apesar de usurparem o poder pela força pondo fim às dinastias, estabeleceram dinastias; em segundo lugar, os tiranos eram anteriormente membros da elite social; e em terceiro lugar, precisavam do apoio das massas o que fazia dos tiranos figuras populistas. Continuando esta contraposição entre Atenas e Esparta, o autor contextualiza a evolução das leis: são muito bem redigidas as linhas que tratam das participações de Drácon e Sólon. Também são apresentadas as tiranias de Psístrato, e as reformas democráticas de Clístenes. É marcante na obra a preocupação em explicar a origem da democracia para os gregos, e para isso o autor nos dá o exemplo da vida democrática contida nos *demoi* compostos por aldeias distribuídas pelos campos. Procura, com isso, evidenciar a evolução do sistema judiciário na Grécia, e a busca dos atenienses pela mais perfeita forma democrática.

A obra de Thomas Martin nos apresenta ainda as muitas guerras que emolduraram a história da Grécia Antiga. É dada ênfase inicialmente às guerras médicas passando depois pela abordagem dos acontecimentos que induziram às guerras entre atenienses e espartanos. O autor faz ainda uma reflexão sobre a formação do império ateniense, e termina por destacar as conquistas de Alexandre da Macedônia.

Apoiado principalmente pelos relatos de Heródoto, T. Martin realiza um bem detalhado andamento dos fatos que geraram a guerra entre gregos e persas. Para o autor, a coragem dos gregos em enfrentar a poderosa força militar persa estava diretamente relacionada com o ideal de liberdade política iniciado no período arcaico, ideal esse que se estendeu por todo o continente, e que atingirá seu ápice no século V a. C..

Dentro do contexto das guerras médicas, o autor procura demonstrar como foi possível a Atenas atingir um grau de prosperidade ímpar, se comparado com as demais pólis gregas. Primeiro, porque foram des-

cobertas em Atenas grandes minas de prata que puderam financiar as construções dos navios e pagar os soldados; em segundo lugar, porque ao liderar a Liga de Delos Atenas tinha controle dos tributos das cidades-estado menores; e em terceiro lugar, porque recebia contribuições dos ricos habitantes, além dos fundos que se depositavam nos santuários.

São profundas também as marcas da guerra do Peloponeso para Atenas. Seguindo de perto os relatos do historiador Tucídides, Thomas Martin expõe os motivos do início da guerra, mostrando que os primeiros conflitos entre *pólis* menores como Mégara, Potidéia e Córira, acabaram por envolver as grandes potências militares como Atenas e Esparta, por uma questão de hegemonia e poder. O autor faz uma descrição da peste que assolou a cidade de Atenas por causa das condições insalubres registradas em Atenas depois que as populações do campo ultrapassaram os limites dos muros da cidade. Esses habitantes foram colocados para dentro dos muros por conta de uma estratégia militar que visava esgotar as forças espartanas expostas ao desgaste e a fome.

A guerra aguçou os conflitos entre os dois grupos de maior expressão política em Atenas: a facção democrata e os oligarcas. Essas querelas foram aguçadas devido às divergências quanto às estratégias a serem adotadas diante do inimigo, e quanto à continuidade da permanência de Atenas na guerra, já que alguns membros da oligarquia tentavam minar a força política dos democratas, pedindo inclusive o apoio popular para reverter o comando político de Atenas.

Thomas Martin não é apenas descritivo no que concerne às guerras, a presença dos tragediógrafos e suas peças de teatro, representam toda uma discussão sobre como a sociedade ateniense estava vivendo e aceitando aquele momento conflituoso de sua história. Durante os anos que se seguiram à guerra do Peloponeso, a organização dos festivais de teatro tiveram muitos percalços, pois os investimentos militares desviavam os recursos destinados às outras atividades da *pólis*. Contudo, alguns deles foram realizados, destacando-se as comédias de Aristófanes que tinham como uma de suas principais inspirações justamente a crítica à guerra. Aristófanes utilizava-se da sátira para apontar as conseqüências da guerra do Peloponeso, os principais traços abordados em suas peças eram: a redução da população, a devastação provocada pela epidemia e constrangimentos financeiros.

Começaram a partir do período arcaico a surgir nas cidades gregas os filósofos, e o conflito entre o

racionalismo e a religiosidade entre os gregos tornou-se uma constante. Esses conflitos envolvendo razão e religião serão bastante acentuados nos séculos seguintes. O autor também nos lembra que os filósofos influenciavam sobremaneira nas questões políticas e sociais das *pólis* gregas. Na Grécia clássica, por exemplo, as pessoas influentes temiam que as idéias do sofista Protágoras pudessem vir a quebrar a estrutura da *pólis*. Protágoras partia da idéia de que as instituições e os valores humanos eram apenas uma questão de convenção, o que implicava que as instituições humanas tradicionais eram arbitrárias e não fundamentadas na natureza imutável; e a idéia de que, sendo a verdade uma coisa relativa, os oradores deviam ser capazes de defender os dois lados de uma questão de forma igualmente persuasiva. Em outras palavras, os oradores, que eram justamente membros da elite, faziam da retórica uma habilidade amoral. A combinação destas duas idéias parecia ser excepcionalmente perigosa para uma sociedade tão dedicada à palavra falada, porque ameaçava com mudanças imprevisíveis os valores públicos partilhados pela *pólis*.

A partir da exposição de detalhes que conhecemos hoje sobre a vida de Sócrates, o autor apresenta de forma bastante acessível, o método socrático, pedra fundamental na construção da filosofia ocidental. Thomas Martin procura mostrar as inovações difundidas pelo desenvolvimento da Filosofia, discorre sobre a filosofia de Platão e sua cidade utópica. Procura mostrar também a importância que Platão via no aprendizado da Filosofia, Matemática e Astronomia para se ter um bom desenvolvimento na sociedade. T. Martin nos apresenta a idéia de que Platão acreditava na existência de uma alma humana e na existência de um deus Demiurgo (“artesão”) que teria gerado o mundo. Com relação a Aristóteles, a obra de Thomas Martin apresenta as diversas habilidades científicas do filósofo. O autor também discute a posição

de Aristóteles do ponto de vista político: assemelhava-se à de Platão ao criticar as democracias, porque considerava que elas eram o domínio da maioria, e não das pessoas educadas e da elite. Também nos é apresentada a postura de Isócrates e o desenvolvimento da retórica voltado para a política. Com relação ao período helenístico, a Filosofia adquire uma divisão em três frentes principais: a Lógica, o processo da descoberta da verdade; a Física, a verdade fundamental acerca da natureza da existência; e a Ética, o modo como os seres humanos devem adquirir a felicidade e o bem-estar, como consequência da Lógica e da Física.

Martin termina sua obra apresentando em linhas gerais o significado e as inovações do período helenístico. Do ponto de vista político, a instauração das monarquias impunha a discussão fundamental sobre a legitimidade do poder pelos generais herdeiros de Alexandre, e a inauguração de dinastias reais. Do ponto de vista cultural, a arte deixava gradualmente de ser pública, como ocorria no período clássico, e passava a ser cada vez mais individualizada. E do ponto de vista religioso, os cultos locais como os de Asclépio e de Ísis ganharam bastante relevo.

A obra de Thomas Martin apresenta ainda mapas, quadros cronológicos, planos e fotografias, recursos simples, é verdade, mas que auxiliam, e muito, o leitor, seja ele estudante ou pesquisador. Destaca-se, também, uma lista de leituras selecionadas por capítulos, mais um aspecto comprovador de sua preocupação científica. *Breve História da Grécia Clássica* pode não ser na verdade um ensaio especificamente arqueológico, mas trata-se de um rico compêndio, que levanta questões muito pertinentes para a Arqueologia, induzindo-nos a reflexões oportunas acerca da história do mundo grego antigo. Ao concluir esta resenha, posso afirmar que a obra de Thomas R. Martin consegue realizar aquilo a que se propõe, ser um guia atualizado para o estudo da história da Grécia.

Referências bibliográficas

BURKERT, W.

1993 *Religião Grega na Época Arcaica e Clássica*. Lisboa, Gulbenkian.

MAUSS, M.

1968 Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques (1923-24). Rep. em *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF.

PARISE, N.

1994 *Nascita della Moneta e Forme Archaiche dello Scambio*. Roma, Guidotti.

POLANYI, K.

1968 *Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays*. G. Dalton (Org.). Boston, Beacon Press.

VERNANT, J.P.

1979 *Mito e Pensamento entre os Gregos*. São Paulo, Difel.

Recebido para publicação em 11 de outubro de 1999.

JONES, S. *The Archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. Londres, Routledge, 1997, 180 pp.

Airton B. Pollini Jr.*

Com o objetivo de criar um corpo teórico para a análise da etnicidade em arqueologia, Siân Jones compôs um livro extremamente importante para arqueólogos, historiadores e antropólogos, com a preocupação de abranger todos os principais posicionamentos relacionados à etnicidade, desde o século XIX até a década de 1990. Uma das motivações da autora ao escrever este livro foi, certamente, o fato de o estudo da etnicidade ser central para os debates recentes sobre as implicações políticas da pesquisa arqueológica, assim como para a interpretação arqueológica tradicional. O primeiro grande mérito do livro é, desde o início, demonstrar a necessidade da conscientização, por parte de todos os cientistas sociais, das influências e conseqüências políticas das pesquisas sobre a etnicidade, o que faz deste livro uma referência para todos, inclusive não-arqueólogos.

São precisamente estas influências e conseqüências que indicam a obrigatoriedade da análise simultânea da etnicidade (e a construção de identidades) no passado e no presente, ou seja, deve-se observar o quanto a construção de determinada etnia é resultado de um posicionamento político tomado na época em que a pesquisa é feita. A autora não se cansa de mostrar, por todo o livro, o quanto a teoria, o método e os resultados de certa pesquisa foram influenciados pela política, não importando a época analisada. A conclusão de Jones é que não há dados factuais e neutros e que todas as pesquisas têm uma natureza política implícita; entretanto, este reconhecimento não enfraquece a validade da Arqueologia, desde que esse posicionamento político seja sempre levado em consideração. Em suas palavras:

“a aceitação de que o passado nunca está morto e de que os restos arqueológicos são passíveis de serem envolvidos na construção corrente de identidades potencialmente diversas e fluidas vai facilitar o

desenvolvimento de relações dinâmicas e engajadas entre a arqueologia e as comunidades contemporâneas”¹ (Jones 1997: 141).

Além de enfatizar o componente político de todas as pesquisas arqueológicas, Jones dedica uma grande parte do seu livro a descrever as principais teorias de etnicidade em Arqueologia, desde o conceito de raça do século XIX até as recentes proposições formuladas na primeira metade da década de 1990, abordando e criticando todos os principais movimentos.

Procedendo dessa maneira, a autora começa com o *modelo histórico-cultural* de Gustaf Kossinna (1911, 1921 [1914]) e Gordon Childe (1927 [1925], 1956, 1969 [1950]). Ele é criticado por partir da suposição de que estabilidade, ordem e equilíbrio caracterizam as sociedades tradicionais e portanto as sociedades são representadas como unidades homogêneas, sem alteração no espaço e ao longo do tempo. Entretanto, já há algum tempo é sabido que a realidade é muito mais heterogênea do que esses conceitos podem perceber. A conclusão de Siân Jones é que esse conceito de cultura não é absoluto, mas arbitrário.

Seguindo o mesmo princípio, Jones recapitula e critica a *Nova Arqueologia* ou *Arqueologia Processual*, dominante entre as décadas de 1960 e 1970 e que teve como principais representantes L. Binford (1972, 1983), Binford & Binford (1968), D. Clarke (1978 [1968]) e C. Renfrew (1972, 1979). Em relação à etnicidade, a principal falha é que, em última instância, os processos envolvidos na criação de uma etnia seriam essencialmente similares aos processos

(1) “The acceptance that the past is never dead, and that archaeological remains are likely to be involved in the ongoing construction of potentially diverse and fluid identities, will facilitate the development of dynamic and engaged relationships between archaeology and living communities.”

(*) Aluno do D.E.A. Les Cultures de l'Antiquité Classique, Université de Paris X.

de construção de gênero, classe e relações de parentesco. Isto porque todas são categorias culturalmente forjadas a partir da percepção de uma diferença real ou presumida, levando a uma tendência a ignorar as diferenças entre os grupos étnicos em contextos históricos e sociais distintos.

Apesar de representar um conjunto heterogêneo, com posicionamentos distintos, a chamada *Arqueologia Pós-Processual*, nas últimas três décadas, tenta superar as principais falhas da *Nova Arqueologia*. Como pode ser observado a partir das discussões do Congresso Mundial de Arqueologia (WAC – *World Archeological Congress*),² o primeiro aspecto desta superação é a inclusão da etnicidade como tema central nos debates; e o segundo ponto relevante é a relação entre a política e a Arqueologia na construção de identidades e etnias.

Dentre as teorias agrupadas na designação de *Arqueologia Pós-Processual*, a primeira pela qual Jones se interessa é a perspectiva *primordial* – cujos conceitos foram desenvolvidos inicialmente por Edward Shils (1957) e posteriormente por C. Geertz (1963). Sua crítica se direciona à definição de etnia como sendo o conjunto de características primordiais atávicas, por esta ser ou muito genérica ou muito obscura e não possuir, portanto, um grande poder elucidativo. Assim, esta perspectiva não comporta a natureza fluida das delimitações étnicas, da mesma forma que não capta as variações em diferentes contextos sociais e em diferentes indivíduos.

A crítica de Jones em relação à perspectiva *instrumental* (Barth 1969; Cohen 1969, 1974) é a sua redução da etnicidade à mobilização e à politização da cultura na organização de grupos de interesse, negligenciando a dimensão cultural da etnicidade – esta tendo um papel apenas secundário na formação e transformação da identidade étnica. Aproximando etnicidade a grupo de interesse, a consequência do seu reducionismo é transformar todos os seres humanos em seres racionais em busca de seu interesse, sem distinguir os grupos étnicos de outros grupos de interesse coletivo, como classe por exemplo. Esta perspectiva não consegue, portanto, explicar claramente o surgimento dos grupos étnicos.

O objetivo de Siân Jones ao escrever este livro e sua motivação para descrever e analisar as diversas perspectivas que estudam a etnicidade em Arqueologia era criar um corpo teórico abrangente e que conseguisse superar as deficiências dos anteriores. Para produzir uma análise da formação e transformação dos grupos étnicos em contextos sociais e históricos variados, a autora adota uma definição processual de etnicidade do tipo mais genérico, ou seja, a identificação étnica envolve um processo social complexo. Para ela, somente uma definição bastante ampla pode ser utilizada como uma ferramenta adequada a esses diferentes contextos. A partir dessa definição, é necessário observar as particularidades culturais de cada grupo étnico na sua própria identificação étnica.

Para construir então a sua formulação teórica, utilizando o conceito de *habitus* formulado por P. Bourdieu (1977), seguido também por G. C. Bentley (1987), Siân Jones começa por definir etnicidade:

“Etnicidade é um fenômeno multidimensional, constituído de diferentes formas em diferentes domínios sociais. Representações de etnicidade envolvem a oposição dialética de práticas culturais situacionais relevantes e experiências históricas associadas com tradições culturais diferentes. Conseqüentemente, raramente há uma relação um-para-um entre as representações de etnicidade e toda a gama de práticas culturais e condições sociais associadas com um grupo particular.”³ (Jones 1997: 100).

Dessa forma, a sua definição rompe com a noção convencional de delimitação territorial, temporal ou cultural de uma etnia. Utilizando uma concepção dialética, Siân Jones procura, como um dos objetivos de seu livro, esclarecer as relações entre etnicidade e Arqueologia. Ela argumenta que a cultura material está ligada tanto ao reconhecimento quanto à expressão da etnicidade, ou seja, a cultura material contribui para a formação de uma etnia ao mesmo tempo que é estruturada por ela. Como resultado, algumas formas ou estilos presentes na cul-

(2) Ver a recente compilação dessas discussões em: P. P. Funari, S. Jones & M. Hall (Eds.) *Historical Archaeology: back from the edge (one world archaeology)*, 31), London, Routledge, 1999.

(3) “*Ethnicity is a multidimensional phenomenon constituted in different ways in different social domains. Representations of ethnicity involve the dialectical opposition of situationally relevant cultural practices and historical experiences associated with the different*

tura material podem ser utilizados para sinalizar etnicidade, enquanto outros podem entrecruzar os limites étnicos.

Entretanto, essa escolha não é arbitrária: a expressão consciente da etnicidade por meio da cultura material está ligada a disposições estruturais, como modo de produção ou acesso a certos recursos, por exemplo. Embora estas disposições condicionem todos os aspectos das práticas culturais e das relações sociais de certo estilo de vida, a relação entre a etnicidade e a cultura material depende dos contextos específicos.

“Categorias étnicas podem persistir, enquanto a cultura material envolvida na significação consciente destas categorias muda e, da mesma forma, as referências étnicas de um estilo particular de cultura material podem mudar, enquanto os estilos continuam os mesmos. Portanto, a relação entre os estilos da cultura material e a expressão da etnicidade pode estar constantemente mudando de acordo com o tempo e o espaço.”⁴ (Jones 1997: 122).

A natureza multidimensional da etnicidade pode resultar em um padrão complexo de sobreposição das distribuições da cultura material em diferentes contextos sociais e históricos. Os padrões de produção e consumo da cultura material envolvida na comunicação da “mesma” identidade étnica podem variar qualitativa e quantitativamente em diferentes contextos. Dessa forma, a relação entre etnicidade e cultura material parece ser intangível e particularmente problemática para os arqueólogos. Todavia, se há uma relação entre as disposições e as orientações historicamente constituídas – que conduzem as práticas e entendimentos das pessoas – e o reconhecimento e a expressão da etnicidade, os arqueólogos podem utilizar esses conceitos em suas análises, tal como é advogado neste livro. Para tanto, para a análise da etnicidade em Ar-

queologia, é essencial um amplo conhecimento dos contextos culturais e sociais passados, derivados de uma variedade de fontes e dados. Concluindo, ela afirma:

“Em particular, é necessário examinar os modos de interação social e a distribuição do poder material e simbólico entre os grupos de pessoas porque, como argumentado acima, etnicidade é um produto da interseção de similaridades e diferenças nos *habitus* das pessoas e das condições que caracterizam qualquer situação histórica. Um conhecimento adequado da organização social no passado é também importante, já que etnicidade é tanto uma construção transitória de atos repetitivos de interação e comunicação, como um aspecto da organização social que se torna institucionalizada em diferentes graus, e de diferentes formas, em diferentes sociedades. Além disso, uma aproximação histórica é crucial, dado o papel do processo histórico na geração e expressão da etnicidade.”⁵ (Jones 1997: 126).

Como pudemos perceber, o livro de S. Jones aborda várias questões importantes para a análise arqueológica. Dois dos seus principais méritos são, em primeiro lugar, demonstrar a necessidade da conscientização política implícita em qualquer pesquisa e a possibilidade de utilização política desta pesquisa por grupos de interesse. Em segundo lugar, a sua mais importante contribuição foi o esforço de identificar e criticar as falhas ou imprecisões de muitas das principais teorias que tratam da etnicidade em Arqueologia.

Finalmente, S. Jones salienta a necessidade da construção de um corpo teórico integrado que consiga apreender a relação existente entre etnicidade e cultura material, um objetivo bastante ambicioso. A

cultural traditions. Consequently there is rarely a one-to-one relationship between representations of ethnicity and the entire range of cultural practices and social conditions associated with a particular group.”

(4) “*Ethnic categories may persist, whilst the material culture involved in the conscious signification of these categories changes, and likewise the ethnic referent of particular styles of material culture may change, whilst the styles themselves remain the same. Thus, the relationship between material culture styles and the expression of ethnicity may be constantly shifting according to time and place.*”

(5) “*In particular, it is necessary to examine modes of social interaction and the distribution of material and symbolic power between groups of people, because, as argued above, ethnicity is a product of the intersection of similarities and differences in people’s habitus and the conditions characterizing any given historical situation. An adequate knowledge of past social organization is also important, as ethnicity is both a transient construct of repeated acts of interaction and communication, and an aspect of social organization which becomes institutionalized to different degrees, and in different forms, in different societies. Moreover, an historical approach is crucial, given the role of historical process in the generation and expression of ethnicity.*”

autora conseguiu dar um grande passo neste sentido com a recomendação de que se deve observar todos os contextos históricos e sociais, as expressões simbólicas e as relações de poder entre indivíduos e grupos sociais. A grande dificuldade é que, em grande

parte das vezes, o arqueólogo não dispõe de todas essas informações preliminares, necessárias para aproveitar na íntegra a teoria de S. Jones; de qualquer forma, há no seu livro uma nova direção para analisar a etnicidade em Arqueologia.

Referências bibliográficas

- BARTH, F. (Ed.)
1969 *Ethnic groups and boundaries*. Boston: Little Brown.
- BENTLEY, G.C.
1987 Ethnicity and practice. *Comparative Studies in Society and History*, 29: 24-55.
- BINFORD, L.R.
1972 *An Archaeological perspective*. New York: Seminar Papers.
1983 *In Pursuit of the past*. London: Thames & Hudson.
- BINFORD, L.R.; BINFORD, S.R.
1968 *New perspectives in archaeology*. New York: Aldine.
- BOURDIEU, P.
1977 *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHILDE, V.G.
1927 *The Dawn of European civilization*. London: [1925] Kegan Paul.
1956 *Piecing together the past: the interpretation of archaeological data*. London: Routledge.
1969 *Prehistoric migrations in Europe*. Oosterhout, [1950] Anthropological Publications.
- CLARKE, D.
1978 *Analytical archaeology*. London: Methuen. [1968]
- COHEN, A. (Ed.)
1974 *Urban ethnicity*. London, Tavistock Publications.
- GEERTZ, C. (Ed.)
1963 *Old societies and new states*. New York: Free Press.
- KOSSINNA, G.
1911 *Die Herkunft der Germanen*. Leipzig: Kabitzsch.
1921 *Die Deutsch Vorgesichte: eine Hervorragend*
[1914] *Nationale Wissenschaft*, Mannus-Bibliothek 9.
- RENFREW, C.
1972 *The Emergence of civilization: the Cyclades and the Aegean in the third millenium B.C.*. London: Methuen.
1979 *Problems in European prehistory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- SHILS, E.
1957 *Center and periphery: essays in macrosociology. Selected papers of Edward Shils*, vol. II. Chicago: Chicago University Press.

Recebido para publicação em 25 de maio de 1999.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999, 65 pp.

Judith Mader Elazari*

Há alguns anos tem se trabalhado na valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro em atividades educacionais tanto em museus como em outras instituições culturais. Em muitos destes trabalhos está sendo utilizada a metodologia da Educação Patrimonial, inclusive a ação educativa desenvolvida pelo Serviço Técnico de Musealização da DDC/MAE, onde sou educadora, tem se baseado teórica e praticamente nesta metodologia.

Até hoje não havia sido elaborado material didático especialmente sistematizado, com teoria e práticas, dentro desta concepção de “compreensão, entendimento e valorização” dos bens culturais de uma povo, ao alcance de uma clientela bem específica: professores, educadores de museus e outros profissionais que trabalhem com esta temática cultural na qual se dá importância a um “processo contínuo de experimentação e descoberta”

Esta publicação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, coordenada pela Professora Dra. Maria de Lourdes Parreiras Horta (atualmente Diretora do Museu Imperial –Petrópolis, RJ – e introdutora da metodologia da Educação Patrimonial no Brasil), com textos escritos também pelas educadoras Eveline Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro e a colaboração de aplicadores desta metodologia em vários pontos do Brasil, é de grande clareza, especifica vários conceitos, princípios metodológicos e experiências baseados na Educação Patrimonial.

Ter em mãos este tipo de recurso didático é de grande utilidade para quem trabalha em museus, principalmente, com o público escolar (professores e alunos) e públicos especiais, pois melhor esclarece e fundamenta o trabalho de “conhecimento, apropriação e valorização de diferentes culturas, em diferentes lugares e épocas”

Fica claro neste Guia que através da metodologia da Educação Patrimonial se trabalha o objeto cultural, não só aquele “consagrado” mas é salientado que pode-se orientar os “professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças chave no desenvolvimento de currículos e não simplesmente como mera ilustração das aulas”.

Os “exercícios de estímulos à percepção e análise” apresentados neste Guia são artifícios didáticos de grande importância para o estudo do objeto, inclusive, o STM/MAE utiliza roteiros de análise de objetos semelhantes em várias de suas atividades e tem obtido bons resultados educacionais.

É muito importante, e em especial para quem trabalha com artefatos e sítios arqueológicos, a explicação apresentada neste Guia sobre as semelhanças entre o trabalho com a metodologia da Educação Patrimonial e o trabalho dos arqueólogos, ambos se preocupando em “ler as evidências do passado no presente, para delas tirar conclusões e conhecimentos”

A sugestão da atividade para o público escolar “Os sítios arqueológicos: escavando o presente para encontrar o passado” nos dá a possibilidade de “aprender fazendo” através da iniciação do aluno na “compreensão da evidência cultural e nos diferentes modos de analisá-la levando-o a perceber o processo de reconstituição do passado por meio dos fragmentos e vestígios observados no presente”

Esta sugestão pode ser relacionada com a interdisciplinariedade, tão discutida e divulgada nos meios educacionais brasileiros (inclusive nos Parâmetros Curriculares Nacionais publicados pelo Ministério da Educação e do Desporto), pois, como citam as autoras, “os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio natural são um recurso educacional importante, pois, permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que são importantes para a vida dos alunos. Dessa forma podem ser usados como detonadores e motivadores para qualquer área

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Divisão de Difusão Cultural, Serviço Técnico de Musealização.

do currículo ou para reunir áreas aparentemente distintas no processo de ensino/aprendizagem”. Estas relações ficam muito claras através de exemplos de experiências apresentados nesta publicação.

Os vários estudos de caso assim como as orientações práticas sobre elaboração de material de apoio, avaliação da experiência, são eficazes, objetivas, instigantes e mesmo ousadas, possibilitando um trabalho promissor.

Salientando mais uma vez a importância deste tipo de publicação é aconselhável que ela seja divulgada amplamente nos meios que trabalham no empenho do conhecimento, reflexão e valorização dos bens culturais, não se dispensando, porém, a realização de Encontros, Seminários, Congressos (regionais, estaduais, nacionais e internacionais), sobre esta metodologia, sua aplicação, avanços teóricos e outros tipos de reflexões.

Recebido para publicação em 20 de dezembro de 1999.

Notas

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE DATAÇÃO PELO CARBONO-14 E ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A DATAÇÃO DE SAMBAQUIS

Introdução

Nos estudos do Quaternário recente, o método de datação rádio-isotópico do ^{14}C é de longe o mais utilizado. Dada a distribuição ubiquista deste elemento, esta técnica é válida em qualquer lugar do mundo e serve para datar madeira, ossos, conchas, sedimentos etc. Ela é ideal para datar os eventos ligados à história do homem desde o paleolítico até a época histórica, tendo-se revelado um instrumento primordial para a arqueologia.

Vários problemas podem se apresentar em relação à cronologia de sedimentos quaternários e de sítios arqueológicos, de modo que consideramos útil apresentar alguns comentários a esse respeito. Principalmente, deve-se levar em conta as diversas fontes de erros possíveis nas datações e as múltiplas formas de apresentação das datas.

Princípios do método de datação pelo radiocarbono

O carbono-14 é um isótopo radioativo do carbono produzido continuamente na alta atmosfera pela irradiação cósmica do ^{14}N . Com o tempo, os átomos de ^{14}C se desintegram por perda espontânea de radioatividade e se transformam num novo elemento (^{14}N , ^{40}K , ^{40}Ar ou ^{40}Ca). Ao longo do tempo geológico, um equilíbrio dinâmico foi estabelecido entre a velocidade de produção do ^{14}C e sua velocidade de desintegração no estoque global. Este equilíbrio foi rompido com a primeira explosão atômica na atmosfera, devido ao aumento artificial da produção deste elemento.

Uma vez formados, os átomos de ^{14}C são incorporados ao CO_2 atmosférico e assimilados no ciclo do carbono dos organismos vivos, da mesma forma que os átomos dos dois isótopos estáveis, ^{12}C e ^{13}C . O conteúdo em ^{14}C nos tecidos orgânicos está em equilíbrio com o conteúdo atmosférico, devido às trocas que se efetuam durante toda a vida do organismo. Quando ele morre, essas trocas deixam de existir e o ^{14}C começa a se desintegrar continuamente, sem ser renovado.

A vida média do ^{14}C é de 5730 anos. Isto significa que um organismo que morreu há 5730 anos tem atualmente a metade do seu conteúdo original em ^{14}C . Ele terá 25 % deste conteúdo daqui a 5730 anos, e assim por diante. Assim sendo, a idade radiocarbono de uma amostra fóssil pode ser obtida comparando-se a radioatividade específica $^{14}\text{C}/^{12}\text{C}$ desta amostra com a radioatividade específica de um padrão de referência. O padrão utilizado é de 1950 e o resultado é apresentado em “anos antes do presente” (BP, *before present*), isto é, “antes do ano 1950”

Quando os princípios da datação pelo radiocarbono foram definidos, a vida-média do ^{14}C foi estimada em 5568 anos. Cálculos mais precisos indicaram que ela é na verdade de 5730 ± 30 anos, mas para evitar confusões os laboratórios continuaram usando a “vida-média de Libby”, i.e., 5568 anos (Bradley 1985). A diferença entre a idade estimada a partir da “vida-média de Libby” e a idade “verdadeira” é constante e de pequena magnitude. A correção pode ser obtida multiplicando-se o resultado fornecido pelo laboratório por 1,03 (Goudie 1981, *apud* Salgado-Labouriau 1994).

No entanto, diversos outros fatores provocam distorções muito mais importantes entre as datas radiocarbono e as datas reais. As principais destas fontes de erro são apresentadas a seguir, assim como as correções que podem ser feitas.

1. Incorporação diferencial do ^{14}C pelas plantas

Um dos princípios do método de datação pelo radiocarbono é que os vegetais assimilam os diferentes isótopos do carbono nas mesmas proporções em que eles existem na atmosfera. Este não é sempre o caso. O ^{12}C tem tendência a ser fixado preferencialmente ao ^{14}C , e isto de acordo com taxas que variam segundo o ciclo fotossintético de cada espécie. A magnitude desta distorção pode ser conhecida pela medida do teor de ^{13}C da amostra, pois a fixação do ^{14}C e do ^{13}C é proporcional.

Assim, de modo a normalizar os resultados e torná-los comparáveis entre si, um acordo internacional determina a correção de todas as datas segundo um valor de $d^{13}C$ de -25‰ , que é o valor médio na madeira (Bradley 1985).

Atualmente, todos os laboratórios de datação fornecem os resultados sob forma de “datas radiocarbono convencionais”, isto é, normalizadas pelo $d^{13}C$ utilizando os valores médios estimados para diversos componentes orgânicos (Stuiver & Polach 1977, *apud* Stuiver & Reimer 1993). O $d^{13}C$ da amostra corresponde à diferença relativa entre esta amostra e um padrão de referência. O padrão de referência internacional mais freqüentemente utilizado é o Pee Dee Belemnite (PDB), que corresponde ao CO_2 extraído a 25 °C do rostró de um belemnite da formação “Pee Dee”, do Cretáceo de Carolina do Sul, EUA (McCrea 1950, Craig 1957, *apud* Tasayco-Ortega 1996).

Não se deve esquecer que esta correção não foi feita para as datações mais antigas (até mais ou menos a metade da década de 70), e que é indispensável levar este fato em consideração para interpretá-las.

2. Variações do teor de ^{14}C na atmosfera

Um outro princípio deste método de datação é a premissa de que o teor de ^{14}C na atmosfera tenha se mantido constante ao longo do tempo. No entanto, flutuações importantes foram detectadas. Elas são provavelmente devidas a fatores como a variação da taxa de produção do radiocarbono na atmosfera, a variação na taxa de troca do radiocarbono entre os diversos reservatórios geoquímicos e a variação da quantidade total de CO_2 na atmosfera, biosfera e hidrosfera (Bradley 1985).

As variações do teor de ^{14}C na atmosfera podem ser conhecidas de forma bastante precisa através de estudos dendrocronológicos. Quando se encontram seqüências bem datadas de anéis de crescimento de árvores, elas são um instrumento ideal para a calibração do radiocarbono.

O estudo de milhares de anéis de crescimento permitiu a calibração das datas ^{14}C para os últimos 11.000 anos com uma precisão de 10 a 20 anos (Becker 1993). Para épocas mais antigas, até os últimos 30.000 anos, a calibração foi possível graças a datações urânio-tório (U-Th) sobre corais (Bard *et al.* 1990). Um banco de dados baseado nestes estudos permite atualmente o cálculo das datas ca-

libradas até 18.000 anos convencionais BP, com a ajuda de programas de calibração como o CALIB 3.0 (Stuiver & Reimer 1993).

Devido a uma homogeneização incompleta, existe uma diferença no conteúdo atmosférico de ^{14}C entre os dois hemisférios. Para a calibração de amostras provenientes do Hemisfério Sul, deve-se previamente subtrair 40 anos da data fornecida pelo laboratório. No caso de amostras posteriores ao ano de 1850, a diferença é menor e pode ser negligenciada (Stuiver & Reimer 1993).

3. O efeito reservatório

Efeito reservatório é o efeito de envelhecimento aparente das datas radiocarbono, freqüente na datação de organismos marinhos. Ele é consequência do fato de que a taxa de renovação das águas oceânicas é muito mais lenta do que a da atmosfera, sobretudo para a água situada abaixo da termoclina (camada de água do mar com forte gradiente vertical de temperatura, entre a água quente da superfície e a água fria do fundo).

As águas profundas podem ficar centenas de anos sem ter contato com a atmosfera. Durante este tempo, seu teor em ^{14}C diminui. Num organismo marinho atual, o teor de ^{14}C está em equilíbrio com o da água onde ele vive. Ele em geral apresenta datações entre 320 e 450 anos quando habita águas oceânicas superficiais, mas que podem ir até 2500 anos quando habita águas profundas (Bradley 1985).

O efeito reservatório é acentuado em zonas de ressurgência. Nestes locais, águas profundas pobres em ^{14}C se misturam às águas superficiais, que estão em equilíbrio com o CO_2 atmosférico. A datação de organismos destas regiões fornece idades intermediárias entre as águas profundas e superficiais, isto é, idades envelhecidas com relação às obtidas a partir de organismos similares que habitam à mesma profundidade em zonas sem ressurgência (Bradley 1985).

Estas datações aparentes podem ser corrigidas quando se conhece a diferença da atividade específica entre o ^{14}C do reservatório (neste caso, o oceano) e o da atmosfera. Elas não são obrigatoriamente constantes no tempo e podem ser obtidas, por exemplo, a partir de datações U-Th de corais.

Calibrações médias para os oceanos são atualmente disponíveis até 12.000 anos BP (Stuiver & Braziunas 1993). Por medida de simplificação,

um valor constante de 400 anos é em geral utilizada na estimativa do efeito reservatório. Este valor é a média do que é observado em alto mar nas latitudes baixas e médias (Stuiver & Braziunas 1993; Bard *et al.* 1993).

Um envelhecimento aparente das datas radiocarbono também é freqüente em regiões onde existem muitas formações carbonatadas, ou quando um lago é alimentado por descargas de água subterrânea contendo uma certa proporção de carbonatos fósseis dissolvidos. Quando estes efeitos são detectados, os autores em geral propõem coeficientes de correção calculados a partir de medidas sobre o ambiente atual, ou por comparação com datas obtidas por outros métodos, por exemplo o U-Th (Sylvestre 1997).

4. O efeito de rejuvenescimento

Um rejuvenescimento aparente das datações também é freqüente. Ele é em geral devido à contaminação por material atual (radicelas, matéria orgânica dissolvida etc.), quando estes elementos não são completamente eliminados pelo tratamento químico ao qual a amostra é submetida.

Outra fonte de rejuvenescimento das datações medidas é a recristalização do carbonato, incorporando carbono recente após o depósito. Este processo é difícil de detectar quando a recristalização é fraca, mas características mineralógicas e isotópicas podem permitir a identificação das amostras onde uma possibilidade de recristalização deve ser considerada (Sylvestre 1997).

Apresentação das datas radiocarbono

As datas radiocarbono devem ser apresentadas de modo a não provocar confusão. A terminologia “anos BP”, ou “anos ¹⁴C BP” deve ser reservada à data convencional, isto é, à data fornecida pelo laboratório de datação, em geral normalizada pelo d¹³C. Esta terminologia, adotada internacionalmente, deve ser prefe-

rida à de “anos AP” freqüentemente utilizada no Brasil.

As datas calibradas devem ser apresentadas sob a forma “anos cal BP”. Elas podem também ser transformadas em “datas calendário” ou “anos reais” e neste caso devem ser apresentadas sob a terminologia “BC” (antes de Cristo) ou “AD” (“anno Domini”, i.e., depois de Cristo).

A transformação das datas calendário em datas calibradas pode ser feita simplesmente somando 1950 anos à data calendário BC ou subtraindo a data calendário AD de 1950, e vice-versa (ver exemplo na Tabela I).

É extremamente importante conhecer as limitações dos métodos de datação e levar em consideração as margens de erro. As datas radiocarbono são, como todas as medidas de radioatividade, enunciados de probabilidade. Cada data é definida como o ponto médio de uma curva de Poisson com o seu desvio padrão, e representa unicamente um nível conhecido de probabilidade (Bradley 1985).

A margem estatística fornecida pelos laboratórios de datação, que deve ser indicada em todos os casos, é o desvio padrão (1 sigma). O desvio padrão determina o intervalo no qual a data radiocarbono exata tem duas chances sobre três de se encontrar, i.e., o “intervalo de confiança”. Por exemplo, uma datação de 5000 ± 100 anos BP significa que há 68 % de probabilidade de que a verdadeira data esteja entre 4900 e 5100 ans BP (1 sigma), 95% de probabilidade de que ela esteja entre 4800 e 5200 anos BP (2 sigma) e 99 % de que ela esteja entre 4700 e 5300 anos BP (3 sigma).

Note que as datas calibradas são em geral apresentadas com 2 sigma de intervalo de confiança.

Tabela I

material datado	data convencional	data calibrada (2 s)	data calendário (2 s)
carvão	1000 ± 50 BP	980 - 790 cal BP	970 - 1160 AD
conchas	1000 ± 50 BP	650 - 500 cal BP	1300 - 1450 AD
carvão	5000 ± 100 BP	5920 - 5480 cal BP	3970 - 3530 BC
conchas	5000 ± 100 BP	5570 - 5030 cal BP	3620 - 3080 BC
carvão	12000 ± 80 BP	14260 - 13670 cal BP	12310 - 11720 BC
conchas	12000 ± 80 BP	13800 - 13310 cal BP	11850 - 11360 BC

TABELA I - Calibração de datações radiocarbono obtidas sobre carvão e sobre conchas e transformação das datas calibradas em datas calendário. A calibração das datas obtidas sobre conchas foi feita considerando-se uma correção de efeito reservatório “global” para águas oceânicas superficiais. As datas apresentadas são hipotéticas; as calibrações foram feitas utilizando-se o programa CALIB 3.0 (Stuiver & Reimer 1993).

Principais fontes de erro nas datações de sambaquis

Uma das principais fontes de erro nas datações de sambaquis é provavelmente a ocorrência de inversões estratigráficas. De fato, Gaspar (1995/96) observa que problemas de estratigrafia são frequentes nestes sítios. Eles podem ser devidos à manipulação do sedimento pelas populações que habitaram o sítio, à abertura de sepulturas e/ou ao nivelamento do solo habitado. Em geral estas inversões podem ser identificadas por critérios arqueológicos. Frequentemente, no entanto, é a inversão de datas que atrai a atenção do arqueólogo para possíveis problemas estratigráficos.

Um efeito de rejuvenescimento devido à contaminação da amostra por matéria orgânica atual também é comum. Ele é mais freqüente quando a amostra provém de níveis superficiais e/ou quando a quantidade de material fornecida para a datação é muito pequena. Nestes casos, é possível que os elementos contaminantes não possam ser completamente eliminados pelo tratamento químico feito no laboratório de datação.

Naturalmente, um cuidado especial deve ser tomado durante a coleta da amostra para datação, a fim de evitar contato com substâncias orgânicas. No entanto, a utilização de células de flotação para lavar o sedimento e concentrar os carvões a serem datados não apresenta nenhum risco de contaminação (Fontugne, *comunicação pessoal*), desde que os carvões sejam em seguida bem secos em recipientes plásticos. Evita-se assim uma contaminação por fibras de papel ou pelo desenvolvimento de fungos quando o material é guardado úmido.

O efeito de rejuvenescimento também pode ocorrer quando os sambaquis apresentam concreções carbonatadas. Os carbonatos são particularmente susceptíveis à contaminação pelo carbono moderno, pois eles participam diretamente das reações químicas com as águas da chuva e do solo. A maior parte dos moluscos são primitivamente formados de aragonita, que pode se dissolver e recristalizar sob forma de calcita. Durante este processo pode haver incorporação de carbono moderno.

Por precaução, é importante evitar a datação de material proveniente de concreções.

Datações envelhecidas devido ao efeito reservatório são também comuns no caso de sambaquis. Elas se devem à prática de datar conchas marinhas. Como não existem ainda estimativas precisas para o efeito reservatório no litoral brasileiro,

as correções são feitas levando-se em conta o efeito reservatório “global”, estimado em 400 anos. Estas correções são imprecisas, principalmente em zonas de ressurgência, como por exemplo na região de Cabo Frio, ou em áreas onde os moluscos vivem sobre rochas calcárias. Neste caso, os moluscos utilizam os carbonatos das rochas sobre as quais eles vivem, velhas de milhões de anos, na construção de suas conchas.

Em consequência deve-se sempre que possível evitar a datação de conchas. Uma metodologia de amostragem adaptada, por exemplo a utilização de células de flotação (Ybert *et al.* 1997), permite quase sempre a recuperação de uma quantidade de carvão suficiente para a datação, sobretudo atualmente, quando as técnicas de AMS se tornam mais acessíveis.

Conclusão

Embora extremamente difundido, o método de datação pelo ^{14}C apresenta uma série de limitações que devem ser levadas em conta na interpretação dos resultados cronológicos. Diversos fatores de distorção das datas obtidas em laboratório são conhecidos, mas a maior parte deles pode ser corrigida. É indispensável se assegurar, antes de utilizar uma datação para interpretar seqüências cronológicas, se alguma correção, e qual, foi ou deve ser aplicada a este resultado (por exemplo, correção pelo d^{13}C ou efeito reservatório).

No caso dos sambaquis, observa-se frequentemente que as datações são feitas indistintamente sobre carvões e conchas, e que os resultados são comparados entre eles sem nenhuma correção. Ora, a calibração das datações com correção do efeito reservatório resulta num rejuvenescimento relativo das datas obtidas sobre conchas (Tabela I). Em consequência, estes resultados não são diretamente comparáveis entre si, sob pena de induzir sérios erros de interpretação.

Tanto em sítios arqueológicos quanto em outros estudos do Quaternário recente, é importante privilegiar a datação de matéria orgânica terrestre (madeira, carvão, ossos, sedimentos orgânicos de origem terrestre...). Quando a datação sobre conchas ou sobre outros materiais susceptíveis de sofrer um efeito reservatório não pode ser evitada, ou quando estas datações devem ser comparadas com outras, é imprescindível levar este efeito em consideração e fazer as calibrações necessárias.

Deve-se também dar uma atenção especial à apresentação dos resultados, e não comparar dados não comparáveis (por exemplo datas convencionais com datas calibradas, datas calibradas com anos reais etc.).

Estas recomendações podem ser úteis não somente aos estudiosos de sambaquis, mas a todos os pesquisadores que lidam com seqüências cronológicas obtidas a partir do radiocarbono. Ter consciência das limitações do método, efetuar sem-

pre as correções pertinentes e atentar para o significado das datas obtidas pode nos conduzir a aproveitar todas as potencialidades deste método de datação. Sem dúvida, nossas interpretações de seqüências cronológicas serão muito aperfeiçoadas, e é possível que diversos problemas estratigráficos aparentes se revelem na verdade inexistentes!

Rita Scheel-Ybert*

Referências Bibliográficas

- BARD, E.; ARNOLD, M.; FAIRBANKS, R.G.; HAMELIN, B.
1993 ^{230}Th - ^{234}U and ^{14}C ages obtained by mass spectrometry on corals. *Radiocarbon* 35 (1): 191-199.
- BECKER, B.
1993 An 11,000-year German oak and pine dendrochronology for radiocarbon calibration. *Radiocarbon* 35 (1): 201-213.
- BRADLEY, R.S.
1985 *Quaternary paleoclimatology. Methods of paleoclimatic reconstruction*. Boston, Unwin Hyman. 472 p.
- GASPAR, M.D.
1995/ 1996 Datações, construção de sambaqui e identidade social dos pescadores, coletores e caçadores. *Coleção Arqueologia*, Porto Alegre, 1 (1) : 377-398.
- SALGADO-LABOURIAU, M.L.
1994 *História ecológica da Terra*. São Paulo, Edgar Blücher Ltda. 307 p.
- STUIVER, M.; BRAZIUNAS, T.F.
1993 Modeling atmospheric ^{14}C influences and ^{14}C ages of marine samples to 10,000 BC. *Radiocarbon* 35 (1): 137-189.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J.
1993 Extended ^{14}C data base and revised CALIB 3.0 ^{14}C age calibration program. *Radiocarbon* 35 (1): 215-230.
- SYLVESTRE, F.
1997 *La dernière transition glaciaire-interglaciaire (18 000 – 8 000 ^{14}C ans B.P.) des Andes Tropicales du Sud (Bolivie) d'après l'étude des diatomées*. Tese de Doutorado. MNHN. Paris. 311 p.
- TASAYCO-ORTEGA, L.A.
1996 *Variations paléohydrologiques et paléoclimatiques d'une région d'upwelling au cours de l'Holocène: enregistrement dans les lagunes côtières de Cabo Frio (État de Rio de Janeiro, Brésil)*. Tese de Doutorado. Univ. Paris VI. 321 p.
- YBERT, J.P.; SCHEEL, R.; GASPAR, M.D.
1997 Descrição de alguns instrumentos simples utilizados para a coleta e concentração de elementos fósseis de pequenas dimensões de origem arqueológica ou pedológica. *Rev. MAE-USP* 7: 181-189.

(*) Laboratoire de Paléoenvironnements, Anthracologie et Action de l'Homme (UPRESA 5059), Université Montpellier II. Institut de Botanique, 163 rue Auguste Broussonnet, 34090 Montpellier, França.

NOTA COMPLEMENTAR AO ARTIGO “ÁRTEMIS E HÉCATE EM DELOS: APONTAMENTOS DE ICONOGRAFIA RELIGIOSA”*

Em um estudo sobre a iconografia de Ártemis e Hécate em Delos, apontamos a partir da página 148 quatro bases de estátuas, todas de mármore, provenientes dessa ilha, com uma particularidade comum: todas elas possuem na face superior uma cavidade de encastramento triangular destinada a receber o fuste triangular de estátuas de Hécate tríplice do tipo hermaico característico de Delos. As dedicatórias inscritas nestas bases mencionam o nome de Ártemis, em três delas, e o de Hécate, em um quarto exemplar.

Nossa conclusão a respeito destes documentos indica uma associação íntima entre a iconografia de Ártemis e a de Hécate em sua forma tríplice, a tal ponto que a expressão imagética de Ártemis poderia assumir exatamente a mesma forma de Hécate tríplice, em um contexto preciso, o de Delos (p. 152).

Ora, estas bases de Hécate tríplice do tipo hermaico deviam ser, na ilha de Delos, bastante frequentes e não se limitar apenas aos exemplares conhecidos, a julgar por um achado fortuito em agosto de 2000 por ocasião de nossa missão de pesquisas em Delos: dentre as inúmeras “pierres errantes” depositadas na casa da École Française d’Athènes, encontradas ao acaso aqui e ali pelos arredores, deparamos com



um pequeno exemplar de base de estátua, objeto desta nota complementar.

Descrição: base de mármore branco, provavelmente sem número de inventário, conservada por enquanto na “Maison de Fouilles” de Delos. Dimensões: comp. 15cm; larg. 11,2cm; alt. 7,75cm. A cavidade de encastramento triangular mede 6,1cm de lado e 1,6cm de profundidade. Não comporta dedicatória inscrita (ver figura).

Trata-se, sem dúvida alguma, de mais um exemplar da série publicada no artigo acima mencionado. Apesar de não comportar inscrição, a cavidade triangular de encastramento confirma que esta pequena base suportava uma estatueta de Hécate tríplice do tipo hermaico comum em Delos. Por outro lado, a sua proveniência, arredores da casa de École Française d’Athènes, a aproxima do exemplar número 1 que publicamos anteriormente (p. 149 e Fig. 11), também encontrada nessa região.

Desconhecemos a função exata destes documentos: eram ex-votos em santuário de Hécate ou em capelas domésticas em que se prestava um culto a esta divindade? As duas hipóteses são aceitáveis, porém não temos a proveniência precisa dos achados e nem seus contextos arqueológicos para confirmar tais suposições.

*Haiganuch Sarian***

(*) *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, S. Paulo, 8: 145-153, 1998.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

O SENSO ESTÉTICO NA PRODUÇÃO DE EXEMPLARES ARTÍSTICOS DE ALGUNS POVOS INDÍGENAS: PROJETO DE ESTUDO

Encontra-se no MAE um projeto de estudo sobre o tema: “O senso estético na produção de exemplares artísticos de alguns povos indígenas” de responsabilidade de Orlando Sampaio Silva, professor titular de Antropologia da Universidade Federal do Pará, aposentado, e, presentemente, pesquisador visitante neste Museu.

Partindo da afirmação de Hegel de que existe uma “familiaridade universal com as regras de produção artística” e que, portanto, em tese, todo homem é potencialmente capaz de produzir arte, o belo, “desde que conheça a espécie de procedimento”, o autor do projeto decidiu estudar produções artísticas de povos indígenas, do ponto de vista estético, mas, também com abordagem etnológica. Trata-se de um estudo no qual os objetos a serem analisados já se encontram integrando o acervo de um museu de Arqueologia e Etnologia. É um estudo de exemplares da *cultura material* de povos tribais.

Na primeira fase da implementação do projeto, estão sendo focalizadas máscaras de dança ritual produzidas por índios Tükúna. Estas máscaras, na prática, destinam-se a encobrir as cabeças e os corpos dos usuários-dançarinos, tornando-os incógnitos no mistério presente no rito de passagem da “moça nova” Elas são fabricadas de líber de árvores e apresentam desenhos e pinturas de grande expressividade. O projeto em curso objetiva, fundamentalmente, a análise e a interpretação destas produções de arte pictórica presentes nas máscaras, dos aspectos estético e etnológico.

As máscaras foram coletadas no campo por pesquisadores que já estão falecidos, como o eminente etnólogo Harald Schultz. Portanto, como é comum acontecer em estudos que se desenvolvem com estas características em acervos de museus, não foi o responsável pelo projeto em andamento quem fez a coleta do material objeto de estudo junto ao grupo indí-

gena que o produziu, nem tem o mesmo a possibilidade do diálogo com os pesquisadores-coletores. Estes fatos são cientificamente relevantes, porque condicionam e delimitam o tipo de abordagem possível de ser realizado. O analista-crítico não tem informações fundamentais de primeira mão sobre motivações, interpretações, representações, significados, técnicas de produção etc. a partir dos produtores das peças em estudo, nem dos pesquisadores que as coletaram.

Em conseqüência, deve concentrar sua acuidade na observação direta dos objetos de estudo em si mesmos e procurar compensar a falta daquelas informações com a recorrência à bibliografia especializada. É verdade que o responsável pelo projeto esteve mais de uma vez com os índios Tükúna, em diversas de suas aldeias, no Alto Rio Solimões, porém em missão de estudo que se voltava para outra temática, tal seja, a questão das relações em que se encontravam envolvidas essa sociedade indígena e a sociedade nacional em seu escalão local e a inclusa situação das terras indígenas. Estas visitas de estudo não lhe propiciaram a oportunidade de abordar, junto à tribo, a temática do presente estudo, porém, ofereceram-lhe a chance da observação, ainda que de passagem, da arte pictórica Tükúna.

O MAE dispõe, em seu acervo, de grande quantidade de máscaras rituais Tükúna. O projeto prevê o estudo de algumas destas vestes rituais, em uma amostra aleatória, porém representativa, de vez que cada um destes disfarces e as pinturas apresentadas são exemplares e únicos na produção artística desses índios. Cada objeto observado é descrito em seu todo e, em particular, nas expressões pictóricas que contém. Estas são apresentadas em seus aspectos estéticos e, em articulação com estes, são interpretados seus possíveis significados simbólicos. Assim, o estudo busca, além de desvendar os entrecruzamentos

ontológicos entre os mitos, a expressão artística e o ritual dos índios Tükúna, também uma

síntese do senso estético tão aguçado desse povo.

*Orlando Sampaio Silva**

Recebido para publicação em 10 de junho de 1999.

(*) Universidade Federal do Pará, professor aposentado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pesquisador visitante.

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA – UMA CAÇA AO TESOURO? REFLEXÕES DE GEORGE F. BASS

O objetivo desta nota é chamar a atenção para a problemática que envolve os sítios arqueológicos submersos em águas brasileiras, e principalmente os formados por restos de naufrágios. Criou-se ao longo dos anos uma tradição de se referir a tais sítios como locais de acesso “impossível”, verdadeiros ambientes intransponíveis, para pesquisadores arqueólogos. Mas, do que ninguém se deu conta até hoje, é que esta tradição – lenda, na realidade – foi criada pelos próprios caçadores de tesouros, ou seja, as pessoas mais interessadas em afastar os arqueólogos desse campo de pesquisa.

Assim, o “mito” do alto investimento e do alto risco ressaltado pelos aventureiros, necessários – segundo eles – para se explorar essa gama de sítios, ganhou espaço na mídia, na opinião pública e principalmente no campo de ação da arqueologia brasileira, a qual até a realização de nossas pesquisas,¹ havia se intimidado frente aos discursos convincentes da livre iniciativa, apesar de não aceitar a justificativa de comercialização do patrimônio arqueológico submerso como uma recompensa justa ao investidor.

Preocupados com esta situação, semelhantes a momentos que abalaram outros países em outras épocas, resolvemos publicar na íntegra o célebre e clássico “underground” de George F. Bass² – então presidente do Institut of Nautical Archaeology (INA) – que conseguiu metaforizar a problemática existente entre a caça ao tesouro e a arqueologia subaquática. O texto foi preparado por ocasião de um debate político sobre a legislação do patrimônio cultural subaquático nos Estados Unidos da América e foi publicado pela Revista *Sea History*, em 1979.

Segue o texto:

(1) Pesquisas arqueológicas sistemáticas realizadas no ambiente aquático do litoral sul paulista.

(2) Arqueólogo norte-americano, que aprendeu a mergulhar nos anos 50 e foi o primeiro a experimentar as técnicas que permitiram a realização da pesquisa arqueológica subaquática com a mesma seriedade que em superfície.

O homem que roubava as estrelas³

Quando olhei para o céu naquela noite, primeiro pensei que uma nuvem havia coberto uma parte da Via Láctea. Mas o ar fresco da noite não tinha nenhuma umidade. Depois de limpar os meus óculos e olhar outra vez, percebi que a estrela *Mizar* tinha desaparecido e liguei para o observatório da universidade mais próxima.

“Falta uma estrela” eu disse, “A estrela *Mizar* não está lá!”

“No momento não temos nenhuma informação” foi a resposta.

A edição seguinte da *Tempus*, a nossa melhor revista, trazia uma explicação. Com o título *Ciência* apresentava uma breve informação:

“O astrônomo Claude Blakely, depois de anos de pesquisa e experimentação, conseguiu finalmente desenvolver um método para capturar estrelas. Por um preço que não revelou, vendeu a estrela *Mizar* a um colecionador anônimo em Genebra. Este, através de um porta-voz de Nova Iorque, assegurou ao público que a estrela será exposta num planetário particular, dentro dos próximos dois anos, e que centenas de cidadãos assim poderão vê-la”

Indignado, comecei a enviar cartas a revistas, editores e políticos. As estrelas, dizia eu, pertencem a toda a gente. Aos astrônomos cabe fazer os mapas das estrelas, medi-las e estudá-las nos mínimos detalhes. Mas, acrescentava eu, os astrônomos devem correr atrás do conhecimento. Não era suposto possuírem as estrelas. E eu não julgava que o Sr. Blakely devesse ser chamado de astrônomo.

“A sua atitude me choca pela arrogância”, respondeu-me um dos mais conhecidos colunistas. “Claude Blakely sabe mais de astronomia do que qualquer doutor, ou então não poderia ter capturado aquela estrela. E de qualquer modo, porque é que os astrônomos profissionais não de ter *todas* as estre-

(3) Texto traduzido pelo autor desta nota, com autorização de George F. Bass.

las? Há um número suficiente por aí afora. O senhor só está com inveja por nunca ter capturado nenhuma”

A minha objeção de que o público, tal como os astrônomos, tinha direito às estrelas e de que as gerações futuras tinham o direito de vê-las no céu, ficou sem resposta.

Algumas pessoas escreveram aos seus congressistas, mas devido ao fato de a grande maioria viver em cidades poluídas, onde nunca podiam ver qualquer estrela, poucas cartas foram enviadas. Um jovem congressista de um dos Estados, onde o céu era excepcionalmente claro acabou por promulgar uma legislação contra a prática de se capturar estrelas.

Nessa ocasião, porém, Blakely já tinha vendido os direitos do seu sistema de capturar estrelas a um certo número de sócios.

“As mãos viscosas da iniciativa governamental estão tentando arrancar os despojos do trabalho árduo do último dos grandes inventores” trovejou o colonista. “Claude Blakely e os seus sócios representam a última fronteira da iniciativa privada”

Na noite em que reparei que a estrela *Sirius* já não estava no céu, abri o *Boletim dos Amigos das Estrelas Particulares*, que tinha chegado no correio daquela tarde; tinha como logotipo uma águia segurando uma estrela nas suas garras, flanqueada por bandeiras americanas ondulantes.

“Caros cidadãos, escrevam aos seus congressistas sobre a conspiração de inspiração comunista que quer retirar os nossos direitos de capturar e de vender as estrelas. Há milhões de estrelas nos céus, como qualquer criança sabe. E nem sequer se podem ver todas porque algumas delas estão longe demais. Não pode haver qualquer razão racional para se querer que *todas* elas fiquem lá em cima. Especialmente quando há bilhões de dólares para se ganhar por investidores privados. Manifestem-se por seus direitos de americanos, manifestem-se pela livre iniciativa!”

Entretanto, o céu, à noite, começou a ficar esmorecido. Os investidores andavam atrás das estrelas mais brilhantes e cintilantes, e assim as de primeira magnitude começaram a desaparecer numa proporção alarmante.

Os astrônomos juntaram-se e tomaram posições públicas sobre o que estava acontecendo.

“Conhecimentos preciosos sobre a formação do universo estão se perdendo para sempre. Não

me dá nenhum prazer saber que a estrela *Betelgeuse* está no porão de um duque austríaco qualquer” escreveu um. “Está fora do contexto”

Um senador de um Estado com o céu extremamente poluído declarou para um jornal local: “Finalmente a astronomia está dando dinheiro e não simplesmente gastando-o. Agora serão poupados milhões de dólares de bolsas da Fundação Nacional de Ciência, que de outro modo seriam desperdiçados em telescópios maiores ou em mais rádios-telescópios. Alguma vez todos os astrônomos, gastando todo este dinheiro durante séculos, produziram um centavo para o público? Eles falam de conhecimento. Claude Blakely é o primeiro a mostrar bom senso”

Quando a estrela *Polaris* foi capturada, tive a certeza de que a maré ia virar a favor dos astrônomos amadores e profissionais. Mas, com exceção de alguns navegadores, a maioria das pessoas estava olhando para as telas de seus aparelhos de televisão e não podiam se preocupar com isso.

“Por que é que eles não usaram o satélite?” Perguntou a minha irmã quando leu um artigo sobre um marinheiro que se perdeu por causa das estrelas desaparecidas e acabou encalhando nas rochas. “É para isso que servem todos estes satélites, não é?”

“Eles irão roubar satélites logo-logo” murmurei eu. Deixei cair todas as fotografias de noites estreladas uma após uma, numa pilha no chão entre meus pés. “Era assim que costumava ser”

Para finalizar, por indicação do próprio Bass, cabe uma reflexão sobre o tema. Pois, se substituímos nesta história **estrelas** por **naufrágios**, teremos a descrição precisa do que está acontecendo hoje no Brasil frente às tentativas de liberação oficial – em trâmite no Senado Federal – da caça ao tesouro em águas brasileiras.

Vale o alerta! Nós arqueólogos que trabalhamos no ambiente aquático, sabemos que nossas pesquisas não extrapolam os orçamentos previstos para quaisquer outras intervenções arqueológicas em superfície, e nem mesmo arriscamos nossas vidas mais que os outros colegas. Trata-se de uma lenda criada pela livre iniciativa, como já dissemos anteriormente, que temos de combater. Somos totalmente contra a

comercialização de artefatos provenientes de sítios arqueológicos submersos como justificativa de financiamento da ação aventureira de caçadores de tesouro. Pois, consideramos esses

sítios como a parte “molhada” e mais preservada do Patrimônio Cultural da Humanidade, e ninguém tem o direito de explorá-los em benefício próprio.

*Gilson Rambelli**

Recebido para publicação em 10 de novembro de 1999.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Doutorando em Arqueologia, Bolsista FAPESP, Membro do ICUCH / ICOMOS (International Committee on Underwater Cultural Heritage); do ICOMOS-BRASIL; da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).

AÇÃO EDUCATIVA JUNTO À EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “A ESCRITA NO MUNDO ANTIGO”

A equipe de educadores da DDC/MAE vem trabalhando há alguns anos junto a exposições temporárias e/ou itinerantes montadas pelo MAE (assim como junto à exposição de longa duração “Formas de Humanidade”), em diferentes cidades do Estado de São Paulo e na capital paulista. Para tal foram estabelecidos alguns princípios, dentre eles: treinar/orientar professores e/ou monitores para atuarem como mediadores entre o público escolar e as exposições, a partir de uma proposta educativa (baseada nos princípios da Educação Patrimonial), e também, quando possível, trabalhar com escolares de diferentes faixas etárias, em monitorias organizadas e preparadas previamente.

A partir da exposição temporária “A Escrita no Mundo Antigo”, começamos a receber também grupos de pessoas não vinculadas diretamente à educação formal, ou seja, público da Terceira Idade e grupos formados esporadicamente.

O Projeto de Ação Educativa junto a essa exposição, montada no Centro Cultural Maria Antonia (CEUMA), da USP, foi elaborado com base nas experiências anteriores, mas com as especificidades que este tema exige, assim como com uma integração da equipe que elaborou o projeto expositivo.¹ Desta prática surgiu muita troca de idéias possibilitando a melhor compreensão dos conceitos e de informações que queremos comunicar através da exposição.

Neste trabalho foi muito importante a “ação articulada, embora não sistêmica, entre as atividades museográficas (desenvolvidas pelo museógrafo Mauricio Cândido da Silva) e educativas (desenvolvidas pela educadora Judith Mader Elazari)” presentes nesta exposição sobre a “Escrita no Mundo Antigo”

Os objetivos gerais da Ação Educativa foram os seguintes:

Experimentar diferentes estratégias de ação educativa para exposições temporárias;

Refletir sobre a importância da escrita para diferentes povos do Mundo Antigo;

Apresentar ao público visitante a oportunidade de observar diferentes tipos de escritas do Mundo Antigo;

Oferecer dados para reflexão sobre o poder da escrita no Mundo Antigo e hoje;

Levantar polêmicas sobre escrita e oralidade;

Discutir alguns aspectos do processo de construção de conhecimentos sobre escritas antigas desde que seus vestígios foram encontrados até sua chegada ao museu.

Ao público escolar, de Terceira Idade e grupos especiais foram oferecidas atividades orientadas de acordo com a sua especificidade.

1. Atendimento ao Público Escolar

Trabalho de orientação para professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio:

Consideramos fundamental o atendimento a professores, enquanto agentes multiplicadores. Procuramos fornecer subsídios teóricos e metodológicos para que eles pudessem ampliar e aprofundar sua observação e seu conhecimento sobre o desenvolvimento da escrita no Mundo Antigo, assim como instrumentalizá-los para a realização de atividades com seus alunos junto à exposição, segundo os objetivos principais da ação educativa em museus. Todas estas expectativas vão de encontro à convicção de que os professores devem preparar seus alunos antes da visita ao MAE (ou a qualquer outro museu), deixando claro os objetivos da mesma e finalmente darem continuidade ao trabalho na sala de aula.

Assim sendo, foi organizado o Curso “A Escrita no Mundo Antigo: curso para professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio”. No decorrer do mesmo foram trabalhados alguns conceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), principalmente *transversalidade* e *interdisciplinariedade* que se fundamen-

(1) Esta exposição foi produzida por um núcleo básico com a seguinte estrutura: Professora Dra. Haiganuch Sarian (coordenação científica), Professora Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno (coordenação museológica), Mauricio Cândido da Silva (coordenação museográfica) e Judith Mader Elazari (coordenação educativa).

tam “na crítica de uma concepção do conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambos apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os diferentes e contraditórios aspectos (PCN,1997).

O programa do Curso se relacionou também à Escrita propriamente e à Museologia e Educação em Museus.

Privilegiamos tanto as questões teóricas como as práticas, trabalhando com material pedagógico preparado para a exposição (textos, exercícios, gráficos, etc.) e tarefas em que o próprio professor era o sujeito das ações (exercício de Educação Parimonial, análise e interpretação de textos teóricos, criação de escrita própria, etc.). Entretanto, a orientação primordial dada a esses professores foi: “aprender a buscar, a ensinar, a conhecer” sem prescindir de uma liberdade de ação dentro do seu trabalho (Freire 1993).

Tendo em vista o reduzido número de visitas orientadas que a DDC/MAE poderia oferecer e o pequeno número de professores que compareceu ao Curso, considerou-se importante realizar também *Treinamentos para Professores* de curta duração, a fim de que pudessem conhecer a exposição e sua potencialidade pedagógica.

Orientação para alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Os alunos foram divididos em quatro faixas etárias (pré-escola e 1ª série do E.F.; 2ª série do E.F. à 4ª série; 5ª série à 8ª série do E.F. e 1ª à 3ª série do E.M.) sendo que cada uma delas foi atendida de forma diferenciada.

O tempo de atendimento para cada visita foi de uma hora e meia. O número ideal de alunos para serem atendidos em atividades deste tipo é vinte cinco a no máximo trinta alunos, mas a realidade das escolas não o permite, pois há classes com até 50 alunos, o que prejudica o trabalho de apreciação e aprendizagem.

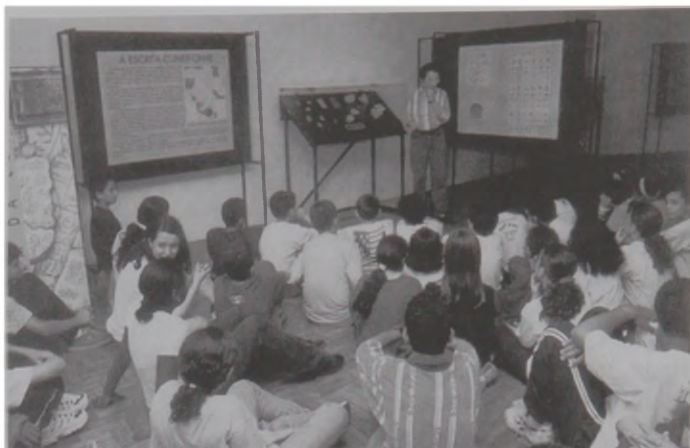


Fig. 1 – Monitoria para grupo de escolares na exposição.



Fig. 2 – Crianças na exposição durante o “Ateliê da Escrita” realizado nas férias.

A ação educativa junto a estes grupos teve as seguintes etapas:

- Acolhimento dos alunos em sala especial; para a sondagem sobre os conhecimentos já trazidos pelos alunos

- Visita à exposição, inicialmente livre e depois mediada por um educador

- Atividade final (oficina) fora da sala da exposição, servindo como síntese do trabalho realizado na exposição.

2. Atendimento ao público da Terceira Idade

Tendo em vista a importância da diversificação de públicos a visitarem uma exposição, consideramos fundamental a presença de pessoas da Terceira Idade na Exposição “A Escrita no Mundo Antigo”. Oferecemos três horários (um para cada mês em que a exposição esteve aberta). Somente a um deles houve o comparecimento de 15 pessoas, alunos do prof. Silvio Coutinho, no *Projeto Lazer com Arte*, do MAC/USP.

Esta atividade foi dividida em três etapas:

A primeira delas foi realizada em sala separada, onde houve o acolhimento dos visitantes e tro-

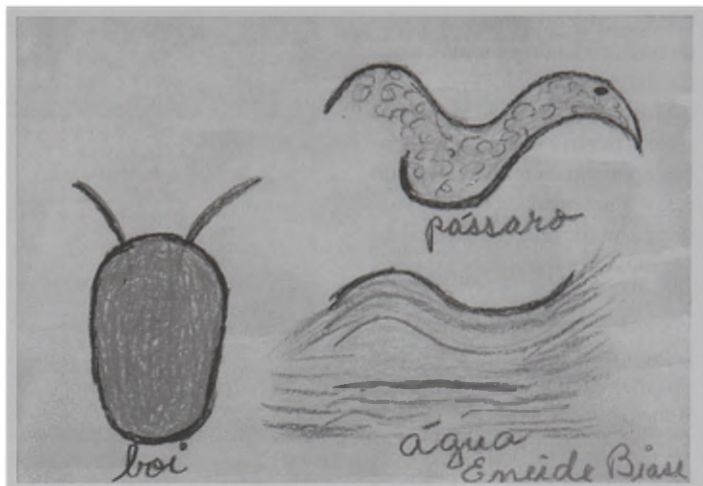


Fig. 4 – Desenho realizado por componente do grupo da Terceira Idade, durante oficina final.

ca de idéias sobre algumas questões relacionadas à temática da exposição.

Na segunda etapa, o grupo foi à exposição e levou, segundo sugestão do professor Silvio, uma prancheta com papel e lápis para registrar os signos que achassem mais interessantes, para depois trabalharem com eles.

Finalmente, a terceira etapa, foi uma oficina de desenho, em que utilizaram papel Canson e guache. Os participantes passaram para este papel os signos que haviam escolhido.



Fig. 3 – Grupo da Terceira Idade na exposição.

3. Atividades informativas e lúdicas com público informal

Estas atividades foram oferecidas durante as férias de julho, para público infantil e seus familiares.

O principal objetivo foi o de reunir diferentes gerações em atividades lúdicas e de lazer partindo-se de uma exposição temporária, além de dar a essas gerações conhecimentos para refletirem sobre a Escrita no Mundo Antigo.

Inicialmente trocaram-se idéias sobre a origem da escrita.

Na sala de exposição eles transitaram livremente, conforme seus diferentes ritmos, com a mediação da educadora somente quando solicitada, diferentemente dos grupos anteriores em que havia esta interferência como objetivo da ação educativa.

Foram realizadas Oficinas tanto com desenhos como com argila

Esta experiência de ação educativa junto a uma exposição temporária nos abriu a possibilidade de realizar um trabalho de avaliação. Ao mesmo tempo, o trabalho conjunto de museografia e educação nos deu subsídios para reformulações nas próximas montagens desta e de outras exposições.

Referências bibliográficas

FREIRE, P.

1993 *Professora sim, tia não*. São Paulo, Ed. Olho d'Água.

1997 *Parâmetros Curriculares Nacionais*, vol. 8, Brasília, MEC/SEF.

*Judith Mader Elazari**

Recebido para publicação em 30 de maio de 1999.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Divisão de Difusão Cultural. Serviço Técnico de Musealização.

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO: O “PASSADO EXCLUÍDO” DO BRASIL

Esta nota visa divulgar alguns trabalhos que estão sendo realizados, já há algum tempo, introduzindo o estudo do Brasil pré-cabralino no cotidiano de crianças e adolescentes, por meio da chamada educação “informal”. Antes, porém, é oportuno chamar a atenção para a existência de um “passado excluído” do currículo de ensino brasileiro, apontando brevemente quais são suas principais conseqüências. Por fim, o maior objetivo será mostrar um caminho que deveria ser comum aos pesquisadores da Arqueologia Brasileira: a divulgação de seus trabalhos para além dos limites acadêmicos, proporcionando uma proveitosa união entre a educação (formal e informal) e os trabalhos arqueológicos.

Mackenzie e Stone definiram o “passado excluído” num sentido duplo, podendo encerrar tanto um *“passado pré-histórico, que é realmente excluído do currículo ao redor do mundo”* quanto *“o passado recusado ou omitido de muitos indígenas, minorias ou grupos oprimidos”* (Mackenzie & Stone 1990: 2).

Gestada no Congresso Arqueológico Mundial, realizado em 1986 em Southampton, Inglaterra, a obra de Mackenzie & Stone (1990) reúne trabalhos de autores do mundo inteiro, que demonstram como o passado é encarado e ensinado nos seus países de origem: trabalhos feitos em pontos diferentes do mundo, mas que, no entanto, demonstram uma uniformidade nos currículos escolares quando se trata de ensinar o passado.

Em trabalho anterior, Mackenzie e Stone (1989) sugeriram quatro grandes razões para existir um “passado excluído” na educação. Em primeiro lugar, os currículos escolares já estão completamente preenchidos, não sobrando espaço para um novo assunto. Em segundo, é ressaltada a própria falta de conhecimento dos professores, adicionada à carência de material apropriado. Terceiro, estudar o passado é geralmente visto como exótico, não tendo relação nenhuma com a sociedade atual. Em quarto lugar, mas não menos verdadeiro, aspectos do passado podem ser excluídos por razões políticas e ideológicas.

Tais razões são verdadeiras para casos no mundo inteiro e, no Brasil, não parece ser de outra maneira. A presente nota divulga um trabalho alternativo que vem sendo realizado com crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, inserindo no cotidiano escolar a questão do “outro”. Tal questão é abordada tendo como principal instrumento de aprendizagem a cultura material (tanto etnográfica quanto arqueológica) de culturas “diferentes” que viveram e ainda vivem em nosso país.

Vindo de encontro à necessidade de divulgar esta face excluída do passado brasileiro, o CEIMAM (Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menéndez”) realiza, desde o seu nascimento em 1982, atividades pedagógicas voltadas para um maior conhecimento do passado pré-colonial brasileiro.

Concebido como Projeto de Referência, o CEIMAM¹ é um centro inter-unidades e interdepartamental da Universidade Estadual Paulista – UNESP. É coordenado pela antropóloga Prof^a. Dr^a. Sílvia Maria S. de Carvalho e conta com a participação de alunos de graduação, principalmente de Ciências Sociais, e pós-graduação (Sociologia, História, Arqueologia, Linguística, entre outros), além de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, interessados em desenvolver estudos e atividades ligadas à problemática indígena, de forma que as questões emergentes possam ser debatidas entre os próprios membros do centro e a comunidade local, atendendo, assim, a perspectiva acadêmica: ensino, pesquisa e extensão comunitária.

(1) Enquanto centro de pesquisa, tem como objetivo *“estudar a adaptação original das comunidades indígenas ao meio, a racionalidade dos seus sistemas adaptativos (de caça-coleta e de horticultura de floresta) e o sucesso dos mesmos na obtenção dos meios de subsistência sem provocar desequilíbrios ecológicos. Estudar os problemas decorrentes do contato do índio com o não-índio, face a sua integração à sociedade nacional. Suprindo, assim, a falta de estudos sistemáticos das sociedades indígenas e visando a formação de futuros pesquisadores”* (Regimento Interno, capítulo II, artigo 2°).

O trabalho com alunos do ensino fundamental e médio é desenvolvido por meio de eventos, sendo as principais atividades:

1) Palestras: ex-alunos e professores do CEIMAM abordam, em palestras, discussões relevantes sobre os indígenas atuais, não deixando de fazer referência ao passado desses povos, tão pouco conhecido e geralmente mostrado ao público de forma distorcida. Aliado a esta atividade, conta, também, com um trabalho de orientação e assessoria temática para continuidade das discussões nas escolas envolvidas.

Em importante trabalho especialmente voltado para professores, Neves argumenta que *“é uma verdade estabelecida para a maioria dos brasileiros que a história do país foi inaugurada em 22 de abril de 1.500. O que aconteceu antes disso, domínio da ‘pré-história’, seria um pouco vago e na verdade irrelevante para o posterior desenvolvimento do Brasil, merecendo poucas páginas nos livros didáticos”* (Neves 1995:171). O autor ainda ressalta o uso do termo “descobrimento” para designar a ocupação européia, mostrando o preconceito com relação à história dos povos indígenas do Brasil.

Nas palestras, as discussões seguem o propósito de desmistificar esta noção que nos é passada do índio como subjugado e atualmente “aculturado”, bem como mostrar quão ultrapassada é a idéia de não haver uma pré-história brasileira que mereça destaque nos currículos escolares.

2) Exibição de Audiovisuais: o CEIMAM também conta com o auxílio de um acervo de vídeos e slides educativos sobre a história e a atualidade indígenas, que colaboram para ilustrar as diferentes discussões.

3) Exposições Temáticas temporárias e itinerantes: o CEIMAM conta com um acervo Etnográfico e Arqueológico com mais de 600 peças, divididas em **Acervo Etnográfico** (cerâmica, cestaria/trançados, cordões e tecidos, adorno plumário, instrumentos musicais, armas, objetos rituais, mágicos e lúdicos, utensílios e implementos de madeira), de povos indígenas de todas as partes do país, e **Acervo Arqueológico**, com uma coleção de artefatos líticos (lascados e polidos) e cerâmica de sítios do Estado de São Paulo, além de uma pequena

coleção de fragmentos cerâmicos de sítios da Amazônia brasileira. Além destes, conta ainda com um acervo fotográfico auxiliar.

As diversas exposições realizadas têm a finalidade de apresentar ao público um pouco da história do índio brasileiro através de sua produção material. As exposições de artefatos arqueológicos, que despertam maior curiosidade nas crianças e no público leigo em geral, exibem as provas de uma remota existência dos índios no Brasil, fazendo nascer uma visão crítica da história geralmente contada nos livros didáticos.

Com o conjunto de recursos didáticos apon-tados, procura-se mostrar a diversidade cultural existente em nosso país, semeando entre crianças e adolescentes a idéia de respeito pelo diferente. É intuito, também, fazer brotar uma postura crítica nos indivíduos quanto às idéias que são passadas pelos meios de comunicação social (filmes, desenhos, músicas, propagandas, jornais e revistas), em relação aos povos indígenas.

Dentre os principais projetos comunitários, é a **“Ameríndia”** realizada anualmente no mês de abril, um dos mais significativos. Ao ser posto em prática, por meio de atividades múltiplas (palestras, mesas-redondas, discussões com lideranças indígenas e profissionais das mais diferentes áreas, exposições temáticas, etc.), conduz todos os níveis da formação educacional escolar, além da comunidade local, a debater e entrar em contato com a problemática social indígena.

Trabalhos como o do Centro de Estudos Indígenas² são de grande importância para a propagação de um maior conhecimento sobre os índios brasileiros e sua história, tanto antes do “descobrimento” do Brasil, quanto na atualidade.

Apesar da falta de verbas para este tipo de atividade, instituições como o CEIMAM, atualmente preocupadas com o caráter pedagógico que trabalhos acadêmicos possam ter, persistem no objetivo de transmitir ao grande público os resultados de seus mais recentes trabalhos. É neste sentido que os arqueólogos têm muito a contribuir para a educação formal e informal, com suas descobertas arqueológicas e teorizações acerca da cultura material.

(2) Além das atividades destacadas, o CEIMAM edita o boletim intitulado “Terra Indígena”, atualmente com oitenta números já publicados.

Referências bibliográficas

CEIMAM

1990 Regimento Interno, SP.

MACKENZIE, R.; STONE, P.

1989 Is There an Excluded Past? D. Uzzel (Ed.) *Heritage Interpretation*. Londres, Belhaven: 113-120.

1990 Introduction: the concept of excluded past. P. Stone; R. Mackenzie (Eds.) *The Excluded*

Past: Archaeology in education. London, Routledge: 1-14.

NEVES, E.G.

1995 Os índios antes de Cabral: Arqueologia e História indígena no Brasil. A.L. Silva; L.D.B. Grupioni (Orgs.) *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1 e 2 graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO: 171-196.

*Robson A. Rodrigues**
*Solange Nunes de Oliveira***

Recebido para publicação em 28 de janeiro de 1999.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Mestrando em Arqueologia, bolsista FAPESP e membro do CEIMAM.

(**) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP. Mestranda em História Social do Trabalho, bolsista do CNPq e membro do CEIMAM.

REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Regulamento

Objetivos

A Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP (Rev. MAE), de periodicidade anual, destina-se à publicação de trabalhos originais inéditos, versando sobre Arqueologia, Etnologia e Museologia, com ênfase em África, América, Mediterrâneo e Médio-Oriente. Excepcionalmente, poderão ser aceitos trabalhos já publicados, para republicação em português.

Constituição

A Rev. MAE é constituída pelas seguintes seções:

- Artigos: trabalhos de pesquisa
- Estudos de Curadoria: levantamentos e comentários sobre acervos arqueológicos e etnográficos; estudos sobre peças e coleções; estudos de conservação e documentação
- Estudos Bibliográficos: ensaios e resenhas
- Notas: projetos e resultados preliminares de pesquisa

Instruções aos autores

– Os originais devem ser enviados ao editor em disquetes de formato MS DOS, até 31 de maio do ano da publicação. Estes deverão ter sido digitados através do processador de textos MS-Word, em equipamento padrão IBM PC ou compatível. No mesmo disquete, um segundo arquivo deverá conter nome, endereço, e-mail, telefone e/ou fax dos autores e, ainda, informações sobre a versão e programa utilizados, caso não tenham sido aqueles aqui indicados. O material enviado deverá incluir uma cópia impressa e não será devolvido.

Artigos e Estudos de Curadoria

– Os textos (30 páginas no máximo, incluindo tabelas, mapas e ilustrações) podem ser escritos em português, inglês, espanhol, francês ou italiano.

– Serão fornecidas gratuitamente 20 separatas.

– O texto deverá obedecer o seguinte padrão:

a) 65 caracteres por linha; 55 linhas por página.

b) A primeira folha deverá conter: 1) título (português e inglês); 2) nome dos autores e instituições a que pertencem; 3) um resumo bilingue (inglês/português) de, no máximo, 10 linhas, contendo objetivos, metodologia e resultados; 4) unitermos (palavras-chave).

c) As figuras devem ser enviadas de preferência em mídia eletrônica ou originais em papel. Na elaboração das figuras, gráficos, tabelas, e fotografias (estas somente em branco e preto) deve-se levar em conta as dimensões úteis da Revista (18 x 27cm) a fim de que, no caso de redução, não se tornem ilegíveis; este material deve ser enviado juntamente com o disquete, devidamente acondicionado.

d) Escalas gráficas deverão ser sempre utilizadas em lugar de escalas numéricas.

e) As notas, numeradas na ordem em que aparecem no texto, devem estar situadas no final do arquivo, juntamente com os agradecimentos, apêndices, legendas das figuras e tabelas.

f) As notas de rodapé não deverão conter referências bibliográficas. Estas deverão ser inseridas no próprio texto, entre parênteses, remetendo o leitor à bibliografia. Ex.: (Barradas 1968:120-190).

g) A bibliografia seguirá a ordem alfabética pelo sobrenome do autor citado em primeiro lugar.

Exemplos:

BOCQUET, A.

1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.

FOLEY, R. A.

1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.

SANOJA, M.; VARGAS, I.

1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

Estudos bibliográficos

– a) ensaios: 15 páginas, no máximo.

– b) resenhas: 5 páginas, no máximo.

Notas

– 4 páginas, no máximo.

Regulations

Aims

The *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (Rev. MAE) publishes (annually) original works, not published elsewhere, on archaeology, ethnology and museology, with emphasis on Africa, America, Mediterranean Europe and Middle East. Exceptionally, translations into Portuguese of papers already published may be considered.

Organization

The Rev. MAE will have the following sections:

- Articles: research works
- Curatorship Studies: surveys and comments on archaeological and ethnographical material; studies of artifacts and collections; studies of conservation and documentation
 - Bibliographical studies: essays and reviews
 - Notes: research projects and preliminary reports

Instructions to the authors

The originals should be sent to the editor, in MS – DOS formatted diskettes, before May 31 of the publication year, preferably as files of MS – Word, in standard equipment IBM PC, or compatible. A second file should contain name, address, e-mails, telephone and/or fax number, as well as information about the word processor employed. This material will should contain one printed copy and will be not sent back to the authors.

Articles and Curatorship Studies

- The articles (30 pages at most, including tables, maps and illustrations) may be written in Portuguese, English, Spanish, French or Italian.
- 20 offprints will be provided free of charge.
- The text should conform to the following pattern:
 - a) A page has 55 lines of 65 characters each.
 - b) The first page should contain: 1) the title of the

work; 2) the names of the authors and the institutions to which they belong; 3) a bilingual abstract (Portuguese/English) having no more than 10 lines, containing aims, methodology and results. The Editors will prepare the abstract in Portuguese for foreign authors; 4) uniterms (keywords).

c) Drawings should be sent in electronic media or original printings. In preparing drawings, graphs, tables and (black and white) photographs, the working dimensions of Rev. MAE (18 x 27cm) must be kept in mind so that upon reduction, they do not become illegible.

d) Graphical scales should always be used instead of numerical ones.

e) Footnotes and references, numbered in the order of appearance, should be gathered at the file's end, with acknowledgements, appendices and figure-and table captions.

f) Footnotes should not contain bibliographical references. These should be inserted in the text between parenthesis, sending the reader to the bibliography. For instance: (Barradas 1968: 120-180).

g) The references should follow the alphabetical order (firstnamed author).

Examples:

- BOCQUET, A.
1979 Lake bottom archaeology. *Scientific American*, 240 (2): 56-75.
- FOLEY, R. A.
1981 Off site archaeology: an alternative approach for the short sites. I. Hodder, G; Isaac and N. Hammond (Eds.) *Pattern of the Past Studies in Honor of David L. Clarke*. Cambridge, Cambridge University Press: 157-183.
- SANOJA, M.; VARGAS, I.
1978 *Antigas formaciones y modos de producción venezolanos*. Caracas: Monte Avila Editores.

Bibliographical Studies

- a) essays: 15 pages at most.
- b) reviews: 5 pages at most.

Notes

- 4 pages at most.

Editoração Eletrônica:
Fábio Batista dos Santos
José Luiz de Mahalhães Castro Neto

Tratamento de Imagem:
José Luiz de Mahalhães Castro Neto

Secção de Produção Gráfica e Audio-Visual

Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
Pró-Reitor: Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

Pró-Reitoria de Pesquisa
Pró-Reitor: Prof. Dr. Hernan Chaimovich

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Diretora: Profa. Dra. Paula Montero
Vice-Diretora: Profa. Dra. Silvia Maranca

Conselho Deliberativo: Profa. Dra. Paula Montero
Profa. Dra. Silvia Maranca
Prof. Dr. Paulo De Blasis
Profa. Dra. Marta Heloísa Leuba Salum
Profa. Marília Xavier Cury
Prof. Dr. Murillo Marx
Prof. Dr. Waldenyr Caldas
Sra. Maria Madalena S. B. Zeitum
Sr. Gilson Rambelli



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

